

## **II.5.3 - MEIO SÓCIOECONOMICO**



## **II.5.3 - Meio Sócioeconômico**

### **II.5.3.A - Uso e Ocupação do Solo**

Os principais instrumentos para a gestão do uso e ocupação do solo na Área de Influência do empreendimento incluem planos e programas federais e estaduais, com abordagens setoriais, visando à gestão da zona costeira e os planos diretores municipais, que objetivam disciplinar o uso e ocupação do solo dos municípios que compõem a Área de Influência do empreendimento, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro foi institucionalizado no Brasil a partir da promulgação da Lei Federal nº 7.661/88, como parte integrante da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA e da Política Nacional de Recursos do Mar - PNRM, com o objetivo de orientar a utilização racional dos recursos da Zona Costeira, de forma a melhorar a qualidade de vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

A principal ação identificada na esfera federal relacionada ao ordenamento do uso e ocupação do solo na zona costeira pertinente à atividade em questão é o Programa de Gerenciamento Costeiro – GERCO.

O GERCO tem vinculado em suas diretrizes várias iniciativas como a geração e atualização de um sistema de informações geográficas, com o objetivo de balizar as implementações das políticas estaduais de gerenciamento costeiro, monitoramento regular de indicadores ambientais e o desenvolvimento de Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro em atendimento às diretrizes federais e estaduais para a zona costeira, além da elaboração de relatórios de monitoramento (Relatórios da Qualidade Ambiental da Zona Costeira – RQA-ZC), que visam aferir a eficácia das ações de gerenciamento costeiro.

Estes dados são utilizados para subsidiar o Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira – ZEEC e o Plano de Gestão da Zona Costeira – PGZC, que contempla as ações para o ordenamento territorial nessa região.

O ZEE, como instrumento da Política Estadual do Meio Ambiente, objetiva organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

Outro instrumento de ordenamento territorial é o Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento do município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população. Por exigência constitucional, a sua elaboração é obrigatória para municípios com mais de 20.000 habitantes. Outros elementos a serem observados para a elaboração dos Planos Diretores referem-se ao apontado no art. 41 da Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001: cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4 do art. 182 da Constituição Federal; cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico; e de especial interesse socioambiental; cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

As informações relacionadas à temática de uso e ocupação do solo na Área de Influência estão setorizadas por microrregiões: Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Costa Verde, Litoral Norte de São Paulo e Região Metropolitana da Baixada Santista. A escala de mapeamento utilizada variou em função das fontes de dados disponibilizadas. Essa variação de escala se deu na medida em que ocorrerem alterações no nível de detalhamento que atendessem a cada trabalho consultado.

### **II.5.3.A.1 - Estado de São Paulo**

#### **1) Gerenciamento Costeiro**

A Lei Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado de São Paulo (Lei nº 10.019/98) prevê uma gestão tripartite (estado, municípios e a sociedade organizada com sede e atuação na Zona Costeira), por meio de um Grupo de Coordenação Estadual, cuja incumbência principal foi detalhar e implantar o Plano Estadual de

Gerenciamento Costeiro. Foram criados subgrupos de coordenação, correspondentes à setorização estabelecida para o litoral: Grupo Setorial de Coordenação do Litoral Norte, o Grupo Setorial de Coordenação da Baixada Santista, Grupo Setorial de Coordenação do Complexo Estuarino-Lagunar de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida e Grupo Setorial de Coordenação do Vale do Ribeira.

O Decreto nº 49.215 de 2009 consolidou um ciclo de trabalho que começou em 1998, com o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, estabelecido pela Lei Estadual nº 10.019, que envolveu todos os segmentos interessados e contou com a participação dos representantes das áreas técnicas dos órgãos estaduais e das prefeituras, assim como dos representantes da sociedade civil.

## **2) Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo**

A Lei nº 7.663 estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, instituído na Constituição Estadual.

O órgão central deste Sistema é o Conselho de Recursos Hídricos (CRH), o qual discute e aprova propostas para o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

A Política Estadual de Recursos Hídricos tem como princípios de gestão:

- Ser realizada mediante as formas organizacionais, institucionais e política de um Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos;
- Promover a prevalência do interesse público, buscando observar a autonomia executiva dos órgãos e das entidades intervenientes ou usuárias dos recursos hídricos;
- Promover articulações entre a União, o Estado, os municípios e o setor privado, visando à integração de esforços para a implantação de soluções de âmbito regional de controle e recuperação da qualidade da água;
- Atuar de forma descentralizada, tomando como base a bacia hidrográfica e contando com a participação dos municípios, dos usuários das águas e da sociedade civil;

- Buscar a integração, considerando a organização regional e os seus respectivos sistemas.

Os Comitês de Bacias estão inseridos dentro do SIGRH e são integrados, dentro de um modelo paritário, por representantes do Estado, Municípios e Sociedade Civil. O Estado foi dividido em 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos e 20 Comitês de Bacias. Entre as unidades de gerenciamento e os comitês estão os do Litoral Norte e da Baixada Santista, duas regiões que fazem parte de Área de Influência.

### **2.1) Baixada Santista**

A Região da Baixada Santista é formada por nove municípios, sendo eles: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente, todos incluídos na Área de Influência do presente estudo.

Segundo Duarte (2001), a ocupação da região litorânea do estado de São Paulo foi intensificada a partir de 1960, com os investimentos governamentais em infra-estrutura viária e industrial, os quais viabilizavam também a instalação do turismo na região, com a implantação de novas vias de acesso e a construção de empreendimentos imobiliários.

A configuração do uso do solo na região Metropolitana da Baixada Santista apresenta uma conformação tipicamente urbana, com adensamento populacional na faixa próxima ao mar e áreas de preservação da Mata Atlântica nos trechos de serras e escarpas.

As unidades de conservação ocupam porção significativa do território da Baixada Santista. A região apresenta áreas de manguezais, tendo seus maiores sistemas localizados no complexo estuarino de Santos/São Vicente, no canal Itapanhaú e canal de Bertioga e próximo ao rio Itanhaém. Esses ecossistemas foram prejudicados pelas atividades industriais e pelo crescimento da malha urbana, inclusive com a criação de extensos aterros, responsáveis pela desestruturação de sua funcionalidade (CBH-BS, 2009).

A densa malha urbana foi influenciada pela dinâmica econômica do Porto de Santos, que tem uma função primordial no desenvolvimento regional. A presença de um pólo energético, petroquímico, siderúrgico e industrial de grande porte no município de Cubatão contribuiu para atrair um grande contingente populacional. Os municípios de Cubatão e Santos concentram as maiores áreas industriais, localizadas, em sua maioria, numa estreita faixa próxima ao sopé da Serra do Mar. As maiores urbanizações são encontradas ao longo de toda a planície costeira sobre restingas e manguezais e secundariamente nos terrenos acidentados próximos a Serra do Mar em Cubatão e morros isolados de Santos, São Vicente e Guarujá.

A partir da década de 1940 iniciou-se a verticalização da orla em Santos e São Vicente que, posteriormente, se estendeu até Guarujá, Praia Grande e, em menor proporção, Mongaguá, atendendo, essencialmente, à demanda do turismo de segunda residência (FUSCO & YOUNG, 2006).

A consolidação da ocupação urbana no município de Santos, e, conseqüentemente, a valorização fundiária, acarretou no aumento de migrações da população de Santos e São Vicente para Vicente de Carvalho e Praia Grande, e destes, para Bertioga e Mongaguá, consolidando uma mancha urbana linear localizada entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico.

Segundo os indicadores metropolitanos da Baixada Santista (2005), em geral, nos municípios da região há uma forte ocupação urbana verticalizada nas áreas próximas ao mar, voltadas para o veranismo e moradia da população de melhor renda. Os municípios de Santos, São Vicente e Guarujá são exemplos dessa dinâmica, caracterizada pelo alto grau de ocupação do solo, com intensa verticalização da orla, associada, principalmente a atividade turística.

Em termos de verticalização, o município de Peruíbe aparece como exceção, uma vez que seu Plano Diretor proíbe construções verticais próximas à costa. Já o município de Cubatão apresenta a maior parte de seu território destinado ao uso industrial e de serviços de grande porte, com o centro urbano verticalizado.

O desenvolvimento das forças produtivas, como as indústrias, o porto e o setor terciário, trouxeram como conseqüência o subemprego e a sub-habitação, com ocupação de áreas de risco da vertente da Serra do Mar e Manguezais. O

uso e ocupação das áreas frágeis nos municípios da Baixada Santista resultaram, principalmente, na degradação dos corpos d'água e a perda da qualidade dos recursos hídricos.

O alto grau de urbanização dos municípios inseridos na região da Baixada Santista denota uma pequena concentração rural, como informado pela SEADE (2010). O município com menor grau de urbanização na Baixada Santista é Caraguatatuba com 95,87%, e os maiores são Praia Grande e Cubatão com 100% de urbanização.

O **Quadro II.5.3-1**, a seguir apresenta os dados absolutos e percentuais das categorias de análise mapeadas para o Uso e Ocupação do Solo nos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista. O **Mapa II.5.3-1** com a representação das categorias de análise encontra-se ao final deste item.

**Quadro II.5.3-1 - Categorias de Análise de Uso e Ocupação do Solo**

Municípios	Vegetação Nativa (%)	Área Urbana (%)	Água (%)	Agricultura (%)	Não Classificado (%)
Bertioga	94,8	5,2	0	0	0
Cubatão	79,7	16,8	3,4	0	0
Guarujá	69,4	27,6	2,8	0	0
Itanhaém	53	6,8	0	2,1	38,1
Mongaguá	52	12,2	0	0,9	34,9
Peruíbe	52,7	9,9	0	1,6	35,8
Praia Grande	55,3	25,4	0,4	0	18,9
Santos	81,7	13,1	5,2	0	0
São Vicente	75	19,6	5,3	0	0

Fonte: Comitê de Bacias da Baixada Santista (2009)

Como pode ser observado nos dados apresentados, o município de Bertioga se destaca por possuir 94,8% de seu território coberto por vegetação nativa, seguido pelo município de Santos com 81,7%. Segundo a Prefeitura de Bertioga (2011), aproximadamente 1.700 hectares do município são cobertos pela vegetação da Mata Atlântica, encontrada, principalmente, na Serra do Mar.

Os municípios com maiores áreas urbanas são Guarujá e Praia Grande, com índices de 27,6% e 25,4%, respectivamente. Em relação à atividade agrícola, esta se configura como incipiente na região da Baixada Santista, sendo desenvolvidas apenas em pequenas porções do território de Itanhaém, Peruíbe e Mongaguá, com 2,1%, 1,6% e 0,9%, respectivamente.



## ***Políticas de organização territorial da Baixada Santista***

### **Plano de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista**

O Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS) foi instalado em 1995, com a competência de gerenciar os recursos hídricos da Bacia, objetivando à sua recuperação, preservação e conservação.

Os Comitês de Bacias devem formular os Planos de Bacias Hidrográficas, que são instrumentos que contém as diretrizes regionais a fim de orientar os planos diretores municipais, notadamente nos setores de crescimento urbano, localização industrial, proteção dos mananciais, exploração mineral, irrigação saneamento, entre outros.

O Comitê da Bacia hidrográfica da Baixada Santista desenvolveu seu primeiro relatório de situação de recursos hídricos em 1999, em seguida o Plano de Bacia de 2003 - 2006 e um relatório em 2006. Todos esses documentos, juntamente com o Plano Estadual de Recursos Hídricos de 2004-2007 contribuíram para a confecção do atual Plano de Bacia (2008-2011).

### **Zoneamento Ecológico Econômico**

A Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente elaborou uma proposta de Zoneamento Ecológico Econômico para a Região Metropolitana da Baixada Santista considerando as proposições do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) e outros órgãos da SMA. O ZEE da Baixada Santista encontra-se em fase de elaboração pela SMA.

O Estatuto das Cidades, instituído pela lei nº 10.251/2001, é a lei federal destinada a regulamentar o capítulo da Política Urbana previsto na Constituição Federal. O objetivo principal do Estatuto é delinear as diretrizes gerais para o crescimento e ordenamento urbano, estabelecendo um paralelo entre desenvolvimento urbano e equilíbrio ambiental.

O Estatuto estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do

bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Segundo o Estatuto, em relação ao planejamento territorial, é de competência do município, a instauração de mecanismos como o Plano Diretor, Parcelamento e Uso do Solo, o Zoneamento Ambiental e a Lei Orçamentária.

Ressalta-se que antes da vigência do Estatuto da Cidade (2001), o Plano Diretor, fundamentado pela Constituição Federal, era obrigatório para municípios cuja população ultrapassasse 20 mil habitantes, contudo, passou a ser exigido também para as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e cidades integrantes de áreas especiais de interesse turístico, bem como as que possuem em seus limites territoriais empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental.

### Plano Diretor

O Plano Diretor é um instrumento básico da política de desenvolvimento do município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.

O conteúdo do Plano Diretor deverá estabelecer a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória, levando em conta a infra-estrutura e demanda para a utilização do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado. Estabelece as condições de exercício do direito de preempção, da outorga onerosa do direito de construir, das áreas onde serão permitidas a alteração de uso do solo e as operações urbanas consorciadas.

Todos os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista possuem plano diretor, que devem considerar os Planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, assim como o Planejamento da região da Baixada Santista.

No município de Bertioga, o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável foi instituído pela lei nº 315 no ano de 1998 e tem como objetivos principais o incentivo à retomada do desenvolvimento; a ampliação do atendimento da

população nas questões de saúde, educação, saneamento básico, drenagem; diretrizes para o ordenamento das atividades de turismo; racionalização do uso do solo; hierarquização do sistema viário; estabelecimento de gerenciamento da questão ambiental, adequando-se às diretrizes deste PDDS.

O Plano Diretor de Cubatão, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana do município, foi revisado pela lei nº 2.512 no ano de 1998 e tem o propósito de orientar os processos de transformação da cidade e de melhorar a qualidade de vida dos habitantes, promovendo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Os objetivos e diretrizes expressos na legislação do município de Cubatão se referem ao processo de uso e ocupação do solo, à localização de equipamentos e serviços urbanos, bem como ao sistema viário.

A lei complementar nº 16 de 1992 instituiu o plano diretor no município do Guarujá, com o objetivo de orientar e disciplinar o desenvolvimento físico, territorial, social e econômico, e o processo de planejamento da Administração Municipal. O planejamento do município considera ainda o Código de Edificações e Instalações, o Código de Posturas e a Lei de Parcelamento do Solo de Guarujá.

Segundo a lei do município, as políticas de ordenamento setoriais abrangem, entre outros aspectos, uso do solo, habitação popular, saneamento, ordenamento do complexo portuário e industrial, ecologia e patrimônio ambiental, educação e turismo.

Em Itanhaém, o Plano Diretor foi criado pela lei complementar nº 30 de 2000, e tem como princípios básicos a melhoria da qualidade de vida, o bem estar de seus habitantes e visitantes e o desenvolvimento pleno e sustentado das funções sociais e econômicas da cidade, com especial atenção à questão ambiental.

No Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município, foi instituído o Sistema de Planejamento Municipal, que tem a finalidade de formular e executar as políticas de desenvolvimentos definidas pelo Plano Diretor, direcionando aos propósitos desejados, às ações dos agentes públicos e privados que atuam na gestão da cidade.

Mongaguá possui Plano Diretor desde o ano de 2006, através da lei nº 2.167. Segundo a legislação, o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, que abrange a totalidade do território municipal considerando o ambiente urbano e natural, é o instrumento básico da política de desenvolvimento sustentável e territorial da Estância Balneária do Município de Mongaguá. O Plano Diretor estabelece as políticas, objetivos, diretrizes globais e setoriais que constituem referência básica e obrigatória para a ação do poder público, dos agentes privados e da sociedade civil que atuam no Município de Mongaguá nas questões de interesse local e na construção e gestão da cidade.

Em Peruíbe, o Plano Diretor foi instituído em 2007, através da Lei Complementar nº 100. O processo de planejamento territorial do município inclui a Lei de Parcelamento, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras, Código de Posturas, Lei do Sistema Viário, entre outros.

A Prefeitura de São Vicente estabeleceu o Plano Diretor no ano de 1999 através da lei complementar nº 270. Dentre os objetivos do Plano Diretor do município estão: estabelecimento de normas que garantam o desenvolvimento do turismo como gerador de emprego e renda, considerando a fragilidade do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural; estabelecer normas gerais de proteção, recuperação, uso e ocupação do solo; priorizar, através de diretrizes, os serviços públicos do Município relativos à cultura, educação, saúde, esporte e lazer; estabelecer instrumentos de política habitacional.

Segundo a constituição do Estado de São Paulo, cabe ao município estabelecer, em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor, as normas sobre zoneamento, loteamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano.

O **Quadro II.5.3-2** a seguir relaciona os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista aos instrumentos de ordenamento territorial no nível municipal.

**Quadro II.5.3-2 - Instrumentos de Ordenamento Territorial no Nível Municipal**

	Plano Diretor	Conselho de Desenvolvimento Urbano	Zoneamento Especial de Interesse Ambiental	Legislação de Proteção e Controle Ambiental	Lei de Perímetro Urbano	Lei de Zoneamento	Lei de Parcelamento do Solo
Bertioga	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Cubatão	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Guarujá	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Itanhaém	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Mongaguá	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Peruíbe	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Praia Grande	Sim	Sim	Sim	s/í	Sim	Sim	Sim
Santos	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
São Vicente	Sim	Não	Sim	s/í	Sim	Sim	Sim

**2.2) Litoral Norte de São Paulo**

A região do Litoral Norte de São Paulo abrange os municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba, dispendo de uma área com 1.977 km<sup>2</sup>. Os quatro municípios são conformados pela Serra do Mar e o Oceano Atlântico. Toda a região está inserida no bioma Mata Atlântica, sendo mais de 80% do território composto por unidades de conservação. Destas unidades, destacam-se o Parque Estadual da Serra do Mar, que abrange a maior parte dos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião, e o Parque Estadual de Ilhabela, abrangendo a maior parte do município de Ilhabela (SMA, 2008).

O desenvolvimento da atividade turística, a partir da década de 1950, foi o grande indutor da ocupação urbana da região. A construção e pavimentação da Rodovia dos Tamoios, interligando São José dos Campos à Caraguatatuba nos anos 60, a abertura da Rodovia Rio-Santos em 1975 e da Rodovia Mogi-Bertioga em 1982, levou a uma rápida e vertiginosa urbanização de praticamente toda a franja costeira e, conseqüentemente, a uma intensa alteração da paisagem local (ABUD, 2010). A construção do terminal Almirante Barroso, instalado pela Petrobras no canal de São Sebastião, ao lado do antigo porto já existente, também foi um fator de atração de imigrantes para região.

A ocupação urbana ocorreu principalmente nas planícies aluvionares, limitada pelos parques estaduais e costões constituídos por maciços rochosos. Na planície, a ocupação é limitada por áreas de preservação permanente, como mangues e restingas (SMA/CPLA, 2009).

Comparativamente à Baixada Santista, o Litoral Norte se apresenta como uma região de alto padrão de ocupação. Isso se deve principalmente ao fato de a região ser considerada um “paraíso ecológico”, abrigando belas praias, ilhas e florestas. Estes atributos naturais são muito bem explorados pela indústria imobiliária, o que torna o preço dos imóveis relativamente alto. Cabe lembrar que grandes partes dos empreendimentos que surgiram na região a partir da década de 1950 são fruto de um fenômeno altamente disseminado ao longo do litoral brasileiro, chamado de “segunda residência” (ABUD, 2010). Isso faz com que a população flutuante, composta por turistas e veranistas, ultrapasse em muito a população permanente nos períodos de pico do verão e fins de semana prolongados (SMA/CPLA, 2009).

Mesmo a população flutuante sendo superior a permanente nos períodos de alta temporada, a população fixa vem aumentando consideravelmente ao longo das últimas décadas. Para se ter uma idéia, o município de Caraguatatuba, o mais populoso da região, contava com pouco mais de 15.000 habitantes em 1970, e hoje sua população já passa de 100.000 habitantes. Os outros municípios também tiveram crescimento populacional bastante expressivo (IBGE, 2010). No item **II.5.3.D - Dinâmica Populacional** estes dados serão apresentados com maior detalhe.

O movimento migratório em direção aos municípios do Litoral Norte, impulsionado pelo estabelecimento de novos empreendimentos turísticos, não foi acompanhado por um planejamento territorial adequado e investimentos públicos em infra-estrutura, o que gerou um processo de ocupação desordenada. Este fluxo migratório deu origem a áreas como o Morro dos Mineiros, em Ilhabela, que começou a ser ocupado no final da década de 1970 por imigrantes provenientes de uma das regiões mais pobres do Brasil, o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais (GUIMARÃES, 2006).

O processo de favelização é uma das formas mais representativas das disparidades existentes no modo de ocupação que vem ocorrendo na região. Os terrenos mais propícios para edificações, localizados nas planícies costeiras próximas ao mar, encontram-se ocupados por segundas residências e por proprietários particulares. Enquanto isso, a população de baixa renda não conta com o estado dentro da questão, e parte para a ocupação informal e desordenada

de áreas protegidas, encostas e margens de rios, sem as mínimas condições de saneamento e saúde, encontrando-se muitas vezes vulneráveis a deslizamentos, desmoronamentos de blocos rochosos, enchentes, e outras intempéries. É possível identificar, portanto, a ocorrência de diversas áreas críticas de ocupação em todo o Litoral Norte paulista, que podem ser considerados como verdadeiros passivos ambientais urbanos (ABUD, 2010), fruto da falta de planejamento urbano das últimas décadas.

No Litoral Norte Paulista o setor econômico predominante é o de comércio e serviços, que ocupam a maior parte da população fixa. Entretanto, cada município apresenta características próprias, cabendo apenas ao turismo e atividades correlatas uma função homogeneizante da região como um todo. A proximidade com a Baixada Santista onde a presença de equipamentos turísticos, equipamentos energéticos, indústrias e, ainda, ao Porto de Santos, o maior porto exportador brasileiro, especializado em movimentação de cargas gerais e de grãos, faz desta região – Litoral Norte - um importante pólo de atração demográfica em nível estadual.

No que se refere às categorias de análise de uso e ocupação do solo, conforme dados obtidos no *site* da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, constata-se que o maior percentual de uso no Litoral Norte é de áreas com vegetação nativa (90,74%), o que é compatível com o percentual de áreas definidas como Unidades de Conservação e demais áreas que ainda se mantêm vegetadas. As áreas urbanizadas não chegam a ocupar 6% de toda a área do Litoral Norte.

O **Quadro II.5.3-3** a seguir contém os dados sobre o uso e ocupação do solo nos municípios do Litoral Norte de São Paulo, com os totais e percentuais de área para cada categoria de uso.

**Quadro II.5.3-3 - Categorias de Análise de Uso e Ocupação do Solo**

Municípios	Agricultura (%)	Vegetação Nativa (%)	Área Urbana (%)	Reflorestamento (%)	Solo Exposto (%)
São Sebastião	0,00	91,40	7,20	0,00	1,30
Caraguatatuba	9,50	80,10	8,00	0,01	1,60
Ubatuba	0,02	95,00	4,10	0,00	0,80
Ilhabela	0,00	95,30	3,60	0,00	1,20

Através de uma análise dos dados da tabela é possível extrair algumas informações relevantes. O Litoral Norte conta com 90,6% de Vegetação Nativa, na qual estão inseridos os ecossistemas de várzeas, mangues, restingas e matas ciliares. A área de floresta nativa corresponde a 78,53% do território, configurando o Litoral Norte como uma região com alto índice de preservação da vegetação. A criação de Unidades de Conservação, portanto, mostrou-se necessária e muito importante para a região.

Do total de área de vegetação nativa do Litoral Norte, 52,5% estão localizados em Ilhabela e Ubatuba, que contam com, respectivamente, 95,3% e 95% de seu território coberto com vegetação nativa, em sua maior parte, Mata Atlântica. O município com menos áreas de floresta nativa em relação à área total do município é Caraguatatuba, com 80,1%.

O município de Caraguatatuba destaca-se pelo percentual de áreas agrícolas, 9,5% do seu território. Dos outros municípios, apenas Ubatuba também possui áreas agrícolas, entretanto, praticamente inexistentes.

Dentre os 5,6% de áreas urbanas no Litoral Norte, Caraguatatuba é o que demonstra maior representatividade, ocupando 34,9% da área total. O município com menor área urbana é Ilhabela, que responde por 15,7% do total de áreas urbanas do Litoral Norte e 3,6% da área do município.

O **Mapa II.5.3-2** com a representação das categorias de análise encontra-se ao final deste item.

## ***Políticas de organização territorial do Litoral Norte de São Paulo***

### ***Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte***

Através do Decreto nº 49.215 de 07 de dezembro de 2004, a região do Litoral Norte passou a ter um instrumento de regulamentação para o uso e ocupação do solo comum a todos os municípios nela contidos, chamado Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte. Este decreto veio a consolidar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.



O processo de construção do Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte envolveu todos os segmentos interessados e contou com a participação dos representantes das áreas técnicas dos órgãos estaduais e das prefeituras, assim como dos representantes da sociedade civil, e está calcado em uma sólida base técnica e cartográfica (SMA/CPLEA, 2005).

O objetivo deste instrumento é promover o ordenamento territorial e disciplinar os usos e atividades de acordo com a capacidade de suporte do ambiente, estabelecer formas de manejo dos organismos aquáticos e procedimentos relacionados às atividades de pesca e aquicultura, de modo a resguardar a pesca artesanal e fornecer subsídios à fiscalização e ao licenciamento ambiental.

O decreto que instituiu o ZEE Litoral Norte estabeleceu uma classificação da Zona Costeira em duas macrozonas, a Zona Terrestre (ZT), e a Zona Marítima (ZM). A Zona Marítima engloba todos os ecossistemas e recursos naturais existentes a partir do limite superior da preamar de sizígia até a isóbata de 23,6m, tendo como base de referência cartográfica as cartas náuticas e tábuas de marés para o Porto de São Sebastião da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha. Estão incluídas também na faixa marinha as ilhas, ilhotas, lajes e parcéis.

O zoneamento da região destacou as discussões em torno da especificidade do processo de ocupação do Litoral Norte, caracterizado pela presença de condomínios de alto padrão com baixa densidade demográfica, além do potencial turístico da região. Outro tema dominante foi a questão da pesca artesanal e da agricultura de subsistência, visando proteger a atividade agrícola e a pesca artesanal da crescente expansão urbana e das ações predatórias. Com relação à pesca, optou-se pela criação de uma zona destinada ao desenvolvimento da atividade pesqueira, da qual foi excluída a pesca de arrasto e a industrial, com o objetivo de preservar os recursos pesqueiros e a pesca artesanal (SMA/CPLEA, 2005).

O ZEE Litoral Norte, portanto, tem a importante função de servir como base para o planejamento territorial da região, sendo o principal subsídio para a elaboração dos Planos Diretores municipais. Os quatro municípios que compõem

a região do Litoral Norte possuem Plano Diretor, mas apenas Ilhabela e Ubatuba possuem Planos Diretores em conformidade com o ZEE Litoral Norte. O município de Caraguatatuba possui um Plano Diretor aprovado em 1992, e São Sebastião em 1997, ou seja, muito anteriores à Lei Estadual de Gerenciamento Costeiro e ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte.

### Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte

O Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte, elaborado pelo Comitê de Bacias do Litoral Norte prevê uma série de ações com o intuito de atingir metas para uma gestão adequada dos recursos hídricos da região. Dentre as metas a serem atingidas, conforme o Plano de Bacias Hidrográficas (2009) pode-se destacar a implantação de um banco de dados geográficos sobre a situação dos mananciais e a implantação de uma rede de monitoramento integrado de dados de vazão, meteorologia e maregrafia dos principais rios.

O Plano também possui a meta de garantir que todos os efluentes e resíduos gerados no âmbito do Litoral Norte possuam o tratamento e destinação final adequados e de ampliar a cobertura da rede geral de esgotamento sanitário. Também é previsto neste Plano a inserção das proposituras do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte (Agenda 21).

O Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte (2008) foi elaborado segundo os princípios da Agenda 21 Global e do Brasil. A Agenda 21 Global é um documento que contempla ações e objetivos para regular a atuação do homem e a satisfação de suas necessidades básicas sem o comprometimento da capacidade de regeneração dos recursos naturais, para garantir às gerações futuras que usufruam de um meio ambiente sadio.

Os eixos básicos deste Plano são:

- Gestão dos recursos naturais e culturais, para alcançar a utilização sustentável dos recursos naturais;
- Mudança no padrão de consumo e construção para alcançar a integração plena das cidades com os Parques Estaduais;

- Redução das desigualdades sociais;
- Integração institucional e regional de novos modelos de gestão em conjunto a posturas de cidadania responsável;
- Compartilhamento dos recursos tecnológicos e instrumentos de gestão, promovendo o desenvolvimento saudável e contínuo em toda a região.

Além disso, o Plano foi dividido em doze temas prioritários: saneamento, uso e ocupação do solo, demografia, áreas naturais protegidas, turismo, recursos hídricos, populações indígenas e tradicionais, patrimônio histórico e arquitetônico, educação ambiental, geração de renda, ecossistemas costeiros e mudanças no padrão de produção e consumo. Cada um destes doze temas possui objetivos específicos, atividades a serem implementadas e metas a serem atingidas.

### Plano Diretor

No âmbito municipal, conforme já esclarecido anteriormente, o Plano Diretor se configura como o mais importante instrumento de gestão que regulariza o desenvolvimento do município. Sua finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, objetivando assegurar melhores condições de vida para a população. Dentre os quatro municípios inseridos no Litoral Norte do estado de São Paulo, Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba possuem Plano Diretor, sendo o de Caraguatatuba o mais recente e de São Sebastião encontra-se em processo de revisão e com previsão de ser sancionado até o fim deste ano.

Em 24 de Novembro de 2011 é sancionada a lei complementar Nº 42, que dispõe sobre o primeiro Plano Diretor do Município da Estância Balneária de Caraguatatuba. Esta lei institui o Plano Diretor, como instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento municipal e urbano, determinante para todos os agentes públicos e privados que atua no Município. O Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

A Lei nº 421 de 2006, instituiu o Plano Diretor em Ilhabela. A legislação define o Plano Diretor do município como sendo um instrumento normativo e orientador do modelo espacial de cidade, que incorpora o enfoque socioambiental de planejamento, na definição das diretrizes e das estratégias para a execução de planos, programas e projetos especiais, enfatizando a participação pública da sociedade, a sustentabilidade econômica, social e ambiental do arquipélago de Ilhabela.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental de Ilhabela (PDDSA-Ilhabela) compreende oito estratégias que incorporam as políticas, programas e projetos, que serão adotadas como instrumentos para garantir e promover um equilíbrio entre as potencialidades naturais do arquipélago e as necessidades humanas de moradia, saneamento básico, segurança, alimentação, transporte, lazer, cultura, educação e saúde. As estratégias são relativas à: Estruturação Urbana; Ordenamento Territorial e Modelo de Cidade; Proteção e Qualificação Ambiental; Mobilidade Urbana; Educação e Cultura; Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Promoção Econômica; Qualidade de vida e saúde; Terra Pública e Privada.

O **Quadro II.5.3-4** a seguir apresenta os instrumentos de organização territorial instituídos nos municípios do Litoral Norte de São Paulo.

O primeiro plano diretor de São Sebastião data de 1999, e foi aprovado pela Lei Complementar nº 01/99, com validade de 1999 a 2004. Em setembro de 2007 a Prefeitura lança edital para novo estudo e inicia processo de revisão e elaboração de nova proposta de Plano Diretor para o Município. O documento encontra-se em fase final de aprovação e a gestão pública acredita que no próximo semestre será sancionada a lei que institui o novo Plano Diretor do Município de São Sebastião, que inclusive revisara a Lei Nº561 de 1987 que estabelece normas para uso e ocupação do solo.

O primeiro Plano Diretor de Ubatuba (Lei n. 711 de 14 de fevereiro de 1984), devido a sua data de publicação e as modificações, não só do ordenamento jurídico brasileiro como também da realidade sócio-econômica e ambiental do município, não refletia, as necessidades referentes a uma ocupação adequada da região. Sendo necessária a elaboração de um novo estudo e sancionada uma

nova lei Nº 2892 de 15 de dezembro de 2006, que instituiu o Plano Diretor Participativo e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Ubatuba. O município em 30 de novembro de 2010 aprovou a lei 97/10 de uso e ocupação do solo que substituiu a Lei 711, de 1984, que se encontrava obsoleta e inaplicável à realidade do município.

#### **Quadro II.5.3-4 - Instrumentos de Ordenamento Territorial no Nível Municipal**

<b>Política Urbana</b>	<b>Caraguatatuba</b>	<b>Ilhabela</b>	<b>São Sebastião</b>	<b>Ubatuba</b>
Plano Diretor	Sim	Sim	Sim	Sim
Conselho de Desenvolvimento Urbano	Não	Não	Sim	Sim
Zoneamento Especial de Interesse Ambiental	Não	Sim	Não	Não
Legislação de Proteção e Controle Ambiental	Não	Sim	Não	Não
Lei de Perímetro Urbano	Sim	Sim	Sim	Sim
Lei de Zoneamento	Sim	Sim	Sim	Sim
Lei de Parcelamento do Solo	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Fundação SEADE, 2011

### **II.5.3.A.2 - Estado do Rio de Janeiro**

#### **1) Política Estadual dos Recursos Hídricos**

Dois anos após as Políticas Nacionais de Recursos Hídricos serem instituída, o Estado do Rio de Janeiro instituiu sua Política Estadual de Recursos Hídricos e criou seu Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIEGREH), através da Lei Estadual 3.239, de 02 de agosto de 1999.

A Política Estadual de Recursos hídricos criou também o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Suas finalidades e objetivos são voltados à valorização dos corpos d'água de domínio estadual. Dentre os objetivos do CERH está orientar a implantação da Política Estadual, a aplicação de seus instrumentos e a atuação do SIEGREH, além de aprovar propostas de criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBN do Estado.

#### **2) Comitê de Bacias Hidrográficas**

Os comitês de bacia hidrográfica foram criados para gerenciar o uso dos recursos hídricos de forma integrada e descentralizada, com a participação da sociedade.

Instituídos pela lei que estabeleceu a Política Estadual de Recursos Hídricos (3.239/99), os colegiados são compostos por representantes do Poder Público, da sociedade civil e de usuários de água. Essa formação tem como objetivo garantir a deliberação de decisões que influenciem na melhoria da qualidade de vida da região e no desenvolvimento sustentado da bacia.

A partir dos comitês, o estado do Rio de Janeiro foi dividido em 10 Regiões Hidrográficas, de acordo com afinidades geopolíticas e as bacias que abrangem. O objetivo desta divisão é possibilitar a harmonização de conflitos e promover a multiplicidade dos usos, a conservação e a recuperação da água, garantindo o uso racional e sustentável dos corpos hídricos. Também é função dos colegiados articularem a atuação de entidades intervenientes, aprovar critérios de cobrança e o plano de bacia, inclusive acompanhando sua execução.

Os Comitês têm como braço executivo as Agências de Bacia, responsáveis pela atualização do balanço hídrico, da disponibilidade de água e do cadastro de usuários, além da operacionalização da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, mediante delegação.

De acordo com o *site* do INEA (2011), os comitês de bacia já formados são: Comitê Guandu; Comitê Macaé; Comitê Lago São João; Comitê Baía de Guanabara, ecossistemas lagunares de Maricá e Jacarépaguá; Comitê Piabanha; Comitê Rio Dois Rios; Comitê do Médio Paraíba do Sul e Comitê do Baixo Paraíba do Sul.

### **3) Zoneamento Ecológico Econômico**

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Rio de Janeiro foi regularizado pela Lei nº5. 067 no ano de 2007 e está atualmente em fase final.

De acordo com o Portal do ZEE- RJ (2011), o Programa de ZEE iniciou-se no Estado do Rio de Janeiro dentro da Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF), através da necessidade de monitoramento da cobertura vegetal de seu território. Foi criado um projeto denominado SIG-VERDE, no qual se utilizaria do ferramental dos sistemas de informação geográfica para avaliar as alterações no

tamanho dos remanescentes florestais do Estado. Dentro do Programa ZEE/RJ foi criado primeiramente um grupo de trabalho que gerou posteriormente uma Comissão Estadual de ZEE do Rio de Janeiro (CEZEE/RJ) composta por várias Secretarias de Estado e entidades vinculadas ao ZEE.

O ZEE/RJ dividirá o território em zonas, de acordo com a necessidade de proteção na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, devendo também ser considerados: os tipos de solo aptos às práticas agrícolas; as condições climáticas e hídricas que influenciam o plantio em cada Região Hidrográfica; a situação de áreas florestais correspondentes às APPs e RLs das propriedades rurais; a localização de áreas de expansão industrial; as atividades extrativistas; a rede urbana e sua expansão; a rede de transportes; os ecossistemas e a biodiversidade; as bacias hidrográficas.

#### **4) Gerenciamento Costeiro**

A zona costeira, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, pode ser considerada como um espaço repleto de contrastes, constituindo-se, dessa forma, um campo privilegiado para o exercício de diferentes estratégias de gestão ambiental. Ao longo do litoral, são encontradas áreas para onde converge intensa urbanização, atividades industriais de ponta e atividades portuárias, bem como uma exploração turística em larga escala.

Um aspecto fundamental associado à questão dos usos desse espaço e dos recursos ambientais da zona costeira reside no fato de que, nesses locais, são apresentados, em geral, quadros problemáticos do ponto de vista da gestão ambiental, o que demanda ações de caráter corretivo, com a mediação dos conflitos de uso dos espaços e recursos comuns e de controle do impacto sobre o ambiente marinho, decorrente de poluição e contaminação por diferentes tipos e fontes.

O Gerenciamento Costeiro, conforme já citado, é um programa do Governo Federal que tem como objetivo orientar e disciplinar a utilização racional dos recursos ambientais da Zona Costeira de forma a contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, promovendo a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

Está integrado ao Programa Nacional do Meio Ambiente II - PNMA II, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA.

A partir da promulgação da Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, fundamentado na Política Nacional de Meio Ambiente, os estados ficam obrigados a instituírem coordenações estaduais de Gerenciamento Costeiro.

Dessa forma, conforme o Decreto 5.300, de 2004, que regulamenta o PNGC, Compete ao Estado do Rio de Janeiro, através da sua coordenação Estadual de Gerenciamento Costeiro, as atribuições apresentada a seguir.

O Poder Público Estadual, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, planejará e executará as atividades de gestão da zona costeira em articulação com os Municípios e com a sociedade, cabendo-lhe:

- I. Designar o Coordenador para execução do PEGC;
- II. Elaborar, implementar, executar e acompanhar o PEGC, obedecidas a legislação federal e o PNGC;
- III. Estruturar e manter o subsistema estadual de informação do gerenciamento costeiro;
- IV. Estruturar, implementar, executar e acompanhar os instrumentos previstos no art. 7º, bem como os programas de monitoramento cujas informações devem ser consolidadas periodicamente em RQA-ZC, tendo como referências o macrodiagnóstico da zona costeira, na escala da União e o PAF;
- V. Promover a articulação intersetorial e interinstitucional em nível estadual, na sua área de competência;
- VI. Promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no gerenciamento costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico;
- VII. Elaborar e promover a ampla divulgação do PEGC e do PNGC;
- VIII. Promover a estruturação de um colegiado estadual.



#### **4.1) Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

O processo de ocupação da Região Metropolitana Fluminense encontra-se estreitamente relacionado à expansão do município do Rio de Janeiro, na medida em que se constituiu como ponto de partida para sua expansão.

A difusão das linhas de bonde e da malha ferroviária teve importante papel no processo de integração das áreas urbanas da Região Metropolitana Fluminense, integrando a cidade aos bairros distantes, assim como a implantação de novos eixos de acesso ao Rio de Janeiro, como a Rodovia Washington Luís (BR-040), a Presidente Dutra (BR-116) e a construção do metrô (MARAFON ET al. 2005).

A polarização em torno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tanto em relação à dinâmica demográfica quanto ao que tange à esfera econômica, não é um fato recente, estando vinculada com a separação político-administrativa entre a cidade do Rio de Janeiro e o interior do estado. Como é sabido, o município carioca ostentou a condição de Distrito Federal, e posteriormente integrou o Estado da Guanabara. No entanto, mesmo após a fusão entre a cidade do Rio de Janeiro e seu entorno físico em 1975, as disparidades existentes entre a primeira e o interior do estado não diminuíram, ratificando a concentração metropolitana como umas das mais marcantes características do território fluminense (RIBEIRO, 2001).

Visto isso, apesar do crescimento econômico e do dinamismo apresentado pela Região Metropolitana Fluminense, esta se constituiu como um espaço marcado por acentuadas disparidades e contradições sociais, evidenciados pela distribuição desigual dos serviços e equipamentos urbanos, a crescente demanda por habitação, marcada pelo aumento das sub-moradias e pela expansão das favelas, a intensa degradação do meio ambiente e o conseqüente esgotamento dos recursos naturais (CIDE, 2004).

Os municípios de Niterói e Rio de Janeiro se apresentam como as maiores áreas com ocupação urbana no estado. Ambos os municípios representam as duas maiores cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ, com características essencialmente urbanas. São áreas complexas, com presença de

usos residenciais, comerciais, de serviços e industriais, com expressiva presença de usos institucionais, decorrentes de suas funções como capital estadual (Rio de Janeiro) e da sua função como antiga capital federal.

Em Niterói, com a elaboração dos Planos Urbanísticos Regionais – PUR, ocorreram grandes movimentos em certos bairros mais nobres – como São Francisco e na Região Oceânica – contra o aumento indiscriminado do gabarito, que o poder público tentou impor com a aprovação dos Por, assim como na Zona Sul do Rio de Janeiro, com a tentativa de alteração da legislação de construção urbana. Estes bairros tiveram sucesso, ainda que temporário ou parcial, em barrar estas tentativas enquanto outros, com menor poder aquisitivo e/ou em locais menos “nobres”, sofrem adensamentos de construções verticais e consequente aumento de população, sem os investimentos adequados em infraestrutura.

Esta situação, reflexo do processo histórico de uso e ocupação, já se faz sentir em quase todos os grandes centros, em perda da qualidade de vida da cidade como um todo, com o aumento do caos no trânsito, ocupação de zonas de risco, saturação dos serviços públicos, violência e outros aspectos negativos de cidades que não planejaram adequadamente o crescimento urbano.

Na Região Oceânica de Niterói, área muito valorizada pela balneabilidade das praias, destaca-se a expansão urbana com o aumento de construções de condomínios de luxo na região (Paez, 2006). A necessidade de mão de obra, no entanto, cria áreas com tendências de desvalorização na mesma região, uma vez que atrai populações com baixas rendas, iniciando um processo de favelização.

A cidade do Rio de Janeiro no contexto da Gestão Costeira apresenta-se como um caso à parte, uma vez que é o município com maior complexidade de ocupação e de usos do solo. Os bairros litorâneos onde estão as praias de maior apelo turístico e habitacional, como Copacabana, Ipanema, Gávea, Leblon e Barra da Tijuca, são locais de alta concentração urbana, requerendo estratégias de gestão diferenciadas.

As atividades humanas exercem um fator de pressão direta sobre o ambiente costeiro. A zona Sul, situada entre o Maciço da Tijuca, o Oceano Atlântico e a baía de Guanabara possui a segunda maior densidade demográfica dentre as regiões da cidade, com poucos espaços passíveis de ocupação, constituindo-se umas das mais importantes zonas residenciais da cidade.

O bairro do Leblon, constituinte desta zona, configura um exemplo dentro desta situação de saturação do espaço. Com base nesta visão, o adensamento populacional no bairro traz consequências para o meio e se traduz em um fator específico de pressão sobre este ambiente, considerando que o bairro forma uma importante área residencial concentradora de população de alta renda na orla do Rio de Janeiro.

O município de Maricá, como os demais municípios fluminenses, apresenta uma zona urbana concentrada no litoral e no entorno da lagoa. São áreas destinadas principalmente ao uso residencial, com especial destaque para as residências de temporada, que caracterizam a atividade turística local, e o uso comercial e de serviços, também direcionados para a atividade turística. As áreas ocupadas com agricultura, que hoje se constituem em 17,7% do território municipal (**Quadro II.5.3-5**), vêm perdendo espaço para a expansão urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esse crescimento desordenado resultou, entre outras consequências, no aterro de áreas de manguezais, na drenagem de áreas úmidas e na abertura e fechamento de canais.

O **Quadro II.5.3-5** a seguir apresenta o percentual dos tipos de Uso e Ocupação do Solo para os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O **Mapa II.5.3-3** com a representação das categorias de análise encontra-se ao final deste item.

**Quadro II.5.3-5 - Categorias de Análise de Uso e Ocupação do Solo**

Municípios	Agricultura (%)	Água (%)	Cordões Arenosos (%)	Vegetação Nativa (%)	Ocupação Urbana (%)	Reflorestamento (%)	Solo Exposto (%)
Rio de Janeiro	11,8	0,76	0,1	23	34,3	0,01	0,5
Niterói	7,9	3,2	0,4	44,8	41,6	0	2
Maricá	17,7	9,9	1,52	52,44	17,95	0	0,5

O município de Maricá apresenta a menor área urbana, com 17,95%, e o maior percentual em relação à presença de vegetação nativa, 52,44%. Os municípios de Rio de Janeiro e Niterói apresentam as maiores áreas com ocupação urbana da Região Metropolitana e também do estado.

## ***Políticas de organização territorial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro***

### ***Plano Diretor***

Segundo a legislação estadual (1989), os Planos Diretores dos municípios do Rio de Janeiro devem conter as diretrizes de uso e ocupação do solo, vocação das áreas rurais, defesa dos mananciais e demais recursos naturais, vias de circulação integrada, zoneamento, índices urbanísticos, áreas de interesse especial e social, diretrizes econômico-financeiras e administrativas. Fica estabelecida também pela Constituição Estadual, que qualquer intervenção dos órgãos federais, estaduais e municipais deverá estar de acordo com as diretrizes do Plano Diretor e é garantida a participação em sua elaboração e implementação.

Todos os municípios da Área de Influência inseridos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro possuem Plano Diretor.

O Plano Diretor do município do Rio de Janeiro foi revisado no ano de 2011 através da lei complementar nº 111. A política urbana será implementada baseada em princípios como o do desenvolvimento sustentável; preservação ambiental e a equidade social; valorização, proteção e uso sustentável do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio; democracia participativa e a garantia de qualidade da ambiência urbana como resultado do processo de planejamento e ordenação do território municipal.

O Plano Diretor do município de Niterói foi instituído pela lei nº 1.157 no ano de 1992 e recebeu alterações através da lei nº 2.123 no ano de 2004. Seu objetivo principal é orientar o pleno desenvolvimento das diversas funções sociais da cidade e garantir bem estar urbano e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, com utilização de critérios ecológicos e de justiça social.

A lei complementar nº 145 de 2006 estabelece o Plano Diretor do município de Maricá, que tem como objetivo estruturar o meio urbano e rural com um desenvolvimento econômico sustentável integrado ao meio ambiente, compatível com as peculiaridades e necessidades do município e de seus habitantes, visando à moradia adequada, infra-estrutura e equipamentos urbanos suficientes para a promoção da qualidade de vida. Dentre os objetivos específicos do Plano Diretor está preservar o meio ambiente natural e cultural; promover o turismo; orientar e assegurar o desenvolvimento socioeconômico local; orientar a legislação para controlar o parcelamento, o uso e a ocupação do solo urbano.

#### **4.2) Costa Verde**

A Região da Costa Verde englobam os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, situada entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, apresenta um relevo bastante escarpado, sendo as áreas de planície litorâneas bastante restritas, o que moldou de forma indelével o processo de ocupação local.

Diferentemente dos municípios de Angra dos Reis e Paraty, onde o turismo apresenta-se como a principal atividade econômica, em Itaguaí ainda é incipiente, sem infraestrutura de suporte à atividade.

Itaguaí, também diferentemente dos demais municípios do litoral sul fluminense, caracterizados por um tipo de ocupação esparsa, tem o núcleo da sede municipal mais adensado da Região, onde esta concentrada toda sua população urbana.

Essa concentração reflete um tipo de ocupação consequente da proximidade da sede municipal com os distritos industriais instalados no município, que abrigam empreendimentos de grande porte em operação como o Porto de Itaguaí, com importantes terminais de alumínio, contêineres, granéis sólidos ou em fase de instalação como o Porto Sudeste, consolidando uma vocação industrial nas últimas três décadas.

O **Quadro II.5.3-6** abaixo, apresenta os números da população urbana e rural para os municípios da Região da Costa Verde.

### Quadro II.5.3-6 – População urbana e rural dos municípios da Costa Verde

Município	População residente 2010	Urbana	Urbana na sede municipal	Rural	Área Total km <sup>2</sup>	Densidade Demográfica
Angra dos Reis	169.511	163.290	66.424	6.221	825,1	205,45
Itaguaí	109.091	104.209	104.156	4.882	275,9	395,45
Mangaratiba	36.456	32.120	14.419	4.336	353,1	103,25
Parati	37.533	27.689	24.337	9.844	925,1	40,57

Fonte: IBGE, 2011

O município de Mangaratiba, por sua vez, com a construção da rodovia Rio – Santos (parte da BR-101) nos anos setenta, assistiu à valorização do solo urbano, bem como um incremento da construção de residências de fins de semana e férias. A nova estrada gerou ainda diversas atividades ligadas ao turismo, um processo de ocupação de áreas até então inacessíveis e desertas.

Atualmente, as atividades urbanas vêm tomando maior vulto no município, em detrimento da economia agrícola. A população rural vem sendo atraída pelas melhores condições de emprego oferecidas pelas áreas urbanas. Paralelamente tem sido intenso o parcelamento do solo municipal a partir de loteamentos e também por ocupações desordenadas.

Mangaratiba apresenta uma atividade turística já relativamente desenvolvida, Suas características fisiográficas, sua localização geográfica próxima às áreas de grande densidade populacional e concentração econômica e a existência de um sistema viário satisfatório, contribui de modo efetivo para a ligação do município aos centros emissores potenciais de turistas. A implantação de grandes empreendimentos como hotéis, clubes e resorts ajudaram a consolidar o turismo como importante elemento na economia do município.

O município, atualmente, mesmo não tendo se desenvolvido como os outros municípios da Costa Verde, enfrenta problemas ambientais e sociais comuns às cidades brasileiras, tais como: falta de saneamento básico, pobreza urbana, populações rurais e pesqueiras empobrecidas e desestimuladas, problemas de abastecimento de água e luz, ocupações desordenadas, solo empobrecido, comércio desestimulado, desmatamentos, queimadas, pesca predatória, poluição doméstica e industrial, disposição inadequada de lixo, dentre outros.

O **Quadro II.5.3-7** apresenta os números percentuais dos tipos de Uso e Ocupação do Solo para os municípios da Região da Costa Verde. O **Mapa II.5.3-4** com a representação das categorias de análise encontra-se ao final deste item.

**Quadro II.5.3-7 - Categorias de Análise de Uso e Ocupação do Solo**

Municípios	Agricultura/ Pastagens (%)	Cordões Arenosos (%)	Água (%)	Vegetação Nativa (%)	Ocupação Urbana (%)	Solo Exposto (%)
Mangaratiba	9,6	0,1	0,4	87,3	2,4	0,2
Itaguaí	37,9	0,4	0,5	47,3	13,5	0,4
Angra dos Reis	7,4	0,0	0,1	88,7	2,9	0,0
Paraty	7,8	0,0	0,1	89,8	1,6	0,1

Mangaratiba se destaca pela grande área coberta por vegetação nativa, onde estão incluídos os manguezais, restingas e florestas de Mata Atlântica. O município possui apenas 2,4% de seu território constituído como área urbana.

Paraty, com base no levantamento, tem sua área distribuída da seguinte maneira: 89,8% de floresta ombrófila densa (vegetação Nativa) e 7,8% de Agricultura/Pastagens. O município se agrupa com Angra dos Reis (88,7 de Vegetação Nativa e 7,4 de Agricultura/Pastagens) e Mangaratiba como os últimos grandes estoques de formações originais (florestas densas e de vegetação de restinga).

Devido às atividades antrópicas na região a tendência dos ecossistemas florestais contínuos, como as florestas da costa atlântica fluminense, é de fragmentação.

As áreas urbanas de Angra e Paraty apresentam uma mancha dispersa e espaçada que ocupam 1,6% (Paraty) e 2,9% (Angra dos Reis) do território municipal. Observa-se que a ocupação urbana seguida da Agricultura/Pastagem fragmentam as áreas de Vegetação Nativa, podendo gerar impactos no meio ambiente local.

Os municípios de Angra dos Reis e Paraty, embora estejam sobre a influência da rodovia Rio-Santos, dentro de uma mesma regionalização, que suas formas físico-naturais se assemelhem e que o turismo seja um fator de destaque em suas economias, seus espaços não se transformaram da mesma maneira e com igual

intensidade. Processos socioespaciais de uso e ocupação semelhantes possuem respostas variadas em diferentes espaços, consideradas a dinamicidade e a diversidade dos elementos que os compõem.

No presente estudo, a análise dos mapas de uso e ocupação do solo revela que as áreas urbanas apresentam uma tendência de crescimento diferenciada entre os municípios da Costa Verde, onde temos Itaguaí com a maior taxa de densidade demográfica, conseqüente do processo de urbanização acelerado ao qual o Município está sujeito nos últimos anos, devido ao contínuo desenvolvimento do seu parque industrial. Mangaratiba, Angra e Parati em análise a outros tipos de dados ratifica isso que é constatado por meio do mapa, a ocupação urbana ocorrer de forma dispersa e espaçada apresentando inúmeros núcleos urbanos além da Sede Municipal, e todos ocorridos na costa.

Compreender o porquê dessa expansão diferenciada das áreas urbanas, parte da caracterização dos principais elementos causadores das mudanças socioespaciais que se processam nos municípios em análise, além da identificação de aspectos do passado que contribuem para o entendimento dessas transformações.

O **Mapa II.5.3-4** e o **Mapa II.5.3-5** apresenta os eixos de maior densidade de urbanidades, destacando-se aqui aquele que segue em direção à Região da Costa Verde saindo da Região Metropolitana. Neste eixo, o turismo ganha destaque a partir da década de 1970, com a construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101), possibilitando fluxos de investimentos e especulação imobiliária. Além do turismo, a atividade industrial também contribui para a difusão das urbanidades no espaço rural.

Nos municípios da Costa Verde - apesar de constituírem espaços geográficos singulares com seus distintos níveis de interações espaciais – os espaços rurais se transformam, apresentando diferentes tipos de uso e ocupação do solo, incorporando as atividades de turismo e lazer, ou sendo ocupados por empreendimentos industriais.



No início do século XX, a hegemonia econômica de base agrário-exportadora foi sendo substituída pelo processo de modernização brasileiro com ênfase na industrialização, orientado e executado pelo Estado. Como mostra Bertoncello (1992), este processo de modernização, se realiza concomitante à expansão e à consolidação da ordem capitalista internacional, que impõem a lógica do processo de modernização capitalista a diversos espaços, selecionando-os e valorizando-os diferentemente.

Também explicam Rodrigues et al (1992) que, a partir dos anos de 1930, ocorre um deslocamento do eixo de acumulação do setor agrário-exportador para o urbano-industrial e ainda a reelaboração das relações entre Estado, sociedade e economia nacional. Há um aprofundamento da intervenção estatal na economia que se dá, entre outros, por meio de investimentos no setor energético, infraestrutural e industrial, além da regulamentação das relações entre capital e trabalho.

O eixo entre o Rio de Janeiro e São Paulo é escolhido para localizar a fronteira científico-tecnológica por ser a principal ligação entre o litoral e o planalto, estar próximo ao centro de comando militar no Rio de Janeiro, pela articulação terrestre entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A proximidade com São Paulo garante o suprimento de insumos da indústria convencional para a bélica, o acesso aos serviços e mercado de mão-de-obra, além de ser uma área familiarizada com o industrialismo, estagnada economicamente oferecendo pouca resistência ao desenvolvimento do projeto (BECKER; EGLER, 1989).

É nesse contexto de fomento ao desenvolvimento nacional, induzindo a integração do território, o avanço do setor urbano-industrial e o alcance da segurança nacional não apenas no sentido militar, mas científico e tecnológico, que surgem no país, diversos empreendimentos instalados em espaços seletivamente valorizados por suas características naturais, condições políticas e sociais, disponibilidade de recursos e outros, para a região da Costa Verde. Como indica Guanzirolí (1983), durante esse período são implantadas indústrias em Angra dos Reis diretamente relacionadas ao desenvolvimento de outras regiões como o estaleiro naval ligado ao aço produzido em Volta Redonda pela

Companhia Siderúrgica Nacional, o terminal de petróleo da Petrobrás e a usina nuclear Angra I e posteriormente Angra II, fornecendo energia para as indústrias do Rio de Janeiro e São Paulo. Além desses empreendimentos, numa escala regional, a rodovia BR-101 é outro fator importante para caracterizar as transformações socioespaciais que ocorrem em Angra e Parati. Como os demais, sua construção está inserida no conjunto de ações que visam à integração nacional e à modernização do país, servindo ainda para a expansão e consolidação da atividade turística em espaços por onde segue a via.

Os empreendimentos industriais, respeitadas as particularidades de cada um, são sediados em Angra dos Reis e Itaguaí por conta de decisões externas ao local, caracterizam-se pela autonomia e pela gestão à escala nacional, mobilizam enormes fluxos de mão-de-obra em suas construções, transformam o uso do solo municipal e geram conflitos pela propriedade da terra ou pelo aspecto ambiental que os mesmos envolvem.

Como uma das consequências provocadas pela combinação entre a política de incentivo ao setor turístico e a abertura de um eixo de comunicação ligando os municípios da Costa Verde diretamente à Região Metropolitana fluminense e ao litoral paulista tem-se a implantação de condomínios, marinas, hotéis e casas de veraneio ao longo da costa, concentrando-se em Angra dos Reis. A implantação desses tipos de empreendimentos em Parati se manifesta em menor quantidade e de maneira mais tardia, como poderá ser visto no **Item II.5.3.1 - Turismo, Cultura e Lazer**.

A partir desta análise, torna-se possível compreender como os municípios que compõem a Costa Verde se transformam em ritmos distintos, o que é ratificado pela análise de dados socioeconômicos e do conteúdo referencial, onde se interpreta a evolução do uso e ocupação do solo. Se de um lado as décadas de 1960/70 e 80 se destacam pela ocorrência dos acontecimentos citados no presente Item, as décadas seguintes se caracterizam pela consolidação das mudanças que já estavam sendo delineadas.

Com efeito, a observação do que se apresentou aponta para uma maior diversificação das estruturas de uso e ocupação do solo em Angra dos Reis e

Itaguaí comparados aos municípios de Paraty e Mangaratiba. Não é possível avaliar quais foram os benefícios que essas transformações ocasionaram e chegar à conclusão de quem ganhou ou perdeu em seus variados aspectos, se Angra dos Reis e Itaguaí que tiveram suas economias diversificadas e sentem significativamente os impactos do processo industrialização/urbanização ou Parati e Mangaratiba que se distancia consideravelmente desta realidade. É inegável afirmar que as diferentes interações locais/nacionais desenvolvidas ao longo de suas histórias possibilitaram a diversificação das estruturas econômicas e sociais presentes em Angra dos Reis e Itaguaí mais do que em Parati e Mangaratiba.

A abertura de eixos de circulação (de transformações, pode-se dizer), somada a outros fatores permitiu que os municípios percorressem caminhos diversos retratando em suas paisagens certas peculiaridades como a presença de navios petroleiros, perfil de turistas, as encostas ocupadas.

A identificação das diferentes classes de uso e ocupação do solo foi elaborada pela interpretação visual e supervisionada das imagens cartográficas (Mapa de Uso e Cobertura da Terra do estado do RJ no âmbito do ZEE-RJ, Grupo de Sensoriamento Remoto ESPAÇO-Geografia/UFRJ. 2009) disponíveis e definidas como referencial para elaboração do estudo de usos e ocupação do solo na Região da Costa Verde. A classe de Ocupação Urbana caracteriza-se pelo adensamento das construções e intensidade mais alta de uso e ocupação do solo, com maior número de edificações e mais próximas, ruas asfaltadas e baixa concentração de áreas verdes, entre outros.

A observação do **Mapa II.5.3-4** e do **Mapa II.5.3-5** revela que as áreas urbanas concentram-se nos distritos-sede dos municípios, e com exceção de Itaguaí, encontraremos outros núcleos urbanos distribuídos sobre a faixa litorânea da Costa Verde, desde Mangaratiba até Paraty. A tendência de ocupação nos distritos continua, impulsionados pela implantação de complexos turístico-imobiliários que passaram a ocupar extensas áreas do litoral. A macha urbana localizada no limite entre os dois municípios corresponde à área próxima às usinas nucleares Angra I e II.

A área urbana contígua ao centro da cidade de Angra dos Reis é uma das que se destacam em termos de adensamento e ocupação. O aumento populacional foi acompanhado pelo avanço das construções irregulares, expansão das áreas periféricas, um aumento na demanda por infraestruturas, a ocupação de áreas de mangue e o surgimento de bairros compostos, entre outros, de população residente deslocada por força da especulação imobiliária e de pessoas de fora do município atraídas pela oferta de novos postos de empregos.

No caso de Paraty, percebe-se que o avanço das áreas de ocupação urbana constitui um processo mais recente, marcado por crescimentos pontuais e concentrados dessas áreas ao longo do território. Esse crescimento urbano está intimamente associado à intensificação da atividade turística ocorrida com a abertura da rodovia BR-101 na década de 1970, cujos efeitos começam a ser percebidos em fins da década de 1980 e, principalmente, nos anos noventa com o aumento significativo do número de estabelecimentos turísticos.

O maior eixo de expansão das áreas urbanas é o que se prolonga do centro de Paraty e segue pela RJ-165, onde então é caracterizado pelo uso diverso do espaço com a presença de pequenas plantações (palmito, banana, cana-de-açúcar), estabelecimentos comerciais e de hospedagens, restaurantes, residências permanentes e de uso ocasional.

Além do turismo, as duas últimas décadas tem se caracterizado pela reabertura do estaleiro naval, as construções das usinas Angra II e III e a revitalização do porto de Angra. A reabertura do estaleiro se insere na conjuntura de reaquecimento da indústria naval brasileira e tem gerado milhares de empregos para o município de Angra dos Reis, juntamente com o início da construção da Usina Angra III. Além do estaleiro e das usinas, o porto também tem sido alvo de ações que objetivam a sua reestruturação.

A partir das análises descritas é possível compreender que o desenvolvimento socioeconômico se realizou de maneira diferenciada entre os municípios, o que pôde ser comprovado e complementado pela análise de dados socioeconômicos e dos elementos responsáveis pelas transformações que se apresentaram.

Ao realizar a análise constatou-se que existe uma dinâmica diferenciada de transformação em que o município de Angra dos Reis se destaca. Apesar de o turismo ser um fator relevante para entender o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, no caso de Angra dos Reis, outros elementos devem ser considerados para que se possa explicar as transformações socioespaciais ocorridas. Esses elementos se referem aos grandes projetos industriais que se instalam no município, sendo as usinas nucleares, o estaleiro naval e o terminal de petróleo da Petrobrás.

### ***Instrumentos de ordenamento urbano dos municípios da Região da Costa Verde***

A conformação física que toma uma cidade depende dos meios utilizados no processo de sua organização e desenvolvimento. Assim é que a dinâmica de ocupação do espaço urbano está relacionada à regulamentação urbanística existente e posta em prática pelo poder público, notadamente o poder municipal. Apresentaremos os instrumentos que a gestão urbana dos municípios da Costa Verde utilizam no ordenamento espacial e no atendimento dos serviços urbanos de suas cidades. Antes, porém, é importante discorrer um pouco sobre a Política Urbana enquanto referencia para intervenção no espaço da cidade, em conformidade com o que estabelece o artigo 182 da Constituição Federal: *que a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos seus habitantes*. Também está explícito que a sua execução fica a cargo do Poder Público Municipal, compreendido pelos poderes Executivo e Legislativo.

Com efeito, entende-se que a cidade cumpre com a sua função social quando está equacionado um razoável número de problemas sociais básicos, fundamental requisito ao pleno exercício da cidadania. As cidades que compõem a Região da Costa Verde enquadram-se no conjunto de cidades brasileiras cujo acumulado de problemas urbanos lhes projetam como paradigma indesejável.

Convém reconhecer, no entanto, que as cidades da Costa Verde vem desenvolvendo, a partir da década de 70, uma gestão urbana que se esforça para superar essa condição, caminhando na direção de mudanças na sua paisagem

física e humana. Neste sentido, instrumentos de regulação urbanística e de orientação para o desenvolvimento da cidade foram criados e estão em vigor, como é o caso do Plano Diretor da cidade de Angra dos Reis, enquanto outros estão sendo revistos, a exemplo de Paraty. A lei de Uso e Ocupação do Solo como outros Programas e Projetos de Políticas Públicas Urbanas usados para regular o funcionamento da cidade merecem ser analisados, para que se possa verificar a efetividade de sua aplicação.

### Mangaratiba

A lei nº 544 de 2006 implementou o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável no município de Mangaratiba, com o objetivo geral de garantir a plena realização da função social da cidade e da propriedade, assim como a consolidação da cidadania e participação social, obedecidos os preceitos estipulados pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade, pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro e pela Lei Orgânica do Município de Mangaratiba.

Segundo a legislação, o Plano Diretor abrange todas as áreas emersas e imersas do Município de Mangaratiba, incluindo a projeção da plataforma continental correspondente ao Município, regulamentando seu uso e ocupação de acordo com as disposições contidas nos instrumentos de planejamento e gestão que compõem sua estrutura.

Os objetivos do Plano Diretor de Mangaratiba são:

- I. Fomentar o desenvolvimento socioeconômico em bases socialmente justas e ambientalmente equilibradas, através das atividades, uso e ocupação do território permitido, gerando fontes de renda e circulação de divisas no âmbito do território municipal;
- II. Cuidar do interesse social promovendo a gradativa regularização fundiária, ampliação da estrutura de saneamento básico e de serviços públicos em geral, da urbanização dos adensamentos urbanos e da adequação e conservação do sistema viário municipal, intensificando os investimentos públicos nas áreas de baixa renda;

- III. Proteger o acervo cultural e o patrimônio ambiental, outorgando-lhes o correto nível de importância junto ao processo de desenvolvimento;
- IV. Manter o processo de planejamento e gestão urbano-ambiental de Mangaratiba vinculado a um sistema dinâmico e eficaz de revisão, adequação e atualização de seu conteúdo, assim como o de seus instrumentos.

Em relação aos outros instrumentos de ordenação urbana para o município de Mangaratiba, complementam o Plano Diretor um conjunto de Leis, Códigos e Instrumentos de Políticas Urbanas, a saber: Lei de Zoneamento; Lei de Uso e Ocupação do Solo; Lei de Parcelamento do Solo; Lei do Sistema de Acompanhamento da Gestão Democrática; Sistema Viário.

### Itaguaí

O primeiro Plano Diretor Municipal de Itaguaí foi elaborado pela FUNDREM, em 1976, e teve como premissa a instalação, no município, da Unidade 2 da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, o que não ocorreu.

Em 1992 foi elaborada nova proposta de Plano Diretor, devidamente aprovada pela Câmara Municipal. Porém, o novo plano não foi homologado, nem implementado. Em 2003/2004 foi desenvolvida outra proposta, que não foi aprovada pela Câmara Municipal.

Em 2006, teve início a discussão para uma nova versão da proposta, dando origem ao Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, através da Lei complementar nº 2.585 de 10 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 2.608 de 10 de abril de 2007 – Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Itaguaí. O instrumento estabelece critérios que asseguram a função social da propriedade, cujo uso e ocupação do território devem considerar a legislação urbanística, a proteção de patrimônio ambiental natural e construído e o interesse da coletividade.

O Decreto 3.310 de 29 de outubro de 2007 regulamentou o art. 7º da Lei 2.608 de 10/04/2007 e instituiu o Sistema de participação das comunidades organizadas de Itaguaí na gestão democrática da política urbana municipal. Esse

Decreto criou os Conselhos Comunitários (Art. 2º) para acompanhamento e participação na implementação do Plano Diretor Participativo, de forma a fornecer subsídios e indicar prioridades nos processos de formulação e elaboração do PPA – Plano Plurianual de Administração, da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Municipal. Não definiu, no entanto, a periodicidade de reunião desses conselhos.

### Angra dos Reis

O Município de Angra dos Reis tem sido palco de um processo de ocupação ímpar em função das suas peculiaridades físicas e históricas. São conflitos que derivam da escassez de áreas para expansão num sítio prodigioso em paisagens naturais, gradativamente alterado pela pressão imobiliária advinda de um modelo predatório e excludente. Derivam também da implantação de grandes empreendimentos patrocinados pelo regime autoritário da década de 70, que desconsideraram os impactos negativos sobre a população residente e o meio ambiente natural além de alterar sobremaneira a apropriação do solo no nosso Município. Resultaram enfim, numa ocupação desordenada entre o mar e as montanhas, com praias privatizadas por condomínios de luxo, encostas ocupadas por população de baixa renda e a constante preocupação com acidentes ecológicos.

O Plano Diretor Municipal de Angra dos Reis é a principal referência de ordenamento espacial da cidade, Ele se expressa na Lei 1.754, de 21 de dezembro de 2006, que consubstancia as diretrizes gerais da política urbana do município. Revogando a Lei anterior de Nº 162/L.O., de 12 de dezembro de 1991. Tratando-se, portanto, de um instrumento normativo e estratégico de planejamento do desenvolvimento urbano.

A Lei Nº 1.780, de 08 de fevereiro de 2007, da nova redação a dispositivos da lei Nº 1.754/06 (Novo Plano Diretor Municipal). Dispondo sobre a Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande, que visa complementar as diretrizes gerais determinadas pela Lei 1.754, sobre o uso sustentável de seus recursos ambientais, objetivando a planejamento e a gestão territorial da Ilha Grande, observando os instrumentos legais que dispõem sobre as Unidades de Conservação da Natureza inseridas total ou parcialmente na Ilha.



Em termos de regulação espacial, o município possui instrumentos de planejamento e gestão integrantes do Plano Diretor, como a Lei Nº 2.092, de 23 de janeiro de 2009, que dispõe sobre uso e ocupação do solo e a Lei Nº 2.093, de 23 de janeiro de 2009, as quais ditam as normas e os regulamentos da produção e construção do seu espaço. Essas leis juntamente aos outros instrumentos (Lei de Zoneamento – 2.091/2009; Código de Obras – 2.087/2009; Código de Postura; Código Ambiental; Lei de Plano de Gerenciamento Costeiro Municipal e a Lei do Sistema de Acompanhamento da Gestão Democrática) de planejamento e gestão integrantes do Plano Diretor de Angra dos Reis são em última análise responsáveis pela conformação espacial que toma a cidade.

### Paraty

No Brasil, a definição do espaço urbano e rural é feita pela câmara de vereadores dos municípios, por meio da Lei Orgânica Municipal. Para municípios com mais de 20.000 habitantes, o Ministério das Cidades recomenda que seja feito o Plano Diretor com ampla participação da sociedade.

É aconselhável, também, que o executivo municipal fiscalize o cumprimento da legislação para evitar a urbanização desordenada, danos ambientais e prejuízos econômicos.

Em 2002, através da Lei Nº 1352 o Município de Paraty, instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, propõem um instrumento de planejamento capaz de orientar o desenvolvimento sócio-político e econômico do município de Paraty – Monumento Nacional, considerando prioritariamente as ações de preservação cultural e natural, e atendendo à construção de uma ordem social justa.

Objetivando planejar o desenvolvimento do turismo no Município de forma sustentável, através da promoção da melhoria das relações sociais, da valorização da cultura local, da preservação do meio-ambiente e do desenvolvimento da economia de forma equilibrada e consistente. É instituído o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty, através da Lei Complementar Nº 020/2004.

A contagem populacional de 2010 indicou que Paraty tem 37.533 habitantes, sendo 73,8% na zona urbana e 26,2% na zona rural. (Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

Nos últimos 16 anos, a população de Paraty aumentou quase 40%. (Em 1991, o município tinha 23.928 habitantes).

As comunidades do município estão adquirindo características semelhantes às periferias urbanas, com o aparecimento de inúmeros loteamentos irregulares em áreas onde, até há pouco tempo, predominavam os imóveis rurais.

Em termos ambientais, o crescimento populacional desordenado exerce maior pressão sobre os recursos naturais, por meio de ocupação de áreas de preservação permanente, além de aumentar o consumo de água e gerar maior volume de lixo e de esgotos.

No caso do município de Paraty, é pertinente a revisão da divisão territorial urbano-rural à luz de critérios técnicos com o objetivo de assegurar a manutenção de estoques de terras para a agricultura, ordenar a expansão urbana, contribuir para a proteção do meio ambiente e manter a atratividade turística da região.

O Plano Diretor do município foi revisado em 2006 e sancionado em janeiro de 2007 pela Câmara Municipal de Paraty (lei complementar 034/2007), contrariando a posição do Ministério Público Federal.

Em outubro de 2006, um relatório apontou que o Plano Diretor Participativo, recomendado pelo Ministério das Cidades, deveria indicar, no mínimo:

- os objetivos e estratégias de desenvolvimento da cidade e da reorganização territorial do município;
- as ações e medidas para que a função social da cidade seja cumprida, tanto na área urbana quanto na rural;
- as ações e medidas para que a função social da propriedade seja cumprida, seja ela pública ou privada;

- os instrumentos da política urbana, dentre aqueles previstos no Estatuto das Cidades, e a definição de onde eles serão aplicados;
- um sistema de gestão e acompanhamento da implementação do Plano Diretor.

Este relatório foi apresentado por consultores indicados pelo Núcleo RJ da Campanha do Plano Diretor Participativo, contratados pela Câmara Municipal de Paraty para acompanhar a discussão do plano junto às comunidades.

Além desses pontos, o Plano Diretor sancionado não apresenta mapas dos núcleos urbanos localizados na zona rural, não define áreas de expansão urbana para esses núcleos, nem mapeia as áreas de preservação permanente.

O Plano Diretor denomina “zona de expansão urbana para fins de turismo” toda a faixa litorânea compreendida entre a cidade de Paraty e a divisa de Angra dos Reis.

Além disso, o plano libera construções nas encostas, até a altura de 200 metros em relação ao nível do mar, contrariando as disposições do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Em junho de 2007, o Ministério Público Federal moveu uma ação civil pública contra o Município de Paraty, em razão do Plano Diretor.

O procurador da república considerou que uma série de projetos de obras, aprovados pela prefeitura, contrariam o tombamento federal de todo o município, ocorrido em 1974.

A liminar contra esse Plano Diretor foi concedida em 14 de agosto de 2007 (Processo 2007.51.11000516-1).

Em 2010 a Prefeitura lança um novo processo de revisão e atualização do Plano Diretor da Paraty. Atualmente o processo encontra-se em fase de anteprojeto de lei complementar.

### **II.5.3.B - Grupos de Interesse**

As informações descritas abaixo são fruto de dados do Departamento de Comunicação e Segurança da Informação da PETROBRAS, responsável pela comunicação com as partes interessadas, em conjunto com levantamentos sobre órgãos e instituições potencialmente interligadas com a atividade em questão.

Os grupos de interesse, identificados a partir do uso de recursos marítimos e da dinâmica sociopolítica regional, serão apresentados em 04 (quatro) categorias distintas: Atividade Pesqueira e Indústria Petrolífera; Meio ambiente; Atividade Turística; e *Royalties*. Para isto, serão contempladas as três instâncias governamentais, além do segmento empresarial e a sociedade civil.

Dentre todos os órgãos, instituições e entidades relacionadas ao empreendimento, cabem ressaltar e detalhar:

#### **II.5.3.B.1 - Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA**

O Ministério da Pesca e da Aquicultura é um órgão da administração federal direta e, entre as várias competências definidas pelo Decreto 6.972/09, é responsável pela implantação de uma política nacional pesqueira e aquícola, transformando esta atividade econômica em uma fonte sustentável de trabalho, renda e riqueza.

Criado sob a Lei Federal nº11.958-2009, a entidade atua na política nacional pesqueira e aquícola, abrangendo diversos segmentos como: produção, fiscalização, transporte, beneficiamento do pescado, comercialização, abastecimento e armazenagem, entre outras atribuições.

#### **II.5.3.B.2 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**

Conforme definido por lei, as atividades *offshore* são passíveis de licenciamento ambiental na esfera federal, representada pelo IBAMA, que exerce a função de coordenar, supervisionar, regulamentar e orientar a execução e implementação das ações e atividades relacionadas à gestão do uso dos recursos pesqueiros, além de gerenciar as demandas inerentes aos dispositivos dos acordos nacionais e internacionais, relativos aos recursos pesqueiros.

Para tanto, o IBAMA possui órgãos específicos voltados ao licenciamento ambiental e gestão de recursos pesqueiros, dentre eles: Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG); Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul (CEPSUL); e Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Floresta (DBFLO).

#### ***II.5.3.B.3 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade***

O ICMBio é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, possui como atribuições a gestão das Unidades de Conservação, a criação de novas áreas protegidas e o apoio das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). A instituição ainda é responsável por definir e aplicar estratégias para recuperar o estado de conservação das espécies ameaçadas por meio dos Centros Especializados de Pesquisa.

#### ***II.5.3.B.4 - Controladoria Geral da União***

O CGU é responsável por assistir, de forma direta e imediata, à Presidência da República quanto aos assuntos relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de: controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. Além das atribuições acima, exerce supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno e o Sistema de Correição, assim como as unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a orientação normativa necessária.

#### ***II.5.3.B.5 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis***

Considerada uma autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a ANP é responsável pela execução da política nacional para o setor energético do petróleo, gás natural e biocombustíveis, de acordo com a Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997). A Agência estabelece regras por meio de portarias, instruções normativas e resoluções; promove licitações e a celebração de contratos em nome da União em atividades *offshore*; além de fiscalizar as atividades das indústrias reguladas.

Além de suas atribuições, a ANP é considerada um centro de referência em conhecimento sobre a indústria petrolífera, por meio do Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), e da realização de pesquisas periódicas sobre qualidade e preço dos combustíveis.

#### **II.5.3.B.6 - Capitania dos Portos**

A capitania dos Portos é uma seção da Marinha formada por pequenas guarnições fiscalizadoras relativas à segurança das embarcações e de navegação. Desse modo, estão dentre suas atribuições o cumprimento das normas que regulam os tráfegos marítimos, fluvial e lacustre; a fiscalização do serviço de praticagem; a fiscalização do tráfego aquaviário (FTA), anteriormente denominada "Polícia Naval"; e o auxílio no serviço de salvamento marítimo.

#### **II.5.3.B.7 - Ministério do Turismo**

O Ministério do Turismo objetiva, dentre outras atribuições, a execução da Política Nacional de Turismo, através da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. Promove e assegura a qualidade da prestação do serviço turístico nacional, além de subsidiar planos e programas para o desenvolvimento do setor, na infra-estrutura ou na geração de empregos e renda.

A seguir, apresentam-se os grupos de interesse nas 04 (quatro) categorias predefinidas.

#### **Relação com Atividade Pesqueira**

A interferência da indústria petrolífera com a atividade pesqueira artesanal ocorre devido à zona de exclusão em torno da plataforma (500 metros) por motivos de segurança, além do trajeto das embarcações relacionadas ao empreendimento, somadas à pouca mobilidade dos barcos pesqueiros artesanais, desfavorecendo a exploração de recursos pesqueiros e prejudicando as comunidades locais. Este panorama se torna mais impactante quando considerada a região da Bacia de Santos, com seu forte potencial de desenvolvimento das atividades de exploração petróleo e gás natural.

As colônias de pesca representam uma forma de associação de pescadores que residem nos municípios costeiros. Foram institucionalizadas através da Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008, tornando-se reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídicas próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no artigo 8º da Constituição Federal. Portanto, cabe às colônias a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro da sua jurisdição.

No que se refere às Associações de Pescadores, são portam como entidades não governamentais sem fins lucrativos providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática, como direção e assembléia geral. Servem como instrumento de busca por satisfação das necessidades dos pescadores artesanais. Apesar de não ter representação de classe, como sindicatos e colônias de pesca, as associações de pescadores passaram a ser reconhecidas como órgãos de representação social do grupo pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca a partir de 2003, atual Ministério da Pesca e Aquicultura.

Para este estudo, apresentam-se os grupos de interesse relacionados com a atividade pesqueira e a indústria petrolífera dos 15 municípios fluminenses e paulistas que possuem interferência com o empreendimento que, por sua vez, é ocasionada pela rota das embarcações de apoio nos 04 (quatro) portos marítimos utilizados pelo projeto (**Quadro II.5.3-8**).

Ressalta-se que os contatos em âmbito municipal ausentes referem-se a municípios que não possuem diretorias ou secretarias responsáveis por assuntos náuticos e pesca. Ao longo da listagem dos Grupos de Interesse desta atividade encontram-se os endereços, contatos e atuais responsáveis de todos os municípios em análise.

**Quadro II.5.3-8 - Relacionados com a atividade pesqueira e indústria petrolífera.**

<b>Instituições Governamentais</b>	
<b>Nível Federal</b>	
<b>Ministério da Pesca e Aquicultura</b>	SBS Quadra 02 lote 10 bloco "J" – Ed. Carlton Tower Ministro Luiz Sérgio - Telefone: (61) 2023-3000
<b>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA</b>	SCEN, Trecho 02, Ed. Sede, Brasília / DF – 70818-900 Presidente Curt Trennepohl - Telefone: (61) 3316-1212
<b>Coordenação Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros - CGREP</b>	Edifício Sede do Ibama, SCEN Trecho 2, Bloco "B", Brasília/DF 70.818-900 Coordenador-Geral José Dias Neto - Telefone: (61) 3316-1480
<b>Coordenação Geral de Petróleo e Gás - CGPEG</b>	Praça XV de Novembro, 42/9º andar, Centro, Rio de Janeiro / RJ – 20010-010 Coordenador-Geral Cristiano Vilardo Nunes Guimarães - Telefone: (21) 3077-4266
<b>Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura</b>	SHS Quadra 06, Conjunto A, Bloco E Ed. Brasil XXI - Sala 1013-1016 Brasília - DF - CEP 70322-915 Presidente Fernando Ferreira Telefone: (61) 3323-5831   3323-2063 E-mail: presidencia@conepe.org.br
<b>Superintendência do IBAMA – Estado do Rio de Janeiro</b>	Praça 15 Novembro, 42, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – 20010-010 Superintendente Adilson Gil – Telefone: (21) 3077-4287 / 4290
<b>Superintendência do IBAMA – Estado de São Paulo</b>	Alameda Tietê, 637, Jardim Cerqueira César, São Paulo/SP – 01417-020 Superintendente Murilo Reple Penteadro Rocha – Telefone: (11) 3066-2633 / 2675
<b>Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul – CEPESUL</b>	Av. Ministro Victor Konder, 374, Centro, Itajaí/SC – 88301-700 - Telefone: (47) 3348-6058.
<b>Nível Estadual</b>	
<b>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca – Rio de Janeiro</b>	Rua México, 125/8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – 20031-145 Secretário Felipe dos Santos Peixoto – Telefone: (21) 2333-1600
<b>Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ</b>	Alameda São Boaventura, 770, Fonseca, Niterói / RJ – 24120-191 Diretor-Presidente Marco Antônio Barros Botelho – Telefone: (21) 3601-5008
<b>Capitania dos Portos do Rio de Janeiro</b>	Rua Alfred Agache, s/n, Centro, Rio de Janeiro / RJ – 20021-000 Capitão de Mar e Guerra Walter Eduardo Bombarda – Telefone: (21) 2104-5320
<b>Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo</b>	Av. Miguel Stefano, 3900, São Paulo/SP – 04301-903 Secretária Monika Bergamaschi – Telefone: (11) 5067-0000
<b>Instituto de Pesca do Estado de São Paulo</b>	Av. Francisco Matarazzo, 455, Parque da Água Branca, metrô Barra Funda, São Paulo/SP – 05001-900 Diretoria do departamento – Telefone: (11) 3871-7530
<b>Capitania dos Portos de São Paulo</b>	Cais da Marinha s/nº, Porto de Santos, Santos/SP – 11015-911 Capitão de Mar e Guerra Gerson Luiz Rodriguez Silva – Telefone: (13) 3221-3454.
<b>Base Avançada de Cabo Frio – IBAMA</b>	Rua Vereador Antônio Ferreira dos Santos, 189, Bairro Braga, Cabo Frio/RJ – 28908-200 Coordenador Neemias Pinho – Telefone: (22) 2645-2351
<b>Escritório Regional do Vale do Paraíba e do Litoral Norte do Estado de São Paulo – IBAMA</b>	Rua São Benedito, 446, Centro, Caraguatatuba/SP – 11660-100 Telefone: (12) 38839362
<b>Escritório Regional de Santos – IBAMA</b>	Av. Cel. Joaquim Montenegro, 297, Aparecida, Santos/SP – 11035-001 Chefe Ingrid Maria Furlan Oberg – Telefone: (13) 3227-5775
<b>Escritório Regional de Angra dos Reis – IBAMA</b>	Rua P, 538, Parque das Palmeiras, Angra dos Reis/RJ – 23900-970 Chefe José Olimpio Augusto Morelli – Telefone: (24) 3365-1536

Continua



Continuação (Quadro II.5.3-8)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Nível Municipal</b>
<b>Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Itaguaí</b> Av. Isoldakson Cruz de Brito, 18745, V. Margarida, Itajaí/RJ Secretário Jailson Barbosa Coelho – Telefone: (21) 2688-8633
<b>Secretaria de Atividades Econômicas de Angra dos Reis</b> Avenida Almirante Júlio César de Noronha, 317- São Bento, Angra dos Reis- 23900-010 Secretário Josias Martins do Carmo Filho- Telefone: (24) 3377-5786
<b>Secretaria de Pesca e Agricultura de Paraty</b> Av. Orlando Carpinelli, sn – Pontal – Paraty/RJ Secretário Adilson José de Oliveira-Telefone: (24) 3371-2112
<b>Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnologia de Mangaratiba</b> Praça Robert Simões, 92, Centro, Mangaratiba/RJ Secretário Ricardo Albuquerque – Telefone: (21) 2789-6000
<b>Secretaria de Agricultura e Pesca de Ubatuba</b> Rua Dona Maria Alves, 882, 1º andar, Centro, Ubatuba/SP Secretária Valéria Cress Gelli – Telefone: (12) 3833-3500 / 2528
<b>Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Caraguatatuba</b> Av. Frei Pacífico Wagner, 945, Centro, Caraguatatuba/SP Secretária Maria Inez Moura Biondi – Telefone: (12) 3897-2530
<b>Secretaria de Turismo, Comércio e Assuntos Náuticos de Bertioga</b> Av. dos Coqueiros, 114, Jd. Veleiros, Bertioga/SP – 11250-000 Secretário José Luiz Zuppani – Telefone: (13) 3317-4889
<b>Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário de Guarujá</b> Av. Santos Dummont, 640, Santo Antônio, Guarujá/SP – 11432-502 Secretário Luiz Carlos de Paula Coutinho – Telefone: (13) 3308-7610
<b>Secretaria de Assuntos Portuários e Marítimos de Santos</b> Praça dos Expedicionários, 10, 9º andar, Gonzaga, Santos/SP – 11010-900 Secretário Sérgio Paulo Perucci de Aquino – Telefone: (13) 3295-8900
<b>Secretaria de Comércio, Indústria e Negócios Portuários de São Vicente</b> Rua José Bonifácio, 404, 3º andar, Centro, São Vicente/SP – 11310-080 Secretário Fernando Bispo – Telefone: (13) 3569-22111
<b>Diretoria de Agricultura, Abastecimento e Pesca de Mongaguá</b> Estrada da Água Branca, s/n, Zona Rural, Mongaguá/SP – 11730 Diretor Marcílio Henrique Hungria Pinto – Telefone: (13) 3448-1127
<b>Departamento de Desenvolvimento Econômico de Itanhaém</b> Av. Washington Luiz, 75, Centro, Itanhaém/SP – 11740-000 Diretor Odil Vasquez Junior – Telefone: (13) 3421-1600
<b>Entidades de Pesca (Sindicatos, Federações, Colônias, Capatazias e Associações)</b>
<b>Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – FEPERJ</b> Rua Visconde do Rio Branco, 10, Centro, Niterói/RJ – 24020-000 Presidente José Maria Pugas – Telefone: (21) 2629-7178
<b>Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado Rio de Janeiro – FAPESCA</b> Av. Carlos Ermelindo Marins, 294, Jurujuba, Niterói/RJ – 24370-195 Presidente Misael de Lima – Telefone: (21) 2610-2599
<b>Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – SAPERJ</b> Rua Engenheiro Fábio Goulart, 605, Ilha da Conceição, Niterói / RJ – 24050-090 Presidente Edinea Costa Santos – Telefone: (21) 2621-8731
<b>Sindicato da Indústria do Pescado do Estado do Rio de Janeiro – SIPERJ</b> Rua Visconde de Uruguai, 535 / 11º andar, Centro, Niterói / RJ – 24030-077 Presidente Adalberto Soares Da Hora – Telefone: (21) 2717-6892
<b>União das Entidades de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro – UEPA</b> Rua Cabral Neto s/nº, Ponta Grossa dos Fidalgos, Campos dos Goytacazes / RJ – 28148-000 Coordenador Francisco da Rocha Guimarães – Telefone: (22) 9905-7978

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-8)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Entidades de Pesca (Sindicatos, Federações, Colônias, Capatazias e Associações)</b>
<b>Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo – FEPEESP</b> Av. Dino Bueno, 114 – Ponta da Praia – Santos-SP – CEP: 11030-350 Tel: (13) 3261-2992 Fax: (13) 3261-4700
<b>Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado de São Paulo – SAPIESP</b> Rua Vereador Henrique Soler, 258 – Santos/SP Tel: (13) 3261-5380
<b>Sindicato da Indústria da Pesca no Estado de São Paulo – SIPESP</b> Av. Paulista, 1.159 – 12º andar, Bela Vista, São Paulo/SP – 01311-200 Presidente: Roberto Kikuo Imai – Telefone: (13) 3227-5728
<b>Sindicato de Pescadores e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo</b> Rua Vereador Henrique Soler, 279, Santos/SP Telefone: (13) 3261-2585 ou 3261-2930
<b>Colônia de Pescadores Z-07 (Itaipu / Niterói)</b> Praça de Itaipu, s/nº, Niterói/RJ – 14340-330 Representante Aurivaldo José Almeida – Telefone: (21) 2609-4332
<b>Colônia de Pescadores Z-08 (Centro / Niterói)</b> Rua Visconde do Rio Branco, 10, Ponta da Areia, Niterói/RJ – 24020-006 Representante Gilberto Alves – Telefone: (21) 2621-8488
<b>Colônia de Pescadores Z-15 (Praia de Sepetiba / Rio de Janeiro)</b> Praia de Sepetiba, 1886, Sepetiba, Rio de Janeiro/RJ – 23545-010 Telefone: (21) 2419-6021
<b>Colônia de Pescadores Z-14 (Pedra de Guaratiba / Rio de Janeiro)</b> Rua Barros de Alarcão, 401, Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro/RJ – 023027-340 Representante Ubirajara dos Passos Dias – Telefone: (21) 3404-7952
<b>Colônia de Pescadores Z-13 (Copacabana / Rio de Janeiro)</b> Av. Atlântica, s/nº, Posto 06, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ – 22010-000 Representante Kátia Janine – Telefone: (21) 2227-3388 / 8724-9392
<b>Colônia de Pescadores Z-11 (Ramos / Rio de Janeiro)</b> Av. Brasil, 8666, Ramos, Rio de Janeiro/RJ – 21012-351 Representante Gilberto Gonçalves da Silva – Telefone: (21) 2270-5989
<b>Colônia de Pescadores Z-10 (Ilha do Governador / Rio de Janeiro)</b> Praça São Pedro, 04, Zumbi, Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ – 21930-160 Representante Aníbal – Telefone: (21) 3396-9051
<b>Colônia de Pescadores Z-12 (Caju / Rio de Janeiro)</b> Rua Carlos Seidl, 910, Caju, Rio de Janeiro/RJ Representante Jorge dos Reis Sodré – Telefone: (21) 2580-8676
<b>Colônia dos Pescadores Z-16 de Itacuruçá</b> R Manoel Valentim, 218, Itacuruçá, Mangaratiba/RJ – 23860-000 Presidente: Expedito Luis de Melo
<b>Colônia de Pescadores Z-17 de Angra dos Reis</b> Endereço: Av. Almirante Júlio César de Noronha - São Bento. Angra dos Reis - RJ. Presidente Alexandre de Castro - Telefone: (24) 3365-4654
<b>AMBIG – Associação de Maricultores da Baía da Ilha Grande</b> Endereço: Rua José Sebastião, 60 - Marinas. Angra dos Reis - RJ. Presidente: Ronaldo de Souza Viana - Telefones: (24) 9817-3400 / 3364-4288
<b>COPEMAR – Cooperativa de Maricultores de Angra dos Reis</b> Endereço: Rua José Sebastião, 60 - Marinas. Angra dos Reis - RJ. Presidente: Ronaldo de Souza Viana - Telefone: (24) 9817-3400 / 3364-4288
<b>SIMPPEBIG - Sindicato dos Produtores de Pesca da Baía da Ilha Grande</b> Endereço: Rua Poeta Brasil dos Reis, 189 sala B - Praia do Anil. Angra dos Reis - RJ. Presidente Jediel de Castro - Telefone: (24) 3365-1595
<b>PROPESCAR - Cooperativa de Produtores da Pesca de Angra dos Reis</b> Endereço: Cais de Santa Luzia, 08 - Centro. Angra dos Reis - RJ. Telefone: (24) 3365-4117- Fax: (24) 3365-0996 - Presidente: Francisco Paulo de Oliveira

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-8)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Entidades de Pesca (Sindicatos, Federações, Colônias, Capatazias e Associações)</b>
<p><b>Colônia de Pescadores Z-18 de Paraty</b> Rua José do Patrocínio s/nº - Ilha das Cobras Presidente : Márcio Alvarenga Telefone: (24) 3371-3088</p>
<p><b>AMAPAR- Associação de Maricultores de Paraty</b> Rua Antônio de Oliveira Vidal, nº210, Casa A, Chácara, Paraty/RJ Presidente Fabrício do Espírito Santo</p>
<p><b>Colônia de Pescadores Z-10 Ubatuba</b> Rua Gastão Madeira, 120, Centro, Ubatuba/SP – 11680-000 Presidente Maurici da Silva – Telefone: (12) 3836-1448</p>
<p><b>Colônia de Pescadores Z-08 Caraguatatuba</b> Av. Sergipe, 1021, Indaiá, Caraguatatuba/SP – 11675-190 Presidente Anaildo dos Santos – Telefone: (12) 3882-1421</p>
<p><b>Colônia de Pescadores Z-14 São Sebastião</b> Rua Martin do Val, 74, São Sebastião/SP – 11600-000 Presidente Acácio Valdemiro da Luz – Telefone: (12) 3862-2687</p>
<p><b>Colônia de Pescadores Z-06 Ilhabela</b> Rua Dr. Carvalho, 150, Centro, Ilhabela/SP Presidente Roberto Lourdes do Nascimento – Telefone: (12) 9603-2513</p>
<p><b>Colônia de Pescadores Z-23 Bertioga</b> Av. Vicente de Carvalho, 295, Centro, Bertioga/SP – 11250-000 Representante Enéas Xavier – Telefone: (13) 3317-7836</p>
<p><b>Colônia de Pescadores Z-03 Guarujá</b> Rua Itapema, 15, Jardim Enguaguaçu, Guarujá/SP – 11450-530 Telefone: (13) 3352-6820 / 1165</p>
<p><b>Colônia de Pescadores Z-01 Santos</b> Av. Dino Bueno, 114, Ponta da Areia, Santos/SP – 11030-350 Telefone: (13) 3261-2992</p>
<p><b>Colônia de Pescadores Z-04 São Vicente</b> Av. Nilton Prado, 503, Parque Bitarú, São Vicente/SP – 11310-160 Representante Maria Aparecida Nobre da Silva – Telefone: (13) 3468-6939</p>
<p><b>Colônia de Pescadores Z-13 Itanhaém</b> Rua Gentil Pires, 260, CESP, Itanhaém/SP – 11740-000 Representante Luis Fernando Berigui – Telefone: (13) 3422-1548</p>
<p><b>Cooperativa Mista dos Pescadores Sindicalizados do Estado da Guanabara</b> Rua Sete de Setembro, 67, Centro, Rio de Janeiro/RJ – 020050-005 Telefone: (21) 2221-1440 / 1611</p>
<p><b>Cooperativa Mista dos Pescadores da Colônia Caju</b> Rua Carlos Seidl, 910, Caju, Rio de Janeiro/RJ – 020931-004 Telefone: (21) 2580-8331</p>
<p><b>Cooperativa de Pescadores de Marcílio Dias LTDA – MARCOOP</b> Av. Lobo Junior, 02, Penha Circular, Rio de Janeiro/RJ – 021020-124 Representante José Gilberto das Santos – Telefone: (21) 9628-7200</p>
<p><b>Cooperativa de Pesca de São Sebastião</b> Rua Martin do Val, 346, São Francisco, São Sebastião/SP – 11600-000 Presidente Leonardo Kazuhiro Omoni – Telefone: (12) 3862-2103</p>
<p><b>Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba – ALMAJ</b> Av. Carlos Ermelindo Marins, 294, Jurujuba, Niterói/RJ – 24370-195 Representante Misael de Lima – Telefone: (21) 2610-2599</p>
<p><b>Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu – ALPAPI</b> Travessa Tereza, 08, Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro/RJ – 24130-790 Representante Jorge Hamilton – Telefone: (21) 2608-1969</p>
<p><b>Associação dos Pescadores e Amigos da Praia Grande</b> Travessa Praia Grande, s/nº, Centro, Niterói, Rio de Janeiro/RJ – 24020-010 Representante Robson Barbosa Pucempe – Telefone: (21) 2621-0947</p>

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-8)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Entidades de Pesca (Sindicatos, Federações, Colônias, Capatazias e Associações)</b>
<b>Associação dos Pescadores Livres do Gradim – APELGA</b> Rua Cruzeiro do Sul, 05, São Gonçalo, Rio de Janeiro/RJ – 24430-620 - Telefone: (21) 2606-8567
<b>Associação dos Barqueiros de Itacuruça – ABIT</b> Orla de Itacuruça, s/nº Itacuruçá, Mangaratiba/RJ Telefone: (21) 2680-7866
<b>Associação de Pescadores Artesanais e Turismo da Zona Sul de Caraguatatuba</b> Rua LG Câmara Coutinho, 1350, Porto Novo, Caraguatatuba/SP Representante Ronan de Carvalho – Telefone: (12) 3887-7554
<b>Associação dos Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha</b> Rua Sebastiana Felício de Oliveira, 460, Caraguatatuba/SP – 11677-100 Representante José Luis Alves – Telefone: (12) 3884-2763
<b>Associação de Pescadores do Camaroeiro</b> Arthur Costa Filho, entreposto do Camaroeiro, Caraguatatuba/SP Presidente Gláucia Regina do Espírito Santo – Telefone: (12) 9736-3816
<b>Associação de Pescadores de Tabatinga</b> Rua João Manoel de Oliveira, 14, Tabatinga, Caraguatatuba/SP – 11660-000 Presidente Gilmar Antunes da Conceição – Telefone: (12) 3849-9186
<b>Associação Amigos Pescadores de Pontal da Cruz – AAPPC</b> Rua Alameda Santana, 662, Pontal da Cruz, São Sebastião/SP – 11600-000 Presidente Joselito Euzébio de Moraes – Telefone: (12) 9205-7103
<b>Associação de Pescadores da Barra de Maranduba</b> Estrada da Caçandoca, 490, casa 03, Maranduba, Ubatuba/SP – 11680-000 Presidente Mateus Quintino dos Santos – Telefone: (12) 9785-8849
<b>Associação dos Pescadores Profissionais do Saco da Ribeira</b> Rua Projetada 2, 130, Saco da Ribeira, Ubatuba/SP – 11680-000 Presidente Guilherme Crispim Filho – Telefone: (12) 9705-6817
<b>Associação dos Pescadores Artesanais de Ilhabela – APARI</b> Av. Força Expedicionária Brasileira, 301, Saco do Indaiá, Ilhabela/SP – 11630-000 Presidente Djalma Nascimento – Telefone: (12) 9785-8849
<b>Associação dos Moradores e Pescadores de São Pedro – AMPESP</b> Rua Jaguatirica, 164, São Pedro, Ilhabela/SP Presidente Manoel Messias Jacinto – Telefone: (12) 3894-2016
<b>Associação dos Moradores e Pescadores de Enseada (São Sebastião)</b> Rua Sebastião Eduardo de Moraes, 80, São Sebastião/SP – 11600-000 Presidente João J. Freitas – Telefone: (12) 9725-3346
<b>Associação de Pescadores do Porto Novo (Caraguatatuba)</b> Alameda Antonio Luis da Câmara Coutinho, 1350, Porto Novo, Caraguatatuba/SP – 9667-715 Presidente Ronan Carvalho da Silva – Telefone: (12) 3887-7554
<b>Associação dos Pescadores de Maranduba (Ubatuba)</b> Estrada da Caçandoca, 490, Casa 3/ Sala 1, Maranduba, Ubatuba/SP – 11680-000 Presidente Maurício da Silva de Souza – Telefone: (12) 9785-8849
<b>Associação de Pescadores de Massaguaçu (Caraguatatuba)</b> Rua João Gonçalves Santana, 500, Praia da Cocanha, Massaguaçu, Caraguatatuba/SP – 11677-500 Presidente José Roberto Carlota – Telefone: (12) 3882-1421
<b>Associação Comercial, Industrial e Pesqueira de Bertioga</b> Rua Rafael Costabile, 558 VI, Itapanhaú, Bertioga/SP – 11250-000
<b>Associação dos Pregoeiros de Pescado e Afins de Niterói – APPANIT</b> Av Brasil Nº 19001, Coelho Neto, Niterói Presidente: Francesco Tommaso Telefone: (21) 3372-8038

Continua

Conclusão (Quadro II.5.3-8)

Instituições Governamentais
Sector Empresarial e Organizações da Sociedade Civil
<b>Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN</b> Av. Graça Aranha, 1, Centro, Rio de Janeiro/RJ – 20030-002 Telefone: (21) 4002-0231
<b>Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP</b> Av. Paulista, 1313, São Paulo/SP – 01311-923 Telefone: (11) 3549-4499
<b>Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/RJ</b> Rua Santa Luzia, 685, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – 20030-040 Telefone: (21) 2215-9200
<b>Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/SP</b> Av. Adolfo Pinheiro, 712, Santo Amaro/SP – 04734-001 Telefone: (11) 5522-0500
<b>Associação dos Municípios Produtores de Gás Natural - AMPROGÁS</b> Rua Três Bandeirantes, 152, Centro, Ilhabela/SP Secretário Executivo Luis Alberto de Faria

\*Informações não disponibilizadas

### Relação com Meio Ambiente:

Devido ao potencial impacto sobre o meio ambiente na região da Bacia de Santos, faz-se necessária a interface entre a atividade em estudo e os órgãos, instituições, entidades e principais ONGs relacionadas ao meio ambiente e atuantes na Área de Influência. Cabe ressaltar que, dentro dos municípios analisados neste estudo, estão presentes diversas unidades de conservação como o APA Marinha do Litoral Norte, APA Marinha do Litoral Centro.

O apresenta a lista dos grupos de interesse relacionados ao meio ambiente.

### Quadro II.5.3-9 – Relacionados com o meio ambiente.

Instituições Governamentais
Nível Federal
<b>Instituto Chico Mendes – ICMBio</b> EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo, Setor Sudoeste, Brasília / DF – 70670-350 Presidente Rômulo José Fernandes Barreto Mello – Telefone: (61) 3341-9101
Nível Estadual
<b>Secretaria de Estado do Ambiente – SEA/RJ</b> Av. Venezuela, 110 / 5º andar, Centro, Rio de Janeiro / RJ – 20081-312 Secretário Carlos Minc – Telefone: (21) 2332-5620 / 5621
<b>Instituto Estadual do Ambiente – INEA</b> Av. Venezuela, 110, Centro, Rio de Janeiro/ RJ – 20081-312 Presidente Marilene Ramos – Telefone: (21) 2334-7910 / 7911
<b>Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONEMA/RJ</b> Av. Graça Aranha, 182 / 6º andar, Centro, Rio de Janeiro / RJ – 20030-001 Telefone: (21)2299-9202

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-9)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Nível Estadual</b>
<b>Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - CONSEMA</b> Av. Prof. Frederico Herman Jr., 345, São Paulo/SP – 05489-900 Secretário Bruno Covas – Telefone: (11) 3133-3000
<b>Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB</b> Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, São Paulo/SP – 05459-900 Presidente Otavio Okano – Telefone: (11) 3133-3000
<b>Fundação Florestal – Estado de São Paulo</b> Rua do Horto, 931, São Paulo/SP Conselheiro Rodrigo Antonio Braga Moraes Victor – Telefone: (11) 2997-5000
<b>Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte</b> Rua Prefeito Mariano Procópio de Araújo Carvalho, 86, Perequê, Ilhabela/SP – 11630-000 Presidente Antônio Luiz Colucci – Telefone: (12) 3896-9200
<b>Nível Municipal</b>
<b>Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro</b> Rua Afonso Cavalcanti, 455, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ – 20211-110 Secretário Carlos Alberto Muniz – Telefone: (21) 2976-1000
<b>Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Sustentabilidade de Niterói</b> Rua São João, 214, Centro, Niterói/RJ – 24020-971 Secretário Hamilton Luiz Pereira Pitanga – Telefone: (21) 2613-2283
<b>Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Itaguaí</b> Av. Isoldakson Cruz de Brito, 18745, V. Margarida, Itajaí/RJ Secretário Jailson Barbosa Coelho – Telefone: (21) 2688-8633
<b>Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba</b> Rua Coronel Moreira da Silva, 232, Centro, Mangaratiba/RJ – 23860-000 Secretário Cosme Giovanni Kede – Telefone: (21) 2789-6034
<b>Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Angra dos Reis</b> Rua do Comércio, 17- Centro – Angra dos Reis- Telefone: (24) 3368-6418 Secretário: Marco Aurélio Vargas Francisco
<b>Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Paraty</b> Rua Sabiá, 3B e 5 - Caborê - Paraty/RJ- Telefone: (24) 3371-1529 Secretário Maria Brasília Dall'Anese
<b>Secretaria Municipal de Ambiente e Urbanismo de Maricá</b> Rua Mario Dantas, 147, Centro, Maricá/RJ – 24900-000 Secretário Celso Cabral Nunes – Telefone: (21) 2637-8085
<b>Secretaria de Desenvolvimento da Cidade e Ambiente de Cabo Frio</b> Av. Assunção, Praça Tiradentes, s/nº, Cabo Frio/RJ – 28908-290 Secretário Carlos Víctor da Rocha Mendes
<b>Secretaria de Meio Ambiente de Ubatuba</b> Rua Cel. Ernesto de Oliveira, 449, Centro, Ubatuba/SP Secretária Cristiane Aparecida Gil Guimarães – Telefone: (12) 3833-4541 / 4636
<b>Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Caraguatatuba</b> Av. Frei Pacífico Wagner, 945, Centro, Caraguatatuba/SP Secretária Maria Inez Moura Biondi – Telefone: (12) 3897-2530
<b>Secretaria de Meio Ambiente de São Sebastião</b> Rua Amazonas, 13, Centro, São Sebastião/SP Secretário Interino Eduardo Hipólito do Rego – Telefone: (12) 3892-6000
<b>Secretaria de Meio Ambiente de Ilhabela</b> Rua José Bonifácio, s/nº, Centro, Ilhabela/SP Secretário Harry Finger – Telefone: (12) 3896-9219
<b>Secretaria de Meio Ambiente de Bertioga</b> Rua Luiz Pereira de Campos, 901, Bertioga/SP – 11250-000 Secretário Rogério Leite dos Santos – Telefone: (13) 3319-8034

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-9)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Nível Municipal</b>
<p><b>Secretaria de Meio Ambiente de Guarujá</b> Av. Santos Dummont, 640, Santo Antônio, Guarujá/SP – 11432-502 Secretário Elio Lopes dos Santos – PABX (13) 3362-6363</p>
<p><b>Secretaria de Meio Ambiente de Cubatão</b> Praça dos Emancipadores, s/n°, Centro, Cubatão/SP – 11510-900 Secretário Benito Santiago Martinez Gonzales (Interino)</p>
<p><b>Secretaria Meio Ambiente de Santos</b> Pça. Dos Expedicionários, 10 – 5° e 6° andares, Gonzaga, Santos/SP Secretário Fábio Alexandre de Araújo Nunes – Telefone: (13) 3226-8080</p>
<p><b>Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Praia Grande</b> Av. Pres. Kennedy, 9000, Bairro Vila Mirim, Praia Grande/SP – 11704-900 Secretário Raquel Auxiliadora – Telefone: (13) 3496-2000</p>
<p><b>Secretaria de Meio Ambiente de São Vicente</b> Rua José Bonifácio, 404/4° andar, Centro, São Vicente/SP – 11310-080 Secretário Alfredo Moura – Telefone: (13) 3569-2256</p>
<p><b>Diretoria de Meio Ambiente de Mongaguá</b> Rua Padre Anchieta, 675, Centro, Mongaguá/SP – 11730-000 Diretor Sergio Vicente Domênico – Telefone: (13) 3445-3049</p>
<p><b>Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Itanhaém</b> Av. Washington Luiz, 75, Centro, Itanhaém/SP Secretária Rosana Filippini Bifulco Oliveira – Telefone: (13) 3421-1600</p>
<p><b>Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Peruíbe</b> Rua 13, nº475, Antônio Novaes, Peruíbe/SP Secretário Marcelo José Gonçalves – Telefone: (13) 3455-7896</p>
<b>Organizações da Sociedade Civil cadastradas no CNEA/MMA</b>
<p><b>Associação Brasileira de Organizações não Governamentais – ABONG</b> Rua General Jardim, 660 - 7º andar - Vila Buarque - CEP 01223-010 - São Paulo – SP Presidente Sérgio Haddad Telefone: (11) 3237-2122</p>
<p><b>Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável – CEDS</b> Rua Três Bandeirantes 116, Centro, São Sebastião-SP. Diretora Adriana Florentino de Souza Telefone: (12) 3892-3610</p>
<p><b>Fundação SOS Mata Atlântica</b> Av. Paulista, 2073/ 24º andar, Bela Vista, São Paulo/SP – 01311-300 Presidente Roberto Luiz Lema Klabin – Telefone: (11) 3262-4088</p>
<p><b>Greenpeace Brasil</b> Rua dos Alvarenga, 2331, Butantã, São Paulo/SP – 05509-006 Telefone: (11) 3035-1155</p>
<p><b>Instituto Socioambiental – ISA</b> Av. Higienópolis, 901, Higienópolis, São Paulo/SP – 01238-001 Telefone: (11) 3515-8900</p>
<p><b>Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IARBMA</b> Rua do Horto, 931, Horto Florestal, São Paulo/SP – 02377-000 Telefone: (11) 2232-5728</p>
<p><b>Instituto de Energia e Meio Ambiente – IEMA</b> Rua Ferreira de Araújo, 202, 10º andar, Pinheiros, São Paulo/SP – 05428-000 Telefone: (11) 3476-2850</p>
<p><b>Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas – IBASE</b> Av. Rio Branco, 124/ 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – 20040-916 Telefone: (21) 2178-9400</p>
<p><b>Instituto de Pesquisa e Ciências Ambientais de Bertioga – IPECAB</b> Av. Anchieta, 1541, Unidade 128, Bertioga/SP – 11250-000 Representante Rafael Magalhães Nunes – Telefone: (13) 3317-2456</p>

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-9)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Organizações da Sociedade Civil cadastradas no CNEA/MMA</b>
<b>Projeto TAMAR – Núcleo de Ubatuba</b> Rua Antonio Athanasio da Silva, 273, Itaguá, Ubatuba/SP Telefone: (12) 3832-6202
<b>Associação Parcel - Centro De Educação Ambiental E Museu Marinho Didático Itinerante</b> Praça Palmares S/N Sala Verde, Caruara - Área Continental de Santos, Santos/SP - 11200-990 Telefone: (13) 9778-7986
<b>Agência Nacional De Desenvolvimento Eco-Social – Andes</b> Rua Teixeira de Freitas, 153, Campo Grande, Santos/SP - 11075-721 Telefone: (13) 3237-0846 / Fax: (13) 3237-0846
<b>Associação Civil Greenpeace</b> Rua Alvarenga, 2331, Butantã, São Paulo/SP - 05509-006 Telefone: (11) 3035.1155 – 1188 / Fax: (11) 3817.4600
<b>Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta – ACIA</b> Rua Andreino Miguel, 151, Lázaro, Ubatuba/SP - 11680-970 - Caixa Postal: 40 Telefone: (12) 3842-2636
<b>Associação de Amigos do Grande Parque Ecológico e Turístico de Caraguatatuba - ONG Caraguatá</b> Avenida Santa Catarina, 908, Indaiá, Caraguatatuba/SP - 11665-280 Telefone: (12) 3883-9908/ 3003-8036
<b>Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo – ADEMA-SP</b> Rua Pedroso Alvarenga, 1245 5º Andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP - 04531-012 Telefone: (11) 3086.0221 – 1490 / Fax: (11) 3088.7354
<b>Associação Eco Juréia – AEJ</b> Rua Iperoig, nº 742, Perdizes, São Paulo/SP - 05016-000 Telefone: (11) 3801.2667 / Fax: (11) 3801.2667
<b>Associação Ecos do Vitória - Educação e Gestão Ambiental</b> Rua Candiruaçu, s/n, Parque Vitória, São Paulo/SP - 02269-050 Telefone: (11) 6244.1590; (11) 9444-0676
<b>Associação Tuim Proteção e Educação Ambiental</b> Rua Jurubatuba, 20 porta 02/106, Aparecida, Santos/SP - 11035-100 Telefone: (13) 9102-5906 - (13) 9743-0692
<b>Catalisa Rede de Cooperação para Sustentabilidade</b> Rua Cristiano Viana nº 505, Cj. 23, Pinheiros, São Paulo/SP - 05411-000 Telefone: (11) 4156-6758 / Fax: (11) 4156-6758
<b>Conselho Nacional de Defesa Ambiental – CNDA</b> Rua Dr. Renato Paes de Barros, 512, cs 131, Itaim Bibi, São Paulo/SP - 04530-000 Telefone: (11) 3168.7944
<b>Educação, Treinamento, Transformação, Informação e Comunicação Ambiental – ETTICA</b> Rua Bolivar 208, conjunto 41, Boqueira, Santos/SP - 1045-360 Telefone: (13) 3221.6242; (13) 8112-1882
<b>Espaço de Formação Assessoria e Documentação</b> Rua Cambici do Vale, 109, Cidade Dutra, São Paulo/SP - 04805-110 Telefone: (11) 520.7789 - (11) 5666.5407
<b>Fundação Sos Pró-Mata Atlântica</b> Rua Manoel da Nóbrega, nº 456, Paraíso, São Paulo/SP - 04001-001 Telefone: (11) 3055-7888 / Fax: (11)3885.1680
<b>Fundação Sos Mata Atlântica</b> Av. Paulista, 2073/ 24º andar, Bela Vista, São Paulo/SP – 01311-300 Telefone: (11) 3262-4088
<b>Instituto Albatroz - IA</b> Av. Rei Alberto I, 450, Sala 05, Ponta da Praia, Santos/SP - 11030-380 Telefone: (13) 3324-6008 / Fax: (13) 3324-6005

Continua



Continuação (Quadro II.5.3-9)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Organizações da Sociedade Civil cadastradas no CNEA/MMA</b>
<b>Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IA-RBMA</b> Rua João Júlio, 296, apto. 11ª, Parais, São Paulo/SP - 01323-020 Telefone: (11) 6231.8555 r. 2044/2138 / Fax: (11) 6232.5728
<b>Instituto Argonauta para a Conservação Costeira e Marinha - IAPACCM</b> Rua Guarani nº 835, Itaguá, Ubatuba/SP - 11680-000 Telefone: (12) 38334863
<b>Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC</b> Rua Dr. Costa Jr. 356, Água Branca, São Paulo/SP - 05002-000 Telefone: (11) 3874-2150
<b>Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental - PROAM</b> Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811 - 1º andar - conj. 127/28, Jardim Paulista, São Paulo/SP - 01452-913 Telefone: (11) 3814-8715 / (11) 3032-4481 / (13) 8123-3086
<b>Instituto Costa Brasilis - Desenvolvimento Sócio-Ambiental</b> Rua Jabuticabeira, nº 98, Lázaro, Ubatuba/SP - 11680-000 - Caixa Postal: 32 Telefone: (12) 3842-0655
<b>Instituto de Ação Cultural e Ecológica - IACE</b> Rua São Jerônimo dos Poções, 767, Pirituba, São Paulo/SP - 02955-030 Telefone: (11) 6864.4243
<b>Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental - 5 Elementos</b> Rua Catão, 1173, Lapa, São Paulo/SP - 05049-000 Telefone: (11) 3871.1944 / Fax: (11) 3871.1944
<b>Instituto de Energia e Meio Ambiente - IEMA</b> Rua Ferreira de Araújo, nº 2002, 10º andar, cj. 101, Pinheiros, São Paulo - 05428-000 Telefone: (11) 3476 2850 / Fax: (11) 3476 2853
<b>Instituto de Projetos e Pesquisas Sócio Ambientais - IPESA</b> Rua Ibertioga, 130, Vila Sônia, São Paulo/SP - 05632-105 Telefone: (11) 3881-0130
<b>Instituto Ecoar para a Cidadania - ECOAR</b> Rua Rego Freitas 454, 2º andar, Vila Buarque, São Paulo/SP - 01220-010 Telefone: (11) 3129-5765 / Fax: (11) 3129-5765
<b>Instituto Educa Brasil - IEB</b> Av. Nove de Julho, nº 5143, 2º andar, Jardim Paulista, São Paulo/SP - 01407-200 Telefone: (11) 3071-2763; (11) 9938-7544 / Fax: (11) 3071-2763
<b>Instituto Ekos Brasil</b> Rua Nações Unidas, 13797, Bloco II, 21º Andar, Sala 1, Brooklin, São Paulo/SP - 04794-000 Telefone: (11) 5505.6371
<b>Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente</b> Rua Sampaio Viana 190, Paraíso, São Paulo/SP - 04004-000 Telefone: (11) 3058.1088 / Fax: (11) 3058.1088
<b>Instituto Gondwana - IGOND</b> Rua Três Bandeirantes, 116, Centro, São Sebastião/SP - 11600-000 Telefone: (12) 3867-2569 / Fax: (12) 3867-2569
<b>Instituto Ilhabela Sustentável</b> Av. Princesa Isabel, 1243, Perequê, Ilhabela/SP - 11630-000 Telefone: (012) 3896 3015 / (12) 9793-8762 / (12) 8113-0384
<b>Instituto Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Proteção Ambiental - INDESPA</b> Rua João Álvares Soares, 1540, Campo Belo, São Paulo/SP - 04609-004 Telefone: (11) 5083.1967
<b>Instituto o Direito por um Planeta Verde</b> Rua Dr. Amâncio de Carvalho, 416, Vila Mariana, São Paulo/SP - 4012-080 Telefone: (11) 5575.4255 / 3104.8737 / Fax: (11) 5575.8072 / 3107.3821

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-9)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Organizações da Sociedade Civil cadastradas no CNEA/MMA</b>
<b>Instituto Physis Cultura &amp; Ambiente</b> Rua Dona Ana, 11-B, Vila Mariana, São Paulo/SP - 04111-070 Telefone: (11) 5575.6001 / Fax: (11) 5575.6001
<b>Instituto Planeta Azul - IPA</b> Rua Afonso Brás, 900 Conjunto: 131, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP - 4511-001 Telefone: 11-3044-0329
<b>Instituto Recicle Milhões de Vidas - IRMV</b> Rua Sena Madureira, 465, Vila Mariana, São Paulo/SP - 04021-050 Telefone: (11) 5549 9807
<b>Instituto de Pesquisa e Ciências Ambientais de Bertioga – IPECAB</b> Av. Anchieta, 1541, Unidade 128, Bertioga/SP – 11250-000 Telefone: (13) 3317-2456
<b>Instituto Socioambiental - ISA</b> Av. Higienópolis, 901 - SALA 30, Higienópolis, São Paulo/SP - 01238-001 Telefone: (11) 3515-8900 / Fax: (11) 35158904
<b>Kouprey Amigos dos Santuários de Animais - KASA</b> Endereço: AVENIDA IRAÍ, 1423, Planalto Paulista, São Paulo/SP - 04082-004 Telefone: (11) 5056.0567
<b>Mongue Proteção ao Sistema Costeiro - Mongue</b> Rua 19 (Grêmio) nº 191, Guaraú, Peruíbe/SP - 1750-000 Telefone: (13) 3457-1004 / 9748-4333
<b>Pela Vida Pela Paz Movimento em Defesa de Ubatuba - MDU</b> RUA ANTONIO ATHANASIO 273, Itaguá, Ubatuba/SP - 11680-970 - Caixa Postal: 171 Telefone: (12) 3832-5262 / Fax: (12) 3832-5262
<b>Projeto Biopesca</b> Rua Paraguai, Guilhermina, Praia Grande/SP - 11702-070 Telefone: (13) 3473.5414; (13) 9741-1477
<b>Projeto TAMAR – Núcleo de Ubatuba</b> Rua Antonio Athanasio da Silva, 273, Itaguá, Ubatuba/SP Telefone: (12) 3832-6202
<b>Salva Vidas Mirim - Sociedade Civil</b> Av. Vereador José Diniz, 3300 - Conjunto 401, Campo Belo, São Paulo/SP - 04604-006 Telefone: (11) 5094-0130 / 5097-6633 / 6634
<b>SOS Manancial - SOSMAR</b> Rua Batataes nº 507-Ap91, Jardim Paulista, São Paulo/SP – 01423010 Telefone: 011 38851490 / 011 76249661
<b>SOS Manancial do Rio Cotia - SOS MANANCIAL</b> Rua Batatais, 507, Apto. 91, Jardim Paulistano, São Paulo/SP - 01423-010 Telefone: (11) 3885.1490 / Fax: (11) 3885.1490
<b>The Green Initiative - TGI</b> Rua Campo Grande, 443, Vila Hamburguesa, São Paulo/SP - 05302-051 Telefone: 11-36479293
<b>Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz</b> Rua Itápolis, nº 1468, Pacaembu, São Paulo/SP - 01245-000 - Caixa Postal: 1908 Telefone: (11) 3662-0158 / 4686-1814 / 3662-0957
<b>Academia Brasileira de Meio Ambiente - ABMA</b> Av. Nª Sª Copacabana, 1246, ato. 605, Rio de Janeiro/RJ - 22070-010 Telefone: (21) 3813.7432
<b>Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA</b> Rua da Candelária, nº 09, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ - 20091-020 Telefone: (21) 2253-8317 / Fax: (21) 2233-8363

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-9)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Organizações da Sociedade Civil cadastradas no CNEA/MMA</b>
<p><b>Associação dos Amigos do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba - APAJ</b> Rua Dr. Júlio Oliveira, 403, Centro, Macaé/RJ - 27913-160 Telefone: (22) 2772 4214 / 9824.8273 / 2764.8004 / Fax: (22) 2772 4214</p>
<p><b>Associação Brasil de Ecologia - ABE</b> Rua 7 de setembro, nº 55, 13º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ - 20050-004 Telefone: (21) 2508.9503 - 2509.6460 / Fax: (21) 508.9503 - 222.0427</p>
<p><b>Associação Brasileira de Usuários de Medicina e Terapias Holísticas e do Meio Ambiente - ABTEHMA</b> Rua Mariz e Barros, 470/810, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ - 20270-001 Telefone: (21) 2568.5207 3872.5137 2238.5269 (79) 248.5227</p>
<p><b>Associação de Proteção a Ecossistemas Costeiros - APREC</b> Rua Dr. Macário Picanço, 825, Maravista-Itaipu, Niterói/RJ - 24342-330 Telefone: (21) 2609.8573 / Fax: (21) 2609.8573</p>
<p><b>Associação de Serviços Ambientais - ASA</b> Avenida Rio Branco, 177, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ - 20040-003 Telefone: (21) 2262-1013 / Fax: (21) 2262-1013</p>
<p><b>Associação Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Mobilidade e Ambiente Brasil - OMA -BRASIL</b> Rua Dias da Rocha, nº 20/305, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ - 22051-020 Telefone: (21) 2236-5859, (21)8168.4682, (21)8854.9924</p>
<p><b>Associação Projeto de Marapendi - ECOMARAPENDI</b> Endereço: Rua Miranda Valverde, 118-101, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ - 22281-00 Telefone: (21) 2552-6393/2551-6215</p>
<p><b>Associação Água Marinha</b> Av. presidente Antonio Bailosno, 54 sala 504, Bastelo, Rio de Janeiro/RJ - 20020-010 Telefone: 21-22207645</p>
<p><b>BICUDA - Associação em Defesa da Qualidade de Vida, do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico - Bicuda Ecológica</b> Avenida Ministro Edgard Romero, 896, sala 303, Vaz Lobo, Rio de Janeiro/RJ - 21361-140 Telefone: (21) 3352-3665 / (21) 9153-8396</p>
<p><b>Centro de Referência em Educação Ambiental - CREAM</b> Estrada de Jacarepaguá 7818/201, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ - 22753-045 Telefone: 21-2447-3693 / Fax: 21-2436-1786</p>
<p><b>Agência Aquariana</b> Rua Pareto, 40/201, Engenho Velho-Tijuca, Rio de Janeiro/RJ - 20550-120 Telefone: (21) 2204-0133 / Fax: (21) 2204-0133</p>
<p><b>Defensores da Terra</b> Rua Senador Dantas, nº 84, sala 1211, Centro, Rio de Janeiro/RJ - 20031-201 Telefone: (21) 2524 7931 / 2524 5809 / Fax: (21) 524 7931</p>
<p><b>Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE</b> Rua das Palmeiras, 90, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ - 22270-070 Telefone: (21) 2536-7374 / Fax: (21) 2536-7379</p>
<p><b>Floresta Brasil</b> Rua Barão da Torre nº 299, Compl. C-01, Ipanema, Rio de Janeiro/RJ - 22411-001 Telefone: (21) 2267-0451</p>
<p><b>Grupo Caminhante Independente - GCI</b> Rua Mem de Sá, 169, aptº 1104, Icaraí, Niterói/RJ - 24220-260 Telefone: (21) 9999-4953</p>
<p><b>Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente – GDEPS</b> Rua José de Jesus Junior, 42, Distrito de Sana, Macaé/RJ - 27995-000 Telefone: (22) 2793.2531 / 2793-2763</p>
<p><b>Instituto Baía de Guanabara - IBG</b> Alameda São Boaventura 770, Fonseca, Niterói/RJ - 24120-192 Telefone: (21) 2625.4311 / 2625 / 0226</p>

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-9)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Organizações da Sociedade Civil cadastradas no CNEA/MMA</b>
<b>Instituto de Desenvolvimento Sustentável - Planeta Vivo</b> Rua Antônio Fernandes, 03, Apto. 301, Santa Rosa, Niterói/RJ - 24240-270
<b>Instituto de Estudos da Ecologia de Mamíferos Marinhos - ECOMAMA</b> Rua Visconde do Rio Branco, nº 869, São Domingos, Niterói/RJ - 24020-006 Telefone: (21) 2620-0660 / Fax: (21) 2620-6830
<b>Instituto de Estudos da Religião - ISER</b> Rua do Russel, 76, Glória, Rio de Janeiro/RJ - 22210-010 Telefone: 21-25553750
<b>Instituto de Estudos Socioambientais Convergência - IESA</b> Praça Mahatma Gandhi, 02 sala 1113, Rio de Janeiro/RJ - 20031-908 Telefone: (21) 2544-1837 / Fax: (21) 2524-4140
<b>Instituto de Pesquisas Avançadas em Economia e Meio Ambiente - Instituto Ipanema</b> Rua Serafim Valandro 6/304, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ - 22260-110 Telefone: (21) 2226.7035 / Fax: (21) 2286.6475
<b>Instituto de Pesquisas e Conservação da Biodiversidade dos Biomas Brasileiros - Instituto Biomas</b> Rua Sonia Angel Jones 5, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ - 22785-470 Telefone: (21) 2490.1239
<b>Instituto do Desenvolvimento e de Gerenciamento do Meio Ambiente - HABITAT - IMAH</b> Rua Alcindo Guanabara 24, sala 1503 – Parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ - 20031-130 Telefone: (21) 2573.3669 / Fax: 2537.3029
<b>Instituto Interamericano de Fomento à Educação, Cultura e Ciência - IFEC</b> Rua Noronha Torreção, 204 casa 01, Santa Rosa, Niterói/RJ - 24240-182 Telefone: (21) 2610-0953 / Fax: (21) 2610-0953
<b>Instituto Nacional de Intercâmbio Social - INIS</b> Rua Aimoré, 13, sala 201 e 202, Penha, Rio de Janeiro/RJ - 21070-230 Telefone: (21) 3869-8665
<b>Instituto Walden-Tempo, Homem e Natureza</b> Rua Citiso, 34 Bairro, Rio Comprido, Rio de Janeiro/RJ - 20261-140 Telefone: (21) 2504.3570/24843304
<b>Sociedade Angrése de Proteção Ecológica - SAPE</b> Rua Honório Lima, 48, 2º Andar, Centro, Angra dos Reis/RJ - 23900-211 Telefone: (24) 3367-0862
<b>Comitê de Defesa da Ilha Grande- CODIG</b> Vila do Abraão, Angra dos Reis e-mail: <a href="mailto:codig2002@gmail.com">codig2002@gmail.com</a>
<b>Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande</b> Av. Beira Mar n.º 13, Vila do Abraão, Ilha Grande - Angra dos Reis Telefone: (24) 3361-5301
<b>Associação Cairuçu</b> Trevo de Patrimônio, Rodovia BR-101/ Rio- Santos, Paraty Telefone: (24)3371-4881
<b>Paraty Viva</b> Telefone: (24) 3371-7442
<b>Grupo Ecológico Araçari</b> Rua das Sairas s/n, Combarê- Paraty Telefone: (24) 3371-2008
<b>Verde Cidadania</b> Rua Espírito Santo, 35, Ilha das Cobras, Paraty Telefone: (24) 3371-5851

### **Relação com Atividade Turística:**

Por se tratar de uma região litorânea provida de um alto potencial turístico, caracterizado por ser um dos pilares das economias de muitos municípios, como o caso do Litoral Norte Paulista, os potenciais impactos negativos do empreendimento poderiam implicar em mudanças no panorama turístico local.

O, a seguir, apresenta os grupos de interesse de instâncias governamentais e da sociedade civil relacionadas às atividades turísticas na Área de Influência ( ).

#### **Quadro II.5.3-10 – Relacionados com a atividade turística.**

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Nível Federal</b>
<b>Ministério do Turismo</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º e 3º andar, Brasília / DF – 70065-900 Ministro Gastão Dias Vieira – Telefone: (61) 2023-7024
<b>Nível Estadual</b>
<b>Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TURISRIO</b> Rua da Ajuda, 5º e 6º andar, Centro, Rio de Janeiro / RJ – 20040-000 Presidente Ronald Ázaro – Telefone: (21) 2333-1040
<b>Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo</b> R. Bandeira Paulista, 716, 8º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP – 04532-002 Secretário Márcio França – Telefone: (11) 3709-1654
<b>Nível Municipal</b>
<b>Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro – RIOTUR</b> Rua Afonso Cavalcanti, 455, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ – 20211-110 Diretor-Presidente Antônio Pedro Viegas Figueira de Mello – Telefone: (21) 2271-7000
<b>Niterói Lazer e Turismo – NELTUR</b> Estrada Leopoldo Fróes, 773, São Francisco, Niterói/RJ – 24360-005 Diretor-Presidente: José Haddad – Telefone: (21) 2710-2727
<b>Secretaria de Indústria, Turismo e Esporte de Itaguaí</b> Rua General Bocaiúva, 636, Centro, Itaguaí/RJ – 23815-310 Secretário Alexandre Valle Cardoso – Telefone: (21) 2688-2446
<b>Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer de Mangaratiba</b> Praça Robert Simões, 92, Centro, Mangaratiba/RJ – 23860-000 Secretário Vitor Tenório – (21) 2789-6000
<b>Fundação de Turismo de Angra dos Reis –TURISAngra</b> Avenida Júlio Maria, 10, Centro- Angra dos Reis Presidente Marcus Veníssius da Silva Barbosa- Telefone: (24) 3367-7866
<b>Secretaria de Turismo de Paraty</b> Av. Roberto da Silveira, nº 01- Centro - Paraty-RJ Secretária Renata Castro- Telefone (24) 3371-1222
<b>Secretaria de Turismo e Lazer de Maricá</b> Rua Alvares de Castro, 346, Centro, Maricá/RJ – 24900-000 Secretário Wagner Medeiros – Telefone: (21) 3731-5094

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-10)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Nível Municipal</b>
<b>Secretaria de Turismo de Cabo Frio</b> Largo do Itajurú, 131, Centro, Cabo Frio/RJ Secretário Paulo Machado Massa – Telefone: (22) 2647-1689
<b>Secretaria de Turismo de Ubatuba</b> Praça Treze de Maio, 200, Centro, Ubatuba/SP – 11680-000 Secretário Luiz Felipe Azevedo – Telefone: (12) 3833-9007
<b>Secretaria de Turismo de Caraguatatuba</b> Praça Diógenes Ribeiro de Lima, 140, Centro, Caraguatatuba/SP Secretário Abel Fabrício Dias Filho – Telefone: (12) 3897-7910 / 7920
<b>Secretaria de Cultura e Turismo de São Sebastião</b> Av. Dr. Altino Arantes, 174, Centro, São Sebastião/SP Secretária Marianita Bueno – Telefone: (12) 3892-2620
<b>Secretaria de Turismo e Fomento de Ilhabela</b> Praça Vereador José Leite dos Passos, 14, Barra Velha, Ilhabela/SP Secretária Djane Vitoriano – Telefone: (12) 3895-7220
<b>Secretaria de Turismo, Comércio e Assuntos Náuticos de Bertioga</b> Av. dos Coqueiros, 114, Jd. Veleiros, Bertioga/SP – 11250-000 Secretário José Luiz Zuppani – Telefone: (13) 3317-4889
<b>Secretaria de Turismo de Guarujá</b> Av. Mal. Deodoro da Fonseca, 723, Pitangueiras, Guarujá/SP – 11410-222 Secretária Maria Eunice Ribeiro Leão Grotzinger – Telefone: (13) 3344-4600
<b>Secretaria de Turismo de Cubatão</b> Praça dos Emancipadores, s/nº, Centro, Cubatão/SP – 11510-900 Secretário Luiz Carlos Costa – PABX (13) 3362-6363
<b>Secretaria de Turismo de Santos</b> Largo Marquês de Monte Alegre, s/nº, Centro, Santos/SP Secretária Wania Seixas – Telefone: (13) 3201-8000
<b>Secretaria de Turismo de Praia Grande</b> Av. Presidente Kennedy, 9000, Bairro Vila Mirim, Praia Grande/SP – 11704-900 Secretário Carlos Lobão – Telefone: (13) 3496-2000
<b>Secretaria de Turismo de São Vicente</b> Av. Capitão Luiz Pimenta, 811, Parque Bitaru, São Vicente/SP – 11320-200 Secretário Brito Coelho – Telefone: (13) 3569-1400
<b>Diretoria de Cultura e Turismo de Mongaguá</b> Av. São Paulo, 3465, Vera Cruz, Mongaguá/SP – 11730-000 Diretora Luciana Trizzini Refundini – Telefone: (13) 3507-5477
<b>Secretaria de Turismo de Itanhaém</b> Av. Condessa de Vimieiros, 1131, Centro, Itanhaém/SP Secretário Tiago Cervantes – Telefone: (13) 3421-1700
<b>Departamento de Turismo de Peruíbe</b> Av. Governador Mário Covas Jr., s/nº, Peruíbe/SP Diretor João Fioribelli Junior – Telefone: (13) 3455-8766
<b>Setor Empresarial e Organizações da Sociedade Civil</b>
<b>Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH</b> SCN, Quadra 01, Bloco F, 17º andar, Ed. América Office Tower, Brasília/DF – 70711-905 Presidente Enrico Fermi Torquato – Telefone: (61) 3326-1177
<b>Federação do Comércio do Rio de Janeiro - FECOMERCIO</b> Rua Marquês de Abrantes, 99, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ Representante Orlando Diniz – Telefone: (21) 3138-1260

### **Relação com Royalties:**

O pagamento de *royalties* e participações especiais pelos empreendedores e seu repasse pela União às instâncias do governo brasileiro é considerado um impacto positivo para as finanças públicas.

Os *royalties* gerados da produção de petróleo na Bacia de Santos influenciam a renda dos municípios litorâneos. Esse aumento de receita local pode potencializar e dinamizar as economias municipais, sendo investida na infraestrutura, educação, saúde, e outros segmentos.

As novas receitas originadas dos *royalties* e os novos agentes criam ambientes favoráveis para o desenvolvimento da economia local. Contudo, com a possibilidade de incremento das atividades econômicas, bem como a diversificação da base produtiva, surge a necessidade de se criar novos arranjos e dispositivos institucionais que permitam a criação e sustentação dessas atividades.

Foram identificadas poucas organizações de sociedade civil voltadas à distribuição dos *royalties*. Podemos inferir que a maioria das associações já citadas também se preocupa com a distribuição dos *royalties*, na esfera turística bem como na esfera ambiental. Estes grupos esperam que os *royalties* do município sejam investidos de forma a garantir que sua área seja beneficiada. A seguir são apresentados os grupos relacionados ao repasse e controle dos *royalties* gerados pela Atividade de Produção e Escoamento de Óleo e Gás do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos- Etapa 1 (**Quadro II.5.3-11**).

#### **Quadro II.5.3-11 – Relacionados com os royalties.**

<b>INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS</b>	
<b>Nível Federal</b>	
<b>Controladoria Geral da União</b> SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro, Brasília / DF – 70070-905 Ministro Jorge Hage Sobrinho – Telefone: (61) 2020-7241 / 2020-7242	
<b>Agência Nacional do Petróleo – ANP</b> Av. Rio Branco, 65 / 12º ao 22º andar, Rio de Janeiro / RJ – 20090-004 Diretor Geral Haroldo Borges Rodrigues Lima – Telefone: (21) 2112-8100	
<b>Nível Estadual</b>	
<b>Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro</b> Praça da República, 70, Centro, Rio de Janeiro / RJ – 20211-351 Presidente Jonas Lopes de Carvalho Junior – Telefone: (21) 3231-5200	
<b>Tribunal de Contas do Estado de São Paulo</b> Av. Rangel Pestana, 315, Centro, São Paulo/SP – 01017-906 Presidente Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga – PABX: (11) 3292-3266	

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-11)

<b>Instituições Governamentais</b>
<b>Nível Estadual</b>
<b>Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro – SEFAZ</b> Rua da Alfândega, 42, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro / RJ – 20070-000 Secretário Renato Villela – Telefone: (21) 2334.4791/2334.4792
<b>Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo</b> Av. Rangel Pestana, 300, Centro, São Paulo/SP – 01017-911 Secretária Andrea Sandro Calabi – Telefone: (11) 3243-3400
<b>Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro</b> Marechal Câmara, 370, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20020-080 Procurador-Geral Cláudio Soares Lopes – Telefone (21) 2550-9050
<b>Ministério Público do Estado de São Paulo</b> Sede: Rua Riachuelo, 115, Centro, São Paulo/SP – 01007-904 Promotor-geral Fernando Grella Vieira Telefone: (11) 3119-9000
<b>Nível Municipal</b>
<b>Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro</b> Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ – 20211-110 Prefeito Eduardo Paes – Telefone: (21) 2976-1000
<b>Prefeitura Municipal de Itaguaí</b> Rua General Bocaiúva, 636, Centro, Itaguaí/RJ – 23815-310 Prefeito Carlo Busatto Junior – Telefone: (21) 2688-1710
<b>Prefeitura Municipal de Mangaratiba</b> Praça Robert Simões, 92, Centro, Mangaratiba/RJ – 23860-000 Prefeito Evandro Bertino Jorge – Telefone (21) 2789-6000
<b>Prefeitura Municipal de Maricá</b> Rua Alvares de Castro, 346, Centro, Maricá/RJ – 24900-000 Prefeito Washington Quaqué – Telefone (21) 2637-2052
<b>Prefeitura Municipal de Ilhabela</b> Rua Prefeito Mariano Procópio de Araújo Carvalho, 86, Perequê, Ilhabela/SP – 11630-000 Prefeito Antonio Luiz Colucci – Telefone: (12) 3896-9200
<b>Organizações da Sociedade Civil</b>
<b>Associação Nacional dos Municípios Produtores – ANAMUP</b> SAS, Setor de Autarquias Sul, Quadra 05, Lote 5ª, Bloco F, Térreo, Brasília / DF – 70070-910 Telefone: (61) 3224-4747 / 3223-6823
<b>Organização dos Municípios Produtores de Petróleo do Rio de Janeiro – OMPETRO</b> Rua Tenente Coronel Cardoso, 71, Centro, Campos dos Goytacazes / RJ – 28013-461 Secretário Executivo Marcelo Neves – Telefone: (22)2731-6553
<b>Organização dos Vereadores dos Municípios Produtores de Petróleo do Rio de Janeiro – OMOVETRO</b> Av. Rui Barbosa, 197, Centro, Macaé / RJ – 27910-361 Telefone: (22) 3311-4250
<b>Associação Brasileira de Municípios com Terminais Marítimos, Fluviais, Terrestres de Embarque e Desembarque de Petróleo e Gás Natural – ABRAMT</b> Rua Sebastião Silvestre Neves, 214, Centro, São Sebastião/SP – 11600-000 Presidente Ernani Primazzi – (12) 3891-2148

### II.5.3.C - Organização Social

Além dos Grupos de Interesse descritos neste diagnóstico, como sindicatos e federações de pesca de cada estado envolvido, existem outros tipos de organizações com interesse na atividade e identificadas a seguir.

Estas entidades apresentam objetivos diversos, mas estão envolvidos em causas ligadas à conservação ambiental, desenvolvimento sustentável e redução



das desigualdades sociais e desenvolvem projetos voltados para o atendimento desses objetivos, com uma ampla relação com as comunidades onde atuam.

De acordo com a linha de atuação e objetivos das organizações sociais localizadas na Área de Influência do empreendimento, existe o empenho na atuação em tópicos abordados, como a promoção e valorização dos direitos humanos e cidadania; a capacitação do público-alvo das organizações em gestão comunitária e defesa dos interesses sociais e a preservação e conservação ambiental.

Os levantamentos realizados para descrição do sistema de organização social da Área de Influência priorizaram as entidades que atuam na área costeira e na defesa do meio ambiente. Os dados foram obtidos nos *sítes* dos cadastros da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG; do Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CNEA/CONAMA; do Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS e no Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas - ECOLISTA.

Os órgãos representativos das atividades de turismo, meio ambiente e pesca estão identificados no **subitem II.5.3.B - Grupos de Interesse**, dadas as suas características de fomento e gestão dessas atividades no país e na região.

### ***II.5.3.C.1 - Organização Social dos Pescadores no Brasil***

Oficialmente, as áreas de pesca ou jurisdições pesqueiras surgiram em 1846, com a promulgação da Lei 447, que atribuía à Marinha do Brasil a responsabilidade administrativa pelas áreas de pesca ou distritos de pesca, como foi denominada a divisão da costa brasileira. Cabia à Marinha a identificação e matrícula de todos os pescadores que atuavam nos distritos.

Posteriormente, em 1912, o governo brasileiro criou a Inspetoria de Pesca, com a determinação da criação de colônias de pescadores, ampliando a responsabilidade do Ministério da Marinha sobre as embarcações, as colônias e a fiscalização da pesca.

As primeiras colônias de pescadores foram criadas através das cruzadas da Marinha, a partir de 1919 (LOPES, 2004), denominadas de “tríplice missão” por

terem como pontos norteadores: a nacionalização da pesca, a organização dos serviços de pesquisas oceanográficas e o saneamento do litoral. O objetivo dessas colônias, segundo seus idealizadores, era criar pontos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização.

Junto à criação das colônias, foram criadas as federações de pesca, responsáveis pela supervisão e apoio às colônias existentes em determinada Unidade da Federação, que por sua vez estavam submetidas à Confederação Nacional da Pesca – CNP, criada em 1920.

Com a I Guerra Mundial, a defesa e a fiscalização da costa brasileira foram intensificadas. O lema das colônias passou a ser “Pátria e Dever”. O objetivo era mobilizar os pescadores para a defesa da costa nacional. No entanto, a estrutura dessas novas colônias determinava que somente seus sócios pudessem exercer oficialmente a profissão de pescador, o que apesar de ter contribuído para um sentido de corporação, não permitia esquecer que eram entidades criadas pelo governo, não sendo livres associações de classe (*op cit.*, 2004).

Com a instituição do Estado Novo, na Era Vargas, a organização dos pescadores passou a se subordinar ao Ministério da Agricultura deixando de estar sob o controle do Ministério da Marinha. Foi criada a Divisão de Caça e Pesca para o gerenciamento da atividade pesqueira no Brasil. Durante muito tempo as federações e a confederação de pesca estiveram fortemente relacionadas ao aparelho do Estado, de forma que o cargo de presidente da confederação, segundo o próprio estatuto, teria que ser de confiança do Ministro da Agricultura (DIEGUES, *apud*. DIAS-NETO; MARRUL-FILHO).

Com o início da II Guerra Mundial, as entidades pesqueiras deixaram de ser subordinadas ao Ministério da Agricultura e o controle das colônias voltou a ser do Ministério da Marinha.

Na década de 1960, a Divisão de Caça e Pesca foi extinta e foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE para promover, desenvolver e fiscalizar a atividade. A verba destinada à pesca foi centralizada no desenvolvimento da indústria pesqueira nacional (DIAS-NETO; MARRUL-FILHO, *op. cit.*).

Durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, as entidades de classe, em geral, tiveram dificuldade de organização e articulação, em especial as colônias de pesca, que não possuíam autonomia legal para representar os interesses dos pescadores. Diante disso, em 1980, surgiu a Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que atuava na mobilização e articulação dos interesses dos pescadores, além de orientá-los com relação à comercialização, aposentadoria e previdência social.

Somente em 1988, com a equiparação das colônias aos sindicatos rurais, estabelecida na Constituição Federal, ganham autonomia para aprovarem seus próprios estatutos e estabelecerem suas normas e regras. No mesmo ano, foi criado o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE para levar adiante o trabalho de organização. Juntas, as duas entidades são consideradas mais modernas do que a própria Confederação Nacional da Pesca.

Os adeptos da pesca de lazer, os proprietários de terrenos na praia e outros indivíduos também podiam afiliar-se às colônias. A diversificação de associados enfraquecia a organização e a representação da classe pesqueira, uma vez que a entidade representava múltiplos interesses.

Em 1989 o setor foi transferido da competência do Ministério da Agricultura e Abastecimento e passou a ser gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente/IBAMA, deixando de pertencer ao órgão de fomento para pertencer ao órgão fiscalizador. A atividade passou por diversas restrições entre 1989-1998, levando a uma grande desmobilização dos pescadores em função da dificuldade encontrada para desenvolver a atividade.

Com o intuito de fomentar a atividade pesqueira e ao mesmo tempo dirimir os conflitos existentes entre as entidades de pesca, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, criada pelo governo federal em 2003, convertida em Ministério da Pesca e Aquicultura em 2009, reconhece as associações de pescadores como órgãos de representação social do grupo, apesar de não ter representação de classe, como sindicatos e colônias de pesca.

Quanto à pesca industrial, seus representantes são associados ao Conselho Nacional de Pesca e Aqüicultura – CONEPE, que se destaca na mobilização pela manutenção dos incentivos fiscais e pela associação de empresas brasileiras ao capital estrangeiro.

A CONEPE tem se caracterizado pela alternância de lideranças regionais que defendem interesses específicos, como incentivos e exportações, não se verificando a preocupação em se organizar um setor social, mas sim de apoiar interesses particulares em circunstâncias determinadas (DIAS-NETO; MARRUL-FILHO, op. cit.).

A Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – FEPERJ é presidida atualmente pelo Sr. José Maria Pulgas e tem o papel de organização social dos pescadores em nível estadual.

O Sindicato dos Armadores do Estado do Rio de Janeiro – SAPERJ, é uma entidade situada no pátio do entreposto pesqueiro de Niterói, que também abriga duas outras: o Sindicato dos Pescadores do RJ e do ES e a Associação dos Pregoeiros de Pesca de Niterói – APPANIT, responsável pela administração do complexo do porto e do mercado; além de uma fábrica de gelo.

Criado em 8 de abril de 1969, o Instituto de Pesca de São Paulo desenvolve pesquisas sobre ecossistemas aquáticos; biologia e pesca de organismos marinhos e de águas continentais; aquicultura de organismos marinhos e continentais; dinâmica de frotas pesqueiras; e tecnologia e aproveitamento integral de pescados. O objetivo é o aperfeiçoamento da cadeia produtiva pesqueira. Atualmente, o Instituto conta com 70 pesquisadores.

### **II.5.3.C.2 - Organizações Ambientalistas Não Governamentais**

O ambientalismo abre espaço para questionamento do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e educacional dominantes, defendendo a construção de uma nova realidade social, não só com ênfase no uso responsável dos recursos naturais, mas com respeito a grupos étnicos, à diversidade cultural e à saúde e segurança do indivíduo, inserindo-o no contexto onde vive e possibilitando-lhe exercer a sua cidadania.

Há nacionalmente reconhecimento da existência de um movimento ambientalista no Brasil, portador de um projeto coletivo de mudança da sociedade, que busca a transformação do atual modelo de desenvolvimento, cujo princípio integrador é a busca da sustentabilidade.

No processo em curso de recomposição social na zona costeira, tanto a partir do marco legal quanto dentro do movimento ambientalista, articulam-se as lutas das comunidades indígenas, quilombolas, pescadores, marisqueiras, caiçaras e adeptos dos programas de turismo solidário e comunitário.

Nessa expansão do ambientalismo e dentre os diversos atores que buscam o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, destacam-se as ONGs, que são tidas como parceiras das diversas instituições públicas e/ou privadas e foco de interesse do item aqui tratado. As organizações formais e informais, bem como os movimentos populares, são partícipes na implementação da Agenda 21, em toda a região de estudo.

A comunidade das organizações não-governamentais, além da ação local oferece uma rede virtual mundial, que se interliga em todas as esferas: internacional, nacional, regional e local, respondendo ao enfrentamento das demandas surgidas. Há preferência de localização de suas sedes em grandes centros econômicos e políticos do país, mas também atuam em diversas outras regiões.

Na área de influência do projeto, por conter municípios com significâncias e características diferentes e pertencendo a estados também diferentes, detectou-se a presença de sedes e atuação das mais diversas entidades, que desenvolvem trabalhos inseridos nas necessidades locais com as seguintes linhas de ação: provêm bens coletivos; promovem o respeito à diferença, liberdade e diversidade; fortalecem os movimentos sociais democráticos; têm capacidade de chamar a atenção pública para problemas ambientais e sociais; guardam proximidade com a comunidade beneficiária dos serviços e podem partilhar com o Estado a formulação e implementação de políticas públicas.

Possuem capacidade de pressão nas três esferas governamentais, organismos internacionais, empresas privadas e agências bi e multilaterais e, ainda, facilitam a divulgação dos trabalhos desenvolvidos por atuarem em rede.

As ONGs ambientalistas por um lado, objetivam fortalecer a concepção de desenvolvimento sustentável, sendo consideradas a justiça social, o exercício da cidadania, a equidade social, a democracia plena e o equilíbrio ambiental e por outro querem ser reconhecidas como atores estratégicos para tal desenvolvimento e agentes transformadores da sociedade (Fonte: Cunha Gomes, Zeide Lúcia Gusmão, *Ambiência - Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais* V. 4 N. 3 Set./Dez. 2008).

Neste item estão elencadas as entidades relevantes, que além de atuarem em rede que tem expressão internacional, nacional e regional, situadas e/ou cujas sedes estão nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Paulo e cujas linhas de ação envolvem os municípios da área de influência e/ou a Zona costeira e suas populações tradicionais. As demais entidades ambientalistas estão elencadas no **Quadro II.5.3-9 (subitem II.5.3.B - Grupos de Interesse)** e, para esta listagem, foi consultado o cadastro do CNEA/MMA.

### ***Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG***

Fundada em 10 de agosto de 1991, é uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos, democrática e pluralista, com duração ilimitada.

São consideradas Organizações Não Governamentais - ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

A ABONG tem por objetivos:

- Promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e a consolidação de uma democracia participativa;
- Consolidar a identidade das ONGs brasileiras, afirmando sua autonomia face ao Estado, aos partidos políticos, às Igrejas e aos movimentos populares;

- Defender os interesses comuns de suas associadas;
- Estimular diferentes formas de intercâmbio, interajuda e solidariedade, inclusive financeira, entre as associadas, contribuindo para a circulação de informações, a consolidação e o diálogo com instituições similares de outros países e a informação sobre a atuação de agências governamentais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento;
- Combater todas as formas de discriminação, racial, étnica e de gênero, enquanto obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais;
- Ser um instrumento de expressão, em âmbito nacional e internacional, das contribuições e propostas, opiniões e alternativas das ONGs frente ao desafio do desenvolvimento.

### ***Fundação SOS Mata Atlântica***

A Fundação SOS Mata Atlântica é uma organização não-governamental. É uma entidade privada, sem vínculos partidários ou religiosos e sem fins lucrativos, foi criada em 1986 e tem como missão promover a conservação da diversidade biológica e cultural do Bioma Mata Atlântica e ecossistemas sob sua influência, estimulando ações para o desenvolvimento sustentável, bem como promover a educação e o conhecimento sobre a Mata Atlântica, mobilizando, capacitando e estimulando o exercício da cidadania socioambiental.

**Abrangência:** os 2.815 municípios, pertencentes aos 17 estados inseridos no domínio do bioma.

**Projetos:** Dentre os vários projetos desenvolvidos pela SOS Mata Atlântica destacam-se:

**Costa Atlântica:** Iniciativa lançada em 2006, o Programa Costa Atlântica é capitaneado pela Fundação SOS Mata Atlântica visando contribuir com a conservação da biodiversidade, a manutenção do equilíbrio ambiental, a integridade dos patrimônios naturais, históricos e culturais e o desenvolvimento sustentável dos territórios costeiros e marinhos.

Dois fundos constituem o Programa: o Fundo para a conservação e fomento ao desenvolvimento regional nas Zonas Costeira e Marinha sob influência do bioma Mata Atlântica - Fundo Costa Atlântica e o Fundo de apoio às Unidades de Conservação marinhas – Fundo pró-Unidade de Conservação Marinha, cujo projeto-piloto é desenvolvido na Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas.

O Fundo Costa Atlântica é voltado à conservação e ao fomento ao desenvolvimento regional nas zonas Costeira e Marinha sob influência do bioma Mata Atlântica, e foi criado para apoiar projetos de conservação da biodiversidade, por meio do apoio à criação e consolidação de unidades de conservação públicas na zona marinha e o uso sustentável dos recursos costeiros e marinhos.

O segundo é o Fundo Pró-Unidade de Conservação Marinha, estabelecido como um fundo de perpetuidade, com vistas a garantir a proteção, gestão e sustentabilidade das áreas marinhas protegidas atualmente. O Programa Costa Atlântica conta com o aporte da iniciativa privada.

Na primeira fase, de 2008-2010, o programa contemplou ações em áreas prioritárias dentro da região abrangida pelo Programa Costa Atlântica: o Estuário do Jaguaribe (CE), a Costa dos Corais (PE/AL), Canal de Santa Cruz-Itamaracá (PE), a Baía de Camamu (BA), a Baía de Todos os Santos (BA), a Baía de Ilha Grande (RJ), o Complexo Estuarino-Lagunar Iguape-Cananéia (SP) e as Baías Babitonga-São Francisco do Sul (SC), Lagoa do Peixe (RS).

Plataforma Ambiental: Em associação com o Atlas dos Municípios da Mata Atlântica, a Plataforma Ambiental aos Municípios, lançada pela Fundação em 2004, constitui um documento com as principais diretrizes para a implantação de uma agenda ambiental local nas cidades situadas no bioma. O objetivo principal da Plataforma é servir de referência para as questões ambientais locais. A Plataforma Ambiental possui três eixos temáticos estruturais: desenvolvimento sustentável; educação e saúde; e saneamento ambiental. Esses eixos são os indutores para a abordagem de questões que demandem o posicionamento de prefeitos e vereadores. Entre elas, a criação do zoneamento municipal, de áreas verdes, parques e Áreas de Preservação Permanente, políticas de parcelamento



do solo e proteção aos mananciais, gerenciamento integrado de resíduos sólidos, promoção do turismo e da agricultura sustentáveis, entre outros temas.

Atlas da Mata Atlântica: O Atlas, voltado para fornecer sistematicamente dados sobre a situação da Mata Atlântica, não faz só a sinalização das perdas de áreas como enfoca as áreas que vêm se recuperando em consonância com a legislação. O estudo indica os trechos mais preservados e a situação do entorno das áreas com elevada taxa de biodiversidade, contribuindo para o planejamento e a proteção do patrimônio ambiental. Desde 2004, a SOS Mata Atlântica realiza um trabalho de diagnóstico e monitoramento de áreas prioritárias para a conservação.

O mais recente avanço do Atlas foi a criação, em 2005, do projeto "De Olho na Mata", que em sua primeira fase, compreendeu o trecho litorâneo entre os municípios de Guarujá (SP) e Paraty (RJ). O estudo avaliou a realidade desta área desde 1962, sua situação atual e a criação de cenários futuros que apontem como estarão os remanescentes daqui a 10 e 20 anos. Foi possível neste trecho constatar o adensamento da população em áreas irregulares, o que, aliado à falta de infra-estrutura básica, leva à poluição da água. O próximo trecho do bioma Mata Atlântico a ser pesquisado será o litoral norte de Santa Catarina.

Atlas dos Municípios: Para dar continuidade ao trabalho de mapeamento dos remanescentes da Mata Atlântica, a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) lançaram, em 2004, um novo gerenciador de mapas na Internet. A iniciativa veio acompanhada da disponibilidade de imagens da situação dos remanescentes florestais da Mata Atlântica por município, entre aqueles abrangidos pelo bioma. O produto, conhecido como Atlas dos Municípios da Mata Atlântica, monitora a distribuição espacial da Mata Atlântica em 2.815 municípios dos 17 estados inseridos no domínio do bioma, e traz os índices de representatividade da vegetação de mangue e restinga. A interpretação de imagens de satélites alcança áreas mínimas de dez hectares.

O Atlas estabelece ainda um Índice de Preservação da Mata Atlântica - IPMA, indicador criado pela entidade para apontar a situação quantitativa dos remanescentes florestais por município. Tal indicador possibilitou a divulgação, de

um ranking com as cem cidades com maior índice de Mata Atlântica. É possível acompanhar também os limites das unidades de conservação, a localização e monitorar pressões, invasões e desmatamentos no seu entorno.

### **Greenpeace**

O Greenpeace é uma ONG internacional, fundada em 1971, de alcance mundial, possuindo mais de um milhão de adeptos. Caracterizada pela ação imediata e militância voluntária, tem como estratégia mais divulgada, criar situações de denúncia e/ou enfrentamento nos locais onde o ambiente do planeta possa estar sendo ameaçado pela atividade antrópica.

O Greenpeace definiu como escopo de seu trabalho em favor do ambiente os seguintes temas: florestas, clima, energia, oceanos, agricultura sustentável (transgênicos), tóxicos e desarmamento/promoção da paz.

A partir de objetivos e estratégias determinados, esses temas transformam-se em “campanhas” – um trabalho de investigação, exposição e confronto a partir das demandas da organização em cada país onde ela atua.

Com representação no Brasil, o Greenpeace definiu para o país a atuação através de campanhas voltadas para a Amazônia; questões climáticas (aquecimento global); energia renovável; oceanos e transgênicos.

Em 2007 iniciou-se a Campanha de Oceanos do Greenpeace, que tem como objetivo primordial a criação de Áreas Protegidas em 30% da extensão da zona marítima sob jurisdição brasileira e sensibilizar as pessoas sobre a relevância da conservação marinha.

### **Objetivos**

- Proteger a floresta amazônica, bioma de grande biodiversidade, habitat de milhares de espécies, milhões de pessoas e fundamental para o equilíbrio climático do planeta;
- Estimular o investimento em energia renovável e eficiência energética, reduzindo as emissões de gases do efeito estufa, que causam aquecimento global;

- Defender os oceanos com a criação de uma rede de unidades de conservação e o estímulo da pesca sustentável;
- Trabalhar pela paz, enfrentando as causas de conflito e eliminando a produção de energia e armas nucleares;
- Incentivar a agricultura segura e sustentável, rejeitando os organismos geneticamente modificados.

### ***Instituto Socioambiental – ISA***

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde 21 de setembro de 2001. Fundado em 22 de abril de 1994, o ISA incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PIB/CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) de Brasília. Ambas, organizações de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas no Brasil.

O ISA tem como objetivo principal defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos e valorizar a diversidade socioambiental.

Programas e projetos:

- Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo;
- Monitoramento de Áreas Protegidas;
- Política e Direito Socioambiental;
- Povos Indígenas no Brasil;
- Rio Negro;
- Vale no Ribeira;
- Xingu.

## ***Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IARBMA***

O Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IARBMA, fundado em Ilhéus/BA, em outubro de 1999, é uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP), com finalidades ambientais, científicas, educativas e sócio-culturais, que tem sua atuação consolidada em rede de parcerias públicas e privadas, com entidades nacionais e internacionais.

Os objetivos institucionais do IARBMA são:

- Apoiar a implantação e o fortalecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica- RBMA, em todos seus campos de atuação, em conformidade com as diretrizes, prioridades e estratégias definidas pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- Captar e gerenciar recursos voltados à implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e de projetos de conservação, recuperação e desenvolvimento sustentável em sua área de atuação.

O IARBMA integra o sistema de gestão da Reserva da Biosfera na condição de entidade vinculada. Atualmente, dentre os projetos já realizados ou em curso, destaca-se o “Programa Mercado Mata Atlântica – RBMA”, que tem a missão de identificar, qualificar e promover produtos, serviços e negócios sustentáveis na Mata Atlântica – especialmente os comunitários, associativos, cooperativos, e de micro e pequenas empresas, na área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

O IARBMA ressalta que o levantamento dos negócios sustentáveis é realizado em caráter permanente. Com base nesse mapeamento, a equipe e os parceiros do Mercado Mata Atlântica – RBMA atuam na melhoria, promoção e divulgação dos empreendimentos em feiras, exposições e rodadas de negócios. A meta é colaborar com a comercialização desses produtos e incentivar a melhoria da qualidade de produtos e serviços locais – realizada por meio de seminários, oficinas, processos de certificação e mecanismos de capacitação. O programa atua para valorizar os produtos ao agregar valores sociais aos serviços ambientais, além de promover a sensibilização de consumidores e, em especial, das populações urbanas.

### ***Instituto de Energia e Meio Ambiente – IEMA***

Criado em 2006, o Instituto de Energia e Meio Ambiente é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, que tem como missão contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas que visem à melhoria da qualidade do ar nos centros urbanos do país. O Instituto atua em três linhas estratégicas: apoio ao fortalecimento da gestão pública da qualidade do ar; contribuição à adoção de ações voltadas à redução de emissões veiculares; e apoio à implementação de uma política de mobilidade urbana voltada à construção de cidades sustentáveis, priorizando o transporte coletivo sustentável ambientalmente. O Instituto tem apoiado a formulação de uma Política Nacional de Qualidade do Ar que possa consolidar medidas que resultem em melhorias técnicas, institucionais, políticas, econômicas e de recursos humanos. Em outra linha de atuação, o Instituto direciona esforços para que o controle de emissões veiculares no Brasil avance gradativamente nos próximos anos, tendo como meta o aperfeiçoamento da tecnologia veicular e de combustíveis de forma que seja assegurada a proteção da saúde pública.

### ***Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE***

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, foi criado em 1981. É uma instituição sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e partidária, voltado para a implementação da cidadania e dos direitos humanos fundamentais. O IBASE desenvolve projetos e/ou iniciativas nas seguintes linhas: Alternativas Democráticas à Globalização; Desenvolvimento e Direitos; Direito à Cidade; Economia Solidária; Processo Fórum Social Mundial; Juventude Democracia e Participação; Observatório da Cidadania: direitos e diversidade; Responsabilidade Social e Ética nas Organizações; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

O IBASE também atua na linha da democratização do acesso à informação/comunicação, com o objetivo de levar ao público um olhar diferenciado sobre as temáticas em que atua. Para isso, produz publicações como o Jornal da Cidadania – distribuído em escolas públicas em todo o país, especialmente na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro – e a Revista

Democracia Viva – distribuída para formadores(as) de opinião. Realiza pesquisas nas áreas referidas aos projetos e participa de redes de entidades sociais e ambientais em nível nacional e internacional.

Dentre os principais projetos que desenvolve, destacam-se:

- Controle social da indústria extrativista no Brasil - projeto exploratório. Entre os objetivos do projeto está a realização do mapeamento da organização, da operação e das questões sociais decorrentes dos complexos industriais extrativistas do petróleo, e do complexo mineral siderúrgico;
- Núcleos de Integração Furnas/COEP/IBASE: O projeto tem como foco cinco grupos populacionais: remanescentes de quilombo, atingidos(as) por barragem, população indígena, comunidade situada no entorno de lixão e em assentamento agrário. O objetivo é fortalecer as relações sociais e impulsionar a participação de moradores(as) no processo de desenvolvimento comunitário;
- Observatório da Cidadania para o PAC/Favelas: O IBASE propõe desenvolver ações para fomentar a participação social de toda a cidade do Rio de Janeiro na implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas favelas;
- Fórum Social Mundial: O IBASE tem compromisso político e institucional com o Fórum Social Mundial (FSM). Participa ativamente do processo FSM desde o primeiro evento, realizado em Porto Alegre, em 2001;
- Diálogo entre os Povos: O projeto reúne representantes de organizações e movimentos da sociedade civil com atuação na América Latina e na África. O objetivo é a criação de espaços de interlocução para a promoção de ações que fortaleçam atuações de forma a construir um modelo de desenvolvimento baseado em princípios democráticos e éticos, que considere a diversidade de países, movimentos e perspectivas políticas envolvidas;
- Desenvolvimento local e inclusão socioproductiva das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família: O projeto, implementado pelo IBASE e Instituto Pólis, tem como objetivo contribuir para a gradativa autonomia de famílias que, hoje, dependem da transferência de renda;

- Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária: Com o objetivo de incentivar a formação de redes e cadeias produtivas solidárias, o IBASE atua na atualização do mapeamento nacional de economia solidária.

### **II.5.3.C.3 - Estado de São Paulo**

#### **Real Norte**

O REALNORTE é um Colegiado de Entidades Ambientalistas do Litoral Norte de São Paulo que se articula como um fórum permanente das entidades ambientalistas e sócio ambientalistas do Litoral Norte de São Paulo, cujo objetivo principal é articular as ONGs e OSCIPs, frente às políticas de meio ambiente federais, estaduais e também as municipais que tenham repercussão regional. É nesse colegiado que ocorrem as discussões para as candidaturas e eleições para representantes nos fóruns regionais ligados ao meio ambiente, como Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte CBH-LN, Conselho Estadual do Meio Ambiente CONSEMA, Conselhos Consultivos dos Parques Estaduais, Mosaicos, APAs entre outros.

#### **CEDS/Real Norte - Centro de Experimentação para o Desenvolvimento Sustentável**

O Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável - CEDS é uma infraestrutura de suporte ao Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte de São Paulo. Visa dar respostas concretas às questões resultantes dos trabalhos desenvolvidos facilitando a comunicação documental com o conjunto da sociedade, criando condições para que as propostas e atividades do projeto sejam compreendidas e reconhecidas em seu alcance positivo. Conta com equipe de trabalho, sede administrativa e área de cursos e oficinas onde organiza seminários e outros eventos. Além disso, promove capacitação e suporte a projetos modelo de empreendimentos sustentáveis.

O convênio que criou oficialmente o CEDS foi assinado durante o ECOADVENTUR LN-2008, realizado de 10 a 13 de Julho de 2008, em Caraguatatuba, entre a Universidade Católica de Santos, a Petrobras e o RealNorte. Este convênio estabelece uma cooperação para a construção de um processo de diálogo para a sustentabilidade do Litoral Norte de São Paulo.

O CEDS tem uma Comissão de Coordenação com a seguinte composição:

- Maria Fernanda Britto Neves, pela Unisantos;
- Roberto Francine Junior, pelas ONGs Ambientalistas;
- Leonardo Mitidiero, pela Petrobras.

#### **II.5.3.D - Dinâmica Populacional**

Considerando que qualquer interferência no espaço requer um conhecimento não somente nas formas de uso e apropriação deste, mas principalmente de quem o ocupa e usa, a identificação e análise do tamanho e da composição da população, quer seja por idade e sexo, rural ou urbana, constitui ponto relevante para todas as esferas de planejamento público ou privado. Deste modo, a partir dos dados obtidos, torna-se possível avaliar e prever demandas sociais como saúde, habitação, educação, emprego, infraestrutura de transporte, energia, comunicação, entre outros. O conhecimento da situação de base desta população é que embasará a tomada de decisões de forma estratégica e concisa com a realidade.

Seguindo esta premissa, este item apresenta o diagnóstico da dinâmica populacional dos municípios da Área de Influência pertencentes ao estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, em conformidade com suas respectivas microrregiões. Serão abordadas informações referentes à população, taxa de crescimento, densidade demográfica, grau de urbanização, estrutura etária e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, com base nos dados censitários de 2000 e 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

##### **II.5.3.D.1 - Evolução Populacional**

#### **5) Estado do Rio de Janeiro**

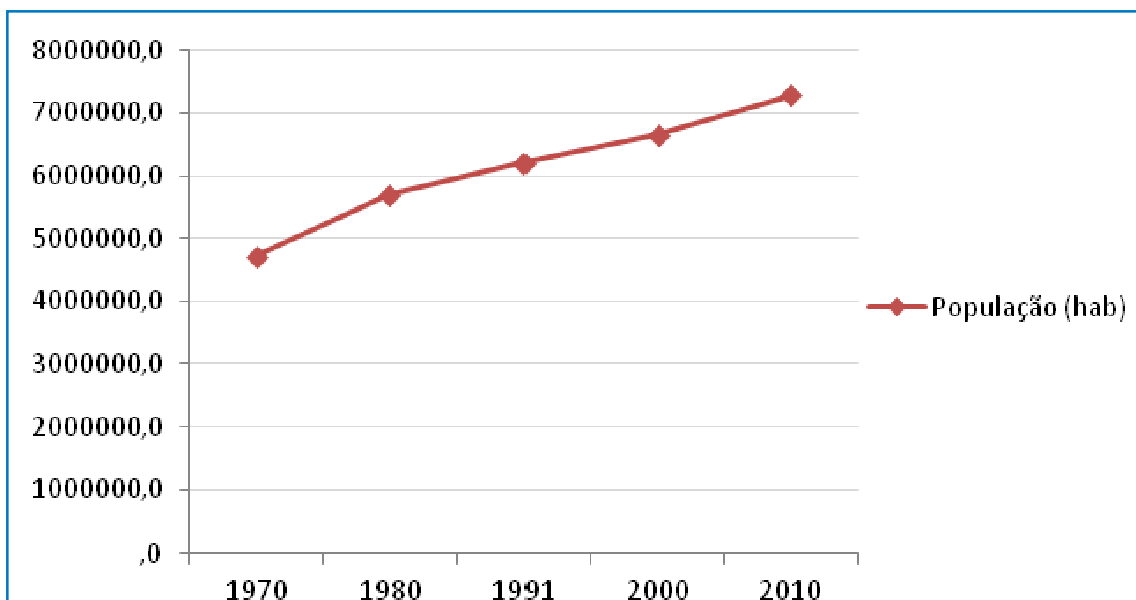
Considerando-se o somatório das populações totais dos municípios inseridos na AI e contidos no Rio de Janeiro, nota-se um crescimento contínuo desde a década de 1970 até 2010.

Em 1970 o somatório das populações totais dos municípios era da ordem de 4.724.215 habitantes, este valor atingiu em 2010 a marca de 7.288.060



habitantes. Esse crescimento significa um incremento de 54,27% da população total nos municípios componentes da Área de Influência.

Com relação às taxas de crescimento avaliadas no contexto dos municípios integrantes da AI, estas foram calculadas e obtiveram-se os seguintes valores: 20,71% para o período 1970-1980 e 8,78% para o período 1980-1991. Nos períodos seguintes os valores atingiram, 7,1% para no período de 1991-2000 e 9,5% no período 2000-2010. A **Figura II.5.3-1** a seguir apresenta o crescimento do somatório da população total dos municípios no período 1970-2010.



**Figura II.5.3-1** - Evolução do crescimento populacional dos municípios do Rio de Janeiro em estudo - 1970 a 2010

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Quando observados individualmente, os municípios apresentaram comportamento dentro dos mesmos padrões que aqueles observados na AI, com ligeiras alterações. Vale destacar que os municípios com as maiores taxas de crescimento no período 2000-2010 são Maricá, com 66,1% e Mangaratiba, com 46,4%. O período entre 1991-2000 apresentou redução das taxas de crescimento em relação ao anterior no Rio de Janeiro ( de 7,7% para 6,9%), Niterói (de 9,8% para 5,3%) e Angra dos Reis ( de 47,9% para 39,4%). O município de Itaguaí apresentou taxa negativa, com decréscimo de 27,5% em relação ao período de 1980 a 1991. O **Quadro II.5.3-12** traz as informações sobre as taxas de crescimento demográfico

dos municípios da Área de Influência do empreendimento, tendo como referência os Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, segundo o IBGE.

**Quadro II.5.3-12 - Taxa de Crescimento da população nos municípios estudados das microrregiões Metropolitana do Rio de Janeiro e Costa Verde - Períodos de 1970 a 2010**

Municípios	Períodos			
	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
<b>Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b>				
Rio de Janeiro	19,73	7,7	6,9	7,9
Maricá	37,84	42,7	64,9	66,1
Niterói	22,48	9,8	5,3	6,1
<b>Região da Costa Verde</b>				
Itaguaí	61,41	25,4	-27,5	33
Mangaratiba	12,18	29,5	38,9	46,4
Angra dos Reis	43,68	47,9	39,4	42,2
Paraty	29,45	16	23,5	27

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

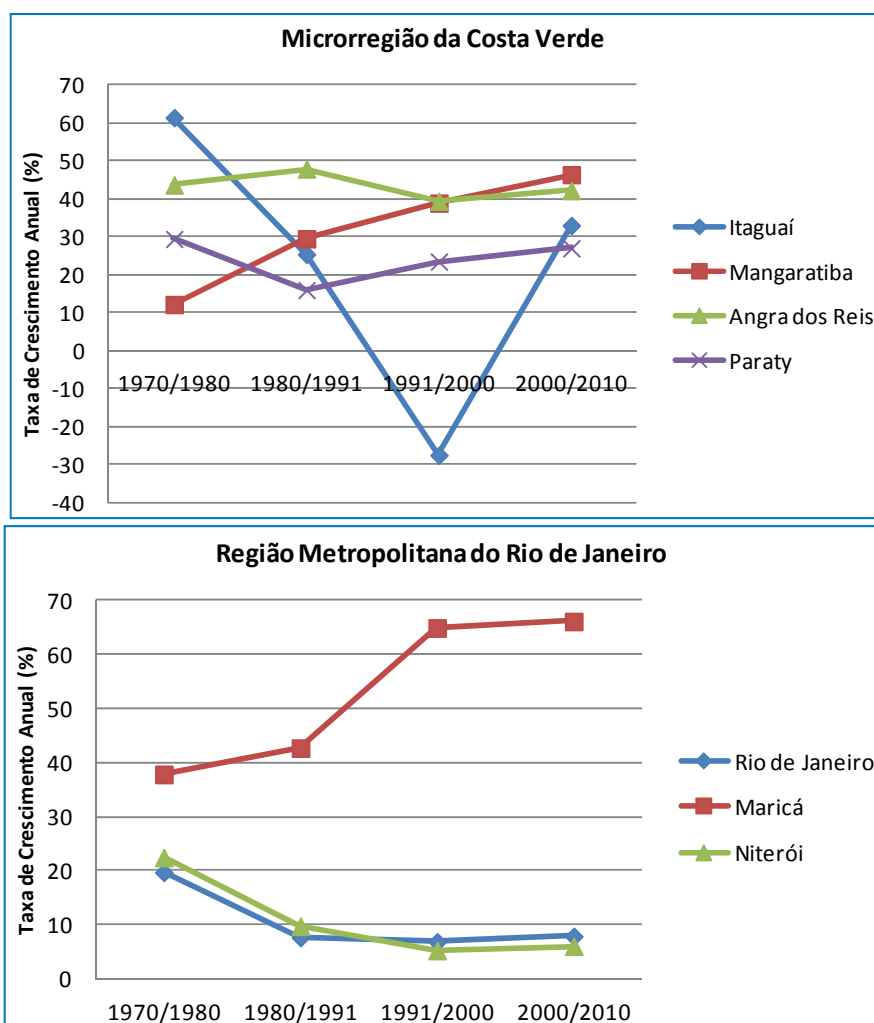
Observa-se que os municípios de Rio de Janeiro e Niterói, contidos na Região Metropolitana, apresentam tendência à estabilização do crescimento demográfico, enquanto Maricá se consolida como município com a maior taxa de crescimento populacional do período.

Mangaratiba mantém seu crescimento contínuo desde a década de 1970 e Itaguaí, apesar de ter demonstrado um decréscimo de população entre 1991 e 2000, voltou a exibir taxas maiores que a Região Metropolitana a partir de 2000. Isso pode ser um indicativo dos reflexos ocorridos no município em função da implantação de diversos empreendimentos a partir da década de 1990.

Cabe registrar que a Região Metropolitana, com exceção de Maricá, é a que se mantém mais estável do ponto de vista do crescimento populacional. Esta condição pode guardar relação direta com o fato de a Região Metropolitana já se encontrar em processo de saturação antes mesmo da década de 1980, período em ela já havia sido criada e que o município do Rio de Janeiro já polarizava os municípios em seu entorno.

De maneira geral, as taxas de crescimento dos municípios do Rio de Janeiro apresentam regularidade ao longo do tempo, com exceção feita ao município de Itaguaí, que no período 1991-2000 apresentou taxa de crescimento negativo (-27,5%).

A **Figura II.5.3-2** a seguir apresenta as taxas de crescimento populacional dos municípios integrantes da Área de Influência no estado do Rio de Janeiro.



**Figura II.5.3-2 - Evolução da taxa de Crescimento Anual dos municípios das microrregiões em Estudo - 1970 a 2010**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991, 2010).

Com relação à distribuição das populações urbana e rural, note-se que no que se refere à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apenas o município de

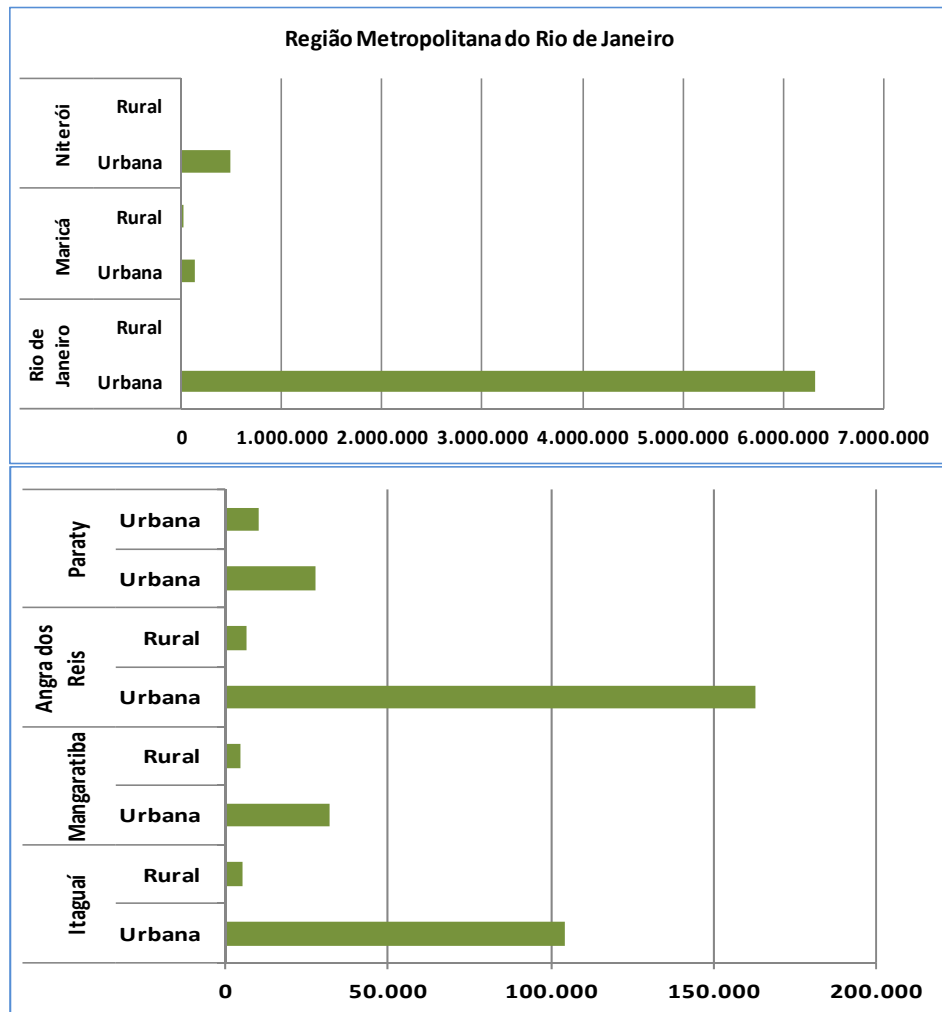
Maricá ainda possui população rural efetiva (1970 habitantes, segundo o Censo 2010). Com relação ao município do Rio de Janeiro, este não apresenta mais população rural desde 1970 e Niterói desde 1980.

Já a Costa Verde apresenta ainda populações em zonas rurais. Itaguaí, considerando todo o período (1970-2010) teve um decréscimo de aproximadamente 87,27% de sua população. Mangaratiba apresenta um comportamento diferente, sofrendo um decréscimo de sua população rural mais gradativo, 29,80%, no mesmo período. O município de Angra dos Reis sofreu queda significativa da população rural nos períodos de 1980-1991 e 1991-2000 (75,2% e 30,6%, respectivamente), decorrente da atração provocada pela oferta de emprego na indústria e crescimento econômico do município, entretanto, este índice voltou a subir no período 2000-2010, exibindo taxas de 25,8%. Paraty apresentou crescimento progressivo da população rural no período 1991-2000 (24,2%), no período seguinte decresceu 36,4%.

A quase ausência de população rural nos municípios da Região Metropolitana está diretamente ligada ao processo contínuo de urbanização experimentado por metrópoles. A expansão das zonas urbanas pode ocorrer em razão da alteração da legislação de uso do solo e da criação e implantação de planos diretores municipais que alteram a definição de determinadas áreas para urbanas, não significando exatamente processos migratórios ou êxodo rural.

Na microrregião da Costa Verde é observado um crescimento significativo dos contingentes urbanos entre os anos de 1970 e 2010, com destaque para Angra dos Reis, que apresentou um crescimento de 753,4% no período. O mesmo crescimento contínuo é observado em Paraty, com 563,4%, Mangaratiba, com 421,34% e Itaguaí, com 495,48%, mesmo apresentando um decréscimo de população no período de 1991-2000.

A **Figura II.5.3-3** a seguir apresenta os dados das microrregiões estudadas no que se refere às populações urbanas e rurais.



**Figura II.5.3-3 - População Urbana e Rural em 2010 nos municípios da Área de Influência (RJ).**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).

Refletindo os dados apresentados, observa-se que a maioria dos municípios integrantes da AI no estado do Rio de Janeiro apresentam Grau de Urbanização superior à 80%, conforme observado de forma geral nos dados do Brasil retratados no último Censo desenvolvido pelo IBGE em 2010, com exceção de Paraty, que apresenta índice de urbanização de 73,8%.

O **Quadro II.5.3-13** a seguir apresenta os graus de urbanização dos municípios da AI no estado do Rio de Janeiro.

**Quadro II.5.3-13 - Grau de urbanização dos municípios estudados no estado do Rio de Janeiro - 2010**

Municípios	População 2010	Grau de urbanização 2010
<b>Microrregião Costa Verde</b>		
Itaguaí	109.091	95,52
Mangaratiba	36.456	88,11
Angra dos Reis	169.511	96,3
Paraty	37.533	73,8
<b>Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b>		
Rio de Janeiro	4.251.918	100,00
Maricá	23.664	98,45
Niterói	324.246	100,00

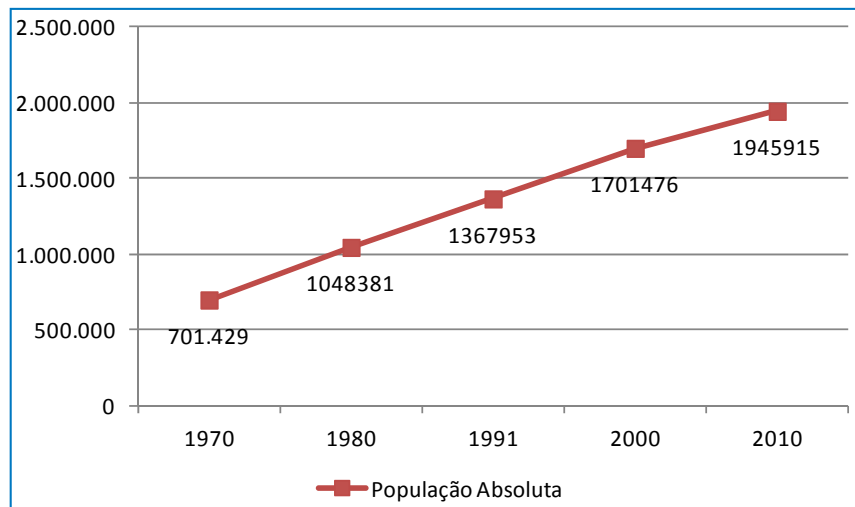
Fonte: IBGE, (Censo, 2010).

**6) Estado de São Paulo**

A evolução populacional nos municípios das microrregiões de São Paulo apresentou um crescimento significativo nos últimos 40 anos.

Ao longo deste período (1970 a 2010), o crescimento populacional total dos municípios do litoral paulista em estudo foi de mais de 1.900.000 habitantes (177%), o que representa um aumento considerável (**Figura II.5.3-4**).

As décadas de 1970 e 1980 foram aquelas que apresentaram maiores taxas de crescimento: 4,9% a.a. e 3,0% a.a., respectivamente. Observa-se que houve uma queda neste percentual ao longo do período, alcançando na última década uma taxa de crescimento da ordem de 1,4% a.a, indicando uma tendência de arrefecimento nas taxas de crescimento regionais.



**Figura II.5.3-4 - Evolução do crescimento populacional dos municípios de São Paulo em estudo - 1970 a 2010**

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Há municípios, como Praia Grande, que apresentaram um crescimento superior a 1000% no período, denotando um afluxo migratório muito acima do que o município estava preparado para receber. No geral, municípios como Mongaguá, Peruíbe, São Sebastião e Caraguatatuba apresentaram crescimento acima de 500% em sua população. Porém, dentre todos os municípios estudados, Santos foi o que apresentou o menor crescimento populacional no período (21%). Esta condição deve-se à representatividade que este município já tinha na década de 1970, tendo em vista suas atividades portuárias e outras polarizadoras na região. Ao longo destes 40 anos o fluxo de pessoas para esta região do Estado de São Paulo foi sendo distribuído em função do surgimento de uma nova vocação econômica – o turismo.

Outro ponto de destaque volta-se para o município de Bertioga que, por ter se emancipado do município de Santos somente em 1991, os dados são apresentados a partir desta data.

Verifica-se no **Quadro II.5.3-14**, o crescimento demográfico dos municípios da Área de Influência do empreendimento, tendo como referência os Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, segundo o IBGE.

**Quadro II.5.3-14 - Taxa de Crescimento Anual da população nos municípios estudados das microrregiões de Caraguatatuba, Itanhaém e Santos - Períodos de 1970 a 2010**

Municípios	Períodos			
	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
<b>Microrregião de Caraguatatuba</b>				
Caraguatatuba	5,5	4,0	1,8	0,9
Ilhabela	2,7	4,7	4,0	1,7
São Sebastião	3,7	4,9	1,3	0,9
Ubatuba	4,4	4,7	11,1	1,3
<b>Microrregião de Santos</b>				
Bertioga	-	-	3,7	2,2
Cubatão	3,5	1,5	2,3	0,9
Guarujá	3,8	3,1	3,9	2,6
Praia Grande	7,0	5,2	4,6	2,2
São Vicente	4,0	3,1	3,2	1,5
Santos	1,7	0,3	1,3	0,9
<b>Microrregião de Itanhaém</b>				
Itanhaém	4,7	4,5	5,1	2,4
Mongaguá	4,7	5,3	4,0	1,4
Peruíbe	6,2	4,9	4,0	2,6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970,1980,1991,2000, 2010).

Apesar da tendência de redução das taxas de crescimento populacional das últimas décadas, os dados do IBGE demonstram que o crescimento populacional dos municípios da área de influência pertencentes às microrregiões de Caraguatatuba, Itanhaém e Santos apresentaram um aumento nas décadas de 70/80 e 80/90, diminuindo nas décadas posteriores.

Durante a década de 1970, acentuou-se o ritmo de crescimento de alguns municípios, como é o caso da microrregião de Santos e de Itanhaém, onde a maior taxa foi exibida pelo município de Praia Grande, aproximadamente 7% a.a. e Peruíbe com uma taxa de crescimento populacional acima de 6% a.a.. Estes dados refletem o processo de periferização ocorrido nestas microrregiões, denotados pela elevação da taxa de crescimento dos municípios vizinhos.

Na década seguinte, verificou-se a continuidade da tendência de maior crescimento dos municípios da microrregião de Santos, mesmo que em patamares menores que a década anterior. Caraguatatuba, Ubatuba, Ilha Bela, São Sebastião, Mongaguá, Peruíbe, Itanhaém e Praia Grande apresentaram



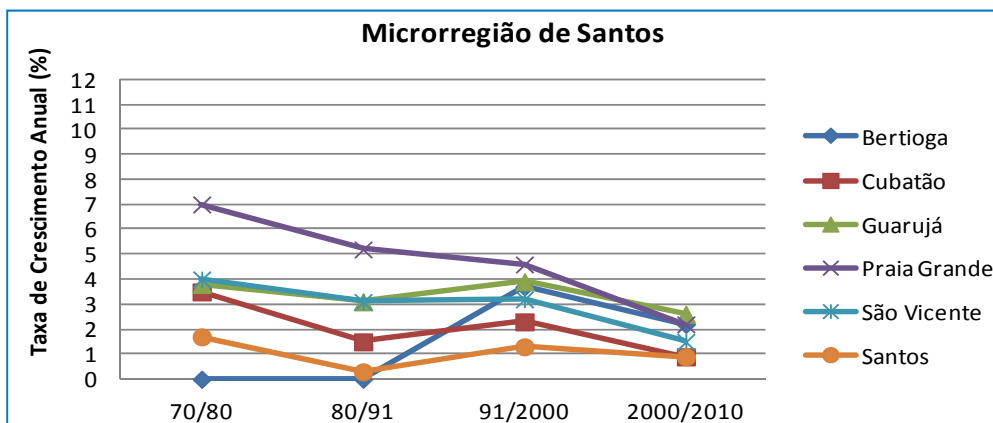
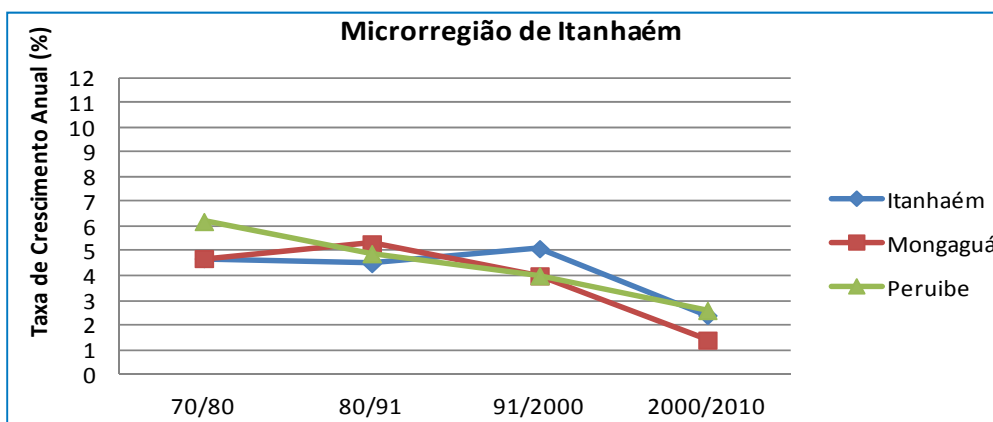
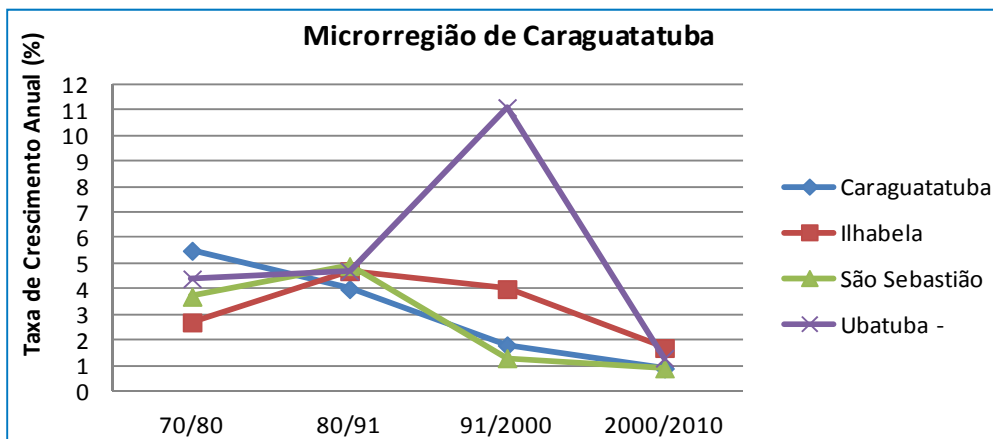
taxas de crescimento superiores a 4,0% a.a., enquanto Santos, a maior cidade do litoral, registrou uma taxa de crescimento de 0,3% a.a, no referido período.

Na década de 1990, Ubatuba apresentou a maior taxa de crescimento, superior a 11% a.a., sendo o município que mais cresceu dentro da microrregião, bem como comparativamente às demais integrantes deste estudo. Itanhaém, Peruíbe, Mongaguá e Praia Grande também crescem a taxas superiores a 4% a.a.

Nesta década, Santos chegou a um patamar de crescimento de 1,3% a.a., seguindo o reflexo do desmembramento municipal, ocorrido 1991, que resultou na criação do município de Bertioga.

Em termos gerais, as microrregiões de Caraguatatuba e Itanhaém foram as que mais cresceram populacionalmente. No entanto, o município de Praia Grande, pertencente à microrregião de Santos, foi o que apresentou maior crescimento dentre todos os demais.

A **Figura II.5.3-5** mostra uma comparação desta evolução populacional, destacando o município de Ubatuba na década de 91-2000 como o que apresentou maior crescimento.



**Figura II.5.3-5 - Evolução da taxa de Crescimento Anual dos municípios das microrregiões em Estudo - 1970 a 2010**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 19910, 2010).

Historicamente, a partir da segunda metade do século XX, o litoral paulista começou a experimentar um crescimento demográfico baseado no afluxo de turistas para a região marcada por grande beleza cênica e tranquilidade. Segundo SILVA, et al (2009), especificamente acerca do litoral norte, a partir da década de

1990 a urbanização proveniente desta atividade possibilitou aos municípios desta região “*crescimento do fluxo de informações, bens e pessoas. Isso transformou a região e a inseriu no cenário nacional e global*”. Automaticamente este desenvolvimento prescindiu de recursos e equipamentos que, ao serem incorporados à região, transformou-a de um espaço tipicamente “caixara”, para um lugar atrativo a um novo modelo de turismo - segunda residência. Conforme afirma Luchiari (1990), citado por Silva, et al (2009) esta nova tipologia de turismo “*estabeleceu territorialidades novas, novos conteúdos sociais e novas formas de valor de uso e de representação da paisagem natural e construída.*”

Entre os anos 2000/2010, destaca-se Bertioga, na microrregião de Santos, que apresenta um crescimento acelerado, tendo em vista sua recente emancipação. Os demais municípios continuam a crescer, mas a taxas um pouco inferiores que as verificadas anteriormente.

Os municípios de Caraguatatuba, Cubatão, Santos e São Sebastião apresentaram os menores percentuais de crescimento anual da população no período de 2000 e 2010, conforme pode ser observado na **Figura II.5.3-5** apresentada anteriormente. Esta condição muito se deve ao saturamento das atividades e do próprio espaço a ser ocupado nestes municípios.

No entanto, os municípios que obtiveram o maior crescimento entre 2000 e 2010 foram Guarujá e Peruíbe, em função de fluxos migratórios intensos e não do próprio crescimento vegetativo de sua população.

Corroborando SILVA, et al. (2009), pode-se afirmar que a evolução populacional nos municípios em estudo deve-se nas últimas décadas à migração ocorrida a partir da segunda metade do século passado embasada na economia gerada pelo turismo. Esta atividade impulsionou o crescimento da região, não somente em termos populacionais mas econômicos. Porém, as questões sociais geradas pela atividade não acompanharam esta evolução, carecendo de investimentos e principalmente de planejamento. O que se observa em alguns municípios é que o setor privado e as ONGs tem atuado com o objetivo de minorar os problemas sociais gerados, buscando uma atuação conjunta e organizar os usos de forma a minimizar os conflitos.

No âmbito nacional, o Censo Demográfico (IBGE, 2010), mostra que cerca de 80% dos brasileiros vivem na área urbana, restando pouco da sociedade rural que caracterizava o país nos anos 1940, quando cerca de 70% da população brasileira morava no campo. Esta inversão mostrou-se acelerada após a segunda metade do século passado, refletindo em problemas estruturais no meio urbano, tendo em vista a acumulação de pessoas em um espaço que não havia sido preparado/planejado para tal.

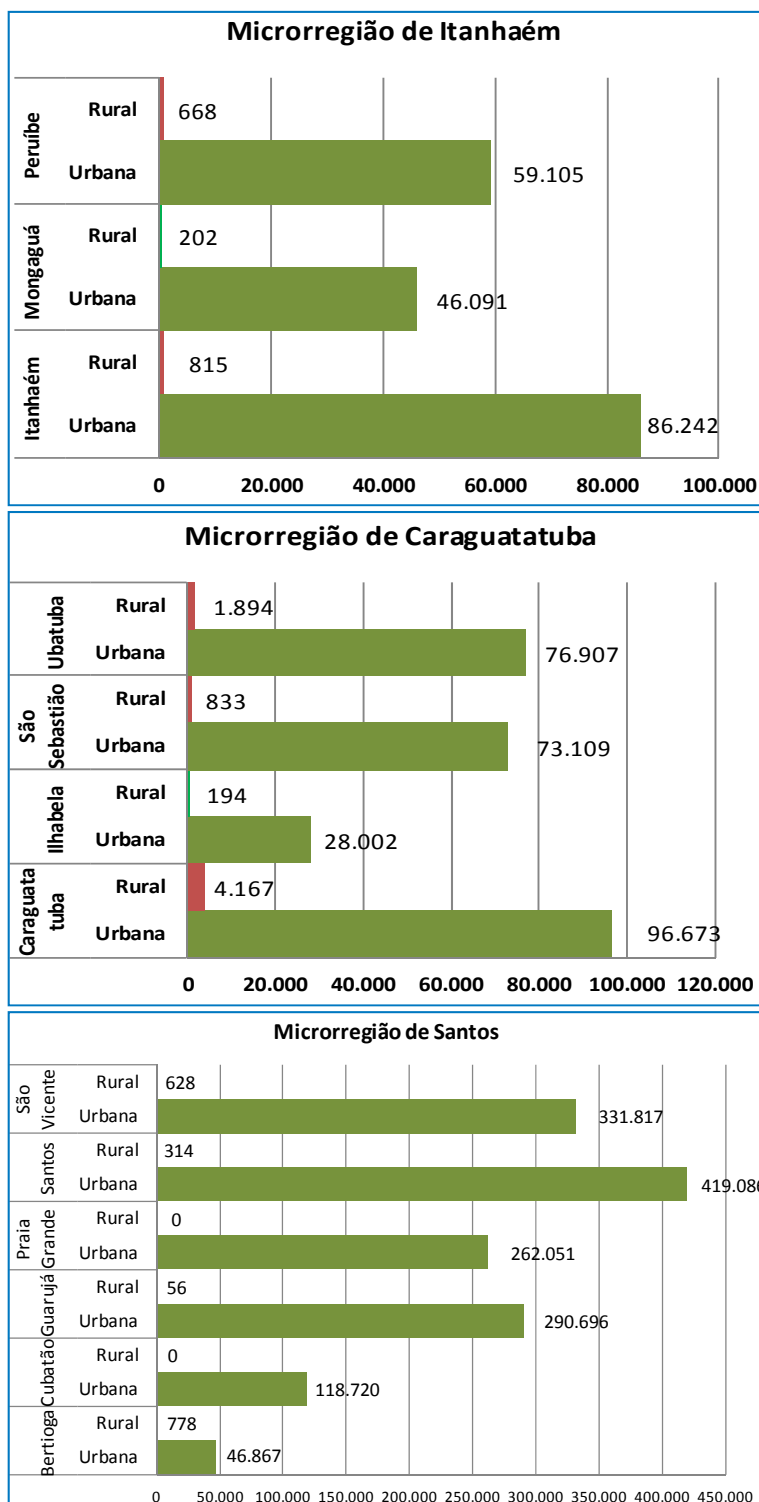
Com relação à distribuição da população urbana e rural (**Quadro II.5.3-15** e **Figura II.5.3-6**) observa-se que todos os municípios em estudo no estado de São Paulo possuem uma população predominantemente urbana. Destaca-se Cubatão e Praia Grande como 100% urbanizados, os demais municípios das microrregiões apresentaram a mesma característica com a média de 98% da população urbana.

**Quadro II.5.3-15** - Grau de urbanização dos municípios estudados das microrregiões de Caraguatatuba, Itanhaém e Santos - 2010

Municípios	População 2010	Grau de urbanização 2010
<b>Microrregião Itanhaém</b>		
Itanhaém	87.053	99,06
Mongaguá	46.293	99,56
Peruíbe	59.793	98,88
<b>Microrregião Santos</b>		
Santos	419.400	99,93
São Vicente	332.445	99,81
Guarujá	290.752	99,98
Praia Grande	262.051	100
Cubatão	118.720	100
Bertioga	47.645	98,37
<b>Microrregião Caraguatatuba</b>		
Caraguatatuba	100.840	95,87
Ilhabela	28.196	99,31
São Sebastião	73.942	98,87
Ubatuba	78.801	97,6

Fonte: SEADE. Estatísticas Vitais (2011).

Cabe mencionar que a orla marítima destes municípios é considerada como pertencente ao perímetro urbano, visto que este se restringe a uma faixa situada entre a praia e a Serra do Mar, que por sua vez está incluída em zona de preservação ambiental. Tal condição influencia diretamente na concentração da população na área urbana, visto que os usos no espaço rural são restritos.



**Figura II.5.3-6 - População Urbana e Rural em 2010 nos municípios da Área de Influência.**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).

### **II.5.3.D.2 - Densidade Demográfica**

A ocupação do território brasileiro ocorreu primeiramente no litoral, devido à colonização das cidades portuárias para o escoamento de matéria prima e o desembarque de escravos. Conseqüentemente, ao longo do tempo, diversas melhorias foram realizadas nas condições de infraestrutura. Tal aspecto de ocupação se reflete até os dias de hoje em uma maior densidade populacional nas áreas litorâneas, onde localizam-se grandes centros comerciais, pólos turísticos e concentração de mão de obra qualificada.

#### **1) Estado do Rio de Janeiro**

Considerados os dados do último censo demográfico (IBGE, 2010), observa-se a maior concentração de pessoas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com destaque para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói. O município de Maricá apresenta densidade demográfica (351,55hab./Km<sup>2</sup>), valor esse aproximadamente dez vezes menor que Niterói (3.640,80 hab./Km<sup>2</sup>) e mais de dez vezes menor que o Rio de Janeiro (5.265,81hab./Km<sup>2</sup>).

Quando observados os dados referentes aos municípios de Itaguaí e Mangaratiba, nota-se que as densidades demográficas desses municípios são bem menores que as densidades de Niterói e Rio de Janeiro. Há ainda que se destacar que a densidade demográfica de Itaguaí é ligeiramente maior que a de Niterói, atingindo a casa de 395,43hab./Km<sup>2</sup>. Angra dos Reis e Paraty apresentam as menores densidades demográficas, com 205,45 hab./Km<sup>2</sup> e 40,57 hab./ Km<sup>2</sup>

Contudo, é importante dizer que a densidade demográfica é um dado quantitativo que não expressa exatamente a distribuição espacial real da população no território do município. A distribuição da população pode se dar em função do acesso a bens e serviços, a conformação geomorfológica da área, dentre outros fatores. Outro elemento que interfere diretamente na análise da densidade demográfica é o valor da área do território analisado. Esse valor de área é inversamente proporcional ao valor calculado para a densidade demográfica.

O **Quadro II.5.3-16** apresentado na sequência evidencia os dados aferidos para os municípios ora em estudo.

**Quadro II.5.3-16 - População Total e Densidade Demográfica nos Municípios da Área de Influência – Rio de Janeiro em 2000 e 2010.**

Municípios	População 2000 (CENSO)	População 2010 (CENSO)	Área (km <sup>2</sup> )	DD Hab/km <sup>2</sup> (2010)
<b>Microrregião da Costa Verde</b>				
Itaguaí	82.003	109.091	275,88	395,43
Mangaratiba	24.854	36.456	353,08	103,25
Angra dos Reis	119.247	169.511	825,088	205,45
Paraty	29.544	37.533	925,053	40,57
<b>Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b>				
Rio de Janeiro	5.857.904	6.320.446	1.200,28	5.265,81
Maricá	76.737	127.461	362,57	351,55
Niterói	459.451	487.562	133,92	3.640,80

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2000 e 2010).

## 2) Estado de São Paulo

Os dados do último censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), apresentados no **Quadro II.5.3-17**, permitem identificar que na microrregião de Santos os municípios de São Vicente, Guarujá e Praia Grande possuem as maiores densidades demográficas.

**Quadro II.5.3-17 - População Total e Densidade Demográfica nos Municípios da Área de Influência – São Paulo em 2000 e 2010.**

Municípios	População 2000 (CENSO)	População 2010 (CENSO)	Área (km <sup>2</sup> )	DD Hab/km <sup>2</sup> (2010)
<b>Microrregião de Caraguatatuba</b>				
Ilhabela	20.836	28.196	348	81,13
São Sebastião	53.038	73.942	400	184,68
Ubatuba	66.861	78.801	711	110,87
Caraguatatuba	78.921	100.840	485	207,76
<b>Microrregião de Santos</b>				
Bertioga	30.039	47.645	490	97,23
Cubatão	108.309	118.720	142	833,81
Praia Grande	193.582	262.051	144	1821,06
Guarujá	264.812	290.752	143	2037,91
São Vicente	303.551	332.445	149	2232,28
Santos	417.983	419.400	280	1496,25
<b>Microrregião de Itanhaém</b>				
Monguaguá	35.098	46.293	142	325,72
Peruibe	51.451	59.773	311	191,95
Itanhaém	71.995	87.057	599	145,34

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2000 e 2010).

No que diz respeito à densidade demográfica ocorrente nos municípios da microrregiões, destaca-se a microrregião de Santos onde as maiores densidades são encontradas em São Vicente 2232,28 hab/km<sup>2</sup>, Guarujá 2037,91 hab/km<sup>2</sup> e Praia Grande com 1821,06 hab/km<sup>2</sup>. Apesar do município de Santos ser o mais populoso dentre os demais estudados, observa-se que, sua densidade demográfica apresenta o resultado inferior aos municípios acima citados (1496,25 hab/km<sup>2</sup>), visto que seu território de 280 km<sup>2</sup> é o maior. Nas demais microrregiões as densidades mantêm níveis baixos se comparados à microrregião de Santos.

Deve-se destacar mais uma vez, que a densidade demográfica é apenas um indicador quantitativo, não expressando a distribuição espacial real desta população. Sabe-se que, em função da oferta de produtos e serviços, além da infraestrutura e empregabilidade a concentração da população pode ocorrer em espaços preferenciais, em detrimento a outros. Assim, em um mesmo município podem ocorrer áreas ecúmenas e anecúmenas. Especificamente para os municípios do litoral norte de São Paulo esta concentração ocorre nas áreas litorâneas, onde os fatores indicados (produtos, serviços, empregos, infraestrutura) possuem maior expressividade. Além disto, o turismo tornou-se o grande impulsionador da economia na região, atraindo nas últimas décadas inúmeras famílias em busca de emprego conforme afirma SILVA, et al.(2009) em seu estudo sobre esta população.

Cabe ainda mencionar que a distribuição da população no espaço dos municípios do litoral norte de São Paulo é restrita pela morfologia bastante acidentada representada pela Serra do Mar, bem como pela existência de uma grande Unidade de Conservação ao longo desta Serra, representada pelo Parque Estadual da Serra do Mar, criado em 1977 (315.423ha). Esta UC estende-se por todo o litoral paulista. A linha divisória é variável, mas restringe o uso, o que fez com que a população se concentrasse próximo ao mar, em cotas normalmente inferiores a 100m. Em função disso, a área em que a população distribui-se atualmente é ainda menor do que aquela representada oficialmente pela área total do município. Esta condição dificulta ainda mais a expansão urbana e o planejamento do espaço de forma sustentável, refletindo em problemas na organização deste pelo poder público. Torna-se um ponto de reflexão o



desestímulo da migração para estes municípios, na medida em que falta espaço para uma ocupação ordenada que mantenha a qualidade de vida da população.

#### **II.5.3.D.3 - Estrutura Etária**

A análise da estrutura etária é de grande importância para que se tenha um perfil da população residente. Uma vez apurada as características etárias, conjugadas a outros indicadores, é possível observar quais os investimentos mais prioritários em um local, visando à qualidade de vida da população, além de contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, habitação, produção de alimentos, assistência social dentre outros.

Para a representação dessas informações, utiliza-se a pirâmide etária, na qual são apresentados através de gráficos a composição da população de um local em função da idade e sexo. São analisados e considerados nas pirâmides etárias três grupos etários: jovens (0 a 19 anos), adultos (20 a 59 anos) e idosos (acima de 60 anos). Através destes grupos é possível traçar um perfil da população de um dado espaço.

Dessa maneira, buscou-se elaborar uma comparação geral da estrutura etária dos municípios em estudo com dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), a partir de gráficos esboçados por cada município constante da AI nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

#### **1) Estado do Rio de Janeiro**

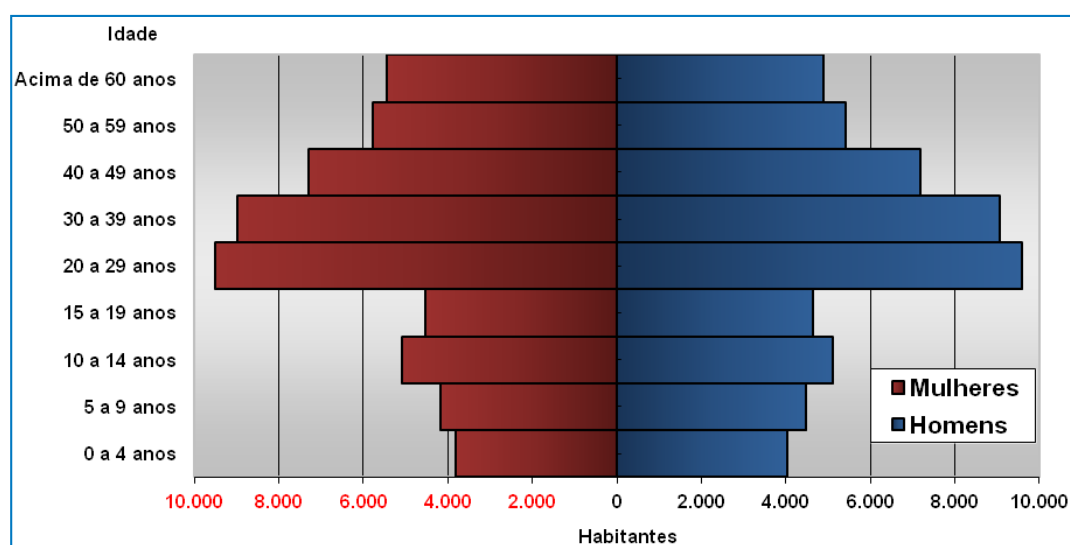
A característica etária da população residente do estado do Rio de Janeiro apresenta um perfil predominante de adultos, com crescimento do número de idosos, seguindo a tendência mundial. Segundo o Censo (IBGE, 2010) a redução da população até 25 anos e a elevação do número de idosos resulta, especialmente, da redução da taxa de fertilidade e do aumento da expectativa de vida.

Em todos os municípios do Rio de Janeiro pertencentes à Área de Influência observa-se um estreitamento da base das pirâmides etárias, com destaque para o

município de Niterói, onde o número de crianças de 0- 4 anos não atinge 30% do total dos adultos entre 20 e 29 anos.

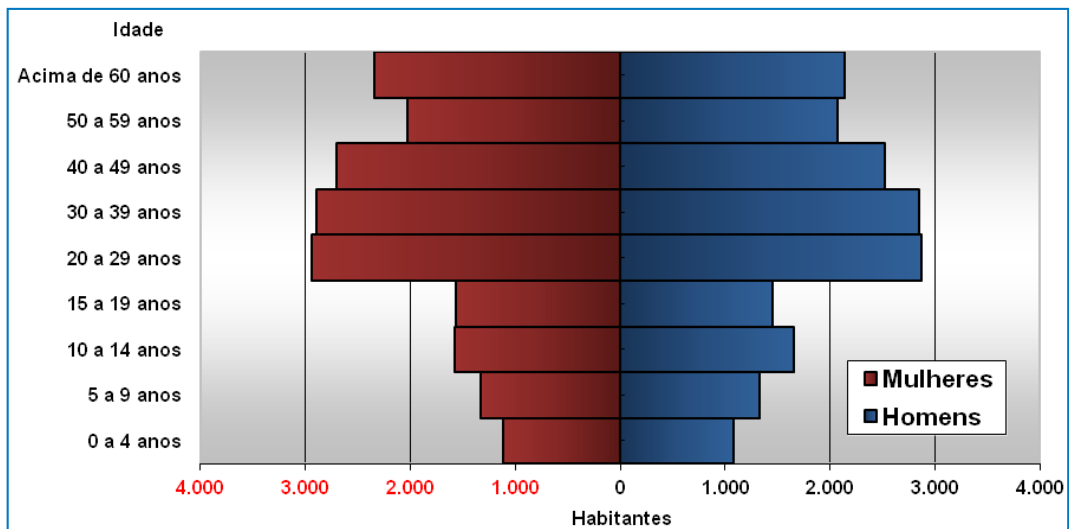
Os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da Costa Verde, inseridos na Área de Influência, possuem um número de mulheres superior ao de homens, com exceção de Paraty, onde há uma prevalência de homens (50,4%). O município de Niterói possui o maior percentual de mulheres, com 53,68% da população. Niterói se destaca também no número de pessoas acima de 60 anos, apresentando 17,1% da sua população neste faixa etária, seguido pelo Rio de Janeiro com 14,8%. O censo aponta que o estado do Rio de Janeiro está entre os que possuem o maior contingente de população idosa do país.

A seguir desde a **Figura II.5.3-7** até a **Figura II.5.3-11**, são apresentadas as pirâmides etárias para os municípios do estado do Rio de Janeiro que integram a AI.



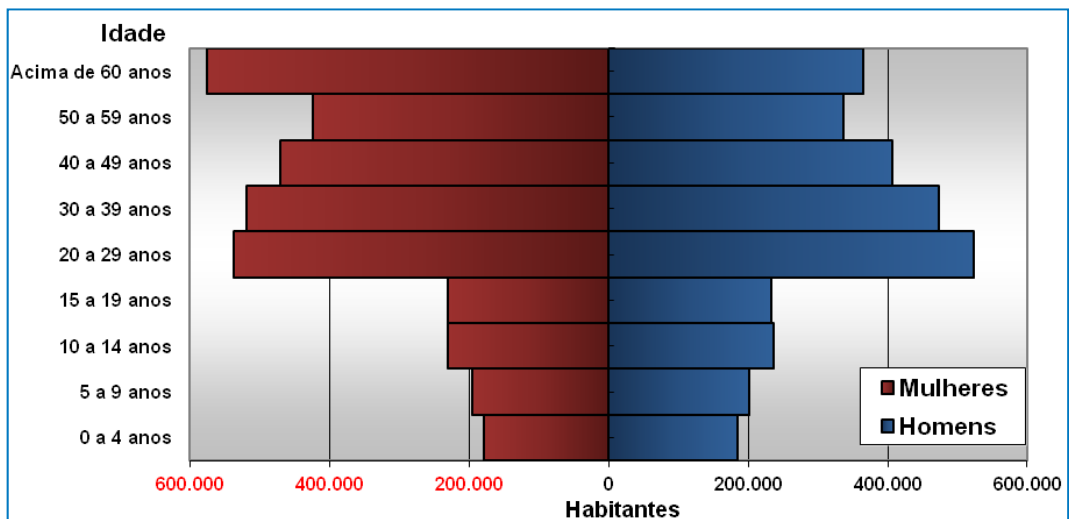
**Figura II.5.3-7 - Itaguaí**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



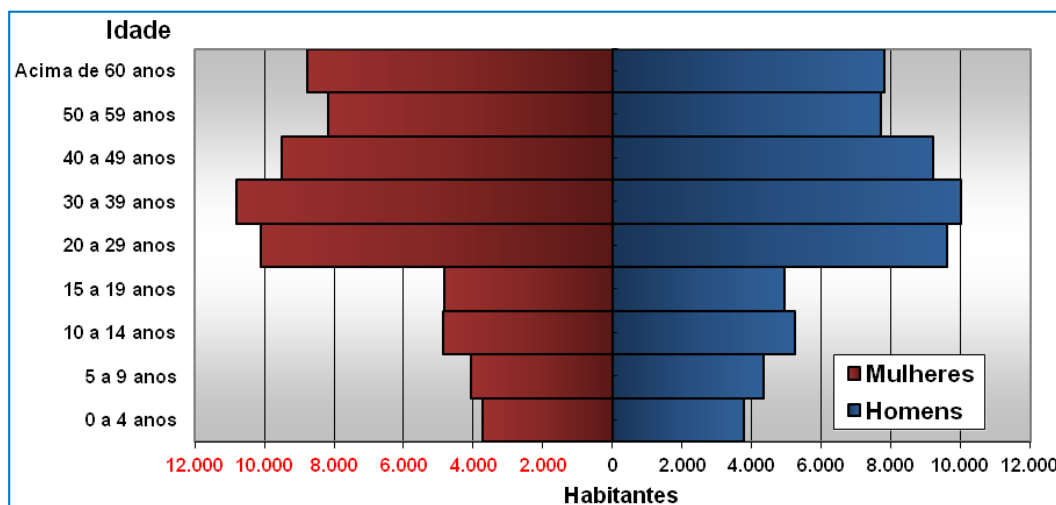
**Figura II.5.3-8 - Mangaratiba**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



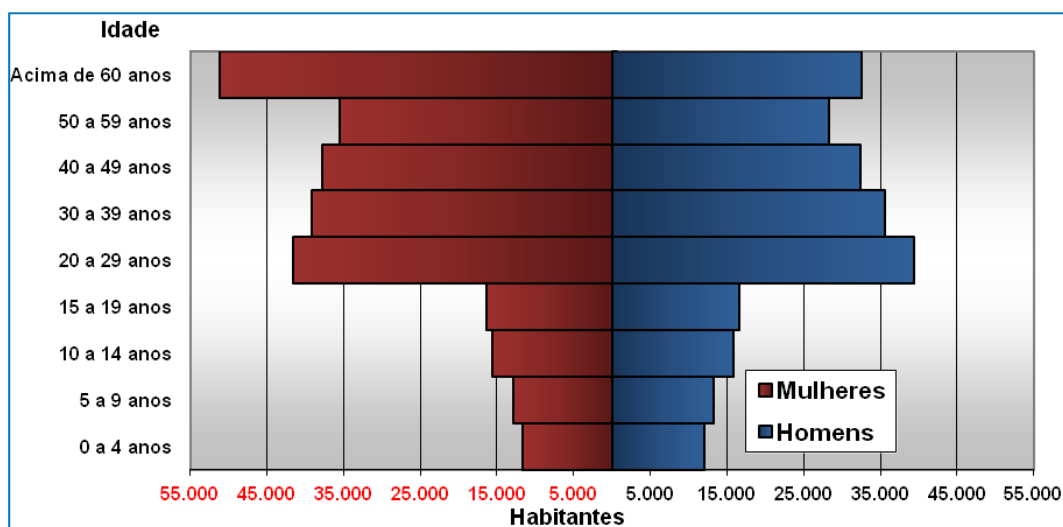
**Figura II.5.3-9 - Rio de Janeiro**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



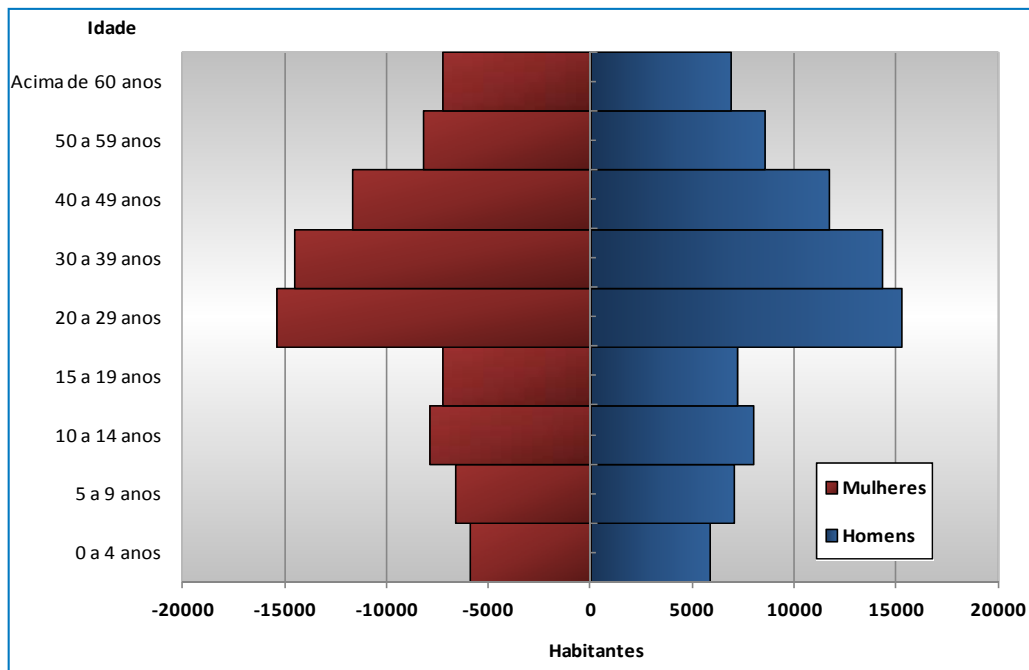
**Figura II.5.3-10 - Maricá**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



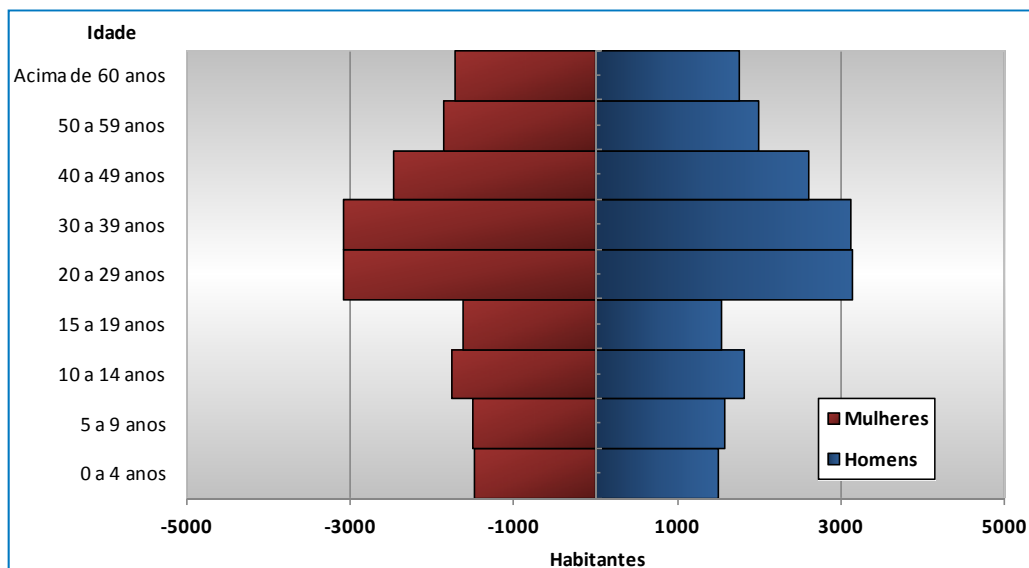
**Figura II.5.3-11 - Niterói**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



**Figura II.5.3-12 - Angra dos Reis**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



**Figura II.5.3-13 - Paraty**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).

## 2) Estado de São Paulo

De acordo com os dados do Censo IBGE 2010, verifica-se que todos os municípios estudados nas microrregiões de Itanhaém, Caraguatatuba e Santos apresentam o perfil predominante de adultos. Esta condição influencia em diversos fatores, como por exemplo, no grande número de habitantes em idade ativa do mercado de trabalho, mas também na demanda por mercado de trabalho. Destaca-se neste contexto a expressividade do setor industrial e portuário da microrregião de Santos (Litoral Sul), bem como do setor de turismo nos demais.

Salienta-se que as pirâmides etárias apresentam um estreitamento de sua base, ou seja, a redução na taxa de natalidade. Percebe-se, no geral, que em todos os municípios há este estreitamento, significando a diminuição da fecundidade, seguindo a tendência que se verifica para o Estado de São Paulo e o país. Esta situação pode ser um reflexo de investimentos ou incentivos ao uso de métodos contraceptivos, além de maiores investimentos na educação e informação à população jovem.

Quanto à faixa etária de 15 a 24 anos, observa-se uma concentração significativa da população de jovens, visto que as barras correspondentes a estas idades são as que concentram percentual mais acentuado desta população.

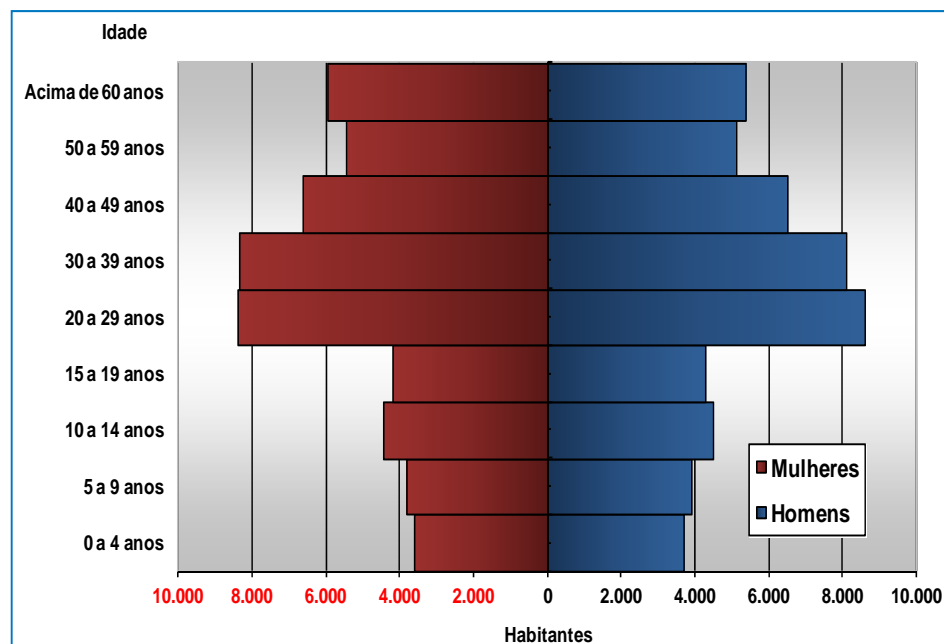
No que compete à proporcionalidade entre homens e mulheres, para as diferentes faixas etárias, observa-se que inicialmente o número de homens é pouco superior ao de mulheres. No entanto, já na idade adulta (acima de 20 anos) começa a predominar o inverso. Esta situação pode ser explicada por diversos fatores sociais e econômicos, porém, estudos realizados pela UNICAMP (Dedecca, et al, 2009) afirmam que isto é “devido, principalmente, aos óbitos por causas externas (incluem mortes ocorridas no trânsito e homicídios), que atingem com maior proporção a população masculina e jovem.” Deste modo a população feminina supera a masculina nas faixas etárias mais velhas, sendo uma tendência para a região.

Observa-se certa tendência ao envelhecimento da populações estudadas. Se os municípios mantiverem a trajetória de estreitamento da base e gradativo alargamento do topo, como é o caso de Santos, Peruíbe, Caraguatatuba e outros,

um novo redirecionamento do planejamento urbano e de políticas públicas terá que ocorrer. O aumento gradativo da população idosa nos municípios advém principalmente da busca pela segunda residência, que posteriormente passa a ser a principal, na tentativa de uma melhor qualidade de vida. O exaustivo cotidiano dos grandes centros urbanos paulistas tem levado à migração de uma população mais velha a municípios litorâneos do estado. Tal condição significa a necessidade de investimentos no que diz respeito ao setor de saúde e previdência, além da infraestrutura local para o atendimento a um público diferenciado, que não busca trabalho, mas principalmente tranquilidade e qualidade de vida.

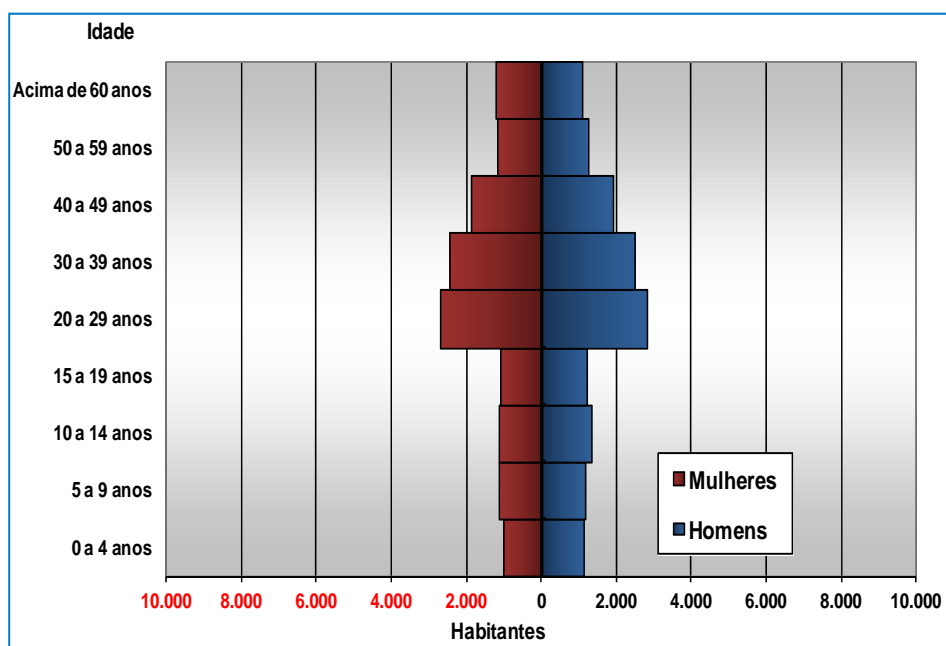
A seguir desde a **Figura II.5.3-14** até a **Figura II.5.3-26**, são apresentadas as pirâmides etárias para os municípios do estado de São Paulo que integram a AI.

### ***Estrutura Etária Microrregião de Caraguatatuba - 2010***



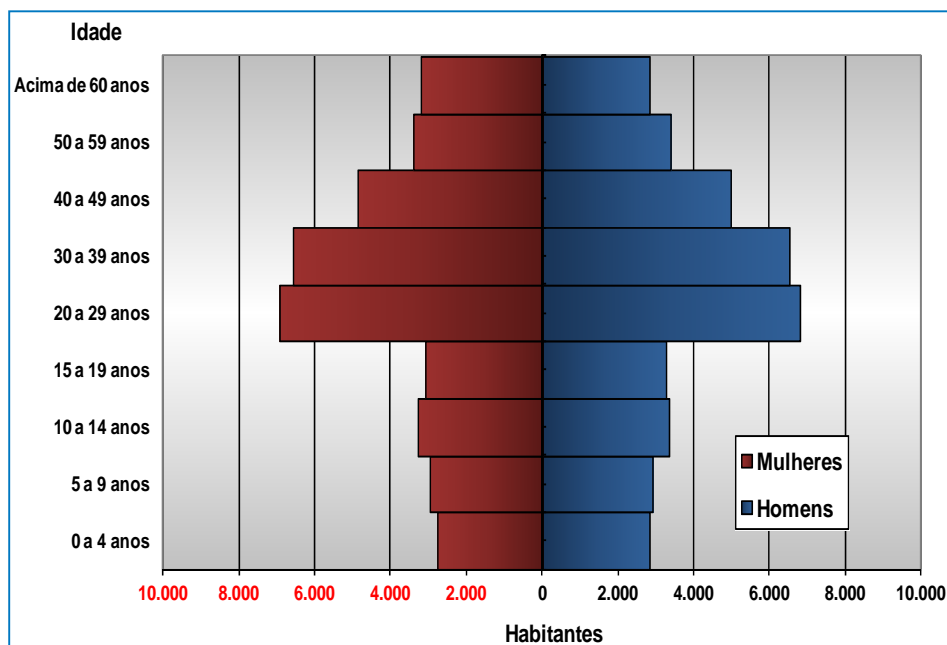
**Figura II.5.3-14 - Caraguatatuba**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



**Figura II.5.3-15 - Ilha Bela**

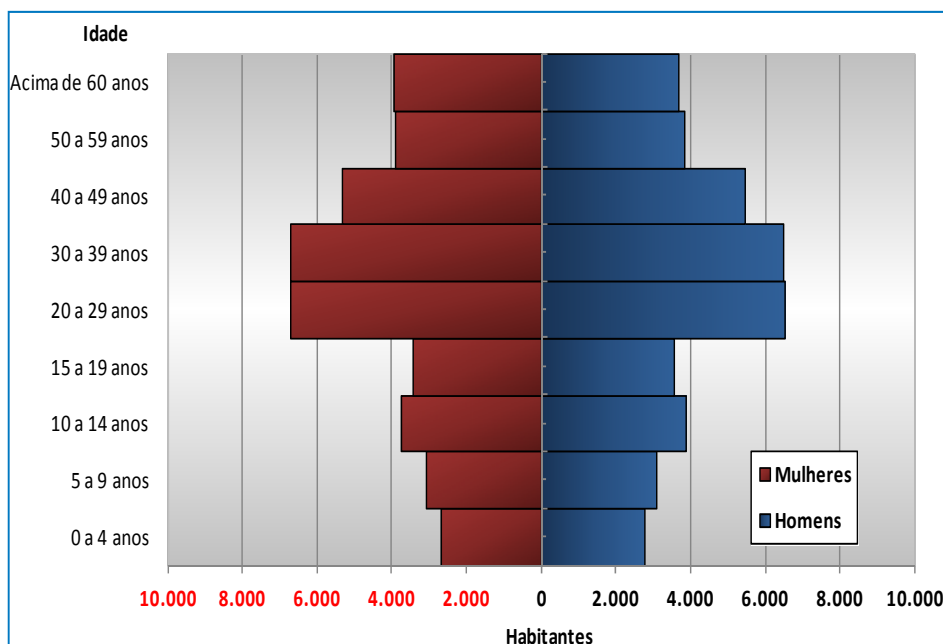
Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



**Figura II.5.3-16 - São Sebastião**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).

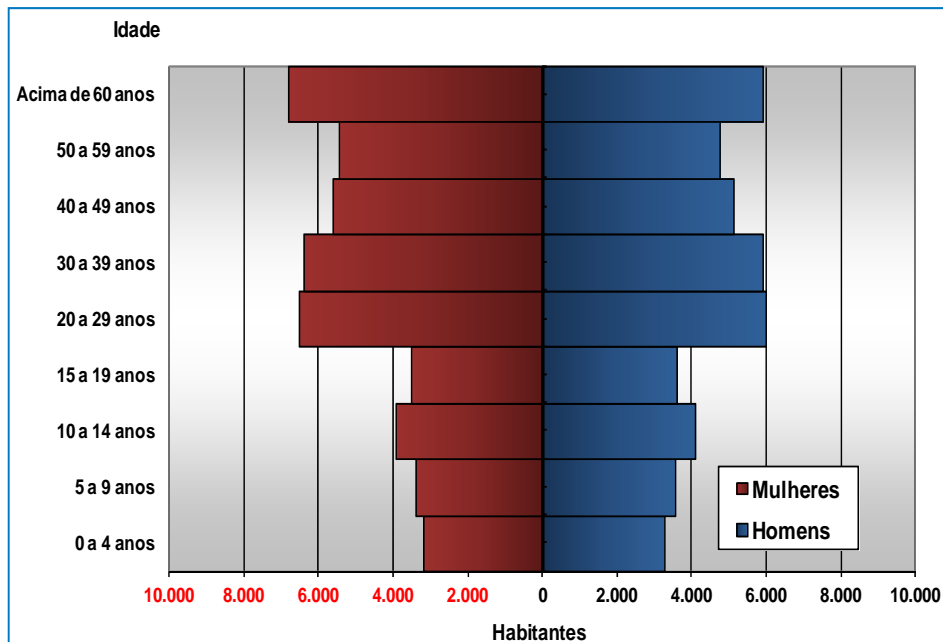




**Figura II.5.3-17 - Ubatuba**

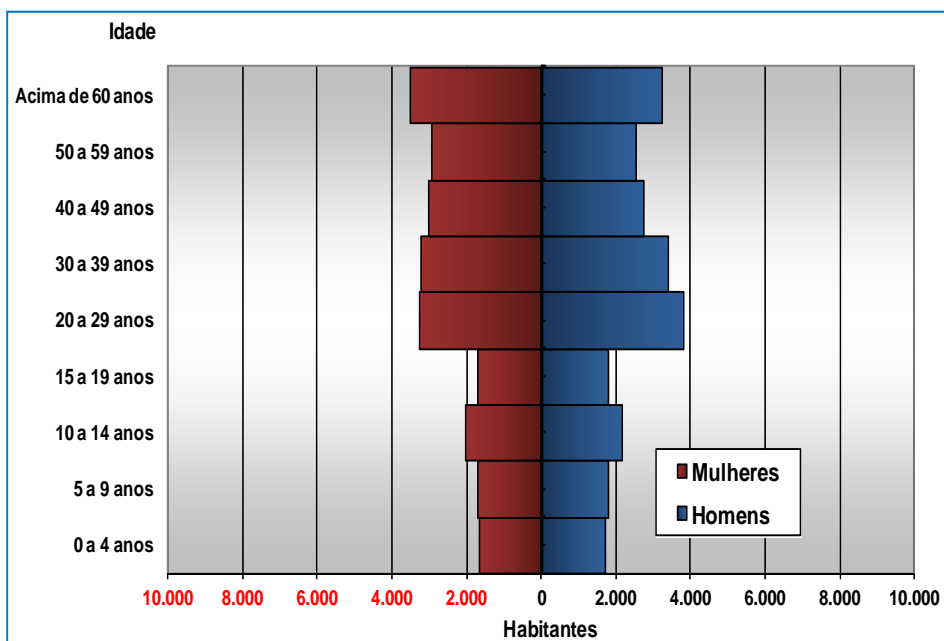
Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).

**Estrutura Etária Microrregião de Itanhaém - 2010**



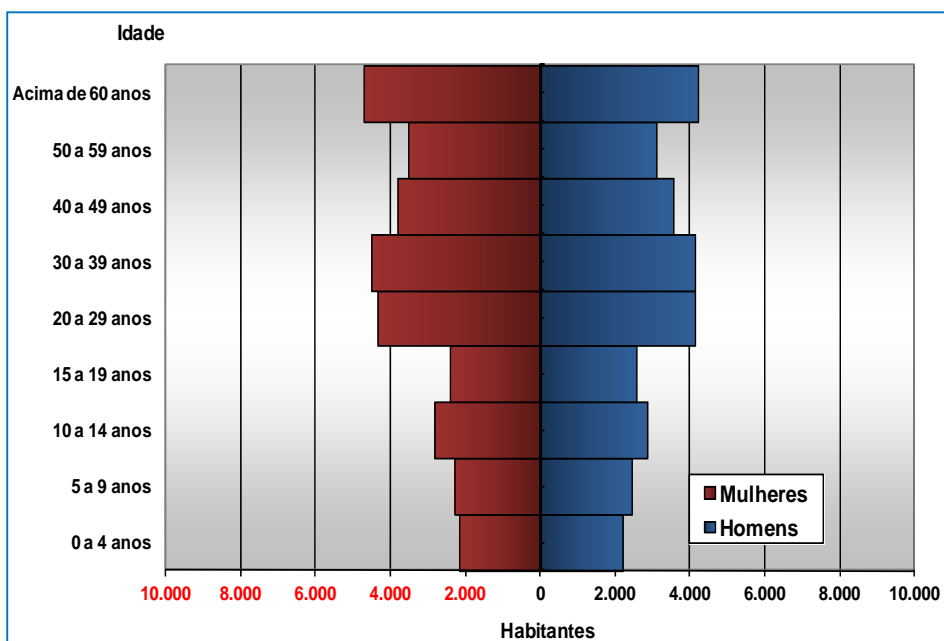
**Figura II.5.3-18 - Itanhaém**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



**Figura II.5.3-19 - Mangaguá**

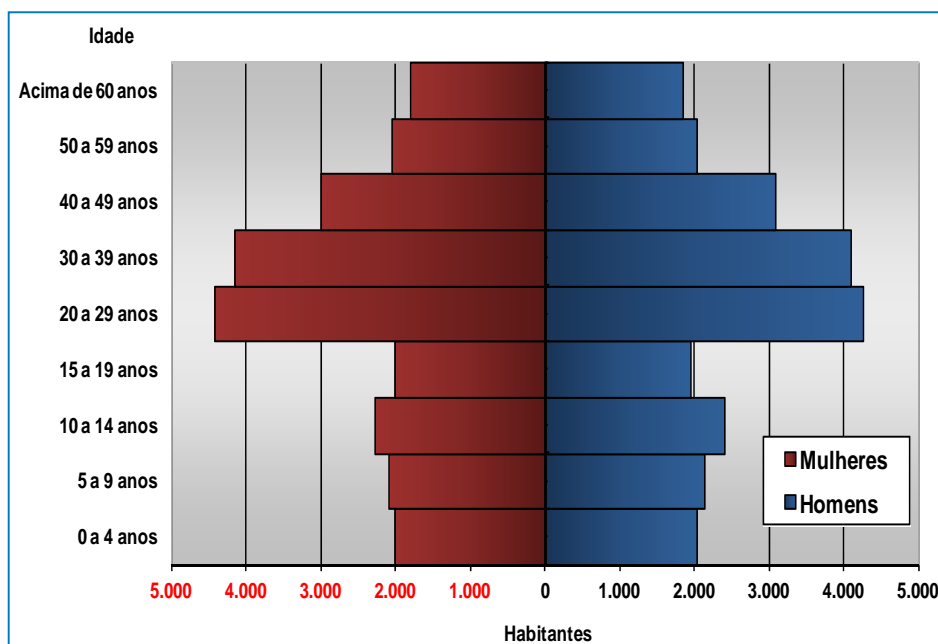
Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



**Figura II.5.3-20 - Peruíbe**

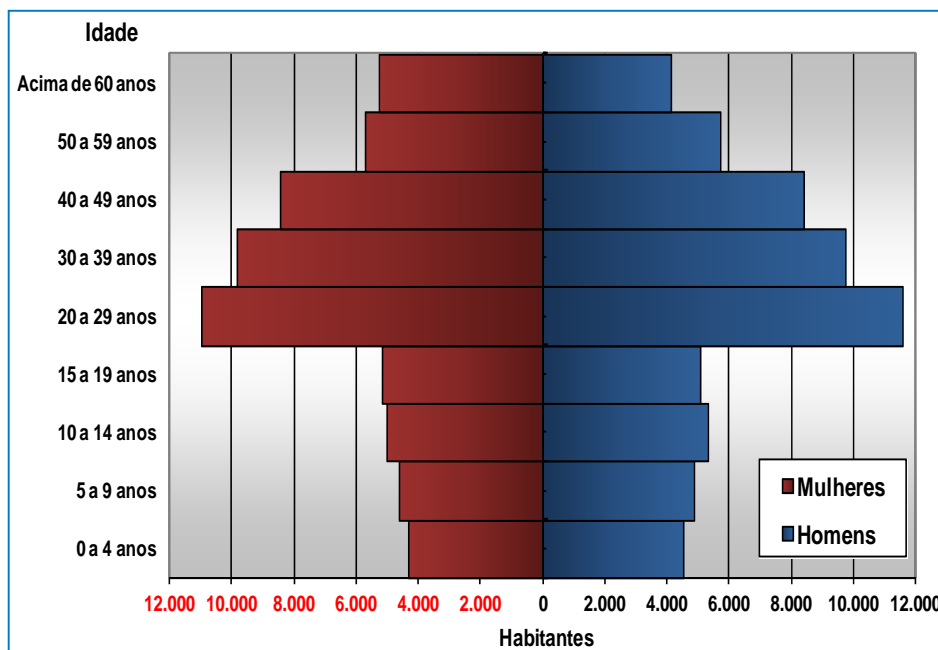
Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).

**Estrutura Etária Microrregião de Santos – 2010**



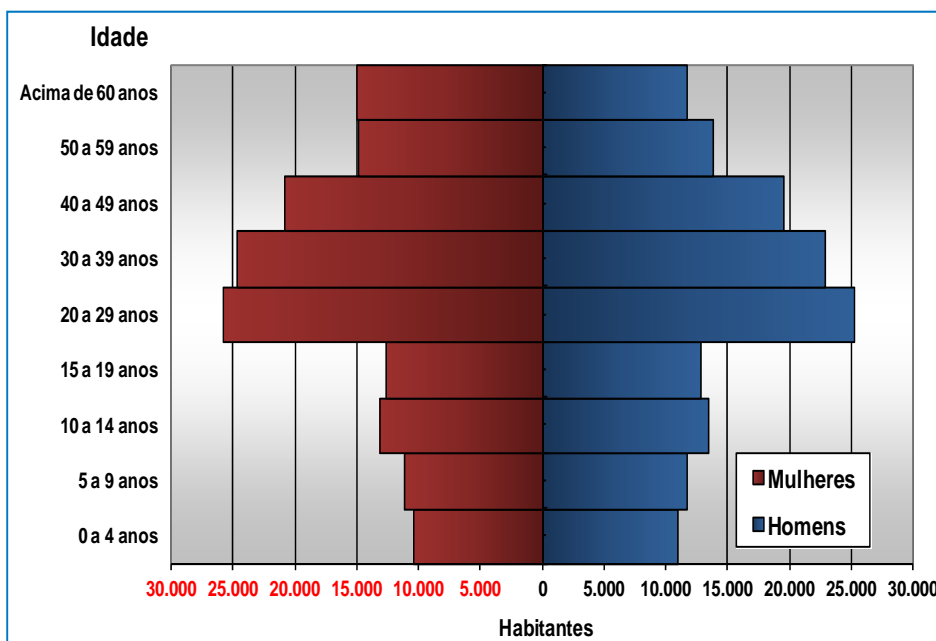
**Figura II.5.3-21 - Bertioga**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



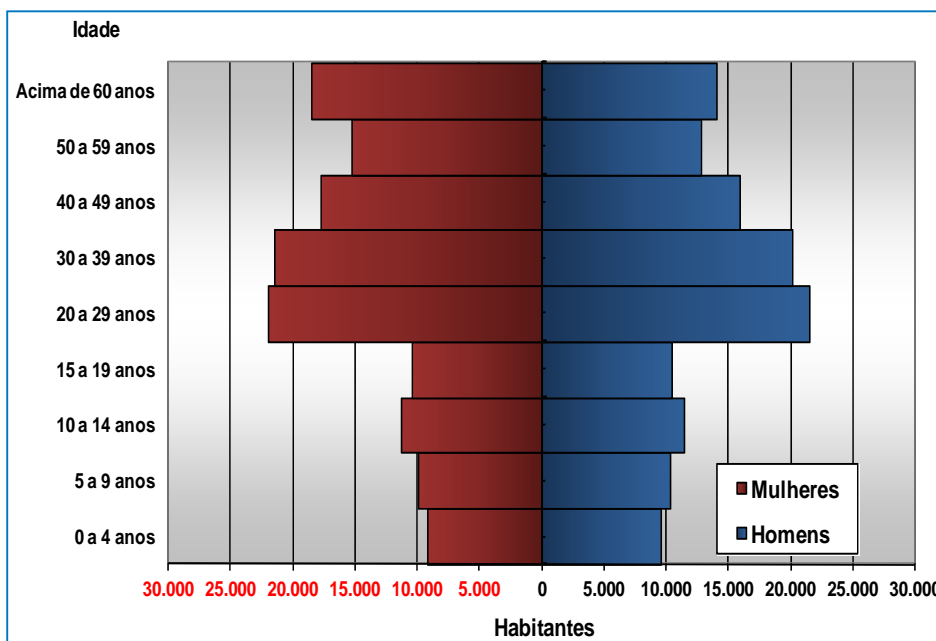
**Figura II.5.3-22 - Cubatão**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



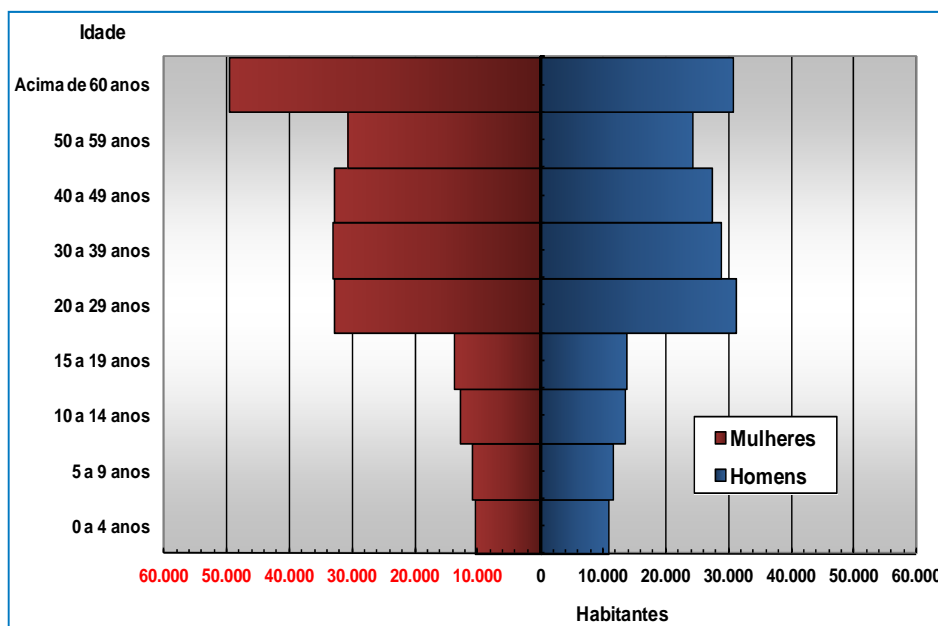
**Figura II.5.3-23 - Guarujá**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



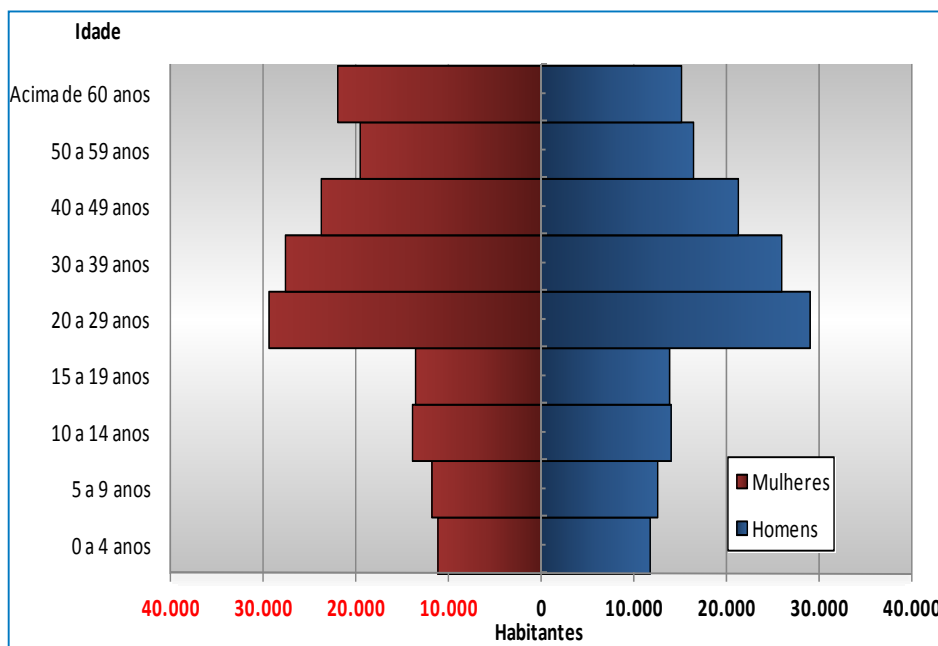
**Figura II.5.3-24 - Praia Grande**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



**Figura II.5.3-25 - Santos**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).



**Figura II.5.3-26 - São Vicente**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010).

#### **II.5.3.D.4 - Índice do Desenvolvimento Humano - IDH**

O Índice de Desenvolvimento Humano, idealizado pela ONU para a classificação do desenvolvimento humano nos países, foi adaptado pelo PNUD/IPEA para a avaliação dos municípios brasileiros. Esse trabalho teve como base os indicadores de longevidade, educação e renda, possibilitando comparar e classificar os municípios em termos de região, estado e país.

Segundo o PNUD/IPEA, os municípios com IDH até 0,5 são classificados como de Baixo Desenvolvimento Humano; entre 0,5 e 0,8 como de Médio Desenvolvimento Humano; e acima de 0,8 como de Alto Desenvolvimento Humano.

De modo a compor a análise do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, a Fundação SEADE e a ALESP construíram o Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS com o intuito de acompanhar os indicadores propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Como se trata de um indicador estadual, este não é aplicado ao Estado do Rio de Janeiro.

##### **1) Estado do Rio de Janeiro**

Analisando o quadro a seguir, que considera os índices de Desenvolvimento Humano Municipal para o ano de 2000 (PNUD), observa-se que todos os municípios da Área de Influência inseridos no estado do Rio de Janeiro ocupam os índices de médio e alto Desenvolvimento Humano, na medida em que as variações são de 0,722 (Angra dos Reis) a 0,886 (Niterói).

Os municípios de Niterói e Rio de Janeiro possuem IDH alto, ou seja, maiores que 0,8. É importante mencionar que Niterói é a primeira cidade do estado e a terceira do país em índice de Desenvolvimento Humano, o que justifica sua participação com maiores índices nas três dimensões consideradas pelo PNUD.

Em relação ao IDH de educação, cuja dimensão é composta pela taxa de alfabetização entre pessoas acima de 15 anos de idade e pela taxa bruta de frequência à escola, Niterói aparece com o maior índice, de 0,96, enquanto o menor pertence a Maricá com 0,881.

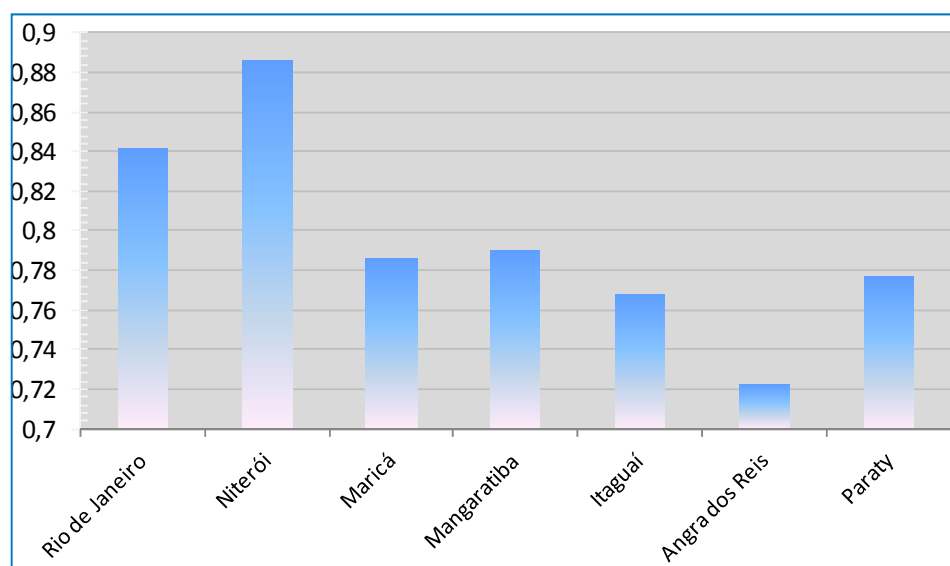
O IDH Longevidade, que é dado pelo indicador da expectativa de vida ao nascer, possui seu maior índice no município de Niterói, com 0,808, e o menor refere-se ao município de Itaguaí, com 0,724. O IDH Renda, cuja dimensão é dada pela renda municipal *per capita*, possui destaque também nos municípios de Niterói e Itaguaí, com, respectivamente, 0,891 e 0,692.

**Quadro II.5.3-18 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal da Área de Influência no estado do Rio de Janeiro.**

Município	IDH Municipal (1991)	IDH Municipal (2000)	IDH Municipal (2000) Educação	IDH Municipal (2000) Longevidade	IDH Municipal (2000) Renda
<b>Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b>					
Rio de Janeiro	0,798	0,842	0,933	0,754	0,84
Niterói	0,817	0,886	0,96	0,808	0,891
Maricá	0,721	0,786	0,881	0,742	0,736
<b>Região da Costa Verde</b>					
Mangaratiba	0,706	0,79	0,889	0,74	0,741
Itaguaí	0,687	0,768	0,889	0,724	0,692
Angra dos Reis	0,722	0,722	0,87	0,736	0,711
Paraty	0,714	0,777	0,827	0,773	0,731

Fonte: PNUD, 2010.

A **Figura II.5.3-27** apresenta os respectivos IDH – Municipal dentro das faixas de classificação do PNUD.



**Figura II.5.3-27 - Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal frente classificação PNUD.**

Fonte: PNUD, 2000.

## 2) Estado de São Paulo

De acordo com o **Quadro II.5.3-19** verifica-se que, todos os municípios da área de influência pertencentes às microrregiões estudadas no estado de São Paulo ocupam os índices de Médio e Alto Desenvolvimento Humano. Os índices de IDH municipal variam de 0,772 (Cubatão) a 0,871 (Santos). Cabe destacar o IDH de Educação dos municípios que apresentaram os melhores índices, considerados como de Alto Desenvolvimento Humano, destaque para o município de Santos (0,952) e São Vicente (0,904).

**Quadro II.5.3-19 - Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal da Área de Influência no estado de São Paulo**

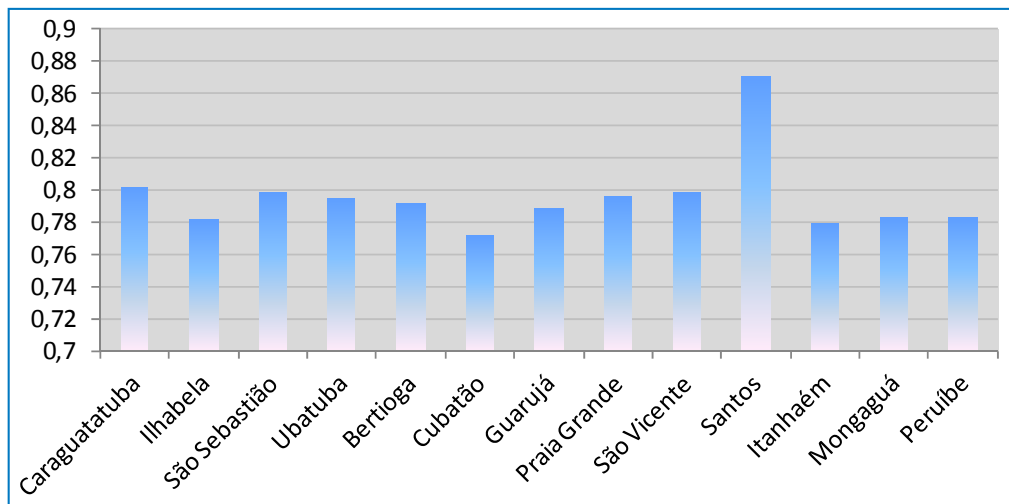
Município	IDH Municipal (1991)	IDH Municipal (2000)	IDH Municipal (2000) - Educação	IDH Municipal (2000) - Longevidade	IDH Municipal (2000) - Renda
<b>Microrregião de Caraguatatuba</b>					
Caraguatatuba	0,736	0,802	0,883	0,783	0,739
São Sebastião	0,733	0,798	0,877	0,761	0,755
Ubatuba	0,752	0,795	0,869	0,783	0,733
Ilhabela	0,718	0,781	0,842	0,761	0,74
<b>Microrregião de Itanhaém</b>					
Itanhaém	0,73	0,779	0,816	0,744	0,716
Mongaguá	0,726	0,783	0,865	0,756	0,729
Peruíbe	0,733	0,783	0,873	0,744	0,731
<b>Microrregião de Santos</b>					
Bertioga	0,739	0,792	0,882	0,749	0,744
Cubatão	0,723	0,772	0,888	0,722	0,706
Guarujá	0,720	0,788	0,885	0,749	0,73
São Vicente	0,765	0,798	0,904	0,749	0,741
Praia Grande	0,740	0,796	0,891	0,733	0,763
Santos	0,838	0,871	0,952	0,788	0,873

Fonte: PNUD, 2010.

Segundo a classificação do PNUD a maior parte dos municípios da AI estão classificados como médio desenvolvimento humano, pois apresentaram IDH - Municipal entre 0,5 e 0,8, com exceção aos municípios de Santos e Caraguatatuba que se classificam como alto desenvolvimento humano, por apresentarem IDH-M de 0,871 e 0,802 respectivamente.

A **Figura II.5.3-28** apresenta os respectivos IDH – Municipal dentro das faixas de classificação do PNUD.





**Figura II.5.3-28 - Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal frente classificação PNUD.**

Fonte: PNUD, 2000.

O Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS também não considera apenas o indicador renda como o único a caracterizar o desenvolvimento de uma população. Também neste caso considera-se a longevidade e a escolaridade, adicionando as condições de saúde e de educação das populações como indicadores a caracterizarem no conjunto as condições de vida de uma dada população.

Deste modo, foram criados indicadores sintéticos que permitem hierarquizar os municípios paulistas, através de uma escala de 0 a 100, a saber:

- Níveis de riqueza: consumo anual de energia elétrica no comércio, agricultura, serviços e residencial por ligação (MW), rendimento médio do emprego formal, valor adicionado fiscal *per capita*;
- Longevidade: taxa de mortalidade infantil e perinatal, taxa de mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos e acima de 60 anos;
- Escolaridade: percentual de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental ou com pelo menos 4 anos de estudo, percentual de pessoas de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio e taxa de atendimento à pré-escola entre crianças de 5 a 6 anos.
- Os resultados obtidos para os anos de 2006 e 2008, disponibilizados pelo SEADE (2011) são apresentados no **Quadro II.5.3-20** a seguir.

**Quadro II.5.3-20 - Índice Paulista de Responsabilidade Social (IRPS) dos municípios da área de Influência de São Paulo – 2006 – 2008.**

	IRPS - 2006				IRPS - 2008			
	Dimensão Riqueza	Longevidade	Escolaridade	Classificação	Dimensão Riqueza	Longevidade	Escolaridade	Classificação
<b>Microrregião de Caraguatatuba</b>								
Caraguatatuba	57	62	71	G2	58	64	73	G2
Ubatuba	62	66	59	G2	63	70	60	G2
Ilha bela	67	76	72	G1	69	72	71	G1
S.Sebastião	79	71	65	G1	79	73	67	G2
<b>Microrregião de Itanhaém</b>								
Itanhaém	50	62	65	G2	52	67	68	G2
Mongaguá	54	64	58	G2	53	61	60	G2
Peruíbe	51	62	71	G2	53	61	72	G2
<b>Microrregião de Santos</b>								
Bertioga	74	65	59	G2	74	66	63	G2
Cubatão	57	64	48	G2	61	65	51	G2
Guarujá	71	65	48	G2	73	68	51	G2
S.Vicente	48	63	62	G2	51	65	66	G2
Santos	69	69	76	G2	71	72	76	G1
Praia Grande	62	67	58	G2	64	66	61	G2

Grupo 1 - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais

Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais

Fonte: SEADE. Estatísticas Vitais (2011).

Corroborando dados do IDH, o IPRS mostra que os municípios em estudo possuem uma qualidade de vida elevada, a partir dos resultados obtidos. No entanto, cabe mencionar que à exceção de Ilha Bela e Santos classificados no G1, os demais ainda possuem problemas sociais que carecem de investimentos. Os indicadores sociais a sofrerem alterações voltam-se para investimentos em saúde, saneamento básico e educação para a maioria dos municípios. Destacam-se dentre os municípios estudados Cubatão e Guarujá, por apresentarem os menores índices no indicador Escolaridade, demonstrando a necessidade de importantes investimentos neste setor.

### **II.5.3.E - Fluxos Migratórios**

Neste item é abordada a dinâmica dos fluxos migratórios das regiões onde se encontra delimitada a Área de Influência. Baseada em análises recentes sobre este tema, ressalta-se que este processo ainda não possui dados atualizados que permitam a análise das causas, efeitos e origens das migrações em nível local.

A população de um local muda quando as pessoas nascem, morrem ou se mudam do ou para o local analisado. Diz-se em termos mais quotidianamente utilizados por especialistas que existem três componentes da dinâmica populacional: a fecundidade, a mortalidade e a migração. Das três, a migração é a mais difícil de definir. O migrante sai de um local e vai para outro, ele tem uma origem e um destino. Uma pessoa que sai de uma região é um emigrante de seu local de origem, uma pessoa que vem para uma região é um imigrante em seu local de destino (GOLGHER, 2004).

A definição de migração comumente usada no Brasil considera o migrante como o indivíduo que morava em um determinado município e atravessou a fronteira deste município indo morar em outro distinto (GOLGHER, 2004). Estes fluxos são impulsionados por uma série de fatores que variam no tempo e no espaço, e podem ser explicados, dentre outros fatores, pelo desejo de ocupação de áreas menos densamente povoadas e pelo diferencial de renda existente entre regiões. Na presente análise, o enfoque são os casos de migração “espontânea”, ou seja, o indivíduo opta de forma livre pelo ato de mudança. Esta decisão, normalmente, é orientada por uma análise dos custos envolvidos na migração e dos benefícios que dela advirão (TURNES, 2008).

Normalmente, o indivíduo buscaria, dentre todas as possibilidades, a região que lhe parece mais “atraente”. Neste caso, os critérios para a escolha do destino do migrante dependem de uma série de fatores, como características econômicas, além de outras facetas políticas, sociais e físicas do local. De forma geral, consideram-se os fatores econômicos os mais importantes. Dentre esses, pode-se destacar as diferenças de salários entre as várias regiões, as possibilidades diferenciadas de obtenção de empregos, o custo variável de moradia e de vida, a maior presença de empregos na indústria, etc. (KOERNER, 1990).

Apesar do predomínio dos fatores econômicos, variáveis não econômicas também são importantes, principalmente em países do primeiro mundo e nas camadas mais ricas da população de países em desenvolvimento. A atratividade seria impulsionada por melhores condições climáticas, menor criminalidade, melhores oportunidades de lazer, menos poluição, menos congestionamento de tráfego, entre outros (TURNES, 2008).

#### **II.5.3.E.1 - Padrões Migratórios Recentes no Brasil**

O Brasil apresentou saldos migratórios positivos e de grande magnitude no período entre o fim do século XIX e o começo do século XX. Atualmente, entretanto, os fluxos de migrantes em âmbito global são preferencialmente das regiões em desenvolvimento para as já desenvolvidas, e o Brasil não foge a regra geral. Nas últimas décadas, o país tem absorvido menos imigrantes do que tem perdido emigrantes para os demais países do mundo (TURNES, 2008). Além da perda populacional para o exterior, o Brasil, país de grande extensão e heterogeneidade regional marcante, apresenta significativos fluxos migratórios internos.

Os deslocamentos de população no Brasil tiveram um período intenso, que foi marcado pelos anos 1960-1980, quando grandes volumes de migrantes se deslocaram do campo para a cidade, delineando um processo de intensificação da urbanização e caracterizando áreas de expulsão ou emigração (região Nordeste e os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); e áreas de atração ou forte imigração populacional, formadas pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, núcleos industriais (ERVATTI, 2003).

Pouco antes e no decorrer da década de 90, observaram-se, além dos já existentes, novos fluxos de migração populacional. Estes, por sua vez, caracterizados por movimentos de curta distância e direcionados às cidades médias do país. No decorrer dos anos e, com o começo do século XXI, muitas correntes migratórias perderam intensidade, e o movimento de retorno às regiões de origem cresceu (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

De acordo com o IBGE (2011), o Censo 2000 confirmou algumas tendências nos fluxos migratórias antes assinaladas e apresentou novos espaços de redistribuição populacional. Os deslocamentos entre as regiões brasileiras

envolveram cerca de 3,3 milhões de pessoas, dentre as quais se destacou a Região Nordeste que apresentou a maior perda absoluta, tendo as trocas com o Sudeste contribuído com cerca de 2/3 dessa perda. Nos últimos anos da década passada, o Nordeste continuou sendo uma região de expulsão populacional, visto que as trocas com as outras regiões brasileiras foram negativas. A Região Sul foi a que apresentou o menor saldo nas trocas com o Nordeste brasileiro.

### II.5.3.E.2 - Região Sudeste

A perda do dinamismo econômico da região Sudeste tornou mais difícil a melhoria das condições de vida e trabalho para todos seus habitantes. Com isso, inverteu-se o fluxo migratório, o que antes era caracterizado somente pela atração, nos dias atuais também prevalece a expulsão de mão-de-obra para outras regiões. Na **Tabela II.5.3-1**, pode ser observado que a região Sudeste em ambos os anos (2004 e 2009), registrou saldo migratório negativo.

A referida região deixou de ser o centro receptor dos movimentos migratórios, transformando-se atualmente em um pólo de expulsão de mão de obra do Brasil, além de registrar um dos piores indicadores da produção e do emprego no país (POCHMANN, 2007).

**Tabela II.5.3-1 - Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório, segundo as Grandes Regiões - 2004/2009**

Grandes Regiões	2004			2009		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido
Norte	330.660	266.919	63.741	184.634	219.793	(-) 35.159
Nordeste	848.002	934.589	(-) 86.587	541.733	729.602	(-) 187.869
Sudeste	844.605	1.059.913	(-) 215.308	656.386	668.801	(-) 12.415
Sul	305.063	270.477	34.586	252.947	154.094	98.853
Centro-Oeste	534.879	331.311	203.568	418.143	281.553	136.590

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009

Além das principais correntes migratórias estarem perdendo intensidade, observa-se um movimento de retorno às regiões de origem. Os fluxos inter-regionais do país (**Tabela II.5.3-2**) mostram que a corrente migratória mais expressiva continua sendo os deslocamentos entre Nordeste e Sudeste. Mesmo que não se admita vislumbrar o Sudeste como uma região perdedora de população, pode-se afirmar que a capacidade de atração dessa região reduziu-se

bastante, enquanto o Nordeste continua perdendo população, porém em uma escala bem menor do que no passado.

**Tabela II.5.3-2 - Imigrantes, por Grandes Regiões de residência em 26.09.2009, segundo as Grandes Regiões de residência em 26.09.2005**

Grandes Regiões de residência em 26/09/2005	Imigrantes, por Grandes Regiões de residência em 26.09.2009				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	-	112.329	37.342	3.966	66.156
Nordeste	80.379	-	443.962	35.379	169.882
Sudeste	47.835	319.448	-	162.997	138.521
Sul	13.277	20.500	76.733	-	43.584
Centro-Oeste	43.143	89.456	98.349	50.605	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009

O fato da região Sudeste historicamente ter comandado o processo de industrialização do país explica tanto a migração nas décadas de 1970 e 1980, quanto o atual processo de saída da população desta para outras regiões do país. No passado, a construção e consolidação do parque industrial brasileiro exigiam grande número de operários, não só nas fábricas, mas na construção civil e no comércio e serviços. Essa mão de obra não precisava de grandes qualificações e era oriunda tanto do meio rural da própria região Sudeste, que se modernizava a partir de novas técnicas agrícolas e com a mecanização das grandes lavouras, como também do meio rural de regiões mais pobres, notadamente o Nordeste devido às constantes estiagens (CHACON, 2007).

Esse novo movimento migratório pode ser visto, primeiramente, como resultado natural da reordenação territorial das atividades produtivas no Brasil, ocorrida especialmente durante a década de 90. O grau de crescimento econômico observado na região Sudeste, ocorrido no passado, não se verifica hoje devido a uma série de fatores, dentre eles a competição crescente das indústrias brasileiras, de forte concentração regional, com as rivais estrangeiras. A necessidade de avanços tecnológicos também afetou os números do emprego e, as indústrias que absorviam grandes quantidades de mão de obra, como a siderurgia e a automobilística, tiveram que redimensionar seu quadro de funcionários, modernizar a linha de produção e até mesmo fechar algumas fábricas para não perder competitividade (CHACON, 2007).

No atual momento, é difícil precisar quais seriam os principais fatores que teriam motivado as mudanças no fenômeno migratório assinaladas anteriormente.

Desta forma, surgem duas hipóteses opostas ou, talvez, complementares: a primeira de que novas oportunidades de trabalho tenham passado a existir em número e visibilidade suficientes para atrair grande quantidade de migrantes ao Nordeste; a segunda de que as condições de emprego na região Sudeste tenham deteriorado ou se modificado, expulsando volumosos contingentes com o processo de desconcentração industrial (HAKKERT & MARTINE, 2004).

Apesar da saturação atual do parque industrial na região Sudeste, fato que colabora para o desenvolvimento de regiões como o Nordeste, Norte e Centro-Oeste, é possível perceber fluxos migratórios positivos em relação ao crescente desenvolvimento do segmento de óleo e gás, principalmente em certos municípios do estado do Rio de Janeiro, como Macaé e Campos dos Goytacazes.

Segundo o IBGE (2011), no Sudeste foram observadas alterações importantes no comportamento da migração. O Rio de Janeiro, antiga área de absorção de população, foi classificado como sendo de rotatividade migratória, enquanto São Paulo e Espírito Santo foram considerados como áreas de baixa absorção migratória.

Seguindo a dinâmica da região Sudeste, segundo análises de dados do censo demográfico de 2000 (IBGE), o estado do Rio de Janeiro caracterizou-se em grande parte do Século XX por ser um pólo de atração de população, somente superado, em termo absoluto, pelo estado de São Paulo. No ano de 1991 foram recenseados 2.270.247 indivíduos não naturais do estado e em 2000, 2.476.072 migrantes, o que corresponde a um acréscimo de 9,1%. No estado de São Paulo este contingente foi de 7.076.066 e 8.821.030 pessoas em 1991 e, em 2000, respectivamente, com um aumento de 24,7%.

Dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) apontam que entre os anos de 2007 e 2008, foi registrado aumento de 3% no número de migrantes para o Rio de Janeiro. Esse crescimento pode estar relacionado à produção de petróleo no estado e à oferta de empregos relacionados a esta atividade, atraindo trabalhadores de todo o país.

A combinação entre os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE) e os dados disponibilizados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Fundação SEADE possibilitaram traçar o panorama das migrações no

estado de São Paulo e suas regiões metropolitanas referentes à primeira década do século XXI.

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) constitui-se na principal área de concentração populacional e das atividades econômicas do Estado. De acordo com a Fundação SEADE (2011), a RMSP não só acompanhou a tendência estadual de redução do crescimento migratório como apresentou taxa de migração negativa na última década. Tal retração contribuiu para explicar sua taxa de crescimento populacional inferior a 1,0% ao ano, a menor de sua história recente. Entretanto, as regiões situadas no entorno da RMSP, na chamada Macrometrópole Paulista, apresentaram taxas de migração positivas e superiores a 3,0 migrantes ao ano (por mil habitantes), ainda que, em geral, essas taxas sejam também inferiores às verificadas na década anterior.

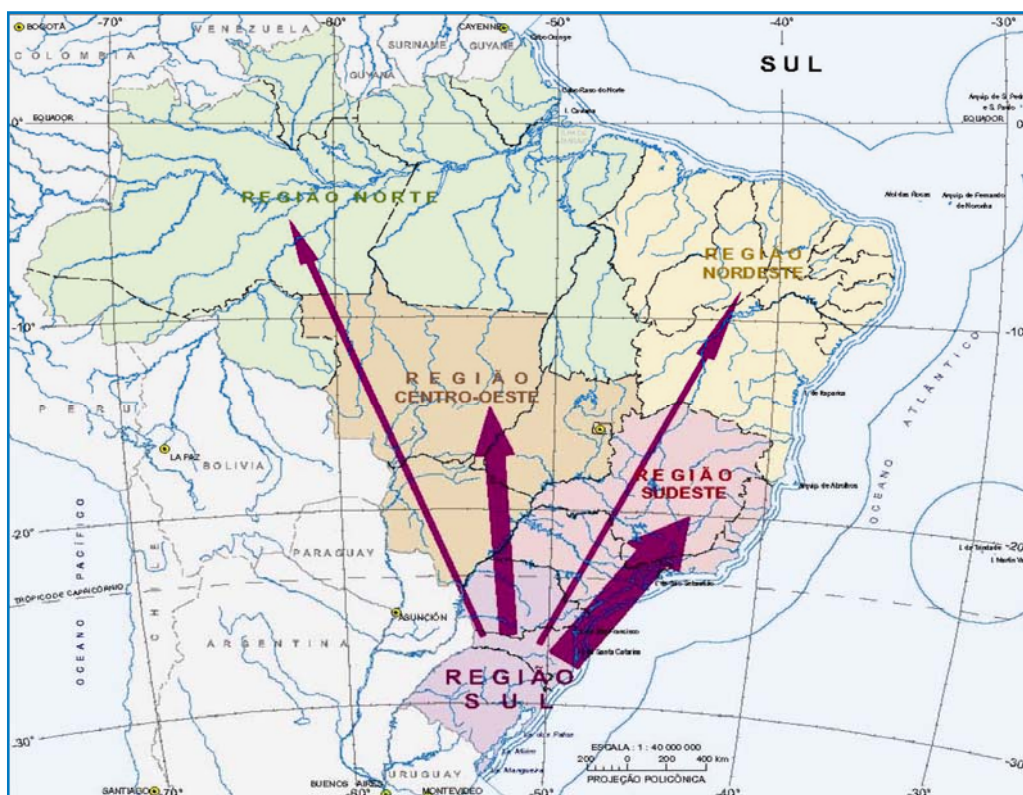
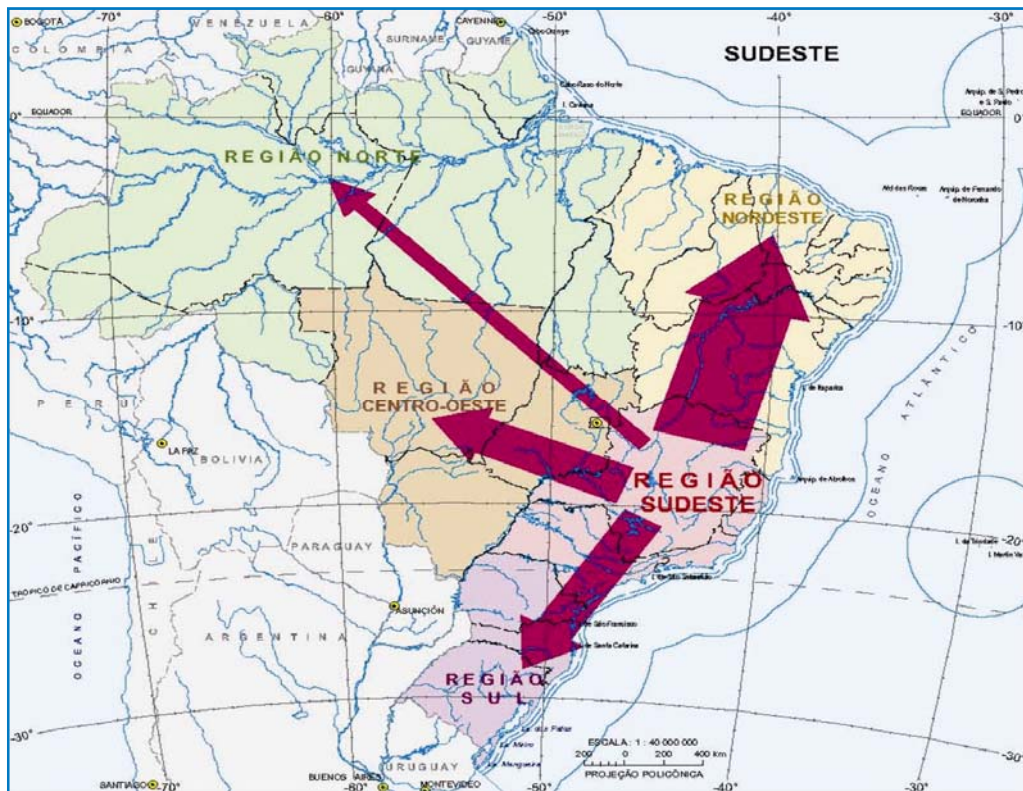
Em relação à Região Metropolitana da Baixada Santista, na última década foi verificada uma acentuada redução na taxa de migração, contudo, manteve saldo migratório positivo, apesar dos resultados negativos do município de Santos (SEADE, 2011).

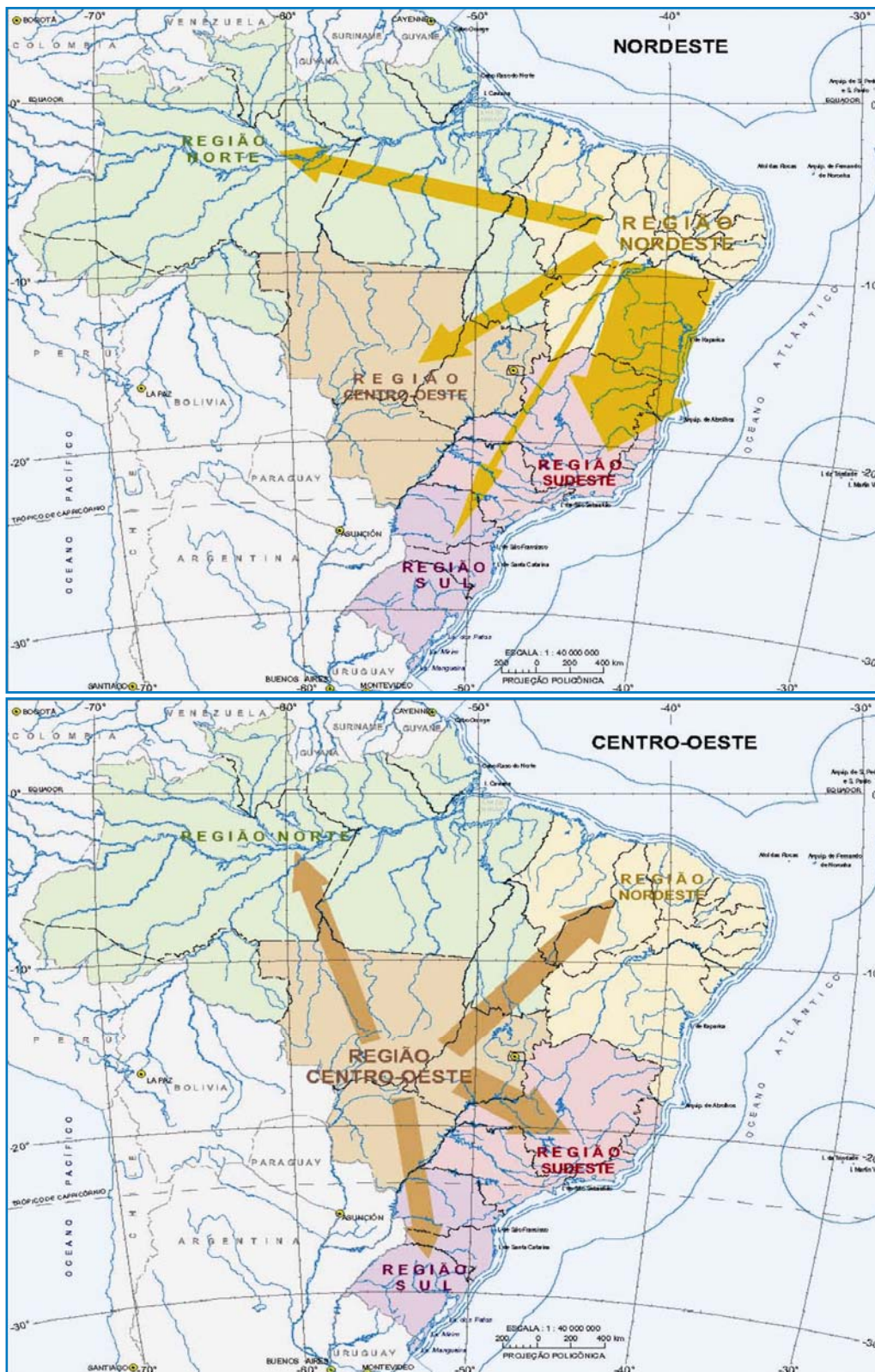
Já no âmbito do Litoral Norte do estado de São Paulo, que contempla os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela, pode-se afirmar que a migração, já crescente na década de 60, se deu em parte, devido à saturação do porto de Santos e à construção de oleodutos, quando a comercialização do petróleo foi transferida para o Terminal Petrolífero Almirante Barroso, em São Sebastião (SMA, 1996).

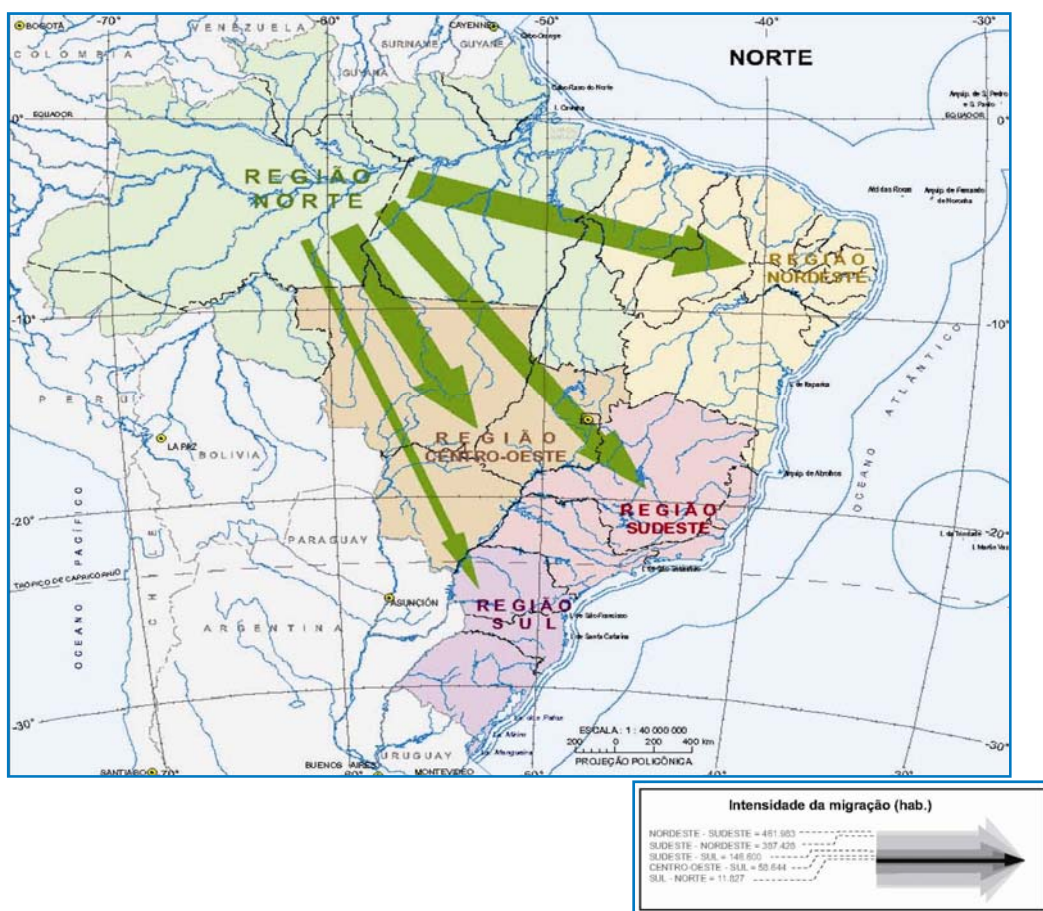
Outro fator a ser considerado em relação aos saldos migratórios da Região do Litoral Norte de São Paulo é o forte desenvolvimento das atividades turísticas, visto que há uma forte dependência da economia local vinculada às atividades de turismo, que vão desde as atividades de prestação de serviço direta até o incremento do mercado imobiliário e da construção civil. O incremento observado neste setor da economia vem sendo um dos grandes responsáveis pelo crescimento econômico da região, apesar de sua forte variação sazonal.

A **Figura II.5.3-3** a seguir apresenta os fluxos migratórios entre as regiões brasileiras, segundo dados do IBGE (2008).









**Figura II.5.3-29 - Fluxos Migratórios nas Regiões Brasileiras**

Fonte: IBGE, 2008.

### II.5.3.E.3 - Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016

No que tange a grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, é válido afirmar que estes cenários são catalisadores de investimentos na infraestrutura urbana e importantes ferramentas na aceleração do dinamismo do turismo e da geração de empregos. Apesar de, evidentemente, significarem impactos positivos no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, “são poucos os estudos que se arriscam a mensurar de forma mais criteriosa tais impactos” (PRONI, 2009).

Os benefícios econômicos não se restringirão ao município do Rio de Janeiro, mas também ao estado e ao país. Estudo realizado pela Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo – USP, dentre outros dados, estima que até 2016 sejam criados mais de 120 mil empregos anualmente,

podendo aumentar após os jogos. A qualificação da mão-de-obra e a média salarial seriam afetadas positivamente, e o turismo, seria impulsionado tanto pela modernização da rede hoteleira quanto pela exposição de sua imagem em âmbito mundial, o que, conseqüentemente, aumentaria a atratividade da região e possivelmente saldos positivos de migração entre as diferentes regiões do Brasil (<http://www.rio2016.org>).

### **II.5.3.F - Infraestrutura**

#### **II.5.3.F.1 - Saúde**

Saúde é direito de todo cidadão e cabe ao Poder Público a garantia de um atendimento de qualidade. Um grande número de doenças que acometem os indivíduos é evitável por ações preventivas já conhecidas e comprovadamente eficazes. É, portanto, fundamental que todos os cidadãos tenham acesso à prevenção destas doenças, por meio de ações básicas de saúde.

A Constituição Federal de 1988 assegurou o acesso universal e equânime a serviços e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Destacam-se na viabilização plena desse direito as chamadas Leis Orgânicas da Saúde, nº 8.080/90 e nº 8.142/90, e as Normas Operacionais Básicas – NOB.

Nas duas últimas décadas, o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde desencadearam diversas atividades de planejamento e de adequação de seus modelos assistenciais e de gestão, ponderando criticamente os avanços e os desafios que novas diretrizes organizativas trariam para sua realidade. Em fevereiro de 2002, foi publicada a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2002, que ampliou as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; estabeleceu o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; criou mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procedeu à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios.

A citada NOAS-SUS 01/2002 criou a Gestão Plena da Atenção Básica, ampliada como uma das condições de gestão dos sistemas municipais de saúde, agregando às atividades já mencionadas o controle da tuberculose, a eliminação

da hanseníase, o controle da hipertensão arterial, o controle da *diabetes mellitus*, a saúde da criança, a saúde da mulher e a saúde bucal.

Já na Gestão Plena do Sistema Municipal, objetivamente, o município é responsável por:

- Gestão e execução de todas as ações e serviços de saúde no município;
- Gerência de todas as unidades ambulatoriais, hospitalares e de serviços de saúde estatais ou privadas;
- Administração da oferta de procedimentos de alto custo e complexidade e execução das ações básicas, de média e de alta complexidade de vigilância sanitária, de epidemiologia e de controle de doenças;
- Controle, avaliação e auditoria dos serviços no município;
- Operação do Sistema de Informações Hospitalares e do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS.

Os dados apresentados sobre a infraestrutura de saúde no Brasil, estados ou municípios, de maneira geral, foram obtidos a partir da análise de dados disponibilizados pelo DATASUS.

A Secretaria de Atenção a Saúde, órgão do Ministério da Saúde, por meio do DATASUS, contabilizou em janeiro de 2011, um total de 240.298 estabelecimentos de saúde no país, sendo 72,09% da esfera privada e 27,91% da esfera pública. A maior concentração está na Região Sudeste (45,3%), destacando-se os estados de São Paulo (24,22%) e Minas Gerais (12,59%).

Os centros e postos de saúde, os prontos-socorros gerais, as unidades móveis e as unidades de saúde da família vinculam-se quase que totalmente ao setor público. Nos serviços auxiliares de diagnose e terapia e centros de alta complexidade em oncologia, predomina o setor privado.

### ***Panorama Nacional***

Segundo a pesquisa da AMS - Assistência Médica-Sanitária, em 2009, dos 94.070 estabelecimentos de saúde, ou unidades assistenciais do país, 95,6%

eram de natureza jurídica pública municipal, os de natureza federal eram 1,8% e 2,5% de natureza estadual, refletindo a política de municipalização da assistência à saúde implantada no país.

Na rede hospitalar do SUS, em 2009, o Brasil contava com 431 mil leitos, sendo que destes 343.640 estavam vinculados ao SUS. Seguindo o número recomendado pela Organização Mundial da Saúde – OMS (5 leitos/1000 hab.), o país se encontra abaixo do estabelecido pela OMS, uma vez que segundo o DATASUS existem 2,4 leitos/1.000 habitantes, e quando analisados os leitos vinculados ao SUS este número é de 1,8 leitos/1.000 habitantes.

Segundo a pesquisa da AMS - Assistência Médica-Sanitária em 2009, entre 1999- 2009 o Brasil perdeu mais de 50 mil leitos de internações em hospitais, reduzindo de 484 mil para 431 mil em 2009, segundo o IBGE, todas as reduções se concentraram nas instituições privadas.

Nestes dez anos, a quantidade de leitos nos hospitais públicos passou de 143 mil para 152 mil e nos estabelecimento privados a queda foi de 341mil para 279 mil. A queda geral no número de leitos ocorreu em quase todas as regiões do país, com exceção da região Norte, onde houve crescimento anual do número de leitos de 1%. As maiores reduções ocorreram no Nordeste (-1,7%) e Centro-oeste (-1,4%).

Segundo a pesquisa da AMS - Assistência Médica-Sanitária, em 2009 o número de internações registradas foi 23.198.745, sendo 35,09% em estabelecimentos públicos e 64,91% em estabelecimentos privados. Tais dados revelam uma queda relativa de 0,2% nas internações no país em relação às internações no ano de 2004, que foram de 23.252.613 internações, sendo 30,20% em estabelecimentos públicos e 69,08% em estabelecimentos privados.

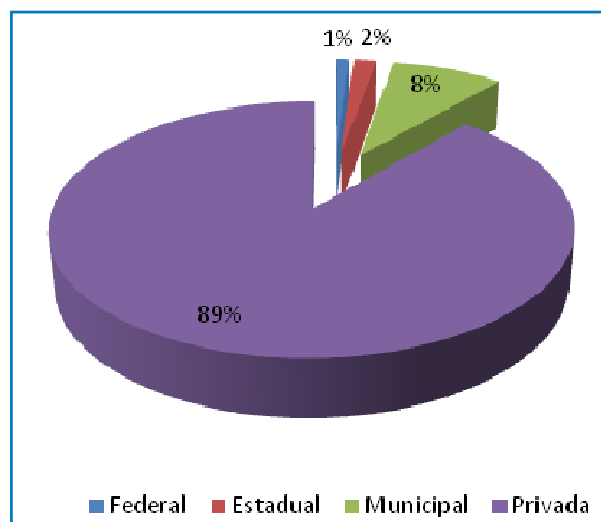
As doenças do aparelho circulatório constituem um dos mais importantes problemas de saúde da atualidade, tanto em países desenvolvidos quanto em países emergentes, dentre eles o Brasil. Estas doenças correspondem à primeira causa de óbito em todas as regiões do país, em ambos os sexos, sendo que em 2009 foram responsáveis por 31,8% do total de óbitos e por 10,2% das internações no país, bem como pela proporção mais alta de mortes prematuras, seguidas pelos tumores (CESSE, 2009).

Segundo o DATASUS, as principais causas de mortalidade dentro deste grupo são a doença isquêmica do coração e a doença cerebrovascular, que somadas respondem por cerca de 60% da mortalidade por doenças do sistema circulatório no país.

### **Área de Influência do Estado do Rio de Janeiro**

De acordo com dados divulgados pelo Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), referente ao ano de 2011, o estado do Rio de Janeiro possuía 15.125 estabelecimentos de saúde, sendo que destes 34,92% localiza-se na Área de Influência.

Os municípios integrantes da Área de Influência no Rio de Janeiro, no ano de 2011, contavam com um total de 5.701 estabelecimentos de saúde (dentre federais, estaduais, municipais e privados), sendo 5.005 privados, 549 municipais, 92 estaduais e 55 federais, conforme pode ser observado na **Figura II.5.3-1**.



**Figura II.5.3-30 - Total de estabelecimentos de saúde por natureza na AI do Rio de Janeiro**

Fonte: DATASUS 2011.

A maior parte dos estabelecimentos de saúde da Área de Influência pertencem à esfera privada, 87,7% do total, sendo que destes 61,1% se concentravam no município do Rio de Janeiro. Destaca-se na Área de Influência a existência de estabelecimentos da esfera federal, localizados nos municípios de Niterói e Rio de

Janeiro, representando 0,96% dos estabelecimentos. O **Quadro II.5.3-21**, a seguir apresenta os estabelecimentos de saúde do Rio de Janeiro segundo natureza.

**Quadro II.5.3-21 - Estabelecimentos de saúde por Natureza segundo os municípios da AI do Rio de Janeiro - 2011**

Municípios	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
<b>Região Metropolitana do RJ</b>					
Rio de Janeiro	52	82	284	3363	3781
Niterói	3	10	74	1321	1408
<b>Microrregião das Baixadas Litorâneas</b>					
Maricá	-	-	32	55	87
<b>Região da Costa verde</b>					
Itaguaí	-	-	35	70	105
Mangaratiba	-	-	31	02	33
Angra dos Reis	-	-	78	191	269
Paraty	-	-	15	03	18
<i>Área de Influência</i>	55	92	549	5005	5701

Fonte: DATASUS, 2011.

Segundo o DATASUS, em janeiro de 2011 existiam 5.701 estabelecimentos de saúde no conjunto de municípios da Área de Influência, sendo 36,08% de consultórios isolados, 32,66% clínicas e ambulatórios especializados, 13,9% de Unidades de apoio de diagnose e terapia e Centro de Saúde e Unidade Básica 6,15%, como apresentado no **Quadro II.5.3-22** a seguir.

**Quadro II.5.3-22 - Tipos de estabelecimentos nos municípios da AI do Rio de Janeiro - em Janeiro de 2011**

Tipos de Estabelecimentos	Rio de Janeiro	Niterói	Maricá	Itaguaí	Mangaratiba	Angra dos Reis	Paraty
Posto de Saúde	7	31	8	1	11	-	-
Centro de Saúde/Unidade Básica	231	14	15	32	5	45	9
Policlínica	65	10	1	2	-	5	-
Hospital Geral	147	19	2	1	1	5	1
Hospital Especializado	113	20	-	-	-	-	1
Unidade Mista	2	-	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	13	1	-	2	-	1	-
Pronto Socorro Especializado	3	-	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	883	949	35	37	3	149	1
Clinica Especializada / Ambulatório de Especialidade	1589	207	13	21	3	25	4
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (SADT Isolado)	641	128	8	3	-	14	1
Unidade Móvel Terrestre	-	1	2	-	1	2	-

Continua



Quadro II.5.3-22 (Conclusão)

Tipos de Estabelecimentos	Rio de Janeiro	Niterói	Maricá	Itaguaí	Mangaratiba	Angra dos Reis	Paraty
Unidade Móvel de Nível Pré-Hosp - Urgência/Emergência	2	8	-	1	3	5	-
Farmácia Medic Expcional e Pro. Farmácia Popular	1	-	-	1	-	2	0
Unidade de Vigilância em Saúde	2	1	2	1	3	2	1
Centro de Parto Normal - Isolado	1	-	-	-	-	-	-
Hospital / Dia	13	2	-	-	-	-	-
Central de Regulação de Serviços de Saúde	3	1	-	-	-	1	1
Laboratório Central de Saúde Pública LACEN	1	-	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	13	-	-	1	1	1	1
Centro de Atenção Hemoterapia e ou Hematológica	4	-	-	-	-	1	-
Centro de Atenção Psicossocial	22	5	-	2	1	3	1
Centro de Apoio a Saúde da Família	-	-	-	-	1	-	-
Pronto Atendimento	25	-	1	-	-	5	-

Fonte: DATASUS, 2011.

Na rede hospitalar, segundo o DATASUS, em 2010, o estado do Rio de Janeiro contava com 48.910 leitos, sendo que destes, 32.047 estavam vinculados ao SUS. Seguindo o número recomendado pela Organização Mundial da Saúde – OMS (5 leitos/1000 hab.), o estado se encontra abaixo do estabelecido pela OMS, uma vez que segundo o DATASUS existem 3,1 leitos/1.000 habitantes, e quando analisado os leitos vinculados ao SUS este número é de 2,1 leitos/1.000 habitantes.

Na Área de Influência do Rio de Janeiro estavam cadastrados 26.320 leitos, sendo que deste total, 14.827 eram para atendimento ao SUS. O município de Rio de Janeiro apresentou o maior número de leitos cadastrados, seguido por Niterói que juntos apresentaram mais de 97,5% dos leitos cadastrados na Área de Influência (RJ).

No que se refere aos leitos que prestam atendimento ao SUS na área de influencia do estado, os municípios de Rio de Janeiro e Niterói apresentaram 86,4% e 10,2% respectivamente, de leitos que atendiam ao SUS. Paraty apresentou o menor número de leitos registrados junto ao SUS, apenas 0,22% dos leitos da AI.

Niterói é o único município que atende ao número de leitos recomendado pela Organização Mundial de Saúde – OMS (5 leitos/1000 hab.), em 2010 o município possuía 5,4 leitos/1.000 habitantes. Entretanto ao se considerar o número de leitos do SUS por 1.000 habitantes, pode-se concluir que este índice é bem inferior ao recomendado pela OMS, sendo de 3,1 leitos/1000 hab.

Apesar de Paraty apresentar o menor número de leitos cadastrados junto ao DATASUS, não é o município que apresenta o menor número de leitos em relação à quantidade de habitantes. Maricá apresentou o menor índice, de 0,8 leitos/1000 hab., e quando referenciado o SUS este índice era de 0,5 leitos/1000 hab., conforme **Quadro II.5.3-23** a seguir.

**Quadro II.5.3-23 - Leitos por especialidades de atendimento segundo os municípios da AI do Rio de Janeiro**

Leitos	Região Metropolitana do RJ		Microrregião das Baixadas Litorâneas	Região da Costa verde			
	Rio de Janeiro	Niterói	Maricá	Mangaratiba	Itaguaí	Angra dos Reis	Paraty
Leitos Existentes	23.015	2.671	106	62	127	305	34
Leitos SUS	12.831	1.526	73	60	127	176	34
Leitos por 1.000 habitantes	3,6	5,4	0,8	1,7	1,1	1,8	0,9
Leitos SUS por 1.000 habitantes	2,0	3,1	0,5	1,6	1,1	1,0	0,9
Habitantes em 2010 <sup>(1)</sup>	6.320.446	487.562	127.461	36.456	109.091	169.511	37.533

Fonte: DATASUS, 2012

Quanto às especialidades de atendimento dos leitos existentes na Área de Influência, a maior parte, ou seja, 8.209 (29,97%) se destinavam às internações clínicas. Esta especialidade representa a maior parte dos leitos em todos os municípios, com exceção do Rio de Janeiro, onde a maioria dos leitos se destinavam ao atendimento cirúrgico, e Itaguaí, onde a especialidade obstetrícia supera a especialidade clínica. No Rio de Janeiro 29,75 % dos leitos se destinavam a atendimentos cirúrgicos e 28,69% aos atendimentos clínicos, conforme **Quadro II.5.3-24**.

**Quadro II.5.3-24 - Leitos por especialidades de atendimento segundo os municípios da AI do Rio de Janeiro**

Leitos por especialidades	Região Metropolitana do RJ		Microrregião das Baixadas Litorâneas	Microrregião da Costa Verde			P a r a t y
	Rio de Janeiro	Niterói	Maricá	Mangaratiba	Itaguaí	Angra dos Reis	
Cirúrgicos	7613	609	9	15	20	97	6
Clínicos	7269	690	52	27	43	116	12
Obstétrico	1766	212	14	6	45	45	10
Pediátrico	1428	108	6	10	12	36	5
Outras Especialidades	5299	849	2	4	7	8	1
Hospital/DIA	802	126	-	-	-	3	-
Total	24177	2594	83	62	127	305	3

Fonte: DATASUS, 2009.

Segundo dados disponibilizados no site do DATASUS, em agosto de 2011 foram registradas na Área de Influência 22.795 internações, sendo a maioria em hospitais públicos, conforme pode ser observado no **Quadro II.5.3-25** a seguir.

**Quadro II.5.3-25 - Internações por natureza no total dos municípios da AI do Rio de Janeiro - agosto de 2011.**

Região	Município	Público	Privado	Total
Região da Costa verde	Itaguaí	250	-	250
	Mangaratiba	178	-	178
	Angra dos Reis	-	601	601
	Paraty	110		110
Microrregião das Baixadas Litorâneas	Maricá	50	-	50
Região Metropolitana do RJ	Niterói	1.400	27	1.427
	Rio de Janeiro	19.258	921	20.179
<b>TOTAL</b>		<b>21.246</b>	<b>1.549</b>	<b>22.795</b>

Fonte: DATASUS, agosto de 2011

No estado de Rio de Janeiro, em 2010, segundo o DATASUS, as doenças do aparelho circulatório responderam por 29,1% do total de óbitos, seguidas pelos óbitos por neoplasias (tumores), que corresponderam a 15,1% dos óbitos no estado.

As principais causas de mortalidade registradas nos municípios da Área de Influência no Rio de Janeiro foram decorrentes de doenças do aparelho circulatório (27,9%), seguido por mortes por demais causas definidas (23,2%) e neoplasias (17,2%). O **Quadro II.5.3-26**, a seguir apresenta as principais causas de mortalidade nos municípios da Área de Influência.

**Quadro II.5.3-26 - Principais causas de mortalidade, nos municípios da AI de Rio de Janeiro - 2010.**

Causas externas de morbidade e mortalidade	Rio de Janeiro	Niterói	Maricá	Mangaratiba	Itaguaí	Angra dos Reis	Paraty
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3.552	354	30	18	29	29	7
Neoplasias (tumores)	11.779	967	56	22	50	124	20
Doenças do aparelho circulatório	18.841	1.325	206	73	177	232	58
Doenças do aparelho respiratório	6.954	641	48	23	95	91	19
Algumas afec. originadas no período perinatal	704	83	7	3	6	3	4
Causas externas de	5.425	775	78	54	142	195	32

morbidade e mortalidade							
Demais causas definidas	15.881	1.441	216	77	198	197	36

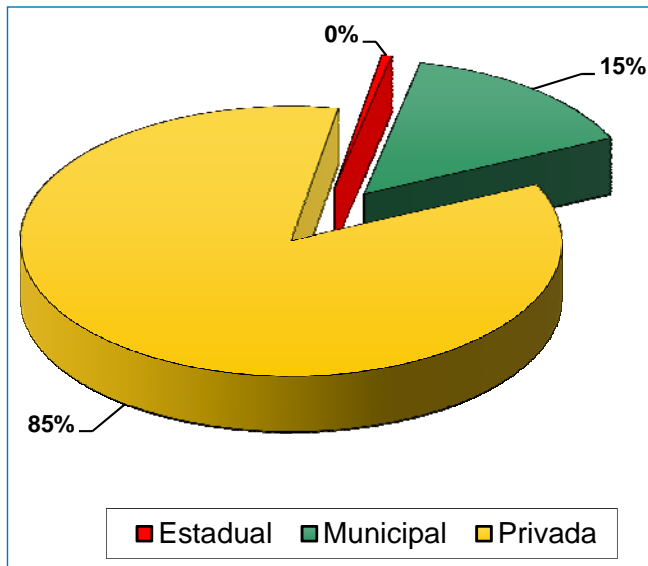
Fonte: DATASUS, 2010.

Na maioria dos municípios que compõem a Área de Influência do Estado do Rio de Janeiro as doenças classificadas como “demais causas definidas” são as principais causas de mortes, seguidas pelas doenças do aparelho circulatório.

Os municípios do Rio de Janeiro e Niterói tiveram as neoplasias como a terceira principal causa de mortalidade. Em Mangaratiba, Maricá e Itaguaí a terceira causa de morte foram as causas externas de morbidade e mortalidade.

### Área de Influência do Estado de São Paulo

De acordo com dados divulgados pelo Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), referente ao ano de 2011, a Área de Influência no estado de São Paulo conta com um total de 2.897 estabelecimentos de saúde (dentre federais, estaduais, municipais e privados), sendo 2.452 privados, 429 municipais e 16 estaduais, conforme pode ser observado na **Figura II.5.3-31**.



**Figura II.5.3-31** - Total de estabelecimentos de saúde por natureza na AI de São Paulo.-

Fonte: DATASUS 2011.

Segundo o DATASUS, a maior parte dos estabelecimentos de saúde da Microrregião de Santos se concentrava no município homônimo, totalizando 1.577

estabelecimentos santistas dentre os 2.410 existentes (65,44%). Essa quantidade é significativa mesmo comparada aos 2.897 estabelecimentos da Área de Influência (54,44%).

Na Microrregião de Caraguatatuba, o município de São Sebastião concentrou 140 (38,67%) dos 362 estabelecimentos de saúde da Microrregião, o que representa 4,83% dos estabelecimentos da Área de Influência, tendo como contraponto o município de Ilhabela, que possui o menor número de estabelecimentos, sendo 4,70% da Microrregião e 0,59% da Área de Influência. Já na Microrregião de Itanhaém, o município de Itanhaém concentrou 52 (41,6%) dos 125 estabelecimentos da Microrregião, como observado no **Quadro II.5.3-27**.

**Quadro II.5.3-27 - Estabelecimentos de saúde por natureza em suas respectivas Microrregiões da AI de São Paulo - 2011**

Microrregião	Municípios	Natureza			
		Estadual	Municipal	Privada	Total
Microrregião Santos	Praia Grande	1	39	115	155
	Cubatão		29	128	157
	São Vicente	1	63	183	247
	Guarujá		44	200	244
	Bertioga		13	17	30
	Santos	9	74	1494	1577
	SUBTOTAL	11	262	2137	2410
Microrregião Caraguatatuba	São Sebastião		27	113	140
	Ilhabela		12	5	17
	Caraguatatuba	4	34	98	136
	Ubatuba		32	37	69
	SUBTOTAL	4	105	253	362
Microrregião Itanhaém	Mongaguá	1	17	11	29
	Itanhaém		25	27	52
	Peruíbe		20	24	44
	SUBTOTAL	1	62	62	125
TOTAL DA AI		16	429	2452	2897

Fonte: DATASUS, 2011.

A Microrregião de Santos concentrou o maior número de estabelecimentos, com destaque para o município de Santos, que além de possuir o maior número de estabelecimentos, possui também a maior variedade de tipos de estabelecimentos. Este fato faz com que o município sirva como referência em atendimento para as especialidades de saúde mais complexas, atendendo pacientes dos municípios próximos, inclusive os da Área de Influência.

Segundo o DATASUS, em janeiro de 2011 existiam 2.897 estabelecimentos de saúde no conjunto de municípios da Área de Influência, sendo 68,10% de consultórios isolados, 10,91% de clínicas e ambulatórios especializados, 6,35% centro de saúde e unidade básica e 5,70% de Unidades de apoio de diagnose e terapia, como apresentado no **Quadro II.5.3-28** a seguir.

**Quadro II.5.3-28 - Tipos de estabelecimentos nos municípios da AI de São Paulo - em Janeiro de 2011**

Tipos	Microrregião Santos					
	Praia Grande	Cubatão	São Vicente	Guarujá	Bertioga	Santos
Posto de Saúde	1	13	3	-	-	1
Centro de Saúde/Unidade Básica	20	3	29	28	5	32
Policlínica	15	-	8	3	1	6
Hospital Geral	1	2	3	2	1	10
Hospital Especializado	-	-	-	1	-	2
Pronto Socorro Geral	4	1	3	6	-	4
Pronto Socorro Especializado	1	2	-	-	-	2
Consultório Isolado	67	98	142	148	6	1267
Clinica Especializada/Ambulatório de Especialidade	21	13	36	27	8	151
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (Sadt Isolado)	14	21	11	18	5	67
Unidade Móvel Terrestre	1	-	1	1	1	1
Unidade Móvel de Nível Pré-Hosp - Urgência/Emergência	-	1	1	-	1	4
Farmácia	-	-	1	2	-	3
Unidade de Vigilância em Saúde	2	1	1	1	-	2
Cooperativa	1	-	-	-	-	3
Hospital/Dia - Isolado	3	-	1	3	-	9
Central de Regulação de Serviços de Saúde	1	-	1	1	-	1
Laboratório Central de Saúde Pública Lacen	-	-	-	-	-	1
Secretaria de Saúde	1	-	1	-	1	4
Centro de Atenção Psicossocial	1	2	5	3	1	7
Pronto Atendimento	1	-	-	-	-	-

Tipos	Microrregião Caraguatatuba			
	São Sebastião	Ilhabela	Caraguatatuba	Ubatuba
Posto de Saúde	1	-	4	7
Centro de Saúde/Unidade Básica	14	8	9	20
Policlínica	-	-	5	-
Hospital Geral	1	1	2	1
Hospital Especializado	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	1	-	-	-
Pronto Socorro Especializado	-	1	-	-
Consultório Isolado	102	2	78	29
Clinica Especializada/Ambulatório de Especialidade	7	1	19	6
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (Sadt Isolado)	8	2	11	4
Unidade Móvel Terrestre	-	-	1	-
Unidade Móvel de Nível Pré-Hosp - Urgência/Emergência	-	-	1	-
Farmácia	1	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	1	-	2	1
Cooperativa	-	-	-	-

Hospital/Dia - Isolado	-	-	2	-
Central de Regulação de Serviços de Saúde	1	-	-	-
Laboratório Central de Saúde Pública Lacen	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	2	1	1	-
Centro de Atenção Psicossocial	1	1	1	1
Pronto Atendimento	-	-	-	-

Tipos	Microrregião Itanhaém		
	Monguagá	Itanhaém	Peruíbe
Posto de Saúde	-	10	6
Centro de Saúde/Unidade Básica	9	-	7
Policlínica	1	4	4
Hospital Geral	1	1	1
Hospital Especializado	-	-	-
Pronto Socorro Geral	2	1	-
Pronto Socorro Especializado	-	-	-
Consultório Isolado	5	14	15
Clinica Especializada/Ambulatório de Especialidade	8	12	7
Unidade de Apoio Diagnóstico e Terapia (Sadt Isolado)	1	2	1
Unidade Móvel Terrestre	-	1	-
Unidade Móvel de Nível Pré-Hosp - Urgência/Emergência	-	1	-
Farmácia	1	2	-
Unidade de Vigilância em Saúde	1	2	1
Cooperativa	-	-	-
Hospital/Dia - Isolado	-	-	-
Central de Regulação de Serviços de Saúde	-	-	-
Laboratório Central de Saúde Pública Lacen	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	1	1
Centro de Atenção Psicossocial	-	1	1
Pronto Atendimento	-	-	-

Fonte: DATASUS, 2011.

Segundo dados disponibilizados pelo DATASUS, em janeiro de 2009 existiam 3.177 leitos cadastrados na Área de Influência e destes, 65,12% prestavam atendimentos ao SUS. O município de Santos é o que possuía o maior número de leitos para atendimento da rede privada, com 48, 91% dos leitos disponíveis no município. Para os municípios de Bertioga, Monguagá, Itanhaém e Peruíbe todos os leitos cadastrados se destinavam ao atendimento ao SUS.

Na Microrregião de Santos estavam cadastrados 2.647 leitos, sendo que deste total 60,48% eram para atendimento ao SUS. Nesta microrregião, o município de Santos apresentou o melhor índice de leitos por 1.000 habitantes (4,31), seguido de Cubatão com 1,3 leitos/1.000 habitantes. O município de Santos é o que mais se aproxima do número de leitos recomendado pela Organização Mundial de Saúde – OMS (5 leitos/1000 hab.). Entretanto, ao se

analisar o número de leitos para atendimento ao SUS no município, este número se reduz a quase a metade, o que permite concluir que a maior parte dos leitos existentes no município se destinam a atendimento da rede privada, conforme **Quadro II.5.3-29**, a seguir.

**Quadro II.5.3-29 - Número de leitos por esfera administrativa e por 1000 habitantes – Microrregião de Santos**

Leitos	Microrregião Santos					
	Praia Grande	Cubatão	São Vicente	Guarujá	Bertioga	Santos
Leitos Existentes	201	173	230	297	43	1703
Leitos SUS	156	139	177	216	43	870
Leitos por 1.000 habitantes	0,8	1,3	0,7	0,7	1,0	4,1
Leitos SUS por 1.000 habitantes	0,6	1,1	0,5	0,7	1,0	2,1
Habitantes em 2009 <sup>(*)</sup>	249.547	129.582	330.793	308.059	44.234	417,101

Fonte: DATASUS, 2009.

(\*) Estimativa populacional em 2009/segundo DATA/SUS apud IBGE.

Quanto às especialidades de atendimento dos leitos existentes na Microrregião de Santos, segundo o DATASUS, a maior parte, ou seja, 955 leitos (36, 08%) se destinavam às internações cirúrgicas. Esta especialidade representa a maior parte dos leitos nos municípios de Santos e Praia Grande, com 40,93 e 35,82% dos leitos existentes nos respectivos municípios. Para os demais municípios da Microrregião, os leitos destinados às internações clínicas representam mais de 30% dos leitos existentes nos municípios, conforme **Quadro II.5.3-30**.

**Quadro II.5.3-30 - Leitos por especialidades de atendimento – Microrregião de Santos**

Leitos por especialidades	Microrregião Santos					
	Praia Grande	Cubatão	São Vicente	Guarujá	Bertioga	Santos
Cirúrgicos	72	48	49	85	4	697
Clínicos	51	53	91	104	11	544
Obstétrico	26	23	43	46	14	167
Pediátrico	20	41	46	62	12	168
Outras Especialidades	11	4	1	-	2	67
Hospital/DIA	21	4	-	-	-	60
Total	201	173	230	297	43	1703

Fonte: DATASUS, 2009.

Na Microrregião de Caraguatatuba estão cadastrados pelo DATASUS 371 leitos existentes, sendo que destes, 83,29% se destinavam ao atendimento ao SUS. Nesta microrregião os municípios de São Sebastião e Ilhabela apresentaram os melhores índices de leitos por 1.000 habitantes (1,5), um número relativamente



baixo, principalmente ao se considerar a população de São Vicente, que segundo estimativa do IBGE em 2009 era de 73.629 habitantes. Quando analisados os leitos para atendimento ao SUS em Ubatuba, este índice era de 0,8 leitos por 1000 habitantes, o menor da Microrregião, conforme **Quadro II.5.3-31** a seguir.

**Quadro II.5.3-31 - Número de leitos por esfera administrativa e por 1000 habitantes – Microrregião de Caraguatatuba**

Leitos	Microrregião Caraguatatuba			
	São Sebastião	Ilhabela	Caraguatatuba	Ubatuba
Leitos Existentes	110	40	129	92
Leitos SUS	99	37	105	68
Leitos por 1.000 habitantes	1,5	1,5	1,3	1,1
Leitos SUS por 1.000 habitantes	1,3	1,4	1,1	0,8
Habitantes em 2009 <sup>(*)</sup>	73.629	26.010	96.123	81.098

Fonte: DATASUS, 2009.

(\*) Estimativa populacional em 2009/segundo DATA/SUS *apud* IBGE.

Quanto às especialidades de atendimento, os leitos destinados às internações clínicas representaram 42,05% dos leitos existentes na Microrregião, seguidos pelo atendimento cirúrgico com 22,91% e dos leitos de internações obstétricas com 19,14%. Destaca-se que em todos os municípios integrantes desta Microrregião os leitos destinados ao atendimento clínico representam mais 35% dos leitos existentes, conforme **Quadro II.5.3-32**.

**Quadro II.5.3-32 - Leitos por especialidades de atendimento – Microrregião de Caraguatatuba.**

Leitos por especialidades	Microrregião Caraguatatuba			
	São Sebastião	Ilhabela	Caraguatatuba	Ubatuba
Cirúrgicos	15	14	36	20
Clínicos	53	14	54	35
Obstétrico	27	6	22	16
Pediátrico	15	6	17	20
Outras Especialidades	-	-	-	1
Hospital/DIA	-	-	-	-
Total	110	40	129	92

Fonte: DATASUS, 2009.

Já na Microrregião de Itanhaém existiam cadastrados em janeiro de 2009 junto ao DATASUS 159 leitos, dos quais todos se destinavam ao atendimento do SUS. Nesta microrregião todos os municípios apresentaram índices de leitos por 1.000 habitantes inferiores ao recomendado pela Organização Mundial da Saúde – OMS

(5 leitos/1000 hab.). Em Peruíbe e Itanhaém este número foi de 0,8 para ambos e em Monguagá este índice foi de 1,0, conforme **Quadro II.5.3-33** a seguir.

**Quadro II.5.3-33** - Número de leitos por esfera administrativa e por 1000 habitantes –  
Microrregião de Itanhaém.

Leitos	Microrregião Itanhaém		
	Monguagá	Itanhaém	Peruíbe
Leitos Existentes	44	71	44
Leitos SUS	44	71	44
Leitos por 1.000 habitantes	1,0	0,8	0,8
Leitos SUS por 1.000 habitantes	1,0	0,8	0,8
Habitantes em 2009 <sup>(*)</sup>	44.090	87.334	57.688

Fonte: DATASUS, 2009.

(\*) Estimativa populacional em 2009/segundo DATA/SUS *apud* IBGE.

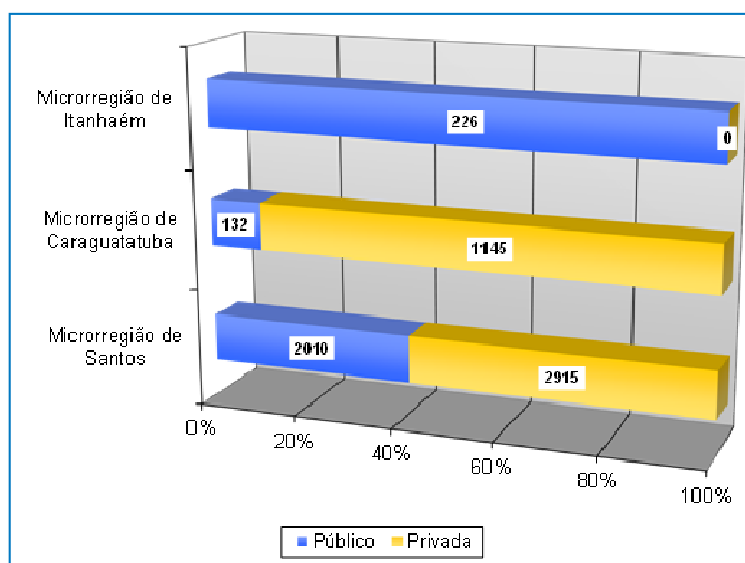
Dos 159 leitos existentes na Microrregião de Itanhaém, segundo o DATASUS, 32,70% se destinavam ao atendimento às internações cirúrgicas; 22,01% as internações clínicas e 28,30% às internações obstétricas. Em Monguagá 40,91% dos leitos se destinavam ao atendimento clínico e em Peruíbe 31,82% dos leitos se destinavam às internações obstétricas, conforme **Quadro II.5.3-34**.

**Quadro II.5.3-34** - Leitos por especialidades de atendimento – Microrregião de Itanhaém.

Leitos por especialidades	Microrregião Itanhaém		
	Monguagá	Itanhaém	Peruíbe
Cirúrgicos	6	25	4
Clínicos	18	21	13
Obstétrico	12	19	14
Pediátrico	8	6	12
Outras Especialidades	-	-	1
Hospital/DIA	-	-	-
Total	44	71	44

Fonte: DATASUS, 2009.

Segundo dados disponibilizados no site do DATASUS, em agosto de 2011 foram registradas na Área de Influência 6.428 internações, sendo a maioria em hospitais privados. Na Microrregião de Caraguatatuba, 89,66% das internações registradas no mês de agosto de 2011 foram em hospitais da rede privada. Na Microrregião de Santos este percentual foi de 59,19%. Já na Microrregião de Itanhaém 100% das internações registradas neste período se deram na rede pública dos municípios, conforme pode ser observado na **Figura II.5.3-32** a seguir.



**Figura II.5.3-32 - Internações por natureza no total dos municípios da AI de São Paulo - agosto de 2011.**

Fonte: DATASUS, agosto de 2011.

No estado de São Paulo, em 2009, segundo o DATASUS, as doenças do sistema circulatório respondem por 32,8% do total de óbitos e por 11,4% das internações, seguidas pelos óbitos por neoplasias (tumores), que correspondem a 18,9% dos óbitos e 5,8% das internações no estado.

As principais causas de mortalidade registradas na Área de Influência foram decorrentes de doenças do aparelho circulatório (30,55%), seguido das mortes por causas definidas (20,06%) e tumores (17,29%). O **Quadro II.5.3-35**, a seguir apresenta as principais causas de mortalidade nos municípios da Área de Influência no estado de São Paulo.

**Quadro II.5.3-35 - Principais causas de mortalidade, nos municípios da AI de São Paulo - 2009.**

Causas externas de morbidade e mortalidade	Microrregião Santos					
	Praia Grande	Cubatão	São Vicente	Guarujá	Bertioga	Santos
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5,7	7,1	5,5	5,1	3,3	5,0
Neoplasias (tumores)	20,8	18,6	19,5	17,8	14,1	21,9
Doenças do aparelho circulatório	28,5	28,8	30,2	32,1	29,6	34,2
Doenças do aparelho respiratório	9,6	12,5	12,1	12,7	8,5	13,7
Algumas afec. originadas no período perinatal	3,1	2,6	3,6	2,3	6,6	1,1
Causas externas de morbidade e mortalidade	11,7	13,5	9,6	12,1	17,8	5,4
Demais causas definidas	20,7	17,0	19,5	17,9	20,2	18,7

Causas externas de morbidade e mortalidade	Microrregião Caraguatatuba			
	São Sebastião	Ilhabela	Caraguatatuba	Ubatuba
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5,5	7,8	6,2	6,7
Neoplasias (tumores)	17,9	12,9	19,1	16,7
Doenças do aparelho circulatório	30,0	24,1	23,9	32,0
Doenças do aparelho respiratório	4,8	11,2	11,4	8,3
Algumas afec. originadas no período perinatal	2,1	3,4	1,7	3,3
Causas externas de morbidade e mortalidade	21,4	15,5	19,8	14,0
Demais causas definidas	18,3	25,0	17,8	19,0

Causas externas de morbidade e mortalidade	Microrregião Itanhaém		
	Mongaguá	Itanhaém	Peruíbe
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5,4	3,8	5,2
Neoplasias (tumores)	15,2	14,6	15,7
Doenças do aparelho circulatório	34,3	36,3	33,2
Doenças do aparelho respiratório	11,1	8,5	9,8
Algumas afec. originadas no período perinatal	3,0	1,2	3,7
Causas externas de morbidade e mortalidade	9,1	12,8	10,3
Demais causas definidas	21,9	22,7	22,1

Fonte: DATASUS, 2010

A Microrregião de Santos, assim como todos os municípios que a compõe, teve como principal causa de mortalidade as doenças do aparelho circulatório, com 30,56% dos óbitos da Microrregião. Nos municípios de Praia Grande, Cubatão, São Vicente e Santos as neoplasias ou tumores representam a segunda maior causa de óbitos. Em Bertioga e Guarujá as demais causas definidas representam a segunda principal causa de óbitos.

Em todos os municípios que compõem a Microrregião de Caraguatatuba, as doenças do aparelho circulatório são as principais causas de mortes na Microrregião, seguidas pelas demais causas definidas. A segunda maior causa de óbitos em São Sebastião e Caraguatatuba são as causas externas de morbidade e mortalidade que representaram 21,4% e 19,8% dos óbitos, respectivamente. Em Ilhabela e Ubatuba as demais causas definidas representam 25,0 e 19,0% dos óbitos municipais.

Em todos os municípios integrantes da Microrregião de Itanhaém, as doenças do aparelho circulatório são responsáveis por mais de 30% dos óbitos. A segunda maior causa de mortalidades nos municípios de Monguagá, Itanhaém e Peruíbe que compõem esta Microrregião são as demais causas definidas com 21,9%, 22,7% e 22,1% dos óbitos municipais.

### ***II.5.3.F.2 - Infraestrutura de Transportes***

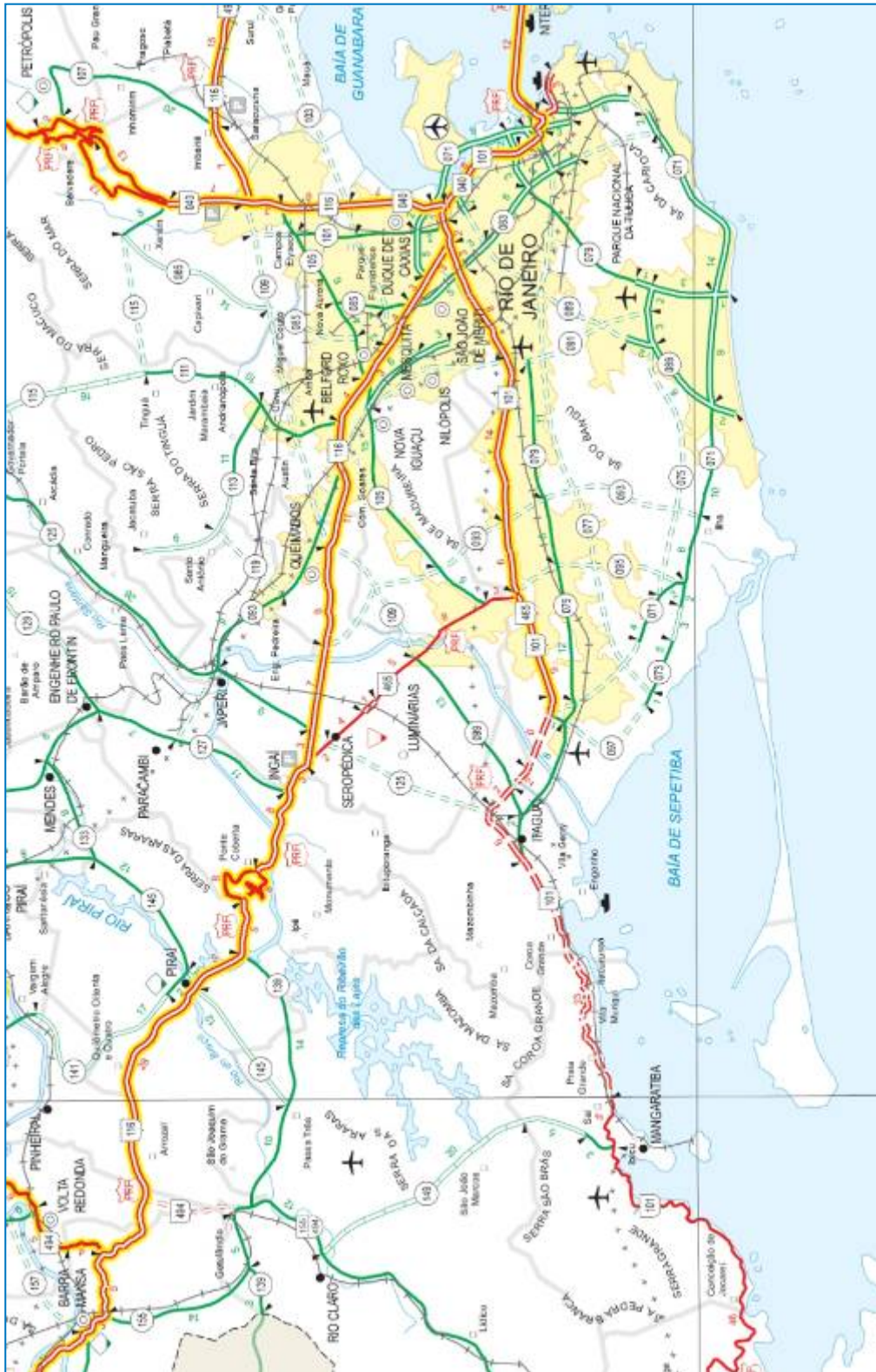
A demanda de infraestrutura de transportes e logísticas no Brasil tem sido crescente nas últimas décadas graças aos novos polos de desenvolvimento que vem surgindo no país. Porém, é fato que urge investimentos por parte das políticas públicas para que o setor econômico possa continuar a crescer, a exemplo observa-se que os modais de transportes e logística vem recebendo poucos investimentos repercutindo na desaceleração do processo. Os custos sistêmicos trazidos por isso à produção nacional acabam por restringir sua competitividade, já cunhando no passado a expressão “custo Brasil” como ilustração do constrangedor exemplo de stress ao desenvolvimento do país (ARKADIS TETRPLAN, 2010).

Na sequência é apresentado o panorama deste setor para os municípios integrantes das áreas de influência dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

#### ***Área de Influência do Estado do Rio de Janeiro***

##### ***Transporte Rodoviário***

A rede rodoviária do estado do Rio de Janeiro é bem suprida por rodovias pavimentadas. Para acessar o Estado do Rio de Janeiro existem quatro rodovias: partindo do centro – oeste e Minas Gerais a BR 040, de São Paulo a BR 116 (Via Dutra), do litoral norte de São Paulo a Rodovia Rio Santos (trecho da BR 101) e do Sul e Nordeste a BR 101 (**Figura II.5.3-33 e Figura II.5.3-34**).



**Figura II.5.3-33 - Estradas de Rodagem da Área de Influência (Rio de Janeiro).**

Fonte: <http://www.der.rj.gov.br/>



Figura II.5.3-34 - Estradas de Rodagem da Área de Influência (Niterói).

O primeiro acesso citado é a BR-101, que é uma rodovia federal, e interliga o norte ao sul do país e as cidades do litoral. Esta rodovia pavimentada possui no **Rio de Janeiro** aproximadamente 594 km de extensão e apresenta diferentes características durante seu percurso, seja nas condições de uso ou volume de tráfego. Tais características por trecho podem ser observadas no **Quadro II.5.3-36** a seguir.

**Quadro II.5.3-36 - Condições da BR 101 – RJ**

Trecho	Km	Condição	Obs.
Divisa ES/RJ – Entrada BR-492 (Morro do Coco)	0 ao 19,2	Trecho concessionado. Auto-pista Fluminense Rodovia com restrição de trafegabilidade de conjunto transportadores com cargas especiais. Nos kms 10 e 26 tráfego em meia pista devido a obras, sistema pare e siga).	Campos - RJ
Entrada BR-492 (Morro do Coco) - Entrada RJ-180 (P/Ponta da Lama)	19,2 ao 78,6	As condições regulares tanto de sinalização e conservação. Tráfego em meia pista nos kms 34 e 54 no sentido do RJ devido a obras.	-
Entrada RJ-158 (Campos) - Entrada BR-356 (B) (Trevo Sul de Campos)	62,9 ao 66,2	A ponte General Dutra sobre o rio Paraíba do Sul, na área urbana de Campos dos Goytacazes.	Campos dos Goytacazes
Entrada RJ-180 (P/Ponta da Lama) - Entrada RJ-106 (Fazenda dos Quarenta)	78,6 ao 144,2	Trecho em obra de recuperação do pavimento no km 94, sentido (ES).	Campos, Carapebus
Entrada RJ-106 (Fazenda dos Quarenta) – Entrada RJ-124 (rio Bonito)	144,2 ao 259,2	Pista simples em bom estado de conservação. Sinalização vertical e horizontal em boas condições de visibilidade. Muita atenção... No km 170, interdição parcial na pista devido a obras no sentido (ES) No km 189 no sentido Niterói, devido a obras na pista tráfego em meia pista.	Entroncamento RJ-106 Fazenda dos Quarenta- Macaé Entroncamento RJ-120- Casemiro de Abreu Entroncamento RJ-124 (Rio Bonito)
Entrada RJ-124 (Rio Bonito) - Acesso Leste Itaboraí (Duques)	259,2 ao 280,3	Pequenas ondulações no asfalto, obras nos kms 272 e 278, sentido Espírito Santo, pista parcialmente interditada.	Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito
Acesso Leste Itaboraí (Duques) - Entrada RJ-104	280,3 ao 295,4	Pistas duplas em condições regulares. Sinalização horizontal e vertical também em boas condições de conservação. Atenção. Trecho em meia pista no km 283, próximo a cidade de Tanguá.	Itaboraí, São Gonçalo, Niterói
Entrada RJ-104	295,4 ao 295,4	Tráfego normal. No km 320,8 - Trecho do Viaduto Leopoldina Railway, liberado ao tráfego em até 75 toneladas.	Entrada BR-493 (Magé) X Entrada RJ-108 (Itaboraí) Entrada RJ-104 (Itaboraí) X Entrada BR-101 (P/ Niterói).
Entrada RJ-104 - Acesso Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói)	295,4 ao 320,1	Pista dupla em boas condições. Tráfego em meia pista nos kms 297 e 298, em Itaboraí	Niterói, Rio de Janeiro
Acesso Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entrada RJ-077 (CAJÚ)	320,1 ao 334,1	Pista dupla em boas condições. Trecho com cobrança de pedágio no sentido (Rio de Janeiro Niterói).	Niterói (AV.do Contorno) X Niterói (Acesso à Ponte Rio Niterói)
Entrada RJ-077 (Cajú) - Divisa Municipal Rio de Janeiro/Itaguaí	334,1 ao 389,7	Trecho delegado à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro (AV. Brasil)
Entrada BR-465 (B) RJ-071/097 (Santa Cruz) - Entrada BR-494 (A) (Angra dos Reis)	385,8 ao 477,5	-	Porto Galo - Angra dos Reis
Entrada BR-494(A) (Angra dos Reis) - Entrada BR-459(A) (Mambucaba)	477,5 ao 524,6	Trecho em obras no acostamento, tráfego liberado nos dois sentidos	Angra dos Reis - Tarituba
Entrada BR-459(A) (Mambucaba) - Entrada BR-459(B) (Parati)	524,6 ao 570,6	Trecho em bom estado de conservação. Restauração das telas de proteção nas proximidades de Parati, nos kms 569 ao 570, sistema pare e siga.	Parati, Tarituba - Divisa do RJ/SP
Entrada BR-459(B) (Parati) - DIV RJ/SP	570,6 ao 594,2	Atenção... Restauração do pavimento da pista a partir do km 587. Sistema pare siga ao longo do trecho. Obs. A rodovia estadual que liga Parati a Cunha encontra-se em péssimo estado de conservação no trecho, não havendo sinalização adequada no trecho.	Parati

Fonte: DNIT 2011.



De acordo com dados apresentados no **Quadro II.5.3-36**, a rodovia BR 101 se desenvolve em sentido longitudinal rumo sudoeste, considerando a área central da capital do Rio de Janeiro. Dentre os trechos da BR-101 nos limites do Estado, destacam-se a Avenida Brasil, com 54 km de extensão, operada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que representa o principal eixo de ligação da cidade do Rio de Janeiro com os bairros da zona oeste e com as cidades do litoral sul brasileiro, e a Ponte Presidente Costa e Silva (Rio - Niterói), sobre a baía de Guanabara, operada pela iniciativa privada, que faz a ligação rodoviária entre as áreas centrais das cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Vale ressaltar que a Ponte Rio Niterói realiza a ligação entre os dois maiores municípios da Região Metropolitana da AI do Rio de Janeiro.

A BR 101 também origina a RJ-106, rodovia estadual, em pista simples, que parte do entroncamento com a RJ-104, em Tribobó e segue em direção ao município de Macaé, se desenvolvendo próximo ao litoral, atendendo ao município de Maricá (Região das Baixadas Litorâneas – AI) e aos municípios da Região dos Lagos.

A RJ-104 (Rodovia Amaral Peixoto) liga o município de Niterói até o viaduto da BR-101, no distrito de Manilha, no município de Itaboraí. Sendo esta rota para a microrregião das Baixadas Litorâneas(AI).

Os municípios da Região da Costa Verde são cortados pela Rio-Santos (BR 101), ligando-se a Região Metropolitana do Rio de Janeiro ao Litoral Norte Paulista.

Outra rodovia de acesso ao estado do **Rio de Janeiro** é a BR 040, administrada pela esfera federal, passa pelo Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A BR 040 é asfaltada, porém é comum que alguns trechos encontrem-se em obras para a melhoria da infraestrutura. As condições dos 125Km da via nos limites do Estado, pode ser observada no **Quadro II.5.3-37** a seguir.

**Quadro II.5.3-37 - Condições da BR 040 - RJ**

Trecho	Km	Condição	Obs.
Divisa MG/RJ - Acesso BR-495 (Itaipava)	0 ao 58	Boas condições, sem obras no local	Itaipava
Div MG/RJ - Ponte S/ Rio da Cidade	0 ao 64	Trecho concessionado, (CONCER) Nas proximidades dos kms 34 e 54 em meia pista no sentido Rio de Janeiro, devido a obras.	Itaipava - Pedro do Rio
Ponte S/ Rio da Cidade - FNM (Entrada Pista Inversa)	64 ao 101,7	Nos kms 82 ao 81 - tráfego em meia pista no sentido Juiz de Fora.	Serra
Acesso Bingen (Entrada Pista Inversa) - Belvedere (Entrada Pista Inversa)	82,9 ao 89	Trecho concessionado, (CONCER)	Pista da Rio-Petrópolis/RJ
Belvedere (Entrada Pista Inversa) - FNM (entrada pista inversa)	89 ao 101,7	Pista sentido Rio de Janeiro em meia pista do 91 ao 92, devido a obras .	Serra
Entrada RJ-105 - Entrada BR-101(A) /116(B) (Trevo das Missões)	111,5 ao 125	No km 120, trecho em meia pista no sentido Rio de Janeiro, devido a obras.	Rio de Janeiro

Fonte: DNIT 2011.

A BR 116 é uma rodovia federal longitudinal, que se estende desde o estado do Ceará até o estado do Rio Grande Sul. Nesta rodovia que interliga os dois principais grandes centros do país, São Paulo e Rio de Janeiro, reúne-se um grande fluxo, tanto de cargas quanto de passageiros. Toda a extensão da rodovia é asfaltada e as características e condições dos 305 quilômetros localizados nos limites do Rio de Janeiro serão apresentadas no **Quadro II.5.3-38**.

**Quadro II.5.3-38 - Condições da BR 040 - RJ**

Trecho	Km	Condição	Obs.
Divisa MG/RJ (Além Paraíba) - Acesso Teresópolis	0 ao 89,6	Atenção - Obras no viaduto do Pinhão, localizado nas proximidades de Aparecida do Norte (SP), Havendo restrição para cargas com largura igual ou superior a 3,80m.. concessionária CRT	Além Paraíba - entrada de Teresópolis
Entrada BR-393(B) - Entrada RJ-154 (P/Sumidouro)	2,1 ao 23	Pistas em boas condições de tráfego.	Sapucaia,
Entrada RJ-154 (P/Nossa Senhora da Aparecida) - Entrada BR-040(A) /493(B) /RJ-109	23,3 ao 144,4	A T E N Ç Ã O No km 99, obras de contenção de encosta, próximo a Sapucaia Acessos pela Rio - Petrópolis ou Teresópolis - Friburgo. Concessionária CRT	Guapimirim, Magé, Duque de Caxias
Entrada BR-040(A) /493(B) / RJ-109 - Entrada BR-040(B) /101(A) (Trevo das Missões)	144,4 ao 160,6	Trecho sem restrições. Para maiores informações: //CCR Nova Dutra.	Duque de Caxias, Rio de Janeiro
Entrada BR-040(B) /101(A) (Trevo das Missões) - Entrada RJ-127 (P/Paracambi)	160,6 ao 211,7	Trecho delegado à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro
Entrada Pista Inversa (A) - Entrada Pista Inversa (B)	219,5 ao 227,3	Veículos com largura superior a 4,00, deverão descer a serra das Araras somente à noite, das 23:00 ÀS 5:00	Rio de Janeiro, descida da Serra das Araras até Pirai,
Entrada RJ-159 (Floriano) - Entrada RJ-161 (Resende)	290,5 ao 305,2	Trechos sem restrições.	Pirai, Volta Redonda, Barra Mansa, Porto Real, Resende, Itatiaia

Fonte: DNIT, 2011.

A BR 116 permite acesso a muitos municípios, sendo que os localizados na AI são Itaguaí (Região da Costa Verde) e Rio de Janeiro (Região Metropolitana do RJ).

A rodovia estadual RJ-118, permite acesso ao distrito de Ponta Negra (Maricá), na altura do km 43 da RJ-106, passando pelos bairros de Bananal, Jacomé e retornando na direção da RJ-106, na localidade de Sampaio Corrêa, já no município de Saquarema.

Dentre as obras realizadas para melhoria do transporte no Estado, destaca-se a duplicação da Rio-Santos, que inclui três passagens inferiores, cinco viadutos, alargamento de nove pontes e passarelas (DNIT). O município de Itaguaí também será beneficiado com as obras do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, que vai ligar o Porto de Itaguaí ao trecho da BR-101 em Itaboraí, contornando a Baía de Guanabara.

De acordo com dados publicados em 2010 pelo Ministério dos Transportes, foram previstas obras na BR 493, BR 116, BR 101 referentes à duplicação do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro financiados pelo PAC – Plano de Aceleração do Crescimento da ordem de R\$965.000.000,00. Estas se referem a 5 trechos dos quais um deles fica na BR 493, entroncamento desta com a BR 101, em 3km de via, para adequação de capacidade, priorizando o Porto de Itaguaí.

### Transporte Aeroportuário

Na área de influência do estado do Rio de Janeiro, no município homônimo estão localizados três aeroportos: o Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim – Galeão, o Aeroporto Santos Dumont e o Aeroporto de Jacarepaguá, todos administrados pela INFRAERO.

O Aeroporto Santos Dumont localiza-se no centro do Rio de Janeiro permitindo uma facilidade de acesso. Devido à crescente demanda foi necessário estabelecer novas condições ao aeroporto, possibilitando assim o atendimento de um maior número de passageiros. Este aeroporto é o preferido dos executivos para as viagens de negócios. Possui uma área total de 833.703 m<sup>2</sup>, tendo pátio das aeronaves área de 95.800 m<sup>2</sup> e pista com dimensões (m): 1.323 x 42 e 1.260 x 30.



**Figura II.5.3-35** - Aeroporto Santos Dumont.

Fonte: Infraero, 2011.

O Aeroporto Internacional do Galeão, ou Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim está localizado a 20 km do centro da cidade do Rio de Janeiro, podendo ser alcançado através da Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil, o que facilita o deslocamento entre diversos pontos da cidade. Possui uma área de 17,88km<sup>2</sup> e a maior pista de decolagem do Brasil com 4000m X 4,5m, assim como um terminal mais moderno e bem equipado. Este aeroporto possui 20 empresas atuando em seu terminal, permitindo que se chegue a mais de 26 localidades nacionais e 24 internacionais, atendendo um movimento diário de 32 mil passageiros.

O galeão recebe todos os vôos internacionais e nacionais que servem o Rio de Janeiro, excentuando-se vôos da ponte aérea e aqueles que partem de e para cidades do interior do estado. Possui dois terminais de passageiros (TPS1 e TPS2), atendendo um movimento diário de 32 mil passageiros, 171 balcões de check-in, operando 24 horas por dia, 16 esteiras de restituição de bagagens e 16 esteiras de check-in, 38 pontes de embarque e 24 posições remotas e 53 posições de estacionamento de aeronaves (Infraero, 2011). O aeroporto ainda é servido de um terminal de carga aérea, além de possuir a Base Aérea do Galeão situada em seu perímetro (aeroportos do Brasil).



**Figura II.5.3-36 - Aeroporto do Galeão.**

Fonte: Infraero, 2011.

Situado a SW da sede do Rio de Janeiro, o Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho, dista aproximadamente 30km do centro. De acordo com informações da Infraero (2011) “O aeroporto tem sua área patrimonial limitada ao norte pela Lagoa de Jacarepaguá, ao sul por uma área de reserva biológica do município do Rio de Janeiro (Bosque da Barra) e, a leste e a oeste, por terras de terceiros”. A dimensão de sua pista é 900 x 30m.

Destina-se sobretudo a atender vôos particulares e regionais com aeronaves de pequeno porte como táxi aéreo, da aviação geral e do Aeroclube do Brasil. As atividades de destaque nesse aeroporto são a aviação executiva e o Transporte Off-Shore advindo da prospecção e extração do petróleo da camada Pré Sal da Bacia de Santos.

O terminal de passageiros dispõe de seis balcões de check in distribuídos para cinco empresas. Recentemente para ampliar a segurança das operações noturnas e de atendimento às emergências foram instalados o balizamento noturno (homologado) e uma rede pressurizada contra-incêndio (Infraero, 2011).



**Figura II.5.3-37 - Aeroporto de Jacarepaguá.**

Fonte: Infraero, 2011.

Os aeroportos descritos estão localizados nos endereços:

<b>Rio de Janeiro: Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim</b>	
<b>Endereço:</b>	Av. 20 de Janeiro s/nº - Ilha do Governador - Rio de Janeiro - RJ - CEP:21941-570
<b>Telefone:</b>	PABX:(21) 3398-5050 - FAX:(21) 3393-2288
<b>Rio de Janeiro: Aeroporto Santos Dumont</b>	
<b>Endereço:</b>	Praça Sen. Salgado Filho - Centro Rio de Janeiro - RJ, 20021-340
<b>Telefone:</b>	Tel: (21) 3814-7070
<b>Rio de Janeiro: Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho</b>	
<b>Endereço:</b>	Avenida Ayrton Senna, 2541- Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ
<b>Telefone:</b>	Tel: (21) 2432-7070.

Além destes, há os aeroportos militares: a Base Aérea do Galeão, em espaço contíguo ao aeroporto internacional, a Base Aérea dos Afonsos (conhecida como Campo dos Afonsos) e a Base Aérea de Santa Cruz, importante centro de defesa da Aeronáutica, e maior complexo de combate da Força Aérea Brasileira.

O **Quadro II.5.3-39** a seguir apresenta as informações da movimentação do tráfego aéreo no ano de 2010, para os aeroportos da área de influência do Rio de Janeiro.

**Quadro II.5.3-39 - Tráfego aéreo por aeroportos do Rio de Janeiro em 2010.**

Discriminação	Tráfego aéreo, por aeroportos (2010)			
	Total	Internacional do Rio de Janeiro	Santos Dumont	Jacarepaguá
Movimento de Aeroaves (Pouso e Decolagem)	320.443	122.945	126.515	70.983
Movimento de Passageiros (Embarque e Desembarque)	20.296.069	12.337.944	7.822.848	135.277

Fonte: Infraero, 2010.

Para o primeiro semestre de 2011 a movimentação de aeronaves, passageiros e cargas o **Quadro II.5.3-40** apresenta os dados segundo divulgado no site da Infraero.

**Quadro II.5.3-40 - Tráfego aéreo por aeroportos do Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2011.**

Aeroportos	Aeronaves			Passageiros			Carga (kg)		
	Domést.	Internac.	Total	Domést.	Internac.	Total	Domést.	Internac.	Total
Aeroporto Galeão	49.167	15.981	65.148	5.202.474	1790815	6.993.289	10.106.200	42.580.277	52.686.477
Aeroporto Jacarepaguá	36.680	0	36.680	70.414	0	70414	0	0	0
Aeroporto Santos Dumont	63.174	244	63418	4.076.700	0	4.076.700	2.657.076	0	2657076

Fonte: Infraero, 2011. (Disponível em <http://www.infraero.gov.br/images/stories/Estatistica/2011/junho.pdf>)

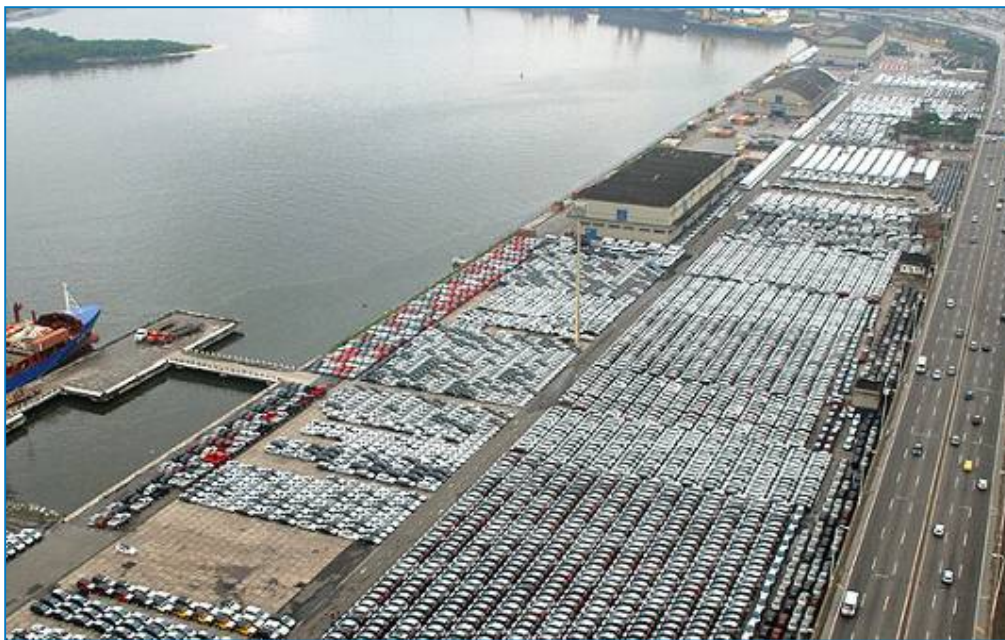
Também existe no Rio de Janeiro um aeroporto reservado à operação de ultraleves, o Clube CEU (Clube Esportivo de Ultraleves), situado ao sul do Autódromo Internacional Nelson Piquet. Trata-se de um dos clubes com melhor infraestrutura dentre as agremiações esportivas de todo o mundo, considerado pelas autoridades aeronáuticas brasileiras um padrão na aviação esportiva.

**Transporte Marítimo**

Na Área de Influência do estudo no estado do Rio de Janeiro estão localizados 4 portos, o Porto do Rio de Janeiro, o Porto de Niterói, o Porto de Itaguaí e o Porto Guaíba em Mangaratiba. Os 3 primeiros portos são administrados pela Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, e o acesso a eles pode ser feito via ferrovia, rodovia e hidrovia. Já o Porto Guaíba opera apenas para transporte de passageiros até as localidades insulares situadas na costa.

### Porto do Rio de Janeiro

O Porto do Rio de Janeiro está localizado na costa oeste da baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro e atende aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e sudoeste de Goiás. Este é um dos portos mais movimentados do país e destacam-se como principais cargas movimentadas: minérios, produtos siderúrgicos, carvão, papel de imprensa, trigo, veículos e contêineres, petróleo e seus derivados (**Figura II.5.3-38**).



**Figura II.5.3-38** - Porto do Rio de Janeiro.

Fonte: Globo.com, 2011.

De acordo com informações obtidas junto à ANTAQ (2011), o Porto do Rio de Janeiro conta com 6.740 metros de cais contínuo e um píer de 883 metros de perímetro, que compõem os seguintes trechos:

- Pier Mauá: consiste em um píer acostável nos dois lados, que contém cinco berços, com profundidades que variam de 7m a 10m. A superfície total do Píer Mauá é igual a 38.512m<sup>2</sup>;
- Cais da Gamboa: com extensão de 3.150m, que compreende 20 berços que possuem profundidades de 7m a 10m. É atendido por uma estrutura de 18 armazéns, sendo um frigorífico para 15.200t, o que totaliza 60.000m<sup>2</sup>. Existe



também uma área de 16.000m<sup>2</sup> de pátios com a finalidade de armazenagem a céu aberto;

- Cais de São Cristóvão: com extensão de 1.525m, possui seis berços de profundidades de 6 a 8,5 metros, dois armazéns com 12100m<sup>2</sup> de área coberta e uma área de 23000m<sup>2</sup> de área descoberta;
- Cais do Caju/Terminal Roll-on-Roll-off: dotado de 1.001m de cais, dispõe de cinco berços com profundidades entre 6m e 12m, sendo que de acordo com o a ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, apenas um berço encontra-se em condições de operar. No local encontram-se dois armazéns com área total de 21.000m<sup>2</sup>, e de 69.200m<sup>2</sup> de pátios descobertos;
- Terminais Arrendados: Terminal de Contêineres 1 – T1, da Libra Terminal Rio S/A.; Terminal de Contêineres 2 – T2, da Multi-Rio Operações Portuárias S/A.; Terminal Roll-on-roll-off – TRR, da Multi-Car Rio Terminal de Veículos S/A.; Terminal de Produtos Siderúrgicos de São Cristóvão – TSC, da Triunfo Operadora Portuária Ltda.; Terminal de Trigo São Cristóvão – TTC, da Moinhos Cruzeiro do Sul Ltda.; Terminal Papeleiro – TPA, da Multiterminais Alfandegados do Brasil Ltda.; Terminal de Açúcar – TAC, da Servport – Serviços Portuários e Marítimos Ltda.; Terminal de Produtos Siderúrgicos da Gamboa – TSG, da Triunfo Operadora Portuária Ltda.; Terminal de Passageiros / Projeto Pier Mauá – PPM, da Pier Mauá S/A.; Terminal de Granéis Líquidos, da União Terminais Armazéns Gerais Ltda.;
- Terminais de uso privativo: Torguá (combustíveis), da Petrobras S.A., nas ilhas D'Água (Autorização 026/02), Transpetro; ilha Redonda (Autorização 028/02), Transpetro; Esso (produtos químicos), da Esso Brasileiro de Petróleo C.A. 052/97 na Ilha do Governador; Shell (combustíveis), da Shell do Brasil S.A., na Ilha do Governador; Manguinhos (combustíveis), da Refinaria de Manguinhos, na baía de Guanabara e Terminal Marítimo Imbetiba (combustíveis), da Petrobras S.A., em Macaé (RJ).

### Porto de Niterói

O Porto de Niterói (**Figura II.5.3-39**), está localizado na costa leste da Baía da Guanabara, no município de Niterói. Este dispõe de um cais para fins comerciais que possui 431m de extensão três berços de atracação com profundidades que variam entre 3 e 6 metros. Possui também dois armazéns com área de 3.300m<sup>2</sup> e capacidade de 12.000t, além de dois pátios descobertos totalizando 3.584m<sup>2</sup>.



**Figura II.5.3-39 - Porto de Niterói.**

Fonte: Globo.com, 2011.

Ainda no município de Niterói existe o Cais da Ilha da Conceição, também conhecido como “Cais da 88”, que serve para o desembarque de pescado.

Na Baía de Guanabara localizada na Região Metropolitana da Área de Influência, o tráfego marítimo é de grande movimentação e está associado à circulação de embarcações de variados portes e tipos e relacionado a diversas atividades, quais sejam: transporte de cargas, transporte de passageiros, pesca artesanal e industrial, defesa nacional, lazer, construção e reparos de navios.

Dentre as instalações na Baía de Guanabara, destaca-se a base da esquadra da Marinha do Brasil, na Ilha do Mocanguê Grande, onde se encontra o Centro Almirante Moraes Rego, com diversos píeres e cais, e uma unidade da Diretoria de Hidrografia e Navegação, na Ponta da Armação.

### Porto de Itaguaí

O porto de Itaguaí (**Figura II.5.3-40**) está localizado na costa norte da baía de Sepetiba, no município de Itaguaí, atendendo aos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e o sudoeste de Goiás.



**Figura II.5.3-40 - Porto de Itaguaí.**

Fonte: guidadosportosbrasil, 2011.

As instalações existentes no porto podem ser públicas, arrendadas ou de uso privativo, conforme apresentado a seguir:

- Cais de Multiuso: possui 810m de comprimento e faixa de 32m de largura. Apresenta de três berços de atracação, que possuem cada um 270m de comprimento e 14,5m de profundidade;
- Pier de Carvão: tem 540m de comprimento, 39,25m de largura e possui quatro berços de atracação com profundidade de 15m, no lado sul, e 12m, na face norte;
- Pier de Minérios: seu berço de atracação é descontínuo, em dolphins, medindo 320m de comprimento;
- Terminal de Alumina: dotado de dois silos verticais, para alumina, que apresentam um total de 3.508m<sup>2</sup>, correspondendo a uma capacidade estática total de 30.630t;

- Pátios de Carvão: são cinco pátios descobertos, que são utilizados para estocagem de carvão metalúrgico e coque. A área total é de 177.000m<sup>2</sup> e a capacidade estática de 750.000t;
- Pátios de Minério: consistem de quatro pátios com capacidade de estocagem igual a 1.500.000t;
- Pátio de Uso Múltiplo: trata-se de uma área pavimentada com 200.000m<sup>2</sup> e armazéns cobertos para consolidação de carga e produtos siderúrgicos;
- Terminais arrendados: Terminal de Carvão - TCV, da Companhia Siderúrgica Nacional S/A.; Terminal de Contêineres - TCS, da Sepetiba Tecon S/A.; Terminal de Minério da CPBS - Companhia Portuária Baía de Sepetiba S/A. - CVRD; Terminal de Alumina - TAL, da Valesul Alumínio S/A.

O porto de Itaguaí possui um terminal de uso privativo no município de Mangaratiba. Este é conhecido como Porto de Guaíba ou Terminal de Guaíba, consiste em um terminal de uso privativo operado pela Vale. Possui um píer com largura de 45 metros e canal de acesso de 12,9 metros, sendo que suas instalações totalizam em 515.296 m<sup>2</sup>. Devido à essas proporções é considerado o terceiro maior terminal para embarque de minério de ferro do Brasil, permitindo, portanto, a exportação de minério para 32 países.

#### Porto de Guaíba

O porto de Guaíba, localizado em Mangaratiba oferece opções de travessia tanto para Ilha Grande quanto para Angra, mas também para quem segue para a Praia das Palmas ou Lopes Mendes. Diariamente partem para a Ilha Grande (Vila do Abraão) a Barca da Companhia - BARCAS S.A., além de pequenos barcos e saveiros.

#### Porto de Angra dos Reis

Em operação desde o ano de 1932, o porto está situado no município de Angra dos Reis, na microrregião da Baía da Ilha Grande, no litoral sul do estado. Sua influência abrange o litoral da Baía da Ilha Grande, o sul dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o norte de São Paulo e o estado de Goiás.

Administrado pelo consórcio Angraporto, suas instalações são constituídas por um cais acostável em forma de píer, com 400m de comprimento e uma bacia de evolução com 320m de largura, dispendo de dois berços de atracação com profundidade de 10m e capacidade para receber navios de até 29.000 TPB. O Porto de Angra dos Reis dispõe, também, de três armazéns para carga geral com 5.475m<sup>2</sup>, uma área de 150.000m<sup>2</sup> de pátio a céu aberto, para depósito de carga geral e produtos siderúrgicos, e um silo vertical, para trigo, com 11.000t de capacidade estática.

A localização de todas as regiões da AI favorece ao comércio internacional de produtos devido à proximidade dos portos, bem como a cabotagem entre os municípios.

No que respeita a investimentos previstos, o Ministério dos Transportes (2009), através do Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT, elaborou um relatório executivo publicado em 2009, onde são apresentados os orçamentos previstos para o sistema de transportes brasileiros. O **Quadro II.5.3-41**, apresenta os dados obtidos para os portos dos municípios da AI do empreendimento no estado do Rio de Janeiro.

**Quadro II.5.3-41 - Investimentos e projetos para os portos da AI do Rio de Janeiro (R\$ 1000)**

Descrição	Tipo de intervenção	PAC e outros	2008/11	2012/15	Pós 2015	Total do Investimento
RJ - Porto de Itaguaí (Sepetiba) /RJ: Berços para Movimentação de Contêineres	Construção			479.900		479.900
RJ - Porto de Itaguaí (Sepetiba) /RJ: Construção do Terminal de Grãos	Construção				100.000	100.000
RJ - Porto de Itaguaí (Sepetiba) /RJ: Construção do Terminal de Produtos Siderúrgicos	Construção		5.000			5.000
RJ - Porto de Itaguaí (Sepetiba) /RJ: Dragagem de aprofundamento e alargamento do Canal de Acesso, incluindo projeto CSA *PAC (R\$ 200.000.000,00) *	Melhorias	PAC	200.000			200.000
RJ - Porto de Itaguaí (Sepetiba) /RJ: Implantação da Zona de Apoio Logístico	Implantação		100.000			100.000
RJ - Porto de Itaguaí (Sepetiba) /RJ: Implantação de Novas Áreas de Fundeio	Implantação				100.000	100.000
RJ - Porto de Itaguaí (Sepetiba) /RJ: Modernização, Adequação de Acessos e Expansão da Plataforma	Adequação e Modernização		800.000			800.000
RJ - Porto de Itaguaí (Sepetiba) /RJ: Terminal de Granéis Líquidos	Construção				100.000	100.000
RJ - Porto de Itaguaí (Sepetiba) /RJ: Terminal Exportador de Placas de Aço	Construção			124.950		124.950
RJ-Porto de Angra dos Reis/RJ: construção do terceiro Berço.	construção				60.000	60.000
RJ-Porto de Angra dos Reis/RJ: Dragagem de aprofundamento do canal de acesso para 13,50m	melhorias				50.000	50.000
RJ-Porto de Angra dos Reis/RJ: Dragagem de aprofundamento dos berços para 12,00 metros	melhorias				115.000	115.000
RJ-Porto de Angra dos Reis/RJ: Melhorias da malha do acesso ferroviário	melhorias				20.000	20.000
RJ-Porto de Angra dos Reis/RJ: Modernização/implantação do 3º berçário e adequação de acessos	Modernização e implantação		30.000			30.000
RJ-Porto de Angra dos Reis/RJ: revitalização de áreas portuárias	melhorias				100.000	100.000
RJ - Porto do Rio de Janeiro/RJ: Aprofundamento das Fundações das Estruturas do Cais para 13,50 metros	Melhorias				100.000	100.000
RJ - Porto do Rio de Janeiro/RJ: Construção do Terminal da Ilha da Pomba	Construção				100.000	100.000
RJ - Porto do Rio de Janeiro/RJ: Contenção de Berços do Cais da Gamboa (decorrente da dragagem do Porto)	Melhorias		60.000			60.000
RJ - Porto do Rio de Janeiro/RJ: Derrocagem do Canal da Gamboa e de São Cristóvão	Melhorias				115.000	115.000
RJ - Porto do Rio de Janeiro/RJ: Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso e dos Cais (12,5 a 15,0 m) *PAC (R\$ 18.000.000,00) *	Melhorias	PAC	18.000			18.000
RJ - Porto do Rio de Janeiro/RJ: Implantação de Novo Acesso Ferroviário (São Bento/RJ – Ambai/RJ)	Construção				18.000	18.000
RJ - Porto do Rio de Janeiro/RJ: Incorporação da Avenida Rio de Janeiro à Zona Portuária	Ampliação				100.000	100.000
RJ - Porto do Rio de Janeiro/RJ: Modernização/Adequação de Acessos e Expansão da Plataforma	Adequação e Modernização		536.900			536.900
RJ - Porto do Rio de Janeiro/RJ: Reforço Estrutural dos Berços	Melhorias				100.000	100.000
RJ - Porto do Rio de Janeiro/RJ: Revitalização de Áreas Portuárias	Melhorias				100.000	100.000

Fonte: Ministério dos Transportes, 2009.

### Transporte Público de Passageiros

O sistema de transportes urbanos no estado do Rio de Janeiro atualmente é insuficiente frente às necessidades de crescimento e desenvolvimento da população, principalmente com relação às condições do Estado para receber a Copa de 2014. Assim como para os municípios paulistas integrantes da AI, para o sistema de transportes do Rio de Janeiro podem ser observados alguns problemas, como deficiência na integração dos sistemas de transportes, a sobreposição de linhas, a concorrência direta e indireta com os transportes de massa legais e clandestinos, a regulamentação e fiscalização deficitárias, o excesso de poder dos operadores, o aumento da demanda de passagem gratuita, os assaltos e a violência, ocasionando a queda da demanda de uso de transporte coletivo pela população. Deste modo torna-se relevante uma reestruturação e ampliação eficiente do sistema de transporte coletivo em todos os municípios.

O Estado do Rio de Janeiro possui 8 empresas responsáveis pelo ônibus coletivo, que são a Rio Ônibus, Transônibus, Setransduc, Setrerj, Sindpass, Setranspas, Setranspetro e Setransol.

Os municípios localizados na AI são atendidos por duas empresas de ônibus coletivo, sobre as quais a Rio Ônibus atende Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba e a Setrerj, Maricá e Niterói.

A Rio Ônibus é um sindicato que congrega 47 empresas que operam o transporte por ônibus sob o regime de permissão. Segundo pesquisa realizada pela Fetranpor – Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro em 2009, o estado de conservação dos veículos podia ser considerado bom. São disponibilizadas linhas que permitem o acesso a todo o município do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba.

O Setrerj - Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro reúne 30 empresas de ônibus. Sabe-se que as linhas disponibilizadas possibilitam que os usuários alcancem os destinos de Niterói e Maricá.

O sistema metroviário é disponibilizado somente no município do Rio de Janeiro quando considerada a AI. A malha metroviária possui 42 quilômetros de

extensão distribuídos em duas linhas e 38 estações, integrando bairros e municípios distantes (através da integração com os trens urbanos), conectando desde o bairro da Pavuna, na zona norte, até Ipanema na zona sul. Assim a rede de metrô do Rio de Janeiro é considerada a segunda mais extensa do Brasil e transporta diariamente 550 mil passageiros.

O metrô possui um sistema de integração com o ônibus coletivo e trem urbano, o que permite ao usuário quando desembarcar no ponto final do transporte utilizado acessem neste mesmo local o outro meio utilizado para chegar ao destino final e ainda com preços reduzidos, através do “bilhete integração”.

Além do metrô, o município do Rio de Janeiro conta com um sistema de trens urbanos. Sob direção da concessionária Supervia e que constitui, juntamente com os ônibus, um amplo conjunto de transporte popular. Esses veículos partem da estação Ferroviária Central do Brasil em direção aos subúrbios, à zona oeste e à Baixada, cruzando bairros como Méier, Penha, Bangu e Madureira, e as cidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Existem três linhas férreas principais, as quais possuem ramificações denominadas linhas auxiliares.

Para Niterói a linha férrea é disponibilizada somente para o transporte intermunicipal entre Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. Maricá, Itaguaí e Mangaratiba, mas não possuem transporte interno de passageiros por linha férrea. Existe em Itaguaí uma estação ferroviária pertencente a linha Central - Linha Itaguaí da Estrada de Ferro Central do Brasil (Rio de Janeiro). Esta estação encontra-se atualmente desativada, a Companhia Siderúrgica do Atlântico prevê estudos para restabelecer esta linha de trem de passageiros.

Outra modalidade de transporte de passageiros é a marítima. As linhas de transporte são operadas pela empresa Barcas S/A e a principal é a que liga o Rio de Janeiro à Niterói, que realiza aproximadamente 280 viagens/dia. Para o transporte são utilizadas barcas de grande porte, com capacidade de até 2000 passageiros e um trajeto que dura cerca de 20 minutos e catamarãs de grande porte, com capacidade de até 1200 passageiros e tempo de entre 12 e 15 minutos. Além disso, há o transporte seletivo (com passagens mais caras), feito por catamarãs de menor porte e lanchas rápidas.



O Terminal Hidroviário do Rio de Janeiro está localizado em frente à Praça XV no município do Rio de Janeiro, para atendimento regular de passageiros, com cinco estações na Baía de Guanabara (Niterói, Praça XV, Cocotá, Paquetá e Charitas). As estações em Niterói localizam-se na Praça Araribóia, no Centro, e no bairro de Charitas. O serviço público de transporte possui características operacionais diversas, no que se refere ao operador, tipo de embarcação, frequência, dentre outros.

Pode-se concluir que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (AI) é a que possui maior facilidade de acesso, tanto com relação às outras regiões quanto em relação ao acesso entre Rio e Niterói, uma vez que o Rio possui as 4 modalidades de transporte, ônibus, metrô, trem e barca enquanto Niterói possui 3 modalidades: ônibus, trem e barca.

Para o município de Maricá e da Região da Costa Verde (Mangaratiba, Itaguaí, Angra dos Reis e Paraty) o acesso pode ser feito pelo sistema de transporte rodoviário. No caso de Mangaratiba para Ilha Grande (município de Angra dos Reis) a travessia é feita por pelo sistema hidroviário (balsas).

### ***Área de Influência do Estado de São Paulo***

#### ***Transporte Rodoviário***

Especificamente para a área em estudo constata-se que o estado de São Paulo também é servido por importantes rodovias federais e estaduais no cenário regional sul-sudeste. Estas interligam os principais polos econômicos macrorregionais e, conseqüentemente, absorvem uma parcela significativa do transporte de cargas e de passageiros do país, operadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, ligado ao Ministério dos Transportes. Além de diversas rodovias estaduais operadas pelos estados através do Departamento de Estrada de Rodagem – DER SP.

Segundo a Secretaria Estadual de Logística e Transportes do Governo de São Paulo, o estado de São Paulo possui cerca de 35 mil quilômetros de malha viária pavimentada, sendo, 22 mil estaduais, 1.050 federais e mais de 12 mil de estradas vicinais pavimentadas. Ainda, segundo a Secretaria Estadual de

Logística e Transportes esta realidade do sistema de transporte rodoviário possibilita que mais de 90% da população do Estado esteja a menos de 5 km de uma rodovia pavimentada. “De toda a carga movimentada no Estado, 93% é transportada por esse modal.”

Tal investimento no sistema rodoviário proporciona à sociedade e à economia do estado garantias de qualidade no que diz respeito ao atendimento às demandas, deslocamento de pessoas entre cidades e logística de seu sistema produtivo com fluxo seguro e preços competitivos.

A Secretaria dos Transportes do estado de São Paulo conta com apoio dos seguintes órgãos: Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A e a Agência Reguladora do Estado de São Paulo – ARTESP.

Os municípios estudados localizam-se na região litorânea de São Paulo, sendo assim observa-se que o acesso destes são comuns conforme **Quadro xxx**.

**Quadro II.5.3-42 - Acessos aos municípios**

Microrregiões	Municípios	Principais rodovias
Caraguatatuba	Caraguatatuba	BR-101 Rio-Santos, SP-099 Tamoios
	Ilhabela	BR-101 Rio-Santos, SP-099 Tamoios, SP-150 Via Anchieta e SP-160 Rodovia dos Imigrantes
	São Sebastião	BR-101 Rio-Santos, SP-099 Tamoios, SP-150 Via Anchieta e SP-160 Rodovia dos Imigrantes
	Ubatuba	SP-055 Dr. Manoel Hypólito Rego e SP-125 Oswaldo Cruz
Itanhaém	Itanhaém	SP-055 Dr. Manoel Hypólito Rego
	Mongaguá	SP-055 Dr. Manoel Hypólito Rego e BR-101
	Peruíbe	SP-150 Via Anchieta, SP-160 Rodovia dos Imigrantes; Rodovia Régis Bittencourt – BR-116
Santos	Santos	SP-150 Via Anchieta e SP-160 Rodovia dos Imigrantes
	São Vicente	SP-160 Rodovia dos Imigrantes
	Guarujá	SP-150 Via Anchieta e BR-101 Rio-Santos
	Praia Grande	SP-160 Rodovia dos Imigrantes
	Cubatão	SP-150 Via Anchieta
	Bertioga	SP-055 Dr. Manoel Hypólito Rego

Fonte: Governo de São Paulo, 2010.

As rodovias de São Paulo apresentam-se em bom estado e possuem boa estrutura pois contam com uma série de empresas concessionárias que mantêm a estrutura e segurança das mesmas. Outro fator importante são as expansões do sistema portuário que impactam positivamente nos sistemas rodoviários e ferroviários

do estado uma vez que se fazem necessários investimentos no sistema de transporte para atender ao crescimento dos fluxos de mercadorias. A seguir serão apresentadas algumas características das rodovias citadas no **Quadro II.5.3-42**.

As rodovias Anchieta, Imigrantes, Cônego Domênico Rangoni e Padre Manoel da Nóbrega (essa última no trecho entre a Via Anchieta e Praia Grande – km 292) compõem o denominado Sistema Anchieta-Imigrantes, complementado por interligações entre as rodovias Anchieta e Imigrantes no Planalto (SP 040/150) e na Baixada Santista (SP 059/150).

A Via Anchieta interliga São Paulo a Santos, tendo extensão total de 56 km, sendo pedagiada no sentido Capital-Baixada Santista. Conta com duas pistas, cada uma com duas faixas de rolamento, pavimentadas, passando pela Serra do Mar.

A Rodovia dos Imigrantes interliga São Paulo a Praia Grande, tendo extensão total de 59 km, sendo também pedagiada no sentido Capital-Baixada Santista. Conta com duas pistas, cada uma com quatro faixas de rolamento na baixada e três na serra, pavimentadas.

A rodovia SP-055 pertencente ao Sistema Anchieta-Imigrantes interliga Praia Grande ao Guarujá, tendo extensão de 52 km. Há cobrança de pedágio em São Vicente, no sentido Praia Grande-Guarujá, e em Santos, no sentido oposto. A via tem duas pistas, cada uma com duas ou mais faixas de rolamento, pavimentadas, e inclui o trecho de interligação entre a Via Anchieta e a Rodovia dos Imigrantes na Baixada Santista (SP 059 – Interligação Baixada, com extensão de 1,8 km).

A rodovia dos Tamóios interliga o Vale do Paraíba (São José dos Campos) com o litoral norte do estado (Caraguatatuba). A rodovia possui pista simples com uma faixa de rolamento por sentido, contando com terceira faixa ao longo de aclives mais acentuados, inclusive na travessia da Serra do Mar. No Vale do Paraíba se interliga com as rodovias Carvalho Pinto (SP-066) e Dutra (BR-116). No litoral, a norte se interliga diretamente com o sistema viário urbano de Caraguatatuba, inclusive o trecho urbano da rodovia Manoel Hyppolito do Rego (SP-055).

A rodovia Manoel Hyppolito do Rego/Rio-Santos interliga a Baixada Santista (Guarujá) com o extremo norte do litoral paulista (Ubatuba). A rodovia é de pista simples com uma faixa de rolamento por sentido, contando com terceira faixa ao longo de alguns aclives mais acentuados. Interliga-se com a rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055) no Guarujá, com a Mogi-Bertioga (SP-098) em Bertioga, Tamóios (SP-099) em Caraguatatuba, Oswaldo Cruz (SP-125) em Ubatuba e a continuação da rodovia no Estado do Rio de Janeiro, na divisa entre Ubatuba (SP) e Parati (RJ).

A rodovia Regis Bittencourt interliga a RMSP a Cajati, no Estado de São Paulo, tendo continuidade até o Estado do Rio Grande do Sul. Possui pista dupla com duas faixas de rolamento por sentido ao longo da maior parte de sua extensão, contando ainda com pista simples em extensão de 47 km no denominado trecho da Serra do Cafezal (entre Juquitiba e Miracatu). Interliga-se ao Tramo Oeste e ao Tramo Sul do Rodoanel na RMSP e a rodovias estaduais e municipais secundárias ao longo de sua extensão no estado.

A Rodovia Rio-Santos BR101 interliga os litorais de São Paulo com o litoral do Rio de Janeiro e compreende uma extensão aproximada de 505 km. Sua administração é realizada em trechos distintos por dois órgãos, DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes), vinculado ao Ministério dos Transportes e DER-SP (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo).

Já o município de Ilhabela é atendido pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP, através da regional DR-06 de Taubaté e residência RC06.4 de Caraguatatuba (**Figura II.5.3-41**).

Ilhabela está a 210 km da capital do estado de São Paulo e possui como principais vias de acesso as rodovias Dutra, Ayrton Sena e Carvalho Pinto, no sentido São Paulo - Rio de Janeiro. Pela via Dutra, a 92km de São Paulo, no município de São José dos Campos, fica o acesso a todas as cidades do litoral norte pela rodovia dos Tamóios (SP-99). Também pode ser alcançada na extensão da rodovia Imigrantes, seguindo pela BR 101 Rio-Santos, no sentido de São

Sebastião. Outro caminho pode ser feito pela via Mogi-Bertioga, seguindo também pela Rio-Santos. Todas estas vias convergem para o município de São Sebastião de onde a travessia de balsa é feita regularmente a cada 30 minutos para Ilhabela.



**Figura II.5.3-41 - Estradas de Rodagem da Área de Influência (Ilhabela).**

Fonte: <http://www.der.sp.gov.br/>

De acordo com o Ministério dos Transportes (2010), estão previstas obras na SP 055 Peruíbe a Pedro Barros/SP (pós 2015) para adequação da capacidade com orçamento do RA 021 de R\$80.478,00.

### Transporte Aeroportuário

Esta última década marcou inúmeras mudanças no setor aéreo brasileiro. Em razão de conjunturas internas e externas o transporte aéreo no Brasil passou por grandes perdas e inversões de papéis entre as empresas do setor. Nos últimos anos, a TAM se firmou no mercado (sendo hoje a principal empresa do mercado

doméstico), inicialmente na ponte aérea Rio-São Paulo utilizando aeronaves a jato (Fokker 100) nessa rota, antes servida apenas pelos Lockheed Electra. Somado a isso surgiu a GOL (empresa Low Fare), com aeronaves mais modernas, alcançando atualmente o posto de segunda empresa do país. Outras empresas que surgiram seguindo um conceito similar tais como a Avianca e a Azul, além de outras de menor porte.

Quanto ao estado de São Paulo, o setor aeroportuário é administrado pelo Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (DAESP). Segundo a Secretaria Estadual de Logística e Transportes do Governo de São Paulo o setor aeroportuário é formado por 31 aeródromos localizados no Interior do Estado e principais pólos de desenvolvimento.

O transporte aeroviário destaca-se pela agilidade às viagens de turismo e negócios, fator que fortalece a relação entre os setores produtivos e de consumo. A secretaria de transporte do estado analisa que, para que essa conexão continue promovendo o desenvolvimento econômico regional, as ações desencadeadas visam diminuir o custo logístico de insumos e, conseqüentemente, tornar o escoamento de produtos industrializados de alta tecnologia ainda mais eficiente.

Este desenvolvimento é possível através de investimentos em infraestrutura que possibilitem duplicar a participação do modal aeroviário no transporte de cargas. Sendo assim, o DAESP investe na ampliação, modernização das instalações, na reforma de pistas e de terminais de passageiros de seus aeroportos, iniciativas que propiciam a integração do sistema de transportes e estimulam a exportação de pólos produtivos do Interior do Estado.

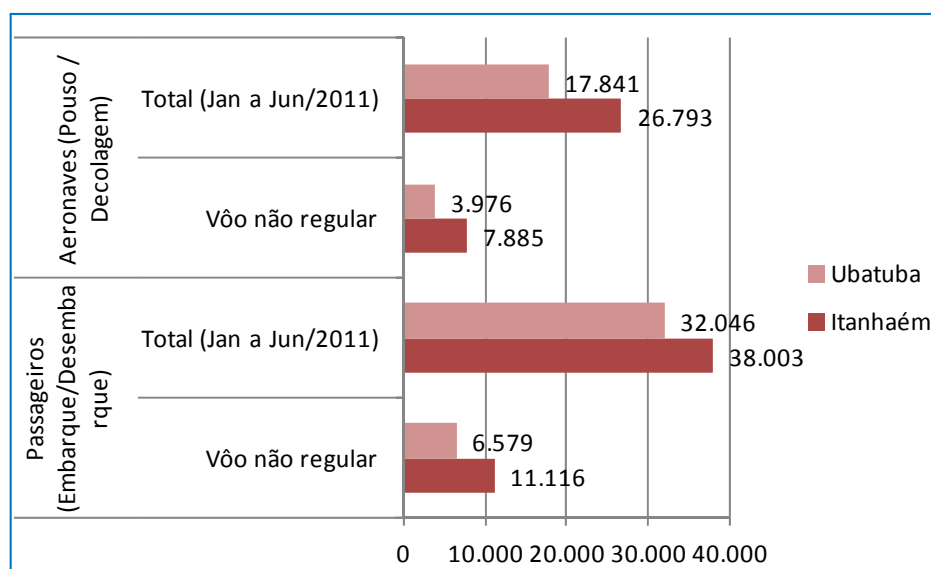
O mercado regional do estado de São Paulo é servido pela Pantanal Linhas Aéreas e pela Passaredo. No caso das microrregiões em estudo observa-se a existência de apenas dois aeroportos localizados nos municípios de Ubatuba e Itanhaém administrados pelo DAESP.

Sob administração da DAESP - Aeroportos de São Paulo, o aeroporto Dr. Antonio Ribeiro Nogueira Júnior está instalado em uma área patrimonial de 644.000m<sup>2</sup>, sendo 500m<sup>2</sup> do terminal de passageiros e 25,8 m<sup>2</sup> de uma sala para uso exclusivo da Petrobras.

Os aeroportos de Itanhaém e Ubatuba estão localizados nos endereços:

<b>ITANHAÉM: Aeroporto Dr. Antonio Ribeiro Nogueira Júnior</b>	
<b>Endereço:</b>	Rua José Batista Campos nº 1563, Jardim Oásis, Itanhaém, SP, CEP 11.740-000.
<b>Telefone:</b>	(13) 3422-2852 / Fax: (13) 3422-2852
<b>E-mail:</b>	itanhaem@daesp.sp.gov.br
<b>UBATUBA: Aeroporto Estadual Gastão Madeira</b>	
<b>Endereço:</b>	Endereço: Av. Guarani, 194 - CEP 11680-000
<b>Telefone:</b>	Fone: (12) 3832-1992

Os dados da DAESP (disponível em: <http://www.daespp.sp.gov.br>) indicam que em no primeiro semestre de 2011 os aeroportos não operaram com voos regulares mas apresentaram pousos e decolagens além de número de passageiros cada vez mais crescente.



**Figura II.5.3-42 - Tráfego Aéreo nos aeroportos de Itanhaém e Ubatuba/SP – Jan/Jun de 2011.**

Fonte: DAESP, 2011 (disponível em: <http://www.daespp.sp.gov.br>)

No entanto as opções de serviços de aviação comercial (regulares) são oferecidas entre a RMSP – Região Metropolitana de São Paulo (aeroportos de Congonhas e Guarulhos), Região Metropolitana de Campinas (aeroporto de Viracopos) e outras localidades no estado.

### Transporte Marítimo

O transporte aquaviário constitui-se em um dos principais fatores para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, na medida em que possui vias potencialmente navegáveis e 7500km de costa atlântica.

Por possibilitar o transporte de grandes volumes e percorrer grandes distâncias, o sistema aquaviário apresenta custos inferiores aos demais modais de transporte, possibilitando ainda a exportação e importação de mercadorias.

No Brasil, o sistema aquaviário responde por aproximadamente 13,8% da matriz de cargas transportadas, incluindo o transporte fluvial, de cabotagem e de longo curso.

O estado de São Paulo conta com dois portos marítimos, sendo eles São Sebastião e Santos localizados em duas das microrregiões em estudo: Caraguatatuba e Santos.

Estes servem de suporte para embarque e desembarque de cargas além do suporte às explorações de petróleo nas camadas do pré-sal. Destaca-se que os portos de Santos e de São Sebastião planejam expansões de grande ordem. Estas são explicitadas em seus Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (publicados respectivamente em 2006 e 2009) e no estudo de expansão do Porto de Santos, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Arkadis Tetraplan, 2010).

Na sequência estão sendo caracterizados os portos inseridos na área de influência tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro.

### Porto de São Sebastião

O porto de São Sebastião localiza-se no município homônimo a cerca de 200 km da capital do estado. O porto possui destaque por possuir a terceira melhor região portuária do mundo, ser considerado o principal porto de entrada de petróleo no País (tanto de origem doméstica, via navegação de cabotagem, quanto de origem externa, via navegação de longo curso), além de possuir em sua configuração natural condições de calado e de abrigo confortáveis e seguras para manobras de fundeio e atrativos naturais.



Segundo a Secretaria de Transportes do Estado, para promover a modernização da capacidade operacional do Porto, com o aumento do comércio exterior e de movimentação de cargas do sistema portuário paulista, o Governo do Estado criou, em agosto de 2007, por meio do decreto nº 52.102, a Companhia Docas de São Sebastião, vinculada à Secretaria Estadual dos Transportes.

De acordo com a Secretaria de Transportes de São Paulo (2011) existem diversos projetos e grandes investimentos no que se refere a obras de infraestrutura viária possibilitando a criação de um novo corredor de exportação que integra também o Litoral Norte.

O objetivo dos investimentos é a busca por uma logística de comércio exterior mais consistente, aumentando a competitividade do Estado em função do baixo custo das tarifas do Porto e também da proximidade com o parque industrial das regiões de Campinas e do Vale do Paraíba.

O resultado dos altos investimentos impactará no aumento da capacidade portuária do Estado, competitividade entre os terminais existentes e beneficiando os usuários e a economia estadual.

Vale destacar ainda que a abrangência econômica do Porto não se limita ao Estado de São Paulo, estende-se ao Estado de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro, sul do Estado e Região industrial de Betim; ao litoral brasileiro, na Bacia de Santos, grande fornecedora de gás e petróleo, e Campo de Mexilhões, com jazidas de gás. No exterior, a influência abrange os países do Mercosul, importadores de veículos nacionais, como a Argentina; e países da África, importadores de produtos oriundos do agronegócio, como Angola.

De acordo com estudos elaborados pela Arkadis Tetraplan (2011), a configuração do “Porto de São Sebastião contempla larga expansão da área atualmente ocupada por via da construção de terminal dedicado para granéis sólidos e líquidos; terminal de contêineres e veículos com seis berços; área para serviços logísticos e cais de múltiplo uso.”

## Porto Santos

O Porto de Santos está localizado na Av. Conselheiro Rodrigues Alves, s/n – Macuco em Santos (SP) no centro do litoral do estado de São Paulo, estendendo-se ao longo de um estuário limitado pelas ilhas de São Vicente e de Santo Amaro, distando 2km do oceano Atlântico. Possui uma área de influência que abrange o estado de São Paulo, parte de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Paraná.

Economicamente destaca-se por ser responsável por movimentações de exportação e importação expressivas de cargas de todos os tipos. Nos demais grandes portos do País estas movimentações são mais específicas com determinados tipos de carga e com predominância de um dos sentidos (importação e exportação).

O porto é gerenciado pela CODESP – Companhia Docas do Estado de São Paulo, vinculada ao governo federal. Em 2009 movimentou cerca de 83,2 milhões de toneladas das quais 29,6 milhões de carga geral (35,6% do total), 38,3 milhões de granéis sólidos (46,0%) e 15,3 milhões de granéis líquidos (18,4%) – as exportações foram de 59,3 milhões de toneladas (71,3%) e as importações, 23,9 milhões de toneladas (28,7%).

O porto dispõe de cais acostável com 11.042m de extensão e profundidades variando entre 6,6m e 13,5m; 521m de cais para fins especiais, com profundidade mínima de 5m, e 1.883m para uso privativo, com profundidades de 5m a 11m. Possui 500.000m<sup>2</sup> de armazéns cobertos, 980.000 m<sup>2</sup> de pátios 585.000 m<sup>3</sup> de tanques, 55km de dutos e 200km de linhas férreas internas. O porto dispõe de armazéns especiais para granéis sólidos, açúcar, soja, farelos, trigo, fertilizantes e sal, frigorífico com 7.070m<sup>2</sup>, e capacidade estática de 4.000t., além de tanques para produtos químicos e combustíveis.

A **Figura II.5.3-43** a seguir mostra uma vista panorâmica do Porto de Santos.



**Figura II.5.3-43 - Porto de Santos.**

Fonte: Antaq, 2011.

O porto de Santos possui energia elétrica suprida pela usina situada em Itatinga e água fornecida pela SABESP, facilitando operações noturnas e continuadas. O porto é provido de malha ferroviária para trânsito de vagões próprios e de ferrovias que o servem, e conta com locais para armazenagem de carga geral, inclusive contêineres, sólidos e líquidos a granel, sendo todo o complexo administrado pela CODESP e policiado pela guarda portuária (Agência Nacional de Transportes Quaviários - ANTAQ, 2011).

Segundo dados obtidos no site oficial do Porto de Santos, este atende mais de 25% do valor FOB (“free on board”) do comércio exterior do país, tanto de exportação, quanto de importação. Para evidenciar sua importância, observa-se que o segundo maior porto em movimentação de valor FOB, Vitória (ES), atende a menos de 8%.

Quanto à capacidade atual do porto, em setembro de 2011 de acordo com relatório gerado pela CODESP (2011) 8.916.812 toneladas foram movimentadas estabelecendo novo recorde para o mês, 0,1% acima da melhor marca anterior, verificada no mês correspondente de 2010 (8.910.299 t). A navegação de longo curso respondeu por 8.073.944 t da carga transportada, crescimento de 0,9%, enquanto a

cabotagem caiu 6,8%, de 904.684 t em 2010 para 842.868 t em 2011. As importações totalizaram 3.061.503 t e as exportações chegaram a 5.855.309 t. De acordo com a CODESP “Contabilizado o realizado até setembro último e a expectativa até dezembro, a previsão é que o porto movimente 97.734.620 t em 2011”.

Em razão destes resultados e das perspectivas de crescimento do país para os próximos anos, a expansão da capacidade do porto deverá ocorrer pela implantação de novos terminais tais como Embraport, BTP, Brites e outros, bem como pelo projeto Barnabé-Bagres atualmente em estudos, além dos projetos identificados no Objeto AAE, que compreendem além de projetos, às oportunidades de investimentos. A expansão do porto depende, também, de intervenções previstas de ampliação e aprofundamento do canal de acesso e bacia de evolução, também previstos no Objeto AAE.

Segundo informações da Arkadis Tetraplan (2011) a expansão do Porto de Santos, compõe-se de diversos projetos de novos terminais; ampliação de terminais já existentes e, das obras de dragagem e derrocagem para aprofundamento e alargamento do canal de navegação. Destes, os terminais Brasil Intermodal Terminal Santos (BRITES), Brasil Terminal Portuário (BTP) e Empresa Brasileira de Terminais Portuários (Embraport), todos de uso múltiplo, já se encontram ou em estágio avançado de licenciamento ou em fase de obras.

Em novembro de 2011 a CODESP abriu duas licitações para as obras do Porto: elaboração do projeto executivo das obras da passagem subterrânea da região do Valongo, o chamado Mergulhão, e a execução de obras para melhoria do viário na região do Saboó. Todas obras financiadas com recursos do PAC – Plano de Aceleração de Crescimento.

Além dos portos citados o litoral paulista possui o sistema de travessia, sendo sete ligações marítimas: Santos/Guarujá e Guarujá/Bertioga, no Litoral Centro, São Sebastião/Ilhabela, no Litoral Norte, Iguape/Juréia, Cananéia/Ilha Comprida, Cananéia/Continentes e Cananéia/Ariri, todas no Litoral Sul. Em 2007 o sistema transportou 10.424.120 veículos sendo que, a travessia Santos-Guarujá é responsável por mais de 80% desse volume. No mesmo período, mais de 7

milhões de pessoas utilizaram as travessias. O dados podem ser observados no **Quadro II.5.3-43** a seguir.

**Quadro II.5.3-43 - Travessias Litorâneas de São Paulo**

Travessias Litorâneas - 2010						
Local	Veículos	Bicicletas	Pedestres	Médias Diárias		
				Veíc.	Bicicl.	Pedestres
São Sebastião /Ilha Bela	1.199.667	265.863	1.638.558	3.287	728	4.489
Santos / Guarujá	8.624.811	543.193	-	23.630	1.488	-
Santos / Guarujá – Mista	594.258	3.055.488	98.490	1.628	8.371	270
Santos / Vic. de Carvalho	-	829.076	4.074.774	-	2.271	11.164
Guarujá / Bertioga	334.779	71.887	887.200	917	197	2.431
Iguape / Juréia	129.457	6.607	273.663	355	18	750
Cananéia /Continente	54.918	74.965	92.723	150	205	254
Cananéia /Ilha Comprida	98.477	38.174	341.932	270	105	937
Cananéia / Ariri	-	-	15.577	-	-	43
<b>Total Anual 2010:</b>	<b>11.036.367</b>	<b>4.885.253</b>	<b>7.422.917</b>	<b>30.237</b>	<b>13.384</b>	<b>20.337</b>

Fonte: Secretaria Estadual de Logística e Transportes do Governo de São Paulo, 2010.

Também para os municípios da AI de São Paulo o Ministério dos Transportes (2009) através do Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT publicou os investimentos previstos e que estão apresentados no **Quadro II.5.3-44**.

**Quadro II.5.3-44 - Investimentos e projetos para os portos da AI de São Paulo (R\$ 1.000)**

Descrição	Tipo de intervenção	PAC e outros	2008/11	2012/15	Pós 2015	Total do Investimento
SP - Porto de Santos/SP: Terminal Portuário da EMBRAPORT	Construção		170.000			170.000
SP - Porto de Santos/SP: Túnel entre as Margens Direita e Esquerda, 1,5 Km, R\$ 300.000.000,00, sendo 20% no PNLT 2008/2011 e 80% no PNLT 2012/2015	Construção		60.000	240.000		300.000
SP - Porto de São Sebastião/SP - Ampliação das Instalações	Ampliação				100.000	100.000
SP - Porto de Santos/SP: Adequação Rodovia de Acesso	Adequação de Capacidade				480.000	480.000
SP - Porto de Santos/SP: Construção de Avenida Perimetral Direita (Santos), 9 Km *PAC (R\$ 55.500.000,00)*	Construção	PAC	55.500			55.500
SP - Porto de Santos/SP: Construção de Avenida Perimetral Esquerda (Guarujá), 5 Km *PAC (R\$ 30.000.000,00)*	Construção	PAC	30.000			30.000
SP - Porto de Santos/SP: Construção de Berço para Movimentação de Contêineres	Construção				60.000	60.000
SP - Porto de Santos/SP: Construção de Novo Porto na Margem Esquerda	Construção				2.718.630	2.718.630
SP - Porto de Santos/SP: Dragagem de Aprofundamento e Derrocagem no Canal de Acesso *PAC (R\$ 46.800.000,00)*	Construção	PAC	46.800			46.800
SP - Porto de Santos/SP: Reforço Estrutural de Berços	Melhorias				50.000	50.000
SP - Porto de Santos/SP: Terminal de Granéis Líquidos	Construção				62.740	62.740

Fonte: Ministério dos Transportes, 2009.

### Transporte Público de Passageiros

Contando com um sistema de ônibus insuficiente às suas dimensões de metrópole ou território, e que sofrendo com carência de integração, sobreposição de linhas, concorrência direta e indireta com os transportes de massa, regulamentação e fiscalização ainda deficitárias e excesso de poder dos operadores, as cidades necessitam, atualmente, de uma eficiente reestruturação e ampliação em seu sistema de transporte coletivo.

O transporte público na área de influência dos municípios de São Paulo é bastante diversificado em função do município e da área de atendimento.

No município do Guarujá a Translitoral implantou desde 2006 o Sistema Integrado de Transporte que agilizou o acesso do usuário ao transporte coletivo no município, diminuindo custos. Esta mesma empresa atende ao município de São Vicente.

No que se refere aos municípios de São Vicente, de acordo com a página online da Secretaria Municipal de São Vicente, o transporte alternativo foi legalizado em maio de 1997 e, atualmente, atende cerca de 3 milhões de usuários por mês. Para auxílio na fiscalização e administração do transporte público, o município conta com diversas associações.

Em Santos, a Prefeitura Municipal implantou dentro do sistema de transporte urbano, desde 1997, a modalidade de seletivo, atendendo com maior conforto e agilidade a população, contribuindo para a diminuição da frota de veículos de passeio nas ruas, a fluidez do trânsito e aumento da disponibilidade de vagas de estacionamento. A operação dos seletivos é realizada pela empresa Guaiúba Transportes Ltda., a partir de uma frota composta por 44 microônibus que atende seis linhas municipais. Estes microônibus são equipados com ar-condicionado, som ambiente e poltronas reclináveis para 25 pessoas. Estes realizam paradas para o embarque e o desembarque dos passageiros, independente dos pontos de ônibus. O município ainda é atendido por 36 linhas municipais de transporte fora do sistema seletivo.

O município possui um sistema de trânsito gerenciado pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET. Há um terminal de Integração de Passageiros -

“Rubens Paiva”, situado à Rua Visconde do Embaré, s/nº (Valongo). Há também uma Rodoviária que desde 1993 passou para a gerenciada pela Secretaria Municipal de Transportes. Desde 1995, a CET-Santos administra o equipamento. São efetuadas aproximadamente 300 partidas por dia e embarcam a média de 4.500 passageiros por dia. Há rampa para portadores de necessidades especiais em cadeiras de rodas, 15 plataformas cobertas e 7 para desembarque.

Santos ainda conta com a barca da Ilha Diana, integrada ao sistema público de transportes. E de acordo com informações da CET (2011), a embarcação atende a cerca de 50 famílias que vivem na Ilha Diana (área continental de Santos) e tem capacidade para 45 pessoas, além da tripulação. A estação de embarque situa-se junto à Praça da República (Centro). A passagem custa R\$0,50 (preço único para o percurso de ida e volta) e a viagem leva 30 minutos, com parada na Base Aérea.

Para o transporte turístico também merece destaque a operação dos bondes no Centro Histórico de Santos, onde o ponto de partida é na Praça Mauá (Estação ‘Buck Jones’ - Centro). A Linha Turística de Bondes é composta por veículos cedidos que passam por reformas na CET. Esta passa por 40 pontos de interesse histórico da região central da cidade com passagem a R\$ 5,00.

Quanto ao transporte intermunicipal de Santos este é diversificado em função da empresa de atendimento. Os custos das passagens em 2011 variam de R\$2,70 a R\$7,50 em função da localidade e do tipo do transporte (seletivo ou comum).

Em Bertioga o transporte coletivo é realizado pela Viação Bertioga que atende aos municípios através de 8 linhas. A tarifa do transporte coletivo urbano no âmbito do Município de Bertioga foi reajustada para R\$ 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos) conforme publicado no Boletim Oficial do Município de Bertioga, número 457, de 21 de maio de 2011. O município também possui linhas regulares de transporte intermunicipal, também de concessão da Viação Bertioga que o interliga à Riviera de São Lourenço, Cubatão e Guarujá.

O município de Ilhabela conta com um eficiente serviço de transporte público, ônibus que partem para o sul e norte da Ilha do ponto localizado junto ao terminal da balsa. A travessia, pode ser feita também pela lancha da Dersa. O transporte

rodoviário é realizado pela viação Litorânea. A população vem se mobilizando no sentido da criação de uma taxa ambiental para entrada e circulação de veículos e motos na cidade, gerando recursos que subsidiem o transporte público barateando as tarifas podendo chegar ao transporte público gratuito como forma de desestimular o uso de veículos particulares.

O transporte público no município de Ubatuba é operado pela Expresso Verde Bus com uma frota adaptada às novas exigências de acessibilidade. No entanto, de acordo com a população, o transporte público encontra-se com problemas no planejamento dos horários nas rotas e interligação entre linhas. A população tem solicitado investimentos na criação de ciclovias, novas rotas, transporte integrado, aumento da frota de ônibus e van modificados com biocombustível e estacionamentos de bicicletas.

A Prefeitura Municipal instituiu um sistema de cobrança de circulação de veículos de turismo de médio e grande porte (vans e ônibus) no centro urbano, de modo a diminuir o afluxo de turistas, bem como de ordená-los.

Em Caraguatatuba a Praiamar é a empresa que detém a concessão para administrar o transporte coletivo na cidade por 15 anos. Com o crescimento acelerado que o município vem passando nesta última década, também neste município o setor de transporte público vem carecendo de investimentos.

Atualmente o Município de Itanhaém dispõe de 27 ônibus, sendo 12 adaptados; e 15 micro-ônibus. A empresa responsável pelo atendimento é a Litoral Sul também que também tem investido na reforma de todos os abrigos nos pontos de ônibus. Os veículos são adequados de acordo com a Lei de Acessibilidade, com adaptador para deficiente físico com elevador e espaço reservado para obesos e pessoas com deficiência visual acompanhadas de cão-guia. No entanto, o crescimento populacional de Itanhaém nos últimos anos e o desenvolvimento dos setores secundário e terciário gerando mais empregos e oportunidades vem mostrando a necessidade de novos investimentos no setor público de transportes urbanos quanto a abertura de novas rotas, aumento da frota, reabilitação de pontos de ônibus, implantação de um Sistema Integrado de Transportes com um terminal.



Em São Sebastião a Eco bus é a responsável pelo atendimento de transporte coletivo à população. A empresa atende toda a costa de São Sebastião, desde a divisa com Caraguatatuba (Costa Norte), até a divisa com Bertioga (Costa Sul), passando pelo centro da cidade, praias e próximo ao ponto da balsa que permite o acesso a Ilha Bela. Conta com 150 ônibus, dentre eles 8 ônibus adaptados para o transporte de pessoas com deficiência e 3 em implantação de elevadores e 240 funcionários.

Em Mongaguá o transporte coletivo é operado pela Viação Beira Mar. A frota é composta por 23 ônibus para atender a todo o município.

Em Cubatão o sistema de trânsito é gerenciado pela Companhia Municipal de Trânsito - CMT, sendo a empresa Bom Jesus a detentora da concessão. A Companhia é responsável pela administração, planejamento e fiscalização do sistema viário e de transporte em Cubatão. O sistema local passou por reformas em 2009 quando a nova frota de transporte público começou a circular, composta inicialmente por 40 ônibus convencionais e três microônibus, sendo nove veículos com adaptação (elevador) para cadeirantes (CMT, 2011).

### **Comunicação**

O setor de telecomunicação é o “setor da economia que engloba os Serviços de Telecomunicações, serviços de valor agregado e produtos utilizados para a prestação destes serviços.” No Brasil insere-se no chamado TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação. Segundo o IBGE, na Pesquisa Anual de Serviços (PAS), os Serviços de Informação podem ser classificados como:

#### **Quadro II.5.3-45 - Classificação de Serviços de Informação**

<b>Serviços</b>	<b>Tipologia</b>
<b>Telecomunicações</b>	Telefonia Fixa, Telefonia Celular, SME ( <i>Trunking</i> ), Telecomunicações por Satélites, provedores de Acesso à Internet, transmissão e recepção de sinais de TV e Rádio, serviços de instalação e outros.
<b>Informática</b>	<i>softwares</i> , processamento de dados, consultoria, venda de equipamentos e softwares, <i>outsourcing</i> , suporte e manutenção de <i>softwares</i> e outros.
<b>Audiovisuais</b>	publicidade e <i>merchandising</i> na TV Aberta e no Rádio, programação de TV por Assinatura, exibição de filmes e serviços auxiliares da produção de programas de Televisão.
<b>Outros serviços</b>	edição, edição integrada à impressão, agências de notícias e serviços de jornalismo.

Fonte: Telebrasil. Disponível em <<http://www.telebrasil.org.br/>>

Neste sentido, são considerados Serviços de Telecomunicações: transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza. Estas podem ser transmitidas por fio, rádio, eletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético. Para tanto, a prestação dos Serviços somente pode ocorrer por quem detém a concessão, permissão ou autorização para a prestação deste, visto que o setor é regulado pela ANATEL – Agência Brasileira de Telecomunicações, através de leis específicas.

### Telefonia, Informática e Audiovisuais

O Serviço de Telefonia Fixa é prestado no Brasil por empresas que possuem a concessão ou autorização de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Este serviço de transmissão de voz e de outros sinais destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.

Existem no Brasil seis concessionárias de STFC, sendo cinco de telefonia local e LDN (Longa Distância Nacional) na sua área de concessão (Telemar, Brasil Telecom, Telefônica, CTBC e Sercomtel) e a Embratel, concessionária de LDN e LDI (Longa Distância Internacional) em todo o território nacional. A Oi (Telemar) adquiriu a Brasil Telecom em 2008.

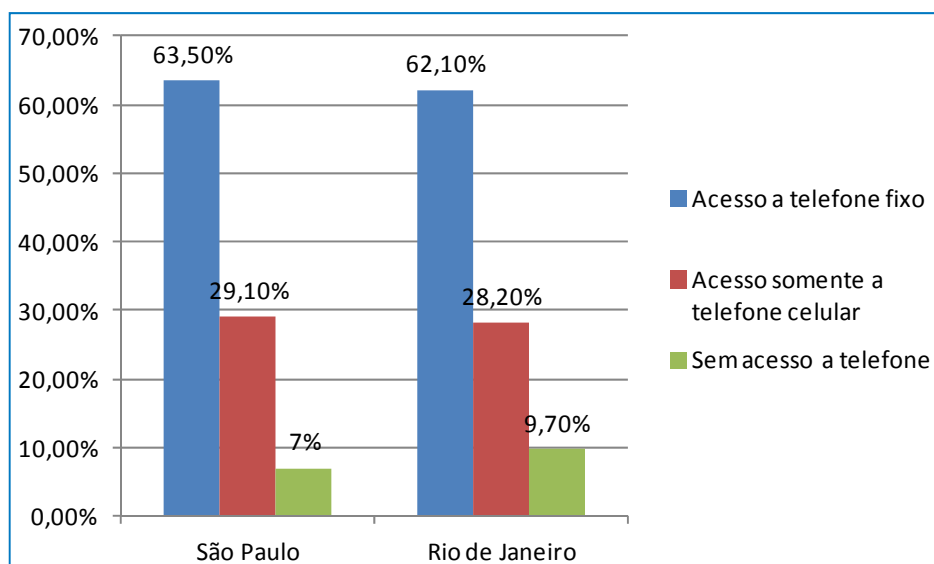
Já o serviço de comunicação móvel (telefonia celular) é prestado no Brasil por detentores de autorização de Serviço Móvel Pessoal (SMP). O SMP substituiu o Serviço Móvel Celular (SMC). A Anatel regulamentou em 2010 a existência de prestadoras virtuais. Existem ainda outros Serviços, tais como: Serviço Móvel Especializado (SME); Serviço Móvel Especial de Radiochamada (SER); Serviço Móvel Global por Satélites (SMGS); Serviço Móvel Aeronáutico (SMA); e o Serviço Móvel Marítimo (SMM). Existem quatro empresas prestando serviço em cada região do país. Estas prestadoras estão hoje consolidadas nos seguintes grupos: Vivo, Claro, Tim, Oi, CTBC e Sercomtel.

Sendo assim, pode-se dizer que a infraestrutura brasileira de telecomunicações possui grandes empresas telefônicas em condições de competição ampla atuando no mercado, oferecendo serviços de qualidade com preços competitivos para as empresas instaladas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Os municípios integrantes da área de estudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro são atendidos pelas seguintes empresas: Telefônica (Telefônica de Espanha), Embratel (AT&T), Intelig (National Grid, France Telecom e Sprint), Claro (América Movil), TIM (Telecom Itália), Vivo (Portugal Telecom e Telefônica Móviles), Globalstar (Loral Space and Communications e EADS) CTBC, NeTfone, Oi (Telemar), Embratel e a Intelig Telecom.

Essas empresas proveem a infraestrutura de transmissão de dados e voz por fibra óptica e satélites nos dois estados, oferecendo os serviços de telefonia fixa, telefonia celular, telefonia móvel por satélite, além de efetuar a conexão desta região com o Brasil e o mundo.

No que confere aos Domicílios Particulares Urbanos com acesso aos serviços de telefonia, segundo dados do IBGE (PNAD, 2009), destaca-se o estado de São Paulo com relação ao acesso a telefone fixo em domicílios permanentes, seguido do Estado do Rio de Janeiro. Nos dois estados pode-se observar que mais da metade da população possui acesso a este serviço, conforme **Figura II.5.3-44**.



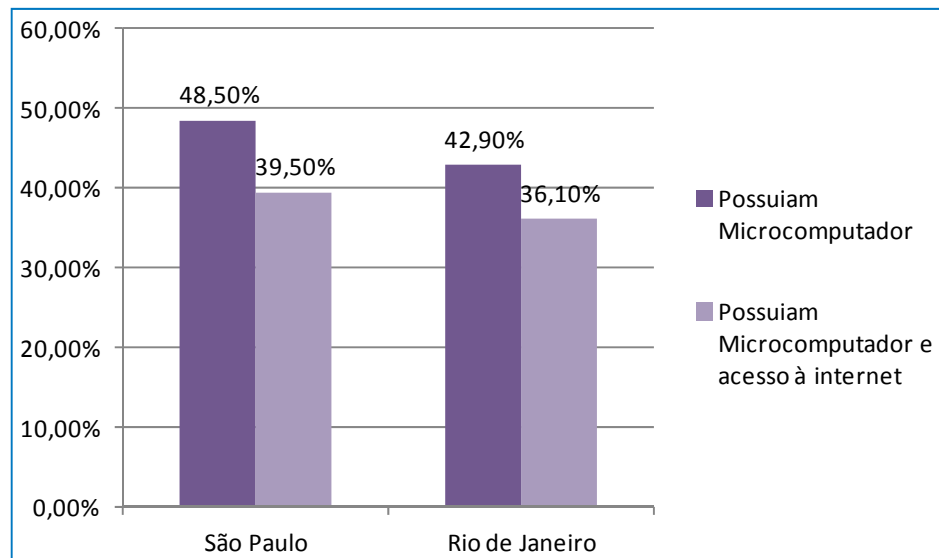
**Figura II.5.3-44** - Domicílios Particulares Urbanos com situação de acesso ao serviço de telefonia nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo - 2009.

Fonte: IBGE, PNAD 2009.

O Estado do **Rio de Janeiro**, ainda possui um número significativo de domicílios sem acesso ao telefone seja fixo ou celular, que alcança 9,7% da população. Neste estado estão localizadas as sedes de três das principais empresas de telecomunicações do Brasil, a Oi, a Embratel e a Intelig Telecom; sendo então considerada a capital brasileira das telecomunicações. O Rio Janeiro também possui o mais moderno projeto de teleporto do mundo, segundo a Associação Mundial de Teleportos.

No Rio de Janeiro as empresas responsáveis pela telefonia fixa são a Oi, a Embratel, a NeTfone, ofertando os serviços de discagem direta à distância e internacional, bem como, os serviços de transmissão de dados via fax e de acesso à internet. Para telefonia móvel, o serviço é ofertado através das operadoras Claro, Oi, VIVO e TIM, que possuem a representatividade no mercado de 29,1%, 23,2%, 34,1% e 13,6%, respectivamente. A NEXTEL não é de comum acesso para a população, uma vez que é utilizada principalmente por pessoas jurídicas, por oferecer o serviço de rádio e telefonia móvel.

Conforme dados fornecidos pelo IBGE através do PNAD (2009) neste mesmo ano, e a partir da análise comparativa dos estados que compõem a Área de Influência deste estudo, pode-se constatar que, para Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Computadores e com Acesso à Internet, destaca-se com maior percentagem o estado de São Paulo, tanto para domicílios com computadores como com acesso a *internet* (**Figura II.5.3-45**).



**Figura II.5.3-45 - Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Computadores e com Acesso à Internet nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo - 2009**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2009.

Com relação ao estado do Rio de Janeiro, observa-se que apesar de não ser o Estado com maior número de domicílios com microcomputadores ou acesso à internet, é o que possui o maior percentual de acesso à *internet* para aqueles domicílios que possuem microcomputador, ou seja, 84% dos microcomputadores registrados para o Estado possuem acesso à *internet*.

Para promover a inclusão digital da população do estado do Rio de Janeiro, o governo estadual desenvolveu através do PRODERJ (Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro), o Programa *Internet Comunitária*, que disponibiliza laboratórios de informática em todo o seu território, oferecendo à população treinamentos gratuitos de alfabetização digital, acesso à web em banda larga e diversos serviços de governo eletrônico. Constam no *site* [www.internetcomunitaria.rj.gov.br](http://www.internetcomunitaria.rj.gov.br), 93 CICs (Centros de Internet Comunitária), sendo 2 localizados em Mangaratiba (Região da Costa Verde) e 32 no Rio de Janeiro (Região Metropolitana).

### Tvs, Rádios e Jornais

Os Serviços de Radiodifusão são aqueles que compreendem a transmissão de sons (Radiodifusão sonora) e a transmissão de sons e imagens (televisão), destinadas a serem recebidas pelo público em geral. Nestes incluem-se as concessionárias de Rádio FM e AM; as concessionárias de TV e as empresas que detêm autorização para prestar serviços de Retransmissão de TV (RTV) e de Repetição de TV (RpTV).

São Paulo é a capital brasileira da informação. Em São Paulo estão sediadas as principais editoras de jornais e revistas e agências de notícias do país. Em todo o estado, 645 emissoras de rádio e televisão levam informação e entretenimento à população paulista.

São três as operadoras de TV a cabo que atuam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, oferecendo programação internacional: NET, SKY, TVA.

O Brasil possui sete emissoras de canal aberto de televisão que possuem afiliadas ou retransmissoras localizadas nos principais municípios do Estado do Rio de Janeiro. Existem ainda três emissoras de canal fechado, sendo a NET, com sinal a cabo e a SKY e TVA com sinal via antena.

Podem ser encontradas no Rio de Janeiro e em São Paulo, mais de 200 emissoras de rádio em banda AM e FM, com uma grande diversidade de programas. Com relação aos jornais impressos, existem os de grande circulação como o Globo, o Dia, o Jornal do Brasil, o Fluminense, o Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e o Jornal do Comércio, além de mais de 120 periódicos que circulam nos municípios de ambos Estados.

Complementando dados da infraestrutura de comunicação e informação de São Paulo e do Rio de Janeiro inclui-se o sistema de rede de fibra ótica, que se encontra em constante desenvolvimento e ampliação.

A seguir relacionam-se os principais meios de comunicação em massa dos municípios analisados para este estudo.

**Quadro II.5.3-46 - Principais Jornais presentes nos municípios da Área de Influência no Estado de São Paulo**

Jornais	Município/região	Jornais	Município/região
A Tribuna	Santos	Litoral Norte News	Litoral Norte
Jornal da Orla	Santos	Imprensa Livre	Litoral Paulista
Jornal Boqueirão	Santos	Baixada on line	Litoral SP
Jornal O Metro	Santos	Jornal de Peruíbe - O mirante	Peruíbe
Diário do Litoral	Baixada	Gazetas do Litoral	Praia Grande
Jornal da Baixada Santista	Baixada Santista	Folha da Baixada	Praia Grande
Diário Metropolitano	Baixada Santista	Jornal Comunitário	Praia Grande
Jornal da Baixada	Bertioga	Jornal Canal Aberto	Ilhabela
Jornal Líder	Caraguatatuba	Correio do Litoral	São Sebastião
Noroeste News	Caraguatatuba	Jornal Vicentino	São Vicente
Povo de Cubatão	Cubatão	Jornal Nossa Cidade	São Vicente
A Estância	Guarujá	A cidade de Ubatuba	São Vicente
Jornal Cidade de Guarujá	Guarujá	A Semana	Ubatuba
Itanhaém on line	Itanhaém	Jornal Agito	Ubatuba
Jornal Fatos	Itanhaém	Ubatuba em Revista	Ubatuba
Costa Norte	Litoral Norte		

Fonte: www.guiademidia.com.br 2011.

Especificamente para os municípios da área de influência no Rio de Janeiro, estes contam hoje com mais de 30 jornais de circulação diária (**Quadro II.5.3-47**).

**Quadro II.5.3-47 - Principais Jornais dos municípios da área de influência do Rio de Janeiro**

<b>Rio de Janeiro</b>		
Expresso	O Globo	O Dia
Jornal Extra	Jornal dos Sports	Jornal do Brasil
Jornal Lance	Rio Notícias	Ilha Notícias
Jornal do Comercio	Monitor Mercantil	Agencia Rio Notícias
Folha Universal	Correio do Brasil	Tribuna da Imprensa
De Olho Vivo	Reporte Geral	Gazeta das Cidades
Folha do Comércio	Jornal Palavra	Tem Notícia
Alerta em Rede	EXTRA	-
<b>Niterói</b>		
O Fluminense	Enseada Online: Jornal Bairro Niterói	Folha de Niterói
Niterói Virtual	Nitideal	Lig Jornal
Outras Palavras	-	-
<b>Maricá</b>		
Gazeta de Maricá	Maricá em Foco	Jornal Ondas
Jornal Território Livre	Jornal Enter	A Voz de Maricá
<b>Mangaratiba</b>		
A cidade	Jornal Atual	Folha Democrática
<b>Itaguai</b>		
O Guia Costa Verde	Jornal Impacto	Jornal Atual
<b>Angra dos Reis</b>		
Tribuna Livre	Diário do Vale	A voz da cidade
<b>Paraty</b>		
Jornal de Paraty	Tribuna Livre	Diário do Vale

Fonte: www.guiademidia.com.br 2010.

## Correios

A Empresa de Correios e Telégrafos (EBCT) é a responsável pelos serviços de correios e telégrafos na Área de Influência. O número de agências em cada município foi coletado junto ao *site* dos Correios.

Os Correios estão presentes, com pelo menos uma agência, em todos os municípios da Área de Influência no estado de São Paulo, totalizando 49 agências próprias, franqueadas e comunitárias. O **Quadro II.5.3-48**, a seguir, mostra a distribuição destas unidades nos municípios da AI no Estado de São Paulo.

**Quadro II.5.3-48 - Correios nos municípios da área de influência no estado de São Paulo - 2011**

Microrregião	Município	Agência dos Correios
Santos	Praia Grande	5
	Cubatão	2
	São Vicente	4
	Guarujá	5
	Bertioga	1
	Santos	13
Caraguatatuba	São Sebastião	7
	Ilhabela	2
	Caraguatatuba	3
	Ubatuba	1
Itanhaém	Mongaguá	2
	Itanhaém	3
	Peruíbe	1

Fonte: Correios, 2011.

No estado do Rio de Janeiro os Correios estão presentes, com pelo menos uma agência em cada município. Em relação aos serviços de correios, na Área de Influência, foram disponibilizados dados para o ano de 2009 nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Segundo dados do CIDE em 2009, havia 218 agências dos Correios e 162 postos de vendas de produtos no município do Rio de Janeiro. Os dados para a AI no estado do Rio de Janeiro podem ser observados no **Quadro II.5.3-49** a seguir.



**Quadro II.5.3-49 - Correios e postos de vendas de produtos nos municípios da área de influência do estado do Rio de Janeiro, em 2009.**

Município	Agências	Postos – Vendas de Produtos
<b>Total dos Municípios da AI</b>	105	122
<b>Região Metropolitana do RJ</b>	90	101
Niterói	6	0
Rio de Janeiro	84	101
<b>Microrregião das Baixadas Litorâneas AI</b>	1	0
Maricá	1	0
<b>Região da Costa Verde AI</b>	14	21
Itaguaí	1	3
Mangaratiba	4	8
Angra dos Reis	6	3
Paraty	3	7

Fonte: CEPERJ, 2010.

A região metropolitana é a que abriga o maior número, tanto de agências (85,7%), quanto de postos de vendas de produtos (82,7%) da Área de Influência. O município do Rio de Janeiro reúne 80% do total de agências AI (RJ) e 82,7% dos postos de vendas.

### **Energia Elétrica**

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o sistema elétrico brasileiro apresenta como particularidade grandes extensões de linhas de transmissão e um parque produtor de geração predominantemente hidráulica. O mercado consumidor (61,5 milhões de unidades consumidoras) concentra-se nas regiões Sul e Sudeste, que por sua vez, são consideradas mais industrializadas.

O mercado de distribuição de energia elétrica é atendido por 64 concessionárias, estatais ou privadas, de serviços públicos que abrangem todo o País. As concessionárias estatais estão sob controle dos governos federal, estaduais e municipais. Em várias concessionárias privadas verifica-se a presença, em seus grupos de controle, de diversas empresas nacionais, norte-americanas, espanholas e portuguesas. São atendidos cerca de 61 milhões de unidades consumidoras, das quais 85% são consumidores residenciais, em mais de 99% dos municípios brasileiros (ANEEL, 2011).

O consumo total da energia produzida no país é composto pelo consumo da rede, de autoprodução e de conservação. A autoprodução, responsável por cerca de 8,0% do consumo total de 2010 (AMPLA, 2011) corresponde à geração local de energia elétrica para suprimento no próprio local. Geralmente são setores industriais que produzem energia através dos resíduos do processo produtivo como combustível em usinas de cogeração. De acordo com dados da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) a previsão é de crescimento da ordem de 6,6% ao ano o equivalente a 10% do consumo total de eletricidade consumida até 2020.

O restante do consumo exigido pelo mercado brasileiro é atendido através das redes de transmissão e distribuição integrantes do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB) (AMPLA, 2011).

De acordo com o Laudo de Avaliação elaborada para a Ampla (2011), no que compete às regiões brasileiras, no primeiro semestre de 2011 o “*sudeste apresentou a maior demanda de energia nacional, que foi de 114.517GWh e representou uma alta de 2,8% sobre igual período de 2010*” (p.20).

### **Área de Influência do Estado do Rio de Janeiro**

No estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro (2009), a capacidade nominal instalada nas centrais elétricas do serviço público em 2009 era igual a 7.390,8MW. Atualmente o parque energético produz 8.600MW com perspectivas de oferta de outros 3.700MW nos próximos anos, em função dos novos projetos em implantação.

Conforme publicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2011), este sempre esteve à frente no que compete ao desenvolvimento do setor elétrico do país. Atualmente conta com 85 empreendimentos geradores de energia, entre hidrelétricas, termelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Cabe ressaltar que o Estado apresenta uma particularidade na produção de energia que é a presença da energia nuclear através de Angra I e Angra II e a construção de Angra III (**Quadro II.5.3-50**). O potencial energético é distribuído entre várias empresas, sendo a Eletronuclear (27,2%), LIGHT(10,8%), Furnas(15,9%), Petrobras (32,1%), EDF (11,8%), Quanta (0,8%), Brasil PCH (0,6%), Desenvix (0,4%), Neoenergia (0,3%) e a Energisa (0,1%).

**Quadro II.5.3-50 - Consumo de energia (MWh) por fonte geradora no estado do Rio de Janeiro em 2009**

Fonte	Potência (MWh)	%
Hidrelétrica	1.182,1	15,99
Termoelétrica Convencional	4.201,7	56,85
Térmicas Nucleares	2.007,0	27,16
<b>TOTAL</b>	<b>7.390,8</b>	<b>100</b>

Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

Com relação à geração de energia, neste mesmo ano (2009), a geração total de energia das centrais elétricas de serviço público que estão nos limites do Estado foi igual a 28.116,7GWh. Desse valor, 26,1% foram de origem hidrelétrica, 46,1% termonuclear e 27,8% térmica convencional. As principais geradoras foram as empresas Eletronuclear (46,1%), EDF (21,0%), LIGHT (19,0%), Petrobras (6,8%), Furnas (4,1%), Quanta (1,2%) e Brasil PCH (1,0%) (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2009).

O fornecimento de energia para os consumidores é realizado por três concessionárias no estado, Light, Ampla e Energisa, que para a distribuição utilizam suas capacidades energéticas, além de comprar energia do Sistema Interligado Nacional para atendimento da demanda de mercado. Destas três somente as duas primeiras atendem aos municípios da AI do Rio de Janeiro.

A Light S.A. é uma holding e executa o controle de suas subsidiárias que atuam em três segmentos, a Light SESA em distribuição de energia, a Light Energia em geração de energia, e a Light Esco e LightCom em comercialização e serviços de energia. A Light distribui energia para 31 municípios no Estado, distribuídos pela Região Metropolitana, Serrana, do Médio Paraíba e Centrosul, abrangendo 25% do território do Rio de Janeiro. Porém nesta área está concentrada 68% da população, sendo 3,9 milhões de clientes somente na cidade do Rio de Janeiro. A Light Energia é a sexta maior empresa privada do país em geração de energia elétrica de fonte hidráulica, com capacidade instalada de 855 MW (LIGTH, 2011).

Vale ressaltar que são atendidos pela Light os municípios do Rio de Janeiro e Maricá, municípios inseridos na Área de Influência deste estudo.

A Ampla Energia e Serviços S.A distribui energia a 66 municípios do estado do Rio de Janeiro, alcançando 73,3% do território estadual. Atualmente, a concessionária atende a aproximadamente 2,5 milhões de clientes e possui a maior concentração de clientes em Niterói e São Gonçalo e os municípios de Itaboraí e Magé. A maior parte dos clientes da Ampla são os residenciais, com 38% do total fornecido pela distribuidora. Especificamente para a área de influência do projeto em pauta, a Ampla distribui energia para Itaguaí, Magaratiba e Niterói.

O consumo de energia na área de influência deste estudo é de 53,4% para os municípios integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e 46,1% para aqueles da Região da Costa verde. O consumo por município poderá ser observado a seguir no **Quadro II.5.3-51**.

No que confere ao consumo de energia elétrica, obtiveram-se dados de consumo por setor somente do ano de 2009, estes conseguidos através do Anuário Estatístico da Fundação CEPERJ - Centro Estadual de Estatísticas Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, para os municípios do estado do Rio de Janeiro, conforme pode ser observado no **Quadro II.5.3-51** a seguir.

**Quadro II.5.3-51** - Consumo de energia elétrica em MWh por setor nos municípios do estado do Rio de Janeiro, integrantes da AI, em 2009.

Município	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros	Total
<b>Total dos Municípios da AI do RJ</b>	41.203.477	5.765.632	6.199.437	6.863	2.910.557	21.586.913
<b>Região Metropolitana do RJ</b>						
Niterói	557.838	74.438	386.279	182	163.029	1.181.766
Rio de Janeiro	5.759.649	5.564.660	5.575.706	2.197	2.669.663	19.571.875
<b>Microrregião das Baixadas Litorâneas</b>						
Maricá	112.671	8.961	23.869	1.249	15.790	162.540
<b>Região da Costa Verde</b>						
Itaguaí	62.692	19.019	120.649	1.044	12.797	216.202
Mangaratiba	42.611	43.812	14.359	512	9.667	110.962
Angra dos Reis	134.227	54.244	63.984	951	32.889	286.297
Paraty	34.533	497	14.589	727	6.722	57.070

Fonte: CEPERJ, 2010.

Segundo dados disponibilizados pela Fundação CEPERJ - Centro Estadual de Estatísticas Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (2010), no ano de 2009, o setor composto por residências foi o que apresentou o maior consumo de energia, tanto por município, quanto por microrregião.

Os municípios integrantes da região metropolitana, apesar de apresentar um percentual maior de residências, possui os valores referentes aos setores de indústria e comércio bem próximos, devido ao grau de urbanização, em detrimento do setor rural.

A região das baixadas litorâneas possui sua maior representação do consumo de energia no setor residencial, com 69,3%, seguido do setor de comércio de 14,7%. Outro fato que deve ser ressaltado é que apenas Maricá e Paraty, com 0,8%, e 1,2%, respectivamente, possuem valores representativos para o setor rural. Na região da Costa Verde o maior consumo é representado pelo setor residencial, com 97,02% do total regional.

Analisando o consumo de setores por município, observou-se que em Maricá os maiores valores de consumo são do setor residencial, com 69,3%, seguido por Niterói com 47,2%. Para a categoria Industrial sobressaiu Mangaratiba o município de com 39,5% de consumo e o Rio de Janeiro com 28,43%. Com relação ao setor comercial, os maiores percentuais encontrados são para Itaguaí e Niterói com 55,8% e 32,68% respectivamente. Através do consumo de energia por setor pode-se identificar a vocação do município para indústria, comércio, entre outras.

Em relação ao número de consumidores, de maneira geral, o setor residencial apresentou o percentual de 92,1%, seguido pelo setor comercial com 7,3%, os outros setores tiveram uma representatividade menor do que 1%.

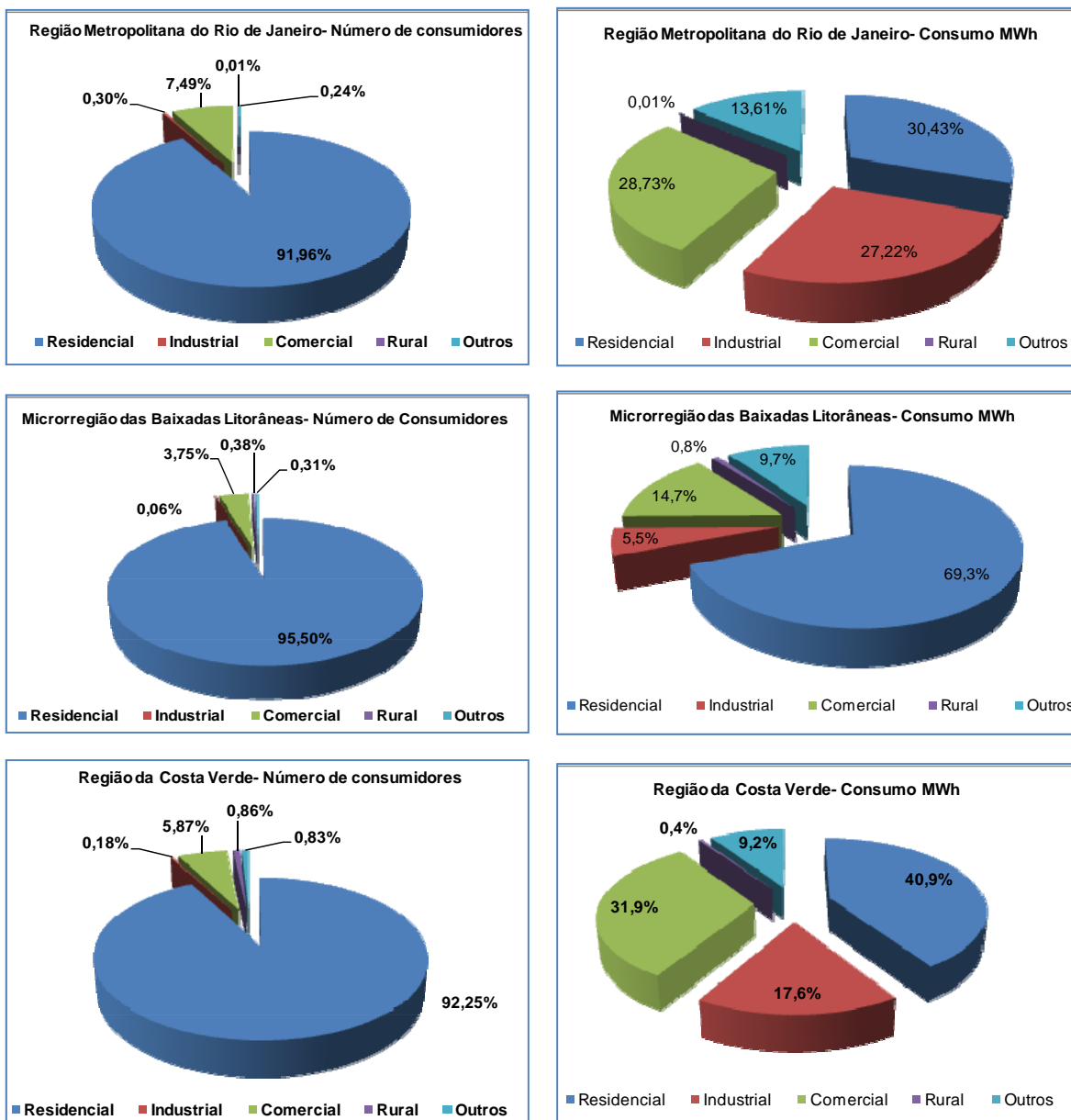
O número de consumidores na AI e nos municípios pode ser observado no **Quadro II.5.3-52**.

**Quadro II.5.3-52 - Número de Consumidores de energia elétrica por setor nos municípios do estado do Rio de Janeiro, integrantes da AI, em 2009.**

	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros	Total
<b>Total dos Municípios da AI do RJ</b>	<b>2.687.006</b>	<b>8.400</b>	<b>214.605</b>	<b>1.168</b>	<b>7.402</b>	<b>2.918.581</b>
<b>Região Metropolitana do RJ</b>						
Niterói	194.091	410	18.725	16	1.195	214.437
Rio de Janeiro	2.362.088	7.848	189.520	244	5.544	2.565.244
<b>Microrregião das Baixadas Litorâneas</b>						
Maricá	62.221	39	2.443	250	201	65.154
<b>Região da Costa verde</b>						
Itaguaí	38.410	82	2.826	387	222	41.927
Mangaratiba	30.196	21	1.091	271	240	31.819
Angra dos Reis	73.528	185	4.907	431	680	79.731
Paraty	14.955	25	1.178	373	273	16.804

Fonte: CEPERJ, 2010.

Através de dados obtidos junto à Prefeitura do Rio de Janeiro foi possível avaliar a situação do número de consumidores no município. O número de consumidores no geral aumentou em 5,73%, condição esta impulsionada pelo aumento de residências (6,33%) e outros consumidores (11,46%). Para este mesmo período houve a diminuição dos consumidores industriais em 13,63%, rurais em 9,74% e comerciais em 0,49%.



**Figura II.5.3-46 - Comparativo do percentual de consumo e consumidores de energia elétrica por setor, microrregião e municípios do estado do Rio de Janeiro, integrantes da AI, em 2009**

Fonte: CEPERJ, 2010.

Comparativamente, observa-se que mesmo o número de consumidores sendo o maior percentual de todos os municípios estudados, o consumo de energia em MWh não acompanha este setor. Constata-se que o setor comercial é mais representativo em dois dos cinco municípios integrantes da AI no estado do

Rio de Janeiro. Este setor é o impulsionador da economia nos municípios, sendo responsável pela principal fonte de arrecadação de impostos.

Em Niterói, Rio de Janeiro e Maricá, o setor residencial é o destaque em consumo e número de consumidores. Esta condição pode ser explicada pela proximidade destes municípios a centros comerciais polarizadores (caso de Niterói e Maricá) o que restringe o crescimento do setor em nível local já que a população desloca-se diariamente (a trabalho, estudo, dentre outros) para os centros maiores buscando nestes, grande parte do que necessitam do comércio. Já o município do Rio de Janeiro é um caso especial na medida em que os setores de comércio, indústria e residencial tem consumos semelhantes tendo em vista a diversificação dos dois primeiros frente à polarização que o município exerce em termos regionais. Quanto ao setor residencial o consumo é elevado visto que o número de consumidores no município representa mais de 90% do total.

Devido ao aumento que vem ocorrendo na população destes municípios, a diversificação dos demais setores (principalmente no comercial e industrial) e conseqüentemente o aumento no número de residências, é cada vez mais necessário que ocorram novos investimentos no setor elétrico para o atendimento da demanda crescente de energia. Salienta-se que este o setor energético é um importante mantenedor e impulsionador do desenvolvimento do país, necessitando não somente de investimentos, mas de novas formas de geração compatíveis com a realidade.

No entanto, quando comparado o consumo de energia por setor nos últimos 3 anos (2006-2009), observa-se que o setor industrial seguido do comercial foram os que mais cresceram em termos de consumo de energia elétrica. Esta condição corrobora a expansão destes setores na região e a tendência de novos investimentos que repercutem no aumento da demanda.



**Quadro II.5.3-53 - Evolução da taxa de consumo de energia elétrica em MWh por setor nos municípios do estado do Rio de Janeiro integrantes da AI - 2006 a 2009.**

	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
<b>Total dos Municípios da AI do RJ</b>	9,46%	38,78%	17,50%	13,31%	12,09%
<b>Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b>					
Niterói	8,25%	5,34%	9,49%	-4,21%	6,57%
Rio de Janeiro	9,12%	40,36%	17,57%	18,05%	12,46%
<b>Microrregião das Baixadas Litorâneas</b>					
Maricá	22,22%	7,77%	14,68%	25,28%	0,07%
<b>Região da Costa verde</b>					
Itaguaí	29,75%	14,90%	49,42%	-4,74%	18,61%
Mangaratiba	16,91%	-20,14%	12,62%	18,79%	23,51%
Angra dos Reis	15,3%	1,59%	13,5%	23,13%	14,8%
Paraty	21,6%	7,6%	27,8%	22,1%	34,6%

Fonte: CIDE, 2007 e CEPERJ, 2010.

Em suma, o setor energético dos municípios da área de influência (dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro) mostra claramente a necessidade de investimentos tendo em vista o aumento na demanda gerada pelo desenvolvimento econômico local. Tratam-se de demandas futuras que já se materializam através de Projetos e Intenções de Investimentos a partir de uma visão estratégica da economia que induzem a uma reestruturação de Políticas Públicas setoriais. Acresce-se que a partir dos projetos governamentais de aceleração do crescimento econômico a energia tem sido um ponto de embate para a implantação dos novos projetos à medida que não há o suprimento necessário.

### **Área de Influência do Estado de São Paulo**

Especificamente para a área em estudo, São Paulo é responsável pela geração de mais de 22% da energia elétrica do País. No entanto, o estado consome mais de 32% da produção nacional de energia elétrica o que requer importação do sistema nacional de energia.

No estado de São Paulo a CESP – Companhia Energética de São de Paulo é a maior empresa de geração de energia elétrica do estado e a quarta maior do Brasil. Sua potência total instalada é de 7.455,30MW. O mercado suprido pela CESP é composto pelas principais distribuidoras de energia elétrica do Estado de São Paulo: Eletropaulo, Bandeirante, CPFL e Elektro.

Segundo o Anuário Estatístico de Energéticos por Município no Estado de São Paulo – 2010, publicado pela Secretaria de Energia (2011), o Estado apresentou, em 2010, um consumo total de  $40.764,25 \times 10^3$  toe (toneladas de óleo equivalente), tendo somente o município de São Paulo contribuído com cerca de 19,7% desse total, ou seja,  $8.017,48 \times 10^3$  toe.

Dos demais municípios do estado, o que apresentou grande consumo energético ao longo de 2010 e que integra a Área de Influência deste estudo foi Cubatão, com 4,7% do total estadual.

Os dados de consumidores e consumo de energia elétrica dos municípios da Área de Influência são apresentados segundo o Anuário Estatístico de Energéticos por Município no Estado de São Paulo – 2010.

**Quadro II.5.3-54 - Consumo de energia elétrica (MWh) por setor nos municípios integrantes da AI em São Paulo, em 2010.**

	Residencial	Industrial	Comércio e Serviços	Rural	Iluminação e Serviços Públicos e Outros
<b>Total dos municípios da AI de SP</b>	<b>2.170.324</b>	<b>3.997.133</b>	<b>1.202.870</b>	<b>7.814</b>	<b>179.518</b>
<b>Microrregião de Itanhaém</b>					
Itanhaém	88.757	3.053	31.863	1.444	11.494
Mongaguá	49.559	2.990	15.737	180	7.195
Peruíbe	61.540	1.429	25.491	3.403	7.860
<b>Microrregião de Caraguatatuba</b>					
Ubatuba	94.807	5.271	42.648	959	7.158
Caraguatatuba	106.740	90.061	51.178	872	15.042
Ilhabela	34.513	1.034	17.589	89	2.298
São Sebastião	98.721	144.284	42.262	95	1.108
<b>Microrregião de Santos</b>					
Guarujá	311.401	57.306	222.960	745	24.741
Bertioga	92.376	11.314	38.998	27	8.003
Cubatão	73.237	3.486.878	81.552	-	9.590
Praia Grande	320.236	9.124	118.137	0,3	31.819
Santos	556.915	135.589	453.784	-	32.433
São Vicente	281.522	48.800	99.669	-	20.777

Fonte: Governo do Estado de São Paulo, 2010.

Segundo dados disponibilizados no Anuário Estatístico por Município no Estado de São Paulo em 2010, apesar de a categoria residencial representar o maior consumo de energia elétrica nos municípios da AI, o consumo apresentado pelo setor industrial do município de Cubatão faz com que o consumo por este setor tenha maior representação na Área de Influência, representando 54% do consumo, enquanto o residencial representa 28%.

Por possuir um grande parque industrial, o setor industrial do município de Cubatão em 2010 representou 95,5% do consumo de energia elétrica no município e 46,13% do consumo de toda Área de Influência. Em todos os demais municípios o setor residencial apresentou o maior consumo de energia. Destaca-se que em Bertioga este setor representou 82,69%, em Itanhaém 64,97% e em Santos 47,25% do consumo.

Devido a seu grande parque industrial e pólo petroquímico, o município de Cubatão representa o 3º maior consumidor energético do estado. Segundo o Anuário Estatístico de Energéticos por Município no Estado de São Paulo em 2010 o município consumiu:

- Eletricidade - 322.025 toe (ocupando o 3º lugar em consumo de energia elétrica);
- Gás natural - 221.117.056 m<sup>3</sup>, o município ocupou a 8º posição em consumo de gás natural, representando 3,9% do consumo do estado;
- Etanol - 5.100 toe, não configurando entre os 15 maiores consumidores;
- Derivados do petróleo - 1.417.994 toe, o município ocupou o 3º lugar em consumo de derivados do petróleo, representando 6,6% do consumo do estado.

Destaca-se ainda, na classificação do consumo de derivados do petróleo o município de Santos que aparece em 15º posição, representado 0,9% do consumo do estado, com 192.334toe.

O dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) é um dos gases de efeito estufa – GEE – vinculado, conseqüentemente, às alterações climáticas. O excesso deste gás na atmosfera é lançado pela queima de combustíveis fósseis, principalmente pelo setor de transporte e industrial.

Como consequência ao grande consumo de energia elétrica e derivados de petróleo, o município de Cubatão se configura como um grande emissor de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera, sendo o 3º maior emissor do estado de

São Paulo, contribuindo com 6,2% das emissões do estado, ficando apenas atrás dos municípios de São Paulo e Guarulhos.

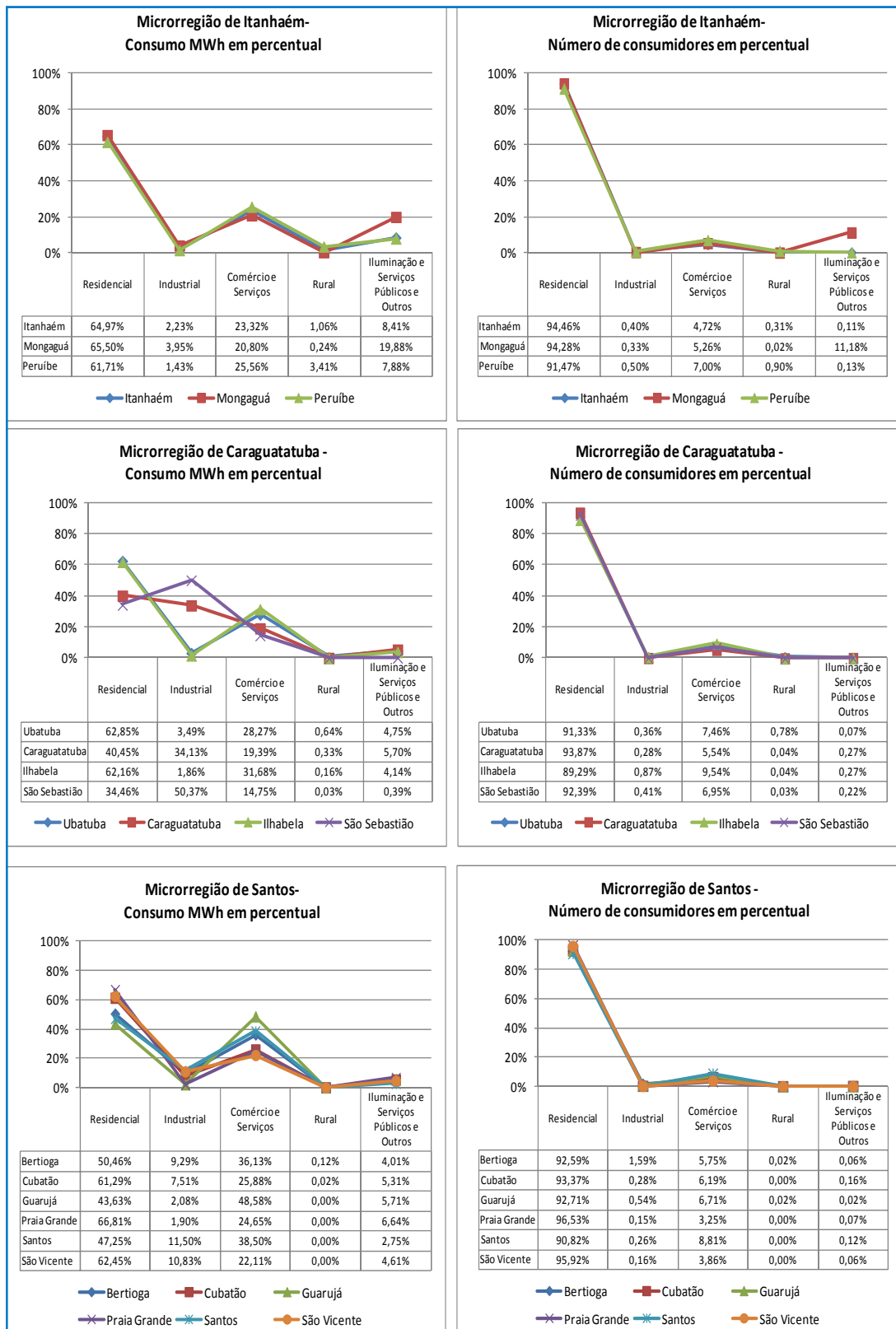
Em relação aos consumidores, a categoria residencial apresentou valores acima de 90% para todos os municípios da AI, atingindo 93,54% para o seu total, seguido da categoria comercial com 5,90 %, conforme **Quadro II.5.3-55** a seguir.

**Quadro II.5.3-55** - Número de consumidores de energia elétrica por setor nos municípios integrantes da AI no estado de São Paulo, em 2010.

	Residencial	Industrial	Comércio e Serviços	Rural	Iluminação e Serviços Públicos e Outros
<b>Total dos municípios da AI de SP</b>	<b>980.673</b>	<b>3.760</b>	<b>61.883</b>	<b>1.074</b>	<b>1.036</b>
<b>Microrregião de Itanhaém</b>					
Itanhaém	58.678	249	2.933	194	66
Mongaguá	38.786	134	2.163	8	46
Peruíbe	36.327	199	2.779	358	51
<b>Microrregião de Caraguatatuba</b>					
Ubatuba	51.614	203	4.216	440	39
Caraguatatuba	57.447	170	3.388	26	167
Ilhabela	11.719	114	1.252	5	35
São Sebastião	33.989	151	2.555	12	82
<b>Microrregião de Santos</b>					
Bertioga	40.385	695	2.507	7	24
Cubatão	34.242	103	2.270	-	58
Guarujá	124.146	729	8.985	23	25
Praia Grande	191.808	289	6.457	1	144
Santos	180.417	516	17.502	-	229
São Vicente	121.115	208	4.876	-	70

Fonte: Governo do Estado de São Paulo, 2010.

De forma comparativa observa-se que a representação percentual de consumo X consumidores nas microrregiões de Santos e Itanhaém segue a mesma proporção, ou seja, elevado número de consumidores em razão de elevados valores de energia consumida. No entanto, esta condição diferencia-se na microrregião de Caraguatatuba visto que o município de São Sebastião apesar de apresentar um número de indústrias inferiores ao de consumidores residenciais, estas consomem mais energia. Esta condição pode estar associada à localização do Porto de São Sebastião que agrega importantes divisas para o município e o Estado.



**Figura II.5.3-47 - Percentual de consumo x consumidores**

Quando se compara o consumo de energia por setor nos últimos 03 anos (2007-2010), observa-se que o setor residencial seguido do comercial foram os que mais cresceram em termos de consumo de energia elétrica. Esta condição corrobora o contexto de ocupação da região marcada pela expansão do turismo e da ocupação de um público mais velho em busca de qualidade de vida. Obviamente o setor comercial acompanha este crescimento dando o suporte necessário ao crescimento do turismo e das atividades de suporte.

**Quadro II.5.3-56 - Evolução da taxa de consumo de energia elétrica em MWh por setor nos municípios do estado de São Paulo integrantes da AI - 2007 a 2010.**

	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
<b>Total dos municípios da AI de SP</b>	18,72%	1,12%	12,36%	23,50%	134,51%
<b>Microrregião de Itanhaém</b>					
Itanhaém	20,74%	19,21%	21,29%	14,24%	16,12%
Mongaguá	19,77%	33,13%	24,53%	20,00%	18,28%
Peruíbe	18,49%	-33,01%	24,03%	23,70%	16,72%
<b>Microrregião de Caraguatatuba</b>					
Ubatuba	14,80%	2,07%	19,47%	47,54%	9,37%
Caraguatatuba	21,33%	2,60%	33,92%	-2,35%	18,60%
Ilhabela	18,74%	8,61%	27,01%	304,55%	9,64%
São Sebastião	17,69%	3,59%	14,78%	-1,04%	25,17%
<b>Microrregião de Santos</b>					
Guarujá	18,62%	-7,43%	14,28%	60,22%	-36,11%
Bertioga	22,37%	5,63%	37,08%	-3,57%	7,82%
Cubatão	25,66%	0,69%	41,29%	-100,00%	-0,94%
Praia Grande	26,06%	25,23%	10,52%	200,00%	34,30%
Santos	10,79%	4,59%	2,65%	-100,00%	10,89%
São Vicente	25,30%	21,10%	9,59%	-100,00%	11,15%

Fonte: Governo do Estado de São Paulo, 2010.

### II.5.3.F.3 - Saneamento

#### Área de Influência do Estado do Rio de Janeiro

##### Sistema de Abastecimento de Água

No estado do Rio de Janeiro, a principal companhia de saneamento é a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro (CEDAE), resultado da fusão das empresas de Águas e Esgotos dos estados da Guanabara (CEDAG), da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e da Companhia de Saneamento do estado do Rio de Janeiro (SANERJ). A CEDAE atende a 64 dos 92 municípios do Estado com abastecimento de água, o que representa 70% das concessões; e 35 municípios com esgotamento sanitário, totalizando 38%. Os

municípios da AI atendidos pela CEDAE com serviços de água e esgoto são Rio de Janeiro (Região Metropolitana) e Maricá (Baixadas Litorâneas) e os municípios da região da Costa Verde: Itaguaí e Mangaratiba.

O município de Niterói possui os serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotos operados pela concessionária Águas de Niterói. Águas de Niterói integra o grupo Águas do Brasil, que atua no estado do Rio de Janeiro através de outras concessionárias, que são: Águas das Agulhas Negras, presente no município de Resende; Águas de Juturnaíba em Araruama, Saquarema e Silva Jardim; Águas de Nova Friburgo em Nova Friburgo; Águas do Imperador em Petrópolis e Águas do Paraíba em Campos dos Goytacazes. O grupo Águas do Brasil aplica a gestão integral dos serviços de água e esgoto nos municípios onde atua.

Ainda no estado do Rio de Janeiro existe outra concessionária responsável pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a PROLAGOS, que presta os serviços de água e esgotamento sanitário nos municípios de Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande e o abastecimento de água em Arraial do Cabo.

Para a Área de Influência, de acordo com os dados do Censo 2010 – IBGE foram relacionados 2.467.094 domicílios por tipo de abastecimento de água, sobre os quais 96,2% estão interligados à rede de distribuição de água, 2,26% são abastecidos por poços ou nascentes e 1,5% utilizam de outras fontes de abastecimento. Pode ser observado a seguir no **Quadro II.5.3-57**, o detalhamento das formas de abastecimento por tipologia e município.

**Quadro II.5.3-57 - Principais formas de abastecimento de água nos municípios da AI, em 2010**

Região AI	Municípios	N° de domicílios, por forma de abastecimento		
		Rede de distribuição	Poço ou nascente na propriedade	Outra
Região Metropolitana AI	Niterói	164.767	2.859	1.610
	Rio de Janeiro	2.111.530	12.258	20.650
Região das Baixadas Litorâneas AI	Maricá	8.112	31.733	2.965
Região da Costa Verde AI	Itaguaí	27.524	4.875	1.511
	Mangaratiba	6.746	789	4.253
	Angra dos Reis	47.512	1.943	3.997
	Paraty	8.050	1.338	2.072
	<b>TOTAL</b>	<b>2.374.241</b>	<b>55.795</b>	<b>37.058</b>

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE.

Os dois municípios integrantes da região Metropolitana possuem aproximadamente 97% das residências ligadas à rede de distribuição de água. No ano de 2010, de acordo com o Anuário Estatístico do Rio de Janeiro, a região possuía 869.661 ligações ativas e 10.993 km instalados de rede de distribuição de água.

No município de Maricá sobressai-se o abastecimento por poços ou nascentes, que abrangem 74,1% dos domicílios. Em 2008, o número de ligações ativas era igual a 7907 e a rede possuía a extensão de 84 km.

Na região da Costa Verde, o município de Itaguaí apresenta 81% dos domicílios ligados à rede de distribuição, porém, em Mangaratiba existem duas formas de abastecimentos que se sobressaem: a) por rede de distribuição, com 54% das residências utilizando este tipo de abastecimento; e b) 36% utilizando-se de outras formas. A região totalizou em 2008, 25.184 ligações ativas e 850 km de extensão de rede de distribuição de água. Tanto em Angra quanto em Paraty a rede de distribuição é a forma de abastecimento mais comum, com 88,8% e 70,2%, respectivamente, dos domicílios municipais.

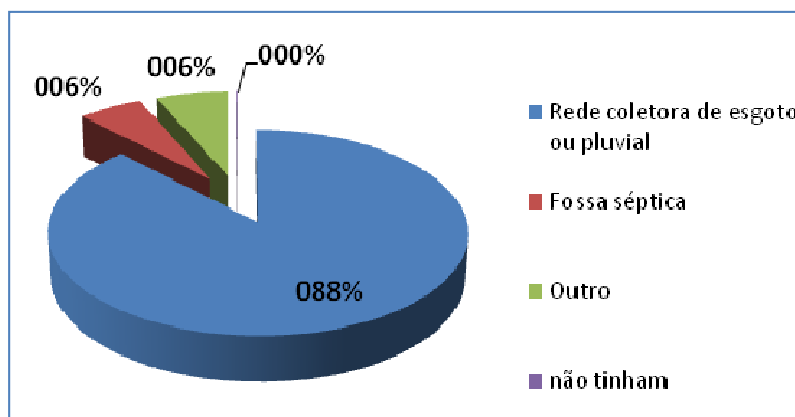
Para todos os municípios da AI, o índice de domicílios sem abastecimento foi menor ou igual a 0,25%.

No que confere à infraestrutura de abastecimento, as regiões da AI se caracterizam pelo atendimento de dois grandes sistemas: o sistema de abastecimento do Grande Rio, administrado pela CEDAE, que atua de forma integrada e é composto pelos sistemas Guandu, Lajes e Acari; e o Sistema Imunana-Laranjal, da concessionária Águas de Niterói, que atende ao município de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí.

### Sistema de Esgotamento Sanitário

No estado do Rio de Janeiro, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, na Área de Influência existem 2.465.015 domicílios que possuem algum tipo de destinação e tratamento do esgotamento sanitário. Conforme pode ser observado na **Figura II.5.3-48**, 87,78% dos domicílios estavam conectados a redes coletoras de esgoto ou pluvial, 5,71% faziam uso de fossas sépticas e 6,43% dispunham de outras formas de destinação e somente 0,08% dos domicílios não possuíam nenhum tipo de instalação sanitária.





**Figura II.5.3-48 - Instalações Sanitárias nas áreas de influência**

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

No **Quadro II.5.3-58** a seguir, apresentam-se os domicílios por tipo de instalações sanitárias, em suas respectivas regiões.

**Quadro II.5.3-58 - Instalações Sanitárias nos municípios da Área de Influência em 2010.**

Região AI	Municípios	Tipo de esgotamento sanitário			Não tinham
		Rede coletora de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Outro	
Região Metropolitana AI	Niterói	147.245	8.610	13.244	134
	Rio de Janeiro	1.949.938	85.225	107.618	1.640
Região das Baixadas Litorâneas AI	Maricá	5.300	22.209	15.243	58
Região da Costa Verde AI	Itaguaí	23.258	3.213	7.382	56
	Mangaratiba	2.752	6.477	2.534	25
	Angra dos Reis	35.140	10.528	7.695	88
	Paraty	1.941	4.592	4.871	53

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

A região metropolitana, com Niterói e Rio de Janeiro, foi a que apresentou o maior número de domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário, com 87% e 91% respectivamente.

Com relação à Maricá, a situação é inversa, uma vez que os domicílios ligados à rede são a menor parte, 12%. O tratamento mais utilizado é a fossa séptica, com 52%, seguido de outros tipos de tratamento, que alcançam 36% dos domicílios.

De forma oposta, para a região da Costa Verde, em Itaguaí, 68,7% dos domicílios estão ligados a rede de esgotos; 21,8% com outro tipo de coleta e apenas 9,5% das residências utilizam a fossa séptica, sendo assim a forma mais representativa de destinação é a rede de esgotamento sanitário. Já em

Mangaratiba, a maioria dos domicílios possui como destinação e tratamento de esgotos a fossa séptica, que atinge 55%, e valores de mesma grandeza para o sistema de rede de esgotos e outras destinações, com 23,5% e 21,5% respectivamente. No município de Angra, 65,7% dos domicílios destinam o esgoto através da rede coletora ou pluvial. Vale ressaltar que apesar de bastante reduzido, a região da costa verde foi a que apresentou o maior índice de residências sem coleta de esgotos, sendo 0,5% para Itaguaí, 0,4 para Paraty e 0,3% para Mangaratiba.

No que confere às ligações ativas de esgoto, extensão de rede coletora e situação de esgoto coletado e tratado foi consultado o banco de dados do SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, que possui dados somente para os municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Maricá, impossibilitando a avaliação desta questão para os municípios da região da Costa Verde: Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Angra dos Reis.

De acordo com os dados do SNIS, em 2008, para os 3 municípios citados, as ligações ativas de esgoto totalizavam 727.917, com uma extensão de rede igual a 4369 km. Neste período foram coletados 415.070 m<sup>3</sup>/ano, dentre os quais foram tratados 355.863 m<sup>3</sup>/ano, o que corresponde a aproximadamente 86% do volume coletado. As informações sobre a coleta de esgotos podem ser observadas no **Quadro II.5.3-59**.

**Quadro II.5.3-59** - Informações sobre o sistema de esgotamento sanitário da AI no ano de 2010.

Região AI	Municípios	Quantidade de ligações ativas de esgoto	Volume de esgoto coletado (1.000 m <sup>3</sup> /ano)	Volume de esgoto tratado (1.000 m <sup>3</sup> /ano)	Extensão da rede coletora de esgoto (km)
Região Metropolitana AI	Niterói	51.911	36.252	32.836	49
	Rio de Janeiro	675.184	378.348	322.557	4.308
Região das Baixadas Litorâneas AI	Maricá	822	470	470	12
Região da Costa Verde AI	Itaguaí	N/D	N/D	N/D	N/D
	Mangaratiba	N/D	N/D	N/D	N/D
	Angra dos Reis	N/D	N/D	N/D	N/D
	Paraty	N/D	N/D	N/D	N/D

Fonte: SNIS, 2008. N/D: Dados não disponíveis no SNIS.

O município de Niterói possui 90,5% do seu esgoto coletado tratado e o Rio de Janeiro 85,25%, o que indica que a maior parte do esgoto coletado pela rede, recebe tratamento adequado.

A região das Baixadas Litorâneas (Maricá) foi a que apresentou a melhor situação de esgotamento, em que 100% do esgoto coletado recebem o tratamento.

Com relação à região da Costa Verde, não há como se fazer essa análise, por não haver o dado disponível no SNIS e pelo fato de os dados constantes do CENSO 2010 não possibilitarem a quantificação do volume coletado e do volume tratado.

Os efluentes gerados na área de influência são lançados nos rios e oceanos, porém, vale ressaltar que a baía de Guanabara é um importante corpo receptor de esgotos, seja de maneira direta ou indireta. Esse fato enfatiza a importância do tratamento dos esgotos, que são os principais responsáveis pela poluição local, antes do lançamento na baía. Na região também podem ser encontrados lançamentos de esgotos industriais.

A Baía de Guanabara é de suma importância para a área de influência e todo o Estado do Rio de Janeiro e influencia diretamente na qualidade de vida da população. Portanto, são desenvolvidos três projetos para o restabelecimento da região. São eles:

Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG: realizado desde 1994 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, é composto por seis áreas de atuação, que são: saneamento (coleta e tratamento de esgotos sanitários e racionalização do abastecimento de água); melhoria na coleta de lixo; controle de inundações; mapeamento digital da região e diversos projetos ambientais.

Programa de Revitalização Ambiental da Baía de Guanabara: lançado em 2001 e administrado pelo IBAMA, consiste na realização de projetos em parceria com os municípios, para o aprimoramento operacional dos órgãos ambientais, pesquisas, educação ambiental, revitalização e proteção de Unidades de Conservação e recuperação.

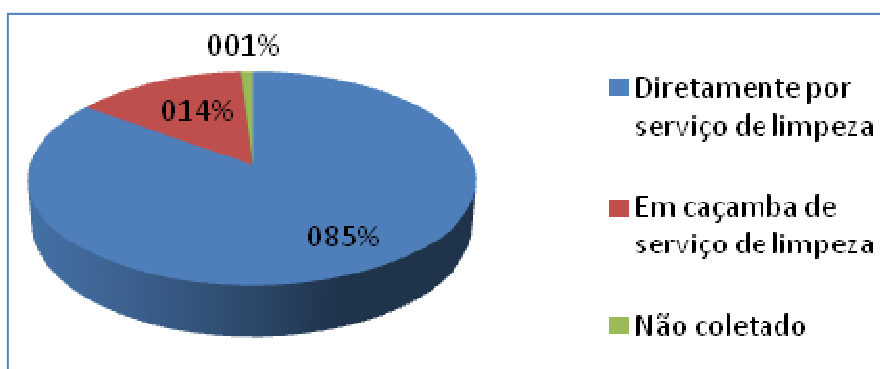
Projeto Baía Azul: trata-se um Programa de Revitalização Ambiental da Baía de Guanabara, realizado através de projetos de educação ambiental e replantio espécies nos manguezais.

### Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos

No estado do Rio de Janeiro, de acordo com as informações do Censo Demográfico 2010, na área de influência somente 0,94% dos domicílios não possuíam seus resíduos coletados e seus habitantes lhes davam outra destinação. Com relação aos domicílios atendidos por coleta, 84,9% eram coletados diretamente por serviço de limpeza e 14,08% por coleta em caçamba de serviço de limpeza. A situação do destino de lixo por município pode ser observada no **Quadro II.5.3-60** e **Figura II.5.3-49** a seguir.

**Quadro II.5.3-60 - Disposição Final do Lixo nos municípios da Área de Influência do Rio de Janeiro em 2010.**

Região AI	Municípios	Total domicílios	Destino do lixo, por domicílio		
			Coletado		nao-coletado
			Diretamente por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza	
Região Metropolitana AI	Niterói	169.237	140.480	27.035	1.722
	Rio de Janeiro	2.144.445	1.824.785	303.605	16.055
Região das Baixadas Litorâneas AI	Maricá	42.810	36.416	3.473	2.921
Região da Costa Verde AI	Itaguaí	33.910	31.480	1.468	962
	Mangaratiba	11.788	8.381	3.143	264
	Angra dos Reis	53.452	46.218	6.650	584
	Paraty	11.460	8.607	2.021	832



**Figura II.5.3-49 - Disposição Final do Lixo na Área de Influência do Rio de Janeiro em 2010.**

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Na região Metropolitana, o percentual de domicílios atendidos por serviço de coleta atinge 99% para Niterói e 99,25% para o Rio de Janeiro, podendo ser considerada a região com melhor índice de atendimento de coleta a domicílio da Área de Influência.

Em Maricá, região das Baixadas Litorâneas, foi encontrado o menor índice de atendimento de coleta de resíduos, igual a 93%. Porém, este índice ainda pode ser considerado alto, uma vez que supera 90%.

Na região da Costa Verde, os municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Angra dos Reis apresentaram um percentual de domicílios atendidos de 97,1%, 97,7% e 98,9%, respectivamente. Paraty foi o município com o menor índice da região, registrando 92,7% dos domicílios atendidos.

No município do Rio de Janeiro é desenvolvido desde 1993 pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB, um programa de coleta seletiva, realizado através de cooperativas de catadores, que coletam este material em Pontos de Coleta Voluntária – PEVs e também de porta a porta, em dias específicos, por rua e bairro. Informações sobre os dias de coleta em uma determinada localidade podem ser pesquisados no site [http://comlurb.rio.rj.gov.br/serv\\_coleta.htm](http://comlurb.rio.rj.gov.br/serv_coleta.htm).

Em Niterói, desde 1997, o serviço é ofertado pela Companhia de Limpeza de Niterói, que coleta os resíduos de casa em casa mediante cadastro do usuário que será atendido de acordo com a rota. Outra forma de coleta são os PEVs.

Para todo o estado do Rio de Janeiro existe o Programa Coleta Seletiva Solidária, realizado pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente – INEA. Este projeto tem o objetivo de implantar a Coleta Seletiva nos municípios do estado, melhorando assim a gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

O desenvolvimento do programa é feito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através dos estudantes de mestrado e doutorado em meio ambiente. São oferecidas oficinas de capacitação em quatro linhas de ação: a coleta seletiva para o município; a coleta seletiva para escolas estaduais; a coleta seletiva nos órgãos públicos estaduais e a capacitação de catadores, visando à inclusão social dos mesmos. Este projeto foi implantado em três cidades da AI: Rio de Janeiro, Niterói e Itaguaí.

A região metropolitana incluídos os municípios de Niterói e Rio de Janeiro, produziram no ano de 2009 um total de 237.414 toneladas de resíduos sólidos urbanos.

O sistema de tratamento e disposição de resíduos sólidos do Rio de Janeiro é composto por 4 usinas de triagem de recicláveis, 3 unidades de transbordo e transferência, 1 unidade de transbordo e triagem de resíduos de construção civil e 3 aterros sanitários dos quais se encontram em operação somente 2, que são operados por empresas privadas.

Niterói conta com um aterro controlado, uma célula para resíduos sólidos de saúde, uma unidade de tratamento para incineração e uma usina de triagem e desidratação do lixo.

Para Maricá não foram encontrados dados de geração de resíduos sólidos para nenhum período, uma vez que o aterro da região só foi cadastrado ao sistema de informações de saneamento no ano de 2009. De acordo com o SNIS o Aterro de Maricá é operado pela própria prefeitura.

O município de Itaguaí integrou o registro do SNIS também no ano de 2009, e não foram disponibilizados dados sobre a quantidade de resíduos coletados. O município de Mangaratiba não possui aterro sanitário e também não são disponibilizadas informações sobre a quantidade gerada de lixo no município.

Atendendo aos municípios de Itaguaí e Rio de Janeiro, na Área de Influência encontra-se a Central de Tratamento de Resíduos - CTR Ciclus que reúne o tratamento e destinação final de resíduos domésticos e industriais à geração de energia limpa e renovável, através do aproveitamento energético do biogás.

Angra dos Reis e Paraty, municípios da Região da Costa Verde, participam do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Foi assinado em 2011 o protocolo de intenções pelo dois municípios consorciados.

Outro exemplo de aproveitamento de biogás no município do Rio de Janeiro é o Aterro do Novo Gramacho, que através de uma união com a COMLURB e a Novo Gramacho Energia Ambiental deu origem a uma usina de biogás, que visa à venda de créditos de carbono.

Para a destinação de Resíduos Perigosos é necessário recorrer a tratamentos e destinação operados por empresas privadas, como a CTR Ciclus, a Essensis RJ, HM Saneamento, entre outros, que oferecem os serviços de transporte, tratamento e disposição final, seja incineração ou Aterro Classe I.

### ***Área de Influência do Estado de São Paulo***

#### ***Sistema de Abastecimento de Água***

Em São Paulo, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) é a empresa responsável pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 364 municípios do estado, inclusive nos municípios da Área de Influência. A empresa atualmente atende a 27,1 milhões de pessoas no estado.

Para a Área de Influência, conforme dados do Censo IBGE 2010, de um total de 581.950 domicílios relacionados por tipo de abastecimento de água, 94,25%

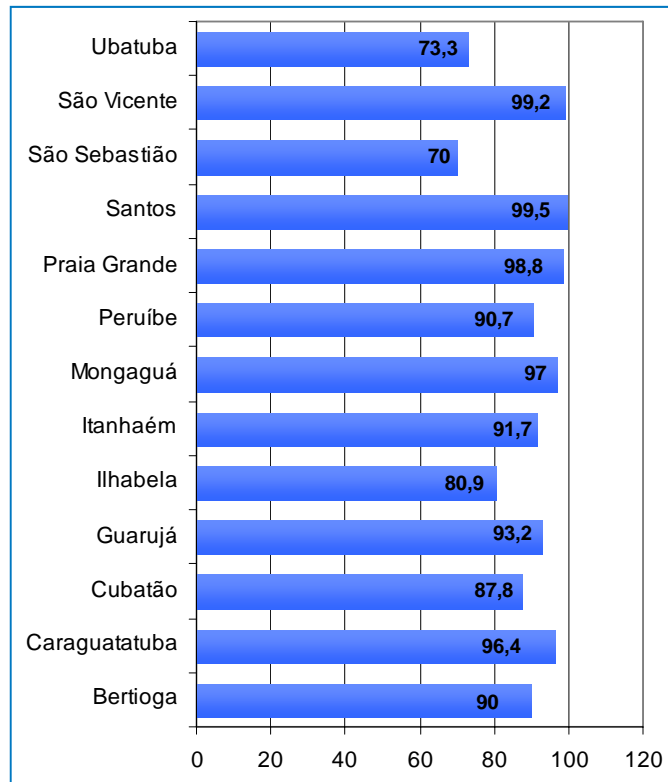
encontram-se ligados à rede de distribuição de água. Os números de domicílios abastecidos por meio de poços ou nascentes alcançam 1%, enquanto outras formas de abastecimento correspondem a 4,75% dos moradores.

De forma geral, em todos os municípios da Área de Influência o abastecimento de água através da rede de distribuição é predominante, representando mais de 70% das formas de abastecimento. A seguir, apresenta-se o **Quadro II.5.3-61** e a **Figura II.5.3-50** com as principais formas de abastecimento de água nos municípios da Área de Influência.

**Quadro II.5.3-61** - Principais formas de abastecimento de água nos municípios da AI, em 2010

Microrregião	Municípios	N° de domicílios, por forma de abastecimento		
		Rede de distribuição	Poço ou nascente na propriedade	Outra
Santos	Praia Grande	82 450	78	917
	Cubatão	31 998	77	4 387
	São Vicente	100 861	139	697
	Guarujá	79 154	418	5 395
	Bertioga	13 085	125	1 325
	Santos	143 906	296	389
Caraguatatuba	São Sebastião	16 516	1 001	6 086
	Ilhabela	7 290	94	1 631
	Caraguatatuba	30 771	468	695
	Ubatuba	18 390	517	6 168
Itanhaém	Mongaguá	14 147	199	242
	Itanhaém	25 902	1 698	649
	Peruíbe	17 480	1 076	717





**Figura II.5.3-50** - Percentual de Domicílios com rede de distribuição de água em 2010 na AI

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Segundo o SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - existiam 696.310 ligações ativas de água e um total de 4.274,10 km de rede de distribuição para o abastecimento da população na Microrregião de Santos, em 2010. Conforme o **Quadro II.5.3-61**, todos os municípios da Microrregião, com exceção de Cubatão, apresentaram índices de atendimento por rede de distribuição de água superiores a 90%. Cubatão, por sua vez, apresentou um índice de atendimento por essa mesma forma igual a 87,75%.

A Microrregião de Caraguatatuba, segundo o SNIS em 2010, possuía 1.420,96 km de rede de distribuição de água e um total de 104.318 ligações ativas de água nos domicílios. Segundo o **Quadro II.5.3-61**, São Sebastião apresentou os piores índices de atendimento para rede de distribuição de água, em toda a Área de Influência, com 70% dos domicílios sendo atendidos, enquanto que “Outras Formas” atendem a 25,78% da população.

A Microrregião de Itanhaém possuía 1.711,58 km de extensão de rede para abastecimento público de água e 119.554 ligações ativas, segundo o SNIS em 2010. Conforme apresentado no **Quadro II.5.3-61**, todos os municípios que compõem a microrregião apresentam índices de atendimento superiores a 90% dos domicílios.

O sistema de abastecimento de água do município de Itanhaém é o único dependente de apenas uma captação e tratamento por meio de posto de cloração. Os demais municípios possuem mais de uma captação e outros tipos de tratamento, tais como postos de cloração e Estações de Tratamento de Água - ETAs - convencionais. O **Quadro II.5.3-62** apresenta os principais sistemas de abastecimento de água, bem como os mananciais de captação e as localidades atendidas.

**Quadro II.5.3-62 - Sistemas de abastecimento de água da Área de Influência em 2009**

Município	Sistema	Mananciais	Localidades Atendidas
<b>Microrregião Santos</b>			
Praia Grande	Posto de Cloração Melvi	Rio Guariuma, Rio Laranjal, Rio Soldado e Serraria (Pc Melvi)	Sede do Município
	ETA 1 - Pilões	Pilões e Passareúva (Eta1)	Sede do Município
	ETA 3 - Cubatão	Rio Cubatão (Eta3)	Sede do Município
Cubatão	ETA 3 - Cubatão	Rio Cubatão (Eta3)	Sede do Município
	ETA 1 - Pilões	Pilões e Passareúva (Eta1)	Sede do Município
São Vicente	ETA 1 - Pilões	Pilões e Passareúva	Sede do Município
	ETA 3 - Cubatão	Rio Cubatão	Sede do Município
	Posto de Cloração Rio Branco	Corrego Itú	São Vicente Continental
Guarujá	Posto de Cloração Melvi	Rio Guariuma, Rio Laranjal, Rio Soldado e Serraria	São Vicente Continental
	ETA 1 - Pilões	Pilões e Passareúva (Eta1)	Sede do Município e Vicente de Carvalho
	ETA 3 - Cubatão	Rio Cubatão (Eta3)	
Posto de Cloração Piaçaguera	Rio Jurubatuba e Jurubatuba Mirim (Pc Piaçaguera)		
Bertioga	ETA Indaiá	Rio Itapanhaú	Do Jd. Indaiá Até O Jd. das Canções
	Posto de Cloração Boracéia	Rio Ribeirão Pedra Branca	Boracéia
	Posto de Cloração Caruara	Ribeirão Macuco	Caruara
	Posto de Cloração Furnas-Pelaes	Rio Furnas e Rio Pelaes	Sede do Município
	Posto de Cloração São Lourenço	Rio Ribeirão dos Monos	São Lourenço
Santos	ETA 1 - Pilões	Pilões e Passareúva	Sede do Município
	ETA 3 - Cubatão	Rio Cubatão	Sede do Município
<b>Microrregião Caraguatatuba</b>			
Caraguatatuba	ETA Massaguaçu	Rio Tourinhos/ Rio Mococa	Massaguaçu, Capricórnio e Cocanha
	ETA Porto Novo+ ETA Guaxinduba	Rio Claro Alto/ Rio Claro Baixo/ Rio Guaxinduba	Pereque Mirim, Porto Novo, Centro Martim de Sá e Olaria, Prainha, Jd Gaivotas, Indaia, Aruan, Morro do Algodão, Sumaré, Poiares, Britania, Golfi nho, Travessão e Barranco Alto
	ETA Tabatinga	Rio Mococa	Tabatinga Velha

Continua

Conclusão (Quadro II.5.3-62)

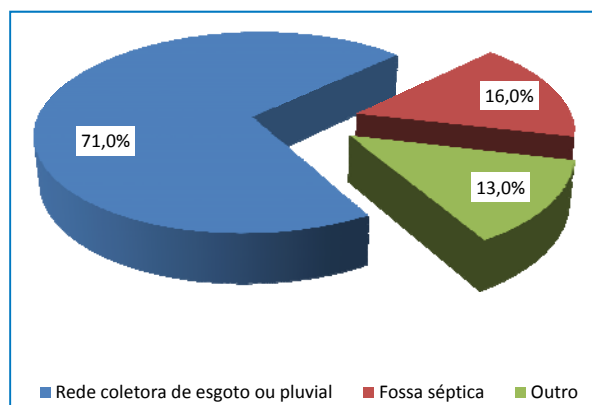
Município	Sistema	Mananciais	Localidades Atendidas
<b>Microrregião Caraguatatuba</b>			
São Sebastião	ETA Boiçucanga	Ribeirão do Itu	Boiçucanga
	ETA Guaecá	Ribeirão Grande	Guaecá, Cap D'antibes, Barequeçaba, Pitangueiras
	ETA Juquehy	Ribeirão Juquehy	Guaeca, Barequeçaba, Juquehy, Barra do Una
	ETA Porto Novo + ETA São Francisco	Rio Claro Alto/ Rio Claro Baixo/ Ribeirão Perequê Mirim	Canto do Mar, Enseada, Jaraguá, Cigarras, Figueira, São Francisco, Morro do Abrigo, Portal do Olaria, Arrastão, Reserve Du Moulin, Pontal da Cruz, Praia Deserta, Porto Grande, Centro, Praia Preta, Topôlandia, Olaria, Itatinga, Varadouro, Praia Grande
	ETA Maresias	Ribeirão da Barra	Maresias e Paúba
	ETA Toque -Toque Grande	Cachoeira de Toque Toque Grande	Toque-Toque Grande
Ilhabela	ETA Água Branca	Ribeirão Água Branca	Armação, Pacuiba, Vila, Pereque, Barra, Velha, Itaquanduba e Itaguassu
	ETA Pombo	Ribeirão do Pombo	Bexiga, Portinho, Ilhote, Feiteira, Praia, Grande, Curral e Piúva
Ubatuba	ETA Carolina	Rio Macacos/ Rio Grande	Lázaro, Prequê-Mirim, Enseada, Toninhas, Ponta das Toninhas, Praia Grande, Tenório, Ponta Grossa, Itaguá, Estufa I e II, Jd Carolina, Marafunda, Bela Vista, Ipiranguinha, Pq. os Ministérios, Centro, Perequê- Açú, Pedreira, Barra Seca, Sumidouro, Taquaral
	ETA Itamambuca	Córrego Itamambuca	Itamambuca
	ETA Maranduba	Rio das Piabas	Maranduba, Sertão da Quina, Sapé, Lagoinha
	ETA Praia Vermelha I	Córrego Praia Vermelha I	P.Vermelha I
	ETA Praia Vermelha II	Córrego Praia Vermelha II	P.Vermelha II
<b>Microrregião Itanhaém</b>			
Monguagá	Posto de Cloração Antas / Posto de Cloração Mambu	Ribeirão das Antas (Pc Antas) / Rio Mambú (Pc Mambu)	Sede do Município
Itanhaém	Posto de Cloração Mambu	Rio Mambú	Sede do Município
Peruíbe	Posto de Cloração Guarauzinho	Ribeirão Guarau	Sede do Município
	Posto de Cloração Mambu	Rio Mambú (Pc Mambú)	Baln. Quintas do Quaraú (Guarauzinho) e Baln. Garça Vermelha
	Posto de Cloração Guarau	Rio Cabuçu, Rio Quatinga e Rio São João (Pc Guarau)	

Fonte: Relatório de Qualidade de Água – 2009.

### Sistema de Esgotamento Sanitário

Os municípios litorâneos paulistas, em sua maioria desprovidos de sistemas adequados para a coleta, tratamento e disposição final dos esgotos, estão pouco preparados para a maciça ocupação sazonal nos meses de verão, acarretando o lançamento direto ou indireto de grande volume de esgotos nos cursos de água mais próximos, que acabam por afluir às praias.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, na Área de Influência existem 616.746 domicílios que possuem algum tipo de destinação e tratamento do esgotamento sanitário. Conforme apresentado na **Figura II.5.3-51**, 70,27% estavam conectados a redes coletoras de esgoto, 16,37% utilizavam fossas sépticas, 13,36% utilizavam-se de outras formas de destinação e 0,11% dos domicílios não possuíam nenhum tipo de instalação sanitária.



**Figura II.5.3-51 - Instalações Sanitárias na Área de Influência em 2010.**

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Apresenta-se, no **Quadro II.5.3-63** a seguir, o número de domicílios por tipo de instalações sanitárias, em suas respectivas microrregiões.

**Quadro II.5.3-63 - Instalações Sanitárias nos municípios da Área de Influência em 2010.**

Municípios	Tipo de esgotamento sanitário			Não tinham
	Rede coletora de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Outro	
<b>Microrregião Santos</b>				
Praia Grande	60 523	17 744	5 134	44
Cubatão	19 719	3 402	13 288	52
São Vicente	88 394	4 950	8 268	85
Guarujá	66 237	4 687	13 928	112
Bertioga	4 411	7 014	3 084	23
Santos	137 684	1 120	5 689	98
<b>Microrregião Caraguatatuba</b>				
São Sebastião	12 279	7 313	3 953	58
Ilhabela	660	2 616	5 723	16
Caraguatatuba	17 900	10 392	3 605	37
Ubatuba	6 772	8 973	9 286	44
<b>Microrregião Itanhaém</b>				
Mongaguá	4 739	7 903	1 938	7
Itanhaém	6 825	16 254	5 120	50
Peruíbe	7 234	8 600	3 385	54

Fonte: Censo, 2010.

Os municípios de Santos, São Vicente e Guarujá foram os municípios que apresentaram os melhores índices de esgotamento sanitário atendidos por redes coletoras de esgotos, não só Microrregião em que se inserem, mas também em toda Área de Influência, sendo 95,22%, 86,92% e 77,96% respectivamente dos domicílios. Destaca-se nesta Microrregião o município de Bertioga que possui a fossa séptica como principal tipo de esgotamento sanitário, com atendimento de 48,27% dos domicílios.

Na Microrregião de Caraguatatuba, os municípios de São Sebastião e Caraguatatuba apresentaram os maiores índices de atendimento por rede de esgotos, 56,05% e 52,02% respectivamente. Em Ubatuba, a principal forma de destinação e tratamento dos esgotos sanitários é através de fossa séptica, utilizada por 35,78% dos domicílios. O município de Ilhabela apresentou o menor índice de atendimento por rede coletora de esgotos: 7,32% dos domicílios possuíam rede de esgotamento sanitário, sendo outras formas de destinação de esgotamento utilizadas por 63,48% dos seus domicílios.

Já na Microrregião de Itanhaém, todos os municípios possuíam a fossa séptica como principal instalação sanitária para coleta e tratamento dos efluentes, sendo que em Itanhaém e Mongaguá, mais da metade dos domicílios possuíam a fossa séptica como principal destinação, 57,54% e 54,18% dos domicílios, respectivamente. Já em Peruíbe este percentual era de 44,62%.

Segundo o SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento em 2010, na Área de Influência existiam 245.209 ligações ativas de esgoto, num total de 3.437,23 km de rede. Nesse ano, foram coletados 65.480,98 m<sup>3</sup>/ano, sendo que 61.918,96 m<sup>3</sup>/ano receberam seu devido tratamento, como observado no **Quadro II.5.3-64**.

**Quadro II.5.3-64 - Informações sobre o sistema de esgotamento sanitário dos municípios da AI de São Paulo no ano de 2010.**

Município	Quantidade de ligações ativas de esgoto	Volume de esgoto coletado (1.000 m <sup>3</sup> /ano)	Volume de esgoto tratado (1.000 m <sup>3</sup> /ano)	Extensão da rede de esgoto (km)
<b>Microrregião Santos</b>				
Praia Grande	26.938	7.344,54	7.344,54	397,82
Cubatão	9.024	1.784,62	1.784,62	131,26
São Vicente	48.689	9.687,21	9.687,21	316,59
Guarujá	33.400	9.295,22	5.830,23	351,97
Bertioga	4.333	614,99	614,99	122,10
Santos	60.175	28.004,90	28.004,90	533,38
<b>Microrregião Caraguatatuba</b>				
São Sebastião	13.312	2.083,46	2.083,46	213,97
Ilhabela	620	145,85	145,85	13,53
Caraguatatuba	23.555	2.946,18	2.946,18	401,04
Ubatuba	8.350	1.466,18	1.466,18	135,49
<b>Microrregião Itanhaém</b>				
Mongaguá	4.350	618,98	618,98	231,78
Itanhaém	4.864	563,00	465,97	254,04
Peruíbe	7.599	925,85	925,85	334,26

Fonte: SNIS, 2010.

Na área de Influência, destaca-se o mar como o principal corpo receptor de efluentes líquidos das mais diferentes fontes, com a presença de sete emissários submarinos: Baía de Santos (Santos), Enseada do Guarujá (Guarujá) e no Oceano Atlântico (Caraguatuba, Ilhabela, Mongaguá, Praia Grande, São Sebastião, Ubatuba), como pode ser observado no **Quadro II.5.3-65**.

**Quadro II.5.3-65** - Atendimento dos Sistemas de Tratamento e Coleta de Esgotos, Corpos Receptores e Cargas Poluentes de Origem Doméstica nos municípios da AI de São Paulo

Municípios	Atendimento		Eficiência (%)	Carga Poluidora (kg DBO/dia)		Corpo Receptor
	Coleta	Tratamento		Potencial	Remanescente	
<b>Microrregião Santos</b>						
Praia Grande	40,66	0	Emissário	13,205	13,205	Oceano Atlântico
Cubatão	30,45	100	70	6,855	5,127	Rio Cubatão
São Vicente	54,76	30	88	17,732	14,753	Humaitá - Rio Mariana, Sumaritá - Rio Branco, Insular - Estuário de Santos
Guarujá	53,02	0	Emissário	16,426	16,426	Enseada/Estuário de Santos
Bertioga	17,93	100	81	2,253	1,632	Rio Itapanhaú
Santos	75,46	0	Emissário	22,425	22,425	Baía de Santos e Canal São Jorge
<b>Microrregião Caraguatuba</b>						
São Sebastião	50,46	100	67	3861	3070	Rios diversos/Mar
Ilhabela	6,87	100	9	1.363	1.363	Rios diversos/Mar
Caraguatuba	31,26	100	95	48.471	3066	Rios diversos/Mar
Ubatuba	23,04	100	83	4204	3153	Rios diversos/Mar
<b>Microrregião Itanhaém</b>						
Mongaguá	17,19	100	88	2,327	1,938	Oceano Atlântico
Itanhaém	6,92	75	96	4,588	4,357	Rios Poço, Itanhaém e Curitiba
Peruíbe	20,24	100	79	3,021	2,52	Rio Preto

Fonte: Relatório de Qualidade de Água – 2009.

Observa-se que, segundo os dados apresentados, os municípios de Guarujá, Praia Grande e Santos não possuem tratamento de esgotos sanitários domésticos. Nestes municípios, os efluentes domésticos passam por um gradeamento, onde são retirados os sólidos grosseiros e em seguida são lançados em alto mar através de emissários submarinos.

A SABESP possui o Programa Onda Limpa, que é o maior projeto de recuperação ambiental do litoral brasileiro, no qual se pretende garantir o afastamento e tratamento de esgotos sanitários nos municípios do litoral paulista. Todos os municípios da Área de Influência em São Paulo fazem parte deste Programa, cuja perspectiva é aumentar o atendimento de coleta de esgotos nestes municípios.

Na Baixada Santista o objetivo é ampliar de 53% para 95% o índice de coleta de esgoto e tratar 100% do esgoto coletado. Nos municípios de Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá, Itanhaém, Peruíbe, Mongaguá, Cubatão e Bertioga serão beneficiados cerca de 3 milhões de pessoas. Nesta área estão previstas 7 unidades de estações de tratamento de esgotos, com capacidade total de 1.621 litros por segundo; 2 unidades de estações de pré-condicionamento, com capacidade total de 6.700 litros por segundo; 1,15 km de emissários terrestres; 4,40 km de emissários submarinos; 1.058,97 km de redes coletoras; 49,46 km de coletores-tronco; 123.024 ligações domiciliares; 102 estações elevatórias; 70,66 km linhas de recalque; 2,2 km de interceptores e 6 (unidades) sistemas de admissão de água dos canais.

No litoral Norte, este programa poderá beneficiar 600 mil pessoas nos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. Até 2015, o programa pretende elevar o índice de coleta de esgotos da região de 35% para 85%, tratando 100% deste total. Nesta área estão previstos 390 km de redes coletoras, coletores tronco, interceptores e emissários; 26.000 novas ligações domiciliares; 155 estações elevatórias de esgotos; 15 estações de tratamento de esgotos e 1 estação de pré-condicionamento (EPC) e um emissário submarino em Ilhabela.

Segundo a SABESP, o Programa irá recuperar a balneabilidade das praias paulistas, incentivar o turismo, reduzir o número de internações por doenças de veiculação hídrica, reduzir os índices gerais de mortalidade, especialmente o índice de mortalidade infantil, além da geração de empregos em todos os municípios participantes.

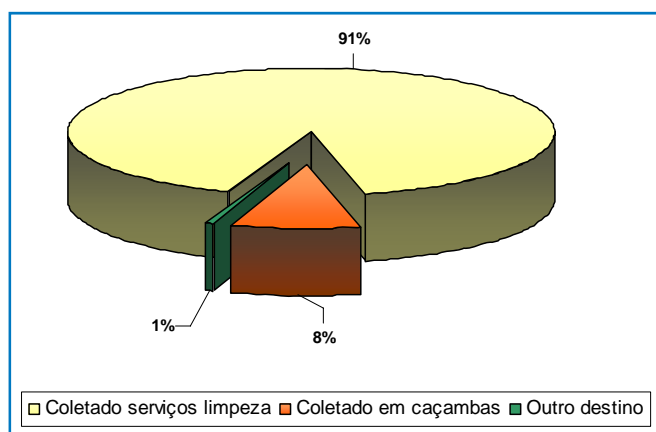
### Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos

No estado de São Paulo, Segundo Relatório Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares – 2010 – CETESB, em 1997, cerca de 77,8% dos municípios do estado não possuíam formas adequadas de disposição final de seus resíduos. Já em 2010, este percentual representava 96,3% dos municípios paulistas. Com a consolidação do Projeto Ambiental Estratégico Lixo Mínimo, a CETESB conseguiu a redução dos sistemas de tratamento e disposição de resíduos municipais em condições inadequadas no estado de 137 no ano de 2007, para 24 em 2010.

Segundo o Censo 2010, foi constatado que na Área de Influência, 99,38% dos domicílios possuíam seus resíduos sólidos coletados por serviços de limpeza e caçambas, outros 0,62% de domicílios possuíam outras formas de destinação, conforme **Quadro II.5.3-66** e **Figura II.5.3-52**, a seguir.

**Quadro II.5.3-66 - Disposição Final do Lixo nos municípios da Área de Influência de São Paulo em 2010.**

Municípios	Destino do lixo, por domicílio			
	Coletado			Outro
	Total	Diretamente por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza	
<b>Microrregião Santos</b>				
Praia Grande	83 187	81 861	1 326	258
Cubatão	36 116	25 549	10 567	346
São Vicente	101 353	98 493	2 860	344
Guarujá	84 259	68 013	16 246	708
Bertioga	14 487	13 575	912	48
Santos	144 290	135 669	8 621	301
<b>Microrregião Caraguatatuba</b>				
São Sebastião	23 523	18 954	4 569	80
Ilhabela	8 949	7 567	1 382	66
Caraguatatuba	31 698	31 052	646	236
Ubatuba	24 980	22 142	2 838	95
<b>Microrregião Itanhaém</b>				
Mongaguá	14 447	14 293	154	141
Itanhaém	27 332	25 822	1 510	917
Peruíbe	18 990	18 230	760	283



**Figura II.5.3-52 - Disposição Final do Lixo na Área de Influência de São Paulo em 2010.**

Fonte: Censo Demográfico, 2010.



Na Microrregião de Santos, o município de Praia de Grande apresentou o melhor índice de atendimento de coleta de resíduos: 98,10 % dos domicílios, seguido pelo município de São Vicente e Santos, que apresentaram atendimento de 96,85 e 93,83% respectivamente. Cubatão apresentou o menor atendimento por coleta, não só na Microrregião em que se insere, mas também em toda Área de Influência, com atendimento de 70,07% dos domicílios.

Na Microrregião de Caraguatatuba, todos os municípios apresentaram índices de atendimento pela coleta superiores a 80%, sendo Caraguatatuba o de maior atendimento, perfazendo 97,24% dos domicílios.

Na Microrregião de Itanhaém todos os domicílios apresentaram atendimento pela coleta de lixo superiores a 90%, sendo que em Mongaguá este percentual foi de 97,98% e em Itanhaém de 91,41%.

Segundo a Prefeitura de Santos, o município realiza a coleta seletiva. Desde 1990, o programa é gerenciado pela SEMAM – Secretaria de Meio Ambiente de Santos e executado pela PRODESAN S/A. O programa consiste na coleta de materiais recicláveis - como metais, plásticos, vidros e papéis – separados previamente do lixo doméstico pelos moradores. A coleta ocorre de segunda a sábado, uma vez por semana, em cada bairro da área insular de Santos.

Todo o material recolhido para a reciclagem é posteriormente encaminhado à Usina de Separação de Materiais, que está localizada no bairro da Alemoa. A separação é realizada por usuários do Programa de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e ex-catadores do Aterro Controlado da Alemoa, aterro que atualmente encontra-se desativado.

O **Quadro II.5.3-67** apresenta a quantidade de resíduos produzidos nos municípios da AI do estado de São Paulo, bem como as principais formas de destinação e respectiva situação dos locais de destinação. Todas as empresas são associadas da APETRES – Associação Paulista das Empresas de Tratamento e Destinação de Resíduos Urbanos, atuando no setor de resíduos e oferecem os mais diversos tipos de serviços neste segmento da indústria do saneamento ambiental.

**Quadro II.5.3-67 - Quantidade de resíduos produzidos e principal forma de destinação dos municípios da AI de São Paulo**

Microrregião	Município	Situação	Lixo (t/dia)	Disposição
Santos	Praia Grande	Adequado	156,5	Dispõe em Aterro Particular em Santos
	Cubatão	Adequado	59,4	Dispõe em Aterro Particular em Santos
	São Vicente	Adequado	199,1	Dispõe em Aterro Particular em Mauá
	Guarujá	Adequado	174,3	Dispõe em Aterro Particular em Santos
	Bertioga	Adequado	18,7	Dispõe em Aterro Particular em Santos
	Santos	Adequado	251,7	Dispõe em Aterro Particular em Santos
Caraguatatuba	São Sebastião	Adequado	29,2	Dispõe em Aterro Particular de Tremembé
	Ilhabela	Adequado	11,2	Dispõe em Aterro Particular de Tremembé
	Caraguatatuba	Adequado	39	Dispõe em Aterro Particular em Santa Isabel
	Ubatuba	Adequado	30,8	Dispõe em Aterro Particular de Tremembé
Itanhaém	Mongaguá	Adequado	18,4	Dispõe em Aterro Particular em Santos
	Itanhaém	Adequado	34,5	Dispõe em Aterro Particular em Mauá
	Peruíbe	Condição controlada	23,6	-

Fonte: Relatório Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares – 2010/CETESB.

A partir dos dados acima pode-se observar que, com exceção ao município de Peruíbe, todos os municípios dispõem seus resíduos sólidos em aterros particulares, que atuam em condições adequadas à legislação ambiental brasileira.

No que se refere à quantidade de resíduos sólidos produzidos diariamente, observa-se que as maiores produções de lixo se concentram em Santos, Guarujá e em São Vicente, que juntos são responsáveis por quase 60% de todo lixo produzido na Área de Influência.

Quanto à destinação dos resíduos, apenas um aterro sanitário utilizado pelos municípios encontra-se localizado na AI. Este aterro encontra-se em Santos: O **Aterro Sanitário Controlado do Sítio das Neves**, que está em funcionamento desde 2002 e situa-se na área continental de Santos, com acesso pela Rodovia Cônego Domênico Rangoni (antiga Piaçaguera-Guarujá), próximo da divisa com Guarujá. Este aterro além de atender ao município, recebe o lixo dos demais municípios que compõem a Baixada Santista.

O aterro foi construído pela Empresa de Saneamento e Tratamento de Resíduos Ltda. (ESTRE) e é um aterro particular, com capacidade de funcionamento estimada de 20 anos, recebendo e dando tratamento para cerca de 1.200 toneladas de lixo por dia, provenientes os municípios da Baixada Santista (Santos, Guarujá, Cubatão, Mongaguá, Praia Grande e Bertioga). O aterro possui

uma área de 1.074.563 metros quadrados, com um total de 53 drenos que garantem a combustão dos gases produzidos pelo chorume. O chorume produzido é encaminhado para uma lagoa com capacidade de 800 mil litros, de onde são destinados para uma empresa especializada em tratamento de efluentes.

O **Aterro Sanitário de Tremembé** está localizado na Cidade de Tremembé – São Paulo e tem 1,5 milhões de metros quadrados e é administrado por uma empresa privada em parceria com a Prefeitura Municipal. O aterro recebe lixo doméstico proveniente dos municípios de Tremembé, Caçapava, São Sebastião, Ilhabela, São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal e Ubatuba, totalizando cerca de 560 toneladas de lixo ao dia.

O **Aterro Sanitário Ananconda**, localiza-se em Santa Isabel, em São Paulo, e foi implantado no ano de 2000. O aterro localiza-se em um terreno de 42 alqueires dos quais 30 hectares são utilizados como depósito de lixo, no km 3 da estrada Santa Izabel-Mogi, ocupando uma área total de 5,3 hectares. Recebe em média 419 toneladas de dejetos por dia.

Possui uma capacidade de receber e tratar 419 toneladas diárias de lixo, que totalizam 152.935 toneladas/ano e a expectativa da Anaconda Ambiental, administradora do Aterro, é que ele opere até o ano de 2030. Desde 2009 este aterro comercializa créditos de carbono na Bolsa de Valores. Na área de influência atende somente ao município de Caraguatatuba.

O **Aterro Sanitário de Mauá** encontra-se em operação, desde 1991, em uma área de 362 mil metros quadrados. Atualmente, o aterro recebe os resíduos domiciliares de sete municípios, sendo eles: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e São Vicente, totalizando em média 1.800 toneladas /dia de lixo.

O município de Peruíbe é o único da AI que não dispõe seus resíduos em um aterro sanitário em funcionamento. Segundo a CETESB, encontra-se em fase de licenciamento um aterro sanitário a ser construído no município.

## **Segurança Pública**

As forças regulares de segurança pública têm suas competências reguladas pelas esferas de atuação Federal, Estadual e Municipal.

O item segurança tem sido ponto de inúmeras discussões tendo em vista a necessidade de se criar uma estrutura específica na esfera municipal para cuidar da segurança pública que nem sempre é observada no país.

Na esfera municipal este setor é representado na forma de secretarias exclusivas ou em conjunto com outras secretarias municipais. De acordo com os dados obtidos no IBGE (2009), a proporção de municípios com estrutura organizacional específica para tratar de assuntos ligados à segurança pública é a mesma encontrada pela pesquisa acerca do Perfil dos Municípios Brasileiros realizada em 2006 onde somente 22,1% dos 5 565 municípios brasileiros contam com este setor estruturado e atuante. O estado do Rio de Janeiro destaca-se no país por apresentar um percentual de 68,5% de seus municípios com mecanismos formais para lidar com a segurança pública (IBGE, 2009).

### **Esfera Federal**

#### **Polícia Federal**

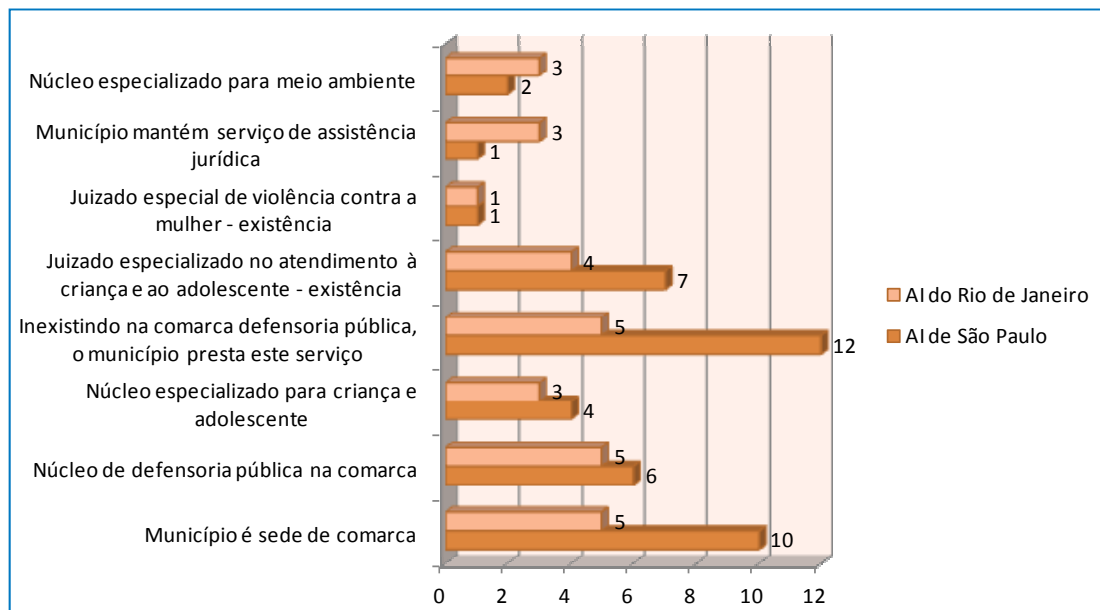
O Departamento de Polícia Federal é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça, cuja função é exercer a segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A Polícia Federal é órgão permanente organizado e mantido pela União. Atua na clássica função institucional de polícia. O Departamento da Polícia Federal tem como principais funções:

- I. Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

- II. Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- III. Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- IV. Exercer, com exclusividade, as funções de Polícia Judiciária da União.

Na Área de Influência, o município do Rio de Janeiro sedia a Superintendência Regional da Polícia Federal e em Niterói foi verificada a existência de delegacia da Polícia Federal. Na AI de São Paulo os municípios de Santos e São Sebastião possuem uma delegacia.

Quanto à justiça os municípios da AI de São Paulo e do Rio de Janeiro estão caracterizados na **Figura II.5.3-53** e detalhadamente no **Quadro II.5.3-68** a seguir, onde percebe-se a existência de núcleos especializados (criança e adolescente, idoso, agrário, mulher) em quase todos.



**Figura II.5.3-53** - Municípios da AI que possuem núcleos especializados de justiça.

Fonte: IBGE, 2009

**Quadro II.5.3-68 - Acesso à justiça nos municípios da AI de São Paulo e do Rio de Janeiro por microrregião, 2009.**

	Microrregião de Caraguatatuba				Microrregião de Itanhaém		
	Caraguatatuba	São Sebastião	Ubatuba	Ilhabela	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe
Município é sede de comarca	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Núcleo de defensoria pública na comarca	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Núcleo especializado para criança e adolescente	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Sim	Sim	Sim	Não aplicável
Núcleo especializado para idoso	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Sim	Não sabe informar	Não	Não aplicável
Núcleo especializado para conflito agrário	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não sabe informar	Não	Não sabe informar	Não aplicável
Núcleo especializado para mulher	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Sim	Não	Sim	Não aplicável
Núcleo especializado para conflito indígena	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não sabe informar	Não	Não sabe informar	Não aplicável
Núcleo especializado para meio ambiente	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não sabe informar	Sim	Sim	Não aplicável
Inexistindo na comarca defensoria pública, o município presta este serviço	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Juizado especializado no atendimento à criança e ao adolescente - existência	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Juizado especializado no atendimento ao idoso - existência	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Juizado especial de violência contra a mulher - existência	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Município mantém serviço de assistência jurídica	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

	Microrregião de Santos					
	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Praia Grande	Santos	São Vicente
Município é sede de comarca	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Núcleo de defensoria pública na comarca	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
Núcleo especializado para criança e adolescente	Não sabe informar	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não	Sim
Núcleo especializado para idoso	Não sabe informar	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não	Não
Núcleo especializado para conflito agrário	Não sabe informar	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não	Sim
Núcleo especializado para mulher	Não sabe informar	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não	Não
Núcleo especializado para conflito indígena	Não sabe informar	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não	Sim
Núcleo especializado para meio ambiente	Não sabe informar	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não	Não
Inexistindo na comarca defensoria pública, o município presta este serviço	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Juizado especializado no atendimento à criança e ao adolescente - existência	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Juizado especializado no atendimento ao idoso - existência	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Juizado especial de violência contra a mulher - existência	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Município mantém serviço de assistência jurídica	Não	Não	Não	Não	Sim	Não

	Região Metropolitana do Rio de Janeiro		Microrregião das Baixadas Litorâneas	Região da Costa Verde			
	RJ	Niterói	Maricá	Mangaratiba	Itaguaí	Angra dos Reis	Paraty
Município é sede de comarca	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Núcleo de defensoria pública na comarca	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Núcleo especializado para criança e adolescente	Sim	Não sabe informar	Sim	Não sabe informar	Sim	Não sabe informar	Sim
Núcleo especializado para idoso	Sim	Não sabe informar	Sim	Não sabe informar	Sim	Não sabe informar	Não sabe informar
Núcleo especializado para conflito agrário	Não sabe informar	Não sabe informar	Não	Não sabe informar	Não	Não sabe informar	Não sabe informar
Núcleo especializado para mulher	Sim	Não sabe informar	Sim	Não sabe informar	Sim	Não sabe informar	Não sabe informar
Núcleo especializado para conflito indígena	Não	Não sabe informar	Não	Não sabe informar	Não	Não sabe informar	Sim
Núcleo especializado para meio ambiente	Sim	Não sabe informar	Sim	Não sabe informar	Sim	Não sabe informar	Não sabe informar
Inexistindo na comarca defensoria pública, o município presta este serviço	Existe defensoria	Existe defensoria	Existe defensoria	Existe defensoria	Existe defensoria	Não sabe informar	Não sabe informar
Juizado especializado no atendimento à criança e ao adolescente - existência	Sim	Não sabe informar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Juizado especializado no atendimento ao idoso - existência	Sim	Não sabe informar	Sim	Não	Não	Sim	Não
Juizado especial de violência contra a mulher - existência	Sim	Não sabe informar	Não	Não	Não	Não	Não
Município mantém serviço de assistência jurídica	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE, 2009.

## **Área de Influência do Estado do Rio de Janeiro**

### Polícia Militar

A Polícia Militar é subordinada, em última instância, ao Governador do Estado, com função regulada pela Constituição Brasileira de Policiamento Ostensivo.

De acordo com estudos desenvolvidos por CANO, et all (s/d) a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), e particularmente o município do Rio, convive com a realidade paradoxal: um lugar referência mundial quando se trata de aspecto cênico e famoso pelo alto grau de violência e criminalidade. No entanto, estudos demonstram que a realidade da criminalidade no Rio de Janeiro diferencia-se de município a município.

No estado do Rio de Janeiro, a Polícia Militar atua em três grandes áreas, sendo uma na capital (compreendendo o município do Rio de Janeiro), Baixada (compreendendo os municípios da baixada fluminense: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Japeri, São João de Meriti e Magé) e Interior (compreendendo os demais municípios do estado).

Cada uma destas áreas está vinculada a um Comando de Policiamento e a eles se subordinam as unidades que executam as diversas formas de Policiamento (geral, radiopatrulhamento, rodoviário, florestal, etc.). Existem outras unidades que pelo seu alto grau de especialização reúnem-se num Comando de Policiamento Especial que abrange todo o estado. É composto de unidades de polícia de choque, operações Policiais especiais, patrulhamento rodoviário, florestal, montado e ferroviário. No estado do Rio de Janeiro foram identificadas 17 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), sendo 15 batalhões atendendo o município do Rio de Janeiro e 02 atendendo Niterói.

**Polícia Militar do Rio de Janeiro/RJ:** Rua Evaristo da Veiga, 78 – Centro - Rio de Janeiro – RJ. - CEP: 20.030-040 - **CMT:** 2333-2774 / 2333-2580

**Polícia Militar de Niterói/RJ:** Rua Feliciano Sodré, 190 – Centro – Niterói – RJ - CEP: 24.030-010



**E-mail:** 4cpa@administrativo.pmerj.org 4cpassjd@cintpm.rj.gov.br;  
4cpa@Policiamilitar.rj.gov.br

**Comandante:** (21) 2717-6534 - **Chefe do EM/4º CPA:** (21) 2717-6396

**Secretaria:** (21) 2717-6513

**Polícia Militar de Maricá/RJ:** Endereço: Rua Barão de Inoá, 12 Maricá - RJ,  
24900-000

**Polícia Militar de Itaguaí/RJ:** Endereço: Rua Ásia, s/n Vila Margarida -  
Itaguaí - RJ - CEP: 23822-250 - **Telefone:** (21) 190

**Polícia Militar de Mangaratiba/RJ:** Endereço: Rod RJ 014, s/n Ibicuí -  
Mangaratiba - RJ - CEP: 23860-000 - **Telefone:** (21) 190

**Polícia Militar de Angra dos Reis/RJ:** Endereço: Rod BR 101 (Rio Santos)  
Km 142,5 – Perequê – Angra dos Reis - CEP: 23903-000 - **Telefone:** 190

**Polícia Militar de Paraty/RJ:** Endereço: Av. Roberto Silveira, s/nº - Portão  
de Ferro I – CEP: 23970-000 – Paraty/RJ - **Telefone:** (24) 3371-9658

O **Quadro II.5.3-69** apresenta os principais indicadores de segurança dos municípios da AI no Rio de Janeiro, segundo informações obtidas junto ao IBGE (2009) e PRODERTJ (2011). Salienta-se:

**Quadro II.5.3-69 - Acesso à segurança nos municípios da AI do Rio de Janeiro por microrregião, 2009 e 2011.**

Segurança	2009						
	Região Metropolitana do RJ		Microrregião das Baixadas Litorâneas	Região da Costa Verde			
	RJ	Niterói	Maricá	Mangaratiba	Itaguaí	Angra dos Reis	Paraty
Caracterização do órgão gestor responsável pela segurança pública no município	Setor subordinado diretamente à chefia do executivo	Secretaria exclusiva	Secretaria em conjunto com outra política	Secretaria exclusiva	Secretaria exclusiva	Secretaria exclusiva	Setor subordinado a outra secretaria
Conselho municipal de segurança pública - existência	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Ano de criação	1999	Não aplicável	Não aplicável	1994	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
O conselho é paritário	Sim	Não aplicável	Não aplicável	Sim	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
<b>Caráter do conselho:</b>							
Consultivo	Não	Não aplicável	Não aplicável	Sim	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Deliberativo	Sim	Não aplicável	Não aplicável	Não	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Normativo	Sim	Não aplicável	Não aplicável	Não	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Fiscalizador	Não	Não aplicável	Não aplicável	Não	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
O conselho realizou reunião nos últimos 12 meses	Sim	Não aplicável	Não aplicável	Sim	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Fundo municipal de segurança pública - existência	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Plano municipal de segurança pública - existência	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
<b>Existe no município:</b>							
Delegacia de polícia civil (*)	Sim (37)	Sim (6)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)
Unidade de Subordinação (*)	2º ao 6º 14º, 16º ao 19º 31º 40º 41º BPM	12º BPM	12º BPM	33º BPM	24º BPM	33º BPM	33º BPM
Delegacia de polícia especializada no atendimento à mulher	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
Delegacia de proteção ao idoso	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Delegacia de proteção à criança e ao adolescente (DPCA)*	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Delegacia da criança e do adolescente (DCA)**	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Delegacia da criança e do adolescente (especialidades não separadas)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Instituição especializada no atendimento ao idoso vítima de violência	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Centros integrados de atenção e prevenção à violência contra o idoso	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Presídio exclusivamente feminino	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Presídio com carceragem exclusivamente feminina	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Instituto médico legal	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Centro de integração social da associação e proteção e assistência ao condenado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Delegacia de proteção ao meio ambiente	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Centro de atendimento especializado para a população lésbica, gay, bissexual, travestis e transexuais	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Conselho comunitário de segurança	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Acesso oficial a registro de criminalidade violenta produzidos pelo estado	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Unidade do Corpo de Bombeiros	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
O município dispõe com relação a Defesa civil de:	Coordenadoria municipal	Outro tipo de unidade	Outro tipo de unidade	Outro tipo de unidade	Outro tipo de unidade	Outro tipo de Unidade	Coordenadoria Municipal

(\*) Dados de 2011 Fonte: IBGE, 2009. PRODERJ, 2011.

Observa-se que em todos os municípios há delegacia de polícia civil, porém quando se necessita de setores mais especializados como delegacia de mulheres, atendimento especializado para a população lésbica, gay, bissexual, travestis e transexuais, proteção ao idoso, ao adolescente, presídio feminino, somente os centros maiores como Rio de Janeiro e Niterói são equipados.

Quanto à criminalidade de acordo com dados divulgados em 2011 pelo Instituto de Segurança Pública, após a instalação das Unidades de polícia Pacificadora – UPP houve uma modificação positiva nos índices registrados referentes ao município do Rio onde os percentuais de queda da criminalidade tem se apresentado maior do que ao do Estado. Os principais pontos destacados pelo Instituto indicam que:

- Os casos de homicídios dolosos caíram na capital de 167 para 131, uma redução de 21,6%. No Estado, a queda de 432 casos para 403 representou 6,7% ocorrências a menos;
- O município registrou redução de 21,5% (de 4.127 para 3.257) quanto aos roubos de rua (a pedestres, de celulares e em coletivos), enquanto a queda percentual no Estado foi de 15,6% (de 5.801 ocorrências para 6.871);
- Os roubos de veículos caíram 16,3% (de 1.784 para 1.493), quando na cidade a variação foi de 32,1% a menos (de 1.134 para 770).

Especificamente sobre as UPPs, estas foram criadas para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e à preservação da ordem pública. De acordo com o Instituto de Segurança Pública as UPPs objetivam consolidar o controle do Estado sobre comunidades que estejam sob influência da criminalidade, atuando de forma a restabelecer a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania. As UPPs estão sendo implantadas desde 2008. O **Quadro II.5.3-70** apresenta a relação de UPPs implantadas até 2011.

**Quadro II.5.3-70 - UPPs criadas na cidade do Rio de Janeiro**

UPP	Data de Inauguração	Delimitação Territorial
Dona Marta	19.12.2008	DOERJ nº 044 de 10/03/11
Cidade de Deus	16.02.2009	DOERJ nº 039 de 28/02/11
Batam	18.02.2009	DOERJ nº 044 de 10/03/11
Chapéu Mangueira e Babilônia	10.06.2009	DOERJ nº 044 de 10/03/11
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23.12.2009	DOERJ nº 044 de 10/03/11
Ladeira dos Tabajaras e Cabritos	14.01.2010	DOERJ nº 044 de 10/03/11
Morro da Providência, Pedra Lisa e Moreira Pinto	26.04.2010	DOERJ nº 044 de 10/03/11
Morro do Borel, Casa Branca, Chácara do Céu, Indiana, Morro do Cruz, Catrambi	07.06.2010	DOERJ nº 044 de 10/03/11
Formiga	01.07.2010	DOERJ nº 044 de 10/03/11
Morro do Andaraí, Nova Divinéia, João Paulo II, Juscelino Kubitschek, Jamelão, Morro Santo Agostinho e Arrelia	28.07.2010	DOERJ nº 044 de 10/03/11
Salgueiro	17.09.2010	DOERJ nº 044 de 10/03/11
Turano	30.10.2010	DOERJ nº 044 de 10/03/11
Macacos	30.11.2010	DOERJ nº 044 de 10/03/11
Quieto, São João e Matriz	31.01.2011	DOERJ nº 019 de 31/01/11
Fallet, Fogueteiro, Coroa	25.02.2011	DOERJ nº 037 de 24/02/11
Prazeres, Escondidinho	25.02.2011	DOERJ nº 037 de 24/02/11
Morro São Carlos, Mineira, Zinco e Querosene	17.05.2011	DOERJ nº 090 de 17/05/11

Fonte: ISP, 2011.

As áreas potencialmente contempláveis por uma UPP, são aquelas constituídas por comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, onde grupos criminosos afrontam o Estado Democrático de Direito (ISP, 2011).

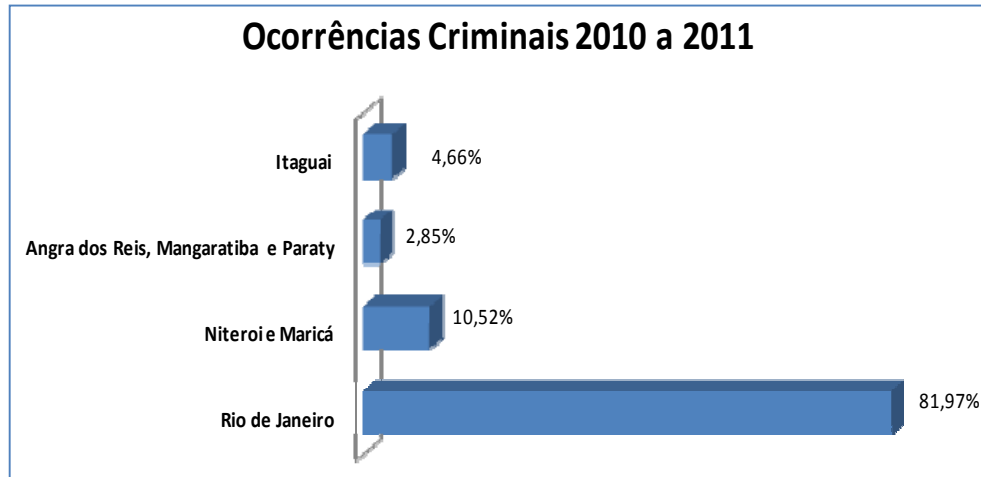
No contexto geral o crescimento das ocorrências nos municípios da AI entre 2010 e o primeiro semestre de 2011 mostraram-se ainda crescentes. Destaca-se a cidade do Rio de Janeiro que mesmo tendo ações expressivas do Governo do Estado e da Municipalidade, ainda apresentou 26,8% de crescimento de ocorrências no primeiro semestre de 2011 comparado ao ano de 2010. Vide **Quadro II.5.3-71** e **Figura II.5.3-54**.

**Quadro II.5.3-71 - Ocorrências criminais nos municípios da AI do Rio de Janeiro**

Tipologia das ocorrências	Itaguaí(*)		Niterói e Maricá		Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty (**)		Rio de Janeiro	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Vítimas de crimes violentos	1782	2032	1773	1770	859	987	13271	13849
Vítimas de crime de trânsito	475	531	1083	1038	317	415	7202	7545
Vítimas de mortes com tipificação provisória	13	17	11	21	10	20	100	70
Registro de crimes contra o patrimônio	923	882	3910	4090	284	380	36990	82815
Total de roubos	690	546	2686	3033	115	123	31440	21032
Total de furtos	1291	1667	5431	5435	1034	1091	38047	35786
TOTAL	14533	16017	33783	35100	8913	9753	259588	277205

(\*) Inclui dados de mais 4 municípios (\*\*\*)Inclui dados de mais 1 municípios Obs. Dados de 2011 somente de Jan a Jun  
Fonte: ISP, 2011.

Merece destaque que dentro dos registros de crimes contra o patrimônio, o estelionato é a forma mais recorrente de registro, seguido dos furtos.



**Figura II.5.3-54 - Evolução percentual de ocorrências criminais nos municípios da AI do Rio de Janeiro**

Fonte: ISP, 2011.

### Defesa Civil e Corpo de Bombeiros

No estado do Rio de Janeiro a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros realizam uma atuação conjunta através da CBMERJ – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Após percorrer um longo trajeto para alcançar o formato atual, o CBMERJ – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro encontra-se ligado à Defesa Civil desde 1983, sendo o comandante do Corpo de Bombeiros Militar também o Secretário da Defesa Civil (SEDEC), atualmente o Secretário – Comandante é o Coronel Sérgio Simões.

Através da atuação conjunta dos órgãos a ação fica facilitada, uma vez que o comandante possui acesso direto ao poder executivo, sendo repassadas as necessidades e solicitações diretamente ao governador quando necessário.

A atuação dos bombeiros junto à Defesa Civil acontece em quatro etapas. Na primeira fase, que é a de prevenção, atuam vários órgãos junto aos bombeiros, realizando ações como o mapeamento das áreas de risco, a identificação de locais

para abrigo, entre outros. A etapa dois consiste em uma fase exclusiva dos bombeiros, que é a de socorro, atendimento e resposta à população mediante a um desastre ocorrido. A terceira etapa é a assistência à população após a realização de resgates, e nesta os bombeiros atuam como agentes do poder público (Defesa Civil) em ações como a administração dos abrigos. Com relação à última fase, os bombeiros auxiliam na reconstrução a fim de buscar o retorno da normalidade.

No ano de 2003 conforme a revista emergência, existiam no Estado do Rio de Janeiro, 229 viaturas, um efetivo de 15 mil bombeiros e 108 quartéis operacionais, distribuídos em 48 municípios do Estado, o que no período representava um bombeiro para cada mil habitantes.

Para realização das ações de Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros possui 28 grupamentos, que são distribuídos em 04 Marítimos, 01 de Busca e Salvamento, 02 de Socorro e Emergência (GSE – que realiza atendimento pré-hospitalar), 02 de Socorro Florestal e Meio Ambiente, 01 Tático para Suprimento de Água para Incêndios (GTSAI), 01 Operações com Produtos Perigosos (GOPP), 01 Operações Aéreas (GOA), 01 Grupamento de Operações com Tecnologias Avançadas, 01 Grupamento de Prevenção em Estádios; 59 Destacamentos de Bombeiro-Militar e 04 Postos Avançados de Bombeiro-Militar.

O ano de 2011 foi marcado por grandes tragédias no Rio de Janeiro, como por exemplo as chuvas ocorridas no mês de janeiro na região serrana alcançando um total de 889 óbitos, 13.741 desabrigados e 22.496 desalojados, instaurando na região estado de calamidade pública. Ainda no mesmo ano, foi registrado vazamento de óleo após acidente da Chevron Brasil, próximo ao Campo do Frade e à cerca de 370 Km a nordeste da costa do rio de Janeiro, foram feitas estimativas com base nos sobrevôos na área e indicam que vazaram entre 400 e 650 barris.

Para o acionamento da Defesa Civil é disponibilizado o número 199, gratuito e utilizado pra situações de calamidade pública. No caso do Corpo de Bombeiros o número utilizado é 193.

A localização da sede e grupamentos da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros na Área de Influência podem ser observados no **Quadro II.5.3-72**.

**Quadro II.5.3-72 - Grupamentos da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros**

Município	Unidade	Contato
<b>Região AI - Região Metropolitana AI</b>		
Niterói	Quarto Grupamento Marítimo - 4º GMAR	(21) 27099201
	Terceiro Grupamento de Bombeiro Militar - 3º GBM	(21) 2719-0193
Rio de Janeiro	Sede da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro e Grupamento Operacional de Comando Geral	(21) 2333-2901 (21) 2333-2902 (21) 2333-3280.
	Destacamento de Bombeiro Militar 1/GOCG - Aeroporto Santos Dumont	(21) 38147280
	1º GBM – HUMAITÁ	(21) 23348116
	Destacamento de Bombeiro Militar 1/1 – Catete	(21) 23344139
	2º GBM – Méier	(21) 23348904
	Destacamento 1/2 – Ramos	(21) 23347885
	8º GBM – Campinho	(21) 23335638
	Destacamento 1/8 – Realengo	(21) 23334788
	11º GBM - Vila Isabel	(21) 25776752
	Destacamento 1/11 – Benfica	(21) 23324578
	Destacamento 2/11 – Grajaú	(21) 23321637
	POSTO Avançado de Bombeiro Militar - PABM 08	(21) 23348468
	12º GBM – Jacarepaguá	(21) 23322609
	13º GBM - Campo Grande	(21) 23336981
	Destacamento 1/13 - Santa Cruz	(21) 23337336
	Destacamento 2/13 - Distrito Industrial de Santa Cruz	(21) 23337347
	Posto Avançado de Bombeiro Militar - PABM 02 - PED...	(21) 23336986
	17º GBM – Copacabana	(21) 23338640
	19º GBM - Ilha do Governador	(21) 23346433
	Destacamento 2/19 - Tubiacanga	(21) 23346509
	24º GBM – Irajá	(21) 23338332
	28º GBM – Penha	(21) 23347864
	Primeiro Grupamento de Socorro Florestal - 1º GSFM	(21) 23336335
	Destacamento 1/1º GSFMA - Santa Teresa	(21) 23344046
	Grupamento Tático de Suprimento de Água Em Incêndio	(21) 23324666
	Primeiro Grupamento de Busca e Salvamento - 1º GBS	(21) 33251234
	Grupamento de Operações Aéreas – GOA	(21) 23334425
	1º Destacamento do Grupamento de Operações Aéreas	(21) 23322948
	DBM 2/GOA - Aeroporto de Jacarepaguá	(21) 23334423
	Grupamento Operacional para Tecnologias Avançadas	(21) 25737215
Primeiro Grupamento Marítimo - 1º GMAR – Botafogo	(21) 22958585	
Segundo Grupamento Marítimo - 2º GMAR - Barra da Tijuca	(21) 23336378	
Terceiro Grupamento Marítimo - 3º GMAR - Copacabana	(21) 23322057	
<b>Região AI - Região das Baixadas Litorâneas AI</b>		
Maricá	Destacamento 3/M – Maricá	(21) 26372662
<b>Região AI - Região da Costa Verde AI</b>		
Itaguaí	Destacamento 1/10 – Itaguaí	(21) 37811278
Angra dos Reis	CBA Costa Verde VII - Comando de Área de Bombeiro Militar 10º GBM – Angra dos Reis	(24) 8833-8239
Paraty	26º GBM – Paraty DBM 1/26 – MAMBUCABA	(24) 3371-1193

Percebe-se que a região metropolitana é a que possui maior cobertura da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros, uma vez que comporta no Rio de Janeiro o Escritório Sede da Secretaria de Defesa Civil (SEDEC) e CBMERJ e vários grupamentos de incêndio e especiais de corpo de Bombeiro e destacamentos e em Niterói possui um grupamento de corpo de bombeiros e marítimo.

A região das Baixadas Litorâneas, mais especificamente Maricá, possui apenas um Destacamento do Corpo de Bombeiros, assim como na região da Costa Verde, presente apenas em Itaguaí. Inexiste alguma estrutura de bombeiros e defesa civil a nível estadual em Mangaratiba.

Todos os municípios da Área de Influência possuem órgãos municipais de defesa civil, que atuam como um apoio à Defesa Civil do Estado em cada região em que encontra-se localizada, ajudando desta forma no atendimento de ocorrências locais.

No município do Rio de Janeiro, atua como órgão municipal a Sub-Secretaria de Defesa Civil do Rio de Janeiro. A Defesa Civil local apresenta os projetos NUDEC, que consiste na implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil afim de aumentar a resiliência da população diante de situações de risco, outro projeto é o A2C2 – Sistema de Alerta e Alarme Comunitário para Chuvas Fortes sobre o qual o acionamento e feito através de mensagens de texto SMS, avisos de alerta são dados por alarmes e sirenes são utilizadas para avisos de alarme. Existe ainda uma Rede Municipal de Servidores Voluntários e Amigos da Comunidade – SVAC, que são treinados para auxiliar na desocupação das áreas de alto risco.

Em Niterói existe uma Secretaria Municipal de Defesa Civil, e foram registradas algumas ações do órgão junto à comunidade, como treinamento da população orientando como agir em situações de ocorrências, e ainda um canal de comunicação com a comunidade através da mídia para avisar situações de risco.

Em Maricá, está localizado o COMDEC – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Maricá, aliado à Subsecretaria de Defesa Civil que é fruto da união dos esforços do Corpo de Bombeiro e da Prefeitura do município. Este órgão oferece



apoio e subsídios operacionais e logísticos às situações de riscos, além de elaborar um planejamento de ações preventivas. Fora as grandes ocorrências a Defesa Civil são realizadas as atividades de retirada de enxames, apreensão de animais de médio e grande porte, vistorias em áreas de risco e busca e salvamento marítimo.

Itaguaí possui o órgão de Defesa Civil integrado ao Conselho Comunitário de Segurança Pública de Itaguaí, sobre o qual estão reunidos ainda diversos outros órgãos, como o Conselho Tutelar, Prefeitura, Ministério Público Criminal, Polícia Civil, Polícia Militar, entre outras.

A Defesa Civil de Mangaratiba objetiva a redução dos desastres através da diminuição da ocorrência e da intensidade destes, para tanto são realizados Programas e Projetos. Alguns dos programas são o NUDEC - Núcleos Comunitários de Defesa Civil e o PAM – Plano de Auxílio Mútuo. O PAM é composto por 31 entidades e dentre elas estão o Corpo de Bombeiros, Colégio Naal, Polícia Federal, Condomínios, entre outras, com o intuito de estabelecer um plano e mecanismos de acionamento dos integrantes caso apresente-se alguma situação de risco.

Os Projetos da Defesa Civil de Maricá são a Defesa Civil Mirim, que ensina as crianças algumas ações de segurança para atendimento de riscos e manuseio de materiais; Golfinhos de Mangaratiba que realiza no período de férias de janeiro atividades de recreação, educação física, conhecimentos sobre o mar e preservação da natureza; Proteção Comunitária que é um curso oferecido ao público adulto, orientando em teoria e prática como praticar primeiros socorros, combate à incêndios e comportamento ambiental; e finalmente o Educapam que é uma ação ocorrida no mês de Novembro, voltada para a redução de acidentes de trânsito através da abordagens dos motoristas em rodovia federal por crianças dos Projetos Golfinhos de Mangaratiba e Defesa Civil Mirim.

Em Mangaratiba a Defesa Civil atende cotidianamente ocorrências de resgate a animais, vistoria de situações e áreas de risco e são realizados apoio a eventos e acidentes de trânsito.

Para o Estado do Rio de Janeiro devido à existência de usinas nucleares, existe um Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON, que foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro em 1980, e regulamentado pelo Decreto nº 2.210, de 22 de abril em 1997.

O objetivo deste programa é garantir o planejamento, ação conjunta e execução continuada de providências para o atendimento da necessidade de segurança das atividades e projetos nucleares, bem como a população e o meio ambiente. Para tanto é necessário que os órgãos de defesa civil realizem um planejamento e implementem ações preventivas e preparatórias afim de garantir a segurança da população em uma situação de emergência.

A Secretaria Nacional de Defesa Civil, juntamente com os órgãos de Defesa Civil Estadual e Municipal, agregam todas as responsabilidades a serem tomadas para a segurança da população nas proximidades das Usinas Nucleares, sendo previsto para a preparação de enfrentamento de um suposto acidente no local e garantia da eficácia e eficiência das ações, um treinamento que é realizado a cada dois anos.

Diante da distribuição de responsabilidades para cada órgão de defesa civil é fácil visualizar a importância do engajamento dos órgãos em treinamentos, simulações e transmissão de informações para a população de como agir diante de um acidente nuclear.

### Guardas Municipais

As atribuições da guarda municipal estão traçadas no Capítulo III da Constituição Federal de 1988, que trata da segurança pública. O parágrafo 8º do art. 144 estabelece que os municípios possam criar guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

No que se refere aos municípios da AI no estado do Rio de Janeiro, todos eles possuem guarda municipal, conforme dados do IBGE (2009). No **Quadro II.5.3-73**, a seguir são listados os contados das Guardas Municipais da Área de Influência do Rio de Janeiro.

**Quadro II.5.3-73 - Acesso à guarda municipal nos municípios da AI do Rio de Janeiro por microrregião, 2009.**

Guarda Municipal do Rio de Janeiro	Tenente Coronel Carlos Moraes Antunes – Endereço: Av. Pedro II, 111 – São Cristóvão – Rio de Janeiro Telefone: (21) 3295-5500
Guarda Municipal de Niterói	Coronel Carlos Alberto Victorino Guedes – Endereço: Rua Coronel Miranda, 18 – Ponta d'Areia - Niterói - CEP: 24.040-025 - Telefone: (21) 2613-3292.
Guarda Municipal de Maricá	Endereço: Avenida Nossa Senhora do Amparo, 269, Centro, Maricá-RJ.
Guarda Municipal de Itaguaí	Endereço: Rua General Bocaiúva, 636 - Itaguaí - RJ, CEP: 23815-310 - Telefone: (21) 2688-3324.
Guarda Municipal de Mangaratiba	Telefone: (21) 3789-3037 Ramal 249.
Guarda Municipal de Paraty	Rua D, s/nº Vila Colonial – CEP: 23970-000 – Paraty/RJ – Tel: (24) 3371-1631

Fonte: IBGE, 2009.

O **Quadro II.5.3-74** retrata a existência e as características das guardas municipais existentes na AI do Rio de Janeiro.

**Quadro II.5.3-74 - Acesso à guarda municipal nos municípios da AI do Rio de Janeiro por microrregião, 2009.**

Guarda Municipal	2009						
	Região Metropolitana do RJ		Microrregião das Baixadas Litorâneas		Microrregião da Costa Verde		
	RJ	Niterói	Maricá	Mangaratiba	Itaguaí	Angra dos Reis	Paraty
Guarda municipal - existência	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Ano de criação	1992	1937	2001	1989	1990	Não aplicável	1992
<b>Treinada e/ou capacitada</b>							
Na ocasião do ingresso	Não	Não	Sim	Não	Não	Não aplicável	Não
Periodicamente	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não aplicável	Não
Ocasionalmente	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não aplicável	Sim
Não é treinada e/ou capacitada	Não	Não	Não	Não	Não	Não aplicável	Não
Existência de disciplina e/ou matéria de direitos humanos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não aplicável	
Formação profissional do comandante	Policia militar	Policia militar	Policia militar	Policia militar	Policia militar	Não aplicável	Policia Militar
A guarda utiliza	Apenas armas não letais	Apenas armas não letais	Nenhum tipo de arma	Nenhum tipo de arma	Apenas armas não letais	Não aplicável	Armas Não letais
Faixa do salário inicial	Mais de 1 a 3 salários mínimos	Até 1 salário mínimo	Até 1 salário mínimo	Até 1 salário mínimo	Mais de 1 a 3 salários mínimos	Não aplicável	Mais de 1 a 3 salários mínimos
<b>Órgão de controle</b>							
Interno (corregedoria)	Sim	Não	Não	Não	Não	Não aplicável	Não
Externo (ouvidoria)	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não aplicável	Não
Outro tipo de controle	Não	Não	Não	Sim	Não	Não aplicável	Não
Não possui	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não aplicável	Sim
Registro de ocorrências	Registro manual e eletrônico	Registro manual	Registro manual	Registro manual	Registro manual	Não aplicável	Registro manual
<b>Principais atividades:</b>							
Segurança e/ou proteção do prefeito e/ou outras autoridades	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não aplicável	Não
Ronda escolar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não aplicável	Sim
Proteção de bens, serviços e instalações do município	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não aplicável	Sim
Posto de guarda (bairros, entrada da cidade, etc.)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não aplicável	Não
Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou montado	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não aplicável	Sim

Continua

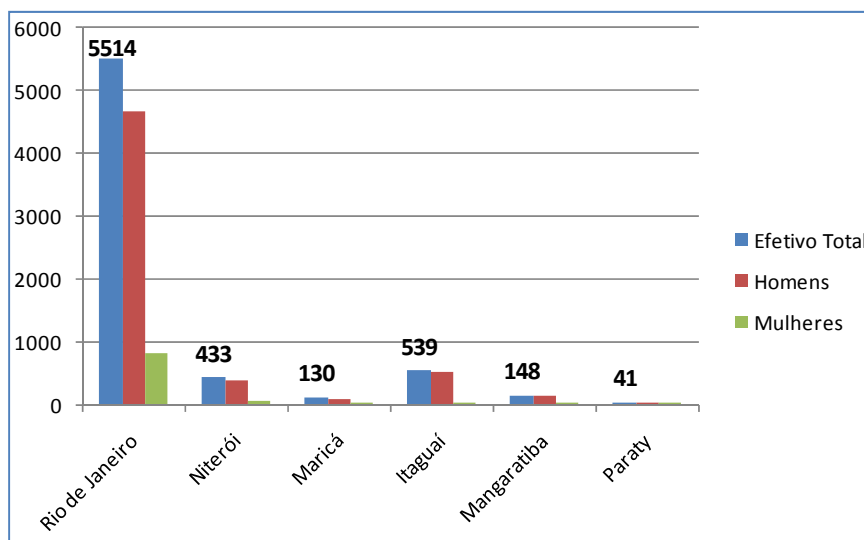
Conclusão (Quadro II.5.3-74)

Guarda Municipal	2009						
	Região Metropolitana do RJ		Microrregião das Baixadas Litorâneas		Microrregião da Costa Verde		
	RJ	Niterói	Maricá	Mangaratiba	Itaguaí	Angra dos Reis	Paraty
<b>Principais atividades:</b>							
Atividades da defesa civil	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não aplicável	Não
Atendimento de ocorrências Policiais	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não aplicável	Não
Proteção ambiental	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não aplicável	Não
Auxílio no ordenamento do trânsito	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não aplicável	Sim
Controle e fiscalização de comércio de ambulantes	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não aplicável	Sim
Auxílio à Polícia Militar	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não aplicável	Sim
Ações educativas junto à população	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não aplicável	Não
Auxílio à Polícia Civil	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não aplicável	Não
Patrulhamento de vias públicas	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não aplicável	Sim
Auxílio ao público	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não aplicável	Sim
Auxílio no atendimento do Conselho Tutelar	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não aplicável	Não
Segurança em eventos/comemorações	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não aplicável	Não
Atendimento sociais (partos, assistência social, dentre outros)	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não aplicável	Não
Serviços administrativos (serviço burocrático, secretariar autoridades)	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não aplicável	Não aplicavel
Assistência ao judiciário	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não aplicável	Não aplicavel
Programas sociais de prevenção ao crime e violência	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não aplicável	Não aplicavel
Outras	Não	Não	Não	Sim	Não	Não aplicavel	Não

Fonte: IBGE, 2009.

Conforme pode ser constatado todos os municípios possuem uma guarda municipal montada e comandada por um policial militar. O efetivo é treinado/capacitado para o atendimento quer seja sob forma de patrulhamento, ou posto de guarda. Quanto à forma de fazer os registros de ocorrência, a maioria é feita manualmente, a próprio punho, seguido dos registros manual e eletrônico que somente ocorrem na cidade do Rio.

A **Figura II.5.3-55** apresenta o efetivo em 2009 desta corporação em cada um dos municípios. Salienta-se que o efetivo de Itaguaí é maior do que Niterói, mesmo tendo condições espaciais e de população bem inferiores a Niterói.



**Figura II.5.3-55** - Efetivo da guarda municipal dos municípios da AI do Rio de Janeiro – 2009.

Fonte: IBGE, 2011

## Área de Influência do Estado de São Paulo

### Polícia Militar

Conforme já mencionado, a Polícia Militar é subordinada, em última instância, ao Governador do Estado, com função regulada pela Constituição Brasileira de Policiamento Ostensivo.

O estado de São Paulo merece destaque pela divulgação periódica dos dados estatísticos sobre segurança pública. A Secretaria de Segurança Pública

do Estado divulga mensalmente dados estatísticos referentes à segurança pública no âmbito municipal e por unidade policial. As informações divulgadas são de grande importância para apoiar o monitoramento da evolução das tendências dos principais indicadores criminais do período e o planejamento do Estado e das polícias. Desta forma, segundo a Secretaria de Segurança do Estado é possível realizar o planejamento de ações policiais e de investimentos no setor.

A coleta de dados criminais é realizada pelas polícias, a partir do registro de ocorrências criminais. A própria Secretaria da Segurança Pública realiza a compilação dos dados, por intermédio da Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) - responsável pela análise dos dados de interesse policial e pela realização de estudos para prevenir e reprimir a criminalidade. A Secretaria de Segurança explica que para que um crime faça parte das estatísticas oficiais são necessárias três etapas sucessivas: o crime deve ser detectado, notificado às autoridades policiais e, por último, registrado no boletim de ocorrência.

As informações trabalhadas no estudo referem-se às estatísticas obtidas através da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo. Os municípios pertencentes às microrregiões de São Paulo estudadas foram identificados de acordo com a divisão de regiões estratégicas nos seguintes órgãos de execução policial: 09 unidades de Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior (DEINTER), 01 unidade Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP) - Comando de Policiamento da Capital - CPC e Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo-DEMACRO (exceto município de São Paulo).

Segundo dados obtidos através da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, os municípios estudados da microrregião de Caraguatatuba pertencem a DEINTER 6 e os municípios das microrregiões de Itanhaém e Santos a DEINTER 1 - CPI 1.

O **Quadro II.5.3-75** a seguir apresenta dados referente à taxa de delitos por 100 mil habitantes dos municípios da AI de São Paulo por microrregião (2010).

**Quadro II.5.3-75 - Taxa de delitos por 100 mil habitantes dos municípios da AI de São Paulo por microrregião, 2010.**

Microrregião	Municípios	Homicídio Doloso		Furto		Roubo		Furto e Roubo de Veículo	
		Ano		Ano		Ano		Ano	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Caraguatatuba	Caraguatatuba	23,53	11,01	952,81	601,39	174,48	131,83	133,31	37,38
	São Sebastião	31,41	14,14	1453,73	1145,71	193,37	223,19	114,85	41,66
	Ubatuba	24,97	12,23	1512,84	883,33	181,68	159,68	86,1	61,83
Itanhaém	Itanhaém	30,18	8,67	1464,9	1745	562,16	451,79	158,65	101,92
	Mongaguá	38,25	11,2	1621,66	1550,5	536,98	491,53	143,81	307,36
	Peruíbe	38,23	17,54	1886,54	1367,75	529,97	694,84	238,62	187,4
Santos	Bertioga	24,25	3,01	1024,04	616,16	135,58	115,76	39,68	24,72
	Cubatão	49,2	20,02	1111,07	1274,44	717,51	798	97,46	389,7
	Guarujá	29,16	5,81	597,99	534,87	432,02	485,55	72,81	85,24
	Praia Grande	24,37	4,08	658,3	537,6	381,83	351,19	258,2	145,7
	Santos	16,85	6,51	1095,35	1284,49	519,75	731,54	252,96	421,18
	São Vicente	34,56	7,25	546,83	573,43	403,96	471,43	110,13	201,63

OBs. Não há dados disponibilizados para Ilhabela.

Fonte: Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, 2010.

De acordo com os dados do **Quadro II.5.3-75** verifica-se que, a maior parte dos delitos ocorridos apresentou queda em suas taxas. No que diz respeito ao homicídio doloso todas as microrregiões apresentaram em seus municípios de estudos queda das taxas.

No entanto cabe observar os municípios como São Sebastião, Mongaguá, Peruíbe, Cubatão, Guarujá, Santos e São Vicente apresentaram aumento em alguma(s) de suas taxas como pode ser evidenciado no quadro.

O desenvolvimento e investimento na segurança pública do estado como novas viaturas, policiamento aéreo, videomonitoramento, novas unidades de PM, delegacias estratégicas e corpo de bombeiros, aumento no efetivo, melhor capacitação dos profissionais, polícias comunitárias e demais ações de melhorias impactam de maneira positiva nas taxas apresentadas.

De acordo com informações obtidas junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (2011) os investimentos tem gerado uma diminuição nos índices de criminalidade, mostrando resultados abaixo do estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que considera epidêmicas taxas acima de 10/100 mil habitantes. Dados divulgados no site da Secretaria para os oito primeiros meses de 2011 mostram que as ocorrências de homicídios dolosos caíram de 2.920 para 2.739, uma queda de 6,2% ou 9,86 por grupo de 100 mil habitantes.



A SSP atribui a redução dos homicídios à intensificação do patrulhamento ostensivo, com retirada das armas ilegais das ruas, e à investigação de crimes, identificação e prisão dos autores (SSP, 2011).

Todos os municípios pertencentes às microrregiões estudadas possuem, de acordo com a demanda necessária, suas unidades de segurança seja, Polícia Militar, Civil, Ambiental ou Corpo de Bombeiros. A população ainda conta com os serviços de Delegacia Eletrônica. A Delegacia Eletrônica de Polícia Civil do Estado de São Paulo foi criada pela Portaria DGP de 04/02/2000 e destina-se ao registro de alguns tipos de boletins de ocorrência pela internet (SSP, 2011).

O **Quadro II.5.3-76** apresenta os endereços dos batalhões de Polícia Militar nos municípios da AI de São Paulo. Destaca-se que em cada município há mais de um posto de atendimento à população.

**Quadro II.5.3-76 - Localização de batalhões da Polícia Militar nos municípios da AI de São Paulo – 2011.**

Microrregião	Municípios	Endereço da Polícia Militar
Caraguatatuba	Caraguatatuba	Avenida Maranhão, 341 (12) 3882-2333 Avenida Horácio Rodrigues, 607 (12) 3882-3688
	São Sebastião	Rua S Paulo, 2146 (13) 3448-1634 Av. Itatinga, 171 (12) 3892-3116
	Ubatuba	Rua Sgt Rubens Leite, s/n Tel: (12) 3849-8339 - SP - CEP: 11680-000 Rua Maria Regina, 1 (12) 3832-3598 - Rua Guanabara, 18 (12) 3832-1290
	Ilhabela	Av. Princesa Isabel, 2976 (12) 3895-7100
Itanhaém	Itanhaém	Av. Clara Martins Zwarg, 1252 (13) 3425-6849 Rua João Batista Leal, 755 (13) 3422-1220 - Est Gentil Perez, 130 (13) 3427-6655
	Mongaguá	Rua São Paulo, 2146 (13) 3448-1634 Rua Antônio Humberto Tórtora, 430 (13) 3446-2043
	Peruíbe	Rua Rio de Janeiro, 330 (13) 3455-7961 Av. Rubens Ferreira Martins, 462 (13) 3455-2020 - Av. Gov Mário Covas Jr (13) 3455-4010
Santos	Bertioga	Rua Ayrton Senna Silva, 825 (13) 3316-2695 Av. Eurico Massaro Matsutani (13) 3313-2002 - Rua Irmãos Adorno, 74 (13) 3313-1065
	Cubatão	Avenida Joaquim Miguel Couto, 800 (13) 3361-1464
	Guarujá	Est Alexandre Migueis Rodrigues, 796 - Jardim Guaiuba (13) 3354-2800 Rua Mário Ribeiro, 971 (13) 3384-1415
	Praia Grande	Rua Amália B Pastorello (13) 3473-4980 - Rua Guimarães Rosa, 1069 (13) 3471-3936 Rua Gal Otelo Rodrigues Franco, 277 (13) 3491-1325 - Rua José Júlio M Batista, 225 (13) 3596-7279 - Rua Gilberto Fouad Beck, 122 (13) 3494-3090
	Santos	Rua Dr Gaspar Ricardo, 9 (0xx)13 3251-3969 - Av. Cons Nebias, 184 - Vila Matias (13) 3222-5200 - Rua Senador Dantas, 318 - Estuário (13) 3227-0881 Av. Cel Joaquim Montenegro, 282 (13) 3278-0190 - Av. Ana Costa, 389 - Vila Matias (13) 3284-0397
	São Vicente	Rua Sto Antônio, 313 (13) 3561-7004 - Av. Newton Prado, 26 (13) 3467-9288 Rua Freitas Guimarães, 340 - Centro (13) 3467-3725 Pc Imigração Japonesa (13) 3463-8258

Fonte: Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, 2011.

## Defesa Civil

Segundo o Governo de São Paulo, a Defesa Civil surgiu no Estado após os resultados desastrosos decorrentes das intensas chuvas ocorridas em Caraguatatuba (1967) e dos incêndios dos Edifícios Andraus (1972) e Joelma (1974) que mataram inúmeras pessoas devido à falta de rápida coordenação dos órgãos públicos e integração com as comunidades.

Diante destas tragédias a população paulista percebeu a necessidade de ter-se um órgão que, ao mesmo tempo, pudesse prevenir a ocorrência destes eventos ou, na impossibilidade da prevenção, minimizar seus efeitos. Neste cenário surgiu a Defesa Civil do Estado de São Paulo.

Criado pelo Decreto n. 7.550, de 09 de fevereiro de 1976, o Sistema Estadual de Defesa Civil foi reorganizado em 16 de junho de 1995 pelo Ex.mo Sr Governador Mário Covas mediante o Decreto n. 40.151. Atualmente possui uma Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), subordinada diretamente ao Governador do Estado e dirigida por um Coordenador Estadual. Atualmente o Coordenador Estadual de Defesa Civil e Secretário Chefe da Casa Militar é o Coronel PM Admir Gervásio Moreira.

As Coordenadorias Regionais de Defesa Civil (REDEC) e as Coordenadorias Setoriais atuam no interior do Estado e na Região Metropolitana. São em número de quatorze, tendo como principal atribuição a formação, a orientação e o apoio às Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC) em todos os Municípios.

A partir de 1988 foi elaborado o PPDC – Plano Preventivo de Defesa Civil, que atua em 51 cidades do estado de São Paulo, dentre elas as integrantes da Baixada Santista e Litoral Norte (inseridas na AI deste estudo). Este Plano foi idealizado a partir de 1988 após um período de intensas chuvas que ocasionaram inúmeros desabamentos repercutindo em mortes. Assim o Governo do Estado convocou os municípios de Santos, São Vicente, Cubatão, Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião, Guarujá e Ilhabela a participarem do PPDC de modo a minimizar os casos fatais em função dos desabamentos ocorrentes nestas localidades. Desde então estes municípios participam ativamente do Plano que tem seu estado de alerta nos meses chuvosos de dezembro a março com equipes de plantão 24h.

O objetivo do PPDC é o de dotar as equipes técnicas dos municípios de instrumentos de ação de modo a, em situação de risco, prover ações que minimizem as perdas humanas. Para tanto atua em quatro níveis: observação, atenção, alerta e alerta máximo. Desse modo as equipes locais de Defesa Civil, a população das áreas de risco e outros interessados estão anualmente realizando treinamentos para operar o sistema, que após sua implantação vem minimizando os índices de mortalidades em função de deslizamentos de encostas e enchentes.

Vale destacar que nos municípios paulistas existe o Código telefônico 199 - Disque Defesa Civil, serviço não tarifado, cuja finalidade é servir como canal de comunicação entre a população e órgãos locais de Defesa Civil nos casos de emergência.

Atualmente a Defesa Civil do Estado de São Paulo localiza-se na Avenida Morumbi, 4500 – Sala/Térreo 79 - Morumbi - CEP 05650-905 - São Paulo/SP.

Em âmbito municipal a responsabilidade pelo planejamento, articulação, coordenação, mobilização e gestão das ações de Defesa Civil está a cargo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

De acordo com dados da Defesa Civil de **Santos** (2011), buscando minimizar ou evitar as consequências de eventos desastrosos, são desenvolvidos diversos projetos tais como:

Projetos	Características
PPDC – Plano Preventivo da Defesa Civil:	É operado totalmente pela prefeitura para área de morros. É um plano de ação, baseado no acompanhamento das chuvas, que possibilita a previsão e a prevenção dos escorregamentos de solo e queda de blocos rochosos, possibilitando tomar medidas preventivas que evitem ocorrências fatais. O período de operação inicia-se em 1º de dezembro a 30 de abril do ano subsequente, podendo ainda ser prorrogado.
NUDEC – Núcleo de Defesa Civil: O NUDEC	Trata-se de um programa para reunir moradores dos morros, que após receber um treinamento, torna-se um agente à serviço da comunidade. Os NUDECs são os principais parceiros da Defesa Civil na medida em que estão sempre atentos às ocorrências.
PMRR – Plano Municipal de Redução de Risco:	O Plano Municipal de Redução de Risco traçou o mapa de risco nas áreas dos morros, iniciando os estudos do local em 2004. É um conjunto de medidas preventivas, visando a ampliar a segurança em áreas de risco geológico nos morros.
PIE - Plano Integrado de Emergência	O PIE, da Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL), é operado pelas empresas de granéis líquido da Alemoa. Seu objetivo é preservar a saúde humana, em situações emergenciais com substâncias químicas.
APELL – Alerta e Preparação de Comunidades para Emergências Locais (Programa Ambiental das Nações Unidas)	O objetivo é conscientizar a população sobre possíveis riscos existentes, visando a sensibilizar as autoridades e as indústrias no sentido de proteger a comunidade local.
PAM/PORTO - Plano de Auxílio Mútuo	O PAM, do Porto Organizado de Santos, é uma organização civil, com o envolvimento da iniciativa privada, que atua sem prazo determinado, sendo vedada a prestação de serviços à terceiros, bem como o exercício de qualquer atividade não vinculada ao cumprimento dos seus objetivos de proteção da vida humana, da preservação do patrimônio e do meio ambiente.

Fonte: Defesa Civil Santos, 2011.

O município de **Cubatão** em função da grande enchente ocorrida em 1971 iniciou esforços através do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, para desenvolver um Programa de Defesa Civil - PRODEC e implantar um Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos e Materiais para atendimento à situações emergenciais que poderiam afetar a comunidade.

O município, em razão da atividade industrial, preocupava-se com a ocorrência de diversos incidentes/acidentes que poderiam afetar um grande número de pessoas além de perdas econômicas. Tal preocupação baseava-se em questões como: rompimento de tanques de armazenamento ou de dutos para condução de líquidos ou de gases de fácil combustão e de grande toxicidade, poluição ambiental acima dos níveis de tolerância em virtude de eventuais falhas no sistema de produção industrial e a facilidade da prática de sabotagem nos setores industriais mais vulneráveis. (Defesa Civil de Cubatão, 2011)

Assim, em 1975 através do Decreto nº 2743 de 11 de março foi criada e organizada a Comissão Municipal de Defesa Civil de Cubatão, que somente em 1985, após outras tragédias, foi transformada em Defesa Civil do Município. Esta então passou a ter um corpo técnico, atribuições e um Plano Municipal de Defesa Civil.

A COMDEC funciona até os dias de hoje, e está devidamente integrada e dispõe de sistema de comunicação via Rádio e Telefones devidamente interligados com todas as indústrias do Pólo petroquímico, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Rodoviária, Empresas prestadoras de serviços (Sabesp, EMAE, EBE, Telefonia), Hospitais, Forças Armadas (Base Aérea de Santos, 2º Batalhão de Caçadores, Capitania dos Portos).

Sua estrutura é composta da seguinte forma:

- Coordenador – Presidente da Defesa Civil;
- Secretário Executivo - Responsável pelo Plantão Técnico, serviços administrativos, respondendo na ausência do Presidente;
- Plantão Técnico (Turnos) – composta por 10 técnicos e regime de turno de 6 horas, totalizando 05 turnos com 02 técnicos cada e um coordenador de turno.

- Plantão Técnico – Administrativo: Presidente COMDEC; Secretário Executivo; Engenheiro de Segurança – SESMT / COMDEC; Técnicos de Defesa Civil e Técnico de Segurança do Trabalho – SESMT / COMDEC.

Em **São Vicente** a Defesa Civil atua em parceria com Prefeitura Municipal, além de contar com apoio da polícia ambiental, guarda municipal e polícia militar. Segundo a Prefeitura Municipal as principais ocorrências são as invasões de propriedades e os alertas nos morros durante o período de chuvas. A equipe atualmente conta com cinco integrantes para atender todas as demandas no município.

Segundo a Prefeitura estão englobadas nessas atribuições não somente a prevenção, mas também a preparação para emergências, reconstrução, assistência à população atingida e a articulação e coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) em todo o território Nacional.

Em **Bertioga** a Defesa Civil teve suas ações iniciadas em janeiro de 2011, sendo composta por seis integrantes diretos, servidores públicos municipais e aproximadamente cinco componentes indiretos, também servidores públicos municipais, futuros integrantes do Conselho Municipal de Defesa Civil (CONDEC). Possui um veículo e está em processo de aquisição de um bote inflável, guincho, serra elétrica (motosserra), entre outros equipamentos.

De acordo com o coordenador da Defesa Civil do município a entidade tem a missão de realizar estudos de prognósticos e monitoramento em áreas de risco, trabalhos junto à população em estado de vulnerabilidade social e estudos de fluxo das chuvas, ventos, mares, rios, enfim, atenção total às condições climáticas. (site da PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA, 2011)

Inicialmente o corpo técnico passou por um período de treinamento e integração com a corporação do Corpo de Bombeiros – Combate a Incêndio, sendo capacitado para atuar em situações adversas, sejam elas provocadas pelo homem ou em decorrência de eventos naturais. Os agentes municipais, ainda participaram de três cursos promovidos pela Marinha do Brasil: Especialização de Resgate e Salvamento, Curso Especial para Tripulantes em Embarcações de até 6 metros e Curso Especial para Embarcações de Estado (públicas). O serviço de atendimento via 199 também foi implantado em regime de 24h.

Em **Praia Grande** a Defesa Civil está diretamente subordinada à Subsecretaria de Assuntos de Segurança Pública (SubSeg) e tem a finalidade de coordenar as medidas permanentes de defesa destinadas a prevenir consequências de eventos desastrosos, bem como socorrer a população e as áreas atingidas por esses eventos. Tais ações advêm de um conjunto de medidas permanentes, preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, de modo a restabelecer o bem estar social. A Defesa Civil atende pelo telefone 199.

No **Guarujá** a Defesa Civil de Guarujá realiza trabalho cotidiano de orientação às comunidades residentes em áreas de risco e escolas. Além de realizar diversos eventos e incentivar a criação de Núcleos de Defesa Civil Comunitários (NUDECs)

A Defesa Civil conta com o apoio do Núcleo de Defesa Civil (NUDEC) Motociclístico criado em 2011. A ação capacitou motociclistas da Ilha de Santo Amaro para ajudar nas ocorrências de Defesa Civil. O Nudec Motoclub Piratas da Ilha é composto por 105 motociclistas, sendo que 20 membros foram capacitados por técnicos da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros atuando como multiplicadores da política de Defesa Civil e no trabalho de prevenção.

A Defesa Civil ainda possui um veículo utilitário, a Unidade de Orientação e Apoio (UOA), que atua junto às escolas e comunidades com a divulgação de ações preventivas.

No Município de **Itanhaém** a Defesa Civil é um órgão ligado diretamente à Secretaria de Governo, respondendo por vistorias e inspeções, que são realizadas nas áreas de risco, como margens de córregos e rios, encostas de morros e mangues. Além disso, também prestam serviços de prevenção em grandes eventos que envolvam o público, e apoios ao Meio Ambiente e ao Corpo de Bombeiros, em enchentes, inundações, incêndios, explosões, acidentes rodoviários, principalmente os que envolvem cargas perigosas, inclusive com prestação de primeiros-socorros.

Destaca-se em Itanhaém a existência do Plano Municipal de Defesa Civil que tem a finalidade de mitigar os danos e eventuais impactos decorrentes de acidentes que possam afetar a comunidade municipal. Este Plano foi elaborado

através da COMDEC – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, com o apoio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC, Coordenadoria Regional de Defesa Civil - REDEC I-2, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB -, Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT - Instituto Geológico– IG – e o Corpo de Bombeiros. Possui como grupo operacional: Polícia Militar/Ostensivo/Florestal/Rodoviária; Grupamento de Bombeiros, Promoção Social, Obras, Saúde, Educação, Meio Ambiente, Polícia Civil, Concessionárias de Rodovias; e o grupo de apoio composto Clubes de Servir, Marinas, CTEEP, DAEE, Elektro, Rádio Amador, SABESP e Emissoras de rádio e TV.

Dentro deste Plano foi criado o Plano Integrado de Emergência (PIE) com objetivo de estabelecer um conjunto de diretrizes e informações para a adoção de procedimentos a serem desencadeados em situações emergenciais, de modo a minimizar as conseqüências de danos à saúde e segurança da comunidade, ao patrimônio público privado, e ao meio ambiente.

De acordo com este documento a área de atuação deste é o município de Itanhaém compreendido no perímetro que engloba a área da divisa do município de Peruíbe (SP- 55) do km 315 (Balneário Marrocos divisa com o município de Mongaguá) até km 339 (Estância Santa Cruz, divisa com o município de Peruíbe). Porém, caso haja algum desastre que tenha alguma correlação com o município ou solicitação, mesmo estando fora da área englobada pelo PIE este irá atender (Plano Municipal de Defesa Civil de Itanhaém, 2011).

Em **Mongaguá** a Defesa Civil também possui agentes treinados para atendimentos a emergências, incluindo técnicos habilitados para pilotar barcos nos rios que cortam o município. O corpo técnico é formado por quatro agentes que recebem o apoio de dez Núcleos de Defesa Civil (NUDEC) distribuídos em pontos estratégicos do município, em que líderes de bairro avisam à Defesa Civil sobre problemas em suas comunidades.

Para o município de **Peruíbe** não foram encontrados dados específicos acerca da Defesa Civil. No entanto a coordenadoria existe, atuando como nos demais municípios da Baixada Santista.

Em **Caraguatatuba** a Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC), presta auxílio e orientações aos turistas e moradores através de serviços como: captura de abelhas, marimbondo e vespas encontrados no terreno das residências; vistorias em áreas de risco; alagamento; escorregamento; incêndio; poda e queda de árvores, além de auxílio ao Corpo de Bombeiros. A Defesa Civil local possui sete agentes treinados para o atendimento à população.

Em **Ilhabela** também há um Plano Municipal de Defesa Civil criado em 2009 que é colocado em prática pela Diretoria de Defesa Civil Municipal. Atualmente essa Diretoria conta com um efetivo permanente de 06 homens. Em caso de emergência a equipe é complementada por funcionários da prefeitura que já são treinados. As principais ações da Diretoria de Defesa Civil estão voltadas para o monitoramento de estruturas públicas como pontes, viadutos, estradas etc. Há também o monitoramento semanal das áreas de risco geológico e o trabalho conjunto entre diversas secretarias, como a Secretaria de Obras, no sentido de orientar a execução de construções no município.

Em **Ubatuba** a Defesa Civil possui como atribuições as definições de planos e procedimentos que visem à prevenção, socorro e assistência da população e recuperação de áreas de risco ou quando estas forem atingidas por desastres. Também tem como atribuição sugerir obras e medidas de prevenção com o intuito de reduzir desastres, entre outras medidas (UBAWEB, 2011). Atualmente possui um corpo técnico composto por oito agentes.

A Defesa Civil está a frente dos combates a incêndios e salvamentos, acidentes que envolvam cargas perigosas, bem como em situações de risco que envolvem fenômenos da natureza. Para tanto conta com um veículo Mitsubishi L200, 4X4 doado em 2008 como atendimento a um Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta entre a CETESB, o Ministério Público, a PETROBRAS e a TRANSPETRO. A Defesa Civil também recebe treinamentos da TRANSPETRO para casos de possíveis vazamentos de óleo de modo a controlar possíveis impactos ao meio ambiente.

Em **São Sebastião** a Defesa Civil está incluída na Secretaria de Segurança Urbana (SEGUR). Possui um Plano Municipal de Defesa Civil (desde 2010) integrado ao PPDC, tendo agentes treinados para atendimentos de emergência (enchentes, deslizamentos de encostas, salvamentos diversos, acidentes com



produtos perigosos, dentre outros). O município ainda conta com um corpo técnico formado por oito agentes, além do apoio da AVDEC - Associação dos Voluntários de Defesa Civil.

De acordo com informações da Prefeitura Municipal de São Sebastião (2011) os principais objetivos do Plano Municipal de Defesa Civil são:

- Promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem;
- Prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas, reabilitar e recuperar áreas deterioradas por desastres;
- Atuar na iminência ou em situações de desastres;
- Incrementar o nível de segurança intrínseca e reduzir a vulnerabilidade dos cenários dos desastres e das comunidades em riscos;
- Aperfeiçoar o funcionamento da Defesa Civil em todos os tipos de desastres que ocorrem no Município;
- Facilitar uma rápida e eficiente mobilização dos recursos necessários ao restabelecimento da situação de normalidade, em circunstâncias de desastres;
- Proporcionar a todos os órgãos ou instituições que trabalham em conjunto na área de Defesa Civil, o incremento de filosofia de Auxílio Mútuo, para que tenham possibilidade de fazer frente aos desastres, de acordo com sua origem;
- Estabelecer um conjunto de diretrizes e informações para a adoção de procedimentos lógicos, teóricos e administrativos, estruturados para serem desencadeados rapidamente em situações emergenciais;
- Permitir a atuação coordenada de órgãos públicos, locais e regionais, e demais instituições privadas colaboradoras, com eficiência e eficácia, minimizando as consequências de danos à saúde, segurança da comunidade, ao patrimônio público e privado e ao meio ambiente;
- Criar condições de plena coordenação dos meios disponíveis diante das situações adversas e emergenciais, que afetem a sociedade de São Sebastião.

Como capacitações e ações estruturantes realizadas pela Defesa Civil citam-se: curso força jovem da Defesa Civil; treinamento do cão de busca da defesa civil; montagem de núcleos de defesa civil; montagem do núcleo náutico de defesa civil; montagem do corpo de voluntários da defesa civil; programa de combate ao fogo em mata (aquisição de equipamento para treinamento dos voluntários); implantação do programa de evacuação de escolas em caso de emergências e criação de brigadas de incêndio na rede de ensino.

Destaca-se ainda que se encontra em debate (em 2011) um Plano de Ação Integrado entre a Defesa Civil dos municípios de São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba e Ilha Bela em caso de catástrofes causadas por chuvas ou acidentes naturais. Trata-se de um projeto de Lei 270/11, do PV (Partido Verde), que prevê a criação do Centro de Estudos para a Prevenção de Acidentes e Catástrofes – CEPAC. A proposta é a de unificar as atuações do Corpo de Bombeiros, Polícias Civil, Militar e Rodoviária e entidades sociais no trabalho de treinamento e orientação à população.

O **Quadro II.5.3-77** apresenta o endereço da Defesa Civil nos municípios da AI de São Paulo:

**Quadro II.5.3-77 - Localização da Defesa Civil nos municípios da AI de São Paulo - 2011.**

Municípios	Endereço da Defesa Civil	Coordenador/Diretor
<b>Microrregião Caraguatatuba</b>		
Caraguatatuba	Av. Arthur Costa Filho, 457 - Centro Telefones 12 3886-6080 Email: defesa.civil@caraguatatuba.sp.gov.br	Oduvaldo Romano
São Sebastião	Rua Sebastião Silvestre Neves, 214, Centro, São Sebastião/SP.	Emerson Alonso
Ubatuba	Rua Paraná, 76, no Centro (Pátio de Obras da Prefeitura). Telefones (12) 3832-5349, 3834-1011 e o 199.	Delmo Jorge Braga dos Santos
Ilhabela	Rua Prefeito Mariano Procópio de Araújo nº 86 – Perequê. Telefone: (12)3896-9203	Walter Faustino da Silva
<b>Microrregião Itanhaém</b>		
Itanhaém	Avenida Harry Forssell, 1.505, Jardim Sabaúna Telefone: (13) 3427-8352 E-mail: defesacivil@itanhaem.sp.gov.br	Marta Lima
Mongaguá	Avenida Marina, 74, 1º andar, no Centro	Edgard Silva
Peruíbe	-	Marcelo Araújo Tamada
<b>Microrregião Santos</b>		
Bertioga	Avenida Anchieta, 1150, na Vila Itapanhaú	Plínio de Lima Aguiar
Cubatão	Rua Doutor Fernando Costa, 953 - Vila Couto. Telefones: (0xx13) 3362-6199 / 3362-6200.	José Antônio dos Santos
Guarujá	Avenida Adhemar de Barros, 571, no Bairro Santo Antônio. Tel. 199 e Informações: 3355-4976	Ademir Araújo Altmann
Praia Grande	Tel: 199 e (13)34723848	Carlos Eduardo Gonçalves Karan
Santos	Av. Rangel Pestana, 140 - Vila Mathias. Telefone: (013) 3208-1000 - Fax: (013) 3222-2308	Tenente Coronel Daniel Onias Nossa
São Vicente	Rua Capitão Mor Aguiar, 898. Telefone: 3467-7708.	Alberto Junqueira (carabina)

Fonte: Defesa Civil do Estado de São Paulo, 2011.

### Corpo de Bombeiros

Na área de influência do Estado de São Paulo os municípios são atendidos pelo 6º e 17º Grupamento de Bombeiros, conforme detalhado no **Quadro II.5.3-78**.

Os Grupamentos de Bombeiros atua de forma mais intensiva durante a Operação Verão, quando conta com o reforço de 53 Bombeiros da Capital e Interior e 06 viaturas oriundas do Centro de Suprimento e Manutenção do Material Operacional de Bombeiros, sendo 02 Auto Bombas (AB) e 04 Unidades de Resgates (UR). Esta estrutura é destinada aos municípios do Guarujá, Bertioga, Itanhaém e Praia Grande. Anualmente neste período são implantados 02 postos avançados; 01 em Bertioga, no Bairro Indaiá e outro no Guarujá no Bairro Enseada. Em 2010 foram adquiridos novos equipamentos de navegação (GPS, RADAR, SONDA, Carta Náutica, bússola com sensor e rádio de comunicação para uso marítimo em amplitude modulada), possibilitando intervenções operacionais em até 20 milhas náuticas da costa.

Em 2011, durante a Operação aconteceram 2.879 atendimentos, 173 incêndios, 495 salvamentos, 1532 resgates e 679 TAC (Trabalho de auxílio à comunidade).

A instalação da unidade de bombeiros em Itanhaém foi importante conquista para a população da cidade, bem como de Mongaguá e Peruíbe. Deste modo, para que o grupamento pudesse atender às necessidades da comunidade em 2010 através do projeto de Lei Nº 0401/2010. o efetivo humano lotado na unidade foi ampliado. Esta ampliação teve como consequência uma maior agilidade, eficiência e qualidade as solicitações de atendimento a emergências feitas pela população (site jusbrasil, 2011).

Com mais de 100.000 habitantes, a área continental de São Vicente tem população superior grande parte dos municípios paulistas. Entretanto até 2010 ainda necessitava de um posto avançado do grupamento do Corpo de Bombeiros já que a distância entre a região e a sede do grupamento do Corpo de Bombeiros era grande, dificultando um atendimento mais rápido nas situações de emergência. Neste ano, após projeto de Lei, a implantação da referida unidade foi concluída. Além da implantação do grupamento foram adquiridos equipamentos, viaturas e realizadas obras físicas (site jusbrasil, 2011).

Em Ilhabela a base do corpo de bombeiros foi instalada em 2010. Em um ano foram mais de 800 atendimentos entre resgates, salvamentos, vistorias técnicas e palestras. Atualmente, a Base de Ilhabela conta com 17 bombeiros, sendo sete militares e 10 bombeiros civis municipais, todos servidores públicos da Prefeitura. O grupamento possui ambulâncias-resgate para atendimento da população local e dos turistas.

O Quartel da Brigada de Resgate e Incêndio do Corpo de Bombeiros de Ubatuba foi inaugurado em 2008, sendo um trabalho conjunto do município com o Governo do Estado. O quartel ocupa uma área de 448m<sup>2</sup> de construção, incluindo galpão, almoxarifado, alojamentos para cabo e sargento, sala da administração, cozinha, refeitório, sala de higienização e sala de aula para bombeiro mirim. Para tanto há um efetivo de 28 homens que atuam em viaturas de resgate e veículos leves para vistorias, serviços administrativos e operacionais. O grupamento além de atuar na região, realiza treinamentos na Guarda Civil e na Defesa Civil preparando os técnicos para atuar em conjunto com os bombeiros nas ações de combate a incêndio, resgate e salvamento. O grupamento também possui ambulâncias-resgate para atendimento da população do Município de Caraguatatuba e da população flutuante.

São Sebastião também conta com posto permanente de salva-vidas do corpo de bombeiros ligado ao grupamento de Caraguatatuba.

Em Caraguatatuba há um grupamento de bombeiros que atua em emergências, salvamentos, resgates, acidentes com cargas perigosas, dentre outros. Assim como em Ubatuba o grupamento adquiriu em 2010 3 ambulâncias-resgate para atendimento da população do Município de Caraguatatuba e da população flutuante.

**Quadro II.5.3-78 - Localização do Corpo de Bombeiros nos municípios da AI de São Paulo – 2011.**

Municípios	Endereço	Comandante
<b>Microrregião Caraguatatuba</b>		
Caraguatatuba	17.GB - Av. José Herculano, 7495 - Porto Novo - Caraguatatuba – SP 11669-330 - Tel: (12) 3387-3151 - 3887-3151	Tenente PM Arthur Duarte Ferreira Junior
	4º Subgrupamento do Corpo de Bombeiros (Litoral Norte)	Capitão Danilo de Oliveira Godoy
São Sebastião	17.GB - Salvamar Paulista - Av. Guarda-mor Lobo Viana, 1111 - Centro - São Sebastião – SP 11600-000 - Tel: (12) 3891-4203	Tenente PM Arthur Duarte Ferreira Junior
	17.GB - Salvamar Paulista - Avenida Francisco Loop, 631 Maresias - São Sebastião - SP 11600-000 - Tel: (12) 3891-4203	
Ubatuba	17.GB - Avenida Governador Abreu Sodré, 18 - Pereque-açu - Ubatuba – SP 11680-000 - Tel: (12) 3865-9253	Tenente PM Arthur Duarte Ferreira Junior
Ilhabela	Rua Professor Malaquias de Oliveira Freitas, nº291, na Barra Velha	Sargento Paulo Rodrigues
<b>Microrregião Itanhaém</b>		
Itanhaém	17.GB - Rua João Faram, s/n - Praia do Sonho – Itanhaém SP - 11740-000 - Tel.: (13) 3426-0455	Tenente Coronel PM Daniel Onias Nossa
	6.GB - R. Engenheiro Ari Carneiro, s/nº - Nova Itanhaém – Itanhaém – SP – CEP 11740-000 - Tel.: (13) 3427-4769	Tenente PM Thiago Pinheiro Duarte
Mongaguá	17.GB - Av. Governador Mario Covas Junior, 4001 - Vera Cruz – Mongaguá – SP - CEP 11730-000 - Tel.: (13) 3448-7745	Tenente Coronel PM Daniel Onias Nossa
Peruíbe	17.GB - General Arthur Costa e Silva, s/n - Jardim Ribamar – Peruíbe – SP – CEP 11750-000 - Tel.: (13) 3455-4010	Tenente Coronel PM Daniel Onias Nossa
	6.GB - Rua Ugo Santa Croce, 1171 - São João Batista – Peruíbe – SP – CEP 11750-000 - Tel.: (13) 3453-2729	Tenente PM Thiago Pinheiro Duarte
<b>Microrregião Santos</b>		
Bertioga	17.GB - Av. Tomé de Souza, s/n - Forte São João – Bertioga – SP – CEP 11250-000 - Tel.: (13) 3317-1516	Tenente Coronel PM Daniel Onias Nossa
Cubatão	6.GB - Rua José Vicente, s/n - Vila Elizabeth – Cubatão – SP – CEP 11505-510 - Tel: (13) 3361-1232	Capitão PM Salvador Alves Diniz Filho
Guarujá	17º GB - Rua Sgt Wagner Lemela, 145 - Vila Funchal - Guarujá - SP – CEP 11432-070 - (13) 3358-2700	Tenente Coronel PM Daniel Onias Nossa
	17.GB - Avenida Miguel Stéfano, s/n - Jardim Tejereba – Guarujá – SP – CEP 11440-530 - Tel.: (13) 3355-6914	
	17.GB - Rua Itapema, 47 - Jardim Cunhambebe (Vicente de Carvalho) - Guarujá – SP – CEP 11450530 - Tel: (13) 3352-1300	
Praia Grande	17.GB - Rua Gilberto Fouad Beck, 110 - Vila Mirim - Praia Grande – SP – CEP 11705-040 - Tel: (13) 3472-4055	Tenente Coronel PM Daniel Onias Nossa
Santos	6º GB - Av. Conselheiro Nébias, 184 - Vila Nova - Santos - SP – CEP 11015-000(13) 3235-1413	Tenente Coronel PM Luiz Carlos Ribeiro
	17.GB - Av. Pres. Wilson, s/n - José Menino - Santos – SP – CEP 11065-201 - Tel: (13) 3237-6962	Tenente PM Carlos da Silva
	6.GB - Av. D Jaime Barros Câmara, s/n - Jardim Castelo - Santos – SP – CEP 11087-260 - Tel: (13) 3291-1004	Tenente PM Wilson Vaccaro Moraes
	6.GB - R Prof. Olavo de Paula Borges, 37 - Ponta da Praia – Santos – SP CEP 11035-130 - Tel.: (13) 3271-0884	Tenente PM Wilson Vaccaro Moraes
	6.GB - Rua Andrade Neves, 14 - Centro – Santos – SP – CEP 11013-370 - Tel.: (13) 3221-8982	Capitão PM Carlos da Silva
São Vicente	6.GB - Pc 23 Maio, s/n - Parque Bitaru - São Vicente – SP – CEP 11310-170 - Tel: (13) 3467-1000	Capitão PM Daniel Tenório dos Santos
	17.GB - Avenida Embaixador Pedro de Toledo, s/n - Centro - São Vicente – SP – CEP 11320-440 - Tel: (13) 3467-0237	Tenente Coronel PM Daniel Onias Nossa

Fonte: <http://www.polmil.sp.gov.br/inicial.asp>, 2011.

### Guardas Municipais

Como já informado, as atribuições da guarda municipal estão definidas pela Constituição Federal de 1988 em seu Capítulo III, que trata da segurança pública.

No tocante aos municípios da AI no estado de São Paulo, a guarda municipal, de acordo com dados do IBGE (2009), não está constituída apenas nos municípios de Cubatão, Caraguatatuba, Ilhabela e Peruíbe. Possuem respectivamente um efetivo de 1579 funcionários onde predomina o sexo masculino com 1355 homens.

#### **Quadro II.5.3-79 - Localização da Guarda Municipal nos municípios da AI de São Paulo – 2011.**

Microrregião	Municípios	Endereço da Guarda Municipal
Caraguatatuba	São Sebastião	Av. Guarda Mor Lobo Viana, 1064   Centro   3892-3951 Guarda Civil Municipal: 3893-3093
	Ubatuba	Rua da Lua, 42 - Perequê Açu Ubatuba/SP Fone: (12) 3833-6707 / 3836-1050
Itanhaém	Itanhaém	Endereço: Av. Mário Covas Júnior, 651 - Cibratel II Telefone: (13) 3425-3800 - 199
	Mongaguá	Avenida Monteiro Lobato, 4100 – Vila Atlântica – Mongaguá/SP - CEP 11730-000 Contato: 153 (13) 3448-1011
Santos	Bertioga	Rua Luiz Pereira de Campos, 901 - Vila Itapanhaú Fone: 0800.555-545 - 3319.8090
	Guarujá	Av. Mal Deodoro Fonseca, 723 Guarujá (0xx)13 3308-7000
	Praia Grande	Vila Guilhermina Praia Grande
	Santos	Praça Mauá s/nº - Centro CEP 11010-900 PABX - 3201-5000
	São Vicente	Avenida Martins Fontes, 735 São Vicente (0xx)13 3469-8798

Fonte: prefeituras municipais, 2011.

O **Quadro II.5.3-80** apresenta as principais atividades desenvolvidas pelas guardas municipais, destacando-se que o efetivo não utiliza armas letais durante os plantões.

**Quadro II.5.3-80 - Acesso à guarda municipal nos municípios da AI de São Paulo por microrregião, 2009.**

Principais Atividades	Microrregião de Santos					Microrregião de Caraguatatuba				Microrregião de Itanhaém			
	Bertioga	Cubatão	Guaruja	Praia Grande	Santos	São Vicente	Caraguatatuba	São Sebastião	Ubatuba	Ilhabela	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe
Segurança e/ou proteção do prefeito e/ou outras autoridades	S	Não possui guarda municipal.	N	S	S	N	Não possui guarda municipal.	N	N	Não possui guarda municipal.	S	S	Não possui guarda municipal.
Ronda escolar	S		S	S	S	N		S	S		S	S	
Proteção de bens, serviços e instalações do município.	S		S	S	S	Sim		S	S		S	S	
Posto de guarda (bairros, entrada da cidade, etc.)	S		S	S	S	N		S	N		S	S	
Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou montado.	S		S	S	S	N		S	S		S	S	
Atividades da defesa civil	S		S	N	S	N		S	S		S	S	
Atendimento de ocorrências policiais	S		S	S	S	N		N	S		S	S	
Proteção ambiental	S		S	S	N	N		N	N		S	N	
Auxílio no ordenamento do trânsito	S		S	S	S	N		N	S		S	S	
Controle e fiscalização de comércio de ambulantes	S		S	N	S	N		N	S		S	S	
Auxílio à Polícia Militar	S		S	S	S	N		N	S		S	S	
Ações educativas junto à população	N		S	S	S	S		N	S		S	S	
Auxílio à Polícia Civil	S		S	S	N	N		S	S		S	S	
Patrulhamento de vias públicas	S		S	S	N	N		N	N		S	S	
Auxílio ao público	S		S	S	S	S		S	S		S	S	
Auxílio no atendimento do Conselho Tutelar	S		N	S	S	N		N	S		S	S	
Segurança em eventos/comemorações	S		S	S	N	N		S	S		S	S	
Atendimento sociais (partos, assistência social, dentre outros)	S		N	N	N	S		S	S		S	S	
Serviços administrativos (serviço burocrático, secretariar autoridades)	S		S	S	S	N		N	S		S	N	
Assistência ao judiciário	S		N	N	N	N		S	S		S	N	
Programas sociais de prevenção ao crime e violência	N	S	S	S	S	N	N	N	S				
Outras	N	N	S	N	N	N	N	N	S				

Fonte: IBGE, 2009.

### II.5.3.G - Estrutura Produtiva

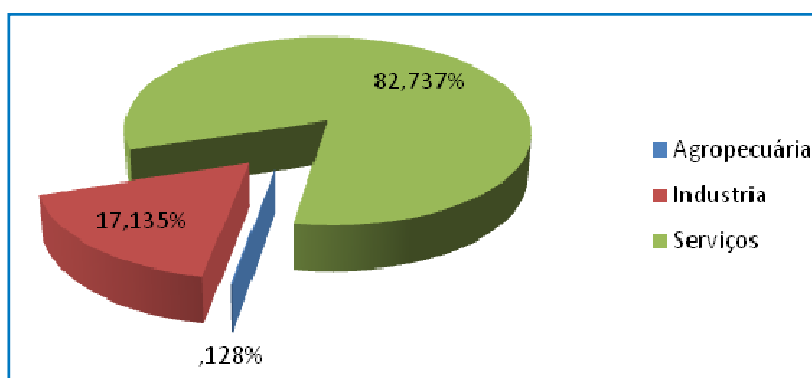
Em relação à estrutura produtiva serão consideradas informações relativas à economia dos municípios da Área de Influência, localizados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, detalhando setores de atividade, Produto Interno Bruto - PIB, População Economicamente Ativa - PEA, População Ocupada - POC, taxas de desemprego, e estimativas de geração de empregos associadas à implantação do empreendimento.

Os dados a seguir foram retirados, basicamente, do Ministério do Trabalho e Emprego, IBGE Cidades, Fundação CEPERJ e Fundação SEADE, para os municípios dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente.

### II.5.3.G.1 - Produto Interno Bruto - PIB

O indicador Produto Interno Bruto (PIB) representa a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas em uma determinada unidade geográfica. Apesar deste indicador não considerar a forma de utilização dos recursos locais e uma projeção das fraquezas e consequências que tal crescimento pode acarretar na localidade, este indicador ainda é utilizado como uma das principais ferramentas de análise econômica.

O PIB é composto por três setores da economia: agropecuário, industrial e de serviços. No conjunto dos municípios integrantes da Área de Influência dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, a análise da composição do Produto Interno Bruto confirma a primazia do setor terciário nos perfis das economias locais, ocupando o primeiro lugar em todos os municípios estudados, com exceção de Cubatão, conhecido por seu grande e já desenvolvido parque industrial. (**Figura II.5.3-3**).



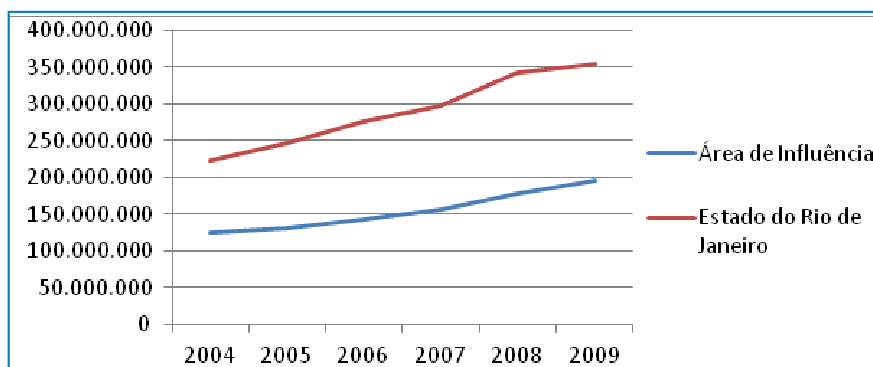
**Figura II.5.3-56** - Segmentos econômicos na Área de Influência.

Fonte: IBGE (2009).

### Estado do Rio de Janeiro

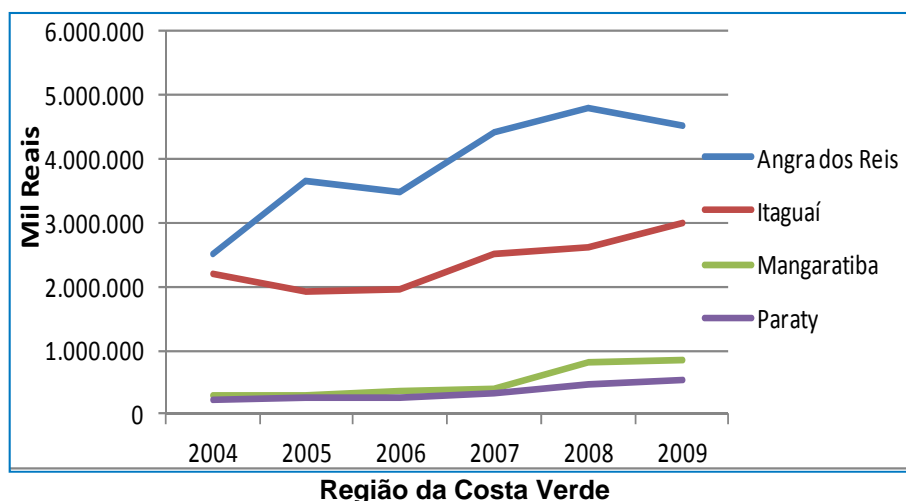
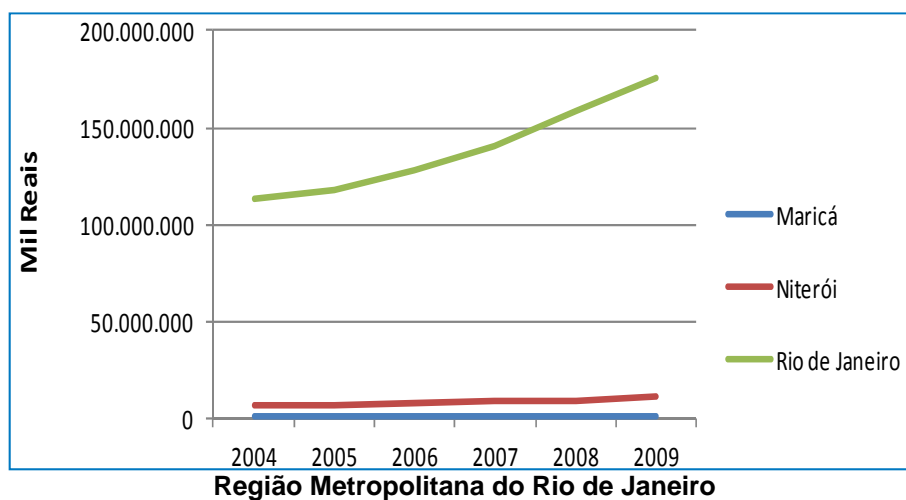
Dos municípios da Área de Influência localizados no estado do Rio de Janeiro, pode-se destacar a capital fluminense como sendo o motor econômico do estado, tanto por seu potencial no setor de serviços, como no segmento industrial. A **Figura II.5.3-57** demonstra a importância do PIB dos municípios em estudo (Área de Influência) em relação ao PIB estadual, já a **Figura II.5.3-58**, compara o PIB dos municípios da Área de Influência no estado do Rio de Janeiro.





**Figura II.5.3-57 - Produto Interno Bruto da AI e estado do Rio de Janeiro (2009).**

Fonte: IBGE (2009).



**Figura II.5.3-58 - Evolução do PIB nos municípios da AI na Região Metropolitana e Região da Costa Verde (2004 a 2009).**

Fonte: IBGE (2009).

De acordo com a Fundação CEPERJ, dentre os cinco municípios com maior participação no PIB estadual em 2009, pode-se incluir o Rio de Janeiro (49%) e Niterói (4,8%). Todavia, nos últimos anos, registrou-se uma descentralização no PIB estadual, impulsionado pelo crescimento de outras regiões além da metropolitana, como o Norte Fluminense, que comporta uma desenvolvida infraestrutura para a indústria petrolífera.

A capital fluminense se destaca por um segmento industrial baseado na indústria de transformação e siderurgia. No setor de serviços, assim como o município vizinho, Niterói, prevalece o desempenho da administração pública e do comércio e serviços de manutenção e reparação.

**Quadro II.5.3-81 - Evolução do PIB nos municípios da Área de Influência (2004 a 2009).**

Área de Influência	Ano					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Paraty	225.203	240.324	271.605	328.231	446.681	532.311
Angra dos Reis	2.498.175	3.636.340	3.492.382	4.406.839	4.793.464	4.526.169
Mangaratiba	274.152	298.302	342.872	408.298	824.593	860.850
Itaguaí	2.182.003	1.926.334	1.936.863	2.493.294	2.607.221	3.008.327
Rio de Janeiro	112.674.641	117.771.722	128.026.084	140.094.694	158.757.286	175.739.349
Niterói	6.934.977	6.835.927	7.466.738	8.853.442	9.293.714	10.800.670
Maricá	598.946	668.296	733.086	840.136	946.473	1.079.824
<b>Total</b>	<b>125.388.097</b>	<b>131.377.245</b>	<b>142.269.630</b>	<b>157.424.934</b>	<b>177.669.432</b>	<b>196.547.500</b>

Fonte: SIDRA/IBGE (2009)

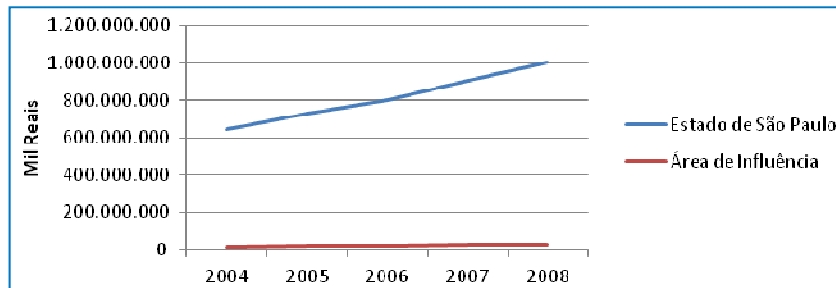
O município do Rio de Janeiro é o que melhor oferece condições para atrair novos investimentos no estado, não só por ser o principal centro produtor e distribuidor de bens e serviços do estado, mas por ser a sede do Governo Estadual e de diversas instituições públicas e privadas.

Já os municípios de Maricá, Mangaratiba, Itaguaí, Angra dos Reis e Paraty apresentam um PIB inferior aos citados anteriormente. Todavia, ressalta-se o desenvolvimento da indústria portuária em Itaguaí, a produção de energia nuclear em Angra, e o potencial turístico de Maricá, Mangaratiba, Angra e Paraty.

### **Estado de São Paulo**

A capital do estado paulista representa 12% do PIB nacional, superando não somente todos os demais municípios brasileiros, como também todos os demais

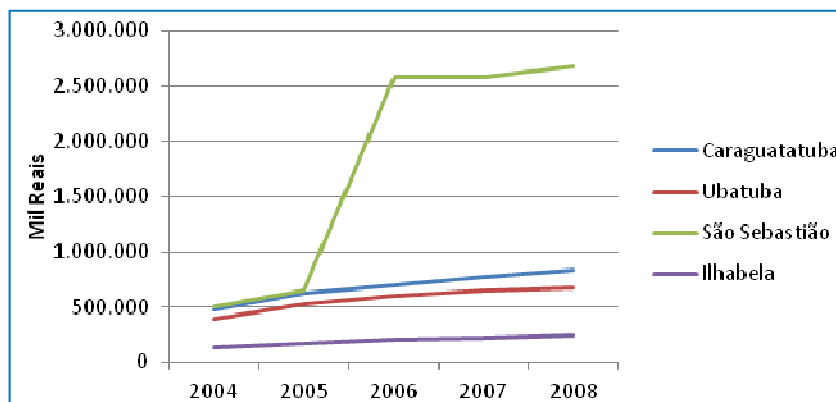
estados. Tal afirmativa se evidencia na observação da **Figura II.5.3-59**, a seguir, que compara o PIB estadual com o PIB da Área de Influência em São Paulo.



**Figura II.5.3-59** - Produto Interno Bruto da AI e estado de São Paulo (2008).

Fonte: IBGE (2008).

Dos municípios da Área de Influência localizados no Litoral Norte do estado de São Paulo, pode-se destacar a cidade de São Sebastião como sendo o município de maior PIB, com base, principalmente, no turismo, comércio e atividades portuárias, vide dinâmica existente graças ao porto de cargas do município e o Terminal Marítimo Almirante Barroso (**Figura II.5.3-60**).



**Figura II.5.3-60** - Evolução do PIB nos municípios do Litoral Norte (2004 a 2008.1).

Fonte: IBGE (2008).

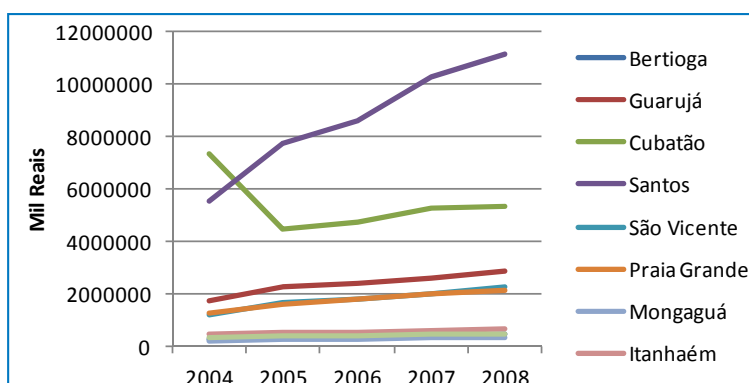
Apesar do crescimento econômico do Litoral Norte ser gradual, esta porcentagem é insignificante no que tange ao produto interno bruto de todo o estado. Outras localidades estão apresentando um PIB cada vez mais participativo, como é o caso de São Bernardo dos Campos e o desenvolvimento da indústria automobilística local.

A maior parte das receitas dos municípios do Litoral Norte provém do turismo, devido à somatória dos recursos gerados na arrecadação de seu comércio e serviços, à arrecadação dos impostos referentes aos imóveis de veraneio e, aos investimentos em atividades imobiliárias, com intensificação da construção civil e o aumento da demanda por mão de obra (Diagnóstico Regional do Litoral Norte, 2007).

Quanto aos municípios da Baixada Santista na Área de Influência do estado de São Paulo, destaca-se a cidade de Santos, por apresentar o maior PIB da área considerada. Isto se deve, principalmente, pela presença do Porto de Santos, atividades comerciais e potencial turístico. Além do município de Santos, Cubatão também apresenta destaque no PIB, principalmente na área industrial, embora o setor de serviços, com o passar do tempo, venha crescendo e equilibrando a economia local (**Figura II.5.3-61**).

Apesar de serem as duas maiores economias com base no indicador PIB, é importante ressaltar que o município de Santos, em 2000, estava em 3º lugar no ranking estadual do Índice de Desenvolvimento Humano, enquanto que Cubatão ocupava a pior colocação.

A perda do Produto Interno Bruto em Cubatão, entre 2004 e 2005, pode ser atribuída à forte ligação que seu pólo industrial possui com o mercado externo, sendo reflexo das turbulências causadas em meados de 2002. Segundo a Secretaria de Comércio e Indústria do município, há grandes chances deste cenário se repetir em 2012, consequência da forte crise mundial no segundo semestre de 2008.



**Figura II.5.3-61** - Evolução do PIB nos municípios da Baixada Santista (2004 a 2008.1).

Fonte: IBGE (2008).

Quanto ao setor primário, embora existente nos municípios paulistas analisados, é pouco expressivo, considerando a comparação entre o desempenho das atividades agropecuárias na Área de Influência e o estado de São Paulo. Entretanto, neste setor, vale destacar a atividade pesqueira presente em toda a costa.

O conjunto de municípios integrantes da Área de Influência, devido a sua localização no litoral, ao patrimônio natural que abriga e, ao seu elevado grau de urbanização, tem impulsionado o setor terciário – comércio e serviços, que passou a representar um importante pilar de sustentação das economias locais, vide os dados obtidos no IBGE e no Ministério do Trabalho, detalhados ao decorrer deste estudo.

### **II.5.3.G.2 - População Economicamente Ativa e População Ocupada**

A População Economicamente Ativa (PEA) compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a soma de população ocupada com a população desocupada. Já a População Ocupada (POC), refere-se aos indivíduos que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho apesar de não o estarem exercendo no momento (por exemplo, pessoas em férias ou de licença). O **Quadro II.5.3-82** apresenta as porcentagens da PEA e POC nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, assim como no Brasil.

Em âmbito nacional, percebe-se que a população economicamente ativa aproxima-se da metade da população total. Comparando-se os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nota-se que o estado paulista detém uma porcentagem de PEA acima do Rio de Janeiro, conseqüentemente, aumentando o percentual da POC em sua região. O estado do Rio de Janeiro, por sua vez, registra uma PEA e POC abaixo da média nacional.

**Quadro II.5.3-82 - População Total, População Economicamente Ativa e População Ocupada do país e estados da AI (2009).**

Regiões em 2009	População Total	PEA	(%)	POC	(%)
Brasil	191.446.848	95.380.939	49,8%	86.744.608	45,3%
Estado de São Paulo	41.384.039	22.158.912	53,5%	19.986.369	48,3%
Estado do Rio de Janeiro	16.010.429	7.959.910	49,7%	7.223.590	45,1%

Fonte: IBGE / IPEADATA (2009)

No que tange ao âmbito municipal, os dados oficiais disponíveis mais atualizados se referem ao ano de 2000. Pelo **Quadro II.5.3-83**, a seguir, pode-se observar que os municípios do Litoral Norte paulista detêm a maior porcentagem de PEA e POC, seguidos pelos municípios da Baixada Santista e os fluminenses. Ressalta-se que, apesar do menor valor relativo, a população – economicamente ativa e ocupada – destas duas últimas regiões mencionadas, em valores absolutos, são muito superiores à do Litoral Norte paulista.

**Quadro II.5.3-83 - População Total, População Economicamente Ativa e População Ocupada dos municípios da AI (2010).**

Regiões em 2009	População Total	PEA	(%)	POC	(%)
Rio de Janeiro	6.320.446	2.791.262	47,6%	2.348.173	40,1%
Niterói	487.562	227.913	49,6%	195.790	42,6%
Maricá	127.461	35.082	45,7%	29.675	38,7%
Itaguaí	109.091	36.285	44,2%	28.916	35,3%
Mangaratiba	36.456	11.126	44,7%	9.476	38,1%
Angra dos Reis	169.511	54.527	32%	42.890	25,3%
Paraty	37.533	13.900	37%	12.544	33,4%
Caraguatatuba	100.840	39.013	49,4%	31.666	40,1%
Ubatuba	78.801	33.118	49,5%	27.003	40,4%
São Sebastião	73.942	29.840	51,4%	25.133	43,3%
Ilhabela	28.196	10.979	52,7%	9.371	45,0%
Bertioga	47.645	15.999	53,3%	13.051	43,4%
Guarujá	290.752	130.352	49,2%	101.985	38,5%
Cubatão	118.720	51.249	47,3%	38.535	35,6%
Santos	419.400	208.287	49,8%	172.939	41,4%
São Vicente	332.445	143.643	47,3%	110.162	36,3%
Praia Grande	262.051	92.154	47,6%	71.323	36,8%
Mongaguá	46.293	17.132	48,8%	12.923	36,8%
Itanhaém	87.057	33.414	46,4%	26.025	36,1%
Peruíbe	59.773	23.723	46,1%	17.447	33,9%

Fonte: IBGE / IPEADATA (2000)

### **Emprego por setor**

No Brasil, a maior geração de empregos deslocou-se da atividade industrial, nos anos 70, para o setor de serviços, nos anos 80 e 90. Em 1995, o setor terciário já abrigava 73,4% das ocupações não-agrícolas e mais da metade (52%) da população ocupada do país. O ritmo da terceirização foi marcante, rompendo um equilíbrio histórico na absorção de mão de obra entre os setores industrial e de serviços, que vinha ocorrendo nas décadas anteriores (BRASIL, 2011).

Durante a década de 80, o setor de serviços gerou 12,9 milhões de novos empregos, absorvendo 76,8% do aumento da população ocupada em atividades não-agrícolas. Por sua vez, o setor industrial, que absorvia o maior número de trabalhadores não-agrícolas durante os anos 70, respondeu pela geração de apenas 16,4% dos empregos não-agrícolas na década de 80. Em 1995, o setor industrial abrigava apenas 19,6% do total das pessoas ocupadas.

Segundo o Ministério do Trabalho (2011), no setor formal do mercado de trabalho, onde estão os trabalhadores protegidos por contratos de trabalho e pelos estatutos públicos, foram eliminados cerca de 2,1 milhões de empregos, entre janeiro de 1990 e dezembro de 1995. Pela sua profundidade e extensão no tempo, essa redução de postos de trabalho origina-se do processo de abertura comercial que substituiu o antigo modelo de industrialização protegida, característico do desenvolvimento brasileiro até o final dos anos 80.

Já em 2002, o setor de que representava os serviços terceirizados, compreendia um terço do comércio mundial, sendo a área de maior crescimento econômico e gerando, aproximadamente, 11 milhões de empregos, correspondendo a 16% do total dos trabalhadores do setor privado. Um a cada três empregos gerados na década de 90 foi em empresas de terceirização de serviços.

No âmbito do empreendimento em questão, a predominância das atividades econômicas urbanas é visível no que se refere ao mercado de trabalho formal por setores econômicos nos municípios analisados, sendo os segmentos de comércio e de serviços os principais empregadores, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em dezembro de 2010. No **Quadro II.5.3-84**, **Quadro II.5.3-85** e **Quadro II.5.3-86** são destacados o percentual de empregos formais dos municípios fluminenses e paulistas inseridos na Área de Influência, respectivamente, por atividade econômica.

**Quadro II.5.3-84 - Percentual de empregos por atividade econômica na AI do Rio de Janeiro, 2010.**

Atividades Econômicas	Municípios na Área de Influência no estado do Rio de Janeiro						
	Rio de Janeiro	Niterói	Maricá	Itaguaí	Mangaratiba	Angra dos Reis	Paraty
Extrativa Mineral	0,4%	0,6%	0,5%	1,5%	0,0%	0,2%	0,3%
Indústria de Transformação	8,0%	8,3%	9,5%	5,4%	0,5%	22%	1,0%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1,6%	2,3%	0,0%	0,1%	0,0%	5,2%	-
Construção Civil	5,2%	5,9%	1,6%	11,3%	1,3%	11%	2,1%
Comércio	16,6%	20,4%	29,0%	14,8%	5,9%	16%	23,9%
Serviços	48,7%	54,8%	25,8%	42,2%	41,8%	29,7%	45%
Administração Pública	19,4%	7,6%	32,9%	24,3%	49,5%	15,1%	26,2%
Agropecuária	0,1%	0,2%	0,7%	0,4%	1,0%	0,4%	1,2%

**Quadro II.5.3-85 - Percentual de empregos por atividade econômica na AI do Litoral Norte, 2010.**

Atividades Econômicas	Municípios da Área de Influência no Litoral Norte			
	Ubatuba	Caraguatatuba	São Sebastião	Ilhabela
Extrativa Mineral	0,0%	0,9%	0,1%	0,0%
Indústria de Transformação	3,0%	2,2%	2,5%	0,8%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,9%	1,2%	2,3%	0,6%
Construção Civil	5,4%	17,0%	8,0%	4,4%
Comércio	28,6%	30,7%	22,0%	23,6%
Serviços	48,3%	34,0%	45,9%	54,9%
Administração Pública	13,4%	13,5%	19,0%	15,5%
Agropecuária	0,3%	0,6%	0,2%	0,3%

**Quadro II.5.3-86 - Percentual de empregos por atividade econômica na AI da Baixada Santista, 2010.**

Atividades Econômicas	Municípios da Área de Influência na Baixada Santista								
	Bertioga	Guarujá	Cubatão	Santos	São Vicente	Praia Grande	Mongaguá	Itanhaém	Peruíbe
Extrativa Mineral	0,0%	0,0%	3,2%	0,4%	0,1%	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%
Indústria de Transformação	0,9%	3,1%	29,5%	4,1%	3,9%	3,1%	3,2%	2,1%	1,7%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,7%	0,4%	1,1%	0,5%	3,5%	0,6%	0,6%	1,5%	0,7%
Construção Civil	5,0%	5,2%	22,7%	3,3%	6,8%	7,8%	4,4%	3,9%	6,1%
Comércio	26,3%	24,7%	8,2%	19,2%	28,8%	30,6%	31,3%	28,8%	38,7%
Serviços	50,9%	54,0%	24,5%	64,0%	44,3%	34,7%	25,8%	37,2%	29,2%
Administração Pública	15,9%	12,1%	10,6%	8,3%	12,5%	23,1%	33,2%	24,8%	22,7%
Agropecuária	0,3%	0,5%	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,3%	1,7%	0,8%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010.



Na maioria das localidades da Área de Influência da atividade, a soma das representatividades dos setores de comércio e serviços variou na faixa de 60% e 80%, com destaque para o município de Ilhabela, no Litoral Norte paulista, Guarujá e Santos na Baixada Santista.

O setor secundário de Ilhabela é pouco dinâmico, o que, em parte, é explicado pelo foco municipal no desenvolvimento da atividade turística, por sua vocação natural. Já os municípios de Guarujá e Santos, apesar de possuírem certo potencial turístico, o setor de comércio e serviços está diretamente ligado a presença do Porto de Santos, além da proximidade com a capital paulista.

Cubatão, diferentemente de todo o restante da AI, apresentou forte percentual de empregos alocados na indústria de transformação. Enquanto a média dos demais municípios registrou aproximadamente 5%, a cidade em destaque obteve a taxa de 29,5%, consequência de seu desenvolvido pólo industrial.

Os municípios que apresentaram altos índices de cargos ocupados pela administração pública são influenciados pelo fato do setor de serviços e indústria não serem tão consolidados quanto às demais cidades, diminuindo quantitativamente posições ocupadas nos segmentos de comércio e serviços, pode-se ressaltar os municípios fluminenses de Maricá e Mangaratiba, além de Mongaguá, situado na Baixada Santista. O fato da agropecuária não representar uma importância percentual nos municípios em análise é mais um indicativo da característica urbana destas das cidades, vide o **item II.5.3.A - Uso e Ocupação do Solo**.

### ***Admissões e Desligamentos***

A seguir encontram-se números absolutos das admissões e desligamentos ocorridos entre janeiro e agosto de 2011, conforme divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nas principais atividades econômicas de cada município da Área de Influência, o que caracteriza a demanda e oferta de emprego local, conforme mostra o **Quadro II.5.3-87**.

**Quadro II.5.3-87 - Admissões e Desligamentos por setor econômico nos municípios da Área de Influência (janeiro a agosto de 2011).**

Atividades Econômicas	Admissões	Desligamentos	Saldo
<b>Rio de Janeiro</b>			
Extrativa Mineral	1837	503	1.334
Indústria de Transformação	51431	46468	4.963
Serviços Industriais de Utilidade Pública	4548	2997	1.551
Construção Civil	77065	64362	12.703
Comércio	141980	142380	-400
Serviços	374987	335995	38.992
Administração Pública	652	779	-127
Agropecuária	1061	1035	26
<b>Niterói</b>			
Extrativa Mineral	3	15	-12
Indústria de Transformação	4225	3919	306
Serviços Industriais de Utilidade Pública	715	696	19
Construção Civil	5123	4221	902
Comércio	14213	14566	-353
Serviços	27383	24360	3.023
Administração Pública	14	10	4
Agropecuária	230	291	-61
<b>Maricá</b>			
Extrativa Mineral	10	10	0
Indústria de Transformação	338	379	-41
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0	0	0
Construção Civil	140	80	60
Comércio	1455	1411	44
Serviços	821	738	83
Administração Pública	0	0	0
Agropecuária	5	12	-7
<b>Itaguaí</b>			
Extrativa Mineral	167	160	7
Indústria de Transformação	787	610	177
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1	0	1
Construção Civil	5333	2328	3.005
Comércio	2290	2134	156
Serviços	4401	4037	364
Administração Pública	0	0	0
Agropecuária	27	36	-9
<b>Mangaratiba</b>			
Extrativa Mineral	0	0	0
Indústria de Transformação	21	23	-2
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0	0	0
Construção Civil	139	83	56
Comércio	289	255	34
Serviços	1067	959	108
Administração Pública	0	0	0
Agropecuária	5	23	-18

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-87)

Atividades Econômicas	Admissões	Desligamentos	Saldo
<b>Angra dos reis</b>			
Extrativa Mineral	20	7	13
Indústria de Transformação	1.868	2.663	-795
Serviços Industriais de Utilidade Pública	110	20	90
Construção Civil	3.410	2.288	1.122
Comércio	3.027	3.002	25
Serviços	3.569	3.610	-41
Administração Pública	0	0	0
Agropecuária	153	103	50
<b>Paraty</b>			
Extrativa Mineral	6	1	5
Indústria de Transformação	14	13	1
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0	0	0
Construção Civil	54	53	1
Comércio	594	618	-24
Serviços	1.335	1.155	180
Administração Pública	50	32	18
Agropecuária	6	9	-3
<b>Ubatuba</b>			
Extrativa Mineral	0	0	0
Indústria de Transformação	101	148	-47
Serviços Industriais de Utilidade Pública	30	22	8
Construção Civil	331	251	80
Comércio	1229	1550	-321
Serviços	1484	2037	-553
Administração Pública	0	1	-1
Agropecuária	29	18	11
<b>Caraguatatuba</b>			
Extrativa Mineral	6	24	-18
Indústria de Transformação	156	261	-105
Serviços Industriais de Utilidade Pública	19	19	0
Construção Civil	1056	2601	-1.545
Comércio	2269	2582	-313
Serviços	2554	2355	199
Administração Pública	0	707	-707
Agropecuária	82	73	9
<b>São Sebastião</b>			
Extrativa Mineral	0	2	-2
Indústria de Transformação	155	173	-18
Serviços Industriais de Utilidade Pública	50	26	24
Construção Civil	536	866	-330
Comércio	1184	1282	-98
Serviços	2534	2373	161
Administração Pública	0	0	0
Agropecuária	23	14	9

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-87)

Atividades Econômicas	Admissões	Desligamentos	Saldo
<b>Ilhabela</b>			
Extrativa Mineral	0	0	0
Indústria de Transformação	51	61	-10
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7	3	4
Construção Civil	84	96	-12
Comércio	462	476	-14
Serviços	953	1097	-144
Administração Pública	0	1	-1
Agropecuária	10	7	3
<b>Bertioga</b>			
Extrativa Mineral	0	0	0
Indústria de Transformação	28	25	3
Serviços Industriais de Utilidade Pública	18	3	15
Construção Civil	247	343	-96
Comércio	927	932	-5
Serviços	1269	1441	-172
Administração Pública	0	42	-42
Agropecuária	4	8	-4
<b>Guarujá</b>			
Extrativa Mineral	0	2	-2
Indústria de Transformação	417	351	66
Serviços Industriais de Utilidade Pública	28	13	15
Construção Civil	1117	1036	81
Comércio	3454	3565	-111
Serviços	5380	5457	-77
Administração Pública	92	68	24
Agropecuária	419	276	143
<b>Cubatão</b>			
Extrativa Mineral	0	0	0
Indústria de Transformação	1916	2112	-196
Serviços Industriais de Utilidade Pública	174	144	30
Construção Civil	3951	3649	302
Comércio	1098	1095	3
Serviços	5623	4408	1.215
Administração Pública	0	282	-282
Agropecuária	24	31	-7
<b>Santos</b>			
Extrativa Mineral	25	13	12
Indústria de Transformação	2337	2043	294
Serviços Industriais de Utilidade Pública	130	94	36
Construção Civil	4142	2788	1.354
Comércio	10208	10058	150
Serviços	32467	27901	4.566
Administração Pública	711	818	-107
Agropecuária	381	302	79

Continua

Conclusão (Quadro II.5.3-87)

Atividades Econômicas	Admissões	Desligamentos	Saldo
<b>São Vicente</b>			
Extrativa Mineral	1	2	-1
Indústria de Transformação	577	527	50
Serviços Industriais de Utilidade Pública	81	81	0
Construção Civil	1579	1650	-71
Comércio	3848	3727	121
Serviços	5200	4900	300
Administração Pública	47	41	6
Agropecuária	11	10	1
<b>Praia Grande</b>			
Extrativa Mineral	0	0	0
Indústria de Transformação	382	415	-33
Serviços Industriais de Utilidade Pública	71	50	21
Construção Civil	2215	1543	672
Comércio	3825	3623	202
Serviços	4284	3690	594
Administração Pública	89	59	30
Agropecuária	3	3	0
<b>Mongaguá</b>			
Extrativa Mineral	14	13	1
Indústria de Transformação	63	55	8
Serviços Industriais de Utilidade Pública	5	2	3
Construção Civil	65	60	5
Comércio	434	522	-88
Serviços	244	192	52
Administração Pública	297	235	62
Agropecuária	0	2	-2
<b>Itanhaém</b>			
Extrativa Mineral	0	0	0
Indústria de Transformação	2	-6	-4
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-13	3	-10
Construção Civil	-38	10	-28
Comércio	291	224	515
Serviços	378	371	749
Administração Pública	199	440	639
Agropecuária	14	1	15
<b>Peruíbe</b>			
Extrativa Mineral	1	1	0
Indústria de Transformação	66	50	16
Serviços Industriais de Utilidade Pública	13	2	11
Construção Civil	891	1292	-401
Comércio	989	907	82
Serviços	678	591	87
Administração Pública	4	0	4
Agropecuária	14	14	0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

Na análise dos dados fornecidos pelo Ministério de Trabalho e Emprego para os meses entre janeiro e agosto de 2011, pode-se observar que na maioria dos municípios em estudo, o setor de serviços cresce de forma acelerada em relação aos demais. Tal afirmação tem destaque nos municípios de Cubatão, Santos, Niterói e Rio de Janeiro.

Pode-se ressaltar, também, que os municípios do Litoral Norte obtiveram saldos negativos entre valores absolutos de admissões e desligamentos, com destaque para os segmentos econômicos da construção civil e serviços e comércio, em Caraguatatuba e Ubatuba, respectivamente. Este cenário os difere da grande maioria das cidades fluminenses e da Baixada Santista, que apresentaram saldos positivos.

### ***Evolução da participação das Rendas Petrolíferas***

A primeira e mais específica diferença entre os empreendimentos do setor petrolífero e os demais empreendimentos se refere à localização. Enquanto em boa parte da indústria é possível definir – técnica ou politicamente – a localização dos empreendimentos, no caso da produção de petróleo e gás não há possibilidade de escolha. As jazidas do produto estão onde a natureza assim determinou.

As áreas produtoras funcionam como campos de fluxos, onde se articulam sofisticadas e complexas redes de unidades industriais, portos, dutos, aeroportos, bens, homens e informações. Essa indústria contém fortes efeitos de encadeamento que podem deflagrar processos de mudanças estruturais, uma vez que o petróleo constitui uma fonte privilegiada de recursos naturais capaz de fornecer divisas, energia e insumos a partir das quais é possível dar início ao processo de industrialização.

O potencial de benefícios que poderá causar será em função do grau de desenvolvimento das forças produtivas locais, das estratégias econômicas e dos contextos políticos. Nos últimos anos, os beneficiários das participações governamentais do petróleo e do gás natural vêm experimentando um expressivo aumento em suas arrecadações, decorrente das mudanças na legislação ocorridas no âmbito do processo de flexibilização do monopólio das atividades de exploração e produção.

De 3 de outubro de 1953, com a entrada em vigor da Lei 2.004, até 9 de novembro de 1995, quando foi promulgada a Emenda Constitucional 9, o monopólio da União na exploração e produção de petróleo e gás natural do Brasil foi exercido exclusivamente pela Petrobras.

Durante esse período, sempre houve o pagamento de **royalties** sobre a produção de petróleo e gás natural, sendo esta compensação financeira introduzida pela citada Lei 2.004/53, que criou a Petrobras e estabeleceu em seu artigo 27 que 4% sobre o valor da produção terrestre seriam pagos aos estados e 1% aos municípios em cujo território se realizasse a lavra desses hidrocarbonetos.

Posteriormente, com o início da produção marítima de petróleo e gás natural, a Lei 7.453 de 27/12/1985 estabeleceu a obrigatoriedade dos **royalties**, no mesmo percentual de 5% para o petróleo e o gás natural extraídos dos campos marítimos. Essa arrecadação era distribuída em: 1,5% aos estados confrontantes com poços produtores; 1,5% aos municípios confrontantes com poços produtores e aqueles pertencentes às áreas geoeconômicas dos municípios confrontantes; 1% ao Ministério da Marinha e 1% para construir um Fundo Especial a ser distribuído entre todos os estados e municípios da federação.

A Lei 7.525 de 22/07/1986 estabeleceu normas complementares para a execução do disposto no artigo 27 da Lei 2.004/53, com a nova redação dada pela Lei 7.453/85, introduzindo os conceitos de região geoeconômica e da extensão dos limites territoriais dos estados e municípios litorâneos na plataforma continental, ambos da competência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Decreto 93.189 de 29/08/1986, que regulamentou a Lei 7.525/86, dispõe sobre o traçado de linhas de projeção dos limites territoriais dos estados, territórios e municípios a serem utilizados pelo IBGE para a definição de poços confrontantes.

Em 28 de dezembro de 1989, a Lei 7.990, regulamentada posteriormente pelo Decreto 01 de 11/01/1991, introduziu nova alteração na distribuição dos **royalties**, adjudiciando 0,5% aos municípios onde se localizassem instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural. Para acomodar essa

alteração, o percentual dos estados foi reduzido de 4% para 3,5%, quando a lavra ocorrer em terra, e o percentual do Fundo Especial foi reduzido de 1% para 0,5%, quando a lavra ocorrer na plataforma continental.

Em 9 de novembro de 1995, a Emenda Constitucional 9 alterou o artigo 177 da Constituição de 1988 e, mantendo o monopólio sob a égide da União, passou a permitir que a União contrate com empresas estatais ou privadas a realização das atividades de exploração e produção (E&P), desde que “*observadas as condições estabelecidas em lei*”.

A Lei do Petróleo (Lei nº 9.478), promulgada em 06 de agosto de 1997, que revogou a Lei 2.004/53 e criou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); estabeleceu as participações governamentais a serem pagas pelos concessionários de atividades de exploração e produção de petróleo ou gás natural. Dentre estas participações, cita-se o bônus de assinatura, os *royalties*, a participação especial e o pagamento pela ocupação ou retenção de área. Apesar dos *royalties* já existirem antes da criação da referida lei, seu percentual em relação à produção petrolífera aumentou. Estabelecendo em 10% a alíquota básica dos *royalties* no artigo 47 da Lei do Petróleo; em seu artigo 48, manteve os critérios de distribuição dos *royalties* para a parcela de 5% adotadas na Lei 7.990/89; e introduziu, em seu artigo 49, uma forma diferenciada de distribuição para a parcela acima de 5%.

Em seguida, o Decreto 2.705 de 03/08/1998, conhecido como o Decreto das participações Governamentais, regulamentou os artigos 45 a 51 da Lei do Petróleo, definindo os critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais.

Cabe esclarecer que a Lei do Petróleo, em seu artigo 45, estabelece quatro formas de participações governamentais, que poderemos denominá-las, genericamente, de rendas do petróleo:

I) bônus de assinatura, que corresponde ao valor pago pelo vencedor da licitação (usualmente, definido em leilão) para ter o direito de explorar a área concedida;

II) *royalties*, que correspondem a um percentual sobre o valor da produção;



III) participação especial, prevista em casos de grande volume de produção, e que incide sobre a receita bruta da produção, deduzidos custos operacionais, depreciação, investimentos, além do pagamento de *royalties* e de outros tributos;

IV) pagamento pela ocupação ou retenção de área, que é uma cobrança periódica (atualmente, anual) pela utilização da área de concessão.

De acordo com o Decreto nº 2.705, de 1998, que regulamenta as participações do governo previstas na Lei do Petróleo, das quatro modalidades de participações especiais, os *royalties* e a participação especial são entendidos como compensações financeiras.

Sobre a **Participação Especial**, este benefício é previsto no artigo 50 da Lei do Petróleo, a *PE* é uma participação adicional aos *royalties* incidente sobre os campos com grandes volumes de produção ou grande rentabilidade.

Diferentemente dos *royalties*, cuja base de cálculo é a receita bruta e a periodicidade mensal, a *Participação Especial* incide trimestralmente sobre o lucro do campo, sendo permitido deduzir, na apuração de tal lucro, os itens previstos no parágrafo primeiro do artigo 50 da Lei do Petróleo.

*Art. 50. O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma Participação Especial, a regulamentada em decreto do Presidente da República.*

*§ 1º A Participação Especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os royalties, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor.*

A participação especial diferencia-se dos *royalties* em dois aspectos fundamentais: primeiro, é cobrada somente em campos que apresentam grande volume de produção; e segundo, incide não sobre o faturamento do campo, mas sobre a receita bruta da produção, deduzidos os *royalties*, investimentos na exploração, custos operacionais, depreciação e tributos previstos na legislação em vigor.

O art. 22 do Decreto 2.705/98 prevê alíquotas variando de 0% a 40% dependendo do volume de produção, da localização do campo (se em terra, se na

plataforma continental para profundidade batimétrica de até 400 metros, ou se na plataforma continental para profundidade batimétrica acima de 400 metros) e do tempo de produção do campo (se no 1º, 2º, 3º ou além do 3º ano de produção). As alíquotas são mais altas para maiores volumes de produção, para extração em terra e, dentro da plataforma continental, para extração em profundidades menores, e para campos que vêm produzindo há mais tempo.

Somente em 2010 (ANP, 2011), como resultado das atividades de produção de petróleo e de gás natural, foram arrecadados aproximadamente R\$ 10 bilhões em *royalties*, valor este, destinado a estados e municípios produtores; Ministério de Ciência e Tecnologia; Comando da Marinha e Fundo Especial dos Estados e Municípios. Ao estado do Rio de Janeiro, maior produtor nacional de petróleo e de gás natural, juntamente com seus municípios, destinaram-se cerca de 20% do total arrecadado no país a título de *royalties*.

Em relação às concessões de blocos marítimos pela PETROBRAS, dados disponibilizados pela ANP afirmam que a PETROBRAS participa de 31 campos na fase de desenvolvimento de produção, sendo operadora de 27. Dentro da Bacia de Santos, há 11 campos em desenvolvimento. Para os campos já em produção, a PETROBRAS atua em 82 campos, sendo operadora de 77. Nesta etapa da atividade, há sete campos em atividade na Bacia de Santos ([www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)).

### Royalties na Área de Influência

O **Quadro II.5.3-88**, a seguir apresenta os valores de *royalties* acumulados em 2010 no que se refere ao repasse para os estados e os municípios da Área de Influência, segundo a Agência Nacional do Petróleo.

**Quadro II.5.3-88 - Royalties arrecadados na Área de Influência em 2012.**

Região	Área de Influência/Beneficiários	Valores Creditados em Abril de 2012			Acumulado em 2012
		Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	
Costa Verde	Angra dos Reis	5.964.032,80	2.220.106,77	8.184.139,57	33.604.148,10
	Itaguaí	3.785.670,59	67,21	3.785.737,80	9.417.103,79
	Mangaratiba	643.163,17	1.665.080,07	2.308.243,24	9.293.666,99
	Parati	3.069.462,64	3.169.040,84	6.238.503,48	27.133.611,15
RMRJ	Maricá	3.887.986,01	2.442.512,25	6.330.498,26	27.893.444,61
	Niterói	4.092.616,86	1.820.956,24	5.913.573,10	25.881.559,11
	Rio de Janeiro	6.041.986,75	1.172.805,99	7.214.792,74	30.300.735,73

Continua

Conclusão (Quadro II.5.3-88)

Região	Área de Influência/Beneficiários	Valores Creditados em Abril de 2012			Acumulado em 2012
		Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	
Litoral Norte	Ilhabela	209.568,51	2.944.015,19	3.153.583,70	18.830.974,46
	São Sebastião	1.962.105,11	5.776.312,31	7.738.417,42	32.081.548,81
	Caraguatatuba	2.148.345,76	3.572.824,56	5.721.170,32	25.279.180,78
	Ubatuba	11.508,14	10.121,24	21.629,38	145.842,65
RMBS	Cubatão	2.492.636,90	174.702,95	2.667.339,85	11.785.783,16
	Bertioga	232.022,28	2.978.280,30	3.210.302,55	14.042.421,98
	Itanhaém	11.836,95		11.836,95	72.357,40
	Mongaguá	10.192,93		10.192,93	62.307,76
	Peruíbe	10.850,53	27.972,29	38.822,82	274.975,11
	Praia Grande	155.305,23		155.305,23	949.356,26
	Santos	13.152,16		13.152,16	80.397,12
	Guarujá	13.152,16		13.152,16	80.397,12
	São Vicente	155.305,23		155.305,23	949.356,26

Fonte: ANP, 2012

Angra dos Reis foi o município que mais se beneficiou em termos quantitativos com o repasse dos *royalties* (Figura II.5.3-63), respondendo por 13,01% do total dos municípios da Área de Influência no total dos valores creditados em Abril de 2012, seguido por São Sebastião e Rio de Janeiro.

Baseada na análise dos dados referentes às receitas orçamentárias dos municípios que compõe a AI, é possível verificar o contínuo e vigoroso aumento das participações governamentais incidentes sobre a exploração e produção de petróleo e gás natural em função da Lei Federal nº 9.478/98 que, entre outras medidas, ampliou as alíquotas básicas de royalties de 5% para até 10% do valor da produção bem como instituiu o pagamento de participações especiais sobre o lucro obtido em campos de grande produção ou rentabilidade.

O **Quadro II.5.3-89**, a seguir, apresenta as receitas orçamentárias municipais referentes aos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, bem como os valores recebidos de royalties e participação especial, que juntos formam a renda petrolífera municipal.

**Quadro II.5.3-89 - Orçamento anual e Renda Petrolífera dos municípios da Área de Influência no período de 2009-2012**

Área de Influência	2009				2010			
	Orçamento Anual.	Royalties	P.E	Renda Petrolífera	Orçamento Anual	Royalties	P.E	Renda Petrolífera
Angra dos Reis	***	66.117.238,37	0	66.117.238,37	560.000.000,00	82.904.406,21	0	82.904.406,21
Itaguaí	***	5.423.920,54	0	5.423.920,54	***	6.394.434,74	0	6.394.434,74
Mangaratiba	151.728.000,00	22.722.490,42	0	22.722.490,42	167.061.820,00	26.603.395,84	0	26.603.395,84
Maricá	***	22.243.994,36	0	22.243.994,36	***	36.942.403,32	0	36.942.403,32
Niterói	768.300.000,00	33.957.924,44	0	33.957.924,44	878.000.000,00	41.932.167,05	0	41.932.167,05
Paraty	93.881.562,02	62.914.490,61	0	62.914.490,61	119.662.927,27	55.458.255,51	0	55.458.255,51
Rio de Janeiro	12.096.734.165,00	44.734.246,91	0	44.734.246,91	13.600.178.533,00	59.716.571,43	0	59.716.571,43
Caraguatatuba	213.835.494,00	14.338.718,95	0	14.338.718,95	230.100.000,00	18.644.987,20	0	18.644.987,20
Ilhabela	79.138.670,36	14.338.744,85	0	14.338.744,85	98.048.198,48	18.644.987,20	0	18.644.987,20
São Sebastião	***	37.004.361,09	0	37.004.361,09	***	50.827.984,09	0	50.827.984,09
Ubatuba	148.490.755,22	***	0	***	165.290.825,81	***	0	***
Bertioga	180.137.135,00	15.413.841,44	0	15.413.841,44	192.331.550,00	21.262.377,54	0	21.262.377,54
Cubatão	809.000.000,00	9.391.393,30	0	9.391.393,30	717.161.700,00	16.691.077,16	0	16.691.077,16
Guarujá	699.895.000,00	14.360,64	0	14.360,64	704.227.000,00	67.809,27	0	67.809,27
Itanhaém	174.622.900,00	12.923,78	0	12.923,78	201.443.400,00	61.028,34	0	61.028,34
Mongaguá	94.557.032,02	11.128,80	0	11.128,80	107.668.966,22	52.552,17	0	52.552,17
Peruibe	116.756.000,00	11.487,81	0	11.487,81	152.600.000,00	54.247,41	0	54.247,41
Praia Grande	554.158.383,80	115.417,95	0	115.417,95	594.378.731,00	539.858,95	0	539.858,95
Santos	1.063.525.800,00	14.365,04	0	14.365,04	1.178.832.600,00	67.809,27	0	67.809,27
São Vicente	416.000.000,00	115.417,95	0	115.417,95	539.000.000,00	539.858,95	0	539.858,95

Continua

Conclusão (Quadro II.5.3-89)

Área de Influência	2011				2012			
	Orçamento Anual	Royalties	P.E	Renda Petrolífera	Orçamento Anual	Royalties	P.E	Renda Petrolífera
Angra dos Reis	711.225.000,00	83.842.784,51	0	83.842.784,51	824.667.000,00	33.604.148,10	0	33.604.148,10
Itaguaí	***	7.990.656,54	0	7.990.656,54	***	9.417.103,79	0	9.417.103,79
Mangaratiba	172.638.425,00	21.060.327,94	0	21.060.327,94	249.554.112,00	9.293.666,99	0	9.293.666,99
Maricá	***	67.680.389,01	861.397,55	68.541.786,56	***	27.893.444,61	0	27.893.444,61
Niterói	1.245.555.000,00	63.728.473,04	758.310,64	64.486.783,68	1430103000	25881559,11	0	25881559,11
Paraty	146.928.900,73	58.808.872,37	0	58.808.872,37	137.553.419,86	27.133.611,15	0	27.133.611,15
Rio de Janeiro	18.865.515.857,00	75.700.063,93	140.569,32	75.840.633,25	20.503.276.982,00	30.300.735,73	0	30.300.735,73
Caraguatatuba	269.134.500,00	46.359.874,10	0	46.359.874,10	378.152.268,00	25.279.180,78	0	25.279.180,78
Ilhabela	130.061.196,69	33.580.143,63	0	33.580.143,63	140.734.700,00	18.830.974,46	0	18.830.974,46
São Sebastião	***	78.887.323,39	0	78.887.323,39	***	32.081.548,81	0	32.081.548,81
Ubatuba	167.320.000,00	206.880,23	0	206.880,23	202.433.000,00	145.842,65	0	145.842,65
Bertioga	212.032.858,00	35.199.936,44	0	35.199.936,44	295.942.835,00	14.042.421,98	0	14.042.421,98
Cubatão	1.120.047.045,00	28.129.969,49	0	28.129.969,49	1.200.510.000,00	11.785.783,16	0	11.785.783,16
Guarujá	842.476.000,00	358.199,87	0	358.199,87	976.498.000,00	80.397,12	0	80.397,12
Itanhaém	213.300.310,00	145.599,88	0	145.599,88	242.913.300,00	72.357,40	0	72.357,40
Mongaguá	***	125.377,67	0	125.377,67	165.525.000,00	62.307,76	0	62.307,76
Peruíbe	162.480.000,00	330.406,55	0	330.406,55	189.286.000,00	274.975,11	0	274.975,11
Praia Grande	631.600.798,00	2.088.916,43	0	2.088.916,43	719.750.089,00	949.356,26	0	949.356,26
Santos	1.321.256.600,00	2.278.434,19	0	2.278.434,19	1.463.162.800,00	80.397,12	0	80.397,12
São Vicente	***	949.356,26	0	949.356,26	***	949.356,26	0	949.356,26

Fonte: IBGE

\* \*\*Informação não disponibilizada pelas prefeituras

P.E= Participação Especial

Devido à falta de informação por parte de algumas Prefeituras que não disponibilizam seus dados em sites oficiais e nem mesmo quando consultadas por contato telefônico e e-mail, tornou-se inviável um estudo que analisasse o comportamento das receitas municipais durante o período compreendido entre os exercícios financeiros de 2009 a 2012, verificando os efeitos quantitativos produzidos pelos *royalties* arrecadados por aquele Executivo, bem como o montante dos valores recebido em *Participações Especiais*, através da análise dos dados coletados, no sentido de determinar em qual exercício houve maior efetividade na composição das receitas municipais.

Tal dificuldade interferiu na qualificação das informações apresentadas na análise da evolução das rendas petrolíferas em relação aos orçamentos municipais e ao Produto Interno Bruto (PIB). Portanto, a análise foi realizada a partir da interpretação dos dados disponíveis e esses organizados de uma forma que a contextualização não deixasse de atender o objetivo do estudo: apresentar a análise comparativa da evolução da arrecadação de tributos com os recursos provenientes dos *royalties* sobre a exploração do petróleo, dos municípios da Área de Influência do Empreendimento.

É importante compreender que apesar das recentes descobertas de novos pontos de prospecção (megacampos) com vida útil superior a 15 anos bem como a inserção de novas tecnologias de exploração possibilitando a exploração na camada chamada de PRÉ-SAL (profundidade superior a 4.000 metros), nos últimos anos, e, sobretudo impulsionados pela mídia, existe um movimento junto ao congresso nacional com o propósito de alterar a distribuição dos recursos em questão, com reflexo imediato nas finanças dos municípios direta e indiretamente beneficiados. Algumas destas discussões foram transformadas em propostas legislativas e apresentadas na Câmara dos Deputados, para que haja uma modificação dos critérios atuais, tratando diretamente da modificação de dispositivos da Lei nº 9.478/97, que traz em seu corpo a forma para distribuição dos *royalties*.

O estudo acerca da evolução na arrecadação dos tributos de competência municipal, bem como a conseqüente identificação dos efeitos decorrentes de recursos provenientes dos *royalties* do petróleo (rendas petrolíferas) culminando

em proposta de correção de curso, torna-se questão indissociável dos instrumentos de planejamento em termos de finanças públicas municipais.

Assim, no âmbito fiscal, a redução dessa dependência deve ser constantemente perseguida pela Administração Municipal, por meio da intensificação da arrecadação e a recuperação de créditos tributários inscritos em dívida ativa, bem como pelo combate à sonegação e à elisão fiscal dos tributos de sua competência. Neste sentido, devem-se considerar os Impostos que, indubitavelmente, representa a receita tributária de maior relevância para cada Município da AI.

O sistema tributário proposto pela Constituição de 1988 instituiu os pilares de uma descentralização fiscal baseada no aumento da capacidade de gasto municipal, tendo como contrapartida o correspondente aumento da receita. A elevação da receita disponível ocorreu pela estrutura do sistema de Transferências Intergovernamentais e pelo aumento da arrecadação própria, através das Receitas Tributárias.

A Receita Tributária Municipal constitui-se em uma importante fonte de arrecadação dos municípios, uma vez que, juntamente com as Receitas Não-Tributárias, formam a Receita Própria do Município. Esta determina o nível de dependência da Receita Municipal com os demais recursos, oriundos das transferências de outras esferas de governo.

Faz parte da Receita Tributária o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbanos (IPTU); o Imposto sobre Transmissão "Intervivos" por ato oneroso de bens imóveis (ITBI); o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); Taxas e Contribuições de Melhoria.

Além das Receitas Tributárias, os municípios recebem os repasses correspondentes às arrecadações realizadas pelo Estado e pela União. Os impostos arrecadados por cada esfera de governo compõem a Receita Tributária bruta, diferentemente da receita disponível, a qual depende do balanço entre o que cada esfera recebe e repassa para as outras. No caso da União, a receita

disponível é menor que a bruta, pois ela transfere recursos para as demais unidades. Com os Municípios, ocorre o contrário, pois recebem transferências tanto da União como dos Estados, enquanto que nestes o efeito líquido depende do balanço entre recebimentos da União e repasses para os Municípios (GIAMBIAGI, 1999, p.191).

As Transferências Intergovernamentais podem ser subdivididas em Transferências Constitucionais e Repasses. As rendas petrolíferas são identificadas como repasse, os royalties apresentam-se como a principal fonte de recursos para alguns municípios da AI, como é o caso de Paraty que apresentou 67% do seu orçamento anual oriundo da renda petrolífera no ano de 2009, como observado na **Figura II.5.3-62**.

A arrecadação vertiginosa de *royalties* pode levar a não preocupação em garantir receitas próprias, permanecendo dependentes de repasses das outras esferas de governo e ampliando a dependência e relação às participações governamentais. O risco é que em longo prazo, quando os royalties acabarem, caso seja dada pouca atenção à arrecadação tributária municipal, haverá um Município sem estrutura fiscal atualizada. (SERRA in LISBOA, 2003).

Sobre a execução orçamentária por parte dos municípios da AI, é importante ressaltar que, atualmente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) se constituem nos principais instrumentos de Planejamento e Controle dos Orçamentos Públicos nas três esferas de governo.

No PPA (Plano Plurianual) são previstas as ações para um período de 4 anos e anualmente a LDO traça as diretrizes, fazendo parte integrante o Anexo de Metas Fiscais (AMF), para que a LOA balise a execução dos programas daquele exercício ao qual o município teve suas receitas estimadas e suas despesas fixadas em igual valor, observando assim um dos princípios fundamentais que as LOA's devem suportar, qual seja: o equilíbrio orçamentário.



Ainda assim, não é incomum verificarmos déficits na execução das receitas e despesas orçamentárias. Muito disso se deve pela falta de preparo das pessoas, envolvidas na elaboração e execução dos orçamentos, que na maioria das vezes entendem o planejamento como um jogo de azar, estimando receitas e fixando despesas sem qualquer base metodológica.

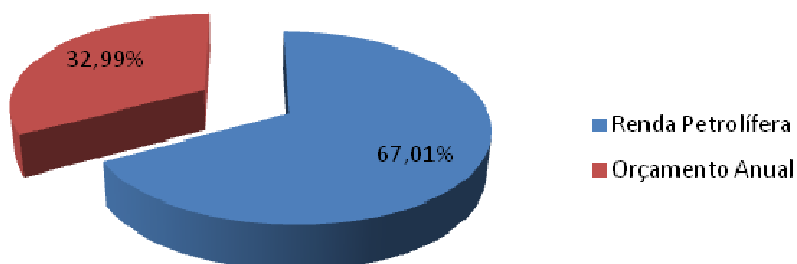
Apesar da importância do assunto, a análise focou-se na execução das Leis Orçamentárias Anuais para o período de 2009 a 2012, como segue, realizando em diversos momentos comparações que nos levem a entender o problema, bem como perseguir os objetivos finais e intermediários.

Há que se destacar que o período abordado 2009-2012, apresenta um período financeiro ainda em gestão e o ano de 2012 não foi considerado nas análises comparativas, por ainda estar em exercício.

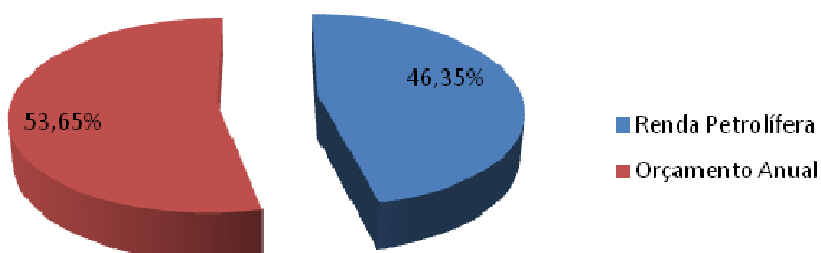
Foi efetuado o levantamento dos orçamentos municipais no período em análise, tendo por base os relatórios publicados por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, todavia ressaltamos que não foram encaminhados ao pelas Prefeituras documentos e dados que permitisse avaliar de forma universal todos os municípios que compõe a AI, bem como as demais informações que qualificasse o estudo evolutivo, como a composição do PIB municipal, por termos somente dados referente ao ano de 2009.

De acordo com os resultados obtidos, referentes à arrecadação dos tributos dos royalties, e os originários dos orçamentos municipais, percebeu-se que aqueles estão fortemente para o incremento da receita municipal de alguns municípios da AI, principalmente os menores, como Paraty e Mangaratiba no Estado do Rio de Janeiro, os quais, cada vez mais, apresentam um aumento em seus orçamentos, associados ao aumento da suas rendas petrolíferas, como apresentado na **Figura II.5.3-62**.

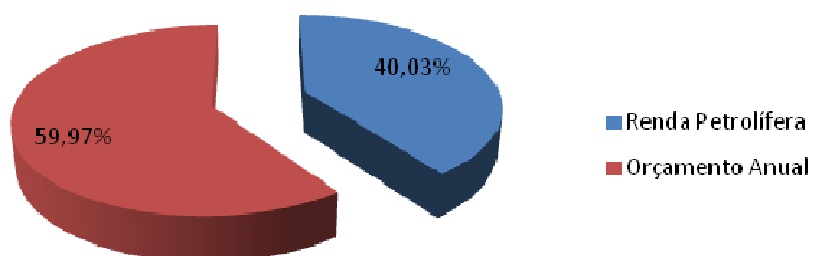
Parcela da Renda Petrolífera no Orçamento Anual de Paraty em 2009



Parcela da Renda Petrolífera no Orçamento Anual de Paraty em 2010



Parcela da Renda Petrolífera no Orçamento Anual de Paraty em 2011



**Figura II.5.3-62** - Evolução da participação da renda petrolífera no orçamento municipal do município de Paraty.

A análise isolada das rendas petrolíferas, juntamente aos orçamentos municipais apesar de apresentar uma análise concisa, consiste em conclusões importantes.

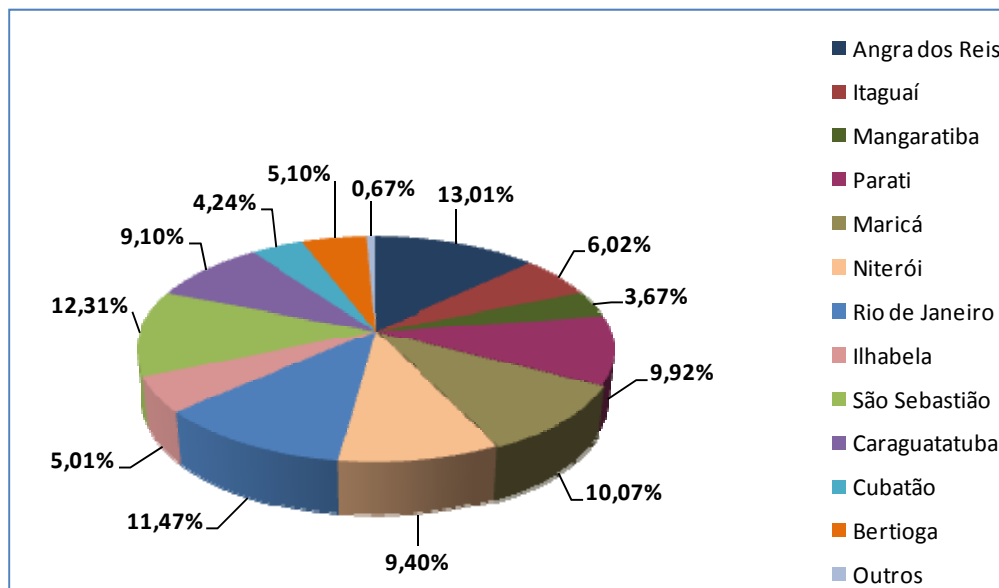
Baseado nos dados disponíveis no **Quadro II.5.3-90**, conclui-se que a evolução dos recursos provenientes dos *royalties* do petróleo em relação ao orçamento anual apresenta aumento constante.

No pode ser verificada a participação da renda petrolífera no PIB dos municípios, com destaque para Paraty, onde esta compõe mais de 11% do PIB no ano de 2009.

**Quadro II.5.3-90 - Percentual da renda petrolífera na composição do PIB municipal**

Municípios da AI	Renda Petrolífera	PIB 2009	Percentual da Renda Petrolífera no PIB
Angra dos Reis	4.526.169.000	66.117.238,37	1,461
Itaguaí	3.008.327.000	5.423.920,54	0,180
Mangaratiba	860.850.000	22.722.490,42	2,640
Maricá	1.079.824.000	22.243.994,36	2,060
Niterói	10.800.670.000	33.957.924,44	0,314
Paraty	532.311.000	62.914.490,61	11,819
Rio de Janeiro	175.739.349.000	44.734.246,91	0,025
Caraguatatuba	1.147.378.000	14.338.718,95	1,250
Ilhabela	303.694.000	14.338.744,85	4,721
São Sebastião	3.043.796.000	37.004.361,09	1,216
Ubatuba	843.726.000	0,00	0,000
Bertioga	665.977.000	15.413.841,44	2,314
Cubatão	5.786.553.000	9.391.393,30	0,162
Guarujá	3.429.098.000	14.360,64	0,000
Itanhaém	824.091.000	12.923,78	0,002
Mongaguá	447.405.000	11.128,80	0,002
Peruíbe	614.539.000	11.487,81	0,002
Praia Grande	2.780.735.000	115.417,95	0,004
Santos	22.546.134.000	14.365,04	0,000
São Vicente	2.898.356.000	115.417,95	0,004

Fonte: IBGE(2012)



**Figura II.5.3-63** - Participação percentual de royalties entre municípios da AI, 2010

Fonte: ANP (2011).

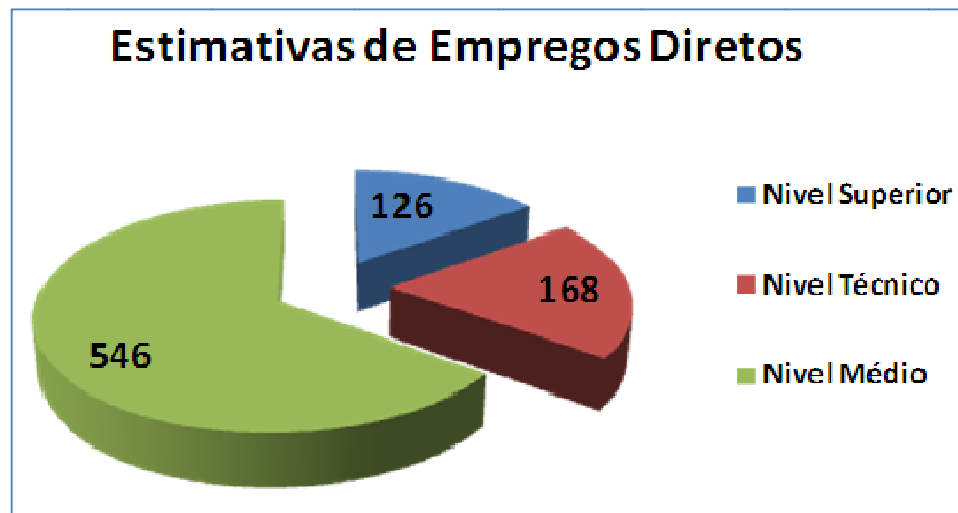
A capital fluminense, além de estar entre o grupo dos municípios que mais se beneficiam dos *royalties*, reúne os principais grupos nacionais e internacionais do setor naval e os maiores estaleiros do país, detendo, desta forma, cerca de 90% da produção de navios e de equipamentos *offshore* no Brasil ([www.sinaval.org.br](http://www.sinaval.org.br)).

Destaca-se que os municípios beneficiados pelo recebimento de *royalties* são definidos somente após o início da atividade de produção, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Após avaliação final por parte do IBGE, esta definição é repassada para a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ainda sendo possível a ocorrência de alterações ou complementações nas informações contidas neste estudo.

É válido mencionar, ainda, que uma nova proposta para rever a divisão dos *royalties* do petróleo está em discussão em diversos níveis do poder público que, dentre outras questões, prevê a divisão desta arrecadação entre estados produtores e não produtores.

### ***Geração de Empregos Diretos e Indiretos***

Pelas características e particularidades técnicas da atividade dos Projetos Integrados de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Pólo Pré-sal, Bacia de Santos, e o grau de especialização que esta demanda, estima-se a necessidade de 840 profissionais, que trabalharão em turnos. Cabe mencionar que estes postos de trabalho em parte serão gerados, e em parte, contribuirão para a garantia da manutenção de diversos postos de trabalho nas unidades marítimas a serem alocados ao longo das atividades de instalação e operação. Sendo distribuídos entre o nível superior, nível técnico e ensino médio, as vagas de nível superior totalizam 15%, para o nível técnico 20% e para o ensino médio 65%.



**Figura II.5.3-64 - Estimativas de Empregos Diretos**

É possível que a realização da atividade estimule a abertura de novos postos de serviços indiretos, no setor de alimentação, aluguel, hospedagem, transporte e aquisição de bens e serviços, dentre outros, sendo difícil estimar, nesta fase dos estudos, a quantidade de novos postos de serviços indiretos que podem ser gerados pela atividade, uma vez que já existem diversas empresas prestadoras deste tipo de serviço. Em caso de novas contratações, a Petrobras tem como diretriz orientar as empresas contratadas para utilizar os serviços de mão de obra, sempre que possível, e preferencialmente, no município que será utilizado como base de apoio ao empreendimento.

### II.5.3.H - Educação

A análise educacional nos municípios da Área de Influência foi realizada com base na infraestrutura educacional, matrículas (pública e privada) por nível de ensino (fundamental, médio e superior) e na taxa de alfabetização da população. Foram também identificados cursos profissionalizantes e algumas iniciativas de educação ambiental existentes nesses municípios.

Segundo dados do Censo Educacional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, referente a 2009, disponibilizado pelo IBGE, os municípios da Área de Influência do empreendimento contavam com um total de 4.615 estabelecimentos de ensino fundamental e médio, com mais de 1.630.000 alunos e um corpo docente acima de 81.000 pessoas.

Os quadros e gráficos a seguir têm o intuito de traçar o panorama atual da realidade dos tópicos acima exemplificados. Cabe salientar que a Área de Influência é caracterizada por haver cidades populosas, como Rio de Janeiro, Niterói e Santos, e municípios de menor porte populacional, vide Mangaratiba, Ilhabela e Bertioga.

No que se refere aos dados absolutos referentes a matrículas e corpo docente existentes na Área de Influência, pode-se afirmar, com base no **Quadro II.5.3-91**, que só na capital fluminense estão alocadas 65,4% das matrículas e 61,5% dos docentes de todos os municípios em análise. Apesar desta disparidade em relação às demais cidades, Niterói também representa um importante pólo de ensino no estado fluminense e, conseqüentemente, na região.

Para os municípios situados no estado de São Paulo, destacam-se os municípios do centro da Baixada Santista, especificamente Santos, Guarujá, São Vicente e Praia Grande, importantes tanto pela proximidade com o Porto de Santos quanto com a capital do estado, detendo em conjunto, aproximadamente 15% das matrículas e docentes da Área de Influência.

Apesar de a responsabilidade pela administração dos estabelecimentos de Ensino Médio ser do governo estadual, de acordo com a Lei de Diretrizes Básicas

da Educação, percebe-se que muitas prefeituras investem neste segmento, além, é claro, de instituições privadas.

**Quadro II.5.3-91 - Valor absoluto de matrículas e docentes do Ensino Fundamental e Médio na Área de Influência da atividade.**

Municípios da Área de Influência		Matrículas por Ensino		Docentes por Ensino	
		Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	809.884	263.500	34.190	16.106
	Niterói	65.320	22.028	3.913	1.900
	Maricá	18.152	3.927	978	379
	Itaguaí	20.307	5.565	1.224	389
	Mangaratiba	6.881	1.302	510	117
	Angra dos Reis	28.938	7.401	1.338	559
	Paraty	7.905	1.374	428	137
Estado de São Paulo	Ubatuba	13.836	3.448	730	279
	Caraguatatuba	16.117	4.417	775	334
	São Sebastião	12.525	2.912	547	179
	Ilhabela	4.825	1.119	266	101
	Bertioga	9.251	2.120	423	174
	Santos	48.561	15.472	2.917	1.192
	Guarujá	48.843	11.441	2.128	672
	Cubatão	19.981	4.528	892	262
	São Vicente	48.936	14.490	2.114	922
	Praia Grande	41.785	9.543	1.798	651
	Mongaguá	8.090	1.827	395	163
	Itanhaém	14.938	3.978	714	254
	Peruíbe	11.237	3.005	546	185

Fonte: IBGE Cidades / MEC - Ministério da Educação, Censo Educacional 2009.

Apesar de a responsabilidade pela administração dos estabelecimentos de Ensino Médio ser do governo estadual, de acordo com a Lei de diretrizes Básicas da Educação, percebe-se que muitas prefeituras investem neste segmento, além, é claro, de instituições privadas. A seguir apresenta-se o **Quadro II.5.3-92** e a **Figura II.5.3-66** com dados numéricos sobre o número de instituições de ensino na Área de Influência, separadas pelas 03 (três) esferas do governo e o setor privado.

**Quadro II.5.3-92 - Número de Instituições de Ensino Fundamental e Médio na Área de Influência da atividade.**

Municípios da Área de Influência		Número de Instituições de Ensino Fundamental e Médio			
		Federal	Estadual	Municipal	Privado
Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	26	356	1.014	1452
	Niterói	2	73	45	189
	Maricá	0	18	37	28
	Itaguaí	0	22	35	26
	Mangaratiba	0	4	27	3
	Angra dos Reis	1	23	58	27
	Paraty	0	8	31	13
Estado de São Paulo	Ubatuba	0	22	30	14
	Caraguatatuba	0	26	26	28
	São Sebastião	0	12	26	11
	Ilhabela	0	10	18	7
	Bertioga	0	17	17	9
	Santos	0	46	40	134
	Guarujá	0	55	39	23
	Cubatão	1	17	34	10
	São Vicente	0	42	40	54
	Praia Grande	0	44	51	43
	Mongaguá	0	18	15	6
	Itanhaém	0	18	30	12
	Peruíbe	0	17	19	16

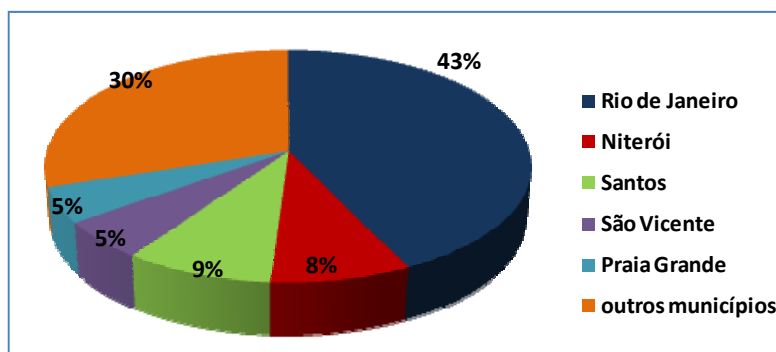
Fonte: IBGE Cidades / MEC - Ministério da Educação, Censo Educacional 2009.

Ressalta-se que nos grandes centros urbanos do país, cidades de maior porte populacional e maior dinamismo econômico, a rede escolar particular assume maior importância, fato que está ligado à queda de qualidade da educação pública e a um conseqüente aumento da procura dos setores médios urbanos por matrículas na rede particular. Inserem-se, neste panorama, os municípios Rio de Janeiro, Niterói e Santos.

Em oposição a esta realidade, municípios de menor porte, como Mangaratiba, Paraty, Bertioga e Mongaguá, possuem basicamente instituições públicas para o desenvolvimento da educação escolar, tendo em vista a pouca infraestrutura educativa privada.

No que tange as Instituições de Ensino Superior (Faculdades, Centros Universitários, Institutos Federais e Universidades), tanto públicas quanto particulares, foram levantadas 241 instituições cadastradas pelo MEC em 2012, sendo que deste total, 43% está situada na capital fluminense (**Figura II.5.3-65**).

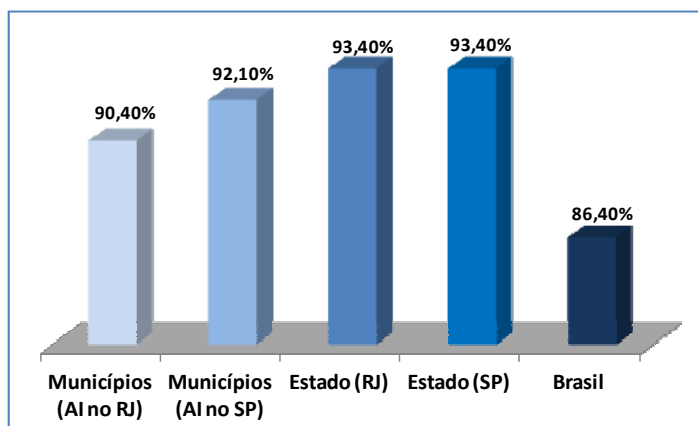




**Figura II.5.3-65** - Percentual de Instituições de Ensino Superior na Área de Influência.

Fonte: PNUD / Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000

Tendo em vista as informações apresentadas acima, e considerando as diferenças existentes entre os municípios, podemos inferir que há, de fato, uma estrutura de rede de ensino na Área de Influência. Segundo o PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano de 2000, que abriga os dados oficiais mais atualizados a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano, a taxa de alfabetização em todos os 21 municípios em questão se aloca acima das estatísticas nacionais, apesar dos mesmos estarem abaixo da média de seus respectivos estados. A **Figura II.5.3-66** apresenta a média das taxas municipais, seus respectivos estados e país.



**Figura II.5.3-66** - Taxas de alfabetização dos municípios da Área de Influência, seus respectivos estados e Brasil.

Fonte: PNUD / Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000

### II.5.3.H.1 - Cursos Profissionalizantes

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) são instituições de educação profissional abertas à sociedade com o intuito de ministrar cursos de formação e aprendizagem.

Para a referida Área de Influência, não há muitos dados disponibilizados referentes aos cursos profissionalizantes nos sites oficiais. Por se tratar de municípios de menor porte, SENAC e SENAI não possuem sedes físicas em algumas regiões da Área de Influência.

Os cursos oferecidos pelo SENAC para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que possuem direta ou indiretamente algum tipo de relação com o empreendimento em análise são apresentados no **Quadro II.5.3-93** abaixo. Ressalta-se que muitos municípios não abrigam unidades do SENAC, desta forma, as populações de pequenos municípios podem se qualificar em cidades vizinhas, de maior porte e com estrutura educacional melhor desenvolvida.

**Quadro II.5.3-93 - Cursos profissionalizantes do SENAC nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.**

SENAC	Curso	Objetivo	Duração
Estado do Rio de Janeiro	Frentista	O curso capacita pessoas para atuarem como frentistas, comercializando produtos e serviços em postos de combustíveis, abastecendo e verificando as condições ideais para o funcionamento dos veículos, atendendo ao público e exercendo suas funções de acordo com as questões de segurança e consciência socioambiental.	205 horas
	Esp. Técnica em Segurança do Trabalho na Área de Petróleo e Gás	O curso habilita o profissional para trabalhar em refinarias ou plataformas marítimas de petróleo. Além disso, o aluno é preparado para ter facilidade com o relacionamento interpessoal, situações de conflitos e imprevistos.	300 horas
	Técnico em Segurança do Trabalho	Desenvolver profissionais capazes de supervisionar as atividades ligadas à segurança do trabalho. Especialistas que visam assegurar condições que eliminem ou reduzam os riscos de ocorrência de acidentes e observam o cumprimento de toda a legislação pertinente.	1200 horas
	Comissário Offshore	O principal objetivo do curso é formar profissionais que respeitem as normas de segurança, meio ambiente e saúde, garantindo sua integridade física, de seus colegas e tripulantes, bem como a segurança da plataforma. Além disso, o programa desenvolve no aluno competências profissionais para que ele possa chefiar a hotelaria na plataforma marítima, tendo em vista a satisfação dos embarcados.	168 horas
	Especialização Técnica em Segurança Ambiental	Aperfeiçoar, atualizar e formar gestores capazes de implementar sistemas de gestões ambientais em organizações que se preocupam com o meio ambiente e almejam um desenvolvimento sustentável.	300 horas
	Licenciamento Ambiental	As aulas são ministradas por docentes experientes no mercado, com o intuito de propiciar ao aluno o domínio da legislação ambiental federal e estadual e o total conhecimento dos aspectos legais, específicos para os recursos naturais: ar, água, solo, flora e fauna.	24 horas

Continua

Conclusão (Quadro II.5.3-93)

SENAC	Curso	Objetivo	Duração
Estado de São Paulo	Técnico em Hospedagem	Curso profissionalizante estruturado para formação de profissionais técnicos voltados para atuação em hotéis e também capazes de exercer a hospitalidade em outros prestadores e serviços que queiram implantar os serviços hoteleiros em seus empreendimentos.	800 horas
	Técnico em Hotelaria	Estruturado para desenvolver profissionais aptos a exercerem funções técnicas e de coordenação em Serviços de Meios de Hospedagem, Alimentos e Bebidas e Eventos, considerando técnicas de atendimento e procedimentos específicos, habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal.	800 horas
	Assistente em Armazenagem e Movimentação de Materiais	Qualificação técnica que propicia ao aluno a identificação e operacionalização de processos de armazenagem e movimentação de materiais, auxiliando na decisão da seleção de fornecedores, compras locais e internacionais, visando à disponibilidade, qualidade e redução de custos.	240 horas
	Técnico em Logística	Curso profissionalizante em que o aluno desenvolve competências profissionais para identificar oportunidades de negócios, propor soluções inovadoras para a área, operacionalizar ações integradas de marketing e vendas e de logística, planejar e operacionalizar a produção, operacionalizar a logística internacional, identificar e operacionalizar custos logísticos e consolidar e integrar, no âmbito da cadeia logística, seus processos.	800 horas
	Esp. Técnica em MA para Técnico em Segurança do Trabalho	Curso de especialização técnica de nível médio que tem como objetivo principal capacitar o Técnico em Segurança do Trabalho para participar da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas empresas e organizações que visam um maior cuidado com o meio ambiente e que almejam um desenvolvimento sustentável.	300 horas
	Técnico em Meio Ambiente	Curso profissionalizante que capacita o aluno a reconhecer as relações existentes entre os elementos dos meios físico, natural e sócio-cultural, utilizando tecnologias adequadas ao trato das questões ambientais, em consonância com a legislação pertinente.	1200 horas
	Técnico em Segurança do Trabalho	Curso profissionalizante em que o aluno participa de projetos de educação do trabalhador, incluindo, especialmente, os programas de prevenção de risco à segurança e à saúde, controle de perdas humanas e perdas por danos à propriedade e ao meio ambiente.	1200 horas

Fonte: SENAC - [www.senac.com.br](http://www.senac.com.br)

No que se refere aos cursos ministrados pelo SENAI, pode-se dizer que os mesmos também são divididos em diversas unidades, cada qual com cursos distintos. Em pesquisa feita nos portais *online* do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, tanto para o estado do Rio de Janeiro como para o estado de São Paulo, sobre cursos relacionados com a Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 1, chegou-se ao resultado a seguir, conforme **Quadro II.5.3-94**.

**Quadro II.5.3-94 - Cursos profissionalizantes do SENAI nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.**

SENAI	Curso	Objetivo	Duração
Estado do Rio de Janeiro	Técnico em Petróleo e Gás	Habilitar profissional para executar atividades de operação, monitoramento e controle de sistemas de utilidades, com ênfase nas atividades inerentes ao processo de processamento e refino de petróleo, destacando-se os sistemas de tratamento de água, refrigeração industrial, de geração a ar comprimido, de geração a vapor e recuperação de condensado.	1420 horas
	Técnico em Sistemas a Gás	Habilitar profissional para planejar, coordenar e operar, no âmbito de sua atuação, os processos de distribuição e utilização de gás natural, segundo as normas técnicas, de qualidade, segurança, saúde e preservação ambiental estabelecidas.	1544 horas
	Especialização em Engenharia de Petróleo	Especializar profissionais em Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo e Gás a partir dos elementos de Geologia, Geofísica e Engenharia de Petróleo, de modo integrado, considerando as tecnologias e processos desta área com foco no caráter multidisciplinar bem como a utilização de ferramentas matemáticas e computacionais que darão suporte a estas tecnologias.	412 horas
	Especialização em Gestão Ambiental - ênfase em Petróleo e Gás	Especializar profissionais em gestão ambiental aplicada a petróleo e gás, preparando-os para atuarem no planejamento, implementação, avaliação e gerenciamento de sistemas de gestão ambiental em empresas do setor de petróleo considerando os princípios da legislação e normas relativas a meio ambiente e responsabilidade social vigentes.	400 horas
Estado de São Paulo	Qualificação e Aperfeiçoamento em Petróleo e Gás	Qualificação e aperfeiçoamento em conversão de equipamento para gás natural, entre outros programas.	*
	Técnico em Logística	Habilitar profissional para entender e montar sistemas logísticos dentro dos modernos conceitos de gerenciamento da cadeia de suprimentos; resolver problemas nas áreas de administração, qualidade, contabilidade, transporte, movimentação de materiais, comércio exterior, gestão, informática e automação em empresas de consultoria, indústria e comércio.	1200 horas
	Direito Ambiental	Especializar profissional para identificar juridicamente os problemas ambientais envolvendo o meio ambiente, as questões sociais, culturais, históricas, econômicas, éticas e políticas; aplicar os princípios constitucionais para consolidar conceitos e estratégias para a transformação da sociedade; etc.	360 horas
	Qualificação e Aperfeiçoamento em Segurança do Trabalho	Qualificação e aperfeiçoamento em segurança na operação de máquinas, segurança em sistemas elétricos, entre outros programas.	*

Fonte: SENAI - [www.senai.br](http://www.senai.br)

\* dados não disponibilizados

Desde 2003, o Governo Federal vem implementando uma política de conteúdo local no setor de petróleo e gás natural com o objetivo de ampliar a participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, a fim de traduzir os investimentos do setor em geração de emprego e renda para o país ([www.prominp.com.br](http://www.prominp.com.br)).

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, objetiva fortalecer a indústria nacional de bens e serviços no segmento petrolífero, elaborando, em conjunto com o setor privado, maneiras de maximizar a participação da indústria nacional para atender não somente demandas nacionais, como internacionais.

Tendo em vista o aumento expressivo dos investimentos do setor de petróleo e gás natural nos últimos anos, vem crescendo também a necessidade de profissionais devidamente qualificados para atender às demandas geradas pelos empreendimentos previstos, desta forma, a qualificação profissional é uma de suas características fundamentais.

Os cursos fornecidos pelo PROMINP são divididos em nível básico, médio, técnico e superior, situadas em cerca de 80 instituições de ensino, sendo a Petrobras a principal financiadora deste plano de qualificação. Até o final de 2010, o PROMINP qualificou cerca de 78 mil pessoas, em 15 estados do país. Todavia, foi identificada a necessidade de qualificar mais 212 mil pessoas para a indústria petrolífera até o ano de 2014 ([www.prominp.com.br](http://www.prominp.com.br)). O **Quadro II.5.3-95** apresenta quantitativamente os cursos de nível técnico e superior abertas pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional do PROMINP.

**Quadro II.5.3-95 - Cursos profissionalizantes do PROMINP abertos pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional.**

Nível	Curso	Duração
Técnico	CM - Supervisor Técnico de Pintura e Isolamento	240 horas
	CM - Supervisor Técnico de SMS	240 horas
	Eletrônica	209 horas
	Eletrotécnica	209 horas
	EN - Administrador COMOS	120 horas
	EN - Administrador de PDMS	120 horas
	EN - Desenhista Projetista de Arquitetura Naval	*
	EN - Desenhista Projetista de Equipamento de Embarcação	*
	Mecânica	209 horas
	OM - Eletricista de Manutenção	300 horas
	OM - Projetista de Estruturas Metálicas	*
Técnico	OM - Projetista de Instrumentação / Automação	*
	OM - Projetista de Tubulação	*
	OM - Projetista Eletricista	*
	OM - Técnico Ambiental	376 horas
	OM - Técnico de Manutenção	*
	OM - Técnico em Operação Offshore para Barcos PLSV, AHTS, RSV	*
	OM - Técnico em Planejamento Offshore	*
	OM - Técnico em Segurança no Trabalho	350 horas
	OM - Técnico Mecânico	360 horas
	OM - Técnico Químico	292 horas
	OM - Turbomáquina com Ênfase em Instrumentação	364 horas
	OM - Turbomáquina com Ênfase em Mecânica	344 horas
	Telecomunicações	209 horas

Continua

## Conclusão (Quadro II.5.3-95)

Nível	Curso	Duração
Superior	CM - Chefe de Obra	496 horas
	CM - Engenheiro de Campo - Construção e Montagem	496 horas
	CM - Engenheiro de Campo - Qualidade	376 horas
	CM - Engenheiro de Campo - SMS	376 horas
	CM - Engenheiro de Condicionamento / Comissionamento	496 horas
	CM - Engenheiro de Logística	376 horas
	CM - Engenheiro de Planejamento	376 horas
	CM - Engenheiro de Segurança	650 horas
	CM - Engenheiro de Suprimento	496 horas
	CM - Engenheiro de Tubulação	*
	CM - Engenheiro Elétrico / Instrumentação	376 horas
	CM - Gerente de Condicionamento / Comissionamento	432 horas
	CM - Gerente de Construção e Montagem	432 horas
	CM - Gerente de Empreendimento / Contrato	432 horas
	CM - Gerente de Engenharia	432 horas
	CM - Gerente de Planejamento	432 horas
	CM - Gerente de Qualidade	432 horas
	CM - Gerente de SMS	432 horas
	CM - Gerente de Suprimento	432 horas
	EN - Arquiteto	360 horas
	EN - Engenheiro Civil - Edificações	360 horas
	EN - Engenheiro Civil - Estrutura Metálica	360 horas
	EN - Engenheiro Civil - Fundações	360 horas
	EN - Engenheiro de Automação e Instrumentação	418 horas
	EN - Engenheiro de Caldeiraria / Fornos	480 horas
	EN - Engenheiro de Confiabilidade	360 horas
	EN - Engenheiro de Dutos Terrestres	360 horas
	EN - Engenheiro de Elétrica	*
	EN - Engenheiro de Equipamentos de Embarcação	*
	EN - Engenheiro de Equipamentos Estáticos	480 horas
	EN - Engenheiro de HVAC	360 horas
	EN - Engenheiro de Instrumentação (Automação)	418 horas
	EN - Engenheiro de Máquinas	360 horas
EN - Engenheiro de Planejamento	376 horas	
EN - Engenheiro de Processamento Petroquímico	528 horas	
EN - Engenheiro de Processo Downstream	400 horas	
Superior	EN - Engenheiro de Projeto de Válvulas Industriais	376 horas
	EN - Engenheiro de Qualidade	360 horas
	EN - Engenheiro de Segurança (Processo)	360 horas
	EN - Engenheiro de Telecomunicação	360 horas
	EN - Engenheiro de Tubulação	372 horas
	EN - Engenheiro Naval	360 horas
	EN - Gerente de Empreendimento	432 horas
	EN - Gerente de Projeto de Engenharia	432 horas
	EN - Profissional de Análise de Risco Ambiental	360 horas
	EN - Profissional de Avaliação Ambiental	360 horas
	EN - Profissional de Licenciamento Ambiental On Shore	*
	EN - Profissional de Sistemas de Informação	420 horas
	EN - Projetista CAE Processo	160 horas

Fonte: PROMINP - www.prominp.com.br

\* informação não disponibilizada

## ***Iniciativas de Educação Ambiental na Área de Influência***

Para o conhecimento dos projetos e programas de educação ambiental em andamento nos municípios da Área de Influência, uma equipe de técnicos entrou em contato com as prefeituras das respectivas localidades. Vale ressaltar que a região contempla diversas unidades de conservação e utilizam os recursos naturais presentes em seus espaços geográficos como atrativos turísticos importantes para a manutenção e desenvolvimento de suas economias.

Abaixo são apresentadas as principais iniciativas ambientais da administração municipal em andamento na Área de Influência do empreendimento. A ausência de algumas localidades se deve ao fato da inexistência de tais iniciativas ou da não resposta por parte das prefeituras contatadas (**Quadro II.5.3-96**).

**Quadro II.5.3-96 - Iniciativas de Educação Ambiental nos municípios da Área de Influência.**

<b>Municípios</b>	<b>Iniciativas</b>	<b>Objetivos</b>
Maricá	Projeto de Arborização Urbana	Objetiva a ordenação e restauração das árvores no território de Maricá.
	Maricá no Clima	Recuperação de áreas degradadas, de nascentes e córregos, além do incentivo a coleta seletiva e a arborização urbana.
Niterói	Curso Fundamentos da Sustentabilidade Socioambiental	Destinado a servidores públicos e colaboradores da prefeitura, o curso abrange assuntos da biodiversidade e proteção ao meio ambiente.
Angra dos Reis	Programa de Educação Ambiental	O Centro de Educação Ambiental oferece cursos, palestras e oficinas a respeito de temas que visem à sensibilização ambiental e incentivo às práticas conservacionistas. Entre eles estão: energia, saneamento, reciclagem. O público alvo são as escolas públicas, particulares e sociedade civil em geral.
	Projeto Visita Orientada	Visa através de visitas ao horto florestal municipal despertar mudanças de atitudes nos participantes, favorecendo a sensibilização para a melhoria de qualidade do meio natural, social e cultural.
Paraty	Projeto Paraty Recicla	Conjunto de ações que visam o desenvolvimento sustentável, educação ambiental e capacitação, quanto às questões relacionadas à reciclagem do lixo.
Mangaratiba	Programa Mata Atlântica	Conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do município.
	Educação Ambiental em Escolas	Conscientizar os alunos a respeito de assuntos sobre ecossistema, biodiversidade e proteção ao meio ambiente.
	Recuperação de Áreas Degradadas	Identificação e recuperação de áreas ambientalmente prejudicadas dentro dos limites do município.

Continua

## Continuação (Quadro II.5.3-96)

Municípios	Iniciativas	Objetivos
Ubatuba	Plantio Voluntário	Garante subsídio técnico para plantio de mudas adequadas a moradores que pretendem plantar árvores, com orientação de técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
	Município Verde Azul	Desenvolvimento de diversas ações, contemplando: esgoto tratado, lixo mínimo, arborização urbana, mata ciliar, entre outros.
	Festival da Mata Atlântica	Objetiva comemorar a preservação da Mata Atlântica existente e sensibilizar a comunidade para a importância deste bioma no município.
Caraguatatuba	Projeto Ecoverão Caraguá	Sensibilização quanto a limpeza da praia, proteção dos patrimônios naturais e demais ações em prol da preservação do meio ambiente.
São Sebastião	Palestras Educativas e Orientativas	Palestras com o intuito de sensibilizar sobre os problemas com o lixo, o uso da água e aquecimento global.
	Gincana da Sucata	Gincana desenvolvida para crianças e adolescentes no intuito de conscientizá-los sobre a coleta seletiva.
	Programa "Lixo Tour"	Em parceria com a Cooperativa de Triagem de Sucata do município, esta vivência é direcionada para escolas e cursos técnicos.
	Mostra Educacional	Evento que reúne as escolas públicas do município para a exposição de trabalhos de educação ambiental.
Bertioga	Município Verde Azul	Desenvolvimento de diversas ações, contemplando: esgoto tratado, lixo mínimo, arborização urbana, mata ciliar, entre outros.
	Centro de Educação Ambiental	Promover a conscientização por meio da educação ambiental, biodiversidade e proteção do meio ambiente.
Guarujá	Núcleo de Informações e Educação Ambiental Paulo Tendas	Conscientizar os alunos a respeito de assuntos sobre ecossistema, biodiversidade e proteção ao meio ambiente.
	Caminhos da Mata	Desenvolvimento de passeios ecológicos nas trilhas de Guarujá
	Ciclo de Palestras sobre Coleta Seletiva	Palestras com o intuito de promover sensibilização pública sobre a coleta seletiva
Cubatão	Programa Agentes Socioambientais	Contratação de mulheres da comunidade local para ajudar na conscientização da coleta de resíduos sólidos e óleo vegetal usado, além de sua adequada destinação.
	Programa de Cartilhas Educativas	Desenvolvimento de material didático sobre educação ambiental para escolas públicas
Santos	Programa "Santos Nossa Casa"	Promover a conscientização por meio da educação ambiental, biodiversidade e proteção do meio ambiente.
Mongaguá	Turismo Rural Pedagógico	Roteiros turísticos para visitação de projetos ambientais e sustentáveis, como trabalhos de artesanato e o laboratório de produção de peixes nativos.
Itanhaém	Projeto Rio Itanhaém - Lixo Zero	Orientação voltada para o descarte adequado do lixo, no intuito de proteger os recursos hídricos da região.
	Palestras em escolas públicas	Conscientizar os alunos a respeito de assuntos sobre ecossistema, biodiversidade e proteção do meio ambiente.
	Projeto Reciclando a Favor da Vida	Coleta seletiva em parceria com a cooperativa de catadores do município, moradores e estudantes.
Peruíbe	Palestras em escolas públicas	Conscientizar os alunos a respeito de assuntos sobre ecossistema, biodiversidade e proteção ao meio ambiente.



### **II.5.3.1 - Turismo, Cultura e Lazer**

#### **II.5.3.1.1 - Turismo no Mundo e no Brasil**

O turismo tem apresentado taxas de crescimento constantes e é considerado o indutor do maior dos movimentos migratórios da história da humanidade. De acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, 2007), o setor do turismo representa cerca de 10% do PIB mundial e cresce a uma taxa de 4,6% ao ano.

Levantamentos realizados pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2007), afirmam que em 2005 foram registrados 808 milhões de desembarques de turistas internacionais em todo o mundo, um crescimento significativo, já que em 1950, eram apenas 28 milhões. A OMT informa que em 2005 os turistas internacionais gastaram cerca de US\$ 682 bilhões.

Ao se incluir o transporte internacional de passageiros nesses gastos, o valor supera os US\$ 800 bilhões, o que representa 6% de crescimento das exportações mundiais de bens e serviços turísticos. As Américas constituem o segundo maior fluxo regional, com 18% das chegadas internacionais de turistas.

No Brasil, o turismo segue a tendência global de crescimento, com uma média anual de 3,5%. Em 2000, a participação dessa atividade no PIB brasileiro foi da ordem de 7%. Os gastos diretos dos turistas estrangeiros representaram quase 10% do total das exportações brasileiras no mesmo ano, que foram da ordem de US\$ 55 bilhões. Os levantamentos da OMT (2007) apontam o Brasil como o 36º destino mais visitado do mundo. Em 2005, o país atraiu mais de 5,4 milhões de turistas, um crescimento de 11,8% referente ao ano anterior.

Atualmente, esta atividade constitui-se em um dos principais indutores de crescimento econômico de grande parte das cidades litorâneas brasileiras, com destaque para as cidades litorâneas do Nordeste e do Sudeste. Além da imensa capacidade de geração de trabalho direto e indireto, o turismo também possui uma importante vertente de distribuição de renda, já que muitas vezes, há transferência de regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas.

Em relação à segmentação turística, o Brasil desponta como um destino potencial para o ecoturismo, por sua diversidade de biomas e ecossistemas, bem como do seu patrimônio histórico e cultural, que são grandes atrativos para o turismo doméstico e internacional. A tendência do ecoturismo como contraponto ao turismo de massa propicia ao turista uma experiência mais participativa com a cultura das localidades visitadas e, também, a possibilidade de criação de alternativas sustentáveis, especialmente para comunidades tradicionais.

Alguns pólos ecoturísticos do Brasil já estão avançando nessa organização, mas dependem fundamentalmente do apoio e da participação dos gestores locais, comunitários, governamentais e privados, para firmarem essas novas bases de um turismo responsável e sustentável ambiental, cultural e economicamente.

#### **II.5.3.1.2 - Turismo no Sudeste**

A região Sudeste do Brasil, sobretudo em sua porção litorânea, abriga importantes focos de turismo, sendo suas respectivas capitais as mais procuradas.

Em âmbito internacional, o Rio de Janeiro é o destino que atrai mais estrangeiros, com cerca de 25%, seguida por São Paulo, com 16% dos turistas de origem estrangeira. Quanto ao turismo doméstico, a cidade de São Paulo se destaca, sobretudo, por ser o principal centro econômico e financeiro da América do Sul. A cidade responde por 19% do turismo doméstico, e o Rio de Janeiro ocupa o segundo lugar, com 8% do turismo interno (Habtec, 2007).

O trecho litorâneo compreendido entre Maricá e Peruíbe, onde se insere a Área de Influência, apresenta diferentes características geomorfológicas, tais como costões rochosos, praias, restingas, sistemas estuarinos e lagunares, trechos de Mata Atlântica e encachoeiramentos. Esses atrativos naturais provocam a afluência de um expressivo contingente populacional, seja de novos moradores, seja de turistas e veranistas, o que corrobora para a prática de atividades de lazer e turísticas em toda a região.

Esportes náuticos são normalmente praticados nas praias e lagoas, sem atingir grandes distâncias da costa. O ecoturismo, em função da presença da riqueza do patrimônio natural e de inúmeras unidades de conservação existentes,

é prática comum na Área de Influência. Além dos atrativos naturais, a região também apresenta potencial para o turismo histórico e cultural, devido à existência de fortes e casarões antigos, além de museus e casas de cultura da época do Império, dentre outros.

Verifica-se, também, um incremento da demanda por aluguéis de temporada, hotéis, pousadas e *resorts*. Desta forma, pode-se dizer que as atividades turísticas presentes em toda essa área constituem uma importante fonte de geração de emprego e renda para estes municípios. Informações mais detalhadas podem ser encontradas no **Item II.5.3.G - Estrutura Produtiva**.

Já o turismo de negócio, no que se refere ao estado fluminense, é desenvolvido em sua capital e, em menor escala, em Itaguaí e Niterói, onde se encontram distritos industriais e atividades da indústria do petróleo. Em São Paulo, este segmento turístico está focado no centro econômico da Baixada Santista, com destaque para Santos, Guarujá e São Vicente, não somente pela existência do Porto de Santo, como pela proximidade com a capital paulista que, como já mencionado, é o maior centro econômico e financeiro da América do Sul.

### ***II.5.3.1.3 - Lazer, Turismo e Cultura nos Municípios da Área de Influência***

A Área de Influência vivenciou, nas últimas décadas, ao incremento das atividades turísticas em decorrência das características naturais do litoral e da ampliação da rede de rodovias e melhoria das vias de acesso aos balneários. Entretanto, as políticas e programas com o intuito de ordenar o uso do solo e proteger o patrimônio ambiental são relativamente novos, não sendo atuantes no começo do crescimento populacional e imobiliário destas regiões.

A indústria do turismo, aliada à especulação imobiliária, apesar de suas contribuições para as economias municipais e para a geração de emprego e renda da população local, vem causando danos ao ambiente costeiro. A descaracterização da faixa litorânea, principalmente para a execução de aterros para implantação de empreendimentos imobiliários, compromete os corpos d'água e o potencial paisagístico e turístico local (Habtec, 2007).

A seguir, serão caracterizados os principais e/ou os mais simbólicos pontos de cada município, com o intuito de ilustrar a importância cultural e turística da região tanto para os habitantes locais, quanto para seus visitantes.

#### **II.5.3.1.4 - Estado do Rio de Janeiro**

##### **Município do Rio de Janeiro**

Grande parte dos dados apresentados a seguir consta da página *online* da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro – RIOTUR, e da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TURISRIO, ambas acessadas em setembro de 2011.

O município do Rio de Janeiro, conhecido internacionalmente por seus atrativos turísticos e sua beleza natural, é o principal destino do país no que se refere ao turismo internacional. Além disso, o turismo de negócio na cidade tem se consolidado como uma das principais modalidades turísticas. Sua antiga condição de capital da república e o fato de ter sediado a família real portuguesa na época do império, faz da cidade um local detentor de diversos sítios culturais.

Além das festas tradicionalmente conhecidas como o Carnaval, os blocos de rua e o *réveillon* de Copacabana (**Figura II.5.3-67** e **Figura II.5.3-68**), nos dez últimos anos a cidade do Rio de Janeiro viu triplicar o número de congressos e convenções, assumindo em 2009 o primeiro lugar neste quesito do turismo de negócio.



**Figura II.5.3-67 - Carnaval 2011, RJ**

Foto: AF Rodrigues / Riotur



**Figura II.5.3-68 - Réveillon 2011, RJ**

Foto: Philipe Campello / Riotur

### Alguns dos Principais Atrativos Naturais

Floresta da Tijuca: em uma área com cerca de 3.200 hectares, esta floresta foi parcialmente replantada e atualmente contempla espécies da fauna e flora específicas da Mata Atlântica. Seus atrativos naturais e históricos são visitados por diversas famílias, principalmente nos finais de semana (**Figura II.5.3-69**).

Lagoa de Marapendi: também conhecida como Pantanal Carioca, é um ecossistema do tipo manguezal importantíssimo na geração de plâncton. A lagoa faz parte de um conjunto de cinco lagoas que pertencem à baixada de Jacarepaguá. Com cerca de 09 (nove) quilômetros de comprimento, contém pontos com 550 metros de largura e 12 metros de profundidade, contemplando espécies de fauna e flora ricas da região (**Figura II.5.3-70**).



**Figura II.5.3-69 - Floresta da Tijuca**

Foto: Ricardo Zerrenner / Riotur



**Figura II.5.3-70 - Lagoa de Marapendi**

Foto: [www.banstur.com.br/rj\\_lagoamarapendi.jpg](http://www.banstur.com.br/rj_lagoamarapendi.jpg)

Pão de Açúcar: inaugurado em outubro de 1912, o bondinho do Pão de Açúcar foi o primeiro teleférico instalado no país e o terceiro no mundo, hoje sendo um dos mais importantes ícones do turismo carioca. Além de marco turístico e ecológico, o complexo também é um importante pólo cultural, com um anfiteatro que recebe exposições de artes, conferências empresariais, coquetéis de lançamento de produtos, jantares e festas (**Figura II.5.3-71**).

Cristo Redentor: localizado no topo dos 710 metros de altitude do Morro do Corcovado, o Cristo Redentor tem 38 metros de altura e é, atualmente, considerado o símbolo da cidade do Rio de Janeiro, recebendo milhares de

turistas brasileiros e estrangeiros. Em 2007, este atrativo foi eleito como uma das 07 (sete) Novas Maravilhas do Mundo Moderno (**Figura II.5.3-72**).



**Figura II.5.3-71 - Pão de Açúcar**

Foto: Pedro Kirilos / Riotur



**Figura II.5.3-72 - Cristo Redentor**

Foto: Pedro Kirilos / Riotur

Praias da Zona Sul: das diversas praias situadas na Zona Sul da cidade, destacam-se as praias do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon. Com as famosas calçadas em pedras portuguesas brancas e pretas (**Figura II.5.3-73**), que mostram um mosaico no formato de ondas, estas praias são frequentadas tanto de dia quanto à noite. Outro marco deste local é a Pedra do Arpoador, que invade o mar separando as praias de Copacabana e Ipanema, onde se pode aproveitar uma das vistas mais bonitas do Rio de Janeiro (**Figura II.5.3-74**).



**Figura II.5.3-73 - Calçadas em pedras portuguesas**

Foto: Pedro Kirilos / Riotur



**Figura II.5.3-74 - Pedra do Arpoador**

Foto: Pedro Kirilos / Riotur

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

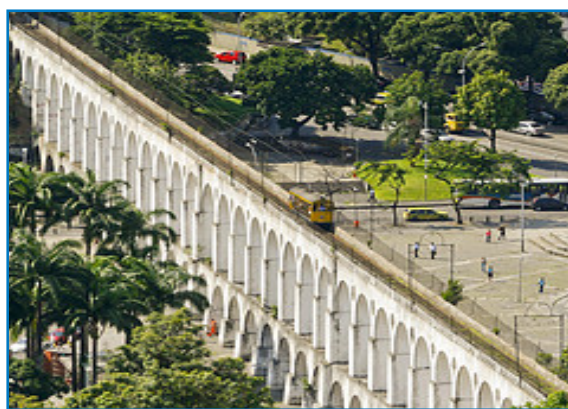
Maracanã: construído em 1950 para sediar a Copa do Mundo e, inicialmente, projetado para receber mais de 160.000 pessoas, o estádio atualmente está em obras para a Copa do Mundo de 2014, o qual será sede do final do torneio. O maracanã, conhecido por sua grandiosidade, só perde em popularidade turística para o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar (**Figura II.5.3-75**).

Lapa: o bairro da Lapa, situado no centro da cidade, é conhecido por agregar diversas manifestações musicais e um dos principais pontos da vida noturna carioca, com diversos bares, restaurantes e centros culturais. Sua arquitetura preserva os traços do início do século, além de outras atrações como os Arcos da Lapa, a igreja Nossa Senhora da Lapa e o Passeio Público (**Figura II.5.3-76**).



**Figura II.5.3-75 - Maracanã**

Foto: Riotur



**Figura II.5.3-76 - Arcos da Lapa**

Foto: Pedro Kirilos / Riotur

Mosteiro São Bento: o Mosteiro de São Bento de Nossa Senhora da Conceição surgiu aproximadamente vinte anos após a fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, e representa um dos mais belos conjuntos arquiteturais existentes no Brasil. Percebe-se, em suas construções, um contraste entre o aspecto austero e singelo do exterior, e a riqueza dos espaços interiores, com talhas barrocas recobertas de ouro (**Figura II.5.3-77**).

Theatro Municipal: um dos mais bonitos prédios da cidade localiza-se na Praça Floriano, conhecida como Cinelândia. Uma das mais importantes casas de espetáculos da América do Sul, desde sua inauguração em 1909, recebe artistas internacionais, assim como os principais nomes brasileiros da dança, música e ópera.

Copacabana Palace: Patrimônio Histórico da cidade, tombado pelas três esferas governamentais, é um dos primeiros hotéis da cidade a ser construído à beira-mar. Inaugurado em 1923, o hotel reflete fielmente a influência cultural européia de sua época, hoje símbolo do Rio de Janeiro e local preferido de artistas, políticos, executivos e personalidades internacionais (**Figura II.5.3-78**).



**Figura II.5.3-77** - Mosteiro de São Bento, RJ

Foto: Riotur



**Figura II.5.3-78** - Copacabana Palace

Foto: [xoprivate.com/accommodation/copacabana-palace](http://xoprivate.com/accommodation/copacabana-palace)

### Esportes Náuticos

Além do surf, praticado na cidade desde os anos 70 em diversas praias como Arpoador, Barra, Macumba e Grumari, o mergulho e a pesca esportiva também são característicos no município, principalmente nas ilhas litorâneas, como as Ilhas Cagarras, em frente à praia de Ipanema. O remo é amplamente praticado na Lagoa Rodrigo de Freitas, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro (**Figura II.5.3-79**).

O esporte de vela, assim como os demais, é bastante desenvolvido, com regatas nacionais e internacionais navegando pelo seu litoral, como a famosa *Volvo Ocean Race* (**Figura II.5.3-80**). Eventos ocorrem durante todo o ano nas praias, lagoas e, principalmente, na Baía de Guanabara. A cidade conta ainda com clubes e uma federação que organiza a agenda de concursos e regatas. A seguir estão listados os principais clubes náuticos existentes no município (**Quadro II.5.3-97**).



**Quadro II.5.3-97 - Clubes Náuticos do Rio de Janeiro.**

Clube Náutico	Bairro	Página online
Clube de Regatas Guanabara	Botafogo	<a href="http://www.crguanabara.com.br">http://www.crguanabara.com.br</a>
Clube dos Caiçaras	Lagoa	<a href="http://www.caicaras.com.br">www.caicaras.com.br</a>
Clube Naval Piraquê	Lagoa	<a href="http://www.piraque.org.br">www.piraque.org.br</a>
Escola CL Vela	Glória	<a href="http://www.clvela.com.br">http://www.clvela.com.br</a>
FEVERJ – Federação de Vela	Centro	<a href="http://www.feverj.org.br">http://www.feverj.org.br</a>
late Clube do Rio de Janeiro	Urca	<a href="http://www.icrj.com.br">www.icrj.com.br</a>



**Figura II.5.3-79 - Remadores na Lagoa  
Rodrigo de Freitas**

Foto: [inlovewithrio.blogspot.com/](http://inlovewithrio.blogspot.com/)



**Figura II.5.3-80 - Veleiro em regata na Baía  
de Guanabara**

Foto: [esportesite.com.br](http://esportesite.com.br)

### ***Município de Niterói***

A atividade turística de Niterói tem se realizado de forma complementar a do município do Rio de Janeiro, desenvolvendo roteiros integrados com os da cidade vizinha, além de incentivar o turismo de negócio visando absorver o excedente de turistas da capital fluminense.

Localizado do outro lado da Baía de Guanabara, o município também oferece diversos atrativos naturais e construções antigas, de grande valia para a história e cultura regional. As informações descritas abaixo constam da página *online* da Niterói Empresa de Lazer e Turismo – Neltur, acessada em setembro de 2011.

#### **Alguns dos Principais Atrativos Naturais**

Divididas em praias da baía e praias oceânicas, praticamente todas estão em locais residenciais, consideradas zonas nobres. As praias oceânicas são as mais frequentadas por turistas de outros municípios. A seguir listam-se algumas das praias mais conhecidas do município de Niterói.

Praia das Flechas: localizada no interior da Baía de Guanabara, entre as praias da Boa Viagem e Icaraí, possui 400 m de extensão (**Figura II.5.3-81**). De grande beleza, avistam-se da praia duas pedras históricas da região: Pedra do Índio (semelhante à cabeça de um índio com cocar), e a Pedra de Itapuca (do tupi, pedra furada).

Praia de Icaraí: é a praia mais conhecida de Niterói, localizada no interior da Baía de Guanabara, tem 1.200 m de extensão e vegetação composta de amendoeiras e coqueiros. Palco dos maiores eventos promovidos na cidade, contém atrativos para a prática de diversos esportes e um calçadão que permite *jogging* e caminhadas.

Praia de Charitas: localizada em bairro residencial, com bares, restaurantes, casas noturnas e quiosques, possui areia clara e águas calmas (**Figura II.5.3-82**). É freqüentada para atividades de *windsurf* e esqui-aquático, além de ser local de pouso para praticantes de vôo livre.



**Figura II.5.3-81 - Praia das Flechas**

Fonte: Luiz Maron / [www.panoramio.com/photo/160153](http://www.panoramio.com/photo/160153)



**Figura II.5.3-82 - Praia de Charitas**

Fonte: [http://letsготour.com.br/?page\\_id=1501](http://letsготour.com.br/?page_id=1501)

Praia de Itaipu: única praia oceânica de Niterói que apresenta águas sempre calmas, com aproximadamente 1.000 m de extensão. É uma das áreas de ocupação mais antigas da região, com sua colônia de pescadores e uma igreja do início do século XVIII contrastando com as modernas casas de veraneio e os restaurantes a beira-mar.

Praia de Itacoatiara: possui 700 m de extensão e vegetação exuberante, com águas transparentes e azuladas. Ponto predileto por surfistas e jovens, oferece uma paisagem natural rica (**Figura II.5.3-83**). O bairro de Itacoatiara é residencial e considerado de alto luxo, repleto de condomínios e mansões.

Parque da Cidade: área de preservação ambiental (APA) do município, localizado no alto do morro da Viração, 270 m de altitude. O parque foi inaugurado em 1976, possui um mirante com visão panorâmica das lagoas, praias oceânicas, Baía de Guanabara e do mar aberto (**Figura II.5.3-84**). Avista-se, também, a cidade do Rio de Janeiro com alguns de seus bairros e a Ponte Rio - Niterói. O Parque conta com duas rampas para a prática de vôo livre, sendo muito frequentado pelos praticantes desse esporte.

Serra da Tiririca: limite natural entre os municípios de Niterói, São Gonçalo e Maricá, apresenta uma cobertura florestal de Mata Atlântica em boas condições, apesar do impacto na fauna e flora da região por queimadas e desmatamentos para agricultura e urbanização. Ainda podem ser encontradas nas matas dos morros da região, plantas importantes da flora de Mata Atlântica. Atualmente, há um Posto de Recepção ao Visitante, que fica na Praia de Itacoatiara.



**Figura II.5.3-83 - Praia de Itacoatiara**

Fonte: [http://www.neltur.com.br/pt\\_atrat\\_praias.htm](http://www.neltur.com.br/pt_atrat_praias.htm)



**Figura II.5.3-84 - Parque da Cidade, Niterói**

Fonte: [http://www.niteroiturismo.com.br/pt\\_atrat\\_parques.htm](http://www.niteroiturismo.com.br/pt_atrat_parques.htm)

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

Museu de Arte Contemporânea: localizado no alto do Mirante da Boa Viagem, foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurado em 1996 (**Figura II.5.3-85**). Contém salas de exposições e uma varanda panorâmica envidraçada. No

subsolo, encontram-se uma área para armazenagem de obras, um bar, um restaurante e um auditório para conferências. Atualmente um dos símbolos mais conhecidos de Niterói.

Caminho Niemeyer: situado à beira mar, é um complexo arquitetônico de caráter popular com o objetivo de promover a arte e a cultura, com edificações que, juntas com o Museu de Arte Contemporânea, formam um caminho ao longo da orla.

Fortaleza de Santa Cruz: localiza-se no lado oriental da barra da Baía de Guanabara, no bairro de Jurujuba (**Figura II.5.3-86**). Cruzando fogos com a Fortaleza de São João e com a Fortaleza da Laje, constituiu a principal estrutura defensiva da baía e da cidade do Rio de Janeiro durante o período da Colônia e do Império. Atualmente, atrai cerca de dois mil visitantes por mês.



**Figura II.5.3-85** - Museu de Arte Contemporânea

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/750961>



**Figura II.5.3-86** - Fortaleza de Santa Cruz

Fonte: <http://www.funceb.org.br>

### Esportes Náuticos

Por comportar, assim como a cidade do Rio de Janeiro, uma vasta área de litoral, além da própria Baía de Guanabara, os habitantes do município de Niterói usufruem de seu espaço geográfico para diversas atividades náuticas. Clubes náuticos, como o late Clube Icaraí e o Clube Naval Charitas, contribuem para a prática de atividades como *windsurf* e iatismo.

## ***Município de Maricá***

Situado no litoral do estado, Maricá é composto por uma paisagem natural singular, entre a Mata Atlântica, suas lagoas e o oceano. Com belas praias oceânicas, possui também elementos do patrimônio histórico tomabados em nível estadual. Sua topografia peculiar cria um ambiente propício à prática de variadas atividades como voo livre, *trekking* e *mountain bike*, dentre outros.

Caracterizado por ter muitas residências de veraneio, o turismo a cada dia vem se tornando importante para a economia local. Os dados abaixo foram, em sua maioria, extraídos do portal *online* da Prefeitura Municipal de Maricá.

### **Alguns dos Principais Atrativos Naturais**

Além das 06 (seis) praias encontradas no município e utilizadas para a prática do *surf* e outros esportes náuticos, pode-se citar diversos outros atrativos naturais existentes na região como, por exemplo, a Lagoa de Maricá (**Figura II.5.3-87** e **Figura II.5.3-88**).



**Figura II.5.3-87 - Praia de Itaipuaçu**

Fonte: <http://amarelinhamarica.com.br>



**Figura II.5.3-88 - Lagoa de Maricá**

Fonte: <http://www.conhecamarica.com>

Cachoeira Pico da Lagoinha: localizada no ponto mais alto do município, na Serra do Espriado, a cachoeira serve de divisa entre os municípios de Maricá, Tanguá e Saquarema e sua trilha é bastante utilizada por excursões turísticas.

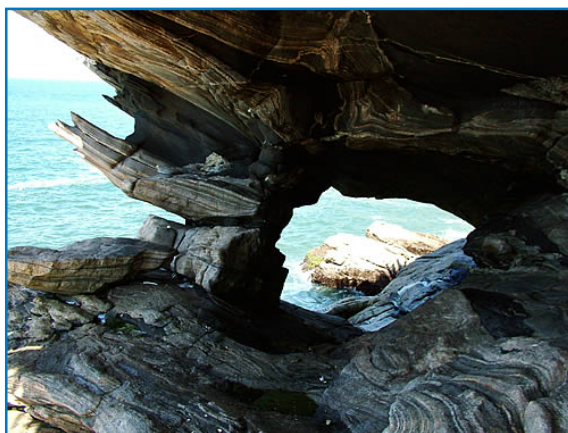
Serra do Espraiado: caracterizada por uma vegetação de Mata Atlântica densa, com muitos córregos, rios e belas cachoeiras (**Figura II.5.3-89**), pode-se avistar todo o Vale de São Francisco e o litoral de Maricá, além da divisa de Tanguá e Rio Bonito.

Gruta de Ponta Negra: famosa por sua formação rochosa desenhada ao longo do tempo pela erosão, o local atrai turistas durante todo o ano. Possui uma vida marinha ativa, águas claras e temperaturas amenas (**Figura II.5.3-90**).



**Figura II.5.3-89** - Serra do Espraiado

Fonte: <http://revistaatualmarica.blogspot.com>



**Figura II.5.3-90** - Ponta Negra, formação rochosa

Fonte: <http://amarelinhamarica.com.br>

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

Farol de Ponta Negra: antigo ponto de referência para os navegadores que passavam pela região, atualmente o farol é considerado patrimônio turístico e cultural da cidade de Maricá (**Figura II.5.3-91**).

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo: construída a partir de 1815, a igreja localiza-se no centro do município de Maricá, mantendo até hoje seu estilo barroco e rococó (movimento artístico proveniente do barroco).

Casa de Cultura: uma construção do século XIX, tendo sido projetada para satisfazer as exigências administrativas e jurídicas da comunidade. A construção, que já foi usada como Câmara Municipal, Banco do Brasil, cadeia e Academia de Letras, localiza-se no centro do município (**Figura II.5.3-92**).

**Figura II.5.3-91 - Farol de Ponta Negra**Fonte: <http://amarelinhamarica.com.br>**Figura II.5.3-92 - Casa de Cultura, Maricá**Fonte: <http://maricasa.blogspot.com>

### ***Município de Itaguaí***

O município de Itaguaí situa-se na região denominada Costa Verde, caracterizada por possuir belezas naturais e sítios históricos. Cercada por colinas e montanhas cobertas por vegetação, além do Oceano Atlântico, a região integra um paisagismo natural importante e vocação para o turismo cultural, ecológico, de lazer e esportes náuticos.

Em relação à caracterização dos esportes náuticos, pode-se afirmar que no município de Itaguaí são praticadas atividades diversas no que tange ao turismo, lazer e cultura, como passeios de escuna, mergulho, pesca esportiva e esporte de vela nos principais clubes locais. Os dados abaixo foram, em sua maioria, extraídos do portal *online* da Prefeitura Municipal de Itaguaí.

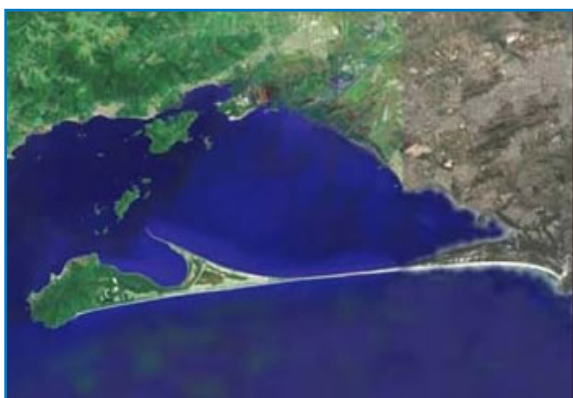
#### **Alguns dos Principais Atrativos Naturais**

Além das praias de Itaguaí, que apresentam águas escuras e temperatura fria, o município apresenta outros atrativos naturais, usufruídos não só por moradores da região como também visitantes de outras localidades.

Baía de Sepetiba: rodeada por uma Mata Atlântica de grande beleza e extensa área de mangues, a baía é protegida pela Restinga de Marambaia, que a transforma quase numa lagoa (**Figura II.5.3-93**). Os pontos importantes na área pertencente a Itaguaí são o terminal portuário de Itaguaí, ilhas da Madeira, do Gato, dos Ingleses, do Martins e a Praia da Bica, na Ilha de Itacuruçá.

**Cachoeira do Itingussú:** queda d'água que se avista da rodovia Rio-Santos, com vários saltos e altura total de 50 metros. Após as quedas o rio continua seu curso formando duchas e uma piscina natural, conhecida como Poço da Sereia.

**Ilha dos Martins:** situada na parte norte da Baía de Sepetiba, a ilha possui vegetação de Mata Atlântica exuberante, principalmente na parte oeste, indo terminar rente à água. Os costões da ilha são bastante propícios à pesca de anzol e à submarina (**Figura II.5.3-94**).



**Figura II.5.3-93 - Baía de Sepetiba**

Fonte: <http://www.mar.mil.br/cgcfm/marambaia/index.htm>



**Figura II.5.3-94 - Ilha dos Martins**

Fonte: Tony Borrach / panoramio.com/photo/5171165

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

**Igreja Matriz de São Francisco Xavier:** construída no alto de uma colina, foi fundada pelos jesuítas em 1718. No Patronato São José e no cemitério secular, encontram-se ricos e antigos mausoléus de mármore e figuras simbólicas, pertencentes, dentre outros, ao Conde de Itaguaí e seus descendentes e aos membros da Família Sá Freire (**Figura II.5.3-95**).

**Chafariz:** localiza-se na antiga “Estrada Geral”, que fazia parte do antigo caminho para São Paulo. Foi inaugurado pela Câmara Municipal no ano de 1847, com o intuito de abastecer com água a população local. Há quem diga que foi ponto de parada do Imperador D. Pedro I e sua tropa.

**Estação Ferroviária:** inaugurada em meados de 1926, localiza-se no centro da cidade e encontra-se desativada há alguns anos. Após recuperação e restauração da histórica construção, hoje funciona o Centro Cultural do município (**Figura II.5.3-96**).





**Figura II.5.3-95 - Igreja Matriz de São Francisco Xavier**

Fonte: Tony Borrach / panoramio.com



**Figura II.5.3-96 - Estação Ferroviária**

Fonte: <http://www.rdvetc.com/?p=625>

### **Município de Mangaratiba**

O desenvolvimento do município de Mangaratiba, marcante desde a década de 70 com a construção da rodovia Rio-Santos, caracterizou-se pela valorização do solo urbano e o incremento imobiliário. Com este novo segmento da BR-101, a atividade turística foi impulsionada, não só pelo aumento da dinâmica populacional, como pela construção de residências de veraneio.

A diversidade paisagística é o principal atrativo do município, situado entre mar e montanhas, com áreas de densa Mata Atlântica, ilhas selvagens e praias semidesertas. Na ilha de Itacuruçá nas margens da Baía de Sepetiba, que se localizam as principais empresas de turismo marítimo e a Delegacia da Capitania dos Portos.

No que se refere aos esportes náuticos praticados em Mangaratiba, assim como em Itaguaí e no restante da Costa Verde fluminense, são feitos passeios de escuna, mergulho, pesca esportiva e esporte de velas nos principais clubes e marinas locais.

Encontram-se, em Mangaratiba, opções variadas de atividades relacionadas ao turismo, lazer e cultura. Desde ecotrilhas e passeios de saveiros, até mergulho e diferentes tipos de pesca esportiva, como a caça submarina. Os dados abaixo foram retirados, em sua maioria, do Guia *online* de Mangaratiba, iniciativa da prefeitura local.

### Alguns dos Principais Atrativos Naturais

Cachoeira Vêu da Noiva: situada na mata nativa de Conceição de Jacareí, em Mangaratiba, possui 06 (seis) metros de queda d'água em meio a um lago de águas claras (**Figura II.5.3-97**).

Ilha de Itacuruçá: circundada por ilhas com aldeias de pescadores, hotéis, restaurantes e residências de veraneio, o local possui vegetação de Mata atlântica preservada e dezenas de trilhas de rara beleza natural. Em seu espaço geográfico, encontra-se um pico que se eleva a 334 m de altitude.

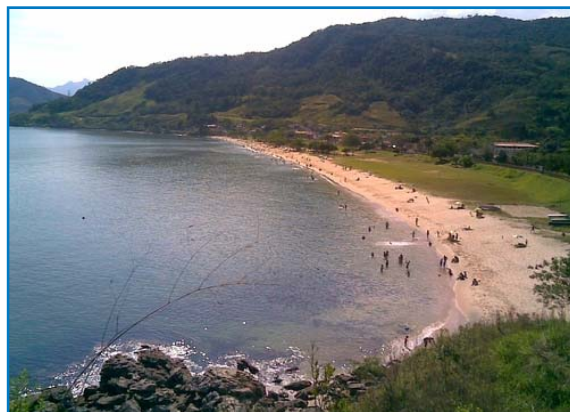
Praia de Jacareí: situada próxima à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com acesso pela BR-101, possui uma extensão aproximada de 400 m. Local propício para banhistas, pescadores e praticantes de esportes náuticos, é frequentado, também, por excursionistas nos fins de semana.

Praia Grande: próxima a Itacuruçá e Ibicuí, é uma das praias mais visitadas do município, com extensão de 1.000 m. Ao longo da praia, encontram-se diversas residências de veranistas (**Figura II.5.3-98**).



**Figura II.5.3-97** - Cachoeira Vêu da Noiva

Fonte: <http://refugiolimpatriilha.blogspot.com/>



**Figura II.5.3-98** - Praia Grande, Mangaratiba

Fonte: Eduardo Dimas / [panoramio.com/photo/5502657](http://panoramio.com/photo/5502657)

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

Ruínas do Antigo Teatro: uma das ruínas mais importantes do sítio histórico da Estrada Imperial, a construção data da primeira metade do século XIX, no

período colonial brasileiro. Segundo a tradição, ali foi edificado um teatro pelos antigos barões do café, para o próprio entretenimento (**Figura II.5.3-99**).

Estação Ferroviária de Itacuruçá: fundada em 1911, era a antiga estação de trem de passageiros, popularmente conhecido como "macaquinho". Atualmente funciona o Centro Cultural Ferroviário de Itacuruçá (CEFEC). No local são apresentadas exposições de Arte e Cultura.

Igreja Nossa Senhora de Sant'Ana: localizada em Itacuruçá, constitui-se em uma pequena capela construída em 1698. Na frente da igreja, encontra-se uma cruz de pedra construída por índios nativos.

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia: construção caracterizada pelos estilos barroco e rococó teve sua matriz erguida no século XVIII (**Figura II.5.3-100**). Revestida de azulejos portugueses ao longo de sua fachada, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1967.



**Figura II.5.3-99 - Ruínas do Antigo Teatro**

Fonte: Laerso Junior / panoramio.com/photo/3096132



**Figura II.5.3-100 - Igreja Matriz de N. S. da Guia**

Fonte: pt.wikipedia.org

### **Município de Angra dos Reis**

O município de Angra dos Reis, situado na Região da Costa Verde no litoral Sul Fluminense, juntamente com Paraty, formava o maior escoadouro de ouro proveniente das minas sendo a atividade a principal via dinamizadora da região.

No período da cana-de-açúcar, o município destaca-se como um dos produtores do gênero. A decadência da cana e a importância crescente do café na economia nacional influenciam o cultivo deste no município em áreas antes ocupadas pela cana (Angra: Plano Diretor -Primeira Fase, 1990, s.p.).

Na segunda metade do século XIX, Angra vivencia uma fase conturbada por conta do esvaziamento populacional e do isolamento da cidade, provocados pela crise do café e o fim do tráfico de escravos.

A decadência da função portuária acelerada com a crise do café fluminense possibilita o desenvolvimento de monoculturas e a pesca. Paralela a essas novas atividades econômicas acontecia a revitalização da atividade portuária com a reconstrução do porto e sua respectiva reativação em 1932.

No contexto do desenvolvimentismo nacional, Angra dos Reis é escolhida para sediar alguns projetos que impulsionam o seu crescimento econômico e que transformam consideravelmente a sua realidade sócio-espacial.

Nesse sentido, podemos considerar a década de 1970 como a dos grandes empreendimentos sendo eles a Usina Nuclear Angra I, o Terminal da Baía da Ilha Grande e a Rodovia Rio-Santos (BR-101). Tais empreendimentos resultam em um incremento populacional, significativa urbanização e inúmeras transformações socioeconômicas para a população dita tradicional residente no município.

Entre os projetos implantados merece destaque a construção da Rodovia Rio-Santos, concluída em 1974, que de acordo com o relatório da empresa Sondotécnica, responsável pela construção da via, esta interligaria os portos do Rio de Janeiro e de Santos proporcionando uma integração nacional e a modernização das estruturas influenciadas por ela. Além disso, a BR-101 viabilizaria o Projeto Turis – um estudo realizado pela EMBRATUR sobre o aproveitamento turístico do litoral entre Santa Cruz e Santos através da análise e divisão do turismo em classes.

Em Angra dos Reis, o turismo que se implementaria seria o de hotéis cinco estrelas, marinas de luxo, e condomínios fechados. Os loteamentos que surgem a partir da década de 1970, como consequência da abertura da BR-101 para a

viabilização do Projeto Turis, caracterizam-se por grandes áreas e por condomínios fechados situados em porções privilegiadas do sítio municipal. Tais condomínios e demais empreendimentos imobiliários relacionados com a atividade turística localizam-se principalmente nas áreas situadas entre o mar e a rodovia, tal processo de ocupação foi conseqüentemente expulsando a população que vivia da pesca artesanal e da agricultura, restringindo o livre acesso às praias e privatizando o litoral do município.

O turismo modificou a vida local, estimulou a especulação imobiliária, gerando conflitos e transformando a maneira como seu território é produzido. A atividade turística no município de Angra dos Reis, se efetiva vinculada à ideia de uma vocação turística instituída pelo poder público em associação com agentes privados (promotores imobiliários), e que transforma o território municipal pela ação de diferentes agentes modeladores com seus interesses socioeconômicos distintos, tornando complexo e segregador, o uso e a apropriação do solo no município.

O desenvolvimento do turismo em Angra dos Reis não é resultado da espontaneidade, mas da intencionalidade de agentes políticos associados aos imobiliários. Assim, entende-se o território em sua multidimensionalidade (economia, política, cultura e natureza).



**Figura II.5.3-101** - Vista da Baía de Ilha Grande e ilhas do Município de Angra dos Reis



**Figura II.5.3-102** - Vista aérea de um condomínio de luxo em Angra dos Reis

Fonte: <http://br.viarural.com/servicos/turismo/estacoes-ecologicas/estacao-ecologica-de-tamoios/default.htm>

Fonte:

Localizada na Baía da Ilha Grande, Angra também é conhecida pela variedade da pesca e locais de mergulho. A região possui um litoral extremamente recortado, com inúmeras enseadas, 365 ilhas e mais de 2.000 praias, que vão de Mambucaba, ao lado de Paraty, por toda a costa até as praias da enseada de Itapinhoacanga, divisa com Mangaratiba.

A grande região da Baía da Ilha Grande tem, em Angra, duas baías menores: as de Jacuacanga e da Ribeira. Seu espaço marítimo tem intensa navegação. As áreas de maior visitação turística, na baía, são a Ilhas Grande e sua Vila de Abraão, Enseada da Estrela e Saco do Céu; a ilha da Gipóia, as praias no centro de Angra dos Reis, as ilhas de Cataguás e Peregrino, a Enseada de Bracuhy e a praia da Vila de Mambucaba.

Toda a baía da Ilha Grande é uma área de pesca em potencial. Suas águas transparentes, a temperatura do mar, o litoral rochoso e as ilhas são favoráveis ao desenvolvimento da fauna marinha.

Angra abriga parte do Parque Nacional da Serra da Bocaina, com trilhas e cachoeiras inseridas na vegetação típica de Mata Atlântica. A fauna e flora da região são riquíssimas e guardam espécies em extinção.

Ilha Grande merece destaque por sua riqueza natural ainda preservada e a consequente potencialidade turística. Os portos de Sant'Ana, da Ilha Grande, de Abraão e do Sítio Forte ofuscavam o de Angra dos Reis àquela época por serem também centros de desembarque de escravos, de triagem e quarentena de imigrantes enfermos. Hoje, devido ao desaparecimento dessas atividades econômicas e ao declínio da atividade pesqueira, a ilha tem vivido quase exclusivamente do turismo.

### Alguns dos Principais Atrativos Naturais

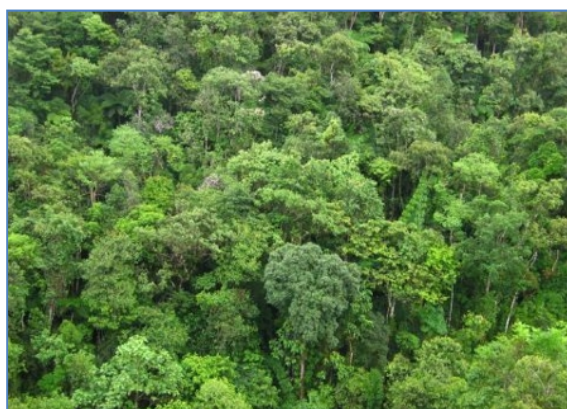
Área de Proteção Ambiental dos Tamoios: Localiza-se no Município de Angra dos Reis, estendendo-se desde a foz do Rio Mambucaba, limite com o Município de Paraty, até o limite com o Município de Mangaratiba, uma faixa linear de 40 km, sobre terrenos da Marinha. Na parte insular estão incluídas as mais de cem

ilhas componentes da APA, que se distribuem pelos 900km<sup>2</sup> da Baía da Ilha Grande, tendo 19 destas ilhas como parte da Estação Ecológica de Tamoios. Incluem-se ainda na APA a Reserva Biológica da Praia do Sul, com área de 36 Km<sup>2</sup>, e o Parque Estadual da Ilha Grande, com área de 15 km<sup>2</sup>, ambos na Ilha Grande, a mais extensa de todas.



**Figura II.5.3-103 - APA dos Tamoios**

Fonte: <http://www.cairucu.org.br/>



**Figura II.5.3-104 - Estação Ecológica de Tamoios**

Fonte: <http://br.viarural.com/servicos/turismo/estacoes-ecologicas/>

Ilha do Bonfim: A Ilha do Bonfim é bastante conhecida devido à Igreja que dá nome à Ilha - a Igreja do Bonfim.



**Figura II.5.3-105 - Praia do Bonfim**

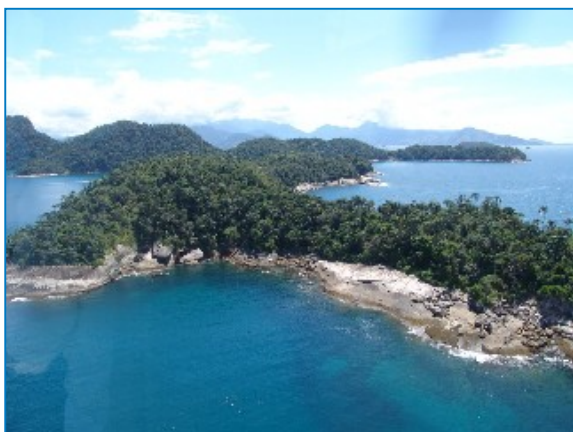
Fonte: <http://www.roteiroangradosreis.com.br/>



**Figura II.5.3-106 - Ermida do Bonfim**

Fonte: <http://www.vivaterra.org.br>

Ilha de Gipóia: Atrativo muito privilegiado pela beleza de suas praias e atividades de mergulho. As pousadas instaladas possuem, excelente estrutura. Principais praias: Praia da Gipóia e Praia das Flechas.



**Figura II.5.3-107 - Ilha de Gipóia**

Fonte: [http://www.vivaterra.org.br/vivaterra\\_tour\\_angra](http://www.vivaterra.org.br/vivaterra_tour_angra)



**Figura II.5.3-108 - Praia em Ilha de Gipóia**

Fonte: <http://olhares.uol.com.br>

Praia da Parnaioaca: localizada ao Sul da Ilha Grande, encravada entre a Ponta Alta da Parnaioaca e a Ponta de Tucunduba, a Enseada da Parnaioaca é um paraíso perdido abrigado entre as mais altas montanhas da Ilha e o mar aberto.



**Figura II.5.3-109 - Praia da Parnaioaca**

Fonte: <http://www.ilhagrande.org/Praia-Parnaioaca>



**Figura II.5.3-110 - Enseada da Parnaioaca**

Fonte: <http://guiafabiano.blogspot.com.br/>

Praia Vermelha: Pequena praia localizada entre o condomínio do Barlavento e a Vila Histórica de Mambucaba . Devido a proteção da Ilha do Sandri contra as ondulações que entram na Baía da Ilha Grande, suas águas são sempre calmas possibilitando o abrigo de barcos em sua enseada e prática de esportes náuticos. Tem uma pequena cachoeira no canto esquerdo da praia.





**Figura II.5.3-111 - Praia Vermelha**

Fonte: <http://go-avante.blogspot.com.br/2010/12>



**Figura II.5.3-112 - Vista da Bahia a partir da Praia Vermelha**

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/1199597>

### Alguns dos Principais Atrativos Culturais

Convento Nossa. Sra. do Carmo e Capela da Ordem Terceira: Desde 1593, o imponente Convento figura na paisagem de Angra. Uma tumba em seu interior guarda o corpo mumificado de Maria Isabel da Visitação Correa, falecida em 1822.



**Figura II.5.3-113 - Convento Nossa Sra. Do Carmo**

Fonte: <http://www.turismoaledocafe.com/2012/01/igrejas-e-conventos-historicos-de-angra.html>



**Figura II.5.3-114 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição**

Fonte: <http://www.turismoaledocafe.com/2012/01/igrejas-e-conventos-historicos-de-angra.html>

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição: A Igreja que demorou mais de um século para ser construída - de 1623 a 1750 - é cercada de lendas que envolvem a famosa imagem de Nossa Senhora da Conceição presente no Altar.

Igreja de Santa Luzia: A primeira igreja matriz de Angra conserva tanto em seu interior, quanto em sua fachada o belíssimo estilo barroco. Um local imperdível para quem gosta do assunto e admira construções antigas.



**Figura II.5.3-115** - Fachada da Igreja de Santa Luzia

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja\\_de\\_Santa\\_Luzia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_de_Santa_Luzia)



**Figura II.5.3-116** - Convento de São Bernardino

Fonte: <http://www.turismoaledocafe.com/2012/01/>

Convento de São Bernardino: Em julho de 1758, em uma solenidade especial foi colocada a pedra fundamental do Convento. Foram cinco anos de obra, até que Frei Inácio de Jesus abençoou a nova edificação. Os frades organizaram uma procissão solene para conduzirem as imagens dos santos venerados ao novo local. Com o convento em pleno funcionamento realizavam-se magníficas festas religiosas na igreja. As mais concorridas eram em homenagem a São Bernardino, Santo Antonio e São Benedito. Durante a Semana Santa, as famílias deslocavam-se para a vila, podendo assim acompanhar as procissões e assistir às solenidades que aconteciam de sexta-feira a domingo.

Praça Lopes Trovão: Feiras de artesanato e um coreto com shows esporádicos transformam a praça em um ponto de encontro dos turistas. Durante os feriados prolongados e temporadas de verão, a quantidade de pessoas e de variedades nas barracas de artesanato aumenta muito.



**Figura II.5.3-117 - Praça Lopes Trovão**

Fonte: <http://www.angra-dosreis.com>



**Figura II.5.3-118 - Vista Noturna da Praça**

Fonte: <http://www.angra.com.br/home/angra/ppontos.cfm>

Ruínas do Engenho Central de Bacuhy: Já foi o mais bem equipado e avançado engenho do Brasil. Utilizando tecnologia europeia fez fama e guarda até hoje em suas estruturas as lembranças da Revolução Industrial.



**Figura II.5.3-119**

Fonte: [www.trekearth.com/gallery/South\\_America/Brazil](http://www.trekearth.com/gallery/South_America/Brazil)



**Figura II.5.3-120 - Casario da Rua do Comércio**

Fonte: [www.trekearth.com/gallery/South\\_America/Brazil/Southeast/](http://www.trekearth.com/gallery/South_America/Brazil/Southeast/)

Casario da Rua do Comércio: Quem deseja saber um pouco mais do passado da cidade não pode deixar de ir até lá. As casas, datadas do início do século XIX, chamam a atenção pela originalidade. Atualmente abriga a Secretaria do Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Angra.

### Ecoturismo e Esportes de Aventura - Angra dos Reis

Em Angra é possível praticar quase todos os esportes considerados radicais. Existem agências e "clubes" que levam os turistas a loucura. Para quem tem coragem e disposição, as opções são as seguintes: Vôo livre, pára-quedismo, rapel, surf, rafting e canoagem, vela, trilhas, cavalgadas na mata Atlântica, bike, skate, off road e moto trial, mergulhos e até passeios de submarino.



**Figura II.5.3-121 - Rapel**

Fonte:



**Figura II.5.3-122 - Mergulho**

Fonte: espaçoturismo.com

As possibilidades de preservação do patrimônio cultural de Angra dos Reis parecem sucumbir mediante o avanço de uma lógica de valorização do espaço local que está associada a interesses nacionais de expansão do setor urbano-industrial. Nas Figuras 35, pode-se identificar que os espaços de Angra dos Reis e Paraty possuíam formas com características similares, sendo marcados pela presença de casarões antigos e igrejas coloniais. O que também pode ser notado pelas figuras é que no município de Angra essas antigas formas, típicas de séculos passados, não permaneceram de maneira ampliada no espaço restando apenas alguns exemplos.

### **Município de Paraty**

Em Paraty o turismo proporciona diversos benefícios para a comunidade, tais como geração de empregos, produção de bens e serviços e melhoria da qualidade de vida da população. Incentiva, também, a compreensão dos impactos sobre o meio ambiente.

Assegura uma distribuição equilibrada de custos e benefícios, estimulando a diversificação da economia local. Traz melhoria nos sistemas de transporte, nas comunicações e em outros aspectos infra-estruturais. Ajuda, ainda, a custear a preservação dos sítios arqueológicos, dos bairros e edifícios históricos, melhorando a auto-estima da comunidade local e trazendo uma maior compreensão das pessoas de diversas origens.

Pode-se afirmar que o turismo de Paraty tem três vertentes: o turismo cultural, o turismo marítimo e o turismo ecológico.

O bairro histórico se destaca pelo calçamento irregular das ruas, chamado pé-de-moleque, e por seu casario conservado e representativo das arquiteturas dos séculos XVIII e XIX, onde carros não são permitidos, obrigando aos turistas e transeuntes um passeio a pé. A leve inclinação das ruas em direção ao mar escoas as águas das chuvas e permite que o mar penetre na cidade nos períodos de maré alta.

A preservação de costumes e tradições decorre do longo período de isolamento, tendo em vista o declínio do movimento do porto. Durante muito tempo, os poucos moradores que restaram em Paraty só podiam sair de lá pelo mar, com lanchas que faziam fretes. Somente em 1954, com a abertura da estrada Paraty-Cunha, a cidade começou a reviver considerável dinamismo socioeconômico e cultural com a vinda de artistas e turistas. Esse hiato de contato com o exterior foi responsável pela preservação da cultura, arte, culinária, festas e, principalmente, o patrimônio histórico e ambiental de Paraty.

Paraty é privilegiada por sua localização na Baía da Ilha Grande, conhecida pela variedade da pesca e locais de mergulho. A região possui um litoral extremamente recortado, de águas interiores e abrigadas, nas quais existem baías menores, enseadas, inúmeras ilhas e praias de paisagem exuberante, que vão de Tarituba, ao lado de Angra dos Reis, por toda a costa até a Ponta da Trindade, na divisa com São Paulo.

O município abriga parte do Parque Nacional da Serra da Bocaina e o Parque Estadual de Paraty-Mirim, com trilhas e cachoeiras inseridas na vegetação típica de Mata Atlântica. A fauna e flora da região são riquíssimas e guardam espécies em extinção.

Uma outra atração em Paraty é a tradição de se fabricar cachaça na cidade, desde o século XVIII o município se destaca na produção de cana-de-açúcar e seu beneficiamento, prova disso é que chegou a ter uma quantidade significativa de engenhos e casas de moenda, hoje a cidade abriga somente cinco dos engenhos então existentes e todos funcionam artesanalmente com roda d' água, moenda, barril de carvalho, fogão de cobre e fogo a lenha.

A maneira como a atividade turística se desenvolve em Angra dos Reis e Paraty é um exemplo de que um mesmo processo pode impactar diferentemente em cada lugar, produzindo manifestações distintas do mesmo processo. Enquanto em Angra esta prática envolve destacadamente os aspectos naturais do município e os complexos turístico-imobiliários, em Paraty o turismo se vincula fortemente ao seu patrimônio histórico-arquitetônico e aos eventos realizados como a “Feira Literária Internacional” e o “Festival de Cachaça de Paraty”. Isso porque condições internas, como exemplos e ações de políticos, a infraestrutura e a lei existente e a aceitação das pessoas, varia em cada lugar.

### Alguns dos Principais Atrativos Naturais

**Ilha Sapecá-** Fica entre a Ilha do Malvão e a Ilha Comprida, a 40 minutos do cais de Paraty. É também conhecida pelo nome de Ilha do Sapê. Caracteriza-se pela existência de inúmeras formações rochosas, habitat natural de várias espécies marinhas. Suas águas claras, limpas e transparentes permitem observar a intensidade da vida subaquática, com muitos cardumes coloridos e peixes pelágicos, constituindo excelente pesqueiro. Sua pouca profundidade constitui um verdadeiro paraíso para mergulhadores iniciantes. O atracamento é facilitado pela grande rocha existente ao lado do antigo píer de madeira. É um dos lugares mais visitados pelos saveiros que cruzam a Baía de Paraty.

Praia do meio-\_\_Suas águas são calmas e bastante frequentada por turistas. Possui uma peculiar formação rochosa que permite apreciar a vista de outras praias e do mar aberto. No fim da praia deságua o Rio dos Codós.

**Figura II.5.3-123 - Ilha sapeca**

Fonte: paratycvb.com

**Figura II.5.3-124 - Praia do meio**

Fonte: espaçoturismo.com

Cachoeira do Tobogã- Esta cachoeira, também conhecida como Cachoeira da Penha, está localizada na Estrada Paraty-Cunha, próximo à Sede do Centro de Informações Turísticas do Caminho do Ouro e da Igreja da Penha. Integra totalmente o "Circuito das Águas" de Paraty. As águas descem sobre enorme formação rochosa, desaguando sobre a piscina natural cercada por grandes pedras e intensa cobertura vegetal. Os nativos, habituais freqüentadores, deslizam de pé sobre a superfície da pedra, tal como se fosse um "surfe de cachoeira".

Passeios de Barco- A baía de Paraty, com suas praias e ilhas, atraem os turistas para passeios em suas águas. De grandes escunas a pequenas traineiras, passando pelos veleiros e lanchas, há muitas opções para quem deseja conhecer a região. A água limpa e os animais aquáticos fazem da baía de Paraty uma ótima opção para a prática do mergulho.

**Figura II.5.3-125 - Cachoeira do Tobogã**

Fonte: Paraty.com.br

**Figura II.5.3-126 - Passeios de barco**

Fonte: Paraty.com.br

### Alguns dos Principais Atrativos Culturais

Centro Histórico- Graças ao tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, quase nada mudou por ali. Erguido entre os séculos XVIII e XIX em uma área compreendida entre o rio Perequê-Açu e a Baía de Paraty, mantém a paisagem emoldurada por casarões coloniais e igrejas. A proibição ao tráfego de automóveis preservou o irregular calçamento em pedras, tornando a caminhada a única maneira de circular pela área e conhecer cartões-postais como a igreja de Santa Rita, erguida em 1722. Nos coloridos sobrados funcionam bares, restaurantes e lojinhas de artesanato.

Igreja Santa Rita dos Pardos Libertos- Cartão-postal de Paraty, a igreja mais antiga da cidade foi erguida em 1722, de frente para o mar. A construção em pedra e cal retrata em sua fachada a suntuosidade do estilo barroco, com caprichados acabamentos em cantaria e em madeira. O templo abriga o Museu de Arte Sacra, com diversificado acervo que reúne objetos e utilitários em ouro e prata, imagens de santos, mobiliário e peças de época.



**Figura II.5.3-127** - Centro Histórico

Fonte:espaçoturismo.com



**Figura II.5.3-128** - Igreja Santa Rita dos Pardos Libertos

Fonte: espaçoturismo.com

Casa de Cultura- A fachada do casarão de esquina chama a atenção de quem passa em frente à Casa da Cultura. Lá dentro, o espaço inaugurado em



2004 tem como destaque a exposição permanente que reúne vídeos com depoimentos de nativos e admiradores de Paraty.

Caminho o Ouro- Estrada construída pelos escravos entre os séculos XVII e XIX, a partir de trilhas dos índios guaianazes, a Estrada Real, Caminho do Ouro em Paraty, está bastante preservado e se encontra envolto pela Mata Atlântica do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Ponto de passagem obrigatório, nos séculos XVII e XVIII, o caminho ligava Minas Gerais a Rio de Janeiro e São Paulo. No chamado "Ciclo do Ouro", Paraty exercia a função de Entreposto Comercial e também por sua posição geográfica, porto escoadouro da produção de ouro de Minas para Portugal. Foi uma das mais importantes cidades portuárias do século XVIII. Por todo o trajeto da Estrada Real foram colocados marcos sinalizadores.

O Caminho do Ouro é um dos passeios mais completos de Paraty. Ele reúne história, alambiques, comida caseira e paisagens da região. Grande parte do que é encontrado durante o passeio foi construído por escravos.



**Figura II.5.3-129 - Casa da Cultura**

Fonte:feriasbrasil.com



**Figura II.5.3-130 - Caminho do ouro**

Fonte: Paraty.com.br

### Ecoturismo e Esportes de Aventura – PARATY

A localização geográfica de Paraty entre a serra e o mar garante ao município áreas verdes, praias, montanhas e cachoeiras, propiciando à prática de esportes de aventura, como arvorismo, tirolesa, trekking canoagem, mergulho e rapel.

Suas áreas preservadas e belezas naturais atraem turistas de diversas regiões em busca de contato com a natureza.



**Figura II.5.3-131 - Rapel**

Fonte: paratydesporteaventura.com



**Figura II.5.3-132 - Arvorismo**

Fonte: paratydesporteaventura

Na região o turismo se apresenta como uma variável de importante ação transformadora dos espaços, ao incorporar fluxos de pessoas, ideias, representações e de capitais, além dos fixos associados ao desenvolvimento de tal atividade. A intensificação da atividade turística nos municípios aqui estudados, em conjunto com outros elementos, promove mudanças responsáveis pela ressignificação de espaços; estes deixando de ser considerados rurais para assumirem condições de essencialmente urbanos.

Poderá ser visto que alguns espaços correspondentes a faixa litorânea da Região da Costa Verde, antes caracterizados fundamentalmente pela prática pesqueira e agrícola, assumem novos arranjos com a incorporação de elementos associados principalmente ao turismo (nos casos de Angra, Paraty e Mangaratiba), como estabelecimentos de hospedagem, casas de veraneio, alteração da fonte de renda de moradores, costumes trazidos pelos turistas e outros.

### **II.5.3.1.5 - Estado de São Paulo**

Apesar da carência de dados estatísticos mais detalhados sobre os impactos do turismo para o desenvolvimento econômico dessa região, observa-se que a intensificação de atividades na costa induziu a implantação de uma infraestrutura de serviços e comércio voltada para o atendimento do setor turístico, assim como o incremento da demanda por aluguel de temporada, hotéis e pousadas.

No intuito de atender aos turistas do Brasil e de outros países, o Litoral Norte paulista oferece uma estrutura hoteleira distribuída em 1.527 hotéis, pousadas, chalés e *camping*, 57 estruturas náuticas, 222 bares e restaurantes, 25 colônias, 10 flats, 03 (três) albergues e 03 (três) *resorts*, indicadores básicos de que o turismo é o principal fator de desenvolvimento da região (Agenda 21 do Litoral Norte, 2007).

No âmbito da Baixada Santista, temos duas características bem distintas. Os municípios litorâneos do norte da baixada são caracterizados por um turismo de negócios cada vez mais crescente, muito em função do desenvolvimento econômico e da proximidade com a capital paulista, cada vez mais saturada. Ao sul da Baixada Santista encontram-se atrativos naturais que aproximam estes municípios do turismo encontrado no Litoral Norte, focado nos recursos naturais e turismo de lazer.

Configurada por um extenso trecho de litoral, diversificado em suas feições paisagísticas, os municípios da Área de Influência possuem grandes atrativos cênicos no seu conjunto. Esses atrativos, somados às melhorias de acesso aos municípios, incrementaram fortemente a vocação turística regional nas últimas décadas. Os recursos pesqueiros, ao lado do patrimônio histórico e paisagístico, apresentam as maiores possibilidades para o aproveitamento turístico e ecoturístico da região.

Além dos longos feriados e da alta temporada do turismo em toda a região do Litoral Norte, que vai de dezembro a fevereiro, os municípios têm promovido eventos variados para impulsionar o setor, tais como eventos esportivos, festas religiosas e festivais de inverno. O mergulho é amplamente difundido nesta região (**Figura II.5.3-133**). Dezenas de naufrágios, como navios cargueiros brasileiros do

começo do século XX e o transatlântico espanhol *Príncipe das Astúrias* (1916), podem ser encontrados nas águas de Ilhabela e São Sebastião, locais paradisíacos para os praticantes da atividade ([www.ilhabela.com.br](http://www.ilhabela.com.br)).

Pode-se afirmar que o Litoral Norte do estado de São Paulo é a região com o maior número de eventos náuticos do Brasil, dispondo de escolas e cursos para a prática de esportes náuticos e sediando etapas de regatas tanto nacionais quanto internacionais ao longo do ano (**Figura II.5.3-134**).



**Figura II.5.3-133** - Naufrágio no Litoral Norte

Fonte: [arquivosreporter.blogspot.com](http://arquivosreporter.blogspot.com)



**Figura II.5.3-134** - Regata de veleiros, Ilhabela

Fonte: <http://www.hypeonline.com.br>

Já nas proximidades do município de Santos, eventos e atividades relacionadas ao turismo de negócios crescem gradualmente, fato que explica, segundo a Secretaria Municipal de Turismo de Santos, o rápido desenvolvimento de cidades como Guarujá e São Vicente.

### **Município de Ubatuba**

Ubatuba possui mais de 80 praias, situadas tanto em sua faixa costeira quanto nas ilhas próximas, com características distintas variando de praias de águas calmas a praias de ondas fortes, propícias para a prática do surf.

No que se refere ao ecoturismo, o município de Ubatuba proporciona uma série de trilhas e caminhadas ecológicas, tais como as trilhas do Corcovado, do Corisco e das Sete Fontes. Os dados abaixo foram extraídos, em sua maioria, dos guias turísticos *online* de Ubatuba ([www.ubatuba.com.br](http://www.ubatuba.com.br) e <http://www.ubatubatur.com.br>).

### Alguns dos Principais Atrativos Naturais

Praia da Maranduba: com 2 km de extensão, tem uma bela vista para ilhas da Maranduba e do Pontal, sendo propícia para banhistas. Contém uma desenvolvida rede hoteleira, com pousadas e chalés, considerada o centro comercial do sul do município.

Saco da Ribeira: famosa pelas diversas atividades náuticas existentes no local, a praia do Saco da Ribeira contempla clubes, garagens náuticas, oficinas e lojas de artigos para embarcações, além de ser ponto de partida de escunas, iates e barcos de passeios (**Figura II.5.3-135**).

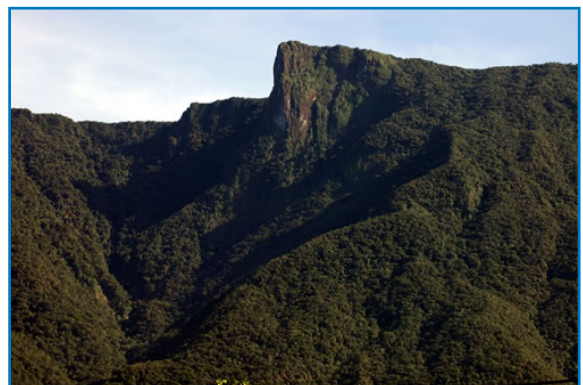
Praia de Itamambuca: além de ser ideal para a prática de surf (com competições nacionais e internacionais ao longo do ano), o local também favorece atividades de mergulho, náutica e ecoturismo pela Mata Atlântica preservada. É considerada uma das praias mais preservadas de Ubatuba ([www.itamambucatrip.com.br](http://www.itamambucatrip.com.br)).

Pico do Corcovado: cartão postal de Ubatuba, o pico pode ser observado de vários pontos do município, assim como a paisagem imponente da Serra do Mar. Em seu cume, pode-se observar a região do Vale do Paraíba e as quatro cidades do Litoral Norte do estado (Ilha Bela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba), além da ponta sul da cidade de Paraty (**Figura II.5.3-136**).



**Figura II.5.3-135** - Saco da Ribeira

Fonte: [www.ubatuba.com.br](http://www.ubatuba.com.br)



**Figura II.5.3-136** - Pico do Corcovado,  
Ubatuba

Fonte: <http://www.cozinhnamochila.com.br>

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

Ruínas da Lagoinha: localizada no bairro da Lagoinha, estas ruínas representam o que sobrou da histórica Fazenda do Engenho do Bom Retiro, construída no final do século XVII. O conjunto foi tombado em 1985 pelo Patrimônio Histórico Estadual (**Figura II.5.3-137**).

Casarão do Porto: a construção de 1846 é um exemplar da arquitetura urbana portuguesa que surgiu a partir de 1840, mesclando técnicas brasileiras e europeias. Em 1959, o casarão foi tombado como Patrimônio Histórico pelo IPHAN e em 1975 incorporado também ao Patrimônio Histórico Estadual, em 1987, transformou-se na sede da Fundação de Arte e Cultura do Município (**Figura II.5.3-138**).

Praça do Cruzeiro: local onde, na época colonial, existia a antiga Aldeia do Iperoig e que, no ano de 1563, foi assinado o histórico Tratado de Paz de Iperoig, considerado o primeiro tratado do continente, entre americanos e europeus.



**Figura II.5.3-137 - Ruínas da Lagoinha**

Fonte: [weheartit.com/entry/7766039](http://weheartit.com/entry/7766039)



**Figura II.5.3-138 - Casarão do Porto**

Fonte: [www.ubaweb.com](http://www.ubaweb.com)

### **Município de Caraguatatuba**

Na região sul do município se concentra a maior parcela da população, principalmente nos bairros Praia das Palmeiras e Indaiá. Porém, é na região norte que se encontram as residências e condomínios de luxo. Na Praia das Flecheiras há o Terminal Turístico, para onde se dirigem os ônibus de excursões ou de turismo que se direcionam ao município.

Assim como Ubatuba, o município conta com quilômetros de praias oceânicas e ilhas em seu espaço geográfico, sendo em Caraguatatuba a localização do núcleo do Parque Estadual da Serra do Mar.

Caraguatatuba conta com diversas trilhas voltadas para o ecoturismo, como as trilhas Paraíso e Tupinambá. O Parque Estadual da Serra do Mar oferece, ainda, as trilhas do Jequitibá e do Poçoão, que precisam ser previamente agendadas. As informações abaixo se referem, em sua maioria, ao portal online da prefeitura de Caraguatatuba ([www.caraguatatuba.sp.gov.br](http://www.caraguatatuba.sp.gov.br)) e ao Guia Turístico de Caraguatatuba ([www.caragua.com](http://www.caragua.com)).

### Alguns dos Principais Atrativos Naturais

Parque Estadual da Serra do Mar: criado em 1977, o Núcleo do parque integra a rede de Unidades de Conservação administradas pelo Instituto Florestal. Pode-se dizer que a Serra do Mar é a maior porção contínua preservada de Mata Atlântica do Brasil, com uma área de quase 315 mil hectares (**Figura II.5.3-139**). A floresta abriga e mantém inúmeras nascentes que formam os riachos, cascatas, cachoeiras e córregos de água pura que fazem parte de importantes bacias hidrográficas.

Martin de Sá: considerada a praia mais freqüentada pelos jovens, apresenta boa infra-estrutura de apoio ao turista. Apresenta muitas opções para a prática de esportes, a exemplo do surf (**Figura II.5.3-140**).



**Figura II.5.3-139 - Serra do Mar**

Fonte: <http://www.fflorestal.sp.gov.br>



**Figura II.5.3-140 - Praia Martin de Sá**

Fonte: <http://www.caragatur.com.br>

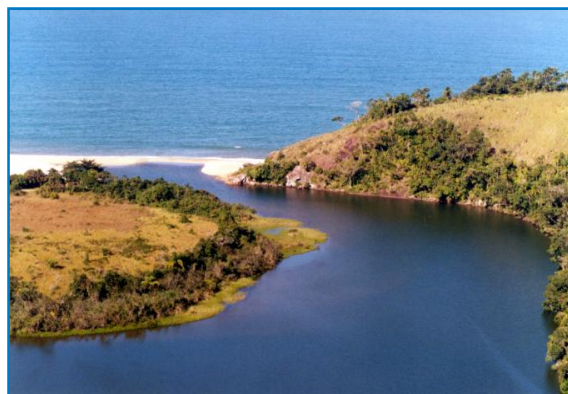
Centro: frequentada principalmente por famílias, a Praia do Centro oferece excelentes condições para a prática de esportes e caminhadas. Com uma vida noturna bem movimentada, é palco dos principais eventos da cidade, a exemplo do Festival de Verão (**Figura II.5.3-141**).

Morro de Santo Antônio: avista-se, de cima do morro, toda a enseada formada por Caraguatatuba e São Sebastião, tendo ao fundo o município de Ilhabela. Como atrativos, além da bela paisagem natural, há religiosidade e fé no alto do morro, onde os visitantes podem visitar o mirante de Santo Antônio.

Lagoa Azul: situada na Praia do Capricórnio, é considerada um importante atrativo local. Por ser tranqüila e de água doce, a lagoa contrasta com as fortes ondas e o mar aberto da praia, separados somente por bancos de areia branca (**Figura II.5.3-142**).



**Figura II.5.3-141 - Praia do Centro**



**Figura II.5.3-142 - Lagoa Azul,  
Caraguatatuba**

Fonte: [www.caraguatatuba.sp.gov.br](http://www.caraguatatuba.sp.gov.br)

Fonte: [www.caraguatatuba.sp.gov.br](http://www.caraguatatuba.sp.gov.br)

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

Praça Diógenes Ribeiro de Lima: atrativo para todas as idades, sendo a praça mais arborizada da cidade e um ambiente reservado para o lazer dos moradores (**Figura II.5.3-143**). Lá se encontra o *playground*, a Feira de Artesanato e o orquidário de Caraguatatuba, além da Secretaria de Turismo Municipal.

Teatro Mário Covas: espaço do município reservado para o lazer e cultura dos moradores locais. Com peças teatrais e musicais ao longo do ano, o teatro tem capacidade para 600 pessoas.



Pólo Cultural Adaly Coelho Passos: inaugurado em 2002, o espaço integra a Videoteca *Lúcio Braun*, o Arquivo Público, a Biblioteca de Artes e o Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba, que tem como objetivo principal preservar a memória da cidade, os costumes e tradições culturais do povo caiçara (**Figura II.5.3-144**).



**Figura II.5.3-143** - Praça Diógenes Ribeiro de Lima

Fonte: [www.caraguatatuba.sp.gov.br](http://www.caraguatatuba.sp.gov.br)



**Figura II.5.3-144** - Pólo Cultural Adaly Coelho Passos

Fonte: [www.caraguatatuba.sp.gov.br](http://www.caraguatatuba.sp.gov.br)

### **Município de São Sebastião**

Com praias, florestas, rios, cachoeiras e muitas outras paisagens naturais, a cidade de São Sebastião também é rodeada por prédios históricos e restaurantes de rica gastronomia. Pode-se afirmar que, ao longo do tempo, o município vem ganhando espaço no turismo nacional e se tornando em um importante pólo turístico do país.

Além das mais de 30 praias (**Figura II.5.3-145**), cachoeiras, trilhas, águas claras, formações naturais e florestas, a cidade também guarda a história da cultura caiçara em seus museus, igrejas e festas tradicionais, além do centro histórico. A prática do ecoturismo é beneficiada pela presença dos ecossistemas da Mata Atlântica, Serra do Mar e da Zona Costeira, que garantem a diversidade ecológica em toda a região. Os dados que se seguem foram extraídos da página online da Prefeitura Municipal e do Portal Online do Município de São Sebastião.



**Figura II.5.3-145 - Praias de São Sebastião**

Fonte: saosebastiao.com.br/praias/index.htm

### Alguns dos Principais Atrativos Naturais

Arquipélago de Alcatrazes: situado a aproximadamente 45 km do porto de São Sebastião, abriga diversas espécies de aves marinhas refugiadas ali em época de reprodução (**Figura II.5.3-146**). Além disso, é refúgio de baleias, golfinhos e tartarugas. Sua ilha principal serve de centro de treinamento para a Marinha do Brasil e, atualmente, a legislação ambiental proíbe terminantemente a pesca, o fundeio e o mergulho, mesmo recreativo, num raio de dez quilômetros do arquipélago.

Praia do Porto Grande: famosa entre os velejadores, com areia branca e mar calmo, suas águas ideais para a prática da vela, tanto pela velocidade de seus ventos quanto pela segurança do Canal de São Sebastião. Podem ser praticadas diversas outras atividades como vôlei, futebol, caminhada e caiaque. Próxima ao centro do município, a praia oferece variadas opções de hospedagem, compras e alimentação.

Praia de Barequeçaba: a praia de areia dura e mar calmo é ideal para famílias e a prática de esportes variados. Situada próxima ao Centro Histórico de São Sebastião, a localidade mantém boa infra-estrutura com hotéis, pousadas, bares e restaurantes.

Praia de Maresias: Conhecida internacionalmente pelos campeonatos de surf e noites agitadas, Maresias tornou-se um dos principais pólos do turismo

sofisticado do país, tendo uma das melhores infraestruturas do litoral paulistano (**Figura II.5.3-147**).



**Figura II.5.3-146** - Arquipélago de Alcatrazes

Fonte: [correiodemocratico.com.br/2011/03/sao-sebastiao](http://correiodemocratico.com.br/2011/03/sao-sebastiao)



**Figura II.5.3-147** - Praia de Maresias

Fonte: [www.saosebastiao.sp.gov.br](http://www.saosebastiao.sp.gov.br)

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

Desde 1969, sete quarteirões e diversas outras construções encontram-se tombadas pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico do Estado).

A sede da Secretaria Municipal de Turismo, que se encontra na Rua da Praia, é uma construção do início do século XX e abrigou o primeiro grupo escolar da cidade. Seguem abaixo alguns atrativos do município de São Sebastião, símbolos da cultura e história local.

Igreja da Matriz: originalmente construída no século XVII, atualmente possui o mesmo aspecto que sua reconstrução em 1819. O prédio passou por várias reformas sendo a última em 2001, que recuperou suas características da influência jesuítica (**Figura II.5.3-148**).

Casa de Câmara e Cadeia: na época colonial, toda Vila com poder instituído deveria possuir sua Casa de Câmara e Cadeia. Representação da autoridade instituída. Esta construção acompanha características da arquitetura civil do século XVIII, antigamente, ao lado encontrava-se o pelourinho, um dos símbolos do poder colonial.

Casa Esperança: testemunho da prosperidade de São Sebastião na segunda metade do século XVIII, a Casa Esperança é a construção histórica mais nobre do município (**Figura II.5.3-149**). As peças em pedra que ornaram as esquadrias e as pinturas no teto, algumas vindas de Portugal, demonstram uma riqueza que não era comum nas construções da época em São Sebastião.



**Figura II.5.3-148** - Igreja da Matriz

Fonte: Nilson Kabuki / panoramio.com/photo/3625972



**Figura II.5.3-149** - Casa Esperança

Fonte: Bruno Rocha / panoramio.com/photo/21010624

### **Município de Ilhabela**

O município se constitui em um arquipélago que tem como ilha principal a Ilha de São Sebastião, comumente denominada de Ilhabela. Com mais de 40 praias, Ilhabela possui a maior parte de seu território enquadrado no Parque Estadual da Serra do Mar, apresentando, assim, grandes extensões de áreas ainda cobertas por Mata Atlântica, onde se encontram mais de 300 cachoeiras e diversas trilhas importantes para o ecoturismo local.

A cidade tem o turismo como principal atividade econômica, dispondo de excelente infra-estrutura de atendimento ao turista, seja em sua rede de hospedagem, seja na rede de serviços disponibilizados.

Em seu entorno encontram-se naufragados diversos navios, os quais servem de atração para mergulhadores amadores, que podem visitar os destroços de alguns desses navios. A prática da vela é impulsionada com a Semana de Vela de Ilhabela, evento de repercussão internacional que acontece anualmente no mês de julho. As informações são da Prefeitura de Ilhabela (<http://www.ilhabela.sp.gov.br>) e do portal online [www.ilhabela.com.br](http://www.ilhabela.com.br).

### Alguns dos Principais Atrativos Naturais

Praia do Curral: com mais de 700m de extensão, comporta uma ótima infraestrutura de apoio ao turismo, dispondo de bares e restaurantes. É considerada a praia mais frequentada da cidade.

Praia do Bonete: abriga a maior e mais tradicional comunidade do arquipélago, onde vivem mais de 100 famílias caiçaras. Só pode ser acessada a pé, através de uma estrada de 15 km, ou de barco. Suas ondas são propícias para a prática do *surf* (**Figura II.5.3-150**).

Cachoeira do Gato: em meio à Mata Atlântica, a queda d'água de 70 metros é reconhecida mundialmente por sua beleza natural, sendo a mais visitada de Ilhabela (**Figura II.5.3-151**).

Parque Estadual de Ilhabela: engloba 12 ilhas, 02 (duas) ilhotas e 02 (duas) lajes, com uma área de 27.025ha. A Mata Atlântica, a restinga e os manguezais presentes, abrigam centenas de espécies de mamíferos, répteis e aves. Um conselho consultivo, formado em 2004, com representantes dos segmentos da sociedade, setor público e comunidades caiçaras, reúne-se para discutir a gestão e o manejo da UC.



**Figura II.5.3-150 - Praia do Bonete, Ilhabela**

Fonte: [guiadoviajante.com/1379/praias-do-bonete-ilhabela/](http://guiadoviajante.com/1379/praias-do-bonete-ilhabela/)



**Figura II.5.3-151 - Cachoeira do Gato**

Fonte: Marco Yamim / <http://www.ilhabela.sp.gov.br>

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

A história do município pio de Ilhabela não está registrada somente nas festividades e tradições da cultura caiçara, o centro histórico do município concentra diversos casarões coloniais que, atualmente, abrigam restaurantes, pousadas e lojas que comercializam o artesanato local.

Procissão de São Pedro: realizada anualmente há mais de um século, é uma homenagem dos pescadores a São Pedro, o padroeiro dos pescadores. O evento religioso atrai não somente os habitantes locais como também os diversos turistas da cidade. A imagem de São Pedro sai da Igreja Matriz de Ilhabela, participa da Missa Campal em frente à Colônia dos Pescadores e, em seguida, é conduzido em um barco pesqueiro para o Bairro de São Francisco, em São Sebastião, de onde volta para seu ponto de partida (**Figura II.5.3-152**).

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda e Bom Sucesso: situada no Centro Histórico de Ilhabela, é um monumento em estilo colonial construído pelos escravos entre 1697 e 1718. Inaugurada no ano de 1806 e reformada em meados do século XX, guarda em seu interior um belo painel dedicado a Nossa Senhora da Ajuda.

Fazenda Engenho D'água: construção do final do século XVIII, a fazenda localiza-se a menos de 3 km do centro da cidade, no bairro de Itaguanduba. Foi um dos maiores produtores de açúcar, aguardente, café e arroz de todo o município, tombada pelo IPHAN em 1951 e pelo CONDEPHAAT em 1979.

**Figura II.5.3-152 - Procissão de São Pedro**Fonte: <http://yci.com.br/?p=965>**Figura II.5.3-153 - Igreja Matriz de N. S. Ajuda e Bom Sucesso**Fonte: [panoramio.com/user/181899?with\\_photo\\_id=33997210](http://panoramio.com/user/181899?with_photo_id=33997210)

### ***Município de Bertioga***

Com quilômetros de praias e belas paisagens, o município de Bertioga possui grande parte de seu território dentro do Parque Estadual da Serra do Mar.

Um dos primeiros territórios ocupados na época colonial, este município também é caracterizado por ser o local de onde a esquadra de Estácio de Sá partiu para a fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565. Os dados abaixo foram extraídos, em sua maioria, do guia turístico *online* de Bertioga (<http://www.bertiogasp.com.br>) e da Prefeitura do respectivo município.

#### ***Alguns dos Principais Atrativos Naturais***

**Praia de São Lourenço:** com mais de 04 (quatro) quilômetros de águas transparentes, possui ótima infra-estrutura turística, bares, shoppings, casas noturnas e supermercados (**Figura II.5.3-154**).

**Trilhas ecológicas:** a cidade tem mais de uma dezena de trilhas, locais que proporcionam banhos em rios e cachoeiras em contato direto com a biodiversidade da Mata Atlântica. Estas trilhas só podem ser utilizadas por agências credenciadas e com o acompanhamento de um monitor treinado.

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

Forte São João: a fortaleza, considerada a mais antiga ainda erguida no Brasil, é considerada patrimônio histórico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 1940 (**Figura II.5.3-155**).



**Figura II.5.3-154** - Praia de São Lourenço

Fonte: <http://bertioga.olx.com.br>



**Figura II.5.3-155** - Forte São João, Bertioga

Fonte: [www2.uol.com.br/guiadolitoral/bertioga/assim.htm](http://www2.uol.com.br/guiadolitoral/bertioga/assim.htm)

### **Município de Santos**

Centro econômico da Baixada Santista e detentor do maior porto marítimo brasileiro, o município de Santos é caracterizado por diversas atratividades no que diz respeito ao turismo, cultura e lazer. Os dados seguintes referem-se a informações disponibilizadas no Portal de Turismo da Cidade de Santos ([www.turismosantos.com.br](http://www.turismosantos.com.br)).

### Alguns dos Principais Atrativos Naturais

Laje de Santos: a 45 km da praia, é um dos melhores pontos para a prática do mergulho no país, com águas cristalinas, temperatura e visibilidade ideal, além de uma rica fauna marinha. Pode-se, em profundidades abaixo de 20 metros, observar a embarcação Moreia, naufragada artificialmente em 1922.

Lagoa da Saudade: local propício para o descanso a pesca de lazer, a Lagoa da Saudade contém um espaço recreativo e quiosques de uso público. Ao redor da lagoa, turistas e moradores locais podem apreciar a preservada Mata Atlântica e a fauna local, como marrecos e garças (**Figura II.5.3-156**).





**Figura II.5.3-156 - Lagoa da Saúde**

Fonte: [www.novomilenio.inf.br/santos/h0248.htm](http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0248.htm)

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

Aquário Municipal: um dos parques públicos mais visitados do estado paulista, funciona como um local de lazer, diversão, cultura e pesquisa, com centenas de espécies exóticas da fauna aquática do mundo (**Figura II.5.3-157**).

Bolsa Oficial de Café: criada em 1922, época em que a cidade de Santos abrigava a maior praça cafeeira do mundo, a construção de cerca de 06 (seis) mil m<sup>2</sup> é considerada uma das mais belas da cidade. Desde 1998 aloca o Museu do Café, atrativo presente na maioria dos roteiros turísticos.

Casa da Frontaria Azulejada: famosa obra arquitetônica do município, a casa foi construída em 1865. Tombada nas três esferas como patrimônio histórico, a começar pela esfera federal em 1973, a construção passou por décadas de abandono. Na década de 90 passou por um processo de restauração e, atualmente, abriga o maior espaço cultural do Centro Histórico santista.

Conjunto do Carmo: patrimônio nacional desde 1940, o Conjunto do Carmo é composto por duas igrejas (Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo e Igreja dos Freis Carmelitas), datadas dos séculos XVI e XVIII e considerado um dos mais antigos relicários do barroco brasileiro (**Figura II.5.3-158**).



**Figura II.5.3-157 - Aquário Municipal de Santos**

Fonte: [www.melhorpeixe.com](http://www.melhorpeixe.com)



**Figura II.5.3-158 - Conjunto do Carmo**

Fonte: [www.santos.sp.gov.br](http://www.santos.sp.gov.br)

### ***Município de Guarujá***

A cidade de Guarujá, vizinha de Santos e localizada próxima à capital paulista, não desenvolve somente o turismo de negócios em seu espaço geográfico. Suas praias abrigam diversas competições esportivas nacionais e internacionais, principalmente, vôlei e futebol de areia.

Também merecem destaques os esportes aquáticos, como vela e *surf*. Palco do *surf* paulista, as praias de Guarujá oferecem formações de ondas ideais para prática deste esporte, desde amadores até profissionais. Os dados a seguir foram coletados do Portal Online da Prefeitura de Guarujá ([www.guaruja.sp.gov.br](http://www.guaruja.sp.gov.br)).

#### **Alguns dos Principais Atrativos Naturais**

**Praia da Enseada:** a maior praia do município, Enseada é caracterizada por possuir águas claras e muitas ondas. Antigamente utilizada para o desembarque de escravos, hoje serve somente para o lazer e prática de esportes. Possui dezenas de quiosques, além de hotéis e pousadas para o atendimento turístico (**Figura II.5.3-159**).

**Trilha da Fortaleza:** das diversas trilhas existentes na cidade de Guarujá, a região da Fortaleza da Barra Grande é uma das mais famosas, juntando natureza e história no mesmo passeio. Esportes radicais são praticados no espaço, a exemplo da tirolesa e rapel.

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

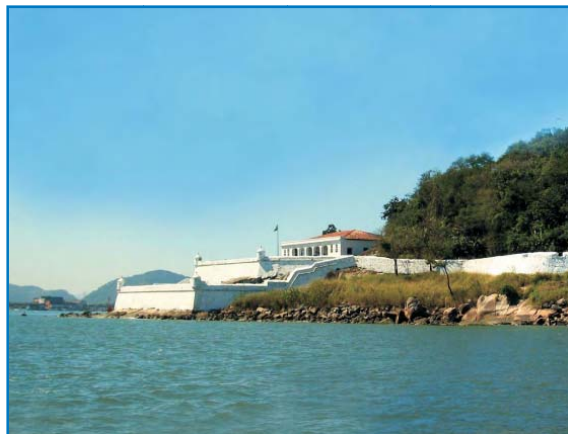
Aquário Acqua Mundo: localizado na Praia da Enseada, é atualmente o maior aquário de água salgada da América do Sul. Além da exposição da fauna e flora aquática de diversas partes do mundo, o empreendimento também oferece oficinas temáticas, palestras, atividades educacionais e acampamento noturno.

Fortaleza Santo Amaro Da Barra Grande: Erguida durante a unificação das coroas portuguesa e espanhola (1580-1640), mais precisamente em 1584, a fortaleza foi desativada em 1911 e passou vários anos em estado de abandono. Tombada pelo IPHAN em 1964, o patrimônio foi restaurado e atualmente faz parte de roteiros turísticos, com um mirante de privilegiada beleza (**Figura II.5.3-160**).



**Figura II.5.3-159 - Praia da Enseada**

Fonte: [www.guiahospedagemhotel.com.br](http://www.guiahospedagemhotel.com.br)



**Figura II.5.3-160 - Fortaleza Santo Amaro da Barra Grande**

Fonte: [historiasparasempre2011.blogspot.com](http://historiasparasempre2011.blogspot.com)

### **Município de Cubatão**

A despeito de um passado trágico no que tange ao seu cenário ambiental, Cubatão é, atualmente, um símbolo da recuperação ecológica mundial. Seu potencial turístico é crescente, tendo em vista os diferentes atrativos: históricos, artísticos, religiosos, de recursos naturais e paisagísticos.

Sede do maior pólo industrial, a cidade de Cubatão oferece um roteiro inédito pelos lugares onde se consolidou a vocação industrial do país. Os dados que são apresentados na sequência foram extraídos, em sua maioria, do Portal *Online* da Prefeitura Municipal de Cubatão ([www.cubatao.sp.gov.br](http://www.cubatao.sp.gov.br)).

### Alguns dos Principais Atrativos Naturais

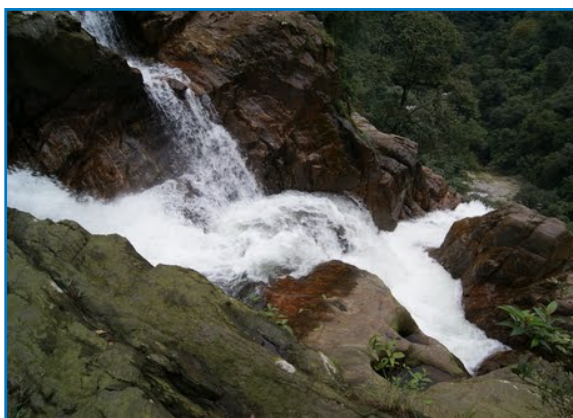
Véu das Noivas: cachoeira com cerca de 60 metros de queda d'água, alcançada por meio de uma trilha na mata preservada. No trajeto de quase uma hora, pode-se apreciar a fauna e flora local (**Figura II.5.3-161**).

Corredeiras e piscinas naturais: turistas e moradores da região aproveitam, nos finais de semana, as corredeiras e piscinas naturais que acompanham o traçado sinuoso do rio Perequê. Em sua margem, há churrasqueiras, gramados para piqueniques e campos de futebol.

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

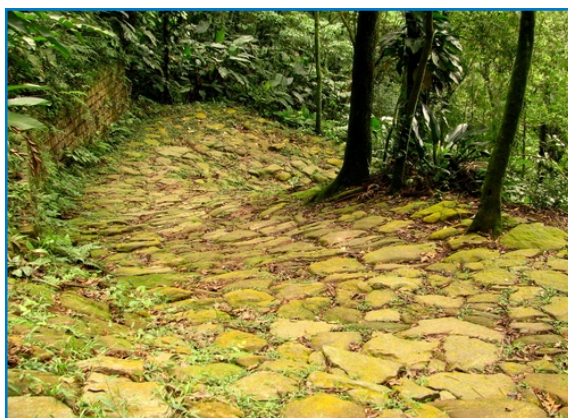
Calçada do Lorena: primeira estrada pavimentada do Brasil, foi muito importante por agilizar os negócios feitos entre tropeiros, viajantes e comerciantes (**Figura II.5.3-162**).

Belvedere Circular: construção em alvenaria de pedras e tijolos, famoso ponto de parada dos viajantes no trajeto da Serra do Mar. Há também um mirante no local.



**Figura II.5.3-161** - Véu das Noivas

Fonte: [www.panoramio.com](http://www.panoramio.com) / Andre Pimentel



**Figura II.5.3-162** - Calçada do Lorena

Fonte: [www.panoramio.com](http://www.panoramio.com) / Joannis Mihail

### **Município de São Vicente**

O município de São Vicente encontra-se em crescente desenvolvimento, tanto por sua proximidade com o Porto de Santos e a capital paulista, como por seu potencial turístico. Os dados a seguir foram extraídos, em sua maioria, do Portal Online da Prefeitura Municipal de São Vicente ([www.saovicente.sp.gov.br](http://www.saovicente.sp.gov.br)).

### Alguns dos Principais Atrativos Naturais

Praia do Gonzaguinha: com 800 metros de extensão, a praia situa-se dentro de uma baía espaçosa e de águas calmas, muito procurada por praticantes de esportes náuticos, como iatismo, windsurf, esqui aquático e jet ski. É nesta praia que ocorre, anualmente, a Encenação da Fundação da Vila de São Vicente, considerado o maior espetáculo teatral em areia de praia do mundo, com cerca de mil atores (**Figura II.5.3-163**).

Praia dos Milionários: considerada a mais tranquila das praias vicentinas, é propícia a prática da pesca e uma bela vista da baía de São Vicente e da Ponte Pênsil. Na praia também é possível alugar barcos para passeios.

Praia do Itararé: a maior e uma das mais agitadas praias de São Vicente, é o principal local de concentração de jovens durante o verão, principalmente por suas formações de ondas propícias à prática do surf. Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais.

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

Praça 22 de Janeiro: com um parque de 8.170 metros quadrados de áreas verdes, a praça abriga diversas atrações para moradores e turistas, como monumentos, gruta com cascata e um cinema “3D”, considerado o primeiro anfiteatro tridimensional da América Latina.

Monumento dos 500 anos: com uma das mais belas vistas das praias da cidade, o monumento foi projetado por Oscar Niemeyer. O mirante possui um formato que aponta uma linha imaginária para o Congresso Nacional, em Brasília (**Figura II.5.3-164**).



**Figura II.5.3-163 - Praia do Gonzaguinha**

Fonte: [www.saovicente.sp.gov.br](http://www.saovicente.sp.gov.br)



**Figura II.5.3-164 - Monumento dos 500 anos**

Fonte: [www.saovicente.sp.gov.br](http://www.saovicente.sp.gov.br)

### ***Município de Praia Grande***

A cidade de Praia Grande nos últimos anos passou por um desenvolvimento da construção imobiliária, sendo atualmente considerada a capital do Litoral Sul do estado de São Paulo. Sua população chega a triplicar nas épocas de férias, com uma localização geográfica privilegiada e uma infraestrutura turística em crescente modernização.

Os dados apresentados foram extraídos, em sua maioria, do Portal Online da Prefeitura Municipal de Praia Grande ([www.praiagrande.sp.gov.br](http://www.praiagrande.sp.gov.br)) e do Guia Turístico de Praia Grande ([www.guiapraiagrande.com.br](http://www.guiapraiagrande.com.br)).

#### **Alguns dos Principais Atrativos Naturais**

**Orla Marítima:** com os seus 30 km de praias, a orla municipal apresenta uma bela paisagem, com quiosques, bares, praças e restaurantes, além de diversas pousadas de frente para o mar. As praias da região recebem turistas o ano inteiro (**Figura II.5.3-165**).

#### **Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais**

**Fortaleza de Itaipu:** situada dentro de uma reserva de Mata Atlântica, esta construção teve início em 1902, sendo parte da história da cidade. A extensa área

ao seu redor tornou-se uma reserva ecológica, por ser exemplar raro e extenso da Mata Atlântica original (**Figura II.5.3-166**).

Palácio das Artes: complexo cultural com cerca de 6.000 metros quadrados, é um dos mais importantes na região. Além de uma bela paisagem da Mata Atlântica, há uma exposição permanente de cerâmica marajoara, além de exposições temporárias de destaque internacional.



**Figura II.5.3-165 - Orla de Praia Grande**

Fonte: [locacaotemporadapraia grande.blogspot.com](http://locacaotemporadapraia grande.blogspot.com)



**Figura II.5.3-166 - Fortaleza de Itaipu**

Fonte: [diarydebicicleta.blogspot.com](http://diarydebicicleta.blogspot.com)

### ***Município de Mongaguá***

Situada no litoral da Baixada Santista, a cidade de Mongaguá possui variadas atratividades. Com 13 km de praias contínuas, a orla municipal é muito procurada por surfistas e banhistas. Na zona rural, pode-se desfrutar de piscinas naturais e áreas de lazer com tranquilidade. Na sequência seguem mais informações sobre alguns dos principais atrativos naturais e históricos e culturais.

Estes dados foram extraídos do Portal Online da Prefeitura Municipal de Mongaguá ([www.mongagua.sp.gov.br](http://www.mongagua.sp.gov.br)) e do Guia Turístico Virtual de Mongaguá ([www.mongagua.tur.br](http://www.mongagua.tur.br)).

### ***Alguns dos Principais Atrativos Naturais***

Poço das Antas: parque ecológico com piscinas de água natural corrente, trilhas ecológicas e corredeiras. Com quiosques, áreas para piqueniques e um

comércio local, o parque se localiza perto do centro da cidade, abrigando uma variedade de animais e plantas (**Figura II.5.3-167**).

Trilhas ecológicas: o município possui várias trilhas ecológicas, sendo a mais visitada por turistas e praticantes da atividade, a trilha da aldeia indígena Tupi-Guarani, localizada em Reserva Ambiental da Mata Atlântica.

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

Plataforma Marítima de Pesca: em formato de 'T', a plataforma é uma estrutura de concreto que avança 400 metros mar adentro e 200 metros para os lados. Turistas e moradores diariamente usufruem do espaço para a prática da pesca (**Figura II.5.3-168**).

Casa da Memória: inaugurada em 2007, localiza-se de frente para o mar, abrigando um vasto acervo histórico de fotografias, documentos e objetos. Quando visitada, os guias turísticos da casa falam sobre a história da cidade e da região.



**Figura II.5.3-167** - Entrada do Poço das Antas

Fonte: [www.guiamongagua.com.br](http://www.guiamongagua.com.br)



**Figura II.5.3-168** - Plataforma Marítima de Pesca

Fonte: [www.guiamongagua.com.br](http://www.guiamongagua.com.br)

## **Município de Itanhaém**

Assim como outros municípios da Área de Influência descritos neste estudo, Itanhaém possui uma vasta área de Mata Atlântica preservada, cerca de 300 km<sup>2</sup>, que integram o Parque Estadual da Serra do Mar, além de dezenas de 50 cachoeiras e 14 praias. Estes recursos naturais fazem da cidade um importante



atrator do ecoturismo. Os dados seguintes se referem a informações retiradas do Portal Online da Prefeitura de Itanhaém ([www.peruibe.sp.gov.br](http://www.peruibe.sp.gov.br)).

### Alguns dos Principais Atrativos Naturais

Trilha do Morro Sapucaitava: com uma vasta e preservada área de Mata Atlântica, sob direta influência marítima, a trilha também permite o convívio com uma fauna bastante diversificada. No alto do morro foi construído um mirante rústico, para apreciação das praias que formam o litoral do município.

Trilha do Morro do Piraguaya: passeio localizado em um morro mais distante da influência marítima, região central da cidade de Itanhaém, contém uma vegetação diferente de encontrada perto da linha do mar. Importante por sua continuidade com o Mangue do Piraguaya, favorece sua riqueza biótica (**Figura II.5.3-169**).

### Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais

Convento Nossa Senhora da Conceição: construção em estilo colonial do século XVI é um dos mais significativos conjuntos arquitetônicos e marco histórico da região. Serviu até o ano de 1639 de Igreja Matriz em Itanhaém. Em 22 de março de 1833, um incêndio destruiu grande parte do convento. O monumento histórico, a partir de 1952, foi objeto de restauração, sendo acompanhada pelo poder público desde então (**Figura II.5.3-170**).



**Figura II.5.3-169 - Morro do Piraguaya**

Fonte: [www.flickr.com/photos/morpheus12/page5](http://www.flickr.com/photos/morpheus12/page5)



**Figura II.5.3-170 - Convento Nossa Senhora da Conceição**

Fonte: [www.itanhaem.sp.gov.br](http://www.itanhaem.sp.gov.br)

## ***Município de Peruíbe***

A cidade de Peruíbe contém uma paisagem que reúne costão rochoso, praia, mar, vegetação e a Serra dos Itatins. Suas atrações turísticas vão além das Corredeiras do Perequê e da Mata Atlântica exuberante. Os dados a seguir foram extraídos, em sua maioria, do Portal Online da Prefeitura Municipal de Peruíbe ([www.peruibe.sp.gov.br](http://www.peruibe.sp.gov.br)).

### ***Alguns dos Principais Atrativos Naturais***

Pode-se considerar como os principais atrativos naturais localizados na cidade, as Corredeiras do Paraíso e do Perequê, com suas piscinas naturais e natureza preservada, além das diversas praias da região, propícias para passeios de escuna e trilhas, como Caramborê, Costão e Guaraú (**Figura II.5.3-171**).

### ***Alguns dos Principais Atrativos Históricos e Culturais***

**Ruínas do Abarebebê e Mirante:** patrimônio histórico datado do século XVI, as Ruínas do Abarebebê retratam a catequização indígena na região. Próximo ao local há o Mirante que abriga o Museu Histórico e Arqueológico do município, com uma visão panorâmica de toda a cidade (**Figura II.5.3-172**).

**Aquário Municipal:** um dos pontos turísticos e de lazer mais procurados da cidade, além de um atrativo, serve como importante ferramenta de Educação Ambiental.

**Praça Monsenhor Lino de Passos:** também conhecida como Praça da Igreja Matriz, é bastante explorada nos roteiros turísticos. Encontra-se na praça o relógio de sol, o coreto, a estátua do Padroeiro São João Batista, além da Colônia de Pescadores do município.

**Figura II.5.3-171 - Praia do Caramborê**

Fonte: olharesdobrasil.com.br

**Figura II.5.3-172 - Ruínas do Abarebebê**

Fonte: www.al.sp.gov.br

### **II.5.3.1.6 - Planos e Programas para os Temas Turismo e Cultura**

As principais iniciativas para a consolidação do turismo na Área de Influência compreendem o planejamento e implementação de projetos e ações nas esferas governamentais. A seguir apresentam-se os planos e programas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Os dados a seguir foram extraídos do Ministério do Turismo e dos governos estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo, estados que possuem municípios inseridos na Área de Influência em estudo.

#### **Plano Nacional de Turismo**

O plano define as regiões turísticas estratégicas na organização do segmento para fins de planejamento e gestão. O âmbito regional possui maior significância e identidade do que o pensamento centralizado, tanto pela qualidade quanto pela originalidade, agregando valor ao produto turístico.

A regionalização do turismo estrutura, ordena e diversifica a oferta turística no país, constituindo-se no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo. Este modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseia-se nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação (intersetorial e interinstitucional) e na sinergia de decisões. Dentro deste plano se encontra o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo.

## ***Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo – PRODETUR***

Os programas regionais buscam organizar as intervenções públicas através de prévios processos de planejamento. A partir destes planejamentos, em áreas turísticas prioritárias, são propostas intervenções públicas no intuito de fazer o segmento turístico constituir-se uma alternativa econômica geradora de emprego e renda, principalmente, para a população local.

Os investimentos do PRODETUR são operacionalizados pelo Ministério do Turismo, que orienta tecnicamente as propostas estaduais e municipais, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a Corporação Andina de Fomento que atuam como financiadores internacionais.

### ***II.5.3.1.7 - Estado do Rio de Janeiro***

#### ***Programa de Regionalização de Turismo***

Coordenado pela Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Turisrio), é considerado o programa estruturante da atividade turística, sendo diretriz fundamental e prioritária. Busca a ampliação e a qualificação do mercado de trabalho, a diminuição das desigualdades regionais e a promoção integrada do desenvolvimento sustentável do turismo.

#### ***Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR***

Lançado em agosto de 2011 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, o programa contempla 23 municípios agrupados em dois pólos turísticos: regiões do Litoral (Metropolitana, Costa Verde e Costa do Sol), e regiões do Pólo Serra (Serra Verde Imperial, Vale do Café e Agulhas Negras), que funcionarão como multiplicadores do desenvolvimento regional. Parte dos investimentos será direcionada para a área ambiental.

#### ***RedeTuris***

Lançada em 2008, esta iniciativa é uma parceria entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro e o SEBRAE/RJ, voltada para o desenvolvimento

sustentável do setor turístico no estado. A proposta é integrar toda a cadeia produtiva do turismo fluminense, incluindo micro e pequenas empresas.

Entre as principais metas da rede estão: a agilidade no uso dos recursos do PRODETUR; qualificação e aperfeiçoamento de profissionais; ampliação e certificação da rede de hospedagem; e estudos sobre os impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e social.

### **II.5.3.1.8 - Estado de São Paulo**

#### **Plano Diretor de Turismo**

Editado em 2001, após um trabalho amplamente participativo, este plano é o instrumento básico de intervenção no setor turístico, estabelecendo as ações de planejamento, promoção e execução da política vigente. As diretrizes básicas do atual Plano Diretor de Turismo são:

- Desenvolvimento Institucional;
- Infra-Estrutura de Apoio;
- Sistema de Informação;
- Fomento à Atividade Turística;
- Consolidação do Produto Turístico.
- Estado de São Paulo
- Programa de Regionalização do Turismo

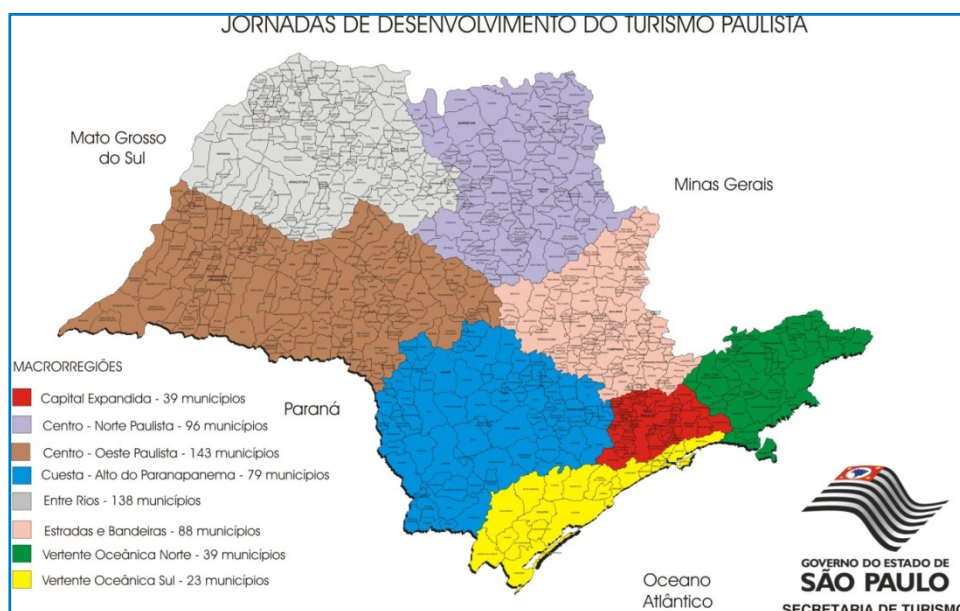
No âmbito estadual, este programa é um modelo de gestão pública descentralizada, coordenada e integrada, tendo como objetivos: flexibilidade, articulação, mobilização e cooperação entre todos os setores e instituições de forma participativa. São criados diversos circuitos turísticos, como o Circuito Baixada Santista e o Circuito Litoral Norte, este, por sua vez, formado pelos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela.

Lançado em 2005, o Circuito Litoral Norte Paulista visa transformar seus municípios em pólos turísticos no contexto nacional, por meio da profissionalização de seus produtos turísticos. Em linha com o Programa de Regionalização, estas cidades não são tratadas individualmente como cidades turísticas, mas sim inseridas no circuito como destinos turísticos regionais.

### **Programa Jornadas de Desenvolvimento do Turismo Paulista**

Criado pela Secretaria de Turismo de São Paulo, o programa propõe a interiorização e descentralização das ações voltadas para o turismo, dividindo o estado em 08 (oito) macrorregiões turísticas: Capital Expandida; Centro-Norte Paulista; Centro-Oeste Paulista; Cuesta – Alto do Paranapanema; Entre Rios; Estradas e Bandeiras; Vertente Oceânica Norte; e Vertente Oceânica Sul (**Figura II.5.3-173**).

Este ordenamento territorial turístico é necessário ao desenvolvimento do turismo do estado de São Paulo, na medida em que facilitará o planejamento e controle por parte do poder público e da iniciativa privada sobre o espaço.



**Figura II.5.3-173 - Oito macrorregiões do estado de São Paulo**

Fonte: Governo do Estado de São Paulo / Secretaria de Turismo

### **II.5.3.J - Controle e Fiscalização Ambiental**

Este item faz referência à descrição das instituições governamentais no âmbito das esferas federal, estadual e municipal, que atuam no controle e fiscalização ambiental na Área de Influência do empreendimento.

#### **II.5.3.J.1 - Âmbito Federal**

##### **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA**

O controle e fiscalização ambiental estão a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O IBAMA, entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, é o órgão responsável pelo gerenciamento e fiscalização ambiental, em âmbito nacional. Atua sobre as atividades marítimas e empreendimentos interestaduais, além de ser responsável pelo licenciamento ambiental de grandes projetos de infraestrutura, com impactos em mais de uma unidade da federação e nas atividades do setor de petróleo e gás natural *offshore*. Para a atuação na área de influência, o IBAMA possui escritórios e agências identificados a seguir.

##### ***Escritórios e Agências do IBAMA com Atuação na Área de Influência***

###### ***Escritório do IBAMA em Brasília***

<b>Endereço:</b>	SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama Brasília - DF CEP 70818-900
<b>Telefone:</b>	(61) 3316-1001 / 3316-1002 / 3316-1003
<b>Responsável:</b>	Curt Trennepohl
<b>E-mail:</b>	Presid.sede@ibama.gov.br

###### ***Escritório do CGPEG/DILIC/IBAMA no Rio de Janeiro***

<b>Endereço:</b>	Praça XV de Novembro, nº42, 9º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ
<b>Telefone:</b>	(21) 3077-4267 / Fax: (21) 3377-4265
<b>Responsável:</b>	Cristiano Vilar do Nunes Guimarães
<b>E-mail:</b>	Cristiano.guimaraes@ibama.gov.br

### Superintendência do IBAMA no Rio de Janeiro

<b>Endereço:</b>	Praça XV de Novembro, nº42, 10º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20010-010.
<b>Telefone:</b>	(21) 3077-4287 / 4288
<b>Superintendente:</b>	Adilson Gil
<b>E-mail:</b>	adilson.gil@ibama.gov.br

### Superintendência do IBAMA em São Paulo

<b>Endereço:</b>	Alameda Tietê, nº 637 - Jardim Cerqueira César - São Paulo/SP - CEP: 01417-020
<b>Telefone:</b>	(11) 3066-2633 / 2675
<b>Superintendente:</b>	Murilo Reple Penteado Rocha
<b>E-mail:</b>	supes.sp@ibama.gov.br

### Escritório regional do IBAMA em Angra dos Reis (RJ)

<b>Endereço:</b>	Rua P, 538 - Parque das Palmeiras 23900-970 Angra dos Reis – RJ
<b>Telefone:</b>	Tel: (24) 3365-1536 ou 3365-3238
<b>Responsável:</b>	José Olímpio Augusto Morelli

### Escritório regional do IBAMA em Caraguatatuba (Litoral Norte)

<b>Endereço:</b>	Av. Rio Branco, nº 880 - Bairro Indaiá 11665-600 Caraguatatuba – SP
<b>Telefone:</b>	(12) 3883-7520 e 3883-936
<b>Responsável:</b>	Maria Cristina Cergole
<b>E-mail:</b>	caraguatatuba.sp@ibama.gov.br

### Escritório regional do IBAMA em Santos (Litoral Norte)

<b>Endereço:</b>	Av. Cel. Joaquim Montenegro, nº 297 Canal 06, Aparecida 11035-001 Santos-SP
<b>Telefone:</b>	(13) 3227-5775 Fax: (13) 3227-4649
<b>Responsável:</b>	Ingred Maria Furlan Oberg
<b>E-mail:</b>	esregsantos.sp@ibama.gov.br

### Base Avançada do IBAMA em Cabo Frio

<b>Endereço:</b>	Rua Vereador Antonio Ferreira dos Santos, 189 Bairro Braga 28908-200 Cabo Frio- RJ
<b>Telefone:</b>	(22) 2645-2351 Fax: (12) 3227-4649
<b>Responsável:</b>	Neemias Pinho
<b>E-mail:</b>	lisia.barroso@ibama.gov.br



### Divisão de Controle e Fiscalização - DICO/IBAMA no Rio de Janeiro

<b>Endereço:</b>	Praça XV de Novembro, nº 42, 4º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20010-010
<b>Telefone:</b>	(21) 3077-4316
<b>Responsável:</b>	Maria Leia Xavier

### Divisão de Controle e Fiscalização - DICO/IBAMA em São Paulo

<b>Endereço:</b>	Alameda Tietê, nº 637 Jardim Cerqueira César
<b>Telefone:</b>	(11) 3066-2633 / 2646
<b>Responsável:</b>	Luiz Antonio Gonçalves

Por meio de seus escritórios e superintendências regionais, o IBAMA tem estabelecido acordos e convênios com diversas instituições, com o objetivo de fortalecer a política de controle e conservação ambiental em toda Área de Influência.

### **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**

Em abril de 2007, foi publicada a Medida Provisória nº 366 que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia federal responsável por executar ações da política nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

A autarquia é responsável também pelas políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, além de incentivar programas de pesquisa e proteção da biodiversidade.

A Medida Provisória prevê que o Instituto Chico Mendes exerça ainda o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União. Isso, no entanto, não exclui o poder supletivo de polícia ambiental do IBAMA.

De acordo com a medida provisória, o patrimônio, pessoal e os recursos orçamentários que eram vinculados ao IBAMA, e que agora estão relacionados às finalidades da nova autarquia, serão transferidos para o Instituto Chico Mendes.

São competências do Instituto Chico Mendes:

- Executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição,

implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

- Executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;
- Fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade; e
- Exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União.

<b>Endereço:</b>	EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo, Setor Sudoeste - Brasília/DF - CEP 70670-350
<b>Telefone:</b>	(61) 3341-9101
<b>Titular:</b>	Rômulo José Fernandes Barreto Mello

<b>Presidente</b>	Rômulo José Fernandes Barreto Mello
<b>Diretoria:</b>	
<b>I. Diretora de Planejamento, Administração e Logística</b>	Silvana Canuto Medeiros
<b>II. Diretor de Unidades de Conservação de Proteção Integral</b>	Ricardo José Soavinski
<b>III. Diretor de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais</b>	Paulo Fernando Maier Souza
<b>IV. Diretor de Conservação da Biodiversidade</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira

### **II.5.3.J.2 - Âmbito Estadual**

#### **Estado do Rio de Janeiro**

##### Instituto Estadual do Ambiente - INEA

Criado pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA tem como objetivo proteger, conservar e recuperar o meio ambiente para promover o desenvolvimento sustentável. O novo instituto, instalado em 12 de janeiro de 2009, unifica e amplia a ação dos três órgãos ambientais vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente - SEA: a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente - FEEMA, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA e o Instituto Estadual de Florestas - IEF. A seguir é apresentado o endereço do INEA e de suas superintendências no estado do Rio de Janeiro.

### Instituto Estadual do Ambiente - INEA

<b>Endereço:</b>	Av. Venezuela, nº 110 - Centro, Rio de Janeiro - CEP: 20081-312.
<b>Telefone:</b>	(21) 2332-4604.
<b>Presidente:</b>	Marilene Ramos
<b>E-mail:</b>	faleconosco@inea.rj.gov.br

### Superintendência II - SUPSEP - Baía de Sepetiba

<b>Endereço:</b>	Rua Gal. Bocaiúva, 607, 1º andar - Centro, Itaguaí - CEP 23815- 310
<b>Telefone:</b>	(21) 2687-1599 / 2687-1590 / 2687-1521
<b>Superintendente:</b>	Sebastiana Cesario
<b>E-mail:</b>	supsep@inea.rj.gov.br

### Superintendência V - SUPBG - Baía de Guanabara

<b>Endereço:</b>	Avenida Feliciano Sodré nº 8 - Centro, Niterói CEP 24030-014
<b>Telefone:</b>	(21) 2717-4669 / Fax: (21) 2717-4754
<b>Superintendente:</b>	Ramon Vicente Ayres Neves
<b>E-mail:</b>	supbg@inea.rj.gov.br

## **Órgãos vinculados a Secretaria de Estado do Ambiente - SEA**

### Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA

Vinculada à SEA, a Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA é um órgão colegiado, fundado em 1975, com o objetivo de coordenar, supervisionar e controlar o uso racional do meio ambiente no Rio de Janeiro.

Cabe à CECA, entre outras atribuições, determinar a expedição de licenças ambientais e aplicar penalidades cabíveis aos infratores da legislação de controle ambiental. A CECA tem a última palavra nos casos em que órgãos ambientais e de fiscalização estaduais concedem licença ou multam ou embargam determinado empreendimento.

Essas ações ambientais têm que ser, portanto, referendadas ou não pelos integrantes da CECA. Por isso, a importância da iniciativa da SEA de ampliar e democratizar as decisões da CECA. Além de representantes de órgãos públicos, como INEA e IBAMA, foram incorporados, a partir de 2007, representantes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, da FIRJAN e do CREA/RJ.

Com a iniciativa, ficou também mais ágil e precisa a atuação da CECA. O CREA/RJ contribui para aperfeiçoar a análise de projetos que envolvam, por exemplo, conflitos de engenharia. A participação da FIRJAN é importante porque muitas das atividades que buscam a legalidade e licenciamento ambiental são industriais e, portanto, potencialmente poluidoras. Já os representantes da UERJ trouxeram para a CECA a visão acadêmica de uma universidade reconhecida por sua excelência na gestão de cursos de especialização em meio ambiente.

<b>Endereço:</b>	Avenida Graça Aranha, 182, 1º andar - Centro - Rio de Janeiro CEP 20030-001
<b>Telefone:</b>	(21) 2299-2390
<b>Presidente:</b>	Antonio Carlos Freitas de Gusmão

### Superintendência de Articulação Institucional

Vinculada a Subsecretaria de Política e Planejamento Ambiental, da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, a Superintendência de Articulação Institucional tem o papel de representação e de integração institucional: externamente, na interface com os demais órgãos públicos e com a sociedade; e internamente, como facilitadora da interlocução com os órgãos da SEA e seus vinculados (INEA).

A superintendência participa da formulação e rearticulação das políticas e do sistema estadual do ambiente e do fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, representando a SEA na Comissão Tripartite (governo federal, estado e municípios) e no Programa Nacional de Capacitação - PNC/RJ, que visa à formação dos quadros das prefeituras com vistas à descentralização da gestão ambiental. Participa também da coordenação da Conferência Estadual do Meio Ambiente.

<b>Endereço:</b>	Av. Venezuela, nº 110 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20081-312
<b>Telefone:</b>	(21) 2334-5907
<b>Superintendente:</b>	Marcus Vinícius de Seixas

### Superintendência de Instrumentos de Gestão Ambiental

A superintendência tem por finalidade aprimorar os instrumentos de gestão ambiental em todo o estado, em busca do desenvolvimento sustentável. São suas competências:

- Promover a utilização de ferramentas de gestão ambiental que conciliem desenvolvimento e qualidade ambiental;
- Promover a utilização de ferramentas inovadoras de gestão ambiental para o aprimoramento da abordagem da variável ambiental pelos processos de formulação de políticas públicas, com vistas à consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável;
- Promover a utilização de ferramentas que incorpore a dimensão ambiental de forma precursora à tomada de decisão, tendo a avaliação ambiental estratégica como instrumento privilegiado;
- Dar suporte à formulação dos objetivos de qualidade ambiental desejados para as baías de Guanabara e Sepetiba;
- Promover a disponibilização sistemática de informações básicas confiáveis sobre o meio ambiente do estado, por meio de relatórios e mapas temáticos.

Segue abaixo o endereço da Superintendência de Instrumentos de Gestão Ambiental.

<b>Endereço:</b>	Av. Venezuela, nº 110 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20081-312
<b>Telefone:</b>	(21) 2334-5897
<b>Superintendente:</b>	Eloísa Elena Torres

### Superintendência da Qualidade Ambiental

A Superintendência de Qualidade Ambiental tem por objetivo promover a execução de projetos e programas da SEA que reduzam o impacto negativo da ação do homem no meio ambiente, melhorando a qualidade de vida e a preservação dos ecossistemas.

Espelhada na estrutura do governo federal, a superintendência procura facilitar a integração entre diversos órgãos nas esferas federal, estadual e municipais, participando dos processos de gestão das ações de gerenciamento coletivo de resíduos sólidos e de segurança química e de riscos ambientais realizadas no estado do Rio de Janeiro.

Dentre suas principais iniciativas destaca-se o projeto de implantação de aterros sanitários para a destinação final de resíduos sólidos, com o objetivo de se erradicar os lixões existentes em diversos municípios. Embora existam 92 municípios no Rio de Janeiro, há apenas quatro aterros sanitários em todo o estado.

Mas além de buscar solucionar a questão da disposição adequada dos resíduos sólidos, a Superintendência de Qualidade Ambiental ajuda na implementação de ações estaduais ou municipais que visam à melhoria das condições de vida dos cidadãos e da preservação do meio ambiente.

Esse processo de atuação pressupõe a promoção de projetos, programas e outras iniciativas que reduzam o impacto negativo sobre os meios físicos (água, solo e ar), biológico (fauna e flora) e socioeconômico.

Para a realização de suas metas de trabalho, a superintendência foi dividida em três coordenações distintas: Segurança Química e Riscos Ambientais; Resíduos Sólidos; e Gerenciamento Costeiro. Dentre as ações de cada coordenação destacam-se:

#### Coordenação de Segurança Química e Riscos Ambientais:

- Implantação do Plano Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - P2R2;
- Mapeamento e controle das áreas de risco ambiental;
- Implantação do Plano Estadual de Eliminação de CFCs, conforme o Protocolo de Montreal;
- Elaboração e implantação do Plano de Gerenciamento Integrado de Sítios Contaminados.

#### Coordenação de Resíduos Sólidos:

- Elaboração do Programa Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

- Implantação de aterros sanitários como destinação final de resíduos sólidos e a remediação dos lixões existentes;
- Implementação da Política Estadual de Resíduos Sólidos;
- Incentivo à implantação de projetos e programas de coleta seletiva.

Coordenação de Gerenciamento Costeiro:

- Elaboração do Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro;
- Implantação do Sistema Estadual de Informações Costeiras;
- Fortalecimento do Projeto Orla, iniciativa do MMA e SPU;
- Implementação da Agenda Ambiental Portuária;
- Fortalecimento do Fórum de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros;
- Implementação de Plano Estadual de Contingência.

Segue o endereço da Superintendência de Qualidade Ambiental

<b>Endereço:</b>	Av. Venezuela, nº 110 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20081-312
<b>Telefone:</b>	(21) 2334-5895
<b>Superintendente:</b>	Tânia Maria Parucker Araújo Penna

***Estado de São Paulo***

Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA

Com o Decreto nº 54.653, de 6 de agosto de 2009, a Secretaria do Meio Ambiente - SMA foi reorganizada. Em sua nova estrutura procurou atender a todas as áreas possíveis vinculadas ao controle ambiental, com a instalação de departamentos e conselhos concomitantes.

Artigo 3º - A Secretaria do Meio Ambiente tem a seguinte estrutura básica:

- I. Gabinete do Secretário;
- II. Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA;

- III. Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH;
- IV. Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN;
- V. Coordenadoria de Educação Ambiental - CEA;
- VI. Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA;
- VII. Coordenadoria de Recursos Hídricos - CRHI;
- VIII. Instituto de Botânica - IBt;
- IX. Instituto Florestal - IF;
- X. Instituto Geológico - IG.

**Parágrafo único** - A Secretaria do Meio Ambiente - SMA conta, ainda, com:

- 1. as seguintes entidades vinculadas:
  - a) Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo;
  - b) Fundação Parque Zoológico de São Paulo;
  - c) Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.
- 2. Os seguintes fundos vinculados:
  - a) Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, instituído pela Lei nº 11.160, de 18 de junho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 46.842, de 19 de junho de 2002, alterado pelo Decreto nº 48.767, de 30 de junho de 2004;
  - b) Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, instituído pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 10.843, de 5 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 48.896, de 26 de agosto de 2004, alterado pelo Decreto nº 51.478, de 10 de janeiro de 2007;



- c) Fundo Estadual para a Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas  
- FEPRAC, instituído pela Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009.

Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo

<b>Endereço:</b>	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900
<b>Telefone:</b>	(11) 3133-3000
<b>Titular:</b>	Bruno Covas
<b>Email:</b>	gabinete@ambiente.sp.gov.br

**Órgãos vinculados à Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo**

CONSEMA - Conselho de Meio ambiente

Criado em 1983 por decreto do Governador Montoro e diretamente subordinado ao seu gabinete, o CONSEMA serviu de embrião para a formação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente à qual está hoje integrado.

O CONSEMA foi concebido no contexto em que a discussão social de assuntos ambientais tornou-se urgente. Problemas como a poluição de Cubatão, que em 1983 apresentava níveis assustadores, a ameaça à sobrevivência da Floresta Atlântica da Serra do Mar, o ingresso da cidade de São Paulo no *ranking* das cidades mais poluídas do mundo e o início das obras para a construção de usinas nucleares na região que, anos depois, se transformaria na Estação Ecológica da Juréia-Itatins, começavam a alarmar uma sociedade antes quase que alienada das questões ambientais. Estes problemas caracterizaram-se como os primeiros desafios enfrentados pelo Conselho, que nasceu para atender aos anseios da sociedade e para introduzir definitivamente a política ambiental no cenário político do estado.

Atribuições

As atribuições do CONSEMA são amplas. Elas vão da proposição, acompanhamento e avaliação da política ambiental, no que se refere à preservação, conservação, recuperação e defesa do meio ambiente; passando pelo estabelecimento de normas e padrões ambientais, até a apreciação de Estudos e Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente. Estas atribuições

deverão ser revistas à luz do Art. 193 da Constituição do Estado, que o transforma em órgão normativo e recursal, e no contexto da rearticulação e do redesenho que se pretende para o Sistema de Meio Ambiente, depois da Lei 9509/97 que instituiu o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental - SEAQUA. O CONSEMA é um fórum democrático de discussão dos problemas ambientais e instância catalisadora de demandas e de proposições de medidas que aprimoram a gestão ambiental do Estado. É, neste sentido, um espaço de encontro do governo com os segmentos organizados da sociedade.

### Estrutura e Funcionamento

É formada por dois órgãos permanentes, o Plenário e as Câmaras Técnicas; e um temporário, as Comissões Especiais. Cabe às Comissões Especiais preparar as matérias, sobretudo normas, diretrizes, propostas de resolução etc., a ser apreciadas pelo Plenário ou, em seu nome, acompanhar determinadas atividades ligadas à área de meio ambiente. Às Câmaras Técnicas cabe discutir a viabilidade ambiental de empreendimentos sujeitos a elaboração de EIAs/RIMAs e aprová-los ou reprová-los, em nome do Plenário, a não ser que este evoque para si sua apreciação. O Plenário se reúne, pelo menos, uma vez por mês, e as Câmaras Técnicas e as Comissões Especiais, tantas vezes quantas forem necessárias. As reuniões do Plenário e as das Câmaras Técnicas são abertas ao público, assim como as Audiências Públicas.

### Composição

O Conselho é paritário, compõe-se de trinta e seis (36) membros, sendo metade de seus representantes oriunda de órgãos do Estado e metade, da sociedade civil. O mandato é de dois (2) anos.

Dentre os dezoito (18) conselheiros oriundos da sociedade civil, seis (6) são representantes das ONGs ambientalistas cadastradas na Secretaria Executiva do Conselho. Anualmente, essas entidades se reúnem em assembléia e elegem os seis (6) titulares e os seis (6) suplentes para representá-las. O mesmo acontece com as entidades sindicais dos trabalhadores urbanos cadastrados no CONSEMA, que elegem um representante titular e um suplente entre os seus pares. Seu presidente é sempre o Secretário do Meio Ambiente.

<b>Endereço:</b>	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900
<b>Telefone:</b>	(11)3133-3632 / Fax (12)3133-3621
<b>Titular:</b>	Bruno Covas
<b>E-mail:</b>	consema.sp@ ambiente.sp.gov.br

### Coordenadoria de Educação Ambiental

A Coordenadoria de Educação Ambiental é responsável pela implementação da educação ambiental no âmbito da SEA. A Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) segue a diretriz de incorporar a educação ambiental nos processos de gestão, permeando o conjunto de ações e projetos da SMA. São atribuições da CEA:

- Incorporar a educação ambiental às atividades que a Secretaria desenvolve;
- Desenvolver e apoiar o desenvolvimento de estudos, pesquisas e metodologias de educação ambiental;
- Produzir material didático e informativo; reunir, tratar e disseminar o conhecimento acumulado nessa área;
- Promover a capacitação dos recursos humanos;
- Monitorar e avaliar práticas de educação ambiental;
- Difundir programas e campanhas educativas de temas relacionados ao meio ambiente;
- Propor ações de educação ambiental que promovam mudanças de valores, de práticas e de atitudes individuais e coletivas, para difundir e consolidar as idéias de qualidade ambiental, participação pública e cidadania.

<b>Endereço:</b>	Rua Anete de Queiroz Lacerda, 80 Jardim Bonfiglioli-SP CEP 05591-060
<b>E-mail:</b>	cea@ambiente.sp.gov.br
<b>Titular:</b>	Silvana Augusto

### Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA

A estrutura da Coordenadoria de Planejamento Ambiental divide-se em dois Departamentos, o Departamento de Planejamento Ambiental, subdividido no Centro de Políticas Públicas, Centro de Zoneamento Ambiental e Centro de Projetos; e o Departamento de Informações Ambientais, composto pelo Centro de Diagnósticos Ambientais e pelo Centro de Integração e Gerenciamento de Informações. Além da Assistência Técnica e do Núcleo Administrativo. Estes são responsáveis pelas atribuições destinadas a CPLA que são:

- Planejar o zoneamento de áreas sob proteção especial ou de interesse ambiental estratégico;
- Propor e estabelecer formas de cooperação com outros órgãos e entidades, públicos e privados, visando à promoção, recuperação e conservação de qualidade ambiental;
- Promover ações para a compatibilização entre o planejamento ambiental e o planejamento dos demais setores públicos, visando ao desenvolvimento sustentável;
- Elaborar o planejamento ambiental estratégico do uso de recursos ambientais, de modo a promover à integração do desenvolvimento econômico e social com a proteção ambiental, garantida a participação da sociedade;
- Acompanhar a implantação dos planos regionais de desenvolvimento, possibilitando a incorporação das metas de prevenção, proteção e recuperação das condições ambientais;
- Consolidar e disponibilizar informações ambientais, objetivando o apoio à tomada de decisão para a gestão ambiental;
- Exercer, no âmbito de sua área de atuação, o previsto no Decreto nº 48.896, de 26 de agosto de 2004, que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO e em seu artigo 8º, dispõe sobre as atribuições dos agentes técnicos.

É importante ressaltar a participação do Núcleo Administrativo na concretização destas atribuições, pois cabe a este planejar, gerenciar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento e finanças, material e patrimônio, licitação e contratos, transporte, comunicações administrativas e outras de apoio administrativo, no âmbito da CPLA.

<b>Endereço:</b>	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900
<b>Telefone:</b>	Telefone: (11) 3133-3636 / 3133-4144
<b>Titular:</b>	Nerea Massini
<b>E-mail:</b>	planejamentoambiental@sp.gov.br

### Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN

A Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais tem as seguintes atribuições:

- Planejar, coordenar, executar e controlar planos, programas, projetos e ações relacionados à fiscalização, à proteção e à recuperação dos recursos naturais, bem como ao uso sustentável e à conservação da biodiversidade;
- Apoiar, técnica e administrativamente, as unidades de policiamento florestal e de mananciais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, incumbidas, nos termos do parágrafo único do artigo 195 da Constituição Estadual, da prevenção e repressão das infrações cometidas contra o meio ambiente.

<b>Endereço:</b>	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900
<b>Contato:</b>	(11) 3133-3000
<b>Titular:</b>	Carlos Eduardo Beduschi

### Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB

A CETESB dispõe de 54 agências ambientais, agrupadas em onze escritórios regionais distribuídos estrategicamente pelo Estado. Todas as unidades regionais, agências e a sede estão interligadas, permitindo um acompanhamento permanente das atividades de controle exercidas em todo o Estado. Em seu horizonte de atuação, a CETESB define como objetivos:

- Viabilizar o atendimento aos padrões de qualidade ambiental no Estado, em conformidade com a legislação vigente;
- Organizar e colocar à disposição da sociedade dados e informações sobre a qualidade ambiental e as fontes de poluição no Estado;
- Desenvolver indicadores e monitorar o desempenho nas diversas áreas de interesse ambiental;
- Estabelecer e desenvolver parcerias e convênios de cooperação técnica, científica e financeira com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para atualização do conhecimento científico e tecnológico.

Para alcançar esses objetivos, a CETESB mantém as seguintes atividades, em caráter permanente:

- Licenciamento e fiscalização de fontes fixas;
- Fiscalização de fontes móveis;
- Monitoramento da qualidade do ar, das águas superficiais interiores, das águas subterrâneas e da balneabilidade das praias, inclusive as interiores.

Estas são atribuições que a legislação lhe confia, permitindo desenvolver uma política de controle, corretiva e preventiva da qualidade ambiental, envolvendo planejamento para que as ações técnicas se traduzam em resultados efetivos, educação ambiental para a sensibilização da comunidade, transformando-a em aliado, e pesquisas para que as tecnologias sejam sempre as mais atualizadas.

<b>Endereço:</b>	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900
<b>Telefone:</b>	(11) 3133-3000 / Fax (11) 3133-3402
<b>Titular:</b>	Otávio Okano

### Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

De acordo com seu *site*, a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, tem por objetivo contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de proteção e produção do estado de São Paulo.

Com esse fim, apóia, promove e executa ações integradas voltadas para a conservação ambiental, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, a recuperação de áreas degradadas e o reflorestamento de locais ambientalmente vulneráveis realizando parcerias com órgãos governamentais e instituições da sociedade civil.

Também é responsável pela comercialização de produtos extraídos de florestas plantadas em áreas pertencentes ou de posse pelo patrimônio do estado.

Além destas, a Fundação Florestal tornou-se responsável pela gestão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável conforme apontado pela legislação:

- Decreto nº 51.150, de 03 de outubro de 2006 que dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, no âmbito do Estado de São Paulo, e institui o Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural e dá providências correlatas;
- Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006 que instituiu o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR;
- Decreto nº 53.525, de 08 de outubro de 2008, que cria a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte e a Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião;
- Decreto nº 53.527, de 08 de outubro de 2008, que cria a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul e a Área de Relevante Interesse Ecológico de Guará;
- Decreto nº 54.079, de 04 de março de 2009, que alterou o Decreto nº 51.453/2006 - SIEFLOR;
- Decreto nº 51.246, de 06 de novembro de 2006 que estabelece procedimentos para a instituição de Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE no Estado de São Paulo e dá providências correlatas;

- Decreto nº 53.027, de 26 de maio de 2008 que reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente, sendo que em seu artigo nº 157 acrescenta Áreas de Proteção Ambiental ao Anexo I, artigo 5º do Decreto nº 51.453/2006;
- Decreto nº 53.526, de 08 de outubro de 2008, que cria a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro;
- Decreto nº 53.528, de 08 de outubro de 2008, que cria o Mosaico das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista.

<b>Endereço:</b>	Rua do Horto, 931, São Paulo/SP
<b>Telefone:</b>	Telefones: (11) 2997-5000 / 2997-5011 / 2997-5016
<b>Titular:</b>	Fernando Gomez Carmona
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:fflorestal@fflorestal.sp.gov.br">fflorestal@fflorestal.sp.gov.br</a>

### Instituto de Botânica

O Instituto de Botânica tem as suas origens no Departamento de Botânica do Estado criado pelo Decreto nº 9.715 de 9/11/1938 e subordinado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, pelo Decreto nº 12.499, de 07/01/1942. Em 1987, sem alterações, foi transferido para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Além de sua sede, Reserva Biológica e Jardim Botânico, situados dentro do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, bairro da Água Funda, na capital do Estado de São Paulo, o Instituto de Botânica possui duas outras Unidades de Conservação, representando os biomas principais do Estado: Mata Atlântica (Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba) e Cerrado (Reserva Biológica e Estação Experimental de Moji Guaçu).

A missão institucional do Instituto de Botânica é o desenvolvimento de pesquisas botânicas visando subsidiar a política ambiental do Estado de São Paulo, objetivando entre outras: realização de estudos botânicos nos aspectos de levantamento florístico, sistemática, fisiologia, bioquímica, morfologia, anatomia, ecologia e utilização, com ênfase na área do estado de São Paulo. O Instituto realiza ainda, pesquisas sobre a flora em áreas de vegetação nativa, sujeitas a impactos ambientais ou degradadas, com vistas à preservação, recuperação e utilização racional dos recursos vegetais.



<b>Endereço:</b>	Av. Miguel Stefano, 3687, Água Funda São Paulo/SP
<b>Telefone:</b>	(11) 5067-6000 fax:5073-3678
<b>Titular:</b>	Dra. Vera Lúcia Ramos Bononi

### Instituto Geológico

O Instituto Geológico - IG, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo desde 1986, é uma instituição de pesquisa originária da *Comissão Geographica e Geológica* da Província de São Paulo, criada em 1886, destinada a planejar e executar pesquisas para subsidiar a ocupação do território paulista, representando o esforço mais antigo da pesquisa científica no estado de São Paulo.

Tem como missão principal a realização de pesquisas científicas em geociências e meio ambiente, através do desenvolvimento dos programas institucionais: Geotécnica e Meio Ambiente, Levantamentos Geológicos, Levantamentos Paleontológicos, Recursos Hídricos Subterrâneos e Meio Ambiente, Recursos Minerais e Meio Ambiente, Climatologia e Meio Ambiente e Geomorfologia do Estado de São Paulo.

O IG, em consonância com os órgãos de coordenação do Sistema de Meio Ambiente do Estado, atua principalmente nos seguintes temas/áreas: Água Subterrânea, Recursos Minerais, Desastres Naturais, Poluição Ambiental, Zoneamento Territorial, Gestão de Unidades de Conservação, Levantamentos Básicos em Geociências, Sistemas Gerenciadores de Informação e Educação Ambiental.

A atuação da pesquisa científica ocorre, nos diversos níveis e instrumentos da gestão ambiental, tais como: participação na definição da política ambiental, planejamento e gerência ambiental, zoneamentos ecológico-econômicos, planos diretores, planos de manejo de unidades de conservação, planos de bacias hidrográficas, licenciamentos ambientais, instrumentos de avaliação de impactos ambientais, regulamentações, legislação, laudos e pareceres.

<b>Endereço:</b>	Av. Miguel Stefano nº 3900, São Paulo/SP CEP 04301-903
<b>Telefones:</b>	(11) 5073-5511 Ramal 2078
<b>Titular:</b>	Dr. Ricardo Vedovello
<b>E-mail:</b>	igeologico@igeologico.sp.gov.br

## **Âmbito Municipal**

Os municípios incluídos na Área de Influência possuem organismos de política, controle e fiscalização ambiental. A gestão ambiental dos municípios, em sua maioria, está a cargo das respectivas secretarias municipais de meio ambiente, com definição de atribuições e estratégias na lei orgânica municipal, conforme apresentadas no item **II.5.3.B - Grupos de Interesse** do presente estudo.

Em grande parte dos municípios da Área de Influência observa-se a atuação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CMMA), cuja função é opinar e assessorar o poder executivo municipal – a Prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões relativas ao meio ambiente. O CMMA deve ser instituído por meio de lei elaborada e aprovada pela Câmara de Vereadores do município. Entre suas principais atribuições deve constar:

- Propor a política ambiental do município e fiscalizar o seu cumprimento;
- Analisar licenças ambientais para atividades potencialmente poluidoras em âmbito municipal;
- Promover a educação ambiental;
- Propor a criação de normas legais, bem como a adequação e regulamentação de leis, padrões e normas municipais, estaduais e federais;
- Opinar sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que tenham impactos sobre o município;
- Receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental, sugerindo à Prefeitura as providências cabíveis.

Cabe a cada município estabelecer as competências do seu conselho de acordo com a realidade local.

Para que o Conselho Municipal de Meio Ambiente cumpra com suas atribuições de maneira satisfatória é necessário que ele seja representativo. Portanto, de acordo com o Ministério de Meio Ambiente, é aconselhável que tenha uma composição paritária, ou seja, que considere, em igualdade numérica, representantes do poder público e da sociedade civil organizada, garantindo a participação dos vários segmentos da população.

Podem fazer parte do CMMA representantes de:

- Secretarias municipais de saúde, educação, meio ambiente, obras, planejamento e outras cujas ações interfiram no meio ambiente,
- Câmara de Vereadores,
- Sindicatos,
- Entidades ambientalistas,
- Grupos de produtores,
- Instituições de defesa do consumidor,
- Associações de bairros,
- Grupos de mulheres, de jovens e de pessoas da terceira idade,
- Entidades de classe (arquitetos, engenheiros, advogados, professores etc.),
- Entidades representativas do empresariado,
- Instituições de pesquisa e de extensão,
- Movimentos sociais e de minorias que sejam importantes para o município.

### ***Estado do Rio de Janeiro***

#### ***Município do Rio de Janeiro***

O Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro - CONSEMAC, criado pela Lei nº 2.390 de 01/12/1995, é um órgão deliberativo, normativo e fiscalizador, integrante do sistema municipal de gestão ambiental.

Os órgãos da Administração Municipal, em suas deliberações, devem atender às diretrizes gerais determinadas pelo CONSEMAC, o qual possui representação paritária de membros do Poder Executivo e da sociedade civil, todos nomeados pelo Prefeito.

Cabe ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão deliberativo de representação paritária do Poder Público e da sociedade civil, assegurada a participação de um membro da Procuradoria-Geral do Município, resguardadas outras atribuições estabelecidas em lei, definir, acompanhar, fiscalizar, promover e avaliar políticas, ações, projetos e programas referentes às questões relativas ao meio ambiente.

<b>Endereço:</b>	Rua Afonso Cavalcanti, 455 – sala 1201 Cidade Nova CEP 20.211-110
<b>Telefones:</b>	(21) 2503-2283
<b>Titular:</b>	Carlos Alberto Muniz
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:smac_consemac@pcrj.rj.gov.br">smac_consemac@pcrj.rj.gov.br</a>

### Niterói

Criado pela lei nº 1.640/98 e regulamentado pelo decreto nº 7.888/98, o COMAN - Conselho Municipal do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Niterói - é um órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo, normativo, fiscalizador e de assessoramento do Sistema Municipal de Meio Ambiente – SIMMAN. Apesar de criado e regulamentado desde 1998, somente em março de 2009 os membros do conselho foram definidos.

O COMAN foi criado com objetivo de atender à necessidade do município assumir as suas responsabilidades na gestão do meio ambiente e para contribuir para a descentralização das questões ambientais no estado do Rio de Janeiro. Compete ao COMAN:

- Formular as diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos;
- Estabelecer as normas e padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e dos recursos hídricos municipais, observadas as legislações federal e estadual;
- Opinar, previamente, sobre os planos e programas anuais e plurianuais de trabalho da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- Decidir, em segunda instância administrativa, sobre concessão de licenças e aplicação de penalidades;

- Deliberar sobre a procedência de impugnação, sob a dimensão ambiental, relativa a iniciativas de projetos do poder público ou de entidades por ele mantidas, destinadas à implantação no município;
- Responder a consultas sobre matéria de sua competência.

<b>Endereço:</b>	Rua Almirante Teffé, 632 - Sobreloja, Centro - Niterói - Cep: 24.030-085
<b>Telefones:</b>	(21) 2613-2283 - Fax: (21) 2622-7631
<b>Titular:</b>	José Antônio Toro Fernandez
<b>E-mail:</b>	ambiente@niteroi.rj.gov.br

### Itaguaí

Em 26/11/09 foi aprovado o Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, que criou o Conselho Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca de Itaguaí - COMAAP. Por se tratar de um projeto de Lei recente em relação ao presente momento, não estão oficialmente determinadas ou disponíveis informações como as atribuições, titular e meios de contato.

### Maricá

O município de Maricá pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente instituiu, em 2009, o Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental - FMPCA, pela Lei nº 2.292, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de ações que, pela gestão racional e sustentável dos recursos naturais do município, colaborem para que os munícipes, das presentes e futuras gerações, tenham adequada qualidade de vida através do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental - FMPCA também possui como objetivo dar suporte financeiro a programas de desenvolvimento sustentável e de Projetos de Recuperação Ambiental, diretamente vinculado à Secretaria Municipal do Ambiente e Urbanismo, com duração indeterminada.

O artigo 332 da lei orgânica do município de Maricá cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, que é regulamentado pelo Decreto nº 003 de 14 de janeiro de 2011. O conselho possui composição paritária, com participação dos poderes

executivo e legislativo, da comunidade científica, associações civis e especialistas nas questões relacionadas ao meio ambiente.

### Mangaratiba

Em 1991, foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, a qual iniciou seu trabalho com o cadastramento dos agropecuaristas e pescadores, prestando extensão rural e pesqueira, implantando projetos de maricultura, apicultura, piscicultura, fruticultura e horticultura nas áreas de assentamentos rurais e colônias de pescadores artesanais, estruturando o setor de fiscalização ambiental, incentivando as práticas da economia doméstica junto às populações de baixa renda, implantando o Horto Florestal Municipal. Segundo informações encontradas no site da prefeitura e no Viva Terra, a secretaria ficou estagnada até 2004, quando, a partir do intercâmbio com o órgão estadual, voltou a ocupar seus espaços de controle e fiscalização.

Em 2010, a secretaria empreendeu ações junto à extração clandestina de palmito e frente aos empreendimentos de grande porte instalados em seu território, contando, para isso, com o apoio do batalhão florestal. Embora não possua um Conselho de Meio Ambiente próprio, o município de Mangaratiba está em processo de implantação de um conselho voltado para agricultura e pesca ([http://www.vivaterra.org.br/historia\\_mangaratiba.htm](http://www.vivaterra.org.br/historia_mangaratiba.htm)).

### Angra dos Reis

Buscando reconhecer a necessidade de promover a participação política direta dos cidadãos como condição indispensável ao processo de ampliação da cidadania, assim como a implantação da política urbana prevista no Plano Diretor Municipal, foi criado em 1992 o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. A implantação do Conselho significou um marco na história das lutas pelo uso e ocupação do solo em Angra. Sua contribuição tem sido decisiva não só no processo de desenvolvimento urbano do Município através da apreciação de projetos de médio e grande porte, onde os impactos gerados são hoje avaliados conforme os interesses da coletividade, mas, sobretudo no processo de

discussão, acompanhamento e fiscalização da aplicação do Plano Diretor, além da regulamentação e alterações propostas na legislação urbanística.

O CMUMA - Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – consolidou-se como um organismo cuja legitimidade política lhe tem garantido a sustentação necessária para apreciar e deliberar assuntos de interesse do Município.

Conforme disposto no Plano Diretor, o CMUMA é formado por 21 (vinte e um) membros titulares, sendo:

- 06 (seis) da administração municipal e
- 15 (quinze) da sociedade civil organizada, e seus respectivos suplentes com mandato de dois anos .

O regimento interno permite a realização das reuniões em qualquer quorum em face de presença das deliberações de competência do Conselho, o que predispõe a participação de seus membros.

Reunindo-se uma vez por mês, o Conselho pode ser convocado extraordinariamente se assim a situação exigir. As reuniões são abertas ao público e tem a participação efetiva das entidades que representam as localidades onde serão implantados os empreendimentos . É um momento de avaliação, quando o empreendedor e sociedade civil organizada, sem prejuízo de um parecer técnico com base na legislação vigente, discutem os possíveis impactos causados pela implantação dos projetos. O empreendedor expõe suas idéias e a comunidade suas preocupações.

Enquanto órgão representativo da população angrense, o Conselho vem:

- influenciando no processo de crescimento da cidade,
- fiscalizando e orientando a aplicação da política urbana. Neste sentido, as aprovações de empreendimentos de médio e grande porte e as propostas de lei de regulamentação ou revisão do Plano Diretor, por mobilizarem o interesse de todo o Município, têm sido os grandes temas de discussão do Conselho.

CEA, no dia 6 de Janeiro de 2002, foi inaugurado em Angra dos Reis o Centro de Estudos Ambientais, resultado de convênio firmado entre a Eletronuclear e a Prefeitura de Angra no ano 2000. O CEA foi projetado para ser:

- a principal referência da região nos estudos e no desenvolvimento de projetos para a preservação ambiental na Costa Verde,
- disponibilizando informações não só para a área acadêmica mas, também, para estudantes, turistas e a população em geral.

O CEA abriga:

- um auditório multiuso com capacidade para 130 pessoas,
- biblioteca especializada e
- duas áreas para exposição de trabalhos científicos e pedagógicos.

### Paraty

COMDEMA, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município de Paraty/RJ.

O Município de Paraty, tombado como Monumento Nacional, onde se encontra inserido no seu território o Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Apa Cairuçu, além de outras áreas de preservação permanente. Com objetivo de utilização racional e sustentação dos recursos naturais e, em particular, pela integridade do patrimônio ecológico, genético, paisagístico, histórico, arquitetônico, cultural e arqueológico, em benefício das gerações atuais e futuras foi instituído pela Lei Orgânica do Município de Paraty de 05 de abril de 1990 o Conselho Municipal de defesa do Meio Ambiente.

Atendendo ao disposto no Artigo 11º do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paraty (Lei Complementar nº034/2007), que dispõe, dentre outros assuntos, sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, tendo sido o projeto aprovado como Lei Complementar nº014/2011.



O órgão colegiado, denominado Conselho da Cidade, possui caráter:

- consultivo,
- normativo e
- deliberativo,

O Conselho da Cidade tem por finalidade avaliar e propor diretrizes para a formulação e implementação da política municipal de desenvolvimento urbano, de forma integrada ao desenvolvimento regional, à participação social e integração das políticas setoriais de:

- planejamento,
- ordenamento territorial e
- gestão do solo urbano;
- habitação;
- saneamento ambiental;
- mobilidade e transporte urbano; em consonância com a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, e as deliberações das Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais.

## ***Estado de São Paulo***

### ***Ilhabela***

O município de Ilhabela conta com o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Criado pela lei 699, de 1997, o CMMA, integrante do Sistema Nacional e Estadual do Meio Ambiente, tem o objetivo de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Como órgão consultivo e deliberativo no âmbito de sua competência, suas atribuições são:

- Propor diretrizes para a Política Municipal do Meio Ambiente;
- Propor o mapeamento das áreas críticas e a identificação de onde se encontram obras ou atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;

- Estudar, definir e propor normas técnicas e legais e procedimentos visando a proteção ambiental do Município;
- Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do Município;
- Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente, sempre que for necessário;
- Promover e colaborar em campanhas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;
- Identificar e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais ocorridas no Município e sugerir sugestões;
- Convocar as audiências públicas, nos termos da legislação;
- Propor a recuperação dos rios e da vegetação ciliar;
- Exigir, para a exploração dos recursos ambientais, prévia autorização mediante análise de risco e estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA);
- Decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente;
- Implementar, no âmbito municipal, a agenda 21.

<b>Endereço:</b>	Rua Prefeito Mariano Procópio de Araújo Carvalho, nº128, Perequê
<b>Telefones:</b>	(18) 3896-9219
<b>Titular:</b>	Rogério Ribeiro de Sá
<b>E-mail:</b>	meioambiente@ilhabela.sp.gov.br

### Ubatuba

Criado pela Lei 3.258 de 2009, o Conselho Municipal de Meio Ambiente do município de Ubatuba tem como objetivos específicos principais:

- Propor diretrizes, avaliar e acompanhar a implementação da Política Municipal de Meio Ambiente;
- Colaborar nos estudos e na elaboração do planejamento, dos planos e programas de desenvolvimento municipal, e em projetos de lei sobre

parcelamento do solo, uso e ocupação do solo, plano diretor, ampliação da área urbana;

- Propor normas técnicas e legais e padrões de qualidade ambiental;
- Estimular e acompanhar o inventário dos bens que deverão constituir patrimônio ambiental - natural, étnico e cultural- do município;
- Promover e colaborar no mapeamento das áreas críticas e na identificação de onde se encontram obras, empreendimentos ou atividades que utilizem recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;
- Propor e acompanhar a recuperação de áreas degradadas do município.

<b>Endereço:</b>	Rua Paraná, 257 Centro- Casa dos Conselhos de Ubatuba
<b>Telefones:</b>	(12) 3833-4400
<b>Titular:</b>	Juan Antonio Moreno

### Caraguatatuba

A Lei municipal nº 907, de 21 de junho de 2001 criou o Conselho Municipal de Meio Ambiente no município de Caraguatatuba. O Conselho objetiva auxiliar o Poder Executivo nas questões referentes ao desenvolvimento urbano e ao meio ambiente e possui as seguintes atribuições:

- Propor diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente;
- Colaborar nos estudos e elaboração dos planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, mediante recomendações referentes à preservação, proteção e recuperação do meio ambiente urbano e cultural;
- Participar na elaboração do Plano Diretor, Planos Municipais de Desenvolvimento, comitês, comissões, grupos de trabalho, regionais ou locais e de programas e projetos deles decorrentes;
- Participar e opinar na criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanístico ambiental, turístico, cultural e de utilização pública;

- Participar na discussão de projetos de impacto urbano e ambiental, bem como examinar a atuação das entidades municipais gestoras de serviços públicos e equipamentos urbanos comunitários;
- Participar e colaborar na criação de um sistema de administração de qualidade ambiental e de proteção;
- Manter intercâmbio com as entidades oficiais de pesquisa, bem como universidades ligadas à defesa do meio ambiente;
- Estimular a realização de atividades educacionais e a participação da comunidade no processo de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental;
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisa e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;
- Elaborar, fazer cumprir seu regimento interno e alterá-lo quando necessário.

<b>Endereço:</b>	Av. Frei Pacifico Wagner, 945 - Centro - CEP 11660-280
<b>Titular:</b>	Maria Inez Moura Fazzini Biondi

### São Sebastião

A Lei Municipal nº 1.860 de 2007 institui o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano no município de São Sebastião (COMDURB), que tem por objetivo assessorar o poder executivo nas questões referentes ao desenvolvimento urbano e do meio ambiente. Entre as suas atribuições citam-se:

- Propor diretrizes para a política municipal de desenvolvimento urbano e meio ambiente;
- Colaborar nos estudos e elaboração dos planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, mediante recomendações referentes à preservação, proteção e recuperação do meio ambiente urbano e cultural;
- Participar da elaboração do Plano Diretor e Planos Municipais de desenvolvimento e dos programas e projetos dele decorrentes;

- Participar e opinar na criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanístico, ambiental, turístico, cultural e de utilização pública;
- Participar da discussão de projetos de impacto urbano e ambiental, bem como examinar as atuações das entidades municipais gestoras de serviços públicos e equipamentos urbanos e comunitários.

<b>Endereço:</b>	Rua Antonio Januário do Nascimento, 213 – Centro São Sebastião – SP
<b>Telefones:</b>	(12) 3892-6000/ 2797/ 3663/ 1526 – ramal 222
<b>Titular:</b>	Fernando Parodi
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:condurb@yahoo.com.br">condurb@yahoo.com.br</a>

### Bertioga

O Conselho Comunitário de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) foi criado pela Lei Municipal nº115 de 1994 e está vinculado à Secretaria de Planejamento e Obras. Suas principais atribuições são:

- Contribuir na formulação da política ambiental e de desenvolvimento científico e tecnológico do Município, à luz dos princípios estabelecidos no Código Ambiental, por meio de diretrizes, recomendações e proposituras de planos, programas e projetos;
- Propor a atualização da Política do Meio Ambiente para o Município, inclusive o plano de ação ambiental do Órgão Municipal de Meio Ambiente e acompanhar sua execução;
- Aprovar as normas, critérios, parâmetros, padrões e índices de qualidade ambiental, bem como métodos para o uso dos recursos ambientais do município, observadas as legislações estadual e federal;
- Conhecer sobre os processos de licenciamento ambiental do Município estabelecendo, se entender conveniente, exigências e recomendações;
- Apreciar, quando encaminhado pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente ou formalmente solicitado por um de seus membros, Termo de Referência e Estudos Prévios de Impacto Ambiental que vierem a ser apresentados no processo de licenciamento;

- Analisar a proposta de projeto de lei de relevância ambiental de iniciativa do Poder Executivo, antes de ser submetida à deliberação da Câmara Municipal;

<b>Endereço:</b>	Rua Luis Pereira de Campos, 1.117- Vila Itapanhaú, Bertioga- SP
<b>Telefones:</b>	(13) 3317-5813
<b>Titular:</b>	Rogério Leite

### Guarujá

A Lei Municipal 1.218 de 1975 criou o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), órgão encarregado do zelar e traçar diretrizes sobre o equilíbrio ecológico da área municipal. O conselho determina as providências necessárias para a proteção do meio ambiente, do controle e combate à poluição.

Foi feito contato telefônico com a Secretaria do Meio Ambiente de Guarujá solicitando detalhes sobre a lei que cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, porém, não foram transmitidas as principais atribuições do Conselho.

<b>Endereço:</b>	Av Manoel da Cruz Michael, 798 - Jd S Manoel - Guarujá - SP
<b>Telefones:</b>	(13) 3341-6145
<b>Titular:</b>	Helio Lopes dos Santos

### Cubatão

Segundo informações obtidas através de contato telefônico com a Secretaria de Meio Ambiente de Cubatão, o Conselho de Meio Ambiente do município foi dissolvido e encontra-se em fase de reestruturação.

### Santos

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, criado pela Lei n<sup>o</sup> 1.660 de 1998 é órgão autônomo e deliberativo no âmbito de sua competência, devendo zelar pela preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, em todo o território do Município de Santos.

Entre suas principais atribuições estão:

- Integração da política municipal de meio ambiente com as políticas do meio ambiente em nível nacional e estadual;
- Compatibilização entre gestão ambiental e demais políticas setoriais do Município;
- Estimulo ao fortalecimento da gestão municipal no gerenciamento dos recursos hídricos de saneamento ambiental, dentro de uma visão metropolitana;
- Propor diretrizes para a política municipal de meio ambiente, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, através de recomendações e proposições de planos, programas e projetos;
- Analisar e deliberar sobre Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

<b>Endereço:</b>	Pça dos Expedicionários, nº 10 5º andar, Gonzaga - CEP 11065-500
<b>Telefones:</b>	(13) 3226-8080
<b>Titular:</b>	<b>Reynaldo Young Ribeiro</b>
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:comdema-semam@santos.sp.gov.br">comdema-semam@santos.sp.gov.br</a>

### São Vicente

A Lei 16.532 de 1984 cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente CONDEMA de caráter consultivo, normativo e de deliberação coletiva, que terá como finalidade assessorar a Prefeitura Municipal em questões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate à poluição ambiental.

Algumas das finalidades do Conselho são:

- Colaborar nos planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, através de recomendações referentes à proteção do meio ambiente no município;
- Estudar, definir e propor normas e procedimentos à proteção ambiental;

- Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção da flora, da fauna e dos recursos naturais do município;
- Propor a política municipal para a formação do aperfeiçoamento de pessoal especializado em proteção ambiental;
- Fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa do meio ambiente;
- Promover palestras, estudos e pesquisas sobre a importância de defesa do meio ambiente, bem como da conservação e preservação do patrimônio natural;
- Manter estudos permanentes sobre a proteção do meio ambiente.

<b>Endereço:</b>	Rua José Bonifácio, 404, São Vicente- SP
<b>Telefones:</b>	(13) 3569-2256
<b>Titular:</b>	Enio Manuel Bonfante
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:comdemasv@yahoo.com.br">comdemasv@yahoo.com.br</a>

### Praia Grande

O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Praia Grande foi instituído pela lei nº 882 de 1994 e recebeu novo tratamento através da lei nº 1.108 de 2000. O CONDEMA é um órgão autônomo e deliberativo em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, em todo o território do Município de Praia Grande.

São atribuições do conselho:

- Colaborar na formulação da política municipal de proteção ao meio ambiente, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, através de recomendação e proposição de planos, programas e projetos;
- Colaborar na elaboração de planos, programas e projetos intersetoriais, regionais, locais e específicos de desenvolvimento do Município;
- Apreciar e pronunciar-se sobre Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) no âmbito do Município da Estância Balneária de Praia Grande;



- Propor diretrizes para conservação dos recursos ambientais do Município;
- Propor normas, padrões e procedimentos visando à proteção ambiental e ao desenvolvimento do Município;
- Sugerir ou opinar sobre projetos de lei e decretos referentes à proteção ambiental no Município, notadamente àqueles relativos ao zoneamento e planejamento ambientais;
- Propor a definição e implantação de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;
- Propor a execução de atividades com vistas à educação ambiental e neles colaborar;
- Propor e promover campanhas de sensibilização quanto aos problemas ambientais;
- Manter intercâmbio com entidades, oficiais e privadas, de pesquisa e demais atividades voltadas à defesa do meio ambiente;
- Diligenciar no sentido de apurar possíveis ações degradadoras, adotando as providências necessárias, sempre que cientificado;
- Elaborar seu regimento interno.

<b>Endereço:</b>	Avenida Presidente Costa e Silva, 794 4º andar Praia Grande- SP
<b>Telefones:</b>	(13) 3496-5630
<b>Titular:</b>	Raquel Chini

### Mongaguá

A Lei 2.306 de 2009 reorganiza o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), criado pela Lei nº 1218, de 13 de Julho de 1989. O CONDEMA possui caráter consultivo, deliberativo e de assessoramento do poder público Municipal nas questões referentes ao equilíbrio e desenvolvimento ambiental. Tem a finalidade precípua de contribuir para a implementação da Política ambiental no território municipal, sendo vinculado à Diretoria Municipal de Meio Ambiente.

Entre suas principais atribuições estão:

- Estabelecer diretrizes para a formulação da Política Municipal de Meio Ambiente;
- Propor ao poder público competente a elaboração de normas relativas ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, de acordo com a legislação pertinente, supletivamente ao Estado e à União;
- Analisar e deliberar sobre qualquer matéria concernente às questões ambientais, formulando recomendações ao Poder Público Municipal, bem como, responder às consultas formuladas pelo executivo municipal;
- Propor, bem como, analisar e deliberar sobre as propostas do Poder Público quanto à criação de áreas ambientais protegidas, especialmente de Unidades de Conservação da Natureza no âmbito municipal, nos termos da legislação vigente;
- Opinar sobre o recolhimento, seleção, armazenamento, tratamento e eliminação do lixo doméstico, industrial, hospitalar, de embalagens de fertilizantes e de agrotóxicos no Município, bem como a destinação final dos efluentes em mananciais;
- Apreciar e pronunciar-se sobre Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) no âmbito do Município de Mongaguá, bem como sobre licenças ambientais para atividades e empreendimentos considerados de pequeno potencial de impacto ambiental, nos termos da legislação pertinente;
- Realizar ação fiscalizadora no tocante à observação da legislação ambiental municipal, analisando e relatando sobre possíveis casos de degradação e poluição ambientais que ocorram dentro do território Municipal, diligenciando no sentido de sua apuração e sugerindo ao Poder Público Municipal a adoção de medidas que entender necessárias.

<b>Endereço:</b>	Rua Padre Anchieta, 675, Centro Mongaguá
<b>Telefones:</b>	(13) 9712-5618
<b>Titular:</b>	Sérgio Vicente Domênico

### Itanhaém

Foi feito contato telefônico com a Secretaria de Meio ambiente do município de Itanhaém tendo em vista a obtenção de informações sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, no entanto, não houve resposta sobre o detalhamento da lei, titular e endereço.

### Peruíbe

A lei 1.238 de 1989 cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Peruíbe, órgão local, integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente. O CONDEMA vincula-se à política de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente. Entre as principais atribuições estão:

- Estabelecer diretrizes para a política Municipal de Meio Ambiente;
- Colaborar nos planos e programas de expansão e desenvolvimento Municipal, mediante recomendações referentes à proteção do Meio Ambiente no Município;
- Estudar, definir, propor normas e procedimentos visando à proteção ambiental do Município, como colaboração à sua administração;
- Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção à flora, fauna e recursos naturais;
- Opinar e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa do Meio Ambiente, aos órgãos públicos, à indústria, comércio, agropecuária e à comunidade;
- Colaborar em campanhas educacionais relativas a problemas de saneamento básico, poluição das águas, do ar e do solo, combate a vetores, proteção da fauna e flora;
- Promover e colaborar na execução de Programa de Educação Ambiental a ser ministrado obrigatoriamente em toda rede de ensino Municipal;
- Manter intercâmbio com entidades oficiais e privadas de pesquisa e atividades ligadas à defesa do Meio Ambiente;

- Conhecer e prever possíveis casos de poluição que ocorram ou possam ocorrer no Município, diligenciando no sentido de sua apuração, e sugerir ao Prefeito Municipal providências que julgar necessárias.

<b>Endereço:</b>	Rua Nilo Soares Ferreira, 37 - Centro - Peruibe - SP
<b>Telefones:</b>	(13) 3451-3000
<b>Titular:</b>	Marcelo José Gonçalves

### **II.5.3.K - Instrumentos de Gestão Ambiental**

A Zona Costeira dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e em especial na Área de Influência, é marcada por algumas características comuns como: áreas com intensa urbanização, atividades portuárias, indústrias relevantes e exploração turística em larga e escala em ambientes naturais, além de conflitos de uso entre os novos empreendimentos e as populações tradicionais (pescadores artesanais).

Este quadro demanda ações de caráter normativo, preventivo, corretivo, de controle e fiscalização atuando de forma intensa na gestão ambiental, objetivando a mediação entre as divergências relativas entre os espaços e recursos comuns e de controle dos possíveis impactos sobre o ambiente marinho, decorrente de poluição e contaminação por diferentes tipos e fontes.

As faixas litorâneas da Área de Influência apresentam, ainda, diversidade na densidade de ocupação e ocorrência de ecossistemas com relevante grau de preservação ambiental, como dunas, manguezais, sistemas lagunares e estuários, que vem sendo alvo de acelerado processo de ocupação, demandando ações preventivas.

Dada a fragilidade dos ambientes e a complexidade de sua gestão, existe uma preocupação relacionada à capacitação e mobilização dos diversos níveis envolvidos, tendo como objetivo intervenções integradas das políticas públicas incidentes na região. Assim sendo, este item busca descrever os instrumentos de gestão ambiental nas diferentes esferas direcionadas à gestão ambiental da Área de Influência.

### **II.5.3.K.1 - Âmbito Federal**

No âmbito federal, a estratégia, a política e os planos nacionais referentes à gestão integrada da zona costeira e marinha e a proteção desses ambientes são implementados sob supervisão do Ministério do Meio Ambiente - MMA, por intermédio do Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho, no âmbito da Diretoria de Proteção e Melhoria da Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos - SQA.

#### **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC**

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC foi promulgado pela Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, e tem sido implementado pelo Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - GERCO, que tem como objetivo preponderante *“planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na Zona Costeira, de forma a garantir sua utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e ecossistemas costeiros”*, onde a Área de Influência da atividade está inclusa.

A operacionalização deste objetivo pressupõe o desenvolvimento de uma estratégia de sistematização da informação, com conhecimento da realidade e planejamento, levando a ações de execução baseadas no envolvimento e na integração intersetorial das ações públicas e entre governo e sociedade.

Nesta estrutura de funcionamento o Ministério do Meio Ambiente atua como coordenador e os estados litorâneos como executores, os quais buscam integrar suas ações com os municípios. A Coordenação Nacional insere-se no âmbito da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos - SQA, que possui como atribuição a proposição de políticas e normas, a definição de estratégias e a implementação de programas e projetos nos temas relacionados, respectivamente, com o ordenamento territorial e a gestão integrada dos ambientes costeiro e marinho.

O PNGC foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro - GI-GERCO, fórum de integração das ações federais voltadas a zona costeira, que funciona no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, sob a coordenação do MMA, que conta com a participação de setores federais, de representantes dos estados, municípios e das organizações não-governamentais de regiões costeiras representadas no CONAMA.

O trabalho intersetorial é reforçado, pela Câmara Técnica Permanente do Gerenciamento Costeiro, no âmbito do CONAMA.

Ações do Ministério do Meio Ambiente:

- Macro diagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União (1:2.500.000, 1:1.000.000, 1:250.000);
- Plano de Ação Federal para a Zona Costeira;
- Agenda Ambiental Portuária;
- Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro - Banco de Dados da Coordenação Nacional;
- Publicações e eventos destinados a capacitação das equipes estaduais;
- Os impactos da Política Industrial sobre a Zona Costeira;
- Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu Impacto na Região Costeira;
- Avaliação das Normas Legais Aplicáveis ao Gerenciamento Costeiro;
- Caracterização dos Ativos Ambientais em Áreas Selecionadas da Zona Costeira Brasileira;
- Roteiro de Análise Econômica para o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro;
- Perfil dos Estados Litorâneos do Brasil: Subsídios a Implantação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (incluem arquivos “zipados” em *Corel Draw*, contendo os mapas dos correspondentes setores costeiros);

- Manual do Projeto Orla - Fundamentos para Gestão Integrada;
- Manual do Projeto Orla - Manual da Gestão;
- Manual do Projeto Orla - Subsídios para um Projeto de Gestão;
- Planos de Intervenção do Projeto Orla.

Além dos instrumentos de gerenciamento ambientais previstos no artigo 9º da Lei nº 6.938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, são considerados para o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, os seguintes instrumentos de gestão:

- Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, legalmente estabelecido, que deve explicitar os desdobramentos do PNGC, visando à implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, incluindo a definição das responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução;
- Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC, legalmente estabelecido, que deve explicitar os desdobramentos do PNGC e do PEGC, visando à implementação da Política Municipal de Gerenciamento Costeiro. O PMGC deve guardar estreita relação com os planos de uso e ocupação territorial e outros pertinentes ao planejamento municipal;
- Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO, integrante do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA), possibilita a interação de informações do PNGC, proveniente de banco de dados, sistema de informações geográficas e sensoriamento remoto, devendo propiciar suporte aos subsistemas gerenciados pelos estados e municípios;
- Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira - SMA-ZC apresenta uma estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade socioambiental da Zona Costeira e propiciar o suporte permanente dos Planos de Gestão;

- Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira - RQA-ZC que consiste no procedimento de consolidação periódica dos resultados produzidos pelo monitoramento ambiental e, sobretudo, de avaliação da eficiência e eficácia das medidas e ações da gestão desenvolvidas. Esse Relatório deve ser elaborado, periodicamente, pela Coordenação Nacional de Gerenciamento Costeiro, a partir dos Relatórios desenvolvidos pelas Coordenações Estaduais;
- Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC que é definido como sendo o instrumento balizador do processo de ordenamento territorial necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da Zona Costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional;
- Plano de Gestão da Zona Costeira - PGZC que compreende a formulação de um conjunto de ações estratégicas e programáticas, articuladas e localizadas, elaboradas com a participação da sociedade, que visam orientar a execução do Gerenciamento Costeiro. Esse plano poderá ser aplicado nos diferentes níveis de governo e em variadas escaladas de atuação.

As atribuições do PNGC estão partilhadas em nível Federal, Estadual e Municipal e discriminam-se: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA, em função de sua área de competência; como órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, coordenará a implementação do PNGC, e terá ainda as seguintes atribuições:

- Acompanhar e avaliar permanentemente a implementação do PNGC, observando a compatibilização dos Planos Estaduais e Municipais com o PNGC e as demais normas federais, sem prejuízo da competência dos outros órgãos;
- Promover a articulação intersetorial e inter institucional;
- Promover o fortalecimento institucional, mediante ao apoio técnico, financeiro e metodológico;



- Propor normas gerais, referentes ao controle e manutenção de qualidade do ambiente costeiro;
- Promover a consolidação do Sistema de informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO;
- Estabelecer procedimentos para ampla divulgação do PNGC;
- Estruturar, implementar e acompanhar os Programas de Monitoramento.

### Controle e Ordenamento nas Áreas de sua Competência

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, de acordo com sua área de competência e como órgão executor federal das políticas e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, tem as seguintes atribuições:

- Executar a parte federal de controle e manutenção da qualidade do ambiente costeiro, em estrita consonância com as normas estabelecidas pelo CONAMA;
- Apoiar e participar da consolidação do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIDERCO; articulando-se com o MMA e os demais órgãos integrantes do SISNAMA nas ações necessárias a sua plena operacionalização;
- Executar e acompanhar os Programas de Monitoramento, Controle e Ordenamento;
- Propor ações e projetos para inclusão no Plano de Ação Federal;
- Executar ações visando à manutenção e a valorização das atividades econômicas sustentáveis nas comunidades tradicionais da Zona Costeira;
- Executar as ações do PNGC segundo as diretrizes definidas pelo MMA;
- Elaborar Planos Operativos Anuais referentes às atividades de sua competência, de forma compatível com as prioridades definidas no Plano de Ação Federal;

- Subsidiar informações e resultados obtidos na execução do PNGC, com vistas ao Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira;
- Colaborar na compatibilização das ações do PNGC com as políticas públicas que incidem na Zona Costeira;
- Proceder ao licenciamento ambiental dos empreendimentos ou atividades de repercussão regional ou nacional incidentes na Zona Costeira, em observância às normas vigentes.

### ***Atribuições Estaduais***

Os estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, planejarão e executarão suas atividades de Gerenciamento Costeiro em articulação intergovernamental, com os municípios e com a sociedade. São atribuições dos estados:

- Designar o Coordenador do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro;
- Elaborar, implementar, executar e acompanhar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, obedecidas as normas legais federais e o PNGC;
- Estruturar e consolidar o sistema estadual de informação do Gerenciamento Costeiro;
- Estruturar, implementar, executar e acompanhar os programas de monitoramento, cujas informações devem ser consolidadas periodicamente em Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira Estadual;
- Promover a articulação intersetorial e interinstitucional no nível estadual, na sua área de competência;
- Promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no Gerenciamento Costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico;
- Elaborar e promover a ampla divulgação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do PNGC;
- Promover a estruturação de colegiado estadual.

### ***Atribuições Municipais***

Os municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, planejarão e executarão suas atividades de Gerenciamento Costeiro em articulação intergovernamental e com a sociedade, possuindo as seguintes atribuições:

- Elaborar, implementar, executar e acompanhar o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, observadas as diretrizes do PNGC e do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro;
- Estruturar o sistema municipal de informações do Gerenciamento Costeiro;
- Estruturar, implementar e executar os programas de monitoramento;
- Promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no gerenciamento costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico;
- Promover a estruturação de colegiado municipal.

### ***Plano Nacional de Recursos Hídricos***

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), estabelecido pela Lei nº 9.433/97, é um dos instrumentos que orienta a gestão dos recursos hídricos no Brasil, relacionado à Política Nacional de Recursos Hídricos e ao Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

O PNRH estabelece diretrizes que buscam permitir a evolução da gestão das águas no contexto das bacias hidrográficas e em áreas especiais de planejamento, com a finalidade da difusão do uso racional e sustentável dos recursos.

Os objetivos específicos do PNRH são assegurar: a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e quantidade; a redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos; e a percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante.

## ***Plano de Ação Federal para a Zona Costeira - PAF***

O primeiro PAF foi editado em 1998, estruturado com quatro programas e 32 linhas de ação, das quais 12 delas eram de competência do MMA. A meta do PAF era promover as articulações das atividades e ações na zona costeira, mas havia uma lacuna jurídica a ser preenchida, pois até então não havia uma regulamentação da Lei nº 7.661/88. Assim, com base nos programas do PAF, foi elaborado pelo GI/GERCO o texto do Decreto Federal nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004, que será mencionado a seguir.

O segundo PAF, editado em 2005, relata avanços na implementação de algumas metas previstas no plano anterior, em especial no que diz respeito às Agendas Ambientais Portuárias e ao Projeto Orla. Em relação ao zoneamento ambiental, o relatório deixa claro que não houve avanços significativos. Entre as parcerias institucionais que foram estabelecidas no âmbito do PAF, destacam-se a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, o IBAMA e a Marinha do Brasil, os quais, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, foram responsáveis pelo conjunto dos programas.

Por outro lado, o Governo Federal foca o zoneamento no País e institucionaliza o processo em todo o território nacional, através do Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, fornecendo, assim, as bases legais necessárias ao Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil - ZEE-Brasil.

No âmbito federal, o Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004, estabeleceu os limites, princípios, objetivos, instrumentos e competências para a gestão, bem como as regras de uso e ocupação da zona costeira, especialmente da orla marítima.

### **Projeto ORLA**

O Projeto de Gestão Integrada para a Orla Marítima - Projeto Orla é uma iniciativa do Governo Federal, desenvolvida a partir de uma proposição do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro - GIGERCO da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM e tem como coordenadores a

Secretaria de Mudanças Climáticas e de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SMCQ/MMA e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento - SPU/MP.

O Projeto Orla vem sendo implementado desde 2001, inicialmente em caráter experimental e, posteriormente, nos municípios participantes do Programa Nacional de Meio Ambiente II - PNMA II. Até o presente momento o Projeto foi implementado em mais de 63 municípios, em quatorze estados. Dentro de seu escopo de trabalho, o principal objetivo do Projeto Orla é a busca por compatibilizar as políticas ambientais e patrimoniais do Governo Federal no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União. Assim, foi proposto, inicialmente, estabelecer uma nova normatização no uso e gestão dos terrenos e dos acrescidos de marinha, que consolidasse uma orientação cooperativa e harmônica entre as ações e as políticas de governo praticadas na orla marítima.

O Projeto Orla é orientado pelo conceito de planejamento governamental que preconiza a gestão compartilhada entre as três esferas de governo e busca, em sua concepção, a efetivação de parcerias intergovernamentais e com a sociedade civil organizada, com objetivo de estabelecer uma atuação articulada nos vários setores da administração pública.

Dada sua natureza e os seus objetivos, o Projeto Orla pressupõe o município, ou seja, o Poder Executivo Local, como o principal agente no processo de gestão da orla marítima, tendo este nível de governo o papel de definidor e executor das ações locais.

Cabe aos municípios:

- Formular proposta de adesão ao Projeto;
- Elaborar agenda de atividades;
- Organizar e listar documentos técnicos, cartográficos, base legal e logística;
- Elaborar o Plano de Gestão Integrada da Orla;

- Convocar audiências públicas para legitimação do Plano de Gestão Integrada, da composição do Comitê Gestor da Orla, dos projetos e das ações;
- Criar o Comitê Gestor da Orla;
- Propor a celebração de convênios junto à SPU e outras instituições;
- Coordenar a execução das ações propostas no Plano de Gestão integrado.

Desde sua implantação, o Projeto Orla concluiu 58 Planos de Gestão e capacitou 510 gestores. As novas parcerias do Orla, que totalizam 26 convênios já assinados, foram formalizadas com prefeituras dos estados do Amapá, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

#### Estado do Rio de Janeiro

No estado do Rio de Janeiro, o Projeto Orla atendeu aos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty e Cabo Frio, integrantes da Área de Influência. A primeira etapa da implementação do projeto abrangeu dezesseis municípios selecionados no Rio de Janeiro. Para o desenvolvimento dos trabalhos, os municípios capacitados foram reunidos em quatro grupos:

- **Grupo 1:** Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema;
- **Grupo 2:** Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras;
- **Grupo 3:** Campos dos Goytacases, Carapebus, Macaé e Quissamã;
- **Grupo 4:** Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty.

Nesta etapa, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM participou como a instituição responsável pelo repasse da metodologia do projeto para os municípios, orientando a elaboração de seus respectivos Planos de Intervenção na Orla Marítima.

### Estado de São Paulo

O Projeto Orla no estado de São Paulo, na região do Litoral Norte, viabilizou o fomento a projetos locais/regionais como o Projeto “Agenda 21 Litoral Norte de São Paulo e a implementação de ações no âmbito da Agenda 21 em Ilhabela por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

### **II.5.3.K.2 - Âmbito Estadual**

#### ***Ações de Implantação do Gerenciamento Costeiro***

### Estado do Rio de Janeiro

O Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE é o instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial, envolvendo estudos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza. Esses estudos servem como subsídio para negociações democráticas entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

A Lei Estadual nº 5.067, aprovada em 09 de julho de 2007, regulamentou o Zoneamento Ecológico-econômico do estado do Rio de Janeiro e conferiu competência à Secretaria de Estado do Ambiente para coordenação da elaboração e implementação do projeto, em conjunto com as Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e Secretaria de Estado de Obras.

A referida Lei estabeleceu que o Zoneamento Ecológico-econômico deveria contemplar as dez regiões hidrográficas do estado e determinou critérios para a implantação da atividade de silvicultura econômica no estado do Rio de Janeiro. Recentemente, a Lei nº 5.067 foi regulamentada sob a forma do Decreto nº41.968, de 29 de julho de 2009, no que tange às atividades de silvicultura consideradas de pequeno e médio porte, condicionando a regulamentação de atividades consideradas de grande impacto às indicações apresentadas pelo Zoneamento e a elaboração de EIA/RIMA.

O quadro ambiental da costa do estado do Rio de Janeiro apresenta enorme complexidade. Corresponde a uma faixa de 600km de extensão por aproximadamente 40km de largura, composta por 34 municípios, com características peculiares no que diz respeito aos interesses de preservação, ao potencial turístico e de desenvolvimento urbano e às pressões da especulação imobiliária, de atividades industriais e portuárias de porte.

Nessa região, caracterizada por uma grande variedade de ecossistemas frágeis e relevantes, concentram-se atividades econômicas diversas, muitas delas conflitantes com a sustentabilidade do meio ambiente que as abriga.

**Quadro II.5.3-98 - Setores do gerenciamento costeiro no Estado do Rio de Janeiro.**

Setor Costeiro	Municípios
Setor 1 - Litoral Sul	Parati, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Queimados, Japeri.
Setor 2 - Litoral da Baía de Guanabara	Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, B. Roxo, S. J. de Meriti, Nilópolis, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, São Gonçalo, Itaboraí, Niterói e Maricá.
Setor 3 - Litoral da Região dos Lagos	Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, S. Pedro d'Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras.
Setor 4 - Litoral Norte - Fluminense	Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana.
Total	34 municípios

Fonte: <http://www.ief.rj.gov.br/fma/gerenciamento-costeiro.asp>

Contraopondo-se a este quadro (**Quadro II.5.3-99**), nessa região se concentra mais de 10,5 milhões de habitantes (80% da população fluminense), com uma densidade demográfica de 585hab/km<sup>2</sup>, uma das maiores dentro dos estados costeiros da Federação.

**Quadro II.5.3-99 - Principais indicadores da Costa Fluminense.**

Indicador	Valor	Observação
Linha de Costa	850 km	-
Perímetro das Ilhas	650 km	365 ilhas
Lagoas Costeiras	34	Médio e Grande Porte
Baías	3	Guanabara, Sepetiba e Ilha Grande
Área da Zona Costeira	19.000 km <sup>2</sup>	42% do Estado
Número de municípios	33	10 criados na última década
População	11 milhões	85% do Estado
Densidade populacional	600 hab/km <sup>2</sup>	Segunda maior densidade do país
Participação no PIB do Estado	85%	PIB do Estado (1997) a Custos de Fatores - 102,3 Bilhões
Número de Indústrias	3.200	Considerando as indústrias com mais de 20 empregados
Produção de Petróleo	70%	Em relação a produção nacional
Grandes Portos	2	Mais um projetado para o Litoral Norte
Usinas Nucleares	2	Angra III encontra-se em construção

Fonte: <http://www.ief.rj.gov.br/fma/gerenciamento-costeiro.asp>



Inicialmente, com o apoio financeiro da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM e, posteriormente, do Ministério do Meio Ambiente - MMA, foram obtidos vários avanços, dos quais dois envolvem municípios integrantes da Área de Influência: a elaboração de Planos Diretores de Unidades de Conservação, em áreas costeiras, com destaque para a APA de Maricá e a elaboração do Macro-Plano de Gestão da Bacia da Baía de Sepetiba.

Os demais estão vinculados às ações previstas no plano como:

- Fortalecimento da infraestrutura operacional para gerenciamento costeiro;
- Treinamento e capacitação de pessoal na área de gestão costeira;
- Elaboração de uma proposta de Plano de Monitoramento da Zona Costeira;
- Elaboração de uma proposta de Plano de Gestão para a Zona Costeira;
- Elaboração do Macrozoneamento do Litoral Norte (parcial);
- Implantação do Sistema de Informações para o Gerenciamento Costeiro - SIGERCO;
- Fortalecimento dos arcabouços institucional e legal;
- Mapeamento de áreas frágeis a serem protegidas, em apoio ao Plano de Contingência (derramamento de óleo) da Baía de Guanabara;
- Estudos biológicos das áreas de restinga do estado, etc.

A expectativa é a de que o Plano de Gestão da Zona Costeira venha a desempenhar um importante papel, fazendo a ponte entre as diferentes esferas de governo, possibilitando, assim, a necessária integração das diversas ações institucionais existentes no estado. Assim, espera-se pela consolidação das ações de gerenciamento costeiro nesse nível, além de possibilitar sua extensão aos diversos municípios litorâneos.

Algumas atividades foram desenvolvidas pelo órgão estadual:

- Apoio à regulamentação da Lei nº 7.661, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em suporte ao Ministério do Meio Ambiente;

- Participação em grupo de trabalho para implementação de projeto piloto de controle de água de lastro no Porto de Sepetiba;
- Apoio na implementação do Projeto Orla, que visa ao ordenamento desta fração da zona costeira, envolvendo o aperfeiçoamento do arcabouço normativo e a integração dos diversos atores na gestão integrada da orla;
- Apoio na implementação da Agenda Ambiental Portuária que visa ao fortalecimento da capacidade dos portos brasileiros para o controle ambiental;
- Apoio à estruturação do Programa de Proteção do Ambiente Marinho no Atlântico Sudoeste, vinculado ao Programa de Ação Global de Proteção do Ambiente Marinho frente às Atividades Baseadas em Terra, coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização das Nações Unidas - PNUMA/ONU;
- Plano de Gestão Costeira da Baía de Guanabara, desenvolvido no âmbito do convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Terra de Preservação Ambiental – ITPA. A supervisão do Plano ficará sob responsabilidade do INEA, tendo como principal objetivo fortalecer os instrumentos e procedimentos de gestão na região, integrando em sua estrutura os diversos segmentos sociais que direta ou indiretamente se relacionam com a Baía de Guanabara;
- Apoio permanente ao processo de Gestão Ambiental envolvendo a sistematização de informações sobre aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da zona costeira, perícias e avaliações ambientais, o planejamento de unidades de conservação, o apoio aos municípios no ordenamento do solo, dentre outros.

No estado do Rio de Janeiro, a Lei estabeleceu os seguintes instrumentos de gerenciamento costeiro:

- **Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro:** Integração, sob o ponto de vista metodológico e cartográfico, dos diversos instrumentos de ordenamento do uso do solo existentes.

- **Planos de Gestão da Zona Costeira:** Proposição do Plano de Gestão da Zona Costeira do Estado integrando as diversas ações setoriais que incidem sobre a zona costeira.
- **Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro:** Continuidade ao processo de implantação da base de dados e integração com outros bancos de dados.
- **Monitoramento da Qualidade Ambiental:** Modernização e ampliação da rede de monitoramento da qualidade ambiental, sobretudo no que se refere aos aspectos faunísticos, florísticos e socioeconômicos. Incorporação da tecnologia de sensoriamento remoto no processo de acompanhamento das interferências antrópicas sobre o meio ambiente.
- **Plano Estadual de Gestão Costeira:** Proposição de Projeto de Lei integrando os instrumentos legais existentes e definindo o modelo institucional para gerenciamento da costa.
- **Plano Municipal de Gestão Costeira:** Programa de Apoio à Gestão Ambiental nos Municípios.

### ***Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI)***

Os Planos Estaduais de Recursos Hídricos são instrumentos de gerenciamento implementados nos diversos estados do país, a partir de leis estaduais específicas que instituíram os sistemas de gerenciamento de recursos hídricos e os comitês de bacias hidrográficas. Esses Planos são fundamentados nos planos de bacias hidrográficas e apresentam diretrizes para as ações, programas e políticas públicas dos Estados no campo dos recursos hídricos.

A Lei Estadual nº 3.239/1999 institui a Política Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, que tem como um dos seus instrumentos o PERHI. Nesta Lei há uma seção específica apresentando as principais diretrizes para elaboração do PERHI. O Decreto Estadual nº 32.862/2003, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, determina que compete a este Conselho estabelecer diretrizes para a elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica e do PERHI, bem como aprovar e acompanhar a execução deste, determinando as providências necessárias ao cumprimento de suas metas

### Estado de São Paulo

O instrumento Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, a princípio, implantado no Estado de São Paulo na Zona Costeira, objeto do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, está em vigor desde 1998. O ZEE do setor Litoral Norte foi regulamentado em 2004 e a proposta para o setor Baixada Santista encontra-se em fase de finalização.

No estado de São Paulo, o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, instituído pela Lei Estadual nº 10.019/98, tem como finalidade promover a conservação dos ecossistemas costeiros e a melhoria da qualidade ambiental na Zona Costeira, a qual foi elevada à categoria de Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988. O Plano contempla a identificação das unidades territoriais que devem ser objeto de disciplina especial (arts. 9º e 10) a ser estabelecida em decreto (art. 13), bem como a elaboração de Planos de Ação e Gestão (art. 14), a serem aprovados por decreto.

A implementação do Plano prevê a utilização do conjunto de instrumentos de gestão ambiental e territorial propostos pela Política Nacional do Meio Ambiente e parte do fato de que o litoral paulista conta com três dos cinco patrimônios naturais consagrados na Carta Maior: a Serra do Mar, a Mata Atlântica e a Zona Costeira.

Para efeito de estruturação do Plano Estadual do Gerenciamento Costeiro, fundamentado no artigo 5º da Lei nº 7.661/88, a Zona Costeira Paulista foi dividida em quatro grandes áreas de planejamento: Litoral Norte; Baixada Santista; Complexo Estuarino Lagunar de Iguape e Cananéia; Vale do Ribeira (**Quadro II.5.3-100**).

**Quadro II.5.3-100 - Setores do gerenciamento costeiro do estado de São Paulo.**

Setor Costeiro	Municípios
Litoral Norte	Ilhabela; São Sebastião; Ubatuba; Caraguatatuba
Baixada Santista	Bertioga; Cubatão; Guarujá; Itanhaém; Monganguá; Peruíbe; Santos; São Vicente; Praia Grande
Complexo estuarino lagunar de Iguape e cananéia	Cananéia; Iguape; Ilha Comprida
Vale da Ribeira	Apiaí; Barra do Chapéu; Barra do Turvo; Cajati; Eldorado; Iporanga; Itaoca; Itapirapuã Paulista; Itariri; Jacupiranga; Juquiá; Jujutiba; Miracatu; Parquera-Açu; Pedro de Toledo; Registro; Ribeira; São Lourenço da Serra; Sete Barras e Tapiraí
Total	36 municípios

Fonte: Lei Federal nº 7.661/88.

São Paulo foi um dos primeiros Estados a instituir um Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, através da Lei 7.663/91, elabora seu Plano Estadual quadrienalmente, através do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O Plano vigente é do quadriênio 2008-2011, de acordo com a deliberação nº74/2007 do CRH.

**II.5.3.K.3 - Âmbito Municipal****Plano Diretor**

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população. De acordo com a lei 10.252/2001, é obrigatória a elaboração do Plano Diretor por municípios com mais de 20.000 habitantes.

O Estatuto da Cidade prevê que o Plano Diretor é um dos instrumentos de organização da cidade, cabendo a ele definir o conteúdo da função social da cidade e da propriedade urbana, de forma a garantir o acesso a terra urbanizada e regularizada, o direito à moradia, ao saneamento básico, aos serviços urbanos a todos os cidadãos e implementar uma gestão democrática e participativa. (Estatuto das Cidades)

Dentre os 21 municípios componentes da Área de Influência, 8 estão com seus Planos Diretores em elaboração ou em processo de revisão, conforme **Quadro II.5.3-101:**

**Quadro II.5.3-101 - Situação dos Planos Diretores de cada município.**

Municípios	Situação
Rio de Janeiro	Revisado em 2011
Niterói	Modificado em 2004
Maricá	Instituído em 2006
Itaguaí	Revisado em 2007
Angra dos Reis	Revisado em 2006
Paraty	Em processo de Revisão
Mangaratiba	Instituído em 2006
Ilhabela	Instituído em 2006
Ubatuba	Instituído em 2006
Caraguatatuba	Instituído em 2011
São Sebastião	Revisão em fase Final
Bertioga	Revisão em andamento
Guarujá	Instituído em 1992
Cubatão	Revisão em andamento
Santos	Revisão em andamento
São Vicente	Instituído em 1999
Praia Grande	Revisão em andamento
Mongaguá	Instituído em 2006
Itanhaém	Revisão em andamento
Peruíbe	Instituído em 2007
Cabo Frio	Em elaboração

Fonte: Pesquisa em sites das prefeituras de cada município em outubro de 2011.

**Planos de Manejo de Unidades de Conservação**

As Unidades de Conservação (UCs) integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC dividem-se em dois grupos, com as seguintes categorias de manejo (**Quadro II.5.3-102**).

**Quadro II.5.3-102 - Grupos e categorias de manejo.**

Grupos	Categorias de Manejo
<b>Unidades de Proteção Integral</b>	Estação Ecológica
	Reserva Biológica (REBIO)
	Parque Nacional (PARNA)
	Parque Estadual (PE)
	Parque Natural Municipal
	Monumento Natural
	Refúgio de Vida Silvestre
<b>Unidades de Uso Sustentável</b>	Área de Proteção Ambiental (APA)
	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
	Floresta Nacional
	Floresta Estadual
	Floresta Municipal
	Reserva Extrativista (RESEX)
	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Fonte: Lei nº 9.885/2000 (SNUC)

O manejo de uma Unidade de Conservação implica em elaborar e compreender o conjunto de ações necessárias para a gestão e uso sustentável dos recursos naturais em qualquer atividade no interior e em áreas do entorno dela, de modo a conciliar, de maneira adequada e em espaços apropriados, os diferentes tipos de usos com a conservação da biodiversidade.

A Lei Nº 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, define o Plano de Manejo como um documento técnico que estabelece o zoneamento da UC, bem como as normas que devem definir o uso da área e o manejo dos seus recursos naturais. O Plano de Manejo deve incluir a área da Unidade de Conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, assim como medidas para promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Dentre as atribuições do Plano de Manejo estão: levar a Unidade de Conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação; definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da Unidade de Conservação; promover o manejo da Unidade de Conservação, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado; reconhecer a valorização e o respeito à

diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social; estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da Unidade de Conservação, da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos (ICMBio, 2001).

Conforme já apresentado no item XX – Unidades de Conservação, existem 123 UCs inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), dentro da Área de Influência considerada no presente estudo. Das 123 UCs identificadas somente nove unidades possuem Plano de Manejo.

### **Agenda 21**

A Agenda 21 Local é um instrumento de planejamento de políticas públicas envolvendo a sociedade civil e o governo em um processo amplo e participativo de desenvolvimento de soluções sustentáveis para os problemas ambientais, sociais e econômicos locais. As ações da Agenda 21 deverão envolver todos os setores da comunidade e focalizar resultados em longo prazo.

Alguns dos principais desafios da Agenda 21 Local é a implantação de um planejamento voltado para a ação compartilhada e na descentralização e incorporação de uma visão multidisciplinar em todas as etapas do processo.

O item **II.5.A- Planos e Programas**, aborda com mais detalhes as questões referentes à Agenda 21, bem como os municípios que já estabeleceram esse instrumento.

### **II.5.3.L - Principais Recursos Naturais Utilizados e sua Importância no Contexto Socioeconômico**

A importância estratégica da zona costeira brasileira pode ser evidenciada sob vários aspectos. Possui cerca de 8.500 km de extensão e largura variável abrangendo 395 municípios em 17 estados. Abriga um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, destacando-se: manguezais, restingas, dunas, praias, ilhas, costões rochosos, baías, brejos, falésias, estuários, recifes de corais e outros ambientes importantes do ponto de vista ecológico, todos apresentando uma riqueza em espécies e enorme biodiversidade (PEREZ *et al.*, 2007).



A faixa costeira dos municípios da Área de Influência apresenta elevado valor ecológico e a qualidade de seus recursos naturais é de extrema relevância no âmbito socioeconômico, tendo em vista que as atividades turísticas e pesqueiras praticadas são importantes fontes de renda e emprego para grande parte da população (**Figura II.5.3-174** e **Figura II.5.3-175**).



**Figura II.5.3-174** - Embarcações turísticas na Ilhabela - SP

Fonte: [http://www.baixaki.com.br/imagens/wpapers/BXK1392\\_IlhabelaJabaquara800.jpg](http://www.baixaki.com.br/imagens/wpapers/BXK1392_IlhabelaJabaquara800.jpg)



**Figura II.5.3-175** - Fluxo de turistas em Mangaratiba – RJ.

Fonte: [costaverdenoticias.zip.net/imagens/cais](http://costaverdenoticias.zip.net/imagens/cais)

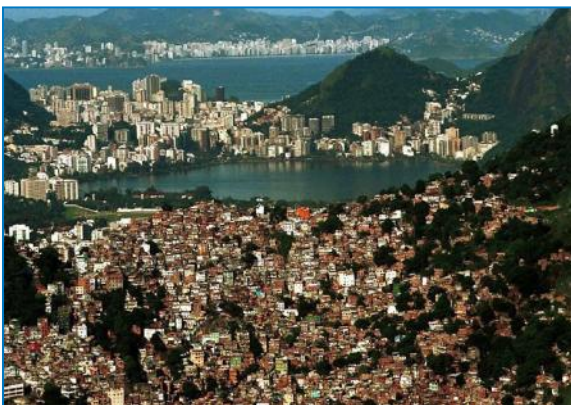
A atividade pesqueira é desenvolvida na grande maioria dos municípios da Área de Influência, constituindo-se numa atividade que depende da qualidade dos recursos naturais. A preservação de costões rochosos, manguezais e estuários, dentre outros ecossistemas litorâneos, são fundamentais para a manutenção do paisagismo local e da manutenção dos estoques de muitas espécies de valor comercial. Nessa faixa litorânea, grande parte das unidades ou feições geográficas encontra-se protegida por lei, como é o caso das áreas de preservação permanente, parques estaduais e municipais, envolvendo praias, falésias, ilhas, cavernas, restingas, mata atlântica, manguezais, recursos hídricos superficiais e seu entorno.

Essa variedade de ecossistemas, caracterizados pela abundância de recursos naturais renováveis, são responsáveis não só pela sobrevivência de populações humanas, como também pela reprodução de diferentes espécies de animais e pela conservação da vegetação nativa. São estes recursos que, ao longo da história, têm sido apropriados a partir das atividades de pesca, lazer e

recreação, além de desmatamentos para o desenvolvimento de atividades agropecuárias e implantação de loteamentos. O desenvolvimento do turismo, nem sempre em conformidade com a capacidade de suporte dos ambientes naturais, tem contribuído para a destruição dos ecossistemas costeiros e para a sua descaracterização paisagística, com a edificação de hotéis, habitações de veraneio e condomínios de luxo (SMA/CPLEA, 2005).

O forte desenvolvimento das atividades econômicas estimulou a utilização de espaços florestais. Nas últimas décadas, a forma desordenada e intensa da ocupação do solo na região analisada promoveu o aparecimento de inúmeros problemas ambientais considerados críticos, como a deficiência de sistemas de esgotamento sanitário, a disposição inadequada de resíduos sólidos, a degradação de áreas de preservação, a redução da cobertura arbórea, os vetores, a favelização e subhabitação (**Figura II.5.3-176**), os refúgios de flora e fauna ameaçados, a poluição e assoreamento de corpos hídricos, a poluição do ar e a poluição das praias.

A ampliação do processo produtivo, do desenvolvimento do turismo, da especulação imobiliária e do aumento da densidade demográfica, submete a zona costeira brasileira a conflitos de uso e pressões econômicas. Com o processo de industrialização e a consolidação do aspecto urbano-industrial no país, houve uma concentração de setores industriais nas zonas portuárias (**Figura II.5.3-177**), necessitados de insumos externos e de meios de exportação de seus produtos.



**Figura II.5.3-176** - Vista aérea da Rocinha  
– RJ



**Figura II.5.3-177** - Complexo portuário  
industrial – RJ

Fonte: [oglobo.globo.com/rio/mat/2007/10/21/311032337.asp](http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/10/21/311032337.asp)

Fonte: [newscomex.com.br/adm/fotos/noticia\\_16186.jpg](http://newscomex.com.br/adm/fotos/noticia_16186.jpg)

É importante ressaltar que mais da metade da população brasileira vive a uma distância aproximada de 60 km do mar, e 20% na zona costeira, correspondendo a um contingente aproximado de 42 milhões de habitantes, em uma área de 388.000 km<sup>2</sup>, onde se localizam importantes setores do parque industrial brasileiro (SMA/CPLEA, 2005).

Conforme justificado no **item II.4 Área de Influência**, os dezenove municípios pertencentes à Área de Influência do estudo foram agrupados por microrregiões administrativas devido às compatibilidades socioeconômicas. O município de Cabo Frio não será descrito, uma vez que se insere na AI por ser apenas base de apoio aéreo. Desta forma, o presente item será apresentado considerando a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Costa Verde, Litoral Norte de São Paulo e Região Metropolitana da Baixada Santista.

#### **II.5.3.L.1 - Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

Dentre os municípios da região metropolitana, Rio de Janeiro e Niterói são considerados de grande porte, sendo que o primeiro constitui-se na 2<sup>a</sup> maior metrópole brasileira, em termo de população e PIB. Ambos apresentam quadro de degradação ambiental em decorrência do seu processo de ocupação e uso dos seus recursos naturais.

A utilização dos recursos naturais dos municípios de Niterói e Rio de Janeiro se destaca com a exploração do turismo e com o desenvolvimento de atividades como a pesca, principalmente na Baía de Guanabara, portuária e a indústria naval. Somente o município de Niterói abriga cerca de 25% do parque produtivo da indústria naval brasileira, sediando alguns dos principais estaleiros do país (TN Petróleo, 2009).

No que se refere à paisagem do município de Maricá, inserido na região metropolitana do Rio de Janeiro, é rodeada por maciços costeiros e apresenta um dos maiores complexos lagunares do Estado, denominado Maricá-Guarapina. Composto por rios, lagoas, riachos e comunidades aluviais, o complexo contempla as lagoas de Maricá, Barra de Maricá, do Padre, Guarapina e Jaconé,

além dos canais de Ponta Negra e de Itaipuaçu, que ligam as lagoas ao mar. Possui praias oceânicas, dentre as quais se destacam a de Jaconé, Ponta Negra, Barra de Maricá, do Francês e Itaipuaçu. A topografia peculiar do município de Maricá cria um ambiente propício à prática de esportes como vôo livre e trilhas.

### **II.5.3.L.2 - Costa verde**

As praias, cachoeiras, ilhas, piscinas naturais e áreas florestadas remanescentes de Mata Atlântica na Costa Verde, configuram à região uma grande vocação turística, conhecida por atividades como mergulho, navegação, pescaria esportiva e turismo ecológico. Um dos principais pontos turísticos da região é a Baía de Sepetiba, que se estende por três municípios da área de influencia: Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba.

A construção da rodovia BR-101 na década de 1970, mais especificamente o trecho denominado Rio-Santos, foi um marco para o desenvolvimento do turismo e a valorização do solo urbano da Costa Verde. Com o crescimento do turismo e da especulação imobiliária, inicia-se a construção de complexos hoteleiros, resorts, loteamentos e condomínios, necessitando de grandes extensões de terras, o que favorece aos conflitos sociais pela sua posse.

Mangaratiba localiza-se entre as Baías da Ilha Grande e de Sepetiba, conhecidas pela variedade da pesca e locais de mergulho (**Figura II.5.3-178**). A região possui um litoral recortado, cheio de reentrâncias naturais e de águas interiores e abrigadas, com enseadas, ilhas e praias. O lado oeste da baía de Sepetiba é coberto por ilhas e faixa litorânea composta de praias, baixadas e terras pantanosas, com grande extensão navegável. Já a baía de Mangaratiba é pouco profunda, propiciando navegação de embarcações de pequeno porte, esportes náuticos e pesca. Os locais próximos às ilhas de Itacuruçá, Bandolim, Jaguanum e Restinga de Marambaia são os mais importantes para a atividade pesqueira.



**Figura II.5.3-178 - Barcos em Itacuruçá  
(Mangaratiba)**

Fonte: mixquarentagraus.com.br

A pesca é uma importante atividade econômica da Costa Verde, sendo os manguezais e estuários da área da Baía um criadouro natural para diversas espécies de moluscos, crustáceos e peixes.

Os municípios de Angra dos Reis e Paraty estão inseridos na baía da Ilha Grande, conhecida pela variedade de pesca, locais de mergulho e turismo náutico. A região possui um litoral muito recortado, cheio de reentrâncias naturais, de águas interiores e abrigadas, nas quais existem baías menores, várias enseadas, inúmeras ilhas e praias.

Parte predominante do território do município de Paraty é destinada à preservação ambiental, abrangendo categorias de unidades de conservação como Parque Nacional, Parque Estadual, Área de Proteção Ambiental e Reserva Extrativista. A beleza natural, a existência de sítios arqueológicos e a importância do município durante o ciclo do ouro, integrando a Estrada Real, favoreceram o desenvolvimento da atividade turística, que se consolidou como principal atividade econômica. Desta forma, é possível afirmar que o turismo em Paraty possui três vertentes: o marítimo, o ecológico e o cultural.

Angra dos Reis possui trajetória histórica relacionada à exportação de ouro, escoamento da produção do café do Vale do Paraíba e atividade canavieira. Após

vivenciar décadas de estagnação econômica, reviveu uma retomada no crescimento com a cultura da banana, a reativação do porto e a construção da ferrovia que ligava Angra à estrada ferroviária principal, Ferrovia Centro-Atlântica. Atualmente as atividades econômicas giram em torno da pesca e atividades portuárias (terminal petrolífero), da geração de energia nas usinas Angra I e Angra II, da indústria, do comércio e serviços, da indústria naval e também do turismo, em suas praias, ilhas e locais de mergulho submarino, principalmente na Ilha Grande.

As usinas atômicas Angra I, Angra II e Angra III, esta em processo de instalação, se configuraram como promessa de crescimento econômico. A construção de um estaleiro na década de 50 e a instalação de um terminal de desembarque pela Petrobrás impulsionou o progresso local. O Terminal Aquaviário da Transpetro da Baía da Ilha Grande, o TEBIG, também atua na região e movimentando grandes quantidades de petróleo, posicionando o porto de Angra como um dos mais movimentados do país.

A grande região da Baía da Ilha Grande tem, em Angra, duas baías menores: as de Jacuacanga e da Ribeira. Seu espaço marítimo tem intensa navegação. As áreas de maior visitação turística na baía são a Ilha Grande e sua Vila de Abraão, Enseada da Estrela e Saco do Céu; a ilha da Gipóia, as praias no centro de Angra dos Reis, as ilhas de Cataguás e Peregrino, a Enseada de Bracuhy e a praia da Vila de Mambucaba. (UNACOOOP, 2008). Angra abriga parte do Parque Nacional da Serra da Bocaina, com trilhas e cachoeiras inseridas na vegetação típica de Mata Atlântica.

A dinâmica econômica de Itaguaí difere dos demais municípios da Costa Verde, na medida em que não apresenta a mesma vocação turística de Mangaratiba, ou mesmo de outros municípios da Costa Verde. A economia do município é baseada no porto de Itaguaí, que se estabelece como um propulsor do desenvolvimento econômico de todo o estado, principalmente no nível regional da Costa Verde, gerando empregos e atraindo indústrias para seu entorno. Segundo a Prefeitura Municipal de Itaguaí (2011), em um raio de aproximadamente 500 km estão situados os agentes produtivos responsáveis pela formação de cerca de 70% do PIB brasileiro (**Figura II.5.3-179**).



**Figura II.5.3-179 - Porto de Itaguaí**

Fonte: jornalatual.com.br

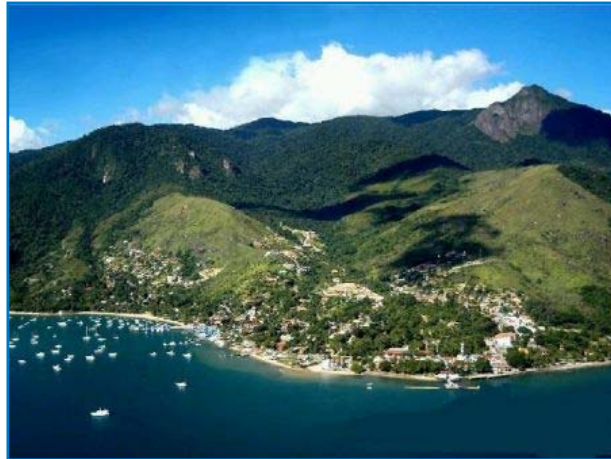
### **II.5.3.L.3 - Litoral Norte de São Paulo**

Inserido na microrregião de Caraguatatuba, o Litoral Norte de São Paulo abrange os municípios de Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba e Caraguatatuba. O título de estância balneária em três de seus municípios, Caraguatatuba, Ubatuba e São Sebastião, demonstra a importância da atividade turística na região, que apresenta atrativos naturais como praias, lagoas, cachoeiras, ilhas e áreas florestadas.

Durante os séculos XVIII e XIX o café tornou-se o principal produto agrícola a ser exportado pelo Litoral Norte. O declínio econômico ocorreu em função da concorrência do café de outras áreas próximas. A região também se dedicou a outras atividades como a pesca de baleias e o corte de madeira de alto valor comercial, utilizada na indústria naval. Na segunda metade do século XX, o turismo se intensifica no Litoral Norte. Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico da região (ZEE, 2005), sua economia é marcada pela sazonalidade decorrente da predominância do turismo veranista, que é o seu principal fator de desenvolvimento.

O Litoral Norte possui importantes remanescentes naturais no domínio da Mata Atlântica, com destaque para o município de Ilhabela, um dos únicos municípios-arquipélago do país, com mais de 80% da sua Mata Atlântica preservada (**Figura II.5.3-180**).

O litoral muito recortado, com praias e baías abrigadas favorece uma maior produtividade e serve de abrigo para um grande número de organismos. A pesca e a maricultura são desenvolvidas na região, com destaque para Ubatuba e Caraguatatuba, onde há o maior contingente de produtores de mexilhão.



**Figura II.5.3-180 - Vista geral de Ilhabela**

Fonte: <http://www.ilhabela.com.br/galeriadefotos/index.html>

#### **II.5.3.L.4 - Baixada Santista**

A região da baixada santista é caracterizada pelo desenvolvimento de atividades econômicas bem diversas, como parques industriais, atividades portuária, metalúrgica, siderúrgica e petrolífera e pelo turismo. Movidos pelo turismo, os setores imobiliário e de construção civil também se destacam, assim como as atividades comerciais e de serviços. A produção agropecuária da região é pouco expressiva e até mesmo nula em metade dos municípios da RMBS, restringindo-se ao cultivo da banana.

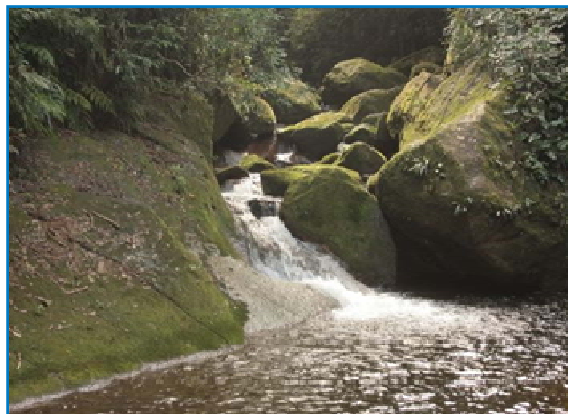
A vocação turística dos municípios da Baixada Santista, limitados pelo litoral e o maciço da Serra do Mar, é justificada pelos inúmeros atrativos naturais da região incluindo praias, cachoeiras e áreas florestadas, que permitem a prática de esportes náuticos, aéreos e passeios ecológicos (**Figura II.5.3-181 e Figura II.5.3-182**).





**Figura II.5.3-181** - Esportes náuticos em São Vicente

Fonte: baixadasantistapontocom



**Figura II.5.3-182** - Cachoeira da trilha do Canhambora- Bertioga - SP

Fonte: entreserraemar.com

Em relação aos recursos pesqueiros, aproximadamente 1962 pescadores atuam na pesca artesanal na Baixada Santista, incluindo a pesca nas áreas estuarinas de Santos e São Vicente (Tomás, 2011). Entretanto, devido à poluição das águas e à falta de política pública integrada, os pescadores se vêm obrigados a complementar a renda familiar através da pluriatividade. Um incentivo governamental disponibilizado aos pescadores artesanais é o crédito pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), além de cursos de capacitação em reparos e manipulação de pescado, oferecidos pelas prefeituras e Instituto de Pesca (SILVA & LOPES, 2010).

A ocupação urbana, industrial e portuária pressiona constantemente os remanescentes florestais levando à transformação da dinâmica natural da paisagem. A emissão de gases poluentes, contaminação das águas por lançamento de efluentes industriais e disposição de resíduos sólidos são problemas frequentes nas aglomerações urbanas da Baixada Santista. A preocupação com a degradação desses ecossistemas costeiros é grande devido à sua fragilidade e importância como responsáveis pela produtividade primária da zona costeira, interferindo na oferta pesqueira (ABAP, 2008).

O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, instituído pela Lei 10.019/98, dividiu a zona costeira do estado de São Paulo em grupos setoriais, entre eles Litoral Norte e Baixada Santista, os quais são compostos por municípios inseridos

na Área de Influência. O PEGC prevê uma gestão tripartite, com a atuação do estado, dos municípios e da sociedade organizada na gestão costeira.

Consolidando o PEGC, em 2004 o Litoral Norte instituiu seu Zoneamento Ecológico econômico. O ZEE da Baixada Santista encontra-se em elaboração pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA).

### **II.5.3.M - Qualidade da Paisagem Natural**

Apesar dos municípios inclusos na Área de Influência apresentarem características distintas em relação à concentração populacional e estrutura produtiva, a maioria é composta por um sistema costeiro formado por montanhas, praias, dunas, restingas, lagoas, mangues, baías, ilhas e enseadas. Esses ambientes podem se apresentar naturais ou modificados pelo homem.

A qualidade da paisagem natural da região atrai um grande contingente de turistas devido à sua beleza cênica, conformando lócus de desenvolvimento econômico como atrator de investimentos, em especial nos setores de turismo e construção civil. Inúmeros recursos naturais, formados pela riqueza da Mata Atlântica ainda preservada, proporcionam o desenvolvimento de atividades direcionadas ao turismo, sendo a zona costeira um espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos ambientais (SMA/CPLEA, 2005).

A interface com o mar qualifica a zona costeira de diversas formas. Possibilita o monopólio espacial de certas atividades, tais como a exploração de recursos marinhos, a circulação de bens e pessoas através da via marítima (**Figura II.5.3-183**), a utilização cultural e como área de lazer (**Figura II.5.3-184**), além de sua exploração econômica com a atividade turística e portuária (MORAES, 2009).

**Figura II.5.3-183 - Barca Rio - Niterói**

Foto: riodejaneirophotoguide.com

**Figura II.5.3-184 - Mergulho em Ilhabela.**

Foto: ilhabelasp.com.br/mergulho.asp

O patrimônio ambiental da maior parte dos municípios da Área de Influência representa importante fonte de geração de emprego e renda para a população, na medida em que são desenvolvidas atividades portuárias, pesca e turismo, cujo uso está descrito no item **H - Turismo, Lazer e Cultura**, deste documento.

Observa-se que, a ampliação da malha urbana, crescimento desordenado, juntamente com a instalação de pólos industriais e o desenvolvimento do turismo, na maioria dos municípios da Área de Influência, implicou em inúmeros problemas ambientais, como a deficiência de sistemas de esgotamento sanitário, a disposição inadequada de resíduos sólidos, pressão e a degradação de áreas de preservação, a ameaça dos refúgios de flora e fauna, a poluição e assoreamento de corpos hídricos, além da poluição do ar e das praias. A urbanização desenfreada acabou por deteriorar os recursos paisagísticos e ambientais do litoral, abalando ecossistemas frágeis e recursos cênicos.

### **II.5.3.M.1 - Municípios da Área de Influência – Estado do Rio de Janeiro**

#### **Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

Com relação aos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, centros polarizadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tiveram suas paisagens alteradas em decorrência do processo de urbanização. Praias e lagoas foram aterradas recuando a linha do litoral (**Figura II.5.3-185**), rios canalizados, desmonte de morros para ampliar o espaço urbano, dentre outros. A ocupação

desordenada atingiu também a Mata Atlântica, que vem sendo devastada desde o início da colonização brasileira (<http://www.sosmatatlantica.org.br>).



**Figura II.5.3-185 - Aterro do Flamengo.**

Foto: [feriasbrasil.com.br/rj/riodejaneiro/parquedoflamengo.cfm](http://feriasbrasil.com.br/rj/riodejaneiro/parquedoflamengo.cfm)

A alta densidade demográfica aliada à ocupação desordenada tem comprometido a qualidade da paisagem na Região Metropolitana. Atualmente, existem poucas lagoas na cidade do Rio de Janeiro, e todas passam por intensa agressão aos seus ecossistemas naturais. Da mesma forma que as lagoas de Itaipu e Piratininga, em Niterói, que representam 3,5% da área total do município (<http://www.inea.rj.gov.br>).

Em geral, o processo de urbanização altera o ecossistema local a partir de aterros, desmatamentos, despejos de resíduos e esgoto sanitário. As consequências são assoreamento, mortandade de peixes, alterações na qualidade das águas, crescimento da população de algas, enchentes, dentre outras.

O município de Maricá, inserido na região metropolitana do Rio de Janeiro, apresenta grande variedade de paisagem, com contornos típicos das baixadas da Região dos Lagos e áreas de planalto com destaque para os maciços costeiros (**Figura II.5.3-186 e Figura II.5.3-187**).

As lagoas, que por muito tempo foram o principal atrativo turístico da região, hoje apresentam problemas de deterioração de seus corpos d'água, considerando a ocupação urbana. Dentre as lagoas existentes, a de Maricá é a que apresenta

situação mais preocupante, devido à construção de aterros e ao lançamento de esgotos em suas águas, situação agravada por sua pequena profundidade, que a qualifica como um frágil ecossistema costeiro. A preservação da flora e fauna silvestres também é comprometida, pois a destinação dos esgotos reflete diretamente na salubridade dos cursos fluviais e na sobrevivência das lagoas, acarretando redução da piscosidade (CRUZ et al., 1996).



**Figura II.5.3-186** - Faixa de terra em Maricá



**Figura II.5.3-187** - Lagoa de Maricá.

Foto: <http://www.melhorespraias.com.br/node/552>

### **Costa Verde**

A economia da região da Costa Verde baseia-se, principalmente, nas indústrias energética e naval, bem como na atividade portuária, turismo e prestação de serviços, o que evidencia a importância dos recursos naturais para a geração de emprego e renda (UNACOOOP, 2008).

Apesar da grande vocação turística da Costa Verde, conforme mencionado no item **II.5.3.L - Principais recursos naturais utilizados e sua importância no contexto socioeconômico**, Itaguaí não apresenta a mesma expressividade que os outros municípios componentes da região em relação a essa atividade. Sua economia está em função do Porto de Itaguaí, com destaque para o comércio atacadista e prestação de serviços.

A área dos municípios de Mangaratiba e Itaguaí está inserida na microrregião da Baía de Sepetiba. No entorno da baía localizam-se os distritos industriais de

Itaguaí e Sepetiba, já intensamente ocupados por empreendimentos em operação ou em processo de instalação, como o Porto de Itaguaí, Companhia Siderúrgica do Atlântico e o Porto Sudeste (KATO & QUINTELA, 2009).

A bacia hidrográfica da Baía de Sepetiba está dentre as principais fontes de poluição da Baía, na medida em que a poluição por lançamentos de efluentes domésticos e industriais compromete a qualidade da água. A precariedade de um planejamento urbano e territorial, a deficiência dos sistemas de resíduos sólidos e de drenagem, bem como a ocorrência de processo de desmatamento e o uso inadequado do solo tanto urbano quanto rural, corroboram essa realidade (INEA, 2011).

De acordo com o Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal (IQUS), 2001, o município de Mangaratiba registrou redução de formações florestais e pioneiras em 42%, bem como o aumento da área urbana e da área degradada em 50%, tendo como referência ano de 1994. Já o município de Itaguaí apresentou o mesmo índice em relação ao crescimento da área urbana e da área degradada, e 46% de redução das formações florestais pioneiras.

Os municípios de Angra dos Reis e Paraty pertencem à microrregião da baía da Ilha Grande, que abriga uma grande riqueza natural e diversidade de espécies. Essas características estão relacionadas às peculiaridades geográficas, hidrográficas e oceanográficas da região, aliadas a fatores como diversidade e conectividade dos sistemas costeiros, aporte de matéria orgânica proveniente de rios e variação de fatores oceanográficos físicos e químicos (MMA, 2007). Devido a sua beleza paisagística e riqueza da flora e fauna, a Baía da Ilha Grande abriga o maior número de unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro.

São onze as unidades de conservação, sendo um Parque Nacional, uma Estação Ecológica (federal), duas Reservas Biológicas (estaduais), uma Reserva Ecológica e dois Parques Estaduais, sendo um deles marinho, três Áreas de Proteção Ambiental (uma federal, uma estadual e uma municipal) e uma Reserva Particular do Patrimônio Natural. Somente na Ilha Grande, são 4 unidades de conservação de 3 categorias distintas.

De acordo com o último Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal (IQUS), utilizando dados de 2001, o município de Angra dos Reis sofreu redução de formações florestais se comparado a 1994, de 82% para 76% de florestas ombrófilas densas, com aumento de vegetação secundária e de áreas de campo/pastagens. O município de Paraty também sofreu um aumento de vegetação secundária e de áreas de pastagens em detrimento de uma expressiva redução de formações florestais, de 89% para 70%.

Empreendimentos de grande porte como Porto comercial, terminal de petróleo, terminal de minérios e usinas nucleares são fatores de risco à conservação da baía. Outro fator responsável pela degradação, principalmente dos sistemas costeiros, são os aterros e ocupações irregulares de encostas e rios, em decorrência do crescimento desordenado do turismo. A destruição gradativa desses ecossistemas na baía tem causado um declínio na produção pesqueira e conseqüente reflexo social, com a perda de empregos associados à captura e processamento de peixes. (MMA, 2007)

Ressalta-se que a Fundação CEPERJ está aguardando recursos do FINEP para iniciar a terceira geração do IQUS a partir de 2011.

### ***II.5.3.M.2 - Municípios da Área de Influência – Estado de São Paulo***

#### ***Litoral Norte de São Paulo***

Os municípios que compõem o pólo turístico do Litoral Norte de São Paulo (São Sebastião, Ubatuba, Caraguatatuba e Ilhabela), apresentam atrativos naturais diversos como: praias, cachoeiras, rios, manguezais e restingas, além de vastas áreas de Mata Atlântica preservada, a exemplo do Parque Estadual da Serra do Mar (**Figura II.5.3-188**).

O turismo no Litoral Norte é uma atividade essencial à estrutura econômica dos municípios. Os atrativos turísticos da região estão vinculados com a beleza e preservação dos recursos naturais. Entretanto, o desenvolvimento desta atividade motivou a especulação imobiliária, prejudicando os ecossistemas costeiros. O desenvolvimento do turismo e o crescimento desordenado da malha urbana, nos

últimos 20 anos, causaram excessivo parcelamento do solo e um colapso na infra-estrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, deposição de resíduos sólidos, estrutura viária e serviços públicos em geral, com sérias conseqüências ambientais (Agenda 21 do Litoral Norte, 2007).

A paisagem do município de Ilhabela, no litoral norte de São Paulo, apresenta 80% da sua Mata Atlântica preservada. O Parque Estadual de Ilhabela, que integra o Projeto de Preservação da Mata Atlântica - PPMA é formado por um conjunto de ilhas administradas pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto Florestal (<http://www.ilhabela.com.br/parqueestadual>).

De acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte (Decreto nº 49.215/2004), um dos principais fatores que interferem na qualidade do meio ambiente na região é a presença do Porto de São Sebastião e do Terminal de Petróleo Almirante Barroso. Embora ambos estejam instalados no município de São Sebastião, causam problemas ambientais em toda a região, visto que provocam a intensificação do tráfego de veículos pesados e de acidentes relacionados ao derramamento de óleo.



**Figura II.5.3-188 - Parque Estadual da Serra do Mar**

Foto: <http://www.frotabrasil.com.br>

### **Região Metropolitana da Baixada Santista**

Considerando a região metropolitana da Baixada Santista, sua paisagem é composta por florestas tropicais, restingas, praias, rios, estuários e manguezais.



O histórico do crescimento das atividades urbana, industrial e portuária a partir da década de 1950, associadas à expansão da rede rodoviária estadual, resultou na alteração das características naturais desses ecossistemas (**Figura II.5.3-189**).

A implantação do pólo energético, industrial, petroquímico e siderúrgico aparece como principal fonte de degradação, considerando-se a fragilidade dos ecossistemas costeiros, gerando emissão de gases poluentes, contaminação dos corpos hídricos por lançamento de efluentes industriais e disposição de resíduos sólidos, o que compromete, inclusive, a balneabilidade das praias. É importante ressaltar que as condições dos canais fluviais tem sido alteradas devido a intervenções antrópicas, como a construção de estradas e parcelamento do solo, causando a retificação de alguns canais, abertura de outros e confecção de aterros (SANTOS & FURLAN, 2010).

Segundo o Relatório de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo, apresentado em 2011, a poluição atmosférica, registrada através do nível de concentração de material particulado (MP), destaca-se em Cubatão, permanecendo acima dos padrões anuais. A poluição do ar no município atinge níveis elevados em função da existência de, aproximadamente, 260 fontes poluidoras, como indústrias químicas/petroquímicas, fábricas de fertilizantes, gesso, cimento, papel e uma siderúrgica (**Figura II.5.3-190**).

O Relatório Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo, relativo ao ano de 2011, aponta que os municípios de Itanhaém e São Vicente possuem condições de enquadramento e disposição de resíduos domiciliares considerados controlados, ou seja, a maior parte dos resíduos gerados são coletados e depositados em aterros sanitários. Dentre os municípios da Baixada Santista, apenas Peruíbe foi considerado com condições inadequadas de coleta, estando Bertioga, Cubatão, Guarujá, Mongaguá, Praia Grande e Santos avaliados como adequados.



**Figura II.5.3-189** - Complexo portuário de Santos

Fonte: [novomilenio.inf.br](http://novomilenio.inf.br)



**Figura II.5.3-190** - Pólo industrial de Cubatão

Fonte: [ambientalsustentavel.org](http://ambientalsustentavel.org)

Um fator que dificulta a dispersão dos poluentes atmosféricos emitidos pelos complexos industriais é a proximidade da Serra do Mar. Suas escarpas atuam como uma barreira dos ventos, retendo os poluentes na porção interior da planície costeira. Além disso, o padrão de circulação das águas no estuário não favorece à saída dos efluentes industriais e urbanos, que ficam retidos até que se depositem no fundo dos canais ou manguezais (AFONSO, 2006).

Embora a região da Baixada Santista apresente áreas ambientalmente degradadas, a configuração física da região propiciou a existência de remanescentes. Os locais preservados se encontram, principalmente, nas áreas íngremes da Serra do Mar, nos manguezais situados junto aos canais estuarinos e nas áreas cobertas por vegetação de restinga no interior da planície litorânea, distantes das praias, da faixa costeira já urbanizada e dos principais eixos de urbanização. Sendo assim, 40,3% da área da Baixada Santista ainda é ocupada por Mata Atlântica, 10,6% por vegetação de restinga e 8,8% por manguezais. (SANTOS & FURLAN, 2010). Os municípios de Itanhém e Santos se destacam por apresentarem, respectivamente, 84,9% e 67 % de seus territórios cobertos pela vegetação.

### **II.5.3.N - Caracterização Pesqueira**

No que se refere à pesca marinha dos municípios dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que poderão sofrer interferências com a rota das embarcações de apoio a atividade, seus dados foram coletados e avaliados a partir de dados secundários disponíveis, descritos ao longo desta caracterização (**Mapa II.5.3-5**).

Dentro das limitações, foram obtidas informações quanto à infraestrutura, logística de captura e distribuição e demanda e oferta de insumos básicos associadas às atividades de pesca, bem como número de pescadores atuantes e características das embarcações. Para melhor acompanhamento, este relatório está organizado primeiramente com: as classificações de pesca existentes no país, as principais artes de pesca, a pesca no Brasil e, por último, a pesca nos municípios da Área de Influência nos estados fluminense e paulista, respectivamente.

### **II.5.3.N.1 - Classificações de Pesca**

A pesca brasileira pode ser classificada tendo por base aspectos tecnológicos, escala e enredo socioeconômico. De uma maneira geral, a pesca pode ser classificada em quatro categorias:

**Pesca amadora:** praticada em toda a costa, com a finalidade de turismo, lazer ou desporto. O produto da atividade não pode ser comercializado ou industrializado. Diversos tipos de equipamentos são empregados, sendo responsável por uma importante fatia do mercado consumidor. Cabe ao pescador estar licenciado junto à esfera federal<sup>1</sup> mediante pagamento de taxa anual. No entanto, não existe controle de captura e a fiscalização é deficiente. Apesar de não terem finalidade comercial, é importante observar que a pesca amadora e a de subsistência, dependendo da área, podem ter importância semelhante ou, até mesmo, serem mais expressivas que a pesca comercial (artesanal ou industrial).

**Pesca de subsistência:** atividade exercida tendo por objetivo único a obtenção de alimento, isto é, sem finalidade comercial. A pesca de subsistência é geralmente praticada de forma rudimentar, tendo na atualidade como seu melhor exemplo, a prática indígena.

**Pesca artesanal** ou de **pequena escala:** concilia o interesse comercial ao também uso da captura como alimento familiar ou para escambo com outros

---

<sup>1</sup> As atribuições da pesca amadora foram transferidas do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Pesca e Aquicultura.

produtos dentro da comunidade. O caráter artesanal não implica na plena construção dos petrechos ou da embarcação, porém cada pescador artesanal possui seu equipamento, ainda que em algum momento possa atuar em sistemas de parceria. As embarcações são de pequeno a médio porte, tendo preferencialmente propulsão motorizada e cascos de madeira<sup>2</sup>. Atuam próximo à costa e em geral possuem um mínimo de equipamento de navegação. Pode ser uma alternativa sazonal quando o pescador também é agricultor, o que já foi comum para os caiçaras<sup>3</sup> (DIEGUES, 1995). Em geral, comercializam sua produção via intermediários (BAYLEY & PETRERE, 1989; FISCHER *et al.*, 1992; DIEGUES, 1993), o que reduz seu lucro potencial.

Em termos nacionais, somente a Lei 11.959, de 29 de junho de 2009 (que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca) apresenta uma definição do que seja “pesca artesanal”, sendo aquela *“...quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”* (Cap. IV, Seção I, Art. 8º, Item I, alínea a).. O estado de São Paulo a define no Código de Pesca e Aquicultura (Lei Nº 11.165, de 27 de junho de 2002) em seu artigo de número 34 como *“...aquela praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma, em regime de economia familiar ou em regime de parceria com outros pescadores, com finalidade comercial.”*

Ainda que de difícil definição, a pesca artesanal tem um caráter muito mais importante do ponto de vista social. Em linhas gerais, possui menor poder de barganha, menor aplicação tecnológica, menor deslocamento espacial, maior dificuldade de controle e fiscalização, entre outros.

<sup>2</sup> Existe uma intenção de gradativamente construir embarcações pesqueiras empregando fibra de vidro e material afim para pescarias de menor exigência hidráulica.

<sup>3</sup> População litorânea entre o litoral centro sul fluminense e norte catarinense oriundo da miscigenação entre o branco, o índio e o negro, com características culturais próprias.

**Pesca industrial:** de cunho empresarial, onde os proprietários das embarcações e dos petrechos de pesca não participam de modo direto do processo produtivo, tendo como seu representante direto na embarcação o mestre. Além deste, a tripulação é composta por, ao menos (e sempre a depender do tipo de pesca) mais quatro pessoas, com divisão de trabalho específica (cozinheiro, gelador, motorista e pescador), que costuma ser remunerada pelo sistema de partes, além do salário obrigatório por força de lei federal.

Na pesca industrial, a empresa é proprietária tanto das embarcações, como dos petrechos de pesca, podendo ainda, em alguns casos, realizar a captura, o beneficiamento e a comercialização. A mecanização não se limita à motorização para deslocamento, mas também é dirigida ao lançamento e recolhimento de redes e, quando existente, o beneficiamento do pescado a bordo. A mão-de-obra necessita de treinamento específico para operação da maquinaria. Uma parcela desta frota está melhor equipada para atuação em maiores profundidades além do mar territorial brasileiro, atuando diretamente na Zona Econômica Exclusiva (ZEE), apresentando, portanto, grande autonomia.

Nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, estão concentrados na captura dos principais recursos em volume ou valor da produção, com destaque para sardinha, atuns e afins, camarões e espécies demersais (corvina, pescada, pescadinha, castanha, etc.). A pesca industrial oceânica, ainda incipiente no Brasil (ocorrendo em geral a partir de embarcações arrendadas), necessita de embarcações com maior autonomia (mais de 30 dias) aptas a operar em toda a ZEE e áreas oceânicas mais distantes, podendo industrializar o pescado a bordo<sup>4</sup>, dotada de sofisticados equipamentos de navegação e detecção de cardumes e de ampla mecanização.

---

<sup>4</sup> Poucas das embarcações que operam (atualmente nenhuma embarcação encontra-se arrendada na região deste estudo) desta categoria são de fato nacionais.

## Artes de Pesca

A seguir apresentam-se algumas das principais artes de pesca praticadas em território brasileiro, tanto pela atividade industrial quanto artesanal. No que se referem aos demais petrechos utilizados na Área de Influência, os mesmos serão encontrados ao longo deste diagnóstico.

Pesca de arrasto: compreende todas as atividades de pesca em que se promova qualquer forma de arrasto, seja sobre o fundo (arrasto de fundo), seja na coluna d'água (arrasto pelágico). Na primeira categoria está inclusa a pesca com parelhas, o arrasto-de-porta e o arrasto de praia, cada qual com as suas particularidades.

A pesca de parelha, introduzida no Brasil por portugueses e galegos na primeira metade do século 20, se baseia no uso de duas embarcações assemelhadas (o par, ou a parelha), arrastando uma única rede cuja abertura depende da distância entre ambas, que em geral, e dependente das dimensões da rede e das embarcações, é de cerca de 400 m. Dirigida à captura de peixes demersais (corvina, pescada-foguete, goete, peixe-porco, entre outros) tem efetividade até 50 metros, muito embora seja difícil observar seu uso além dos 40 metros (CASTRO, 2000; CASTRO *et al.*, 2003). É uma pescaria que ocorre no Sudeste e Sul do Brasil e que está em franca decadência devido aos problemas ambientais que causa, pois assim como o arrasto de portas, captura muita fauna acompanhante indesejada devido à baixa seletividade, desperdiçando a oportunidade de crescimento dessas espécies.

O arrasto-de-porta é praticado por embarcações que se utilizam de uma a duas redes sendo arrastadas à popa. O princípio de funcionamento dessa pesca é a ação da água sobre as "portas" (uma em cada extremidade da rede) de modo a manter as redes abertas. No Sudeste e Sul do Brasil opera sobre camarões peneídeos e peixes demersais, além de outros crustáceos da plataforma externa e talude superior (TOMÁS *et al.*, 2003). Nas últimas duas décadas, a característica multiespecífica dessa frota tem se mostrado mais presente nos desembarques (GRAÇA-LOPES *et al.* 2002; TOMÁS & CORDEIRO, 2003; TOMÁS *et al.* 2003; PEREZ *et al.* 2003), face à queda nas capturas do camarão (VALENTINI *et al.* 1991; D'INCAO *et al.* 2002).

A pesca de arrasto de praia é uma modalidade de pesca que compreende o cerco de um cardume a partir do uso de uma rede de grandes dimensões (em geral confeccionada artesanalmente) que, mantendo inicialmente uma das pontas na praia, abre navegação em eixo perpendicular de modo a cercar o cardume, com uso da tração por força humana (não proibida salvo restrições legais aplicadas regionalmente), animal ou por trator (estas proibidas, mas ainda praticadas ao longo de muitas praias oceânicas brasileiras). No Sudeste, onde sua aplicação é mais comum, é orientada para espécies de safra como tainhas (*Mugil spp*) e robalos (*Centropomus spp*), mas capturam também diversas outras espécies de peixes, incluindo elasmobrânquios (FAGUNDES *et al.*, 2007).

No que se refere ao arrasto pelágico, que emprega embarcações de maiores dimensões com redes de desenho diferenciado, tem como espécie-alvo recursos que estejam na coluna d'água. No Brasil, somente foram realizados arrastos prospectivos visando determinar a viabilidade técnica da captura da anchoíta (*Engraulis anchoita*), um recurso potencial do Sul do país. Na Argentina, se emprega este tipo de pesca na captura de merluza (*Merluccius hubbsii*). Em águas ainda mais ao sul, frotas de diversos países a usam na captura de diversos outros recursos, dentre eles o krill (*Euphasia superba*).

Pesca de emalhe: a pesca de emalhe foi introduzida no Brasil a partir do começo do século XX, com as redes feiticeiras (tresmalho), e canoas a remo (DIEGUES, 1983). Tornou-se muito difundida entre as comunidades tradicionais por se tratar de uma arte de pesca de baixo custo econômico e de recursos humanos (DIEGUES, *op. cit*). A pesca industrial de emalhe teve início com a mudança de embarcações oriundas de outras artes de pesca, principalmente, do arrasto de camarão, em busca de melhores rendimentos (VALENTINI *et al.*, 1991; TOMÁS, 2003; TOMÁS *et al.*, 2006).

Este petrecho apresentou grande variação dentro da frota artesanal, que trabalha com diversos tipos de embarcações e tipos de redes, sendo estas em pequenas quantidades (ALVES *et al.*, 2009). Parte da frota de emalhe de fundo dirigiu esforços para os cações pelágicos na década de 80, a partir de adaptação de tecnologia japonesa de emalhe de superfície (KOTAS *et al.*, 2005).

As redes de emalhe são “*artes passivas*” (o pescado vai ao encontro da rede), construídas pela junção de panos retangulares de mesmo tamanho de malha, tendo na parte superior flutuadores e na inferior uma tralha com pesos. Quanto ao tipo, podem ser de deriva ou fixas e são empregadas tanto nas águas costeiras quanto em áreas mais afastadas, a depender do direcionamento do esforço de pesca.

A frota consiste essencialmente de pequenas traineiras que abandonaram, nas regiões Sudeste e Sul, a pesca de cerco, ou de embarcações oriundas das pescas de arrasto-de-porta ou de parelhas (TOMÁS, 2007), e utilizando redes com malhas diversas, dependentes da espécie-alvo (de 70 a 13 cm para pescadas, corvinas e robalos), de 14 a 18 cm (cações) e acima de 24 até 32 cm (peixe-sapo), com dimensões em comprimento de até 20 quilômetros e em altura de até 12 m.

As principais espécies capturadas são corvina (*Micropogonias furnieri*), pescada-foguete (*Macrodon atricauda*), betara (*Menticirrhus americanus*), espada (*Trichiurus lepturus*), pescada-cambucu (*Cynoscion virescens*), guaivira (*Oligoplites* spp), goete (*Cynoscion jamaicensis*), bagres (família Ariidae), peixe-porco (*Balistes capriscus*) e cação-anjo (*Squatina* spp), entre outros.

Pesca de cerco: a pesca de cerco (traineiras) é composta por embarcações operantes na pesca de pequenos pelágicos (VALENTINI & CARDOSO, 1991), visando à sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), embora outras espécies sejam também capturadas com frequência, como a cavalinha (*Scomber japonicus*), a palombeta (*Chloroscombrus chrysurus*), a tainha (*Mugil Liza*), os bonitos (diversas espécies da Família Scombridae), o carapau (*Caranx* spp), a corvina (*M. furnieri*), o galo (*Selene* spp) e o xaréu (*Caranx* spp) (GASALLA *et al.*, 2003).

Em razão da queda da produtividade da sardinha-verdadeira nos últimos trinta anos (JABLONSKI, 2007) algumas espécies acessórias podem ser desembarcadas em maiores quantidades. As maiores capturas ocorreram no ano de 1973 (228 mil t), a maior parte tendo sido descarregada pela frota fluminense. A partir dos anos 1980 houve maior participação das frotas de São Paulo e de Santa Catarina, mas as médias de capturas estabilizaram-se em torno de 125 mil t, reduzindo para 32 mil t em 1990 e após breve recuperação atingindo o mínimo



histórico de 17 mil t em 2000. Desde então a produção tem se elevado girando em torno de 50 mil t nos últimos anos para toda a região de distribuição da espécie (JABLONSKI, 2007). Este mesmo autor afirma que a frota licenciada é de 183 embarcações, embora o número real seja bem maior (ao redor de 300), colocando em risco a pescaria (VALENTINI & PEZZUTO, 2006).

**Armadilhas, covos, potes e afins:** podem ser de fundo, principalmente dirigidas a peixes, moluscos e/ou crustáceos. No Nordeste, os manzuás são muito utilizados na pesca da lagosta.

Na década de 90, iniciou-se a captura de caranguejos de profundidade (*Chaceon* spp) com embarcações arrendadas tendo processamento a bordo (aproveitamento integral<sup>5</sup> e congelamento) de praticamente toda a captura, com viagens de pesca de duração média de noventa dias (ATHIE *et al.*, 2008).

Em fins de 2002 foi iniciada uma pesca de polvo a partir do uso de potes abertos, a qual se encontra legislada para diferentes regiões (TOMÁS *et al.*, 2006). Eventualmente, ainda que de forma ilegal, embarcações do Sudeste e do Sul também se utilizam de armadilhas, de origem asiática, tendo formato helicoidal e sendo escamoteáveis, o que facilita o adensamento a bordo, na captura de polvos, de peixes e de lagostas sapateiras (DUARTE *et al.*, 2009).

Além dessas, não se tem registros de uso de armadilhas e de covos em escala na pesca industrial brasileira, embora tenham sido testadas em alguns momentos (PUZZI *et al.*, 19..).

### **A Pesca no Brasil**

A principal meta da exploração de um recurso ambiental é a procura do desenvolvimento sustentável, que, segundo a Comissão Mundial para o Desenvolvimento Econômico, seria aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias.

---

<sup>5</sup> Mesmo a água resultante do processo de triagem é aproveitada para uso na indústria como um dos produtos da produção de *kani-kama*.

Os recursos pesqueiros são recursos naturais renováveis que possuem dinâmica populacional própria, mantendo o estoque estável da população e assumindo uma característica sustentável (FONTELES-FILHO, 1989). Cabe ressaltar que a pesca é uma importante fonte de atividade econômica, sendo sua maior influência ao longo da costa, onde também é maior a degradação ambiental e a sobrepesca (DIEGUES, 2003). O manejo de uma pesca consiste em ajustar o nível de remoção do recurso aquático do ambiente com sua renovação natural (KURA et al., 2004).

A produção pesqueira brasileira anual movimentava cerca de R\$ 3,2 bilhões, abrangendo a pesca extrativa marinha e continental somada ainda à aquicultura. A pesca é atividade econômica e social das mais relevantes no país, e cerca de 75% da captura é proveniente do mar e estuário (DIAS-NETO & MESQUITA, 1988). A pesca extrativa marinha, apesar de todas as dificuldades em se obter dados confiáveis, sobretudo da pesca artesanal, é estimada em cerca de 500 mil toneladas (em torno de 50% do total nacional da pesca marinha).

De acordo com o MPA (2009), o Brasil apresentou um crescimento contínuo desde 1950, chegando ao seu ápice de produção no ano de 1985 (967.557) e posteriormente, tendo uma queda na captura de pescados até meados de 1990, com uma significativa recuperação entre 2001 e 2002 e, após isto, mantendo um pequeno crescimento de 2005 a 2009, conforme mostra **Figura II.5.3-191** a seguir.



**Figura II.5.3-191 - Figura x - Produção da pesca extrativa marinha no Brasil entre os anos de 1950 a 2009.**

Fonte: Estatística da Pesca, 2006 e 2009.

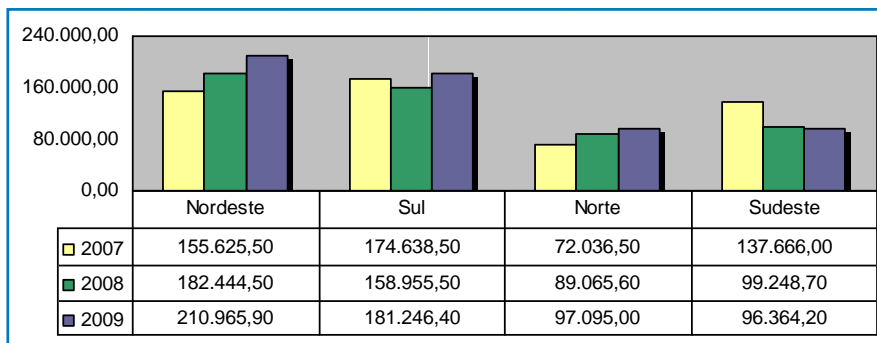
De acordo com estatísticas do Ministério da Pesca e Aquicultura, em conjunto com IBAMA e IBGE, sobre a produção pesqueira no Brasil entre 2003 e 2009, a produção nacional de pesca marinha se encontra em escala gradativa, chegando a um total de 585.671 t em 2009. O **Quadro II.5.3-103** abaixo apresenta a produção total da pesca marinha e sua representatividade na produção nacional de pescados.

**Quadro II.5.3-103 - Produção da pesca marinha no Brasil entre 2003 e 2009 (toneladas).**

Ano	Total	%
2003	484.592,50	59%
2004	500.116,00	61%
2005	507.858,50	62%
2006	527.871,50	64%
2007	539.966,50	65%
2008	556.167,30	67%
2009	585.671,50	71%

Fonte: Estatísticas da pesca MPA/IBAMA/IBGE, 2009.

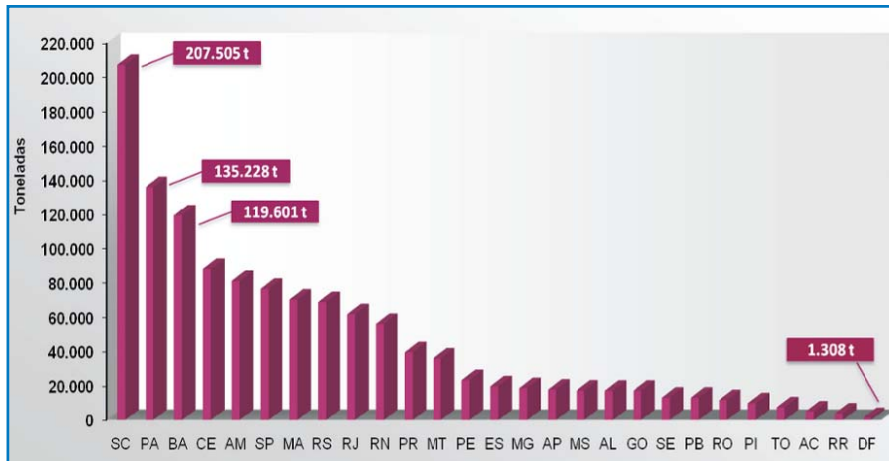
A região do país com maior produção na pesca extrativa marinha nos anos de 2007 a 2009 foi a região Nordeste, seguida da região Sul. Em 2009, a região Norte ultrapassou o Sudeste, conforme mostra a **Figura II.5.3-192**.



**Figura II.5.3-192 - Produção anual de Pescado por Região de 2007 a 2009 (toneladas).**

Fonte: Estatísticas da Pesca do Ministério da Pesca. IBAMA/IBGE, 2009.

A região Nordeste, ainda de acordo com dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, em conjunto com o IBAMA e IBGE, é a maior região produtora de pescado do Brasil, seguida da região Sul. A região Norte fica em terceiro lugar, seguida da região Sudeste e, por último, Centro-Oeste. Os estados do Rio de Janeiro e São Paulo são os sexto e nono produtores nacionais de pescado entre todos os estados brasileiros (**Figura II.5.3-193**).



**Figura II.5.3-193 - Produção de Pescados por Unidade de Federação**

Fonte: Estatísticas da Pesca do MPA/ IBGE / IBAMA, 2009.

Segundo dados recentes oferecidos pela Estatística da Pesca do Ministério da Pesca de 2007-2009, uma das espécies que apresentou maior crescimento nos 03 (três) últimos anos é a sardinha, que chegou a 83 mil t capturadas em 2009, sendo a espécie que mais vem sendo produzida no país e a que melhor respondeu à política governamental de ordenamento da pesca. Em 2000, a pesca

da sardinha chegou apenas a 17 mil toneladas/ano quando, inclusive, levantou-se a possibilidade de um colapso da espécie. Com a criação de dois períodos de defeso por ano, a sardinha começou a apresentar uma recuperação dos estoques com crescimento médio de 27% ao ano.

De acordo com a mesma fonte, a aquicultura teve um papel de destaque no crescimento da produção de pescado no país. Somente a piscicultura teve uma elevação de 60,2% em 2008 e 2009, na comparação com 2007. A criação de tilápias chegou a 132 mil toneladas/ano, representando 39% do total de pescado cultivado.

Outra espécie que também apresentou um crescimento significativo de produção foi o tambaqui, que passou de 30.598 toneladas para 46.454 toneladas/ano. A produção de camarão, apesar das dificuldades que este segmento enfrentou nos últimos anos, também apresenta resultados importantes, mantendo-se num patamar de cerca de 70 mil toneladas/ano no período analisado. A seguir caracteriza-se a atividade pesqueira dos municípios da Área de Influência.

### **II.5.3.N.2 - Estado do Rio de Janeiro**

Segundo a FIPERJ (2006), no Estado do Rio de Janeiro atuam 2.731 embarcações de pequeno porte (maior de 20 AB), num total de 20 mil pescadores<sup>6</sup>, distribuídos em 25 colônias de pesca, 53 associações e 3 cooperativas. O Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina<sup>7</sup> mantém o mesmo número de pescadores e cita que o de embarcações cadastradas é de 3.023 (PROZEE 2005). Os dados da produção pesqueira do Estado se encontram pulverizados nos diversos pontos de desembarque da frota sem controle adequado (BARROSO & WIEFELS 2010).

As comunidades do estado fluminense consideradas neste estudo incluem os municípios de Niterói, Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Podemos definir que a pesca de características artesanais destes municípios atuam

<sup>6</sup> Segundo a então SEAP (atual MPA), o número de pescadores cadastrados no RGP em 2006 era de 13.471.

<sup>7</sup> Este censo somente considerou os principais pontos de desembarque e, devido a isso, pode apresentar uma subestimativa do número de pescadores em algumas localidades.

em quatro ambientes distintos, a saber: Baía de Guanabara (Niterói e Rio de Janeiro), Baía de Sepetiba (Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty), Baía da Ilha Grande (Paraty e Angra dos Reis) e região costeira oceânica (Niterói e Rio de Janeiro). São diversas comunidades (ou núcleos de pescadores<sup>1</sup>) estabelecidas nestes municípios, adaptadas às atividades de pesca em cada um dos macroambientes citados, a saber:

Baía de Guanabara: possui trinta e dois pontos de desembarque e suporta um expressivo contingente de pescadores (JABLONSKI *et al.* 2006), além de um frota estimada entre 1.400 e 2.150 embarcações (AVILA-DA-SILVA & VIANNA 2009). Dentre as artes de pesca artesanal empregadas na área compreendida deste estudo (emalhe, arrasto de portas, cata, espinhéis, linhas de mão, puçás, cerco, arpão, tarrafa, armadilhas, entre outras), a frota de emalhe representou 61,6% (864) do total de embarcações em operação analisados na Baía de Guanabara por Jablonski *et al.* (2006), sendo que 70% possuíam propulsão motorizada. Quanto à produção, estes autores indicam que a sardinha boca-torta (*Cetengraulis edentulus*) e a savelha (*Brevoortia spp*) foram, conjuntamente, as dominantes em biomassa, seguidas pelos mugilídeos (tainha *Mugil liza* e parati *Mugil curema*) e pela sardinha verdadeira (*Sardinella brasiliensis*). Observa-se que, tanto as primeiras como esta última, são capturadas predominantemente pela pesca com rede de cerco, o que ratifica a caracterização deste ambiente como de grande importância para esse tipo de pesca. Ressalva-se que estas espécies, apesar de serem capturadas pela frota artesanal, são comercializadas, quase que exclusivamente, diretamente com as indústrias de beneficiamento. Com relação aos núcleos de pescadores<sup>8</sup>, podem ser citados:

### **Município do Rio de Janeiro**

Urca: no local se reúnem cerca de uma dezena de embarcações pesqueiras de casco de madeira, com motorização de 18 a 50 HP, que atuam sobre diversas espécies de peixes, em rodízio de safras, operando principalmente com rede de emalhe de malhas diferentes (de 70 a 130 mm de distância entre-nós justapostos) nas

<sup>8</sup> Considerados como pontos de reunião de pescadores e embarcações a partir dos quais embarcam e/ou desembarcam seu produto de pesca. Entre parênteses é apresentado o número de embarcações por município a partir do Censo Estrutural da Pesca Artesanal do Estado do Rio de Janeiro.

imediações da entrada da Baía de Guanabara, podendo, em condições favoráveis, operar na região costeira adjacente e ilhas próximas (Rasa e Cagarras) com esforço focado em corvina, pescadas, serra/sororoca e enchova (ambas na safra).

Praça XV: outrora um importante local de descarga da frota industrial, hoje é eventualmente ocupado por menos de uma dezena de embarcações de baixo porte, algumas motorizadas, motores com menos de 20 HP, ocupando-se, primordialmente, da pesca com linha de mão, e redes de emalhe dirigidas a pescadas e corvinas. Esta frota é bastante móvel, nem sempre ocupando este local, e os desembarques são realizados nas primeiras horas da manhã ou no fim da tarde, podendo ocorrer em outros locais quando o produto da pesca for maior.

Caju: onde se localiza a Colônia de Pesca Z-12, berço da pesca sardinheira, na atualidade há um misto de pescadores industriais e artesanais, nem sempre de nítida distinção; dezenas de pequenas embarcações operando com redes de cerco e redes de espera, atuando em áreas internas da Baía de Guanabara (as de menor dimensão, até 12 m) ou na região costeira próxima. A frota industrial local costuma desembarcar seu produto em Niterói; além dos pescadores de sardinha, o local se destacava pela forte presença da pesca de arrasto dirigida aos camarões.

Vila dos Pinheiros/Parque União/Araçá: núcleo de pescadores artesanais (em torno de 40) que atuam nas imediações da ilha do Fundão e adjacências com pesca de emalhe e eventualmente com uso de linhas de mão e espinhel; em geral, a pesca é atividade secundária na composição da renda.

Ramos: reunião de pescadores artesanais e industriais, que se beneficiam da proximidade de pequenos estaleiros e outros estabelecimentos para pequenas reformas náuticas e da Colônia de Pesca Z-11, além da Cooperativa de Pescadores da Marcilio Dias, que agregam pescadores atuantes na pesca de cerco, emalhe, linha e espinhel. O comércio é realizado na colônia e vendido pela peixaria da mesma ou levado para o Mercado São Pedro (Niterói) ou CEASA de Irajá.

Ilha do Governador (Tubiacanga, Praia da Rosa, Bancários, Cocotá, Ribeira/Jequiá, Praia da Bica e Galeão): ao menos cinco a seis locais de desembarque que tem em comum a pesca essencialmente artesanal com foco na pesca de emalhe, efetuada tanto na parte mais interna da baía, com algumas embarcações não motorizadas (armadilhas e puçás), ou atuando entre a Ilha de

Paquetá e a Ponte Rio-Niterói (emalhe e arrasto). Na Ribeira/Saco do Jequiá, onde está instalada a Colônia Z-10, a frota motorizada emprega desde embarcações pequenas (8 m), até barcos de médio porte (até 15 m), com comércio direto ou via peixarias.

Paquetá: pesca artesanal com barcos de casco de madeira ou alumínio atuando predominantemente com redes de emalhe voltadas para a captura da pescada (malha de 70 mm) e corvina (malha 11 e 13 mm), motorização de pouca potência; o núcleo de pescadores se situa na Praia Grossa/Praia da Guarda; as atividades de pesca são desenvolvidas tanto na parte do fundo da baía como entre a ilha e a Ponte Rio-Niterói (pesca de linha de mão)

Copacabana: núcleo com cerca de 80 pescadores, atuando com 20 canoas motorizadas (com até 50 HP) operando com emalhe, preferencialmente, entre a região costeira desde a entrada da Baía de Guanabara até as ilhas oceânicas (Rasa e Cagarras, podendo se estender em época de mar calmo até as Ilhas Tijucas, segundo Nehrer & Begossi 2000). A pesca de linha de mão, armadilhas e arpão são utilizados com menor frequência. Todo o peixe desembarcado é comercializado diretamente pela Colônia Z-18 no próprio local.

Barra: além das atividades desenvolvidas no interior das lagoas de Tijuca e de Marapendi, a partir da confluência destas com o mar, uma pequena frota de embarcações de casco de madeira com motorização (predominantemente) de centro (de até 36 HP) opera na região entre o Joá e as Ilhas Tijucas. O pescado é comercializado no local ou no Mercado do Produtor, no mesmo bairro.

Recreio dos Bandeirantes: pequena frota com motorização de popa de baixa potência (até 15 HP) operando redes de emalhe dirigido a peixes diversos.

Barra de Guaratiba: núcleo com pouco mais de trinta pescadores atuantes e frota constituída de canoas motorizadas entre 6 e 9 m de comprimento, atuando na pesca de emalhe com redes entre 600 e 1.500 m de comprimento ao largo da Restinga da Marambaia (TOMÁS *et al.*, 2010), dirigida a peixes diversos (cações, pescadas, corvina, entre outros); a pesca é complemento de renda e a produção diária é vendida para peixarias locais ou levada para comercialização em outros pontos da cidade.



## **Baía de Sepetiba**

A Baía de Sepetiba é caracterizada por ser um importante ecossistema aquático, vital no ciclo inicial de diversas espécies de peixes e crustáceos (Costa 1992), limitado a oeste por um sistema de ilhas (Guaíba, Itacuruçá, Jaguanum, Martins, entre outras) e alimentada pelas águas oceânicas através de diversos canais. Estima-se que a frota atuante, espalhada pelos núcleos de pescadores existentes esteja em torno de 300 embarcações, a maior parte operando na pesca de emalhe (BARROSO & WIEFELS 2010).

Pedra de Guaratiba / Praia do Coqueirinho: frota de pequeno porte (até 12 m de comprimento) com motorização até 120 HP, operando na pesca de arrasto de portas e no emalhe.

Sepetiba: frota constituída em sua maioria por canoas com motorização de centro utilizadas na pesca de emalhe, bem como alguns arrasteiros, que operam na parte centro-sul da baía até as ilhas, com descargas ocorrendo na praia.

### **Município de Niterói (475 pescadores)**

Ilha da Conceição: maior agregação de moradias de pescadores e importante ponto de descarga de pescado, onde também existem descargas da pesca industrial e algumas indústrias de beneficiamento. A frota presente inclui, predominantemente, embarcações de cerco (sardinheiros) e emalhe, e o pescado é vendido sobretudo no leilão da Colônia Z-8.

Ponta da Areia: local de congregação de pescadores artesanais que opera com pequenas traineiras no cerco dentro da baía e com redes de emalhe de pequenas dimensões (possivelmente não excedendo a 500 metros) que possuem área de atuação restrita às proximidades (Enseada de Icaraí até a ponte Rio-Niterói), onde também podem atuar com pequenos espinhéis para a captura de peixes como garoupas, badejos e bagres; grande parte tem a pesca como segunda fonte de renda (motivo pelo qual a maior parte se esquivava de entrevistas, dificultando a obtenção de um número real de pescadores). A comercialização é realizada diretamente entre pescador (via leilão pela Colônia Z-8) e varejista (em geral, proprietários de *boxes* no Mercado São Pedro, logo em frente).

Praia Grande: de características assemelhadas as do núcleo citado acima, mas com comercialização também via colônia.

Jurujuba: comunidade tradicional de pescadores que tem na sardinha seu principal foco; havendo também pesca de emalhe e de polvo (com garatéia), linha e anzol (se estendendo para fora da baía); possui controle de desembarque por parte da própria organização dos pescadores e congrega ainda uma associação de mitilicultores (Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba /ALMARJ) que comercializa cerca de 6 toneladas/mês de mexilhões, coletados nos costões rochosos ao largo da entrada da baía ou em ilhas próximas, e que no período de baixa cede espaço no frigorífico disponível (capacidade para 20 t) (BARROSO & WIEFELS 2010) para outros pescados; parte de seu desembarque é comercializado pela Colônia Z-8.

Itaipu: praia oceânica onde se localiza uma colônia de pescadores e intensa atividade pesqueira artesanal operando, principalmente com embarcações de até 12 m, sendo que a maior parte é de pequenas canoas de no máximo 9 m, entre as Ilhas Maricás e Cagarras no verão e na região das ilhas localizadas a frente da praia no inverno. Em geral, a comercialização do pescado é direta entre pescador e varejista.

### ***Município de Itaguaí (33 pescadores)***

Possui uma frota de pequeno porte (canoas de 4 a 9 m, e traineiras de até 12 m) que opera exclusivamente no interior da Baía de Sepetiba atuando, sobretudo, na pesca de emalhe (peixes demersais tais como as pescadas e corvinas), com desembarques realizados no cais da Praia de Fora ou na praia onde se localiza a associação de pescadores (ambas na Ilha da Madeira), ou no Terminal Pesqueiro de Coroa Grande (área mais interna da baía, coberta por manguezais, onde pescadores das proximidades coletam caranguejos e mariscos).

### ***Município de Mangaratiba (50 pescadores)***

Itacuruçá: na parte continental existe comércio de pescado, recebendo produto de núcleos de pescadores de localidades próximas na Praia de Itacuruçá, onde também se localiza a Colônia de Pesca. Na Ilha de Itacuruçá existem alguns núcleos que, segundo Hoefle (1989), somariam cerca de 50 pescadores, sendo o mais expressivo o da Gamboa, atuando sobretudo na pesca de camarão com redes

e de emalhe para peixes, com embarcações motorizadas e a remo, nas demais ilhas da região também se localizam alguns pequenos núcleos de pescadores.

Muriqui: recentemente (abril/2011) construído um entreposto de pesca que atende aos cerca de cinquenta pescadores e criadores disseminados pelas praias da região atrelados a uma associação (Associação dos Pescadores e Marisqueiros de Muriqui / Apemam), que atuam em sua grande maioria com a pesca de emalhe.

Marambaia: formado por remanescentes de quilombolas, este núcleo de pescadores (que atuam a partir do píer da Ponta do Zumbi), constituído por cerca de 50 pescadores, opera embarcações de pequeno porte, em sua maioria não motorizada, com pesca de emalhe, linha de mão e espinhel para peixes, tanto no lado interno (baía) como ao redor da Marambaia, também é realizada a pesca do cerco estaqueado (curral de pesca).

### ***Município de Paraty (454 pescadores)***

O município Paraty está situado na parte oeste da Baía da Ilha Grande, com uma costa litorânea recortada e extensão aproximada de 180 km, com diversas enseadas e ilhas com circulação reduzida de correntes e fundos constituídos por areias lamosas. Destaca-se o Saco de Mamanguá, uma reentrância na costa com cerca de 8 km de extensão e até 1 km de largura e de baixa profundidade ao fundo do qual se encontra um grande manguezal, de importância capital como berçário para a fauna marinha e, conseqüentemente, para a pesca costeira. Ao sul, próximo à divisa com o Estado de São Paulo, a Serra do Mar atinge o oceano, em um ambiente de alta energia com fundos rochosos e arenosos, favorecendo a pesca de espinhel e de linha de mão. Na parte mais ao norte, entre a cidade de Paraty e as proximidades da cidade de Angra dos Reis, a serra se afasta do mar formando uma planície com presença de manguezais. Estas condições, segundo MUSSOLINI (1980), aliadas ao relativo isolamento das comunidades, antes da construção das rodovias litorâneas, permitiram o estabelecimento dos grupamentos caiçaras.

A frota pesqueira do município é essencialmente artesanal e está composta por botes (cabinados ou não), que representam 74,4% do total registrado, seguido pelas canoas (de até 8 m), com 23,1% (INSTITUTO DE PESCA, 2011), e atua,

principalmente, no interior da Baía de Ilha Grande. A pesca de emalhe é a mais praticada em número ao longo de todo o município. A pesca de arrasto-de-portas, orientada para a captura de camarões (sete-barbas, rosa ou branco) e que captura também diversas espécies de peixes demersais, é a atividade de maior produção no município. Em meses mais quentes também se utilizam espinheis de superfície para a captura do dourado (*Coryphaena hippurus*) (AVILA-DA-SILVA & VIANNA, 2009). Como complemento, também se pratica a pesca com linhas de mão e com cerco flutuante.

O número total de embarcações foi de 240, 80% menores que 9 m, e apenas 1% acima de 12 m, sendo que 49% com motores de até 25 HP. As embarcações da costa norte do município operam com emalhe, arrasto e linha de mão e as do sul principalmente com emalhe, cerco flutuante e linha de mão.

As espécies mais frequentes nos desembarques são camarão sete-barbas, camarão legítimo, dourado, carapau (*Caranx spp*), espada (*Trichirus lepturus*), lula (*Loligo plei*) e corvina (*Micropogonias furnieri*) (AVILA-DA-SILVA & VIANNA, 2009). Das espécies de peixe, as de maior valor são os robalos (*Centropomus spp*). No Saco de Mamanguá é bastante ativa a exploração de moluscos bivalves, normalmente realizado pelas mulheres.

Desembarques pesqueiros estão disseminados em oito locais (Cais da Boa Vista, Ilha das Cobras, Cais da Praia Grande, Cais de Tarituba, Cais do Corumbê, Cais de Paraty, Marina Imperial e Rio Matheus Nunes), dos quais cinco possuem maior importância. Nos Cais da Ilha das Cobras, da Boa Vista e no Rio Matheus Nunes, os principais desembarques são oirundos da pesca de arrasto-de-portas, com produção proveniente do lado oeste da Baía de Ilha Grande que é pesada no cais e transportada em gelo em caminhões para comercialização, principalmente, nos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo. No Cais da Ilha das Cobras há concentração de embarcações de 6 até 12 m, podendo ocorrer desembarques das mesmas embarcações em Tarituba e Praia Grande. Na costa norte a produção é desembarcada na Ilha de Corumbê, Ilha do Araújo, Rio São Gonçalo (onde existe rancho de apoio para permanência de embarcações e pequenos consertos) e Tarituba (ranchos na praia) para consumo nas próprias comunidades e restaurantes. Quando a produção é maior, levam-na ao cais da Ilha das Cobras.

O pescado oriundo das praias da parte sul, quando em baixos volumes, nas próprias praias atendendo ao mercado local impulsionado pelo turismo, e quando em quantidade maior são transportados para o Cais da Ilha das Cobras (INSTITUTO DE PESCA, 2011).

Ao longo de um ano de monitoramento, foram registrados 311 t de pescados desembarcados, compondo menos de 1% da produção total e 2,5% da receita bruta dos municípios sob a área de influência da Plataforma de Mexilhão (INSTITUTO DE PESCA, 2010). A produção pesqueira do município varia sazonalmente, com maiores valores entre novembro e dezembro de 2010 (em torno de 50 toneladas) com receita de cerca de R\$ 280 mil (INSTITUTO DE PESCA, 2010). O cerco flutuante apresentou-se como o aparelho de pesca mais rentável no município (7,63 kg/unidade produtiva e R\$ 4.771,88/unidade produtiva), seguido pelo arrasto simples (6,39/kg e R\$ 821,41) e tendo a linha de mão como a menos rentável (1,00kg/unidade produtiva e R\$ 41,50/unidade produtiva).

O número de pescadores artesanais recenseados foi de 454, sendo sua maioria (75%) com ensino fundamental incompleto. A renda mensal varia de 2 a 3 salários mínimos (36%) a 1 a 2 (35%) e a maior parte dos pescadores a complementam em outras atividades, a depender da época. Cerca de 90% comercializa o pescado com intermediários (INSTITUTO DE PESCA, 2011).

Até o início da década de 1990, pescadores artesanais do Saco do Mamanguá e pescadores de outros locais travaram conflitos pelo uso de arrasto de portas nesse ambiente pelos segundos, situação resolvida com a colocação de blocos de concreto que passaram a impedir a pesca de arrasto no local (DIEGUES & NOGARA, 1999). Os maiores conflitos atuais estão mais focados na proibição da atividade pesqueira em áreas com presença de unidades de conservação federais (ESEC de Tamoios). O município conta com uma Colônia de Pescadores (Z-18) com cerca de 3 mil associados (RITTER & GALHEIGO, 2009). BEGOSSI et al. (2009) entrevistaram 206 pescadores de um total estimado de 485 nas principais comunidades pesqueiras do município, a saber, do lado oeste para o leste:

Trindade: 21 pescadores entrevistados que representariam cerca de um terço dos existentes, concentrados na Praia do Meio, somente um dos pescadores declarou depender exclusivamente da pesca, com renda média oriunda da pesca

de R\$ 836,00 em função da presença de espécies de maior valor econômico, principais pesqueiros: Ponta da Galeta, Cabeça do Índio, Praia Brava, Saco da Preguiça, Ilha da Peça e Ponta da Trindade;

Praia do Sono: 22 de um total estimado em 60, com produção escoada por intermediário, reduzindo a renda média local proveniente da pesca (R\$ 318,00) apesar das características semelhantes à comunidade anterior, assim, a quase totalidade dos pescadores atuam também com turismo, principais pesqueiros: Ponta da Espia, Praia do Sono, Cachoeira das Pedras, Praia dos Antigos, Ilha da Peça, Caçoiera, Praia da Lagada e Pontinha;

Ponta Negra: 20 pescadores foram entrevistados (50% do total estimado), renda similar à anterior, sendo que a proveniente do turismo menos intensa, principais pesqueiros: Saco Grande, Cairuçu, Saco da Salema, Praia dos Antigos, Praia do Sono, Saco do Serafim, Saco Bravo, Ponto do Cael, Itapecirica e Ponta Negra;

Enseada da Cajaíba: com três comunidades, Pouso da Cajaíba, Praia Grande da Cajaíba e Martim de Sá, doze pescadores entrevistados de um total de 20, vivendo basicamente da pesca, com renda média da pesca de R\$ 938,00, com cerca de um terço se dedicando exclusivamente à atividade, principais pesqueiros: Ponta da Joatinga, Caiçuru, Ponta da Mesa, Ilha Deserta, Ponta dos Meros, Ilha Sandri, Baía da Espia e Três Pontas;

Saco do Mamangá: comunidades do Baixios e do Cruzeiro, 14 de um total de 70, grande parte dos quais atua embarcados em outros locais, a renda média proveniente da pesca é de R\$ 664,00, mas há complementação com a venda de artesanato a partir do uso da caixeta, principais pesqueiros: exclusivamente no próprio Saco;

Paraty-Mirim: 3 pescadores atuantes (um deles vive exclusivamente da pesca), já que a comunidade vem se voltando ao turismo, renda média da pesca é de R\$ 622,00, principais pesqueiros: não apontados;

Ilha do Algodão: todos os 15 pescadores foram entrevistados, com a maior parte (64%) atuando exclusivamente na pesca tendo renda média de R\$ 556,00, principais pesqueiros: Ponta dos Meros, Ilha do Algodão, Ilha dos Cocos e Baía da Rapada;

Ponta Grossa: 12 de 20, todos na Praia da Guerra, metade dependendo exclusivamente da pesca, com renda média menor que R\$ 500,00, principais pesqueiros: Ilha dos Ganchos, Ponta dos Meros e Baía da Rapada;

Paraty (centro): incluindo Parque Imperial, Mangueira, Chácara, Pontal, Jabaquara Corumbê e Ilha das Cobras, 27 de 65 pescadores, com renda média de R\$ 800,00, principais pesqueiros: Baía de Paraty, Ilha do Cedro, Jabaquara, Baía da Rapada, Ponta dos Meros, Ilha das Palmas, Paraty-Mirim, Saco do Mamanguá, Duas Irmãs, Ilha das Cabras, Ilha dos Cachorros e Ilha Comprida;

Ilha do Araújo: 20 de 60, com renda média de R\$ 513,00 com 40% vivendo somente da pesca, principais pesqueiros: Baía de Paraty, Ponta do Araújo, Araçaiba, Baía da Rapada, Laje Funda e Mambucaba;

Praia Grande: 11 de 20, comunidade mais urbanizada possuindo peixaria e relativa infraestrutura com renda média oriunda da pesca de R\$ 933,22 e que é complementada com pequenos serviços e transporte de turistas. Já que somente um terço vive exclusivamente da atividade de pesca, principais pesqueiros: Ilha do Pico, Ilha Branca, Baía da Rapada, Ilha das cabras, Ilha das Palmas e Ilha Ventura;

São Gonçalo: 10 de 14, dos quais 60% dependem exclusivamente da pesca com renda média da pesca é de R\$ 540,00, complemento é realizado com transporte de turistas, , principais pesqueiros: Ilha do Cedro, Ilha do Pelado e Ilha Peladinha; e,

Tarituba: 19 de 40, dos quais 63% dependem da pesca com única alternativa de renda, cuja média é a mais alta nas comunidades do município (R\$ 1.246,00), complemento de renda com turismo e serviços gerais, principais pesqueiros: Ilha Araçatiba, Ilha Araraquara, Ilha do Cedro, Laje Branca, Ilha Comprida, Ponta dos Meros, Sete Cabeças, Araçaiba, Baía de Paraty, Ilha do Pelado, Ilha Sandri e Ilha de São Pedro.

### **Angra dos Reis (712 pescadores)**

Considerando a área insular, o município de Angra dos Reis possui cerca de 250 km de costa. A pesca em termos gerais é traço na economia do município,

menor do que 1%, considerando o número de estabelecimentos existentes (SANTOS, 2007). Ainda assim, além das espécies comuns à pesca de arrasto e de emalhe (peixes, moluscos e crustáceos), sazonalmente a pesca de sardinha *Sardinella brasiliensis* (com embarcações de cerco) promove desembarques consideráveis, alcançando entre 50 a 90% das descargas anuais de pescado do município (AVILA-DA-SILVA & VIANNA, 2009). Com menor importância, registra-se a pesca com arrasto-de-portas, voltada ao camarão-rosa (*Farfantepenaeus* spp) e peixes demersais. Outras espécies frequentes nos desembarques foram a savelha (*Brevoortia* sp), carapau (*Caranx* spp), porquinho (*Balistes capriscus*), manjubas, palombeta e goete.

A frota, que em 2005 esteve composta por 74 unidades produtivas da pesca artesanal, durante o censo em 2010 esteve representada por 212 embarcações (INSTITUTO DE PESCA, 2011). Existe uma distinção entre duas frotas devido às dimensões, áreas de atuação e locais de desembarque. A basicamente artesanal, barcos, botes e canoas (estas são a metade desta frota), com até 9 m, atua na Baía de Ilha Grande com arrasto pequeno (simples ou duplo), redes de cerco, emalhe e linha de mão, compõem cerca de 40% do total. A outra possui maior mobilidade, embarcações de até 18 m, motores de mais de 100 HP e conservação de pescado em gelo, operando com redes de cerco para sardinha entre o litoral norte de São Paulo até Cabo Frio. As traineiras de Angra dos Reis possuem pequeno porte em comparação àquelas de Santos e do Rio de Janeiro, limitando sua operação na Baía de Ilha Grande e arredores em áreas de até 50 m de profundidade, entretanto foi reconhecida a operação nas cercanias da Ilha do Montão de Trigo, litoral norte paulista (INSTITUTO DE PESCA, 2011).

No ano de 2009 a produção pesqueira de Angra atuando na área oceânica foi maior em outubro (433 t) e em 2010 houve queda marcante (34 t em junho), o que representa um deslocamento da principal espécie alvo da pesca (sardinha) para maiores profundidades, fora da área de atuação desta frota (INSTITUTO DE PESCA, 2010). A produção pesqueira apresentou maiores valores em outubro (pouco acima de 14 mil toneladas), em função dos desembarques de sardinha, gerando receita de mais de R\$ 11 milhões (INSTITUTO DE PESCA, 2010).



Em termos comparativos, o cerco flutuante e o cerco de sardinha apresentaram as melhores produções por unidade produtiva (acima de 10 kg por unidade produtiva), tendo a linha de mão a menor (R\$ 1,63 por unidade produtiva). Considerando receita/unidade produtiva, o cerco de sardinha foi a arte de pesca que apresentou a maior taxa (R\$ 185,70 x 103/unidade produtiva) no período, seguida pelo cerco flutuante e pelo emalhe (acima de R\$ 20 mil por unidade produtiva). Neste contexto, o arrasto simples apresentou as menores taxas (pouco acima de R\$ 100 por unidade produtiva) (INSTITUTO DE PESCA, 2010).

Os desembarques ocorrem basicamente em quatro locais, todos no centro do município. O Cais da Lapa apresenta uma estrutura mais organizada, com pescado, após pesado, encaminhado para a indústria. Nos Cais da Cooperativa, Cais de Santa Luzia e Cais do Odaka, o pescado é em geral descarregado direto para caminhões, seguindo para os mercados do Rio e de São Paulo. O primeiro e o último possuem fábrica de gelo e o outro dois postos de abastecimento. As maiores embarcações pesqueiras provenientes da Ilha Grande também podem acessar estes terminais. Os de menor porte que atuam junto à Ilha Grande, concentram desembarques na Vila de Abraão, onde intermediários levam o pescado ao continente. Além destes, ocorrem desembarques em diversas praias, sendo os mais importantes ocorrendo no Rio Mambucaba e na Praia Vermelha, com estrutura precária, com o pescado desembarcado armazenado em freezers nas próprias casas dos pescadores (INSTITUTO DE PESCA, 2011).

Segundo SOARES (2009), 712 pescadores artesanais estavam distribuídos na pesca artesanal do município em 2008/2009 e no censo realizado em 2010 este número foi ampliado para 1.166 dos quais a quase totalidade tem a atividade de pesca como renda exclusiva, com salários variando de um a dois salários mínimos. O pescado é comercializado em sua maioria (77%) por intermediários com escoamento dirigido basicamente a peixarias e indústrias (INSTITUTO DE PESCA, 2011).

Angra dos Reis é o município fluminense com a maior expressão em maricultura (basicamente mitilicultura). O município registra a presença de unidades de conservação federais (ESEC de Tamoios) e estaduais (Parque Estadual do Aventureiro, Parque Estadual da Ilha Grande e Reserva Biológica da Praia do Sul), uma Colônia de Pescadores (Z-17), Associação de Pescadores

Profissionais e Amadores, Cooperativa de Pesca de Angra dos Reis e quatro empresas de pesca, além de alguma infra-estrutura instalada como frigoríficos e locais de abastecimento.

As entrevistas com 282 pescadores do município realizadas por BEGOSSI et al. (2009) apontaram para uma estimativa total de 449 pescadores artesanais atuando a partir das principais comunidades pesqueiras do município, indicando a renda média mensal de cada uma.

#### No continente:

Perequê: 18 pescadores foram entrevistados de um total estimado em 40 (informações controversas citam até 300 pescadores), a renda média obtida da pesca é de R\$ 790,00. Os principais pesqueiros são: Laje Velha, Laje Branca, Ilha Sandri, Ilha dos Meros, Laje de São Pedro, Ilha da Samambaia e Laje Nova;

Mambucaba: 9 de 15 pescadores foram entrevistados, nenhum dos quais sobrevive somente da pesca, cuja renda média é de R\$ 700,00, obtida principalmente via pesca submarina. Os principais pesqueiros são: Ilha do Algodão, Ilha Sandri, Ilha Araraquara, Ilha Comprida e Ilha Samambaia;

Frade: 11 pescadores foram entrevistados em um total de 20, sendo que a pesca na atualidade não tem mais a importância anterior, perdendo atenção para os serviços associados a marinas e hotéis da região, a renda média da pesca é de R\$ 460,00. Os principais pesqueiros são: Bracuí, Ilha da Gipóia, Ilha Cunhambebe, Ilha Sandri, Ilha do Brandão, Baía da Ribeira e Ilha de Búzios;

Vila Velha: 18 pescadores entrevistados (total), que é reduzido de pescadores na atualidade a sua maior parte já está aposentada, e os que ainda pescam tem a pesca como atividade por vezes secundária, obtendo renda média de R\$ 585,00. Os principais pesqueiros são: Ilha Araçatiba, Ilha da Gipóia, Ilha do Coronel e Ilha de Búzios;

Ponta Leste: 13 dos 15 pescadores da área foram entrevistados, esta comunidade é essencialmente pesqueira, porém com outras alternativas complementares de renda (serviços gerais), a renda média é de R\$ 383,30. Os principais pesqueiros são: próximo ao TEBIG, Monumento, Ilha Grande e Ilha Saracura;

Garatucaia: 7 de 9 pescadores foram entrevistados, dos quais 43% tem a pesca como única alternativa de renda, esses atuam mais em cercos flutuantes e possuem renda média de R\$ 514,30. Os principais pesqueiros são: Ilha Sororoca, Caetés e Bóias.

*Na Ilha Grande: Parte interna voltada ao continente:*

Ilha da Gipóia: 3 pescadores foram entrevistados de um total de 7, a pesca é quase que exclusivamente voltada à venda direta ao turismo, com renda média mais elevada (R\$ 1.733,00). Os principais pesqueiros são: Laje do Coronle e Ilha Sandri;

Vila do Abraão: 14 dos 15 pescadores que atuam na área foram entrevistados, dos quais somente 5 vivem exclusivamente da pesca, os demais complementam a renda com serviços para turistas, a renda advinda da pesca é de R\$ 602,70. Os principais pesqueiros são: Baía do Pau a Pino, Ilha dos Meros, Ilha de Jorge Grego, Baía das Palmas, Castelhanos, Lopes Mendes, Ponta Grossa e Ilha do Abraão;

Saco do Céu: 16 pescadores foram entrevistados do total de 20, 56% vivem somente da pesca com renda média de R\$ 675,00. Os principais pesqueiros são: Baía do Pau a Pino, Castelhanos, Ilha Cotiara, Ilha dos Meros, Baía das Palmas e Baía de Paraty;

Japariz: 7 dos 10 pescadores da região foram entrevistados, a atividade de pesca convive com a atividade turística, sendo a renda média da pesca elevada (R\$ 1.228,00). Os principais pesqueiros são: Baía do Abraão, Portugal e Verolme;

Bananal: 10 pescadores foram entrevistados (total), o local já abrigou fábricas de salga de sardinha e tem na pesca uma renda média de R\$ 436,00 que é praticada de forma secundária. Os principais pesqueiros são: Ponta do Acaía, Ponta do Bananal, Laje do Mingote e Abraão;

Matariz: 7 de 25 pescadores foram entrevistados, a pesca ainda é atividade econômica forte localmente embora com renda média baixa (R\$ 333,30), não possui infraestrutura. Os principais pesqueiros são: Parcel do Pendão, Laje da Matariz e Laje Branca;

Sítio Forte: 2 pescadores foram entrevistados (total), a atividade pesqueira em franco declínio, quase não existem moradores pescadores, somente um declarou viver exclusivamente da pesca;

Maguariqueçaba: 3 dos 6 pescadores locais foram entrevistados, a principal atividade econômica é a miticultura e os serviços associados (turismo e restaurantes), sem renda informada;

Praia Longa: 9 pescadores foram entrevistados de 18 atuantes na área, a maior parte atua na pesca embarcada, dos entrevistados a renda média é de R\$ 412,00. Os principais pesqueiros são: Laje Branca, Ponta do Pilão, Lagoa Verde, Pedra Miúda e Ponta Grossa;

Araçatiba: 19 pescadores foram entrevistados do total de 30, com somente 4 declarando a pesca como única atividade de renda, atuando em cercos flutuantes e emalhe, a renda média da pesca é de R\$ 545,00. Os principais pesqueiros são: Laje Branca, Parcel do Pendão, Ilha dos Meros, Baía do Acaía, Cachoeira, Laje do Fundo, Largo da Enseada, Parcel do Ilhote e Ilha Jorge Grego;

Praia Vermelha: 10 dos 15 pescadores da região foram entrevistados, com 50% tendo a pesca como única fonte de renda, a pesca é realizada localmente, sobretudo, com uso de cercos flutuantes, a renda média é de R\$ 724,00. Os principais pesqueiros são: Saco da Baleia, Costão do Drago, Paredão e Praia Vermelha;

*Na parte externa (oceânica):*

Provetá: 14 pescadores dos 30 da região foram entrevistados, a comunidade concentra embarcações e pescadores atuantes na pesca de grande escala, que no período de defeso pescam de maneira artesanal, atividade importante localmente como a principal, a renda média é de R\$ 490,90, somente com a atividade artesanal. Os principais pesqueiros são: Ilha dos Meros, Parnaioica, Saco Grande, Lopes Mendes, Costão do Aventureiro, Castelhanos, Ilha Jorge Grego e Praia do Sul;

Vila do Aventureiro: 4 pescadores foram entrevistados dos 13 da área, a renda é conjugada entre turismo e pesca, em média de R\$625,00. Os principais pesqueiros são: Costão do Drago e Costão do Aventureiro;

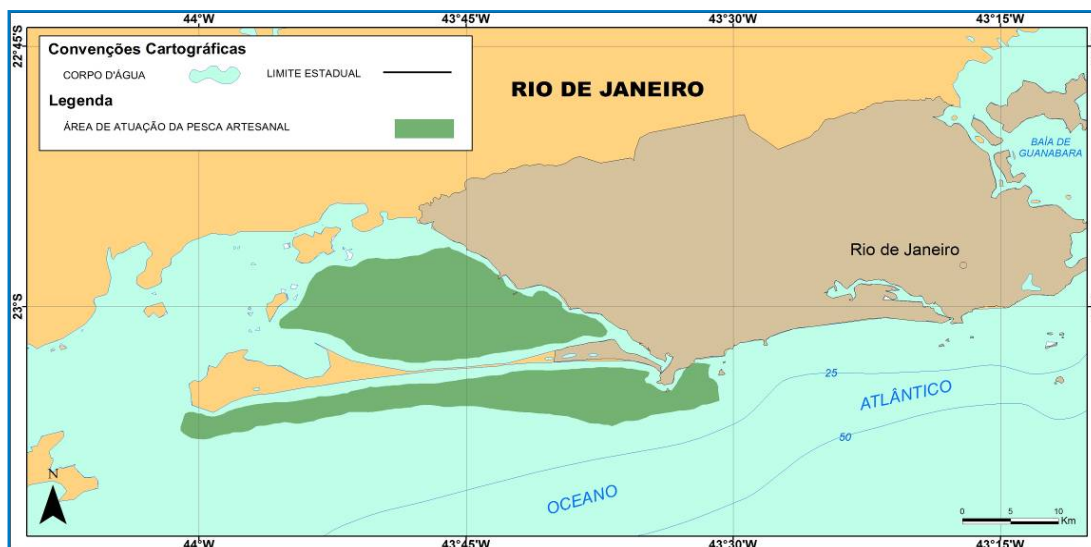
Dois Rios: 8 pescadores dos 12 que atuam na área foram entrevistados, nenhum depende da pesca, sendo esta uma atividade secundária, de onde obtém uma renda média de R\$ 451,00. Os principais pesqueiros são: Ponta do Exótico, Cavalinhos e Ilha Jorge Grego; e

Palmas: 5 pescadores foram entrevistados (total), com pesca incipiente, a atividade principal é o turismo com a pesca sendo atividade complementar, a renda média advinda da pesca é de R\$ 415,00. Os principais pesqueiros são: Ponta das Palmas.

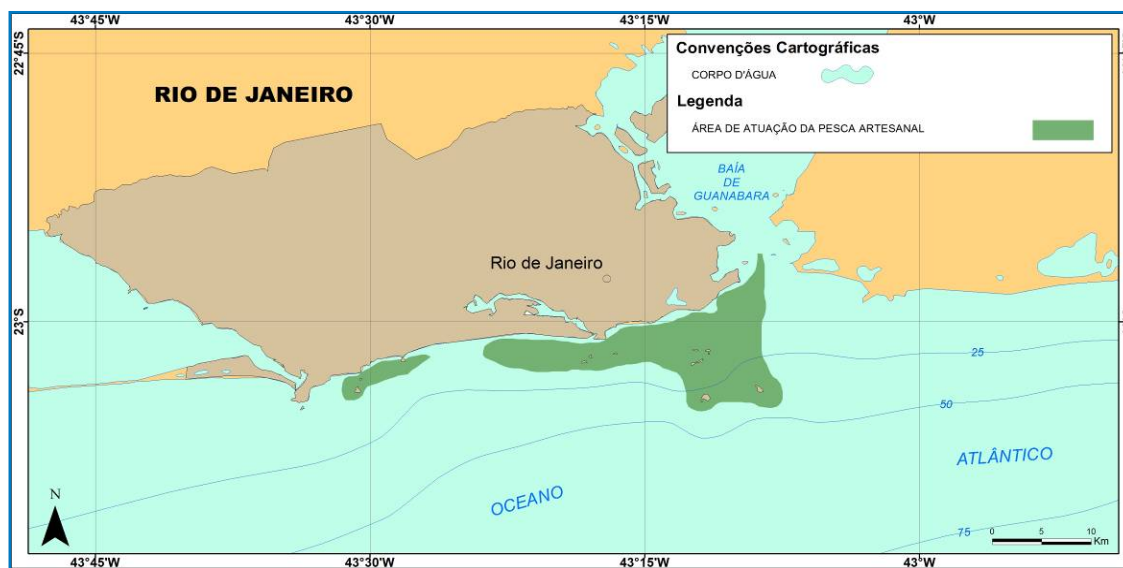
O número total de pescadores acima aparenta estar subestimado em relação ao apontado no censo (INSTITUTO DE PESCA, 2011), ainda que neste sejam considerados também os pescadores de média escala atuantes na pesca de sardinha.

### Áreas de Pesca

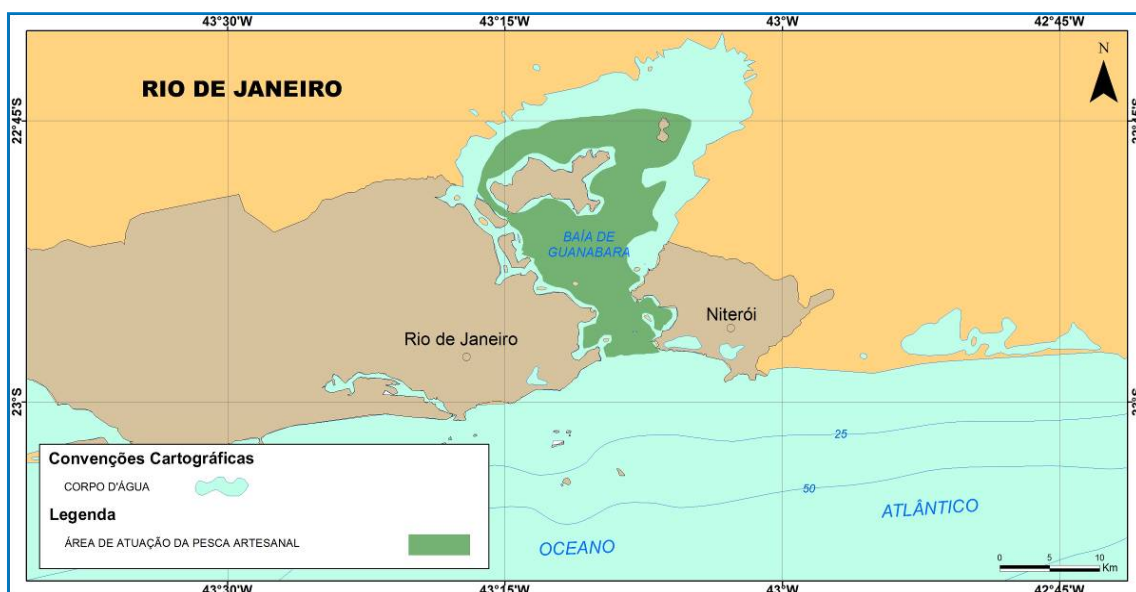
A **Figura II.5.3-194, Figura II.5.3-195, Figura II.5.3-196, Figura II.5.3-197, Figura II.5.3-198 e Figura II.5.3-199**, a seguir apresentam, em linhas gerais, as áreas de atuação da pesca artesanal dos municípios analisados no estado do Rio de Janeiro. Estes resultados foram obtidos com a convergência de dados disponibilizados na literatura, em especial AVILA-DA-SILVA & VIANNA (2009) e BARROSO & WIEFELS (2010).



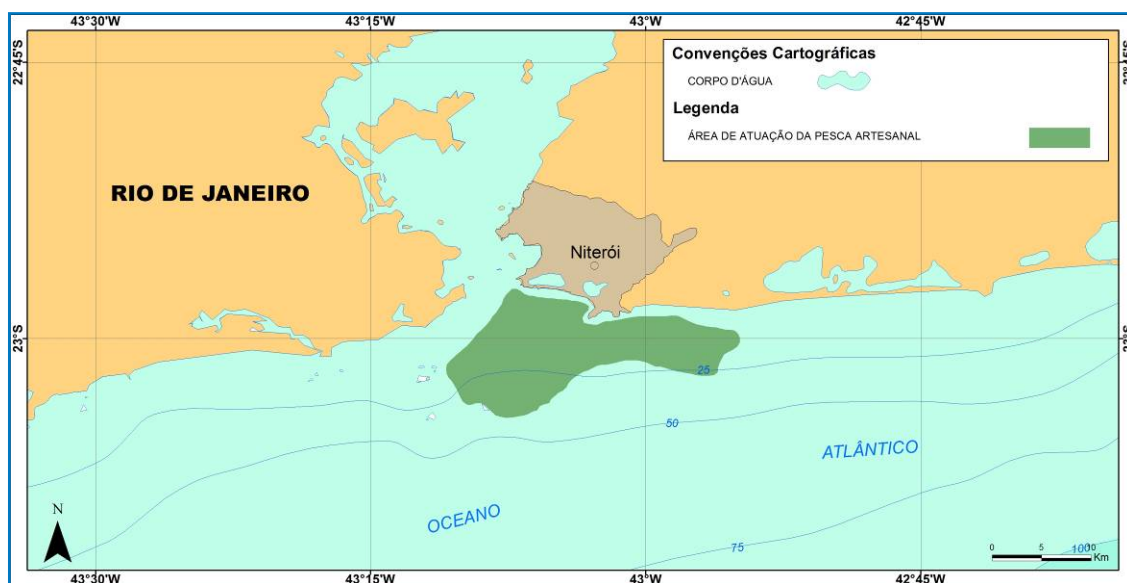
**Figura II.5.3-194** - Área de atuação da pesca artesanal da parte oeste do município do Rio de Janeiro (RJ).



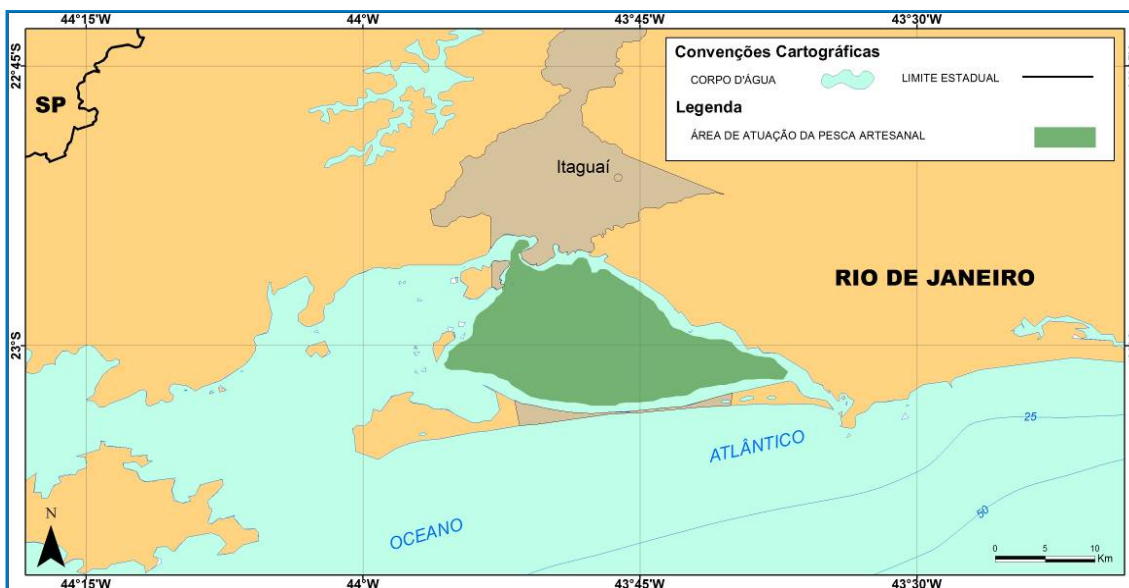
**Figura II.5.3-195** - Área de atuação da pesca artesanal da parte central (oceânica) do município do Rio de Janeiro (RJ).



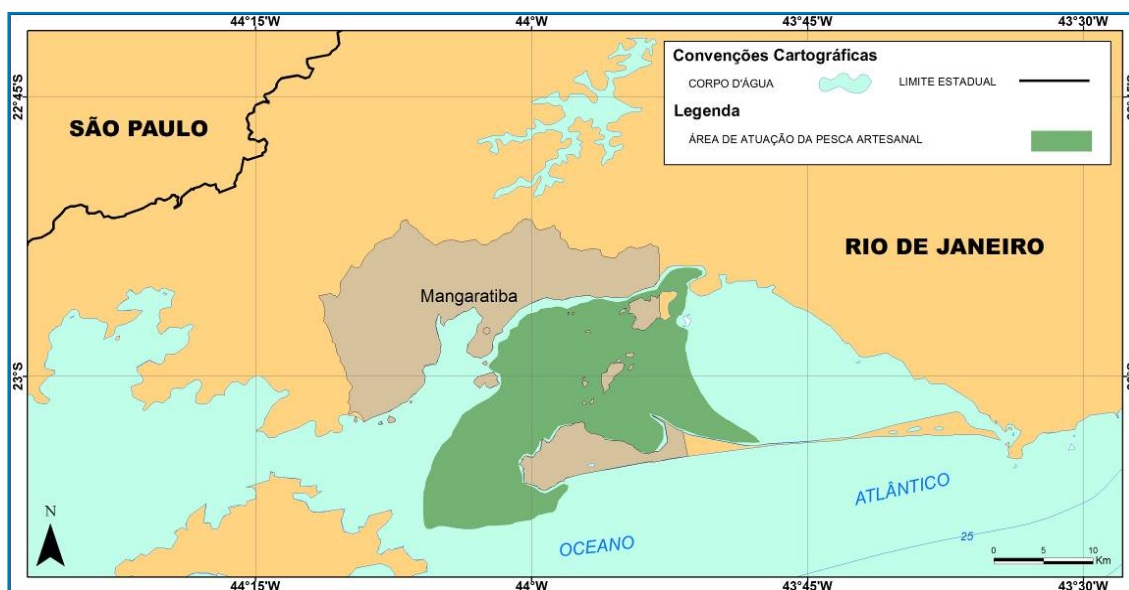
**Figura II.5.3-196** - Área de atuação da pesca artesanal dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói na Baía de Guanabara (RJ).



**Figura II.5.3-197** - Área de atuação da pesca artesanal – parte oceânica - do município de Niterói (RJ).



**Figura II.5.3-198** - Área de atuação da pesca artesanal do município de Itaguaí (RJ).



**Figura II.5.3-199** - Área de atuação da pesca artesanal do município de Mangaratiba (RJ).

### **Frotas e atuação do estado do Rio de Janeiro**

A atuação da frota artesanal, seja de emalhe de fundo ou de arrasto (não importando de que município e ambiente que opera), ocorre até a isóbata de 30 m de profundidade. Quando operando com espinhel e linha de mão, as profundidades podem ser maiores (até 50 m), no entanto sempre limitadas à distância do porto de origem devido às precárias condições de armazenagem do



pescado (quando muito, em caixas de isopor com gelo). O **Quadro II.5.3-104** apresenta os dados sobre as espécies-alvo nos Municípios da Área de Influência no estado do Rio de Janeiro.

**Quadro II.5.3-104 - Recursos pesqueiros e distribuição da pesca por município do Estado do Rio de Janeiro (BG – Baía da Guanabara; RC – região costeira e BS – Baía de Sepetiba).**

Espécie	Rio de Janeiro			Niterói		Itaguaí	Mangaratiba	Angra dos Reis	Paraty
	BG	RC	BS	BG	RC				
Camarão	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Carapau								X	X
Corvina	X	X	X	X	X	X	X		X
Dourado									X
Enchova	X	X	X	X	X	X	X		
Espada									X
Goete								X	
Lula									X
Manjuba								X	
Mexilhão	X	X		X	X				X
Palombeta								X	
Parati	X		X	X		X	X		
Pescadas	X	X	X	X	X	X	X		
Polvo	X	X		X	X				
Porquinho								X	
Robalo	X		X	X		X	X		X
Sardinha	X	X	X	X	X				
Savelha								X	
Siris e caranguejos	X		X			X	X		
Sororoca	X	X	X	X	X	X	X		
Tainha	X	X	X	X	X	X	X		

### II.5.3.N.3 - Estado de São Paulo

No Estado de São Paulo, os últimos anos apontaram redução significativa nos desembarques pesqueiros, sugerindo uma retração da frota. Na Baixada Santista, o desembarque de pescado vem perdendo importância no decorrer do tempo para outros locais, face à evolução dos custos operacionais e o arrendamento do Entrepasto de Pesca de Santos em 1989, aliado ao progressivo esvaziamento do setor com desembarques fragmentados em píeres particulares de empresas de pesca, ou mesmo em trapiches clandestinos construídos ao

longo dos rios do município do Guarujá, dificultando a coleta de informações sobre volume desembarcado e sobre as áreas de atuação das frotas pesqueiras baseadas em Santos/Guarujá, além, obviamente, do controle sanitário.

Ainda assim, estes dois municípios conjugados foram responsáveis pela maior parcela (59,8%) do volume desembarcado no estado em 2010, bastante inferior à participação em 1998, quando alcançou 87,2% (Instituto de Pesca<sup>9</sup>). Gefe *et al.* (2003) indicaram em cinco dos nove municípios da Baixada Santista (Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Bertioga) pouco mais de 3.200 pescadores artesanais, atuando majoritariamente no estuário (55%) na captura de siris, camarão-branco e peixes. O restante atua, principalmente, na pesca de camarão sete-barbas e no emalhe costeiro capturando as espécies de safra (corvina, pescada-foguete, enchova, etc). Agrupando os demais municípios (Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe) esta estimativa aumentaria de 500 a 1.000 pescadores, os quais atuam primordialmente na pesca costeira de emalhe.

A depender da frota, equipamentos de navegação são pouco utilizados (somente os obrigatórios por normas), limitando-se, quando existentes, a bússolas e rádios de curto alcance. Devido à descapitalização do setor, é prática comum que os próprios pescadores realizem a manutenção e reforma da frota, muitas vezes aproveitando as marés altas para encalhar as embarcações na praia.

Os insumos são, geralmente, adquiridos no comércio local. O gelo para conservação do pescado acaba se constituindo em um dos maiores entraves a essa atividade, pois é produzido em locais distantes das praias, de difícil aquisição, sendo suprido por atravessadores que adquirem o pescado, utilizando-se disso na criação de uma relação de dependência.

Nos pequenos empreendimentos de pesca espalhados pelas praias (principalmente de cercos), a produção é armazenada em gelo em caixas de isopor ou carcaças de geladeiras, ou nas poucas câmaras frias (0 – 5° C) de propriedade de pescadores (ou de suas associações) nas próprias praias, à espera da venda para intermediários ou diretamente aos consumidores.

---

<sup>9</sup> [www.pesca.sp.gov.br/estatistica.php](http://www.pesca.sp.gov.br/estatistica.php)

Existem, também, algumas estruturas de armazenamento, ligadas a colônias de pescadores ou prefeituras, que centralizam o armazenamento nos pontos de desembarque, em centros urbanos. Nessas, a comercialização é realizada, em geral, diretamente ao consumidor nas temporadas turísticas ou em fins de semana, e/ou a intermediários (peixarias, atacadistas, atravessadores) no restante do ano, sobretudo nos locais mais afastados dos centros urbanos. Praticamente inexistente a industrialização do pescado capturado, estando o processamento restrito à retirada da carapaça dos camarões e eventual filetagem ou evisceração do pescado não vendido imediatamente após a captura.

As principais embarcações utilizadas no estuário são botes (de alumínio) de 5 a 7 m, equipados com motores de popa de até 25 HP, canoas de madeira de até 5 m a remo e pequenas embarcações de até 7 m, com motor de centro entre 15 a 25 HP. O número estimado total de embarcações é de 1.100. Essas embarcações utilizam diversos métodos de pesca, cada um desses objetivando a captura de recursos pesqueiros específicos (**Quadro II.5.3-105**).

**Quadro II.5.3-105 - Área de ocorrência dos principais recursos e tipo de frota**

Principais recursos:	Área:	Profundidade(m):	Principal frota:
Atuns e afins	Oceânica pelágica	até 400/500	Espinhel de superfície
Betara	Demersal costeira	até 50	Arrastos e emalhe
Camarão-branco	Demersal costeira	até 30	Arrasto (mar) e gerival (estuário)
Camarão-rosa	Demersal costeira	até 90	Arrasto
Camarão sete-barbas	Demersal costeira	até 30	Arrasto
Carapau	Pelágica costeira	até 50	Cerco-flutuante
Corvina	Demersal costeira	até 100	Arrastos, parelha e emalhe
Dourado	Oceânica pelágica	até 100	Espinhel de superfície
Espadarte	Oceânica pelágica	até 400/500	Espinhel de superfície
Espada	Pelágica costeira	até 70	Cerco-flutuante, emalhe
Guaivira	Demersal costeira	até 50	Emalhe
Lulas	Pelágica costeira	até 50	Arrasto e zangarelho
Pescadas	Demersal costeira	até 50	Arrastos, parelha e emalhe
Sardinhas	Pelágica costeira	até 70	Cerco
Polvo	Demersal costeira	até 150	Potes/covos, arrastos
Tainha	Pelágica costeira	até 50	Cerco

No que se refere à pesca industrial oceânica do estado de São Paulo, esta engloba basicamente quatro frotas (espinhel de superfície, espinhel de fundo, emalhe de fundo e armadilhas de fundo). Já a atividade industrial atuante na zona

costeira, utiliza como petrechos de pesca: arrasto-de-portas médios e pequenos, parelhas médias, emalhe e cerco, sendo operados com base em Santos e Guarujá.

A seguir são apresentadas as características de cada um dos municípios que compõe a Baixada Santista e Litoral Norte no estado de São Paulo.

Ubatuba: reúne diversos ambientes que permitem uma diversificação nas pescarias, a ponto de considerá-las em separado, e que desembarcam em 13 pontos. O maior deles, a Barra dos Pescadores, congrega uma frota de média escala composta por arrasteiros (arrasto-duplo-pequeno e arrasto-simples-pequeno) com comércio direto com as peixarias locais, sendo os principais recursos camarão-sete-barbas, corvina e lula. No entanto, não existe infraestrutura de gelo e água no local. Esta frota possui motores de potência menor do que 50 HP e de baixa mobilidade espacial. O Cais do Alemão possui infraestrutura (gelo, água e combustível) e recebem embarcações de maior porte das frotas de emalhe (corvina e pescadas), espinhel (batata e dourado) e de arrasto-duplo-médio (camarão-rosa).

O Saco da Ribeira possui espaço favorável para embarcações de maior porte da frota industrial, como as traineiras (cerco de sardinha), emalhe e arrasteiros, que, juntamente com a frota de espinhel do Cais do Alemão pode atuar em grandes profundidades (até 500 m). Desembarques nas praias com pesca realizada a partir de botes e canoas para a pesca de camarões e peixes e que atua nas imediações do município. Essas frotas compõem um mosaico de 349 embarcações cuja maioria (84%) não ultrapassa a 9m. São 871 pescadores com a maior parcela (79%) vivendo exclusivamente da pesca.

Caraguatatuba: com uma frota artesanal de pequena escala, atuante com arrasto-duplo-pequeno, emalhe, arrasto-simples-pequeno e linha-de-mão, tem na pesca camaroeira mais de 70% dos desembarques no município. A área de pesca é ao longo de toda a área defronte ao município, podendo alcançar Ilhabela. Assim como em outros municípios do Litoral Norte paulista, a atuação conjunta de artes de pesca em uma mesma viagem é grande, principalmente emalhe, arrasto e linha-de-mão.

No canto da praia do Camaroeiro existe uma estrutura para comercialização de pescado com infraestrutura básica quanto a gelo. Os maiores desembarques são de camarão-sete-barbas, espada e corvina. No Porto Novo, ao sul do município, existe um pequeno píer dentro de um rio podendo haver fornecimento de gelo a depender da demanda (não há fábrica de gelo no local). Nesse ponto são desembarcados camarão-sete-barbas, corvina e lula. Também ocorrem desembarques em diversas praias a partir da frota de emalhe e de espinhel costeiro dirigidos a peixes diversos como corvina, sororoca e tainha, composta por canoas e botes de madeira, fibra ou alumínio de até 8 m de comprimento com motorização de até 25 HP.

As 126 embarcações possuem comprimento de até 12 m, sendo que 82% até 6 m, construção em madeira (64%) com motorização (73%), onde a maior parcela (79%) usa caixas de isopor para armazenamento do pescado. No município atuam 237 pescadores, dos quais 72% tem a pesca como fonte exclusiva.

São Sebastião: face à sua geografia peculiar, espremido entre a serra e o mar ao longo de mais de 100 km de costa litorânea, este município possui mais de 20 pontos de desembarque pesqueiro que empregam diversas artes de pesca. A parte mais ao norte não apresenta infraestrutura de apoio à pesca e os desembarques ocorrem na praia com a maior utilização das redes de emalhe para a captura da tainha e da corvina. No bairro de São Francisco, em função da existência de píer e uma cooperativa que fornece gelo e combustível, concentra a maior parte da frota de arrasto-duplo-pequeno e emalhe, que no município são as embarcações de maior tamanho (até 12 m) e potência (em torno de 75 HP), tendo como principais recursos desembarcados camarão-sete-barbas, carapau (*Caranx spp*) e lula (*Loligo plei*).

A região que abrange o centro da cidade não possui qualquer infraestrutura de apoio à pesca, com maior expressão do emalhe (tainha, parati, corvina) e da linha-de-mão (com zangarelho para lulas). A parte sul possui em comum as características artesanais, porém existem significativas diferenças no contexto de organização espacial e de infraestrutura, ainda que pequena como a existência de

ranchos (para abrigar canoas e material de pesca) como em Paúba, ou mesmo de um píer para desembarque (Boissucanga).

A frota é composta por 290 embarcações das quais 85% possuem menos de 9 m e mais de 95% possuem menos do que 10 AB, sendo desta forma essencialmente artesanal. Apesar disso, atua entre o sul do município e Ubatuba. A maior parte (73%) é motorizada, das quais 68% com potência menor do que 25 HP. Cerca de 56% dos pescadores locais tem a pesca como única fonte de renda e a renda mensal.

Ilhabela: com atividade pesqueira bastante diversificada, destaca-se, ao longo de 17 pontos de desembarque, a pesca de cerco, de arrasto-duplo-pequeno, de emalhe e, embora sem expressão na produção (menos de 2%), a pesca de lulas com zangareio e atração luminosa. Alguns destes possuem uma mínima infraestrutura com píer de desembarque (Mercado Municipal) para onde converge o produto das pescarias dos núcleos de pescadores da parte norte e das praias de fora da ilha, e também onde se congregam as embarcações de maior porte (cerco, arrasto-duplo-pequeno e emalhe).

As principais espécies presentes nesses desembarques são as sardinhas, carapau, peixe-galo, lula, enchova e tainha. A parte sul da ilha não possui infraestrutura alguma para a atividade pesqueira, com exceção à praia do Perequê, que possui um cais passível de uso para as embarcações de arrasto. O forte dessa região é a pesca de emalhe e linha-de-mão. A pesca realizada nas ilhas de Búzios e de Vitória podem tanto descarregar sua produção em Ilhabela (Mercado) ou em São Sebastião que, de modo geral, está focada na captura de carapau, sororoca, enchova, tainha, lula, garoupa e bagre usando cerco-flutuante, emalhe, espinhel costeiro e linha-de-mão, que atuam nos arredores das diversas ilhas existentes na região não ultrapassando a 100 m de profundidade (pesca de linha). Também é forte o uso conjugado de petrechos.

Das 280 embarcações do município, 91% são de madeira, 90% possuem menos do que 9 m e a totalidade da frota não ultrapassa a 15 AB (95% até 5 AB). Com um total de 501 pescadores, 54% tem a pesca como fonte única de renda. Em geral, o pescado é armazenado em caixas de isopor ou no próprio convés da embarcação.

Bertioga: a frota de pesca em Bertioga é constituída por 86 embarcações de pequeno a médio porte (até 15 m de comprimento e de 15 AB), com cascos de madeira (mais de 90%) e, em sua maior parte (mais de 80%) operando com arrasto. Os desembarques totais registrados desde 2008 estiveram acima de 220 t, dos quais mais de 85% referentes à pesca de arrasto. Entretanto, existem também desembarques em algumas praias, onde predomina o uso da pesca com emalhe. Esta última é voltada à captura de pescadas, guaiviras (*Oligoplites* spp, espécie de safra) e corvina (*Micropogonias furnieri*) (Fonte: Instituto de Pesca).

Segundo os dados do Instituto de Pesca, 52,6 % das embarcações deste município possuem comprimentos entre 6 e 9 m e 28,9 % entre 9 e 12 m, tendo a maioria (84,6%) das embarcações menos de 5 AB e motorização essencialmente de baixa potência (57,9% menor que 50 HP). Segundo a mesma fonte, 155 pescadores atuam efetivamente, dos quais 87,7% na frota de arrasto.

Guarujá: além de reunir, juntamente com o município de Santos, a maior parcela da frota pesqueira industrial, uma forte pesca de caráter artesanal existe a partir de distintos núcleos de pesca na região litorânea (Praias do Perequê, Astúrias e Guaiúba) e no estuário (Vicente de Carvalho) além do Rio do Meio. Esta última localidade, apesar de localizada em área estuarina, recebe uma frota de características semi-industrial que opera sobre o camarão-sete-barbas e pesca de emalhe, ocorrendo também desembarques da frota industrial. Nas praias ocorre exploração de mexilhões diretamente do costão.

O município é sede de uma colônia e de associações de pescadores, e, agrupado ao município de Santos, perfaz um total de 1.440 pescadores e 290 embarcações (fonte: Instituto de Pesca).

Santos: os desembarques da pesca industrial de Santos ocorrem no Terminal Pesqueiro Público. A pesca artesanal, que atua na região marinha costeira, desembarca em pontos clandestinos, e a estuarina em geral desembarca seu produto de pesca na Colônia de Pesca de Itapema (Guarujá), como o fazem os pescadores da Ilha Diana e do Monte Cabirão.

Para efeito de controle da produção pesqueira, o Instituto de Pesca contabiliza a produção juntamente com a do município do Guarujá, devido à ocorrência de descargas de pescado parceladas em ambos os municípios. Considerando Santos/Guarujá, a maior participação percentual nos desembarques é da frota de cerco, variando entre 25,4% (em 2003) até quase 55% (em 1998, 2006 e 2007), seguida pelas frotas de arrasto de parelha (para peixes demersais) e de arrasto-de-porta-médio (camarão-rosa e peixes demersais).

São Vicente: as atividades pesqueiras profissionais deste município são essencialmente artesanais, constituídas por uma frota de pouco mais de 20 embarcações de casco de alumínio (80%) ou madeira (20%) entre 5 e 12 m e com motorização em geral menor do que 25 HP (90%), atuantes, sobretudo, na pesca de emalhe (acima de 85% do total) para parati e outros peixes (89,5%), distribuída por três localidades de desembarque. A venda é realizada, em geral, via peixarias. Dos cerca de 30 pescadores, a maioria tem como única fonte de renda a pesca (45,5%).

Praia Grande: com uma frota pesqueira quase que exclusivamente de rede de emalhe, composta por 63 embarcações de até 9 m de comprimento com cascos de alumínio (72%) e madeira (25%) e motorização entre 25 e 50 HP (75%), atuantes ao largo na região costeira marinha do município e defronte à Barra de Santos (desde a arrebentação até cerca de 30 m) e dirigindo esforços na captura de pescadas e corvina, conservando o pescado em gelo em caixas de isopor, e cujos desembarques ocorrem em oito pontos diretamente na praia (Fonte: Instituto de Pesca). A estimativa de pescadores gira em torno de 130, dos quais 74,5% atuam exclusivamente na pesca.

Mongaguá: os nove pontos de desembarque, que se situam na praia, congregam um total de 48 embarcações de até 9 m das quais as de alumínio (43% do total, com motor de popa de até 25 HP) e canoas motorizadas (de até 50 HP) tem como principal petrecho utilizado o emalhe, dirigido às pescadas, havendo algumas embarcações atuantes na pesca de camarão-sete-barbas com arrasto-simples.



O pescado é conservado em gelo em caixas de isopor. Um total de 71 pescadores foi estimado com 50 % tendo a pesca como única fonte de renda. (Fonte: Instituto de Pesca).

Itanhaém: com 74 embarcações e quatro pontos de desembarque de pescado de características distintas, dois deles (localizado dentro do Rio Itanhaém) congregando as embarcações de maior porte, como as de arrasto e as de emalhe e os outros em praias com canoas destinadas à captura de peixes (pescadas, cações, tainha e sororoca) com redes de emalhe e arrasto simples (camarão-sete-barbas).

As primeiras possuem conservação de pescado em gelo dentro de porões com o comércio de pescado destinado à Santos, e as demais trazem o pescado em caixas (tabuleiros, sem gelo) ou de isopor (com gelo) e o comercializam nas próprias praias ou em *boxes* para turistas e população do município. A motorização mais comum é a na faixa até 25 HP (75%), existindo embarcações com até 100 HP. O censo apontou 136 pescadores, com 54,8% indicando a pesca como fonte exclusiva de renda.

### **Áreas de Pesca**

A **Figura II.5.3-200, Figura II.5.3-201, Figura II.5.3-202, Figura II.5.3-203, Figura II.5.3-204, Figura II.5.3-205, Figura II.5.3-206, Figura II.5.3-207 e Figura II.5.3-208**, a seguir apresentam, em linhas gerais, as áreas de atuação da pesca artesanal dos municípios analisados no estado de São Paulo. Os dados abaixo foram obtidos a partir dos relatórios do Instituto de Pesca para o Monitoramento da Atividade Pesqueira nas Áreas de Influência dos empreendimentos de Mexilhão e Merluza, na Bacia de Santos.

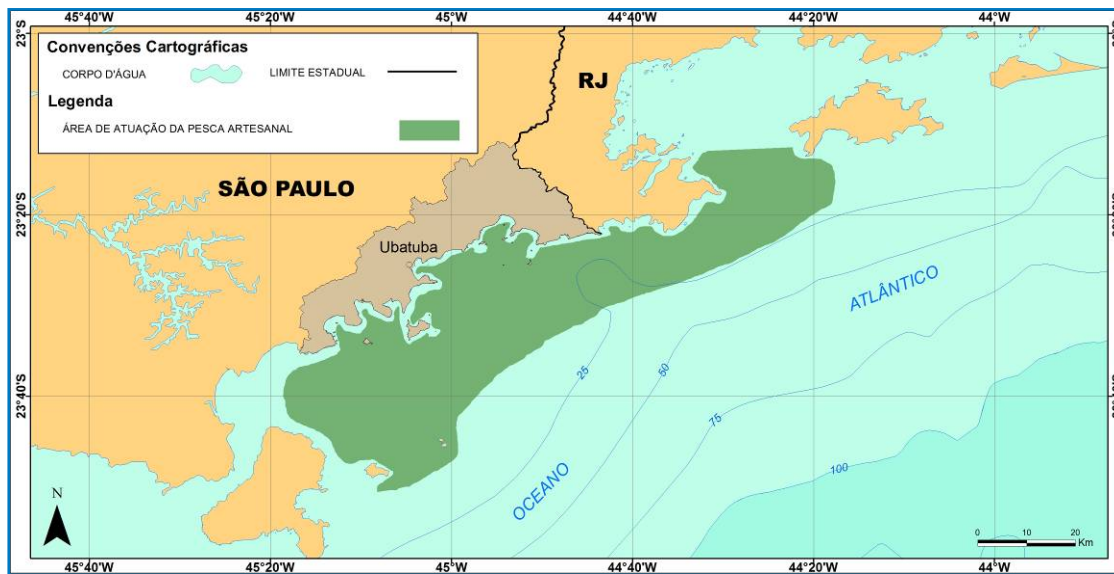


Figura II.5.3-200 - Área de pesca do município de Ubatuba (SP)

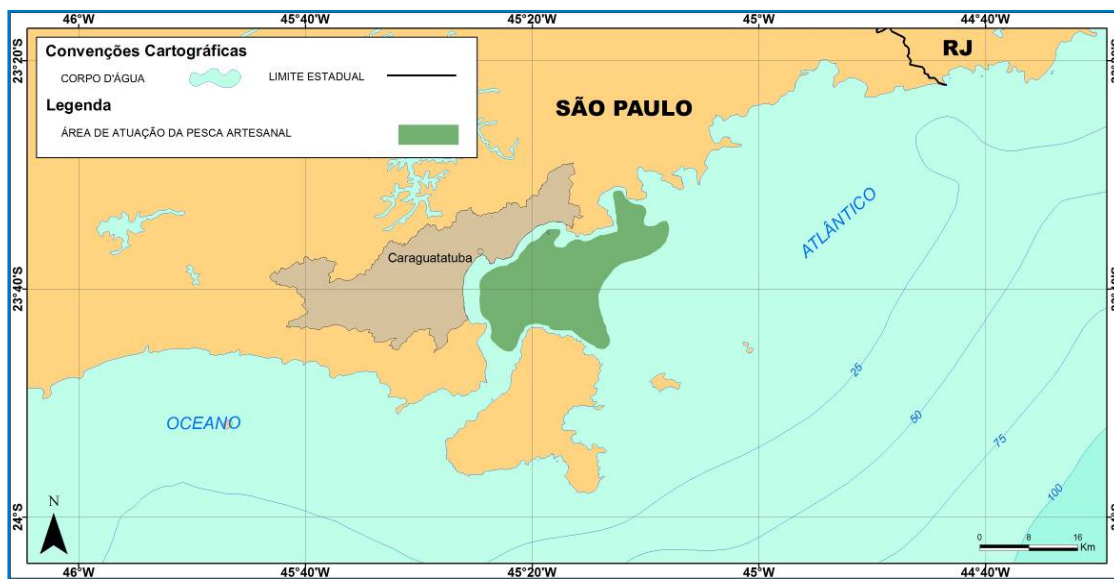
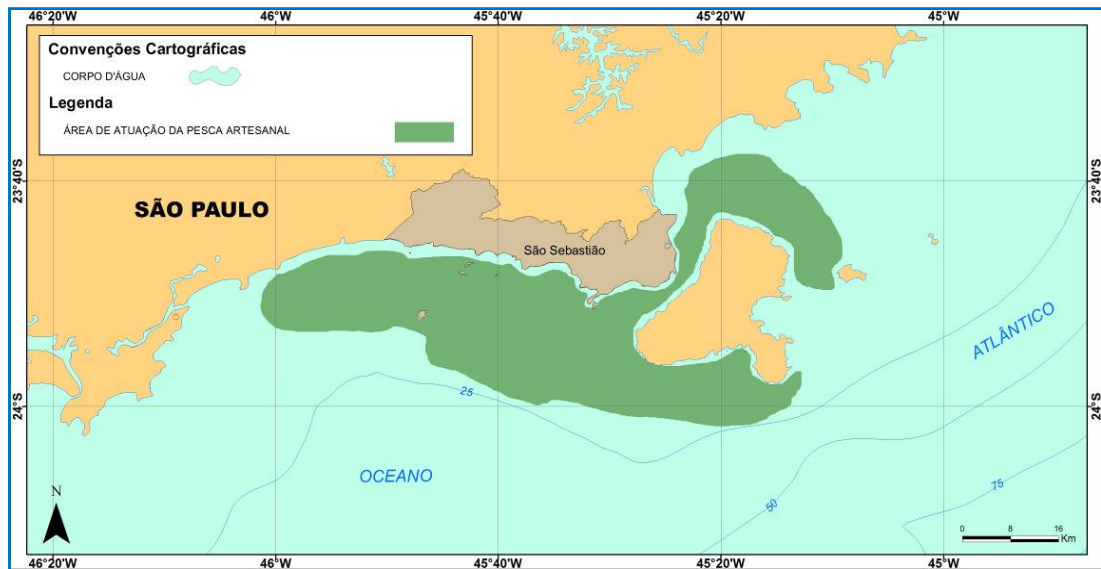
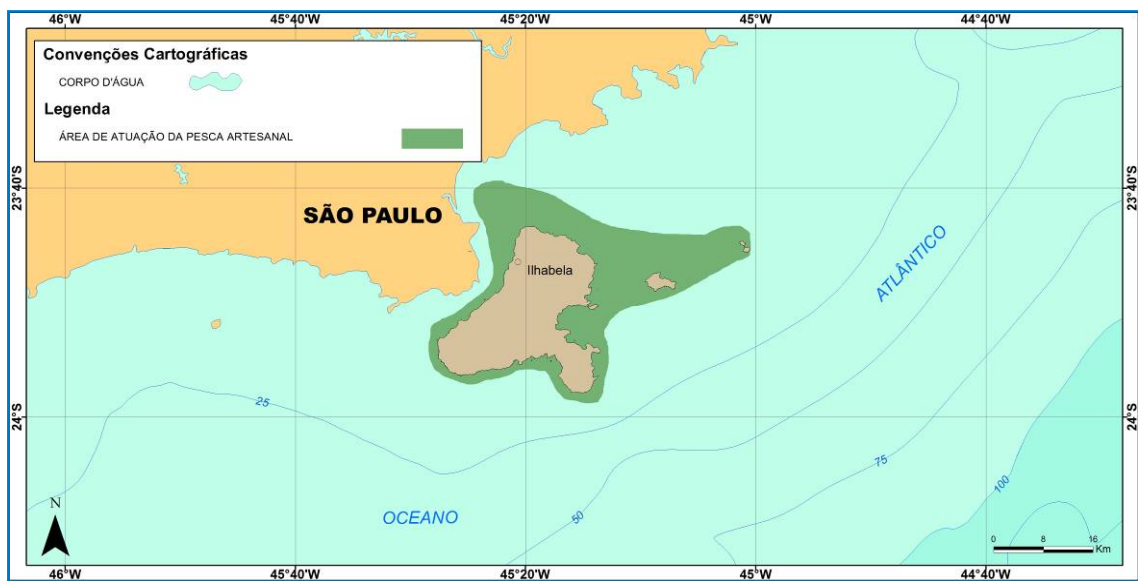


Figura II.5.3-201 - Área de pesca do município de Caraguatatuba (SP)



**Figura II.5.3-202 - Área de pesca do município de São Sebastião (SP)**



**Figura II.5.3-203 - Área de pesca do município de Ilhabela (SP)**

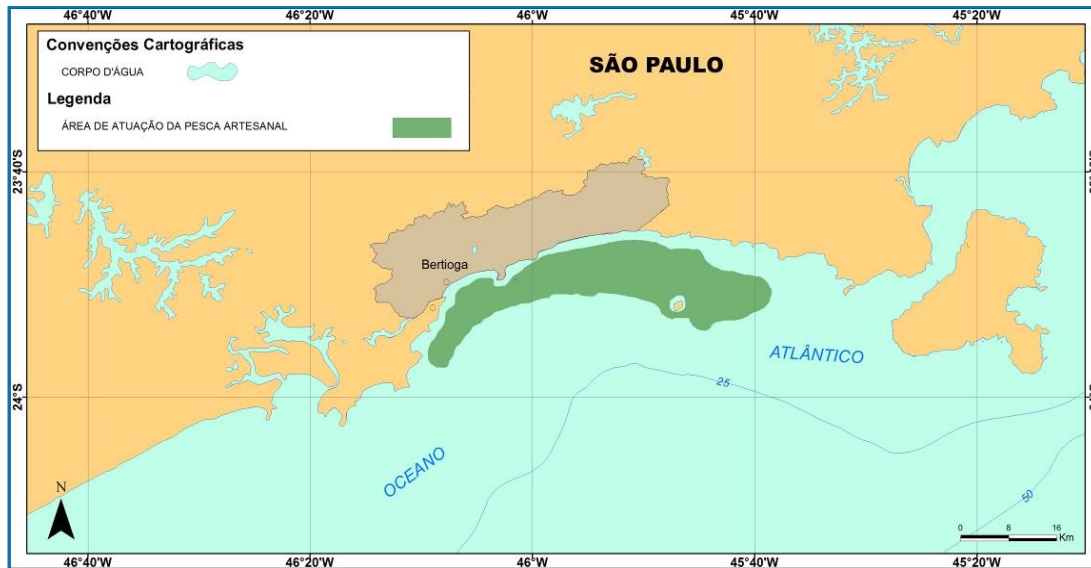


Figura II.5.3-204 - Área de pesca do município de Bertioga (SP)

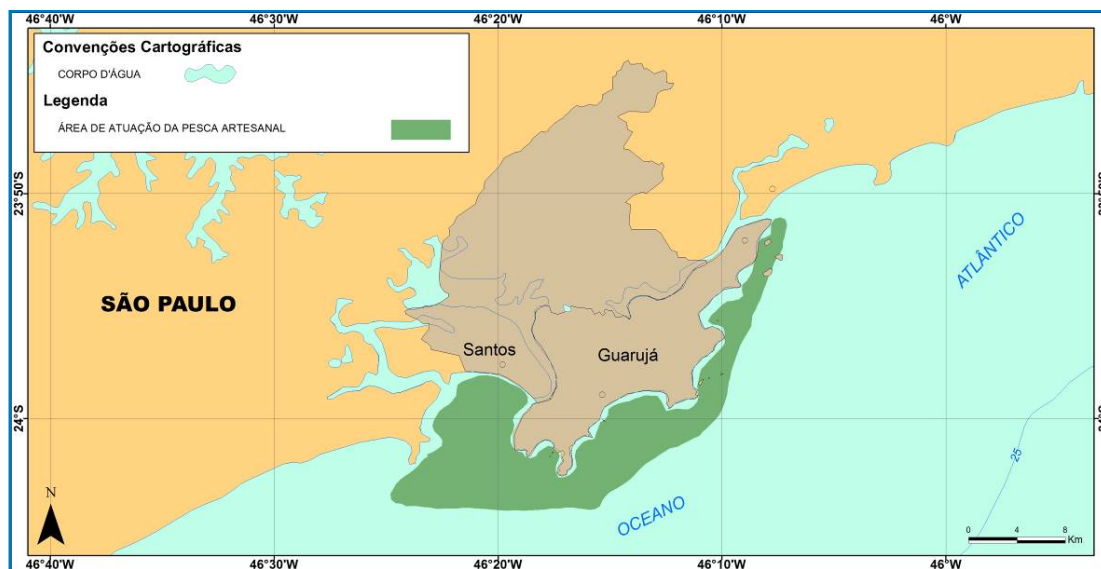
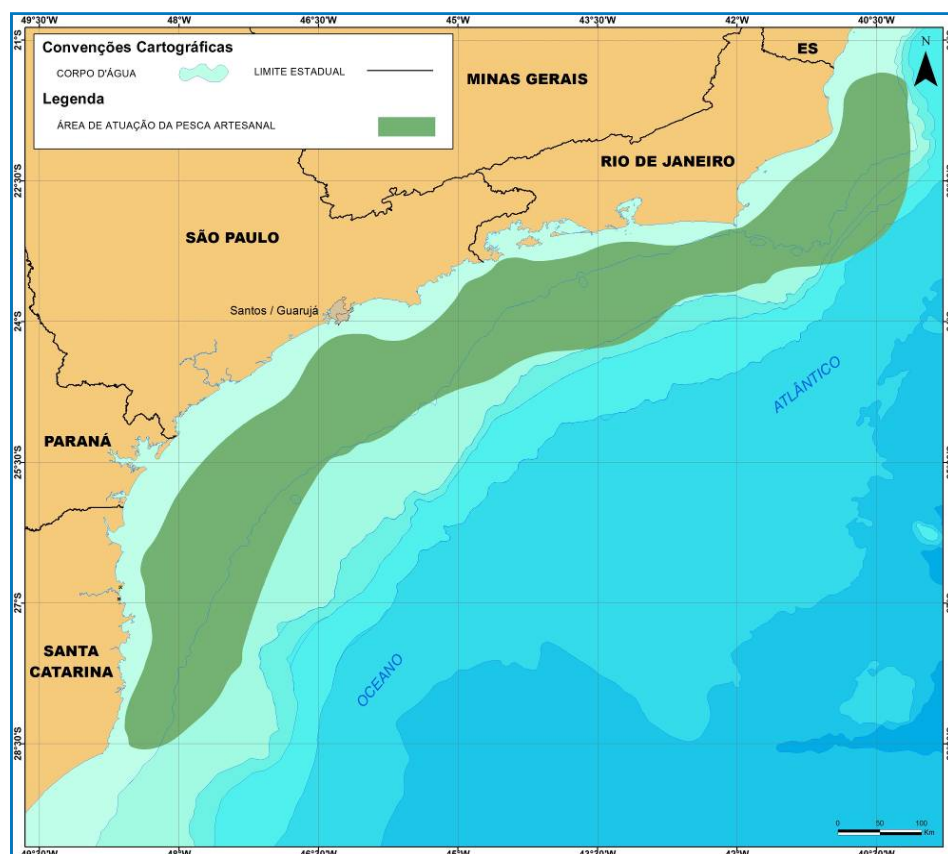


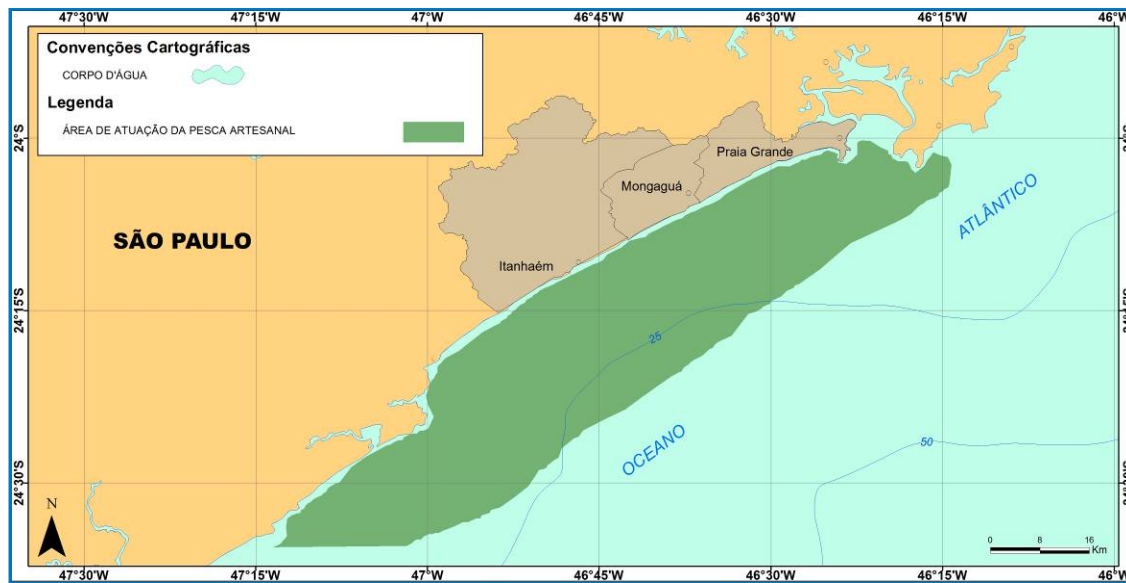
Figura II.5.3-205 - Área de pesca dos municípios de Santos e do Guarujá – frota artesanal (SP)



**Figura II.5.3-206 - Área de pesca dos municípios de Santos e do Guarujá – frota industrial (SP)**



**Figura II.5.3-207 - Área de pesca do município de São Vicente (SP)**



**Figura II.5.3-208** - Área de pesca dos municípios de Itanhaém, Mongaguá e Praia Grande (SP)

### **Medidas de Ordenamento Pesqueiro**

A produção das pescarias segue dinâmicas sazonais que pode ser relacionadas às variações do ambiente. Assim sendo, a dinâmica das pescarias torna-se estreitamente relacionada às condições climáticas e hidrológicas da região onde vivem os estoques pesqueiros. As pescarias possuem características muito diversas, com a captura de um mesmo recurso pesqueiro realizado com artes de pescas muito variadas. À medida que os recursos crescem em tamanho, tendem a migrar, obrigando a frota a deslocar-se para outros pesqueiros a procura de maiores capturas. As embarcações da frota industrial apresentam maior mobilidade, e assim maior viabilidade de acompanhar esses deslocamentos, implicando em uma capturabilidade maior. Isso não se deve unicamente à maior dimensão de seus petrechos, mas também à maior pressão pesqueira unitária.

Assim, para a tomada de uma decisão, devem ser considerados todos os retornos, sejam os econômicos, como também os ecológicos (HILBORN & WALTERS, 1992). Pela legislação pesqueira, as nações assumem o controle dos recursos e estabelecem regras de acesso e condições de uso (ARANCIBIA & MUNOZ, 2005). A legislação brasileira considera os recursos como de comum propriedade (*res communis*) e assim sua exploração deve ser licenciada.

Nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo as medidas de ordenamento estão associadas à imposição de períodos de proibição da pesca devido à desova (principalmente) e recrutamento (**Quadro II.5.3-106**), além de comprimentos mínimos de captura (**Quadro II.5.3-107**) e controle de esforço de pesca da frota pesqueira via permissionamento (cessão de licenças).

**Quadro II.5.3-106 - Períodos de proibição da pesca (defeso) nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo**

Recurso:	Período:	Motivo:
Sardinha	nov/fev	Desova
	jun/ago	Recrutamento
Camarão-rosa	mar/mai	Desova
Camarão-sete-barbas	mar/mai nov/dez	Desova Recrutamento
Bagre-cabeçudo (rosado)	nov/jan	Desova
Caranguejos	out/nov	"andada"
	dez (só fêmeas)	Desova
Tainha	mar/ago	desova <sup>10</sup>

**Quadro II.5.3-107 - Tamanhos mínimos de captura para algumas espécies de pescado vigentes nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.**

Recurso:	Tamanho (cm):	Legislação:
Sardinha <i>Sardinella brasiliensis</i>	17	Portaria nº 73/2003
Robalo peba <i>Centropomus parallelus</i>	35	Portaria nº 8/2003
Robalo flecha <i>Centropomus undecimalis</i>	50	Portaria nº 8/2003
Espadarte <i>Xiphias gladius</i>	125	Portaria nº 115-N/98
Abrotea <i>Urophycis barsiliensis</i>	30	Portaria nº 8/2003 <sup>11</sup>
Enchova <i>Pomatomus saltatrix</i>	43	Portaria nº 8/2003 <sup>14</sup>
Badejo <i>Mycteroperca acutirostris</i>	23	Portaria nº 73/2003
Badejo <i>Mycteroperca bonaci</i>	45	Portaria nº 73/2003
Badejo <i>Mycteroperca microlepis</i>	30	Portaria nº 73/2003
Bagre-rosado <i>Genidens barbatus</i>	40	Portaria nº 73/2003
Bagre <i>Genidens genidens</i>	20	Portaria nº 73/2003
Bagre <i>Cathorops spixii</i>	12	Portaria nº 73/2003
Batata <i>Lopholatilus villarii</i>	40	Portaria nº 73/2003
Cabrinha <i>Prionotus punctatus</i>	18	Portaria nº 73/2003

Continua

<sup>10</sup> não cumprida, a frota alega que o defeso encontra-se na época da safra.

<sup>11</sup> Portaria revogada pela Portaria 073/2003, foi proposta modificações ainda não efetivamente aprovadas. Normalmente estas portarias não se aplicam às pescas de arrasto.

## Conclusão (Quadro II.5.3-107)

Recurso:	Tamanho (cm):	Legislação:
Cação-anjo <i>Squatina guggenheim</i> , <i>S. occulta</i>	70	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Castanha <i>Umbrina canosai</i>	20	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Cavalinha <i>Scomber japonicus</i>	24	Portaria n <sup>o</sup> 8/2003 <sup>14</sup>
Cherne <i>Epinephelus niveatus</i>	45	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Corvina <i>Micropogonias furnieri</i>	30	Portaria n <sup>o</sup> 8/2003 <sup>14</sup>
Dourado <i>Coryphaena hippurus</i>	80	Portaria n <sup>o</sup> 8/2003 <sup>14</sup>
Garoupa <i>Epinephelus marginatus</i>	47	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Goete <i>Cynoscion jamaicensis</i>	16	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Gordinho <i>Peprilus paru</i>	15	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Linguado <i>Paralichthys patagonicus</i> , <i>P. brasiliensis</i>	35	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Miraguaia <i>Pogonias chromis</i>	65	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Palombeta <i>Chloroscombrus chrysurus</i>	12	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Pampo <i>Trachinotus carolinus</i> , <i>Parona signata</i>	20	Portaria n <sup>o</sup> 8/2003 <sup>19</sup>
Papa-terra <i>Menticirrhus littoralis</i>	20	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Pargo-rosa <i>Pagrus pagrus</i>	26	Portaria n <sup>o</sup> 8/2003 <sup>14</sup>
Espada <i>Trichiurus lepturus</i>	70	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Peixe-porco <i>Balistes capriscus</i> , <i>B. vetula</i>	20	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Peixe-rei <i>Atherinella brasiliensis</i>	10	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Pescada-olhuda <i>Cynoscion guatucupa</i>	30	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Pescada-foguete <i>Macrodon atricauda</i>	25	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Raia-Viola <i>Rhinobatos horkelii</i>	80	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Sardinha-laje <i>Opisthonema oglinum</i>	15	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Tainha <i>Mugil liza</i>	35	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Tubarão-martelo <i>Sphyrna lewini</i> , <i>S. zygaena</i>	60	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Parati <i>Mugil curema</i>	20	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Trilha <i>Mullus argentinae</i>	13	Portaria n <sup>o</sup> 73/2003
Xixarro <i>Trachurus lathami</i>	12	Portaria n <sup>o</sup> 8/2003 <sup>14</sup>

### II.5.3.O - Identificação e Caracterização de Etnias Indígenas e de Populações Extrativistas

Neste item serão caracterizadas as etnias indígenas e populações extrativistas habitantes e/ou usuárias, cujas atividades ou localização de comunidades estejam indireta ou diretamente relacionadas aos usos costeiros, ou seja, aquelas que possuem parte de suas áreas na faixa litorânea. As entidades de apoio aos Povos do Mar estão descritas no item **II.5.3.C - Organização Social** deste relatório.

Será abordada brevemente a pesca artesanal, que está detalhada no item **II.5.3.N - Caracterização Pesqueira**.



## **Marco Legal**

A Constituição brasileira trata de forma destacada o tema populações indígenas, apresentando, no parágrafo 1º do artigo 231, o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, definidas como sendo: *aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições"*. Terras que, segundo o inciso XI do artigo 20 da CF, "são bens da União" e que, pelo §4º do art. 231, são "inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis".

Embora os índios detenham a posse permanente e o "*usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos*" existentes em suas terras, conforme o parágrafo 2º do Art. 231 da Constituição, elas constituem patrimônio da União. E, como bens públicos de uso especial, as terras indígenas, além de inalienáveis e indisponíveis, não podem ser objeto de utilização de qualquer espécie por outros que não os próprios índios.

A mesma atenção foi dada a áreas de quilombolas, definidas por lei ou em estudo para homologação. As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A partir do Decreto 4883/03 foi transferida do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.

Conforme o artigo 2º do Decreto 4887/2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

É a própria comunidade que se autorreconhece “*remanescente de quilombo*”. O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004.

Cabe à Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre essa auto-definição. O órgão já certificou 1.342 comunidades quilombolas. O processo para essa certificação obedece a normas específicas desse órgão (Portaria da Fundação Cultural Palmares Nº 98, de 26/11/2007).

O conceito de Comunidade Tradicional é muito amplo, e foco de intensos debates na comunidade acadêmica. Podem ser incluídas as comunidades indígenas, mas outros saberes e modos de vida podem ser incluídos neste conceito. Um deles é o das comunidades Caiçaras.

O **Mapa II.5.2.1A** e o **Mapa II.5.2.1B** (população tradicional) apresenta a localização das etnias indígenas, das populações quilombolas e das comunidades tradicionais caiçaras existentes na Área de Influência.

### ***Povos Indígenas***

Os Tamoio ou Tupinambá (Família Tupi), grandes guerreiros que ocupavam a região do estado do Rio de Janeiro até Ubatuba, formaram uma confederação de tribos, a Confederação dos Tamoios que, aliada aos franceses durante dez anos (1555-1565), ameaçaram o povoamento português das capitanias do sul. Só foram derrotados após várias ações de governadores gerais, com reforço do Espírito Santo e São Vicente e dos índios Temiminós, liderados por Araribóia, aliados dos franceses que viviam na Baía de Guanabara.

Os franceses foram expulsos e os Tupinambás tiveram suas aldeias destruídas e suas terras ocupadas e distribuídas entre portugueses. Os que conseguiram sobreviver, fugiram para além da Serra do Mar.

Inúmeras palavras de origem tupi-guarani permanecem até hoje, tais como capim, goiaba, pitanga, mingau, baiacu, mandioca, biju, além de topônimos (nomes próprios de locais) ilhabelenses como Pacoíba, Baepí, Pirabura, Pirassununga, Jabaquara, Perequê, Itaquanduba, Itaguaçu, Cocaia, Guarapocaia, Piava, Piavú, Pequeá, Papagaio, Itapecerica, Sepituba, dentre outros.

Além da grande herança linguística, os tupis exerceram uma grande influência na cultura e na alimentação do Brasil colonial, sendo que muitos desses hábitos permanecem vivos até os presentes dias na cultura caipara. Apesar da família linguística tupi-guarani ter dominado, por muitos anos, o litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro, não existe qualquer comprovação arqueológica ou bibliográfica de que eles tenham estabelecido alguma aldeia nas ilhas do arquipélago de Ilhabela.

Os Guarani, ainda hoje, mantém seus costumes tradicionais como a língua, as danças e, principalmente, as manifestações religiosas. Apesar do constante contato com os não-índios, muitas aldeias não admitem a miscigenação. São agricultores de subsistência, plantando arroz, mandioca, entre outros. Em muitas aldeias existem escolas onde o ensino é bilíngue.

No atual estado do Rio de Janeiro, os primeiros habitantes que os colonizadores europeus encontraram foram os Tupinambás, da família Tupi, espalhados em aldeias formadas por cerca de 500 a 3.000 indígenas cada.

Os povos da família Tupi e os da família Puri – menos conhecidos, mas ocupando grande extensão do território do estado do Rio de Janeiro – foram os que contribuíram, decisivamente, para a formação étnica do povo fluminense.

Nas terras do estado viveram indígenas de pelo menos vinte idiomas diferentes, pertencendo todos (menos um não classificado) a quatro grandes famílias linguísticas (Tupi, Puri, Botocudo e Maxacali). Sua localização é

aproximada: a procura de novas terras para plantio e territórios para caça, os conflitos intertribais, a busca legendária “Terra Sem Males” ou “Paraíso Terrestre” e, sobretudo, a fuga da escravidão pelos colonizadores, provocaram sua constante movimentação (FREIRE *et al* 1997).

A família Tupi ou Tupi-Guarani Tupinambá ou Tamoio viviam nas zonas de lagunas e enseadas do litoral do Cabo Frio até Angra dos Reis; Temiminó ou Maracajá, na Baía de Guanabara.

Dos inúmeros aldeamentos existentes no Rio, formados em sucessivas datas ao longo de um período colonial, muitos deram origem às atuais cidades e sedes de municípios. Apenas quinze conseguiram chegar ao século XIX conservando elementos da identidade tribal. Dentre estes destacam-se os municípios da Área de Influência: Aldeia de São Lourenço – Niterói; Aldeia de São Francisco Xavier – Itaguaí; Aldeia Nossa Senhora da Guia – Mangaratiba (FREIRE *et al*, 1997).

Nesse mesmo período índios das mais diferentes etnias, em um número incalculável, migraram, quase sempre compulsoriamente, para a Corte do Rio de Janeiro, onde faziam pequenos biscates ou passavam a trabalhar em serviços domésticos, na construção civil e nas obras públicas, no arsenal da Marinha, na pesca da baleia, como marinheiros e remeiros de canoas do Serviço da Galeota Real ou do Escaler da Ribeira.

Estes índios urbanos, quase sempre sem emprego e sem domicílio certo, constituíam uma “tribo” desfigurada que vagava pelas tabernas e vendas dos principais bairros, sobretudo Candelária, Santa Rita e São José, entrando em conflito permanente com a polícia. Durante todo o período republicano, no século XX, os índios deixam de figurar no mapa da cidade e do Estado do Rio de Janeiro e na documentação oficial (*ibidem*).

Reapareceram apenas na década de 1950, quando os índios Guarani, migrando do sul do país, estabelecem três aldeias em Angra dos Reis e Parati, onde permanecem até os dias de hoje (FREIRE *et al*, 1997).

No que se refere aos municípios da AI, de acordo com dados disponibilizados pela FUNAI, a população total indígena é de 2.160 indivíduos, pertencentes aos grupos Guarani; Guarani M'Bya e Guarani Nhandeva. O **Quadro II.5.3-108** apresenta os grupos indígenas que possuem terras nos municípios da AI ora estudada.

**Quadro II.5.3-108 - Populações indígenas e suas respectivas localizações na AI**

Nome da Terra	Grupo Indígena	Município
Guarani de Bracui	Guarani	Angra dos Reis
Guarani Araponga	Guarani	Paraty
Parati-Mirim	Guarani	Paraty
Rio Pequeno	Guarani	Paraty
Arandu-Mirim	Guarani	Paraty
Guarani do Aguapeu	Guarani	Mongaguá
Guarani do Ribeirão Silveira	Guarani	Santos e São Sebastião
Itaóca	Guarani M'Bya	Mongaguá
Guarani do Ribeirão Silveira	Guarani	Bertioga, Salesópolis e São Sebastião
Peruybe	Guarani	Peruíbe
Boa Vista Sertão do Promirim	Guarani	Ubatuba
Rio Branco Itanhaém	Guarani	Itanhaém, São Paulo e São Vicente
Piaçaguera	Guarani Nhandeva	Peruíbe

Fonte: <http://www.funai.gov.br/>

### Quilombolas

A idéia e o conceito de quilombo já está presente desde pelo menos 1740, quando o Conselho Ultramarinho, reportando-se ao rei de Portugal, valeu-se da seguinte definição de quilombo: *"toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele"* (SCHMITT, *apud* Fundação Cultural Palmares, 1999),

Atualmente pode-se observar a definição mais ampla da Instrução Normativa nº 57 de 20 de outubro de 2009, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

E considerando ainda o apontado pela Associação Brasileira de Antropologia, como “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos que vivem da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

Segundo dados do site da Fundação Cultural Palmares na Área de Influência do empreendimento, existem dez comunidades quilombolas certificadas, conforme quadro **Quadro II.5.3-109**.

**Quadro II.5.3-109 – Comunidades Quilombolas Certificadas na Área de Influência**

Microrregião	Municípios	Comunidade	Data da Publicação
Região Metropolitana da Baixada Santista	Bertioga	-	
	Guarujá	-	
	Cubatão	-	
	Santos	-	
	São Vicente	-	
	Praia Grande	-	
	Mongaguá	-	
	Itanhaém	-	
	Peruíbe	-	
Litoral Norte de São Paulo	Ubatuba	Caçandoca	25/5/2005
		Cambury	20/1/2006
		Fazenda Caixa	20/1/2006
		Sertão do Itamambuca	20/1/2006
		Caçandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade	4/8/2008
	Caraguatatuba	-	
	São Sebastião	-	
Costa Verde do Rio de Janeiro	Ilhabela	-	
	Itaguaí	-	
	Mangaratiba	Ilha de Marambaia	25/4/2006
	Angra dos Reis	Santa Rita Bracui	24/02/2012
	Paraty	Campinho da Independencia	21/03/1999
Paraty	Cabral	09/12/2008	
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Família Pinto (Sacopã)	10/12/2004
		Pedra do Sal	20/1/2006
	Maricá	-	
Niterói	-		

Fonte: <http://www.palmares.gov.br/>

A seguir são apresentadas breves informações referentes a cada comunidade identificada dentro dos municípios pertencentes à Área de Influência. As informações sobre as comunidades quilombolas foram levantadas através de *sites* na *internet* de ONGs e de processos de declaração das terras sedidos pela Fundação Cultural Palmares.

No município de Angra dos Reis está localizada a comunidade remanescente de Quilombola Santa Rita Bracui, que originou-se de uma doação de terras pelo comendador José de Souza Breves para seus escravos, através de testamento em 1877. Por quase 100 anos os descendentes de escravos ocuparam essas terras, entretanto, desde a década de 1960, lutam contra grileiros e condomínios de luxo para se manter nas terras herdadas dos antepassados.

Com a construção da estrada Rio-Santos, que dividiu a comunidade em duas partes, e a valorização da área para empreendimentos turísticos, a partir de 1975, os moradores passaram a sofrer pressões de grupos empreendedores para abandonarem a área, processo que chegou às vias judiciais e foi responsável pela redução do número de famílias que ocupam a antiga fazenda. A pressão aumentou com a proibição de plantio, construção de novas residências e até mesmo a posse pela água das nascentes do rio Bracuí situadas na serra quilombola. (UFF, 2012)

Atualmente ocupam as terras da antiga fazenda aproximadamente 70 famílias descendentes de escravos. Em seu testamento, o comendador deixou aos escravos 260 alqueires de terra, o equivalente a mais de 14.000 km<sup>2</sup>. Nos dias atuais, é destinado à população remanescente aproximadamente 5 km<sup>2</sup>. (Observatório Quilombola, 2012).

No dia 24 de Fevereiro de 2012 a comunidade remanescente de quilombola Santa Rita do Bracui recebeu a certificação pela Fundação Cultural Palmares (**Figura II.5.3-209**), o que reforça a luta da comunidade para a preservação de sua história e sua cultura, sendo um passo importante para conseguir a titulação das terras.



**Figura II.5.3-209 - Fundação Cultural Palmares**

Fonte: prefeitura Angra dos Reis (2012)

Localizada no sertão de Paraty-Mirim, a comunidade quilombola Cabral era, no XIX, uma fazenda escravista, cujos avós e bisavós dos moradores da comunidade foram escravos na Antiga Fazenda da Caçada, onde se situa o território de Cabral. A construção da rodovia BR-101 (Rio-Santos), também significou problemas para os moradores da comunidade negra de Cabral. Culturas como banana, mandioca, as atividades de pastagens de animais, entre outras, declinaram. Além disso, a especulação imobiliária na região aumentou, principalmente nas terras próximas à construção da rodovia e próximas do litoral. (REIS, 2010)

Em 9/12/2008 a Fundação Cultural Palmares concedeu a titulação à comunidade quilombola de Cabral, onde atualmente vivem aproximadamente 50 famílias descendente dos escravos. A comunidade negra de Campinho da Independência, localizada na região sul de Paraty, também se configurou, no XIX, como uma fazenda escravista, fazendo com que os negros que lá chegavam trabalhassem compulsoriamente na produção da cana e café.

Quando abolido o trabalho escravo, no final do XIX, as atividades comerciais enfraqueceram. O proprietário, então, doou as terras da fazenda aos seus ex-escravos, sem documentar a doação. De acordo com os relatos de moradores, é



nesse momento – a partir da decadência do regime escravocrata - que a comunidade de Campinho surge. As terras foram entregues à três mulheres negras (duas eram irmãs e a outra era prima), chamadas Antonica, Marcelina e Luísa, que as receberam do ex- dono da Fazenda Independência. Parte das terras de Campinho foi perdida para a construção da estrada BR101 (Rio-Santos). Os quilombolas se depararam com a supervalorização das terras da região e o aparecimento de vários grileiros que desejavam expulsá-los. (REIS, 2010)

Atualmente os moradores de Campinho não realizam mais a caça nem a coleta nas matas ao redor da comunidade. As atividades produtivas são a agricultura e o artesanato. As principais plantações são as de mandioca (utilizada para fazer farinha) e cana-de-açúcar (utilizada nos engenhos de cachaça). Além disso, são também plantados o feijão, o arroz e o milho.(Comissão Pró-Índio, 2012)

Logo na entrada, localiza-se a Casa do Quilombo (Figuraxx), que reúne para venda ao público utensílios, biscoitos, doces e trabalhos artesanais, todos desenvolvidos pelos moradores.O artesanato, feito com taboa, taquara e cipó, é produzido basicamente para a comercialização. (ME, 2005)

A comunidade também desenvolve um programa que denomina de Turismo Étnico, onde são feitas diversas atividades como trilhas ecológicas e apresentações de danças típicas. No entanto, muitos moradores ainda continuam tendo que trabalhar nos condomínios de alto padrão localizados próximos à comunidade para completar a renda familiar. As mulheres costumam trabalhar como empregadas domésticas e os homens como caseiros.

Campinho da Independência foi a primeira comunidade quilombola do Estado do Rio de Janeiro a ter suas terras tituladas. Em 21 de março de 1999, os quilombolas de Campinho receberam da Fundação Cultural Palmares e da Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro o título definitivo de seu território com 287,9461 hectares (**Figura II.5.3-210**). Até abril de 2006 Campinho da Independência era a única comunidade quilombola do Estado a ter seu título registrado em cartório. Atualmente residem na comunidade cerca de 112 famílias, com uma média de 400 pessoas. (ME, 2004).



**Figura II.5.3-210 - Comunidade Quilombola de Campinho**

Fonte: Ministerio da educação (2005)

Em Mangaratiba, a Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia (**Figura II.5.3-211**) está localizada no litoral, em uma área considerada de segurança nacional e controlada por militares. Distribuídas pelos dois pontos extremos da ilha, as antigas casas de alvenaria e estuque abrigam população de cerca de 90 famílias descendentes, direta ou indiretamente, por meio de casamentos de escravos. Durante o período da escravidão, a ilha era mantida por seu dono como local de “engorda” de escravos antes de serem vendidos para outras fazendas.



**Figura II.5.3-211 - Ilha da Marambaia – Mangaratiba, RJ.**

Fonte: [http://www.koinonia.org.br/uploads/foto1\\_1142.jpg](http://www.koinonia.org.br/uploads/foto1_1142.jpg)

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ assegurou aos descendentes de escravos a posse definitiva de terras situadas na Ilha de Marambaia, no Rio de Janeiro. O julgamento foi concluído em dezembro, de 2009 quando a ministra Denise Arruda apresentou voto vista acompanhando os ministros Luiz Fux e Benedito Gonçalves, relator do caso. Fux destacou que um laudo solicitado pelo Ministério Público Federal atestou que os moradores da Ilha de Marambaia descendem, direta ou indiretamente, de famílias que ocupam a área há, no mínimo, 120 anos, por serem remanescentes de escravos de duas fazendas que funcionavam no local até a abolição da escravatura. Certo de que a área é remanescente de quilombos e que a posse é transmissível, o ministro entende que a posse dos quilombolas é justa e de boa-fé, o que não pode ser afastado pela alegação de domínio da União (<http://www.inverta.org/jornal/edicao-imprensa/438/especial/quilombo-e-a-defesa-de-suas-terras>).

No município do Rio de Janeiro, a Terra Remanescente de Quilombo Pedra do Sal, foi reconhecida em 20/01/2006. A Comunidade Quilombola da Pedra do Sal, situa-se ao pé do Morro da Conceição, localizado na Zona Portuária, no bairro da Saúde. A Pedra do Sal (**Figura II.5.3-212**), tombada provisoriamente em 23 de novembro de 1984, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – [INEPAC](#), e definitivamente em 27 de abril de 1987, pela Resolução nº 23, publicada no Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro, em 11 de maio do mesmo ano. Testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira e espaço ritual consagrado e o mais antigo monumento da história do samba carioca. Outrora chamada Pedra da Prainha e, como nas redondezas se carregava o sal, popularizou-se como Pedra do Sal. Ali se instalaram os primeiros negros da Saúde, e as manifestações festivas do candomblé e das rodas de choro. Nas ruas tortuosas e becos que a envolvem, nasceram os ranchos e o carnaval carioca.



**Figura II.5.3-212** - Casas populares da Pedra do Sal – Rio de Janeiro.

Fonte: site [www.quilombopedradosal.org](http://www.quilombopedradosal.org)

Em 2008, a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio de Janeiro (Incra/RJ) tornou público o processo de regularização fundiária do território quilombola de Sacopã (Família Pinto), pela publicação de editais no Diário Oficial da União nos dias 1º e 28 de fevereiro no mesmo ano.

O Quilombo Sacopã (**Figura II.5.3-213**) representa um dos símbolos de resistência das inúmeras comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Localizado na Lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, área urbana de alto valor imobiliário, é portador de um patrimônio singular, que foi construído ao longo de mais de 70 anos pela Família Pinto em meio a sua luta contra a especulação imobiliária, em conjugação com a proteção ambiental. A comunidade apresenta uma área delimitada tem 23,9 mil metros quadrados, onde vivem oito famílias descendentes de escravos, totalizando 22 pessoas. Também são beneficiadas outras quatro famílias, com 14 pessoas, que atualmente residem fora da comunidade mas que pretendem retornar ao grupo (Fonte: <http://www.geledes.org.br/>).



**Figura II.5.3-213 - Vista do pico do Sacopã - Rio de Janeiro.**

Fonte: <http://www.geledes.org.br/>

O território da Comunidade Caçandoca era ocupado, no século dezanove, por uma fazenda cafeicultora e escravagista comprada em 1858 por José Antunes de Sá. Ao lado do café, naquela fazenda, eram produzidos também aguardente e alimentos. Na área existem ruínas de um antigo engenho de cana de açúcar, cujo processo de tombamento foi solicitado ao CONDEPHAAT em 1998, além de outras evidências materiais da ocupação secular da área (SCHMITT, *apud* Fundação Cultural Palmares, 1999).

A comunidade da Caçandoca, tal como é composta atualmente, descende de homens e mulheres que foram escravizados e, após a abolição permaneceram na terra, o que os torna aptos ao reconhecimento de sua condição quilombola. O seu modo de vida, seus hábitos e suas festas, apesar de apresentarem elementos particulares, próprios da tradição afro-brasileira é, acima de tudo, um modo de vida camponês e caiçara, resultante de uma adaptação de várias tradições culturais àquele ambiente litorâneo (SCHMITT, *apud* Fundação Cultural Palmares, 1999).

O território está atualmente dividido em 34 glebas, sendo que 11 estão no nome de pessoas da comunidade, onde residem 17 famílias. As vinte e três glebas restantes estão sob o domínio de terceiros. Destas, três correspondem às duas escolas municipais e à igreja, construída pela Comunidade em 1962, de

propriedade da Mitra Diocesana de Santos; em cinco glebas existem benfeitorias (casas de veraneio) e nas outras quinze não existe nenhuma forma de ocupação.

Os membros da Comunidade que hoje lá residem trabalham em atividades variadas, predominando os serviços domésticos em casas de veranistas no condomínio do Pulso e as atividades ligadas ao mar (SCHMITT, *apud* Fundação Cultural Palmares, 1999).

A Comunidade Cambury abrigou, no início de sua ocupação, vários núcleos de escravos fugidos de fazendas de São Paulo e do Rio de Janeiro. A Fazenda Cambury não fugia ao padrão das outras fazendas do litoral norte durante os séculos XVIII e XIX.

Naquela época e região estas fazendas eram grandes propriedades que atuaram como grandes produtoras de cana-de-açúcar e café para exportação, baseando essa produtividade na mão-de-obra escrava. A partir da segunda metade do século XIX, entraram em decadência, tendo suas terras divididas e doadas, vendidas ou mesmo abandonadas (<http://www.cpisp.org.br>).

Até a década de 1960, quase a totalidade dos moradores do Cambury era formada por descendentes das famílias de escravos que fundaram a comunidade. Até esse período, o ingresso de pessoas de fora na comunidade dava-se através do casamento com um dos moradores. Atualmente, moram 50 famílias no Cambury (<http://www.cpisp.org.br>).

Sobre a Comunidade Quilombola da Fazenda Caixa, é importante informar que sua origem remonta o final do séc. XIX. As terras dessa comunidade estão contidas no que se referencia à Fazenda Picinguaba que pertenceu à Maria Alves de Paiva. Em 1884 a senhora Maria Alves de Paiva faleceu deixando em testamento seu desejo que seus escravos fossem libertos e que pudessem habitar em certas áreas da Fazenda (<http://quilombodafazenda.org.br>).

A Fazenda Picinguaba possuiu vários proprietários até que no ano de 1943 seu novo dono Saint Claire adquiriu parte da Fazenda e nomeou o Sr. Leopoldo Braga como administrador da Fazenda Picinguaba. O senhor Leopoldo trouxe 12

famílias para trabalharem através de usufruto, sendo proibidas de vender a arrendar suas terras (<http://quilombodafazenda.org.br>).

Em 1951, a Fazenda Picinguaba foi hipotecada pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo e perdurou esse domínio até 1974, por isso, a Fazenda Picinguaba também é conhecida como Fazenda da Caixa (<http://quilombodafazenda.org.br>).

Em 1975, o trecho entre Ubatuba e Paraty (RJ) da rodovia Rio-Santos - BR 101 - foi construído e no ano de 1979 para controlar as grilagens e invasões de terra a Fazenda é anexada ao Parque Estadual da Serra do Mar (<http://quilombodafazenda.org.br>).

No ano de 2005, a Fazenda Picinguaba recebeu o reconhecimento da Fundação Palmares como sendo um remanescente de Quilombo (<http://quilombodafazenda.org.br>).

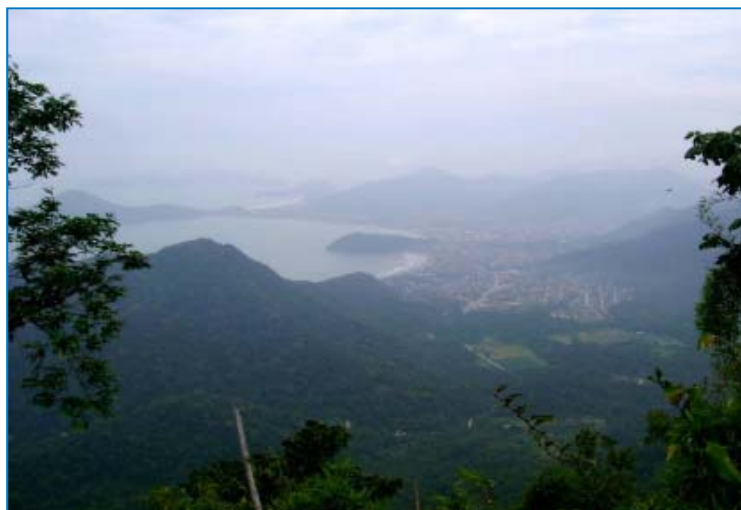
No que se refere à Comunidade Sertão do Itamambuca, considerando-se as informações constantes do Relatório Técnico Científico (ANDRADE, 2008 *apud* Fundação Cultural Palmares, 2008) segundo contam membros da comunidade que descende dos escravos de Modesto Barbosa, as terras doadas a Luiza, Rita e Manoel Paulo incluem o Sítio Jissará, que se espalha pelas duas margens do rio Itamambuca até as encostas da serra, e o Saco Grande, área que compreende a porção centro-oeste da região que abrange Cazanga e Sertão de Itamambuca. O Sítio Jissará hoje pertence à Correias Mercúrio e grande parte do Saco Grande é reconhecida como propriedade da Cassanga Administração e Participações.

Ainda considerando o exposto por ANDRADE (2008) *op. cit* , a história recente de ocupação do Sertão de Itamambuca se divide em três fases principais, descritas a seguir:

- **Primeira Fase:** ocorreu durante o século XIX, quando o Sertão de Itamambuca sediou uma fazenda de café, cuja produção era realizada com mão-de-obra escrava. Nessa fase, o crescimento populacional da região estava em franco crescimento, mas o povoamento ainda era esparso;

- **Segunda Fase:** se estendeu desde o início do século XX até os anos de 1970 que se caracteriza pelo refluxo populacional relacionado à uma espécie de “hibernação” econômica da região. Este é o período em que houve a desativação da produção cafeeira e a permanência dos escravos e suas famílias nas terras;
- **Terceira fase:** esta fase teve início nos anos de 1970 e se estende até os dias atuais, apresentando um crescimento desordenado da população residente, com a chegada de migrantes.

Atualmente, a maioria maciça dos moradores do Sertão de Itamambuca foi absorvida pelo mercado de trabalho gerado pelo condomínio Itamambuca e na rede de estabelecimentos hoteleiros da região. Os homens trabalham como pintores, pedreiros ou jardineiros e executando todo o tipo de “serviços gerais”. As mulheres trabalham como faxineiras, empregadas domésticas ou cozinheiras, recebendo por dia ou por mês. A **Figura II.5.3-214** a seguir mostra uma vista do Morro do Caxambu, o mais alto da região, para o entorno da área da Comunidade.



**Figura II.5.3-214** - Vista do morro do Caxambu. Ao fundo, praias do Parequ-Açu, Itagua e Grande.

Fonte: ANDRADE, 2008.

A partir dos dados constantes do Relatório Técnico Científico (FUNDAÇÃO ITESP, 2000) observa-se que o território historicamente ocupado pela comunidade da Fazenda Caçamboca hoje é identificado pelos seus moradores



através dos nomes de cada uma das localidades que o compõem: Praia do Pulso, Caçandoca, Caçandoquinha, Bairro Alto, Saco da Raposa, São Lourenço, Saco do Morcego, Saco da Banana, Praia do Simão. Cada um destes lugares sediou um pequeno núcleo de habitações e estes mantinham intenso relacionamento entre si. Juntos constituíam uma unidade populacional maior, que se identificava por partilhar uma origem e tradições comuns.

A abrangência atual da denominação Caçandoca, englobando todos estes núcleos, baseia-se na existência pretérita da Fazenda Caçandoca, a partir e em torno da qual se formou a Comunidade etnicamente diferenciada hoje identificada como quilombola FUNDAÇÃO ITESP, 2000).

### **Caiçaras**

Formados a partir de uma interação entres os elementos negro, indígena e branco, ao longo da história, os caiçaras apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato.

O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani caá-içara que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores e, mais tarde, para identificar o morador de Cananéia. Posteriormente, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (<http://www.ocarete.org.br>, *apud* Diegues, 1988).

Essa cultura desenvolveu-se principalmente nas áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro e São Paulo, mas também pode ser encontrada no litoral do estado do Paraná e no litoral norte de Santa Catarina.

É difícil determinar com exatidão quantas comunidades caiçaras estão dentro da Área de Influência do empreendimento, em função do tênue limite que separa suas comunidades das vilas e povoados pesqueiros litorâneos. A cultura caiçara encontra-se presente, em maior ou menor grau, conforme o caso, em muitas das comunidades litorâneas, o que abrange uma área estimada que vai de Iguape a Mangaratiba.

Algumas, no entanto, ainda preservam grande parte de seus traços característicos alguns municípios como Ilhabela, Ubatuba e Parati, que

concentram a maior parte das comunidades caiçaras com suas características mais notadamente acentuadas. Como mencionado, a cultura Caiçara está presente nas regiões costeiras de alguns estados Brasileiros. No caso do estado do Paraná, a troca entre produtos do mar e da roça era comum. Em alguns locais, como em Bertiooga (SP), município integrante da Área de Influência do presente estudo, durante o século XVIII, desenvolveu-se a pesca da baleia. A pesca era muitas vezes complementada pela coleta de caranguejos, ostras, moluscos etc. (<http://www.ocarete.org.br>).

No caso do município de Ilhabela, também inserido na Área de Influência no estado de São Paulo, a questão do parcial isolamento geográfico da população caiçara que, no litoral norte paulista, manteve-se até a abertura da BR-101 e, no litoral sul, prolongou-se por mais tempo, possibilitou a manutenção de procedimentos musicais e de linguagem.

Com o fim do Ciclo do Café, que ocorreu concomitantemente à Abolição da Escravatura em 1888, a larga maioria dos centros urbanos litorâneos da região sudeste do Brasil mergulhou em profunda crise econômica e social, seguida de significativo êxodo populacional, motivado pela absoluta falta de oportunidades. Crise que só não foi maior em Ilhabela, ao longo das primeiras décadas do século XX, em virtude do plantio comercial de cana-de-açúcar, que chegou a movimentar cerca de 30 engenhos produtores de aguardente.

A pesca era uma atividade essencialmente masculina, exceto no caso da pesca da tainha, que se constituía numa forma de pesca coletiva (arrasto de praia) de grande importância para as comunidades caiçaras (<http://www.ocarete.org.br>).

Além da caça e o mergulho dos trapiches e pedras da costeira, para essas populações caiçaras, as formas de lazer e distração eram as festas, procissões, danças, alguns poucos jogos e os pasquins.

As funções atribuídas à mulher na sociedade caiçara são: mãe de família, dona de casa, trabalhadora do lar e da roça. O papel da mulher mostra-se fundamental na manutenção do grupo doméstico, sua reprodução, produção e

sobrevida. Suas tarefas são bem definidas: preparo do alimento e criação dos filhos (<http://www.ocarete.org.br>).

No caso do município de Ilhabela, até a década de 1960, os moradores dos diversos núcleos – ou comunidades – caiçaras espalhados pelo arquipélago, tinham como principal ocupação a agricultura de subsistência, tendo a pesca como segunda atividade. Em cada um desses núcleos havia, quase sempre, um morador que era proprietário do rancho, canoas e redes de pesca utilizadas para duas modalidades de pesca das quais a comunidade local participava em sistema de mutirão: o cerco de cardumes e arrasto de praia (**Figura II.5.3-215**).



**Figura II.5.3-215 - Pesca Caiçara**

Fonte: <http://ecoviagem.uol.com.br/blogs/expedicao-aguas-do-brasil/>

Ao se aproximar o momento do cerco ou do arrasto, os moradores, que geralmente estavam trabalhando na roça, eram chamados através do toque da buzina, um tipo de berrante pequeno produzido a partir do chifre de boi. O produto da pesca era dividido entre o proprietário ou “patrão” do equipamento e aqueles que ajudaram na faina de pesca, os “camaradas”.

No mesmo período (anos 60), com a possibilidade da venda comercial do pescado e o maior acesso a bens de consumo, os moradores dos núcleos caiçaras passaram à condição de pescadores-agricultores. A pesca comunitária praticamente deixou de existir e os gêneros alimentícios são adquiridos nos supermercados (<http://www.ilhabela.com.br/CULTURA/index.html>).

Com a especulação imobiliária voltada para a região e o vertiginoso aumento populacional verificado nos últimos 30 anos, foram muitos os que deixaram também de ser pescadores-agricultores, já que foram morar em grandes centros urbanos ou em áreas em processo de ocupação desordenada localizadas em São Sebastião, Ilhabela ou Caraguatatuba (<http://www.ilhabela.com.br/CULTURA/index.html>).

Espalhadas pelas ilhas de São Sebastião, dos Búzios e da Vitória existem ainda 18 núcleos de comunidades tradicionais caiçaras, onde cerca de 1,2 mil moradores vivem quase que exclusivamente da roça de subsistência e da pesca artesanal, cujo excedente é comercializado. Vivem, assim, em condições muito parecidas a de seus antepassados; verdadeira "mostra viva" de uma cultura passada, na definição dos estudiosos (<http://www.ilhabela.com.br/CULTURA/index.html>).

No Parque Estadual de Ilhabela e na Unidade de Conservação Marambaia em Mangaratiba no litoral sul fluminense encontram-se comunidades tradicionais de caiçaras, que vivem da pesca, pequenas monoculturas e artesanato.

Uma diversidade de ciclos econômicos marcaram a presença das populações tradicionais caiçaras localizadas na região sul do estado do Rio de Janeiro, entre os quais o extrativismo de madeira, plantações de açúcar e café e criação de gado, além de formas mais recentes de trabalho, como a pesca embarcada. (COSTA, 2008)

Tendo em vista a grande interação entre a evolução histórica da cultura tradicional e seu território nativo, as comunidades caiçaras possuem uma identidade construída a partir de um forte vínculo com o ecossistema da Mata Atlântica. São observados processos de urbanização; especulação imobiliária; conflitos legislativos, ambientais e territoriais; grilagem de terras; mudanças de valores e modos de vida, que desestabilizam a cultura local e fragilizam o ecossistema, contribuindo para o desmatamento florestal; extinção de espécies; poluição dos recursos hídricos e erosão.

Cenários como esse comprometem a autonomia das comunidades e a manutenção de seu modo de vida e de seus conhecimentos ecológicos tradicionais, bem como são responsáveis pela diminuição das práticas ligadas à

roça caiçara, acompanhada pela perda de fertilidade do solo e os estabelecimento de pragas. (LOPES, 2009)

Diante desta ameaça à cultura caiçara, a Secretaria Estadual de Ação Social e Direitos Humanos possui projetos de parcerias com Secretarias Municipais visando a segurança alimentar e nutricional, bem como o desenvolvimento da agricultura sustentável e preservação ambiental nas comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas.

Especificamente na região da Baía da Ilha Grande, a construção da BR-101(Rio-Santos) e a consequente intensificação do turismo, responsáveis pelo aumento dos investimentos em construção civil e também pela especulação imobiliária, foram fatores determinantes para as transformações sociais ocorridas nas comunidades tradicionais caiçaras.

A pressão do mercado sobre suas terras, o avanço da tecnologia nas práticas de subsistência, como a lavoura e a pesca, e a criação de unidades de conservação, forçam os moradores a abandonarem suas práticas em busca de melhor renda na atividade turística. Devido a estes fatores, a cultura caiçara vem se alterando: a nova geração pouco conhece das tradicionais técnicas de pescas, construção naval, fabricação de redes e covos, medicina caseira, produção artesanal de farinha de mandioca e, músicas e danças. (Paraty.tur, 2012)

Segundo Vilaça e Maia (2006) o povo que há muitas gerações habitou o povoado do Aventureiro, na Ilha Grande, bem como parte substantiva de sua subsistência, sempre estiveram relacionadas à exploração dos recursos naturais: a pesca nas praias, a caça eventual na floresta e a agricultura doméstica voltada especialmente para a produção da farinha de mandioca. Os principais cultivos eram a mandioca, o feijão, o guando, o milho, a cana e a banana. A tecnologia aplicada era a queimada para abertura dos terrenos, e a técnica restrita ao uso do enxadão, enxada e foice, não sendo utilizadas mecanizações de qualquer espécie.

As autoras afirmam que a roça seria mais que puramente a produção de alimentos, ela produz famílias, núcleos individualizados, fundamentais para a reprodução da sociedade, através da perpetuação das tradições. As roças de

subsistência representaram a principal atividade das famílias do Aventureiro até a década de 1960, quando teve início o trabalho na pesca embarcada e assalariada nas traineiras. Antes desta modalidade de trabalho na pesca, os homens também participavam ativamente de todas as etapas da agricultura, junto às mulheres, desde a abertura dos terrenos, passando pelo plantio, colheita até a venda na praia vizinha do Provetá, que era a principal consumidora dos produtos agrícolas do Aventureiro. Em geral, cada família tinha sua própria roça, em terrenos delimitados nas encostas do Aventureiro.

A pesca da tainha, em sua modalidade de arrasto de praia, foi um dos tipos de trabalho comunitário realizado entre os moradores do Aventureiro, ao lado do mutirão (construção de casas) e era uma importante fonte de renda. O arrasto de praia, entretanto não é mais realizado, pois além da pouca quantidade de peixe que chega na região, ainda precisam disputar espaço com barcos de maior porte, responsáveis pela captura de grande parte dos pescados.

A desativação da penitenciária Candido Mendes em 1994 e a intensificação do turismo, aliados a um período de crise do setor pesqueiro em função da sobrepesca, justificam o abandono de algumas práticas como as roças de subsistência, e principalmente, por parte dos homens, o trabalho na pesca embarcada assalariada.

Nos dias atuais os moradores do povoado se dedicam exclusivamente à atividades relacionadas ao turismo. Muitos são funcionários ou donos de campings, possuem pequenos restaurantes ou até mesmo ofertam suas casas como pousadas aos turistas de diversas localidades. Vivem na praia do aventureiro cerca de 100 pessoas distribuídas em aproximadamente 30 famílias. (COSTA, 2008)

A inserção dos moradores do povoado do Aventureiro na atividade econômica do turismo trouxe conflitos fundiários e ambientais relacionados à degradação ambiental e desrepeito à legislação das Unidades de Conservação. O povoado encontra-se inserido nos limites da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, entretanto, a ocupação humana no interior desta categoria de UC é proibida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC.

A permanência de população nativa em UC's é prevista pela legislação estadual, desde que estas dependam, para sua subsistência, dos ecossistemas locais e o preservem, fato que, após a intensificação da atividade turística e contato crescente das comunidades caiçaras com centros de consumo, tem sido contestado por ambientalistas.

Tanscheit (2010) aponta que na comunidade caiçara que vive na Reserva Ecológica da Juatinga, em Paraty, a ameaça ao modo de vida caiçara também se faz presente pelos mesmos fatores. As populações que vivem na Reserva estão sobrevivendo do turismo desregulado, o que acaba por colocar em risco a qualidade do ambiente e dos recursos naturais e o modo de subsistência tradicional. Segundo o autor, é notável o êxodo das populações caiçaras de seus locais de origem, vendendo terrenos até então “desvalorizados” e trabalhando muitas vezes como “caseiros” fora da temporada, além de outras lógicas como a do meeiro e do arrendatário principalmente na produção de cana para o feitiço de cachaça.

A localidade do Saco do Mamangá situa-se no extremo litoral sul fluminense e está inserido na Reserva Ecológica da Juatinga e na Área de Proteção Ambiental do Cairuçu. O fato de não existir estradas de acesso e, mesmo pelo mar, ser uma região mais afastada da cidade, manteve preservada a cultura caiçara. Entretanto, assim como em outras comunidades tradicionais da região da baía da Ilha Grande, devido à diminuição da pesca e à exploração turística e imobiliária, representada pela presença de pousadas, restaurantes e casas de veraneio, essa cultura vem sendo alterada.(Paraty-tur, 2012)

Diante dessa situação, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) criou em 2007 um projeto de extensão chamado “ Raízes e Frutos” nas comunidades tradicionais da Reserva da Juatinga, com o objetivo de desenvolver e estimular técnicas tradicionais aliadas à proteção da Mata Atlântica e aos princípios da agroecologia, agricultura sustentável e segurança alimentar.

Garrote (2004), destaca que as comunidades mantêm suas atividades tradicionais coexistentes ou adaptadas às nova atividades ligadas ao turismo. A utilização da caixeta, uma arvore de madeira leve e fácil de manusear para a

fabricação de peças de artesanato que são vendidas em Paraty, Angra dos Reis e outras cidades turísticas, é um exemplo de atividade tradicional que se adapta ao novo contexto no qual o conhecimento tradicional é integrado a uma nova realidade: o turismo.

Segundo o autor, no Saco do Mamanguá existem aproximadamente 50 artesãos que se ocupam especialmente do artesanato na alta temporada turística. A comunidade utiliza o cipó e a taquara na fabricação de balaios e a palha de coco preto para fazer abanos, comercializados nas lojas de Paraty. Há também a construção de algumas canoas que são a partir de árvores de espécies nativas retiradas da floresta próxima, assim como diferentes tipos de madeiras utilizadas na construção e reparo de casas e embarcações. Embora as áreas de roça tenham diminuído drasticamente, ainda existem famílias que plantam a mandioca para a fabricação de farinha.

### ***Atividade Extrativista - Pesca Artesanal***

Entre o vasto período que vai do século XVIII ao início do século XX, verificou-se no Brasil a formação de várias comunidades marítimas e litorâneas cujos membros viviam, sobretudo ou parcialmente, da atividade pesqueira. Trata-se de comunidades de pescadores artesanais que, no Litoral Norte estado de São Paulo, e parte do Rio de Janeiro (Litoral Sul Fluminense/Costa Verde), são nomeadas de populações caiçaras. Essa população teve origem com a miscigenação entre índios, europeus e negros e tem uma cultura particular que a diferencia das comunidades moradoras no interior desses estados.

Segundo o Código de Pesca (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009), atividade pesqueira artesanal são os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. (**Figura II.5.3-216**).





**Figura II.5.3-216 - Pescadores artesanais.**

Fonte; <http://ecoviagem.uol.com.br/blogs/expedicao-aguas-do-brasil/>

A captura da pesca artesanal é feita a partir de técnicas de reduzido rendimento relativo e sua produção é parcialmente destinada ao mercado, fazendo parte de sua subsistência, em determinados períodos.

Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural e, assim, possuem um corpo de conhecimento acerca da classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde vivem.

A pesca artesanal surgiu de uma falência na economia dos ciclos cafeeiro e açucareiro do Brasil Colônia e, também, devido à necessidade de exploração de outros meios que não fossem os recursos de flora e fauna litorâneas, como o palmito, a caxeta e os animais de caça.

Enquanto processo de trabalho, a pesca artesanal encontra-se em contraste com a pesca industrial por ter características bastante diversificadas, tanto em relação aos hábitat e estoques pesqueiros que exploram, quanto às técnicas de pesca que utilizam.

Os dados apresentados em diversos estudos realizados nas comunidades da Área de Influência mostram que a atividade pesqueira é desenvolvida por diferentes gerações, mas com primazia dos pais de família.

O maior número de atividades secundárias, que também geram renda aos pescadores, principalmente as relacionadas ao comércio, a informática e ao turismo, pode ser um fator importante que esteja contribuindo para afastar a população local jovem da atividade pesqueira.

O conhecimento dos pescadores referente aos hábitat das espécies está relacionado com o tipo de ambiente em que os peixes são freqüentemente capturados. Na Área de Influência têm-se os ambientes marinhos, estuarinos, lagunares, mangues, entre outros. Os pescadores categorizam as diferentes distribuições espaciais como: "peixes do mar", "peixes do rio", "peixes do brejo", "peixes de água doce", "peixes de lagoa" e "peixes de mar e rio".

Quando estão atuando em territórios definidos como Unidades de Conservação (Parque Estadual de Ilhabela e Marambaia e a Comunidade de Pescadores Zacarias em área de APA Maricá – Barra de Maricá – por exemplo), seu conhecimento pode ser usado nos planejamentos de manejo sustentável das unidades e da pesca artesanal no Brasil (Fonte: A Linguagem da Ciência, Vol. 4, maio de 2005).

A existência da prática de pesca artesanal nas comunidades estudadas se mostra como a resistência de um aspecto da cultura caiçara no litoral. O fato das comunidades pesqueiras artesanais de Ilhabela, Mangaratiba, Itaguaí, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Paraty, Niterói e Maricá praticarem diariamente as atividades de pesca, ainda que nas regiões mencionadas existam hoje em dia outras atividades rentáveis, demonstra que não somente o conhecimento sobre o uso dos recursos naturais vem sendo transmitido entre suas gerações, como também pode evidenciar a característica menos impactante dos métodos de pesca artesanal ao ecossistema marinho, já que levantamentos de campo demonstram que as populações de pescadores conseguem retirar do mar, há mais de 5 gerações, o sustento de suas famílias.

### **II.5.3.P - Identificação e Caracterização de Tombamentos**

Este item refere-se à identificação de bens tombados com valor histórico cultural; Reservas da Biosfera e Sítios do Patrimônio Mundial Natural. Embora estes elementos não apresentem, em princípio, vulnerabilidade aos impactos

decorrentes do empreendimento, optou-se por apresentar todos os bens tombados pela UNESCO e pelo IPHAN nos municípios componentes da Área de Influência. Este posicionamento se fundamenta na ideia de que todos os bens possuem o mesmo valor e importância do ponto de vista cultural e de representação junto ao grupo social em que se inserem.

### **II.5.3.P.1 - Tombamentos da UNESCO**

A proposta da UNESCO é promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade (<http://www.unesco.org>).

As definições de Patrimônio Cultural e Natural foram estabelecidas pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, em sua décima sétima sessão. Tais definições apresentam os conceitos norteadores que serão adotados e desenvolvidos por cada Estado-parte da Convenção (UNESCO, 1972).

Considerando os apontamentos feitos pela Convenção, são considerados como Patrimônio Cultural (UNESCO, 1972):

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

A Convenção aponta, ainda, os seguintes conceitos para Patrimônio Natural (UNESCO, 1972):

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,
- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Cada Estado-parte da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural reconhece que lhe compete identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural situado em seu território. O Estado-parte estabelecerá esforços nesse sentido, tanto com recursos próprios como, se necessário, mediante assistência e cooperação internacionais às quais poderá recorrer, especialmente nos planos financeiro, artístico, científico e técnico (UNESCO, 1972).

Atualmente, no Brasil, há dezoito bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial, todos considerados pelo seu excepcional e universal valor para a cultura da humanidade (<http://www.unesco.org>).

No que se refere aos bens tombados pela UNESCO, conforme consta na Lista do Patrimônio Mundial, disponível no site da instituição, especificamente dentro da Área de Influência do presente estudo, não houve identificações. Os bens tombados em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estão apresentados no item a seguir.

#### **II.5.3.P.2 - Tombamentos do IPHAN**

O patrimônio material protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes e

das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

O tombamento é um instrumento legal de proteção de bens culturais, criado em 1937, que possibilitou ao estado salvaguardar os bens móveis e imóveis considerados de interesse público em função de sua importância cultural ou natural. O tombamento pode ocorrer em três esferas: federal, estadual e municipal. O IPHAN, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, é responsável pela preservação dos bens que compõem o acervo patrimonial brasileiro.

Do **Quadro II.5.3-110** ao **Quadro II.5.3-113**, a seguir são apresentadas as relações dos bens tombados pelo IPHAN nos municípios componentes da AI, considerando o agrupamento por estado e microrregiões.

## 7) Estado do Rio de Janeiro

### 7.1) Região Metropolitana do Rio de Janeiro

#### Quadro II.5.3-110 - Relação de bens tombados pelo IPHAN na Região Metropolitana RJ

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Alfândega: prédio	24/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Com a vinda da Missão Francesa em 1816 foi construída a primeira "Praça do Comércio" realizada entre 1817 e 1820. Posteriormente, foi destinada para funcionamento da Alfândega, sendo por esse fato mais conhecida como "Antiga Alfândega". Posteriormente, abrigou a sede do II Tribunal do Júri e atualmente abriga a Fundação Casa França-Brasil. A construção foi realizada ao feito neoclássico, próprio do gosto artístico instaurado pela Missão Francesa.
Aqueduto da Colônia de Psicopatas	11/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Aqueduto, do final do século XVIII, composto de uma série de arcos simples e que conduzia água a um dos antigos engenhos de Jacarepaguá.
Arco do Teles	30/6/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	O nome deve sua origem aos Telles de Meneses, proprietários dos prédios ao lado da Praça XV de Novembro, onde foi construído o arco, no século XVIII, para fazer a ligação da Praça do Carmo com a Rua da Cruz, atual Rua do Ouvidor. Trata-se de uma arcada, com forro de madeira, com ombreiras de cantaria, projetada pelo Brigadeiro Engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim. Fica sob os prédios de números 32 e 34 da Praça XV de Novembro, ligando a praça à Travessa do Comércio.
Arco e oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança	17/3/1960	Livro de Belas Artes	Recentemente, a imagem de Nossa Senhora do Cabo da Boa Esperança encontra-se na sacristia da Igreja da Ordem Terceira do Monte do Carmo. O oratório de Nossa Senhora do Cabo da Boa Esperança é o único que restou dos setenta e três oratórios existentes na cidade no tempo dos vice-reis. O arco foi construído depois de concluída a obra do adro da nova Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, o qual teve seu risco mandado fazer em 1764. A construção do arco teve por finalidade permitir a comunicação da Rua "Detrás do Carmo", atual Rua do Carmo, com o adro na nova Igreja. Na parte superior do arco foi colocado o oratório de Nossa Senhora do Cabo da Boa Esperança.

Continua

## Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Arcos da Lapa	5/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	O abastecimento de água para o Rio de Janeiro só foi resolvido no século XVIII, entre 1719 e 1724, com a execução da canalização das águas das nascentes do Rio Carioca, na administração de Aires Saldanha. Foram incluídas nessas obras a construção de um aqueduto entre os morros do Desterro (atual Santa Teresa) e de Santo Antônio, e de um chafariz com dezessete bicas no atual Largo da Carioca. No final do século XIX, foi convertido em viaduto para os bondes de acesso a Santa Teresa. É considerado um dos mais importantes monumentos da acervo arquitetônico da cidade.
Asilo São Cornélio: prédio	15/7/1938	Livro de Belas Artes	Edificação com data de 1862 na fachada foi adquirida em 1868 pelo Comendador João Martins Cornélio dos Santos, para sua residência. Este deixou em testamento a propriedade para a Santa Casa de Misericórdia, que aí instalou um asilo, com a invocação de São Cornélio, inaugurado em 1900. Após sua aquisição pela Faculdade de Medicina Souza Marques, foi construída uma série de edificações na área localizada aos fundos da casa histórica, de feição puramente comercial.
Associação Brasileira de Imprensa: prédio	29/5/1984	Livro de Belas Artes	O edifício-sede da ABI foi um dos pioneiros da nova arquitetura no Brasil. Seu projeto, vencedor de concurso público, é de autoria dos irmãos Marcelo e Milton Roberto. No térreo, vestibulo aberto dá acesso aos elevadores e lojas de comércio. Nos demais sete andares, as fachadas são protegidas por "brise-soleils" verticais, fixos de concreto. Acima dos pisos corridos, estão um auditório, salas de reunião e biblioteca. Na cobertura, recuados da fachada, estão restaurante, cozinha e dependências. Os jardins da cobertura foram organizados por Roberto Burle Marx.
Aterro do Flamengo	28/7/1965	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	O Parque do Flamengo, com 1.200.000 m <sup>2</sup> , resultou do aterro, no início dos anos 60, de uma larga faixa do litoral da Baía de Guanabara, com material proveniente do desmonte do Morro de Santo Antônio. Abrange a área que vai do Aeroporto Santos Dumont até o morro da Viúva e o início da praia de Botafogo. Foram construídas duas pistas diretas de ligação da cidade à zona sul e toda a superfície restante foi transformada em área de lazer e de esporte. O Monumento aos Mortos da 2ª Guerra Mundial é anterior ao projeto do parque, mas está incluído no tombamento.
Avenida Modelo: conjunto de habitação coletiva	30/9/1985	Livro de Belas Artes	Conjunto residencial edificado no último quartel do século XIX. Cortiços, estalagens, avenidas e vilas são as denominações dos diversos tipos de habitação popular surgidos para suprir a demanda crescente de moradia para trabalhadores livres na capital do país. A Avenida Modelo segue o padrão de casas térreas em seqüência, estruturadas ao longo de uma servidão, com entrada pelo logradouro público, junto ao sobrado do proprietário
Base aérea de Santa Cruz: hangar de zepeleins	3/12/1998	Livro Histórico	O tombamento inclui as pontes rolantes, os elevadores, as escadas de acesso, o motor, o mecanismo de abertura das portas principal e secundária, e a estação de passageiros anexa.
Bebedouro da Estrada Velha da Tijuca	11/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Edificado em meados do século XIX, é um amplo tanque de cantaria colado às faldas da montanha, na Estrada Velha da Tijuca. Encimando o muro de arremate do tanque, tímpano com a data de construção, 1858, e as iniciais O.P., abreviatura de "obras públicas". A construção dessa fonte coincidiu com as primeiras medidas tomadas para preservação das matas dos morros cariocas.
Biblioteca Nacional: prédio	24/5/1973	Livro de Belas Artes	A Biblioteca Nacional começou a ser construída em terreno conquistado após a demolição de parte do Morro do Castelo e foi inaugurada em outubro de 1910. Sua construção durou mais de cinco anos, sendo o projeto arquitetônico de estilo eclético. No interior, presença da figura da República e alegorias correspondentes à Imprensa, à Bibliografia, à Paleografia, à Cartografia, à Iconografia e à Numismática. A Biblioteca Nacional é considerada uma das maiores da América Latina, contando com mais de 3 milhões de peças em seu acervo constituído por livros, periódicos, manuscritos, mapas, gravuras, aquarelas, fotografias.
Bica da Rainha	11/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Localizada, perto da subida da Serra do Corcovado, à margem do que foi o Rio Carioca, na atual Rua Cosme Velho. Recebeu esta denominação por ser local muito procurado pela Rainha D. Maria I. No coroamento, os dizeres: "Bica da Rainha" e a data "1845". Seu formato original não era esse, mas sim, o que foi representado por Bertichen, em uma de suas vistas do Rio de Janeiro.
Caixa de Amortização: prédio	24/5/1973	Livro de Belas Artes	O prédio foi construído entre anos de 1905-1906 e projetado pelo escritório técnico da Comissão Construtora da Avenida Central. Construção requintada insere-se no período da arquitetura eclética, apresentando feição classicizante. Possui a parte central de sua fachada voltada para praça circular aí existente. As molduras e cornijas da fachada térrea, em cantaria, obedecem à ordem jônica. No friso frontão da Avenida lê-se o dístico "Caixa de Amortização", em letras monumentais de bronze dourado.

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Capela de Nossa Senhora da Cabeça	13/8/1965	Livro Histórico	Sua construção remonta à primeira metade do século XVIII, tendo sido edificada pelo Governador Martim Corrêa de Sá, no Engenho d'El Rei, nas proximidades da lagoa de Sacopenapã, atual Rodrigo de Freitas. O governador e sua família eram devotos de Nossa Senhora da Cabeça e trouxeram de Portugal a imagem de sua devoção. O acesso à Capela é precedido de copiar, apoiado em duas colunetas de estilo toscano. Internamente possui apenas um cômodo.
Casa à Praça Quinze de Novembro, 32	15/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	No antigo Terreiro do Carmo (atual Praça XV), foram edificados três prédios contíguos, que se estendiam até a atual Rua do Mercado. O Arco do Telles localizado no meio, com largura correspondente a dois vãos, atravessa a construção transversalmente ao logradouro dando acesso ao Beco do Comércio, apresenta guarnições em cantaria nas duas fachada, em arco abatido.
Casa à Praça Quinze de Novembro, 34	10/8/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	No antigo Terreiro do Carmo (atual Praça XV), foram edificados três prédios contíguos, que se estendiam até a atual Rua do Mercado. O Arco do Telles localizado no meio, com largura correspondente a dois vãos, atravessa a construção transversalmente ao logradouro dando acesso ao Beco do Comércio, apresenta guarnições em cantaria nas duas fachada, em arco abatido.
Casa à Rua da Quitanda, 61	29/6/1972	Livro Histórico	É considerado um ótimo exemplo de arquitetura urbana das últimas décadas do dezenove, sendo marcado no entablamento superior a indicação "Era 1872". A frontaria é estreita e alta, apresentando a edificação três pisos em cada um, três vãos. Presentemente constata-se que foram realizadas modificações no prédio, estando ocupado por firma comercial.
Casa à Rua das Palmeiras, 35	27/2/1967	Livro Histórico	Casa de um único piso, exemplar da arquitetura residencial urbana do final do século XIX. Apresenta elementos como porão alto, enquadramento dos vãos em cantaria, cunhais em formato de pilastras jônicas, entablamento de estuque, platibanda vazada com balaustres, acesso por varanda lateral com estrutura de ferro fundido.
Casa à Rua das Palmeiras, 55	27/2/1967	Livro Histórico	O Museu foi fundado em 1953 e funcionou anteriormente em um prédio no bairro do Maracanã. A casa, que sedia o Museu do Índio, apresenta elementos semelhantes. O acervo é composto de peças diferentes tribos brasileiras e é apresentado atendendo a três aspectos do seu cotidiano: o mundo econômico, o universo simbólico e o universo social.
Casa à Rua do Russel, 734	9/6/1970 e 4/6/1970	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Edificação com três pisos e mais um quarto, em forma de torreão, com característica Art Nouveau aparecendo no desenho das grades, nos elementos decorativos de estuque e metálicos. A disposição dos cômodos e as respectivas interligações, assim como o jogo de volumes dos três pisos, apresentam assimetria.
Casa à Rua Mayrink Veiga, 9	29/6/1972	Livro Histórico	Último de uma seqüência de sobrados de caráter nobre e feição neoclássica, edificados na década de 1840, logo após a abertura das ruas Municipal (atual Mayrink Veiga) e São Bento, em terras pertencentes ao Mosteiro dos Beneditinos. O imóvel totalmente descaracterizado em seu interior teve preservada apenas sua frontaria, que ficou inserida em edifício novo de gabarito elevado. Todas as grades de ferro são originais.
Casa à Rua Sorocaba, 200	27/2/1967	Livro Histórico	O sobrado que abriga o Museu foi construído em 1868 e reformado em 1892, ganhando um segundo andar e um aspecto imponente. Criado em 22 de junho de 1960, o Museu tem por objetivo preservar e divulgar a vida e a obra do compositor e maestro Heitor Villa-Lobos. Do acervo de aproximadamente 500 peças, podemos destacar partituras originais e coleções de obras publicadas no Brasil e no exterior, além de extenso material fonográfico. Constam também do acervo objetos de uso pessoal de Villa-Lobos. Fora do prédio, encontra-se um anfiteatro onde se realizam concertos, além de um busto de Villa-Lobos.
Casa da Marquesa dos Santos	30/3/1938	Livro de Belas Artes	O Imperador D. Pedro I adquiriu, em 1824, este imóvel para Domitila de Castro Canto e Melo depois Viscondessa e Marquesa de Santos. Grandes obras foram realizadas a partir de 1824 até 1827, conferindo à edificação aspecto neoclássico característico de uma casa nobre do século XIX. Instalando-se no belo Solar, em 1828, a Marquesa nele não ficaria por muito tempo, já no ano seguinte o solar voltou à posse de Dom Pedro I, que o doou à sua filha Maria I, em favor de quem abdicaria da Coroa portuguesa. A partir de então, o solar teve vários proprietários, sendo, no século XX, sede do Serviço Nacional de Febre Amarela. Em 1961, foi declarado de utilidade pública. Em 1965, sofreu restauração por determinação do Governador Carlos Lacerda. A fachada de fundo é considerada atributo neoclássico dos mais nítidos e puros construídos no Rio de Janeiro, com influência francesa.

Continua

## Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Casa da Moeda: prédio	24/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A Casa da Moeda foi transferida, em 1699, da Bahia para o Rio de Janeiro e foi estabelecida, inicialmente, no prédio onde funcionou a Junta do Comércio. No ano de 1703, a Coroa resolveu construir novo prédio para abrigar a fábrica de moedas, localizada na Praça XV e situada contígua aos armazéns reais. A fim de instalar a residência oficial dos Governadores no local onde funcionaram os armazéns reais, o prédio passou por transformações que deram-lhe novo aspecto arquitetônico, sendo concluído em 1743, hoje conhecida como Paço Imperial. Com a vinda da Família Real portuguesa, o Paço foi ocupado pela Corte, sendo a fábrica de moedas transferida para o prédio construído. No ano de 1853 foi solicitada a construção de um prédio para abrigar o funcionamento da fábrica de moedas, sendo inaugurada em 1868.
Casa de Banhos de D. João VI	20/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Casa térrea de arrabalde de fins do século XVIII ou início do XIX. O nome deriva da tradição dela ter sido utilizada por Dom João VI para fazer tratamento médico na praia em frente.
Casa de Benjamin Constant	2/4/1958	Livro Histórico	A casa onde se encontra instalado o Museu é uma típica casa de chácara de características neoclássicas, do século passado. Entre 1961 e 1982, data de sua abertura ao público, foram realizados os trabalhos necessários à recuperação do imóvel para sua abertura como um Museu, que reconstituiu o ambiente familiar e o contexto social da época em que viveu Benjamin Constant.
Casa de José Bonifácio	13/4/1938	Livro Histórico	Casa térrea onde residiu José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da Independência, por volta de 1830 e onde veio a falecer em 1838.
Casa de Rui Barbosa	11/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Construída em 1850, em estilo neoclássico, apresenta algumas características da Belle Époque nos trabalhos de cantaria, marcenaria e serralheria. Além de objetos que pertenceram a Rui Barbosa, destaca-se a biblioteca, uma das mais valiosas que possuímos. A mansão pertenceu ao Comendador Albino d'Oliveira Guimarães, e, em 1893, ao inglês John Roscoe Allen, de quem Rui Barbosa a comprou, em 1895, nela residindo 28 anos de sua vida. Em 1930, o Presidente Washington Luís inaugurou em suas dependências um centro de pesquisas e divulgação cultural.
Casa do Bispo	15/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A antiga residência dos Bispos do Rio de Janeiro foi edificada por D. Frei Antônio do Desterro, em meados do setecentos. Ampla casa elevada do terreno circundante tem acesso por escadaria em dois lances, centrada na fachada. Com arcaria no térreo e janelas de púlpito no sobrado, se sobressai das demais construções dos séculos passados. Totalmente e primorosamente restaurada, é atualmente a sede da Fundação Roberto Marinho.
Casa do General Osório	14/2/1949	Livro Histórico	Possui ainda alguns exemplares remanescentes do século XIX. Casa térrea onde residiu e morreu o General Osório, em 1879. A casa durante longo período foi utilizada como moradia coletiva, deteriorando-se muito; posteriormente foi restaurada, para sediar o Museu do Exército, atualmente no Forte de Copacabana.
Casa do Marechal Deodoro da Fonseca	4/6/1958	Livro Histórico	Remanescente do antigo casario, com implantação no alinhamento dos lotes, encontra-se hoje isolado pela demolição das demais construções à sua volta. A casa reformada em diversas ocasiões foi residência do Marechal Deodoro, serviu de cenário para as reuniões políticas que antecederam à Proclamação da República. Foi reformada em 1971 para abrigar o Museu do Exército, transferido posteriormente, para a Casa do General Osório.
Casa na Ladeira do Morro do Valongo, 21	15/7/1938	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico/Livro de Belas Artes	-
Casa natal do Barão do Rio Branco	30/6/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Integrante de conjunto arquitetônico ainda homogêneo, pela escala e implantação das construções do seu entorno, apresenta típico sobrado urbano, de frente de rua, edificado provavelmente no final do dezoito, onde nasceu o Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, o grande ministro das Relações Exteriores da Primeira República.
Chafariz à Rua do Riachuelo	11/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Em 1817, a cidade sofreu de falta d'água em consequência da seca. As águas encontradas nas nascentes dos Morros de Mata-Cavalos, Desterro e Santa Teresa estavam localizadas em terras particulares. Por esta razão, foi construído no mesmo ano o chafariz na antiga rua de Mata-Cavalos, hoje Riachuelo. As dimensões do Chafariz foram reduzidas pelas várias reformas, que lhe conservaram em muita boa cantaria, o tanque, as pilastras e a cartela com os dizeres: - O Rei por bem de seu povo M.F.E. O (mandado fazer e oferecido) pela Polícia - 1817.
Chafariz da Glória	11/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Durante o vice-reinado do Marquês do Lavradio (1769-1779), foi construído o Chafariz da Glória, no ano de 1772. O chafariz foi restaurado na década de 60, em consequência da alteração sofrida em 1905, durante a reforma urbana do Prefeito Pereira Passos. Trata-se de um tanque amplo de cantaria para o qual vertem quatro bicas. Possui duas pilastras encimadas por entablamento e frontão curvo, o qual possui no centro um tímpano de alvenaria, o qual termina em cimbalha, sobre a qual se encontra uma urna com forma caprichosa.

Continua



Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Chafariz da Praça Mahatma Gandhi	21/2/1990	Livro de Belas Artes	O chafariz foi construído em Viena e fundido em Val d'Oise, Paris. Constatou em uma exposição realizada no ano de 1878 em Viena, Áustria, quando foi adquirido por D. Pedro II. A exceção do espelho d'água que circunda o chafariz e de pequenos acréscimos ornamentais ocorridos para melhor integrá-lo às ambiências urbanas em que já esteve inserido, o chafariz mantém sua composição formal descrita por Magalhães Corrêa em seu livro "Terra Carioca - Fontes e Chafarizes".
Chafariz das Saracuras	30/6/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	No tempo do Vice-Rei Conde de Resende (1790-1801), as águas foram canalizadas até o Convento da Ajuda. Nesta mesma época foi construído o Chafariz das Saracuras. O chafariz foi doado à Municipalidade pelo Cardeal Arcoverde, em 1911, e removido para o centro da Praça General Osório, em Ipanema. Algumas esculturas não mais existem, havendo no Museu da Cidade, tão somente, cópias dos primitivos cágados". Existe uma antiga fotografia de Malta com o chafariz ainda no convento.
Chafariz de Grandjean de Montigny	11/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Em 1846, durante o reinado de D. Pedro II foi realizado um projeto para o chafariz que deveria ocupar o chamado Rocio Pequeno, depois chamada Praça Onze de Junho. No entanto, as obras realizadas para construção do chafariz não corresponderam ao projeto inicial, o que gerou protestos por parte dos professores da Academia de Belas Artes. Com a construção da Av. Presidente Vargas, o chafariz foi transferido para a Praça Afonso Vizeu, no Alto da Boa Vista.
Chafariz de Paulo Fernandes	11/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Durante a regência de D. João VI, ocorreram algumas melhorias urbanas, entre as quais a canalização das águas do Rio Comprido, ligando-as ao aqueduto do Catumbi, o que muito favoreceu para um maior abastecimento de água para a cidade. Por esta época, o chafariz de Paulo Fernandes foi construído próximo ao chafariz do Lagarto e separado desse pelo aqueduto. Do Chafariz de Paulo Fernandes as águas prosseguiram em precários encanamentos de madeira para abastecerem dez bicas localizadas no Campo de Santana, inauguradas em 1809.
Chafariz do Lagarto	11/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	O Chafariz do Lagarto foi construído durante o Vice Reinado de Luiz de Vasconcellos e Souza (1779-1790), no chamado caminho do Engenho Pequeno, hoje Rua Frei Caneca. Era abastecido pelas águas do Rio Catumbi, trazidas pelo aqueduto de mesmo nome, que não mais existe. No Chafariz repousa um lagarto que jorrava água pela mandíbula em um tanque retangular. Acima lê-se em um medalhão a seguinte inscrição em latim, aqui traduzida: "Ao sedento povo, o Senado deu água em abundância, no ano de 1786".
Chafariz do Mestre Valentim	11/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Em substituição ao primeiro chafariz instalado em 1747, no centro do terreiro do Paço (hoje, Praça XV de Novembro), foi construído, em 1789, um novo chafariz na beira do novo cais. A nova localização do chafariz possibilitou um espaço mais adequado às manobras militares realizadas na praça e para a "aguada" dos navios aportados no próprio cais. O fato do cais, que foi construído alguns anos antes do chafariz, assemelhar-se ao cais erguido em Lisboa, após o terremoto ocorrido em 1755, contribuiu para a consagração da imponência da área.
Coleção arqueológica Balbino de Freitas: conchais do litoral sul	14/4/1948	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	A Coleção encontra-se no Museu Nacional, RJ.
Colégio Militar do Rio de Janeiro: pavilhão de comando	29/12/2000	Livro Histórico	O entorno encontra-se descrito às folhas duzentos e trinta e dois e duzentos e trinta e três - com delimitação e critérios de intervenção, recebeu parecer favorável do relator, às folhas duzentos e cinquenta e quatro, e foi aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, às folhas duzentos e setenta e três do processo em questão.
Colégio Pedro II: prédio	19/5/1983	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Primeiramente, foi construído um prédio, a partir de 1758, para abrigar os órfãos provenientes do Seminário de São Pedro. Esta nova construção ficou pronta em 1766 e passou a denominar-se Seminário de São Joaquim, por estar próximo a igreja dedicada ao mesmo santo. Segundamente, no ano de 1818, o Seminário foi extinto passando o prédio a abrigar uma divisão de tropas recém chegada de Portugal. Finalmente, em 1821, o Príncipe D. Pedro restabeleceu o Seminário de São Joaquim, sendo que em 1837 foi transformado em colégio, chamando-se Colégio Pedro II, sofrendo diversas reformas para tal.
Companhia Docas de Santos	28/7/1978	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	-
Conjunto residencial Parque Guinle	16/4/1986	Livro de Belas Artes	Numa área desmembrada da propriedade do industrial Eduardo Guinle foi aberta a Rua Paulo César de Andrade, e no seu lado direito foram construídos três edifícios residenciais. O edifício Nova Cintra, com entrada pela Rua Gago Coutinho tem à sua esquerda o antigo portão nobre da residência dos Guinle. O edifício possui lojas no térreo e oito pisos. Já os edifícios Bristol e Caledônia possuem pavimentos sobre pilotis. Todo o conjunto foi concebido em ótica e técnica avançadas para a época de sua construção.

Continua

## Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Convento do Carmo	31/7/1964	Livro Histórico	Denominado de Terreiro da Polé, onde em 1590, frades carmelitas iniciaram a edificação de suas residências, passou a denominar-se Terreiro ou Praça do Carmo. A iconografia da edificação no aspecto primitivo é extensa, compreendendo desenhos e gravuras de Ender, de Debret, de Victor Froud, etc., fotos de Ferrez e, na vista panorâmica da cidade, de Burchell, aparece a fachada dos fundos da edificação, voltada para o antigo jardim claustral. Restaurada, a edificação retornou, no que foi possível, à sua feição original.
Convento e Igreja de Santa Teresa	18/6/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	O atual Convento e Igreja de Santa Teresa têm sua origem ligada à ermida, para lembrar a fuga da Virgem Maria, Jesus e José do Egito. Em 1750, foi solicitado ao Rei, a transformação do Recolhimento do Desterro que funcionava desde 1742, como educandário para meninas, fosse transformado em convento de Carmelitas reformadas. A construção do convento foi autorizada pelo bispo do Rio de Janeiro, mas canonicamente, o convento só foi reconhecido em 1780, até então funcionou como Recolhimento. A igreja que sofreu no início deste século profundas reformas no seu interior, que é totalmente dedicado à clausura, o acervo de alfaias, além de objetos de culto e imaginária de valor artístico, possui também retratos de Madre Jacinta de São José e do Conde de Bobadela. Aham-se ali enterrados o Conde de Bobadela e o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, seu projetista.
Convento e Igreja de Santo Antônio	16/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A Igreja de Santo Antônio foi construída de 1608 a 1620, sob o risco do Frei Francisco dos Santos. A aparência externa da Igreja reflete a influência Jesuítica, já no interior da Igreja, as pinturas que ornar a capela-mor e os trabalhos de talha nela encontrados, juntamente com os outros dois altares da nave formam um raro conjunto de obras do nosso barroco inicial. Pelo lado direito da nave, em grande arco gradeado, abre-se a Capela da primitiva Ordem Terceira com talha também barroca, porém de fase posterior. A Sacristia representa notável composição arquitetônica, reúne um conjunto destacado de obras do século XVIII. Em sala próxima, sobressai o lavabo monumental trazido de Portugal. Nas Capelas domésticas, entre as quais se sobressai a das relíquias, localizadas no claustro encontram-se imagens de barro cozido, que representam o nascimento e a morte de São Francisco. Destaca-se, ainda, na sala do palatório, o forro emoldurado e pintado com elementos rococó.
Copacabana Palace Hotel: prédio	14/8/1986	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Projetado na segunda década deste século, segue a linha e o modelo dos grandes hotéis de balneário do final do século XIX e início do XX, sua construção foi inspirada nos moldes do Hotel Negresco em Nice, e Carlton em Cannes, constitui-se em significativo exemplar do ecletismo em voga na época. O Hotel nasceu de uma negociação entre o proprietário e o Presidente Epitácio Pessoa, em 1920, que desejava ter um lugar para receber celebridades internacionais para a comemoração do Centenário da Independência, em 1922. Todavia, o Hotel não ficou pronto para o fato. O Hotel Copacabana Palace com a planta perfeitamente acadêmica e simétrica resolvia de modo prático os principais problemas, pois trata-se de um hotel de alto luxo e de um cassino. Adquiriu fama internacional pelo seu padrão de qualidade.
Corcovado	8/8/1973	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Um dos pontos turísticos de maior atração em nossa cidade, o Corcovado é uma montanha de 704 m de altitude, localizada no extremo frontal da Serra da Carioca e foi visitado pela primeira vez no início do século XIX. A iniciativa da abertura de um caminho terrestre para o Corcovado foi de D. Pedro I. As caminhadas e passeios à região tornaram-se um hábito junto à população. Em 1882, teve início uma nova forma de acesso ao local, desta feita por via férrea, no qual é possível percorrê-las, ainda hoje. A idéia de se ter uma imagem do Cristo, deve-se ao padre Pedro Maria Boss. Em 1923, após a realização de um concurso, venceu o projeto de Silva Costa, que sofreu algumas alterações por intensas críticas, até chegar à imagem do Cristo. O monumento símbolo da cidade do Rio de Janeiro tem 30 metros de altura e é apoiado em um pedestal com a forma de tronco de pirâmide de base octogonal.
Escola de Enfermagem Ana Neri: pavilhão de aulas	14/8/1986	Livro Histórico	Com dois pisos, tem sua frontaria subdividida em três ramos por pilastras robustas. No topo, um terceiro piso parcial, centrado na fachada, é coberto por telhado com beiral sacado e ladeado por terraços com guarda-corpo de alvenaria, que formam redentes alteando-se das extremidades para o centro. O pavilhão de aulas ainda funciona para aulas da Escola de Enfermagem Ana Neri, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Escola Nacional de Engenharia: prédio	11/4/1962	Livro Histórico	Projetado inicialmente como Sé do Rio de Janeiro, o prédio foi, contudo, adaptado para servir como Escola Militar e posteriormente como Escola Politécnica. Em 1810, passou a funcionar no mesmo local onde se encontravam remanescentes da construção da Sé, iniciada em meados do século XVIII, no Largo de São Francisco. Depois de 1842, teve a denominação de Escola Militar, após 1856, de Escola Central, de 1874 a 1937, de Escola Politécnica e depois de Escola Nacional de Engenharia até quando foi transferida para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, tendo sido ocupado o prédio pela Faculdade de Ciências Sociais.

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Estação de Hidroaviões	29/1/1957	Livro de Belas Artes	O projeto desta edificação foi ganhador de concurso em arquitetura de 1937. As fachadas voltadas para a praça e para o cais, tratadas com amplos panos de cristal, contrastam com as duas outras, cegas, totalmente revestidas de mármore travertino. Na fachada para o cais, uma graciosa escada helicoidal liga o solo ao terraço do segundo piso. O jardim frontal, hoje prejudicado em parte pelo Elevado da Perimetral, foi também projeto de Atilio Correia Lima. Com a evolução da aviação e o desaparecimento dos hidroaviões, foi essa edificação, sem utilização, transferida para o Clube da Aeronáutica.
Estádio Maracanã	26/12/2000	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	-
Fazenda da Taquara: casa e Capela de Nossa Senhora dos Remédios	30/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Casa da segunda metade do século XVIII, com características rurais do estabelecimentos de região da Baía de Guanabara, amplo avarandado com colunas toscanas de alvenaria. Alterada no correr do século XIX, foi inserido no eixo da edificação, um sobrado com características neoclássicas. A capela guarda ainda frontão e campanário barrocos e interiormente apresenta talhas já do oitocentos e algumas imagens valiosas.
Fazenda do Capão do Bispo: casa	30/8/1947	Livro de Belas Artes	Casa de fazenda com as características das edificações rurais setecentistas da área em torno da Baía de Guanabara, isto é, com varanda na fachada e pátio central, ambos providos de colunas toscanas de alvenaria, e o acesso por meio de escada no lado esquerdo da fachada. Pertenceu ao primeiro bispo do Rio de Janeiro e foi edificado no final do século XVIII. Era sede de imensa propriedade rural, um dos principais núcleos disseminadores de mudas de café rumo ao interior.
Fazenda do Engenho d' Água: casa	30/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Casa de engenho de açúcar do século XVIII, constituída de construção térrea, com sobrado parcial formando mirante. Possui avarandados na fachada frontal e na dos fundos, a capela doméstica fica à esquerda da casa já descaracterizada no seu interior, conservando apenas as esquadrias originais. Muitos do tijolões da varanda principal apresentam a marca antiga "Engenho d'Água", e nos espelhos dos degraus de acesso a este avarandado, existem azulejos com representação de um castelo.
Fazenda do Viegas: casa	14/6/1938	Livro de Belas Artes	Pertence ao tipo de casa rural setecentista da região da Guanabara, onde a característica principal é a varanda ampla com colunas toscanas de alvenaria. À frente dessa varanda e a ela ligada pelo pequeno coro, existe a capela, com acesso autônomo pelo pátio fronteiro à casa, mas já muito descaracterizada. Se destaca o desenho das folhas de treliça das janelas da sacristia e das que abrem para as varandas.
Fortaleza da Conceição	24/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Em decorrência das invasões francesas ocorridas em 1711, no Rio de Janeiro, a Coroa portuguesa no intuito de reforçar as defesas da cidade realizou a construção da Fortaleza da Conceição, surgida no alto do morro da Conceição, entre os anos de 1713 e 1718, constituindo uma das mais poderosas praças de guerra da cidade, formando com as Fortalezas de Santa Cruz e São João o complexo defensivo da entrada da baía. Entretanto, em 1765, a Fortaleza da Conceição foi transformada em "Casa de Armas", por não apresentar características essenciais de uma fortaleza, destinando-se a armazenar os armamentos das tropas coloniais. Servindo, também como prisão para revolucionários. Em 1917, o edifício, depois de restaurado, tornou-se sede de Serviço Geográfico Militar, o que perdura até os dias de hoje.
Fortaleza de São João: portão	24/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A Fortaleza de São João, sobre o Morro Cara de Cão, na entrada da baía da Guanabara, que teve sua origem nos primeiros tempos da cidade e que, já no início dos seiscentos possuía quatro baterias, foi sendo muito alterada com o correr dos anos, até que, nos meados do século passado, as edificações primitivas foram ou parcialmente demolidas ou totalmente refeitas, com o fim de se adaptarem aos novos armamentos. Da antiga Fortaleza resta apenas o antigo portão de entrada. Com vão de arco abatido, ladeado por pilastras robustas. Este portão, construção de alvenaria, é encimado por frontão com volutas barrocas, o qual termina por uma pira.
Fortaleza de São José: portão e frontispício da Capela de São José	10/2/1955	Livro Histórico	-
Fortaleza de São José: portão e frontispício da Capela de São José	7/11/1952	Livro Histórico	Na Ilha das Cobras, denominada anteriormente de Paranapecu ou das Madeiras, e que pertenceu aos monges beneditinos, principiaram os governadores, desde o início do seiscentos, a edificar fortificações, por ser ponto estratégico para a defesa da cidade. Foi somente a partir de 1735 que, sob a direção do Brigadeiro José da Silva Paes, foram edificadas as fortificações definitivas, que tomaram a denominação geral de Fortaleza de São José, rogado da capela aí construída, hoje anexada ao Hospital Central da Armada. Para esta capela, veio de Portugal o frontispício de lioz, obra do mestre canteiro Manoel Vicente, segundo risco do engenheiro-mor do Reino Manoel de Azevedo Fortes. Este frontispício e mais a antiga portada da fortaleza, feita em granito, são os únicos elementos que subsistem das antigas fortificações.

Continua

## Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Fortim de Caetano Madeira	20/4/1938	Livro Histórico	É o último dos pequenos fortes de faxina que foram construídos no final dos setecentos, no governo do Conde de Resende, para completar a defesa da cidade. Construído na encosta do morro do Jacaré, dominava o antigo caminho ou estrada do Engenho Novo.
Horto Florestal: conjunto paisagístico	17/12/1973	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	O Real Horto foi fundado em área anexa à Fábrica de Pólvora, criada em 1808, por D. João VI à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas. A partir de 1817 passou a ser designado de Real Jardim Botânico. Cultivando plantas tropicais, muitas das quais foram introduzidas e disseminadas no Brasil, como o abacateiro, o chá, o cravo e a palmeira imperial. Apresenta vegetação da Amazônia, da caatinga, das restingas, do serrado, além de viveiros de plantas raras. O Horto Florestal foi incorporado ao Jardim Botânico como sua expansão natural, muito prejudicada por várias ocupações, e está sendo restabelecido como área florística de reserva e de pesquisa científica.
Hospital da Santa Casa de Misericórdia: prédio	15/7/1938	Livro de Belas Artes	A Santa Casa de Misericórdia foi construída no século XVI na parte baixa, próxima ao mar. Não se sabe ao certo a data da sua construção, mas em 1582 os doentes da esquadra do Diogo Valdez foram nela acolhidos. Após a transferência do cemitério que existia junto à Santa Casa para o Caju, um novo prédio foi erguido para servir de hospital. A construção foi iniciada em 1840 e no ano de 1852 já estava funcionando. Seu projeto inicial é, no entanto, discutido em função das alterações realizadas na fachada durante a construção. A fachada é caracterizada por linhas classicizantes e no seu interior existe uma capela.
Hospital São Francisco de Assis: prédio	25/6/1983 e 23/6/1983	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Construído na década de 1870, com projeto do arquiteto Heitor Radmacker Grunewald, destinava-se a ser abrigo para mendigos. No início do século XX, passou a servir de Hospital Geral de Assistência, do Departamento Federal do Rio de Janeiro, depois incorporado à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. O edifício, de dois pisos, tem tratamento classicizante, comum no período do eclétismo arquitetônico. O térreo é revestido de cantaria e dois corpos salientes com pilastras que se repetem nos dois pisos. À direita, um pavilhão mais recente segue os partidos então em voga para penitenciárias. Assim, cinco pavilhões se dispõem em forma de estrela, articulando-se a partir de um núcleo central.
Igreja da Candelária	14/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A Igreja apresenta um aspecto similar à Basílica da Estrela, localizada em Lisboa. Teve sua construção iniciada em 1775, estendendo-se até o século XIX. A igreja, que constitui hoje, obra predominante do século XIX, apresenta três naves, transepto, cúpula no cruzeiro e ampla capela-mor. Podem ser assinalados três períodos de obras: barroco - frontaria e transepto; neoclássico - cúpula e decoração interior; eclético - corredores laterais. Durante todo período do século passado em que sofreu reformas, nelas atuaram vários arquitetos e engenheiros, tendo sido as obras de escultura, inclusive balaustrada, encomendadas em Portugal.
Igreja da Lapa do Desterro	17/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A Capela primitiva foi construída em conjunto com um Seminário em terreno, no ano de 1750. Em 1810, por decisão do Príncipe-Regente, Dom João VI, a Igreja e o Seminário foram cedidos aos frades Carmelitas, em troca do Convento e Igreja que esta congregação possuía na atual Praça XV, e que passaram a ser utilizadas pela Corte. No mesmo ano a capela e o antigo seminário, transformado em casa conventual, passaram a se denominar de Nossa Senhora do Carmo da Lapa. No dia 24 de outubro de 1810, a imagem de Nossa Senhora do Carmo foi entronizada no altar-mor da capela. Dom Pedro II esteve presente à diversas festividades do Espírito Santo, realizadas no templo.
Igreja da Mãe dos Homens	15/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A devoção a Mãe dos Homens, em nossa cidade, era realizada diante de um oratório de pedra, já no século XVII, nas proximidades da Rua da Quitanda e Alfândega. A Irmandade da mesma devoção só se constituiu no século XVIII. Erguida a capela, pela provisão de 1752, as obras prosseguiram lentamente, e em 1790 foi concluído o retábulo do altar-mor, como também as talhas do arco-cruzeiro e do coro. Somente no século seguinte, entre 1854 e 1856, foram executadas as talhas dos dois altares da nave e, nessa época, refeito o trono do altar-mor. As pinturas das ilhargas da capela são do final do oitocentos.
Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	20/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A Ordem Terceira do Carmo, fundada em 1648, depois de se instalar provisoriamente numa ermida, deu início, em 1755, à construção de sua igreja, ao lado da que era conventual, sendo sagrada em 1770. A portada de lioz da frontaria, vinda de Lisboa, foi benta em 1761, e teria influenciado o risco de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, para as portadas das igrejas dos Terceiros de São Francisco de Ouro Preto e São João Del Rei. A Capela do Noviciado destaca-se das demais capelas cariocas pela graça, elegância e unidade de composição. Nas dependências encontra-se um museu, encontram-se peças de grande valor artístico e histórico, como um valiosíssimo andor de Nossa Senhora do Carmo.

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Igreja de Nossa Senhora da Ajuda	26/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Sua origem remonta à antiga ermida de Nossa Senhora da Ajuda edificada antes de 1710, e foi sucessivamente reconstruída nos séculos XVIII e XIX. Suas características atuais resultam de sua reconstrução depois do incêndio ocorrido em 1871, quando permaneceram de pé, apenas as paredes laterais. Passou por uma fase de reconstrução no período de 1898 a 1900, depois de um incêndio em 1872, com aproveitamento apenas das paredes externas, com o concurso do arquiteto Bethencourt da Silva. Externamente conserva sua feição primitiva, com frontão reto com duas janelas no coro, e uma porta de entrada; à esquerda da fachada campanário com sineira. Internamente, possui nave com abóbada em berço e piso de ladrilhos hidráulico. À frente da porta de entrada, ligeiramente elevado da área circundante, existe pequeno adro ladeado por bancos de alvenaria.
Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte	5/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A irmandade da Conceição e Boa Morte resultou da fusão da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição existente outrora na Matriz de São Sebastião no Castelo, e aquela de Nossa Senhora da Assunção e Boa Morte existente no Convento das Carmelitas. Suas obras iniciadas em 1735 se estenderam por longo período. Na época da abertura da Avenida Central, a torre-sineira foi sacrificada, e foi alterado tudo o que existe acima da cimalha na fachada atual. No acervo artístico da Irmandade, além de lâmpadas de prata da capela-mor, da prataria do culto, sobressaem as telas notáveis da sacristia, representando a Senhor da Conceição e a Senhora da Boa Morte.
Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro	4/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Durante o século XVII foi construída uma pequena capela dedicada à Nossa Senhora da Glória, no morro hoje conhecido como Outeiro da Glória, que primitivamente beirava o mar e se chamava Uruçumirim. A atual igreja foi edificada em princípios do século XVIII e concluída em 1739. As portadas laterais de lioz são de estilo rococó, provavelmente da segunda metade do século XVIII. Destaca-se, na fachada, a portada de lioz com medalhão de Nossa Senhora. É considerada como a primeira obra de arquitetura a introduzir no barroco brasileiro um novo conceito espacial, mais próximo ao barroco italiano, pelo usos das curvas que compõem a planta.
Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores	20/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A partir de 1747, a Igreja começou a ser construída no mesmo local onde havia um oratório dedicado à Nossa Senhora da Lapa, onde os comerciantes, ou "mercadores", reuniam-se para rezar. No ano de 1750, foi sagrada e cinco anos depois concluída. Grandes obras de remodelação foram feitas de 1869 a 1872, quando se fez a fachada do templo, construiu-se a torre sineira e completou-se a obra de talha do interior. A decoração interior foi realizada em dois momentos; numa mais antiga, de fins do século XVIII princípios do XIX, com elementos característicos do rococó. Outro momento, que está compreendido por volta de 1870-1872. No acervo artístico da Irmandade, destaca-se a imagem da Senhora da Lapa, que se encontra no consistório e que pertenceu ao primitivo oratório público.
Igreja de Nossa Senhora da Pena	6/8/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Foi fundada na metade do século XVIII. Em 1771 a igreja foi restaurada contando com doação de extensa área de terras feita à Irmandade de Nossa Senhora da Pena. A igreja, construída no alto de um outeiro no bairro da Freguesia, tem frontão de linhas clássicas ladeado por torre campanário do lado de epístola; possui nave única, corredores laterais e sacristia ao fundo. O altar-mor tem talha de estilo rococó tardio e em seu nicho se destaca a imagem barroca da Virgem com o Menino Jesus. Cenas da vida de Cristo adornam a nave e a capela-mor e têm inspiração nas gravuras italianas do século XVIII. Na sacristia há um retrato de Dom Pedro II e, deste local, se tem acesso ao consistório, às tribunas e à sala do coro. A igreja possui em seu acervo expressiva coleção de ex-votos que datam do século XVIII e XIX.
Igreja de Nossa Senhora da Saúde	2/8/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Situada atualmente junto ao Cais do Porto, construído por aterro no início do século XX, o local de sua implantação ficou prejudicado pelo afastamento do mar. A construção desta Igreja é resultado de empenho dos devotos de Nossa Senhora do Terço que puderam edificar sua própria capela, concluída por volta de 1750. Em 1898 foi fundada a Irmandade de Nossa Senhora da Saúde para administrá-la, mas somente em 1900 a Igreja passou aos cuidados da Confraria. A talha da capela-mor apresenta algumas imagens antigas. Na sacristia disposta lateralmente existe um lavabo com imbricados de azulejos e louça da Companhia das Índias.
Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso	15/7/1938	Livro de Belas Artes	A igreja de Nossa Senhora da Misericórdia foi construída no século XVII ao sopé do Morro do Castelo, em sua lateral podemos observar parte da antiga ladeira da Misericórdia, que dava acesso ao Morro, no Largo da Misericórdia, centro do Rio de Janeiro. Sendo considerado o templo mais antigo da cidade, datada de 1780. No início do século XVIII, passou a ser Nossa Senhora do Bom Sucesso. Em seu interior, encontramos trabalhos de feito rococó, além de construções provenientes da antiga igreja do Colégio dos Jesuítas, localizada no Morro do Castelo. A sacristia tem elementos representativos da paixão de Cristo e algumas imagens de boa qualidade, são notáveis as telas representando o batismo de Cristo.

Continua

## Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	16/1/1942	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	No local onde se achavam as ruínas da Ermida de Nossa Senhora do Ó, próximo ao mar, os frades carmelitas iniciaram, em 1619, a construção de um convento e, em 1761, a construção de uma igreja que, mais tarde, foi transformada em Capela Real. Em 1808, com a chegada da família real portuguesa, foi elevada à Catedral Metropolitana, até a década de 1970, quando foi inaugurada a nova Catedral, na Avenida Chile. Durante o reinado de Dom Pedro I, recebeu nova fachada, o exterior foi alterado outras vezes. Na sua planta predominou a forma da cruz latina. Jazem em seu interior, em urna de chumbo, um pouco das cinzas de Pedro Álvares Cabral, recolhidas na Igreja de Nossa Senhora da Graça de Santarém, em Portugal.
Igreja de Nossa Senhora do Desterro	21/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A igreja foi edificada provavelmente no século XVII, sendo doada aos padres Carmelitas, que aí edificaram uma casa conventual. Com o passar do tempo sofreu diversas reformas. A igreja de pequenas dimensões tem sacristia ao lado da epístola, um só altar e coro. A talha do altar e do coro foram refeitas no século XIX e são valiosas imagens e bancos, de tipo raro com palha no assento. O teto da nave e capela-mor é decorado com pinturas ingênuas.
Igreja de Santa Cruz dos Militares	22/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A primitiva capela foi construída entre os anos de 1623 e 1628, no local onde anteriormente havia sido erguido o Forte de Santa Cruz, em princípios do século XVIII. A partir de 1780, deu-se início à construção da atual Igreja e no ano de 1811 foi sagrada. A fachada da Igreja foi realizada ao feitiço da famosa igreja dos jesuítas, construída no século XVI em Roma, Itália. As duas esculturas, uma de São Mateus e outra de São João Evangelista, esculpidas originalmente para ocuparem os nichos da fachada estão hoje no Museu Histórico Nacional.
Igreja de Santa Luzia	16/7/1938	Livro de Belas Artes	O culto a Santa Luzia teve início no sopé do Morro Cara de Cão, neste local era cultuada uma imagem barroca de Santa Luzia trazida por Estácio de Sá para o Brasil. Em 1565, a devoção Santa Luzia passou a se realizar na ermida de Nossa Senhora dos Navegantes ereta por pescadores junto ao sopé do Morro do Castelo. O culto a Santa Luzia foi incentivado também pelos frades Capuchinhos que chegando à cidade ali se instalaram, antes de sua transferência para o Morro de Santo Antônio. Em 1751, após doação do terreno foi erguida na segunda metade do século XVIII a Igreja e ampliada no século passado. No interior, abriga a imagem, de estilo barroco.
Igreja de Santa Rita	15/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A Igreja de Santa Rita teve origem em terras do chamado Sítio Val verde, parte desta área hoje denomina-se Largo de Santa Rita. Em 1751 a Igreja foi elevada à condição de Freguesia, cuja confirmação e instalação ocorreu em 1753. Em 1763 a Irmandade do Santíssimo Sacramento adquiriu uma morada de casas e edificou o prédio que hoje se interliga com a Igreja, para instalar dependências da Irmandade. Apesar de mais de dois séculos transcorridos, a Igreja manteve suas linhas arquitetônicas preservadas. Na capela-mor, o teto é decorado com cenas retratando aspectos da vida de Santa Rita.
Igreja de São Francisco da Penitência, Cemitério e Museu de Arte Sacra: acervo	8/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Em 1619 foi fundada a Ordem Terceira da Penitência e em 1620 já se encontrava pronta a Capela da Conceição. A igreja da Ordem Terceira foi iniciada em 1653, construída paralelamente à Igreja conventual e inaugurada em 1773, incorporando a primitiva Capela. O interior da Igreja expõe um raro exemplar da arte barroca. Com arranjo museológico, os compartimentos à esquerda da igreja apresentam as imagens, os andores, os paramentos e demais objetos relativos à Procissão das Cinzas. O cemitério, do século XIX é localizado nos fundos, colado aos barrancos do morro, de aspecto neoclássico.
Igreja de São Francisco da Prainha	8/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	No local denominado Prainha, nas faldas do Morro da Conceição, existiam até 1710 um trapiche e uma ermida, quando foram demolidos para dar lugar a um conjunto de casas e mais tarde, de 1738 a 1740, a Ordem Terceira da Penitência construiu a capela de São Francisco da Prainha. Por ocasião do ataque francês à cidade do Rio de Janeiro, em 1710, a capela foi incendiada por medidas táticas, atendendo as ordens do Governo. Foi reconstruída e reaberta em 1738. Externamente suas linhas arquitetônicas são do estilo barroco, internamente, toda a decoração é do final do século XIV, contendo imagens antigas. A reforma de 1910 implantou no templo características góticas. No altar-mor está entronizada a imagem do Bom Jesus dos Navegantes. A sacristia apresenta duas telas representando São Francisco de Assis.
Igreja de São Francisco de Paula	1/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Data de 1756 a resolução para a fundação de uma confraria dedicada a São Francisco de Paula. No ano seguinte, a confraria já estava instalada na Igreja de Santa Cruz dos Militares e, em 1759, deram-se início às obras da Igreja, que se prolongaram até 1801. A fachada foi alterada após a metade do século XIX, instituindo elementos de caráter clássico associado ao frontão curvilíneo típico da arquitetura barroca. A Igreja foi, finalmente, sagrada solenemente no ano de 1865, estando presentes ao ato o Imperador e a Imperatriz. Entre os anos 1855-1865, forma esculpidos os 12 apóstolos da nave e os baixos-relevos que representam a vida de São Francisco de Paula.

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Igreja de São José	15/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	O templo dedicado a São José teve sua origem em uma pequena ermida construída em 1608. A capela serviu, a partir de 1659, como Matriz e Sé do Rio de Janeiro e foi submetida a diversas reconstruções. No século seguinte, a igreja voltou a sofrer novas obras e em 1751 passou a ser a Matriz da freguesia de São José. A igreja tem estilo barroco tardio, com interior decorado com talha de estilo rococó de autoria. Possui duas sineiras, numa delas está instalado o famoso carrilhão, ali existente desde 1883. De sua imaginária destacou-se a imagem de São José procedente da França, doada em 1884, e o grupo escultórico com figuras de São José abatido pela doença, Maria e Jesus. No arquivo da Irmandade, dos mais importantes da cidade, conservam-se livros que pertenceram à confraria de São José.
Igreja do Bom Jesus	3/7/1964	Livro Histórico	A igreja do Bom Jesus da Coluna está situada na Ilha do Bom Jesus, hoje incorporada à do Fundão. Na ilha existiu também uma casa conventual, que junto com a igreja compunha um conjunto. A ilha foi doada à congregação dos padres franciscanos em 1704, e por isso era também conhecida, como Ilha dos Frades. O hospício e a Igreja de Bom Jesus tiveram suas obras iniciadas em 1705. Durante a permanência de Dom João VI no Brasil, o local foi muito prestigiado, comemorando-se, ali a festa de São Francisco de Assis, depois o local entrou em declínio. No período de 1823 e 1850 as dependências do convento foram utilizadas para isolamento, dos portadores de diversas moléstias. Em 1868 o prédio passou a abrigar o Asilo dos Inválidos da Pátria, entretanto o convento arruinou-se, restando, hoje em dia, apenas a Igreja que conserva o partido franciscano primitivo. Internamente a Igreja caracteriza-se pela simplicidade de suas paredes lisas e laterais de talha no estilo rococó tardio.
Igreja do Rosário e São Benedito	7/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A antiga Igreja de São Sebastião no Morro do Castelo já abrigava em suas dependências, as confrarias de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, quando ocorreu a unificação das duas instituições em 1667 que passou a se denominar Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Em 1684, foi designada Catedral da cidade, tal resolução provocou desavenças entre o Cabido e a Irmandade que resolveu abandonar as dependências daquele templo, se instalando em outra área, construindo uma nova igreja em 1737, que até 1808, sediou a Catedral. Por conta do desmonte do Morro do Castelo. Ali foram realizadas diversas Seções do Senado da Câmara às vésperas da Independência, ai também foi redigida a representação popular que culminou no "Dia do Fico". O seu interior de decoração barroca, foi totalmente destruído num incêndio em 1967, foi reconstruída e reaberta ao público em 1969. No templo repousam os restos mortais do Mestre Valentim.
Igreja do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé	22/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A Irmandade do Santíssimo Sacramento foi constituída entre os anos 1567 e 1569 na primitiva Matriz de São Sebastião. A partir de 1816, começaram a construção da sua Igreja, que foi concluída em 1859. As portadas são de cantaria e ao lado da entrada principal, estão estátuas de São João e São Lucas. O interior é revestido de talha confeccionada no início do século XIX, destacando-se o dossel do altar-mor. No batistério, abaixo do coro, se encontra a pia mais antiga do Rio de Janeiro.
Igreja Matriz de Guaratiba	12/11/1938	Livro de Belas Artes	-
Imagem de Santana / Aleijadinho	16/12/1969	Livro de Belas Artes	-
Jardim Botânico	30/5/1938	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Encantado com o antigo Engenho de Cana de Rodrigo de Freitas local, D. João VI, por decreto de 13.06.1808, mandou que ali se promovesse a aclimação e cultivo de especiarias, vindas da Índia. O primeiro nome do Jardim Botânico, Aclimação, foi transformado em Real Horto pelo citado decreto, que logo depois, ao ser coroado D. João VI como rei do Reino Unido de Portugal e Brasil, passou a se chamar Real Jardim Botânico, hoje Jardim Botânico. Em 1890, houve a criação da Biblioteca, da Estufa, do Herbário, além de incentivar uma nova abertura à pesquisa científica. Destacam-se no parque o antigo pórtico da Imperial Academia de Belas Artes, de feição neoclássica, as duas estátuas de bronze do antigo Chafariz das Marrecas, a ninfa Eco e o caçador Narciso e o Museu da Casa dos Pilões.
Jardim e Morro do Valongo: conjunto arquitetônico e paisagístico	30/6/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	O conjunto de edificações da Ladeira do Valongo ainda guarda características das áreas urbanas do Rio de Janeiro em fins do século XVIII. Pelo seu valor paisagístico foi tombado, especialmente a casa de nº 21. O jardim elevado foi construído pelo Prefeito Pereira Passos (1903-1906) quando do alargamento da rua, dentro do conjunto projetos de embelezamento urbano da sua administração. Tratado ao gosto romântico da época recebeu também quatro estátuas que ficavam originalmente no cais projetado por Grandjean de Montigny para o desembarque da Imperatriz Tereza Cristina.

Continua

## Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Lagoa Rodrigo de Freitas: conjunto paisagístico	19/6/2000	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Conjunto Paisagístico da Lagoa Rodrigo de Freitas, com a seguinte descrição do perímetro da área de tombamento: Inicia-se no PONTO A, na interseção da Avenida Eptácio Pessoa com a Avenida Borges de Medeiros, e segue pelo meio-fio do lado ímpar da Avenida Eptácio Pessoa (incluído), contornando a Lagoa Rodrigo de Freitas (incluída) até o PONTO B, na confluência com o prolongamento do meio-fio do Jardim de Alah. Neste ponto segue em linha reta, acompanhando o meio-fio (incluído) da calçada voltada para a Lagoa Rodrigo de Freitas (incluída), de modo a alcançar o PONTO C, no encontro com a Avenida Borges de Medeiros. Neste ponto deflete ligeiramente à direita e prossegue pelo meio-fio do lado par da Avenida Borges de Medeiros (incluído), contornando a Lagoa Rodrigo de Freitas (incluída) completamente até o cruzamento com o meio-fio do lado ímpar da Avenida Eptácio Pessoa, onde retorna ao ponto inicial desta poligonal.
Lápide tumular de Estácio de Sá	20/9/1951	Livro Histórico	A Lápide de tumular de Estácio de Sá guarda os restos mortais do fundador da cidade do Rio de Janeiro, falecido em 1567. Inicialmente situada na Igreja de São Sebastião, no Morro do Castelo, foi transferida para a Igreja dos Frades Capuchinhos, na Tijuca, em virtude do desmonte do Morro do Castelo em 1922.
Marco da Fazenda Real de Santa Cruz	5/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Marco de cantaria demarcatório da fazenda real, com forma de prisma de base quadrada, encimado por arremate, que termina em pirâmide. Aparecem gravadas, em relevo, nas faces as letra "P I" (Pedro I) encimadas por uma coroa, na segunda face a data de "1826" e na terceira as iniciais "F N" (Fazenda Nacional).
Marco da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro	15/7/1938	Livro Histórico	Marco quinhentista, em mármore branco português, colocado por Estácio de Sá na área entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar. Foi posteriormente transferido para o Morro do Castelo e com o desmonte deste, para a Igreja dos Capuchinhos.
Monumento a Dom Pedro I	4/3/1999	Livro Histórico	O Monumento a D. Pedro I encontra-se na Praça Tiradentes.
Morro Cara de Cão	8/8/1973	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Os Morros do Pão de Açúcar, Urca, Cara de Cão e Babilônia formam o esporão sul da barra da Baía de Guanabara, sendo um dos mais característicos e marcantes elementos da paisagem carioca. Fazem parte da Serra da Tijuca ou Carioca, dela separado por vales e pela enseada de Botafogo. O conjunto forma volumes isolados, o morro Cara de Cão separado do conjunto Pão de Açúcar e Urca pela restinga onde foi assentada a primitiva Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, este por sua vez de destaca do morro da Babilônia pelo vale da Praia Vermelha. A denominação Pão de Açúcar deriva da semelhança com os "pães de açúcar" feitos em formas de barro nos engenhos no período colonial.
Morro da Babilônia	8/8/1973	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Os Morros do Pão de Açúcar, Urca, Cara de Cão e Babilônia formam o esporão sul da barra da Baía de Guanabara, sendo um dos mais característicos e marcantes elementos da paisagem carioca. Fazem parte da Serra da Tijuca ou Carioca, dela separado por vales e pela enseada de Botafogo. O conjunto forma volumes isolados, o morro Cara de Cão separado do conjunto Pão de Açúcar e Urca pela restinga onde foi assentada a primitiva Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, este por sua vez de destaca do morro da Babilônia pelo vale da Praia Vermelha. A denominação Pão de Açúcar deriva da semelhança com os "pães de açúcar" feitos em formas de barro nos engenhos no período colonial.
Morro da Urca	8/8/1973	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Os Morros do Pão de Açúcar, Urca, Cara de Cão e Babilônia formam o esporão sul da barra da Baía de Guanabara, sendo um dos mais característicos e marcantes elementos da paisagem carioca. Fazem parte da Serra da Tijuca ou Carioca, dela separado por vales e pela enseada de Botafogo. O conjunto forma volumes isolados, o morro Cara de Cão separado do conjunto Pão de Açúcar e Urca pela restinga onde foi assentada a primitiva Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, este por sua vez de destaca do morro da Babilônia pelo vale da Praia Vermelha. A denominação Pão de Açúcar deriva da semelhança com os "pães de açúcar" feitos em formas de barro nos engenhos no período colonial.
Morro do Pão de Açúcar	8/8/1973	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Os Morros do Pão de Açúcar, Urca, Cara de Cão e Babilônia formam o esporão sul da barra da Baía de Guanabara, sendo um dos mais característicos e marcantes elementos da paisagem carioca. Fazem parte da Serra da Tijuca ou Carioca, dela separado por vales e pela enseada de Botafogo. O conjunto forma volumes isolados, o morro Cara de Cão separado do conjunto Pão de Açúcar e Urca pela restinga onde foi assentada a primitiva Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, este por sua vez de destaca do morro da Babilônia pelo vale da Praia Vermelha. A denominação Pão de Açúcar deriva da semelhança com os "pães de açúcar" feitos em formas de barro nos engenhos no período colonial.

Continua



Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Morro Dois Irmãos	9/8/1973	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	O morro Dois Irmãos, por sua localização à beira do oceano e a beleza de suas escarpas, é um dos mais majestosos do Rio de Janeiro. Possui 533 metros de altura e do seu cume podem-se descortinar magníficos panoramas – de um lado a lagoa Rodrigo de Freitas e do outro as praias e a pedra da Gávea. O tombamento foi proposto pelo Conselho Estadual de Cultura diante da ameaça de um empreendimento que comprometia uma das mais belas obras da natureza, marco referencial da paisagem carioca e cartão-postal da Cidade Maravilhosa.
Morros da Cidade do Rio de Janeiro	30/6/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	-
Mosteiro e Igreja de São Bento	15/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	É do início do século XVII a primeira fase das obras do Mosteiro de São Bento e de sua igreja, devotada a Nossa Senhora do Montserrat. Apesar das consideráveis modificações e ampliações empreendidas no final do mesmo século, o conjunto ainda conserva, fundamentalmente, o caráter da edificação iniciada em 1617. A partir de 1670, obras de grande porte foram realizadas. O acervo de arte do Mosteiro é muito rico e valioso, com coleções de pintura, inclusive de retratos coloniais; as imagens, o mobiliário, a prataria, chafariz de mármore, e o arquivo e a imensa biblioteca especializada. Além de duas telas notáveis que constituem obra-prima dentre as talhas de feição rococó do Rio de Janeiro.
Museu de Magia Negra: acervo	5/5/1938	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	-
Museu do Açude; Chácara do Céu e acervos históricos e artísticos	23/9/1974	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico/Livro Histórico/Livro de Belas Artes	O Museu do Açude era antigamente uma modesta residência sem um estilo arquitetônico definido, adquirida em 1913, sofreu transformações estruturais e culturais. Guarda um pouco da história da azulejaria portuguesa. Em 1963, ao fundar a Fundação, a casa e todo o acervo nele existente, foi doado. A coleção do Museu caracteriza-se por: telas a óleo que retrataram o Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX, tapetes orientais, prataria, vidraria, dentre outros. A Chácara do Céu foi construída em 1957 em Santa Tereza para moradia e para abrigar acervos culturais materiais. Seu proprietário deixou a casa para ser transformada em museu e inaugurada em 1972. O acervo da Chácara do Céu é integrado por exemplares de pinturas, desenhos e gravuras de artistas estrangeiros e brasileiros, da segunda metade do século XIX a meados do XX, com traços do academismo e do realismo.
Museu Nacional de Belas Artes: prédio	24/5/1973	Livro de Belas Artes	O prédio foi construído entre os anos 1906-1908, para abrigar a Escola de Belas Artes e sua pinacoteca. Em 1937, foi criado o Museu Nacional de Belas Artes, a partir da pinacoteca, tendo sido a Escola desmembrada, funcionando atualmente no prédio da Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro na Ilha do Fundão. Construído em estilo eclético, o prédio é constituído de quatro alas em torno de um pátio central e ocupa toda uma quadra e as laterais foram concebidas sob a inspiração do Renascimento Italiano. O acervo do Museu teve origem nas coleções trazidas pela Missão Francesa, foi ampliada pela Coleção Real deixada no Brasil por D. João VI, e vem sendo enriquecida ao longo dos anos, considerada, então, de grande valor.
Museu Nacional: prédio	11/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	O Museu Nacional foi instalado em 25/06/1892 no período da República, subordinado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, e integra o Conjunto da Quinta da Boa Vista. Em 1803, casarão primitivo sofreu a primeira reforma, para ser doada como imóvel a Dom João quando de sua chegada ao Brasil, em 1808. O ano de 1910 trouxe reformas determinantes em seu atual aspecto. O prédio atual, em estilo neoclássico, plantado em um parque ao gosto romântico do final do século, representa um dos mais significativos exemplares da arquitetura brasileira, reservando-se a evolução das técnicas e características do século XIX. Considerado o maior Museu de História Natural da América Latina, possui grande acervo.
Observatório Nacional: conjunto arquitetônico e paisagístico	14/8/1986	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico/Livro Histórico	O Observatório Nacional apresenta área com cerca de 40.000 m <sup>2</sup> , em São Cristóvão. Anteriormente funcionava no Morro do castelo, destruído em 1921. Diversos acréscimos foram sendo realizados a fim de atender à modernização das pesquisas científicas. A partir da década de 1980, com a construção de um novo observatório no sul de Minas, foram mantidos em São Cristóvão apenas alguns programas, como o serviço de hora e o atendimento às áreas de ensino. O edifício principal, que abriga a administração foi inspirado no prédio central do observatório de Paris. As novas instalações não tiveram preocupações estéticas. Apresenta uma coleção de objetos científicos como lunetas e telescópios de grande valor para a história científica do Brasil. A densa arborização que encobre parte considerável do campus tem grande valor paisagístico.

Continua

## Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Paço Imperial	6/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Em 1730, foi autorizada através de Ordem Régia a construção de uma casa destinada à morada do vice-rei, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1743, como sede do governo das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Vinte anos depois, com a mudança da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, passa a abrigar a sede do poder civil colonial. A arquitetura da edificação foi sendo alterada com o correr do tempo e com as mudanças de utilização. Com a chegada do Príncipe-Regente, transformou-se em Paço Real e a partir da Independência, em Paço Imperial. Portanto, no século XIX teve seu apogeu como palácio de despachos e centro do poder, sendo palco de vários acontecimentos - ali foram aclamados um Rei (Dom João VI) e dois imperadores (Dom Pedro I e Dom Pedro II), deu-se o episódio do Fico e foi assinada a Lei Áurea. Atualmente, representa grande importância histórica.
Palácio das Laranjeiras	24/5/1983	Livro de Belas Artes	O Palácio das Laranjeiras foi construído entre 1910 e 1913 dentro dos padrões existentes na "arquitetura eclética", com a finalidade de servir de residência. A construção possui dois pisos, sendo composta por dois corpos: o principal (onde se encontram as salas de visitas); o segundo (onde se localizam os aposentos); e o terceiro (destinado às dependências de serviço). A construção foi concebida num terreno menor, tendo este sido aumentado quando da construção do com móveis e objetos de valor, dando-se destaque para sua pinacoteca com obras
Palácio de Manguinhos	29/1/1981	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Inaugurado oficialmente em 25 de maio de 1900, a instituição que antecedeu à Fundação Oswaldo Cruz denominava-se Instituto Soroterápico Federal. Sua finalidade era produzir soro e vacina antipestosa a fim de possibilitar à Saúde Pública meios de combate e controle de peste bubônica. Concebido pelo próprio Oswaldo Cruz que delineou o projeto e depois o encomendou ao arquiteto português Luís de Moraes Jr. Sua construção teve início em 1904, utilizando elementos arquitetônicos de inspiração mourisca. O prédio foi erigido sobre uma das colinas da região, sendo um bloco imponente, com sua fachada voltada para o mar e com cerca de cinquenta metros de altura. Sua forma geral é a de dois corpos paralelos, ligados entre si por um terceiro, constituindo um H.
Palácio do Catete, parque e Rua do Catete: conjunto arquitetônico	6/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Erguido entre 1858 e 1867 como residência do Barão de Nova Friburgo, o Palácio do Catete caracteriza-se pela importância arquitetônica e luxo decorativo. Sua concepção artística eclética, com três pavimentos e fachadas de mármore. A casa ficou célebre; grandes bailes movimentavam nossa elite imperial. O Palácio foi cenário de importantes acontecimentos políticos e sociais. Em seus salões foi declarada guerra à Alemanha em 1917, lançada a moeda Cruzeiro em 1943, pranteado o suicídio de Getúlio Vargas em 1954. Em 1960, a transferência da capital federal para Brasília, o Palácio do Catete passou a abrigar o Museu da República. Junto ao Museu da República, no denominado "conjunto arquitetônico do Catete", está instalado o Museu do Folclore Edson Carneiro. Inaugurado em 1969, este museu abriga o mais abrangente acervo de caráter nacional, na área de folclore e cultura popular.
Palácio Episcopal	24/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	As origens do antigo Palácio Episcopal são de 1634, no Morro da Conceição, quando foi construída uma pequena ermida dedicada à devoção de N.S. da Conceição. Depois, fora doado aos frades capuchinos, para que aí se estabelecessem. Estes fizeram construir no alto do morro um pequeno hospício, do qual constavam apenas uma capela, algumas celas, refeitório e cozinha. Mais tarde os frades foram proibidos de permanecer no local. No ano seguinte, o então Bispo do Rio de Janeiro, decidiu fazer instalar naquele mesmo sítio a residência dos bispos da diocese, reformando e ampliando o antigo convento, dando origem ao então Palácio Episcopal. Depois de um período de abandono, foi adquirido pelo Exército. O Palácio Episcopal tem estilo neoclássico, com construção em pedra e cal, com partes em pau a pique, destaca-se na paisagem, sendo sua composição predominantemente horizontal.
Palácio Guanabara	6/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Palácio originalmente construído para ser residência do comerciante João Machado Coelho, em meados do século XIX. Foi adquirida em 1865 pelo Governo Imperial para residência da Princesa Isabel e do Conde d'Eu. O imóvel serviu de residência para os presidentes da República desde o mandato de Hermes da Fonseca, até o segundo governo de Getúlio Vargas. Após isso passou a abrigar o governo municipal e, mais tarde, estadual, passando a ser denominado "Palácio Guanabara". O aspecto externo, com dois torreões, a escadaria, a colonata e os elementos de estuque da fachada, são resultado das reformas realizadas em 1908.
Palácio Itamarati	20/7/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	O Palácio Itamarati, construído com linhas neoclássicas no século XIX, sob encomenda do então Barão de Itamaraty, comerciante de café e pedras preciosas. Em 1889, o prédio foi vendido ao Governo Republicano, servindo à Presidência da República até 1897. Depois, passou a sediar o Ministério das Relações Exteriores até 1960 quando de sua transferência para Brasília. Atualmente foi transformado, parcialmente, em Museu. Sua biblioteca, documentos manuscritos e mapas constituem também, acervo representativo de patrimônio cultural nacional.

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Palácio Tiradentes	10/3/1993 e 17/6/1993	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Em 1639, uma nova Casa de Câmara e Cadeia começou a ser construída, no local onde hoje se encontra o Palácio Tiradentes. Em 1922, este foi construído para sediar a Câmara Federal. Com estilo de Luís XVI, preferido na década de 20 nos prédios do Rio de Janeiro, seus antigos colaboradores projetaram, sob as diretrizes de seu antigo mestre, o Palácio das Festas da Exposição do Centenário da Independência e a Câmara Federal, além do Prado do Jockey Clube na Gávea em 1924. Com trabalhos escultóricos, o Palácio Tiradentes é, atualmente, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Em frente ao prédio ergue-se a estátua do Tiradentes, no local da antiga cadeia, onde o próprio esteve preso. Interiormente, destacam-se painéis que retratam o momento da assinatura da Constituição Republicana; o teto abobadado, decorado com painéis localizados respectivamente no Plenário e no Salão Nobre.
Parque Lage: conjunto paisagístico	14/6/1957	Livro Histórico	O Parque Lage ocupa uma área de aproximadamente 523.000 metros quadrados. Situado à Rua Jardim Botânico n.º 414, em frente à Lagoa Rodrigo de Freitas e na encosta do Morro do Corcovado. Além dos jardins, compõem a paisagem, florestas, grutas, o torreão, o calabouço dos escravos, lagos, represas e um mirante em ruínas, conhecido pelo nome de Engenho dos Rodrigues de Freitas. Estes embelezaram o lugar, com aspecto modernista, transformando o que era uma floresta em uma elegante quinta ao estilo europeu. Em 1859, O Parque passou a se chamar Chácara dos Lages, pela compra de Antônio Martins Lage da propriedade, que posteriormente foi passada para os seus três filhos. Um deles foi responsável, pela construção da mansão de construção eclética, que é, atualmente, A Escola de Artes Visuais, antigo Instituto de Belas Artes do Rio de Janeiro. Hoje, é administrado pelo IBAMA, cabendo sua conservação e limpeza ao Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.
Parque Nacional da Tijuca e floresta	27/4/1967	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Constitui a parte mais importante da Serra da Tijuca. Caracterizam o acervo natural tombado alguns penhascos, encostas e vales recobertos por densas florestas nativas ou reorganizadas pelo homem. Como elementos dominantes sobrelevam-se o Corcovado, os Dois Irmãos, a Pedra da Gávea, o Pico do Papagaio, o do Andaraí, o Pico da Tijuca, a Pedra do Conde, entre muitos. A Floresta da Tijuca não é a original, foi desmatada para o plantio, principalmente de café nos séculos XVII e XVIII e sofreu intenso reflorestamento, com o objetivo de recuperar os principais mananciais de água que abasteciam a cidade, que estava crítico em consequência da retirada da Floresta. Diversas medidas, então, foram tomadas com o objetivo de proteger e recuperar os mananciais, como a execução de reservatórios e desapropriações, dando destaque ao processo de reflorestamento, iniciado em 1861. Foram plantadas mais de 135 mil mudas de variadas espécies de árvores exóticas e nativas, melhorias nos caminhos de acesso, o que alavancou o turismo local e a criação de jardins de estilo francês, pontes lagos e mirantes. O Parque Nacional da Tijuca foi criado, sob o nome de Parque Nacional do Rio de Janeiro, tendo recebido a atual denominação em 1967.
Passeio Público: chafariz dos Jacarés, obeliscos e portão do Mestre Valentim	30/6/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	O local onde existia a lagoa do Boqueirão da Ajuda foi transformado em jardim, segundo o risco de Mestre Valentim. O traçado primitivo do jardim apresentava ruas retas que se cruzavam ortogonalmente, e outras formando diagonais. O jardim ostentava elementos, que na maioria, ainda existem, como o Portão de entrada, com feição rococó, as duas pirâmides, de partido neocolonial, que balizavam o eixo central da composição, e o Chafariz dos Amores, em forma de cascata, com duas esculturas de jacarés, em bronze e um pequeno chafariz, com a figura de um menino. As obras realizadas, em 1861, conservaram os elementos arquitetônicos e decorativos feitos por Valentim, mas alteraram o partido do jardim, adotando aléias curvas e sinuosas, lagos e pontes à feição do paisagismo romântico.
Pedra da Gávea	8/8/1973	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	-
Pinturas, 02 / [Leandro Joaquim]	11/2/1972	Livro de Belas Artes	As duas pinturas atribuídas a Leandro Joaquim são cópias de outras duas pinturas de autoria de João Francisco Muzzi, datadas de 1789 e que se encontram na Fundação Castro Maia. Uma das pinturas retrata o incêndio ocorrido em 23 de agosto de 1789 no recolhimento de Nossa Senhora do Parto, hoje inexistente. Nessa pintura observam-se várias peças de mobiliário da época sendo jogadas pela janela, enquanto o recolhimento aparece em chamas. A outra pintura refere-se às obras de reparos que seguiu-se ao incêndio, iniciadas em 25 de agosto de 1789 e concluídas em 8 de dezembro do mesmo ano, durante o governo do Vice Rei Luiz de Vasconcellos e Souza. Nota-se, na parte inferior do quadro, Mestre Valentim apresentando o projeto ao Vice Rei, vendo-se ao fundo o prédio do Recolhimento em início de obras.
Ponte dos Jesuítas	5/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Ponte-comporta em cantaria, edificada pelos jesuítas, em 1752, em suas terras de Santa Cruz, com o fim de regularizar o curso do Rio Guandu, desviando parte de suas águas por um canal artificial, para o Rio Itaguaí. No centro de um dos lados do guarda-corpo, existe uma cartela de feição barroca.

Continua

## Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Praça Quinze de Novembro	14/3/1990	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico/Livro de Belas Artes/Livro Histórico	A área central da Praça Quinze de Novembro e imediações, tombados pelo IPHAN, é cercada pelo Antigo Convento do Carmo, Igreja da Candelária e é composta pelas: Rua da Assembléia, Rua do Carmo, o Beco dos Barbeiros que inicia na Rua Primeiro de Março e termina na Rua do Carmo, Rua Primeiro de Março, Avenida Alfredo Agache e Rua da Assembléia. O nome se deve ao fato de ter sido ocupado por barbeiros ambulantes quando foi aberta uma passagem durante a construção da Igreja da Ordem Terceira do Carmo.
Praias de Paquetá	30/6/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	-
Prédio à Avenida Marechal Floriano, 168, bloco I	13/6/1988	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Em 1904, um grupo de capitalistas canadenses, que já atuava em São Paulo no final do século XIX, no setor de energia elétrica, fundou em Toronto a Rio de Janeiro Light and Power. Com aprovação do Governo Federal e da Prefeitura, a "LIGHT" (como ficou conhecida pela população) inaugurou seus serviços na cidade em 1907 atendendo às necessidades de iluminação urbana e doméstica. O prédio principal da LIGHT foi inaugurado em 1911, na então Rua Larga, atual Avenida Marechal Floriano, por um escritório norte americano, com material importado dos Estados Unidos da América, na maioria, com características do período do ecletismo arquitetônico. O prédio principal, tombado pelo IPHAN em 1988, é, hoje, parte integrante do centro cultural existente na instituição que, ao longo do tempo, agregou também os serviços de fornecimento de gás e telefonia, antes de serem nacionalizados e transformados em empresas.
Prédio à Avenida Pasteur, 250	11/7/1972	Livro Histórico	Trata-se do antigo Hospício Pedro II, construído entre 1842 e 1852. Sua construção obteve o apoio do Imperador D. Pedro II. Após a Proclamação da República, recebeu o nome de Hospício dos Alienados. Na segunda metade do século XX, a instituição se transferiu para Jacarepaguá. Após isso, a construção passou por restauro e suas instalações passaram a abrigar várias unidades acadêmicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de construção extensa desenvolvida em torno de quatro pátios, tendo no eixo central o vestíbulo e o saguão da escadaria nobre. A capela encontra-se no sobrado, com estilo neoclássico. A frontaria possui pórtico com colunas encimado por frontão. Os pátios internos são circundados por arcos lembrando os antigos claustros. Os salões nobres possuem pilastras que compartimentam as paredes, e estuques nos tetos que se articulam com a escadaria nobre e com a capela.
Prédio à Rua dos Inválidos, 193-203	20/4/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Edificação urbana, construída na segunda década do século XXIV, situada na esquina da Rua dos Inválidos com a Rua do Riachuelo, é uma das construções marcantes da cidade, por suas dimensões e aspectos característicos da época de sua construção. Edificação volumosa que possui um terceiro pavimento, parcial, com planta em cruz. No centro da fachada principal, uma única sacada, de contorno ondulado, corresponde aos três vãos do sobrado e encima à porta principal, que é mais alta e larga que as demais. Representa este prédio um tipo de edificação com ainda muitos exemplares em todo o Brasil e cujo traço assinala o advento do neoclassicismo.
Prédio do MEC	18/3/1948	Livro de Belas Artes	Projetado durante a gestão do Ministro Gustavo Capanema para sediar o antigo Ministério de Educação e Saúde, o prédio, construído em 1937 e inaugurado em 1943, pelo Presidente Getúlio Vargas, representa o marco da arquitetura moderna em nosso país, é um dos primeiros arranha-céus com fachada toda de vidro construído no mundo. A área ocupada pelo prédio de dezesseis pavimentos e seus jardins é de 27.536 metros quadrados. Atuaram no projeto de elaboração do Palácio Capanema diversos arquitetos consagrados. Interna e externamente, o prédio possui outras obras de arte representativas do modernismo em nosso país e podem ser apreciadas nos painéis de azulejos, quadros e murais de Portinari, nas esculturas de Bruno Giorgi, Vera Janacopulus e Celso Antônio.
Quinta da Boa Vista	30/6/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Próximo ao caminho de São Cristóvão, o negociante Elias Antônio Lopes possuía uma casa e uma chácara. Em 1º de janeiro de 1809, com a vinda da Família Real Portuguesa, a propriedade foi doada ao Príncipe Regente, após algumas reformas, passou a denominar-se Quinta Real da Boa Vista, servindo de residência da Família Real Imperial até a Proclamação da República, atualmente, é o museu da Quinta. A partir de 1869, sofreu urbanização, a parte central do jardim ficou pronta em 1878, concebida ao gosto romântico, um dos quiosques foi construído à feição de templo greco-romano e o outro ao gosto oriental, o atual portão, no final da Av. Pedro II, data dos últimos anos do Império, serve de entrada para o Jardim Zoológico.
Rua Gonçalves Ledo: conjunto urbano	28/4/1980	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Conjunto urbano formado pela quadra existente entre as Ruas da Constituição e Luís de Camões, composta pelos prédios de n.º 5, 5-A, 5-B, 7 da Rua Gonçalves Ledo e o n.º 11 da mesma rua, esquina com a Rua Luís de Camões.
Sabre de honra do General Osório	5/4/1978	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	O sabre encontra-se, atualmente, no Museu Histórico do Exército, no Forte de Copacabana.
Sítio Roberto Burle Marx e sua coleção museológica e bibliográfica	4/8/2003	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico/Livro de Belas Artes	A denominação do endereço foi alterada por legislação municipal (Decreto nº 16.239, de 20 de novembro de 1997) que modificou o nome de Estrada da Barra de Guaratiba para Estrada Roberto Burle Marx.

Continua

Continuação (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Rio de Janeiro			
Solar Del Rei	5/5/1938	Livro de Belas Artes	Edificada em amplo terreno e afastada do logradouro, a casa tem feição apalacetada pela forte platibanda que encima a fachada principal. É uma casa rústica, com vãos espaçados, telhado com beiral muito sacado nas fachadas secundárias e terraço com guarda corpo de ferro na fachada principal. Pertenceu a Francisco Gonçalves da Fonseca, que hospedou diversas vezes D. João VI.
Solar do Visconde do Rio Seco	26/6/1998	Livro de Belas Artes	-
Solar Grandjean de Montigny e jardim	10/8/1938	Livro de Belas Artes	O arquiteto Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, membro da Missão Artística Francesa de 1816, e iniciador do ensino da arquitetura no Brasil, construiu esta casa assobradada de arrabalde para sua residência. Localizada em amplo terraço, elevado do terreno circundante, mostra uma clara filiação com as velhas casas rurais setecentistas nos amplos avarandados envolventes com colunas toscanas, gordas, de alvenaria, assim como no telhado com contrafeito e beiral sacado. A influência neoclássica e o gosto palaciano de Montigny são evidenciados pela planta composta por dois eixos ortogonais de simetria e por um corpo posterior de plano circular.
Teatro Municipal: prédio	24/5/1973	Livro de Belas Artes	O Teatro Municipal foi construído entre os anos de 1904 e 1909, logo após a abertura da Avenida Central, inspirado na Ópera de Paris de Garnier, que empregou na sua construção materiais de grande requinte. Os elementos decorativos que compõem o prédio foram executados com maestria, reunindo um raro acervo de obras artísticas de origem nacional e estrangeira. Na fachada, encontramos cariátides vindas da França, mármore importados da Bélgica e da Itália. De artistas brasileiros, encontramos os painéis do "foyer" representando cenas de danças de vários países e as estátuas localizadas na fachada representando a poesia, a música, a dança, o canto, a comédia e a tragédia. Como as demais edificações da época têm feição eclética. O partido arquitetônico da circulação, da disposição das principais funções é muito bem resolvido, ainda válido e funcional até hoje. No subsolo, encontra-se o restaurante Assírio, decorado com motivos característicos da arte assíria.
Torah	4/3/1999	Livro Histórico	Os nove rolos de pergaminhos Torah integram o acervo do Museu Nacional, da UFRJ, em São Cristóvão, RJ.
Niterói			
Capela e Cemitério de Maruí	12/01/1948 e 23/08/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Sendo essas terras, anteriormente, pertencentes à Fazenda do Maruí, a Capela de São Pedro servia como templo aos moradores locais, sua arquitetura é simples e se assemelha a das pequenas igrejas construídas no mesmo período. A capela foi restaurada várias vezes, mas ainda mantém o aspecto original da época da construção de 1971. Construída pelos proprietários da fazenda, internamente apresenta estilo barroco. Em 1853, a fazenda foi vendida para o Governo Provincial, para construção do primeiro cemitério público, em Niterói, as terras foram consideradas ideais por possuírem uma capela e disporem de um bom porto para o transporte marítimo de cadáveres. Em 1º de novembro de 1855, foi inaugurado, às pressas, em razão de uma epidemia de cólera. A capela passou a ficar em evidência, porque nela começou-se a celebrar a missa anual, em memória aos mortos no movimento da Revolta da Armada de 1893 à 1894, com a colocação de túmulos de várias personalidades da história brasileira
Casa à Avenida Quintino Bocaiúva, 145	11/4/1962	Livro de Belas Artes	Edificação situada à Avenida Quintino Bocaiúva, 679 (antigo 145), Charitas - Niterói. O uso atual do imóvel é: Bar, restaurante, boate e bingo.
Casa de Antônio Parreiras	27/4/1967	Livro Histórico	A casa que abriga hoje o Museu Antônio Parreiras, foi residência do pintor Antônio Parreiras, um dos maiores pintores paisagistas do Brasil, precursor do primeiro movimento ecológico no Brasil, falecido em 1937. Tipo de casa residencial, projeto do arquiteto eclético, de linhas européias. Construída, em meio a amplos jardins, passou por várias reformas, que, contudo, não alteraram a harmonia de suas linhas. No jardim de caráter romântico, apresenta elementos paisagísticos de origem inglesa. Após a sua morte, em 1941, por ato do governo do Estado, a residência do artista niteroiense foi transformada em Museu, sendo o primeiro museu brasileiro dedicado a um único artista. O museu possui cerca de 300 obras do artista e mais de 500 obras que reúnem pintura brasileira e desenhos estrangeiros, todos dos séculos XVI ao XX.
Fortaleza de Santa Cruz	4/10/1939	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Localizada na barra da Baía de Guanabara, no promontório à direita de quem nela penetra, ao sopé do Pico que faz parêlha com o Pão de Açúcar. Este monumento de grande destaque arquitetônico militar no Brasil tem suas origens ligadas à tentativa fracassada de colonização, em 1555, denominada historicamente como "França Antártica". Em 1567 o local foi ocupado por Mem de Sá, que ampliou o forte, transformando-o no principal ponto de defesa da Baía de Guanabara. De 1599 até 1711 a nova bateria impediu a entrada Na Baía da Guanabara das invasões estrangeiras. Entretanto, em 1711, não resistiu a esquadra de Duguay-Trouin e posteriormente, navios brasileiros foram aprisionados por navios ingleses, durante a chamada questão Christie. No século passado, foi utilizada na resistência à Revolta da Armada. Em 1612 foi erguida a primeira edificação do complexo, a capela de Santa Bárbara, após reformas, em 1632, sua denominação foi mudada para Fortaleza de Santa Cruz da Barra. Constitui, também, uma das prisões mais temidas do Brasil no período colonial e no regime militar. Atualmente, encontra-se aberta a visitação pública em visitas guiadas

Continua

## Conclusão (Quadro II.5.3-110)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Niterói			
Forte de Gragoatá	24/5/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A data de construção do Forte do Gragoatá é controversa, todavia, em 1698, existe registro, que uma Carta Régia mandava pagar as obras. O Forte - também denominado de São Domingos - cruzava fogo com o Forte da Boa Viagem e o Forte de Santa Cruz. No entanto, tendo sido desarmado em 1710, não ofereceu resistência à invasão promovida por Duguay-Troin. No ano seguinte, sofreu reformas no seu poderio e inclusive na época em que decorreu a Questão Christie, o deixando com as características bastante semelhantes às atuais. Entretanto, foi durante a Revolta da Armada (6/9/1893 à 13/3/1894) que o forte teria sua atuação mais destacada, na resistência às forças rebeldes. Em 1952 o forte foi sede da seção fluminense da Colméia de Pintores do Brasil. Hoje o forte é sede da IIª Brigada de Infantaria, e está afastado do mar, por força de sucessivos aterros, sendo quase totalmente envolvido pelas edificações do centro da cidade.
Igreja de São Lourenço dos Índios	12/10/1948 e 23/08/1938	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A construção da Igreja de São Lourenço dos Índios, feita em pedra e cal, tem linhas arquitetônicas simples, muito representativas do que foi o traço marcante na arquitetura dos padres jesuítas. A origem da Igreja de São Lourenço dos Índios está relacionada ao assentamento indígena que se deu, no fim do século XVI, no espaço hoje ocupado pela cidade de Niterói. Em 1570, já anunciava uma primeira capela, em taipa, que se localizava no alto de um morro da Aldeia de São Lourenço dos Índios. Esta edificação primitiva sofreu transformações e foi inaugurada em 1586, com a representação do Auto de S. Lourenço. Um século mais tarde, passou por novas modificações e, em 1769, a capela foi reconstruída, tomando a fisionomia que ainda hoje conserva. Com isso, a igreja de São Lourenço dos Índios pode ser considerada um marco do primeiro assentamento lusitano do lado oriental da baía da Guanabara guardando algumas relíquias de valor incalculável da arte jesuítica.
Igreja Matriz de São Francisco Xavier	20/5/1938	Livro de Belas Artes	A atual Igreja de São Francisco Xavier foi erguida como capela, em 1572, em terras de propriedade jesuítica, à beira mar, entre as praias de São Francisco e Charitas. A atual Igreja foi construída entre os anos de 1662 e 1696, tendo em vista as similaridades encontradas nas características arquitetônicas da ermida e representa um belo exemplar da arquitetura barroca jesuítica, trazendo na sua composição, características da arquitetura religiosa rural. Após a expulsão da Companhia de Jesus no século XVIII, a igreja foi sede de uma fazenda particular e logo após, transferida ao Governo Provincial; em 1891, este entregou a igreja ao Bispado do Rio de Janeiro, voltando o seu uso a ter religioso. A Igreja possui um relógio de sol, com as insígnias da Companhia de Jesus e o antigo marco de medição jesuítico, conhecido como "Peão das Terras", com inscrições e insígnias jesuíticas.
Ilha da Boa Viagem: conjunto arquitetônico e paisagístico	30/5/1938, 30/05/1938 e 02/12/1940	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico/Livro de Belas Artes/Livro Histórico	A ilha de Boa Viagem, marco natural e histórico de Niterói, está situada na costa leste da Baía da Guanabara, ligando-se ao continente por uma ponte de concreto, pela qual se chega ao conjunto das edificações históricas. Ela pertence a um contexto da colonização portuguesa, de fortificação dos pontos estratégicos. Neste sentido, pode-se destacar sua localização, como um dos pontos privilegiados para a observação da Baía da Guanabara. A ilha desempenhou a função de centro de peregrinações dos "homens do mar", ficando célebre pelas festas religiosas, as quais culminavam com procissão marítima. Contudo, as sucessivas reconstruções deixaram como herança um edifício que, atualmente, compreende: nave, capela-mor, sacristia, corredores laterais, sanitário, escadas, coro, consistório e torre sineira.
Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes	8/1/1955	Livro de Belas Artes	O atual Museu de Arqueologia está instalado nas ruínas do antigo convento feminino, fundado, segundo Monsenhor Pizarro, por Manoel Rocha, sob a invocação de Santa Teresa e que teve início em 1764. Do recolhimento restam alguns cômodos cobertos, como a capela e alguns muros com evasaduras guarnecidas de cantaria.
Solar do Jambeiro	25/4/1974	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico/Livro de Belas Artes	Retrato típico de uma época de luxo e extravagância, o sobrado conhecido como Solar do Jambeiro é um notável exemplar da arquitetura residencial urbana da segunda metade do século XIX, conservando ainda hoje características da construção original. Localizado na rua Presidente Domiciano, nº 195, Ingá, Niterói. O casarão foi construído a partir de 1872 por um rico português, residente no Rio de Janeiro. Após a conclusão da obra, o solar foi alugado por um médico e logo em seguida por um pintor Antônio Parreiras que lá inaugurou uma exposição individual, sendo vendido para um diplomata dinamarquês e posteriormente para as gerações de sua família. Nos últimos anos, o imóvel esteve fechado, o que facilitou a sua deterioração, o uso restringiu-se ao arrendamento da área externa para eventos inadequados à preservação do patrimônio histórico. Em 12 de agosto de 1997, o Solar do Jambeiro foi desapropriado pela Prefeitura Municipal de Niterói, no intuito de resguardar sua integridade física e restaurar seus aspectos históricos e arquitetônicos, que motivaram seu tombamento.
Maricá			
-	-	-	-

Fonte: IPHAN 2011

## 7.2) Costa Verde

### Quadro II.5.3-111 - Relação de bens tombados pelo IPHAN na Costa Verde

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Angra dos Reis			
Capela do Senhor do Bonfim	01/12/1954	Livro de Belas Artes	Construída no final do século XVIII, a capela de reduzidas dimensões, abre-se para um alpendre profundo, que se apoia em quatro colunas robustas, assentes, por sua vez, em plintes volumosos. Ladeia a capela um pequeno sobrado, correspondente a sacristia e ao consistório e que apresenta sobre a frontaria uma sineira. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Convento de São Bernardino de Sena: ruínas e Capela dos Terceiros	23/07/1947	Livro Histórico	Trata-se de construção datada do período entre os anos 1758 e 1763, realizada pelos frades franciscanos. A igreja possui fachada com alta frontaria e arcos de galilé. O frontão é ondulado e ao lado da torre sineira localiza-se a fachada do convento. A fachada apresenta uma sequência de janelas das celas, intercaladas por outras maiores, as quais representam as janelas dos corredores. A capela dos Terceiros de São Francisco da Penitência situa-se à esquerda da Igreja conventual. Ao lado desta existem um pequeno claustro e um cemitério. O tombamento inclui também o cruzeiro fronteiro e o acervo da Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.
Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo	28/11/1944	Livro Histórico	Presume-se que o convento tenha sido construído na primeira metade do século XVII e tenha sofrido reforma, possivelmente, no século XVIII ou XIX. O convento situa-se à direita da Igreja do Carmo. Possui janelas pequenas e espaçadas no piso superior e portas e vãos maiores no térreo. A cimalha do convento alinha-se com a das igrejas, definindo uma extensa horizontal. Possui claustro com arcadas no térreo, enquanto o superior possui (possuía) avarandado em toda a sua extensão (atualmente somente a ala que ladeia a igreja conserva essa característica). Na época em que a construção foi reformada, parte da área ocupada pela varanda foi substituída por um novo conjunto de celas. A igreja possui frontão alto ladeado de curvas sobre a cimalha. A portada possui trabalho de cantaria em arenito. O mesmo material é usado nas cercaduras das janelas do coro. Possui torre sineira encimada por cúpula revestida de azulejos. Presume-se que os entalhamentos existentes na igreja sejam mais recentes, podendo ser datados do início do século XIX. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN; O tombamento inclui também a área da antiga cerca conventual.
Fazenda, Ilhota Morcego e casa	23/07/1942	Livro Histórico	Trata-se de construção datada de 1629, localizada à beira mar. Supõe-se ser a mais antiga construção do gênero existente no país. Possui planta quadrada, telhado em quatro águas e varandas localizadas nas fachadas principal e posterior possuindo dois esteios de madeira de permoio. O conjunto possui uma capela, com inscrição marcando a data da construção.
Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	09/08/1950	Livro de Belas Artes	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte	01/12/1954	Livro de Belas Artes	Constituída por nave e capela-mor, que são ladeadas, à direita, por uma sacristia coberta pelo prolongamento da água do telhado da igreja e, à esquerda, por uma sineira com acesso por escada coberta, paralela à lateral da mesma igreja. Na frontaria principal, sobre a cimalha, um frontão vazado ao centro, com volutas, encima a porta da igreja, enquadrada em arenito com verga arqueada e coroada por sobreverga de massa. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja de Santa Luzia	01/12/1954	Livro de Belas Artes	Localizada na trama urbana de Angra dos Reis, apresenta à sua esquerda um campanário com duas sineiras, em continuação da frontaria, corredor e da sacristia em dois pisos, na lateral da nave e capela-mor. A fachada é encimada por frontão com arremates curvos. Em seu interior, possui arco-do-cruzeiro em alvenaria e retábulo do altar simples, de meados do século XIX. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Continua

## Continuação (Quadro II.5.3-111)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Angra dos Reis			
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	01/12/1954	Livro de Belas Artes	A edificação é datada do século XIX. A fachada principal possui porta, duas janelas à altura do coro; o frontão é mais recente, possuindo volutas. A torre sineira localiza-se à esquerda e é encimada por pirâmide de alvenaria, circundada por pináculos. A parte interna apresenta entalhamentos característicos do início do século XIX, no altar-mor e nos quatro altares laterais da nave. O altar-mor apresenta certos elementos característicos do rococó, misturados a elementos neoclássicos. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Imagem de Nossa Senhora do Rosário	11/12/1969	Livro de Belas Artes	Imagem, em terracota, representando Nossa Senhora do Rosário, século XVI.
Mambucaba: conjunto arquitetônico e paisagístico	11/12/1969	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	O espaço físico da Vila de Mambucaba, situado do lado esquerdo da foz do Rio de mesmo nome, é caracterizado por uma planície aluvial espremida entre o mar e a montanha, representada pela Serra da Bocaina. A área de Mambucaba foi originalmente ocupada com lavouras de cana - de - açúcar e , graças ao rio na época ser navegável, criou - se um porto regular no local. A única função do núcleo, atualmente, é a turística, graças a sua praia muito procurada por visitantes e praticantes de campismo. O que resta do Núcleo, que se vê hoje é todo do século XIX e teve seu enriquecimento graças às fazendas de café e ao porto. O sítio urbano está entre a BR 101 e o mar, a trama urbana se resume a duas ruas paralelas - Rua do Comércio e Rua das Flores - e um largo ao lado da Igreja do Rosário. Apesar da história da Vila remontar ao ano de 1553, as construções existentes, atualmente no núcleo histórico, são todas do século XIX. Destacam-se a Igreja do Rosário e algumas construções, principalmente na Rua das Flores. O núcleo histórico foi tombado pela antiga IPHAN, em 11/12/1969.
Sobrado à Praça General Osório, 19	03/11/1970	Livro Histórico	O sobrado integra um conjunto arquitetônico com outros prédios tombados no mesmo Processo.
Sobrado à Praça General Osório, 3 a 13	17/12/1969	Livro Histórico	Localizados na Praça General Osório, ocupam a maior parte da área entre a praia e a praça que constitui adro para as duas igrejas carmelitas de Angra. Este conjunto é um dos últimos remanescentes íntegros do acervo residencial da cidade datando sua construção dos séculos XVIII/XIX. O conjunto apresenta frontaria voltada para o conjunto carmelita, balcão com gradil de ferro, para o qual se abre sequência de portas enquadradadas em cantaria de arenito com verga arqueada e folhas de vidraça. Na fachada voltada para o mar, as aberturas são emolduradas com madeira. Aos vãos do sobrado correspondem igual número de portas no andar térreo. O sobrado integra um Conjunto Arquitetônico com outros prédios tombados no mesmo Processo.
Sobrado à Praça General Osório, 35	17/12/1969	Livro Histórico	O sobrado integra um conjunto arquitetônico com outros prédios tombados no mesmo Processo.
Sobrado à Praça General Osório, s/n	17/12/1969	Livro Histórico	Localizado na Praça General Osório, ocupa a maior parte da área entre a praia e a praça que constitui adro para as duas igrejas carmelitas de Angra. Este conjunto é um dos últimos remanescentes íntegros do acervo residencial da cidade, datando sua construção dos séculos XVIII/XIX. O conjunto apresenta frontaria voltada para o conjunto carmelita, balcão com gradil de ferro, para o qual se abre sequência de portas enquadradadas em cantaria de arenito com verga arqueada e folhas de vidraça. Na fachada voltada para o mar, as aberturas são emolduradas com madeira. Aos vãos do sobrado correspondem igual número de portas no andar térreo. O sobrado integra um conjunto arquitetônico com outros prédios tombados no mesmo Processo.
Mangaratiba			
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Guia	3/8/1967	Livro Histórico	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Itaguaí			
-	-	-	-

Continua



Continuação (Quadro II.5.3-111)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Paraty			
Fazenda de Nossa Senhora da Conceição: casa	20/10/1967	Livro Histórico	-
Forte Defensor Perpétuo	09/01/1957	Livro Histórico	Localizado sobranceiro ao mar, assente em uma elevação à margem esquerda de Rio Perequê-açu, de forma a dominar o núcleo histórico. Sua construção, segundo documentação existente e seu nome parece confirmá-lo, é da época do primeiro Imperador. A construção anterior é de 1703, chamada de Defesa ou Ponta da Defesa. É o único remanescente das sete fortificações que outrora defendiam a cidade. Sua edificação constitui-se do quartel - de planta retangular construída em pedra com requadros de madeira - casa de pólvora - de planta quadrada com telhado em pavilhão -, e sua muralha de alvenaria de pedra, contornando os terraços voltados para o mar.
Igreja de Nossa Senhora das Dores	13/02/1962	Livro Histórico	Erigida no início do século XIX (1800), não havia sido concluída em 1820, segundo Monsenhor Pizarro. A planta segue o esquema das igrejas do século XVIII, com nave única e dois corredores laterais de acesso à sacristia. A fachada terá sido provavelmente idealizada com duas torres, das quais apenas uma foi concluída. As envasaduras se enquadram no esquema das igrejas mineiras: duas janelas no coro e uma porta, embora sem o óculo do frontão, que naquelas é característico. As vergas chegam a ser usadas no século XVIII; as desta igreja têm padieiras simples, o que lhes dá um aspecto bastante arcaico para a data em que foi feita. O mesmo pode ser dito do frontão e do terminal do campanário, bulboso porém de linhas não muito complexas. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	13/02/1962	Livro Histórico	Erigida em princípios do século XVIII (1722), foi reedificada aproximadamente em 1757. A planta é comum às igrejas do século XVII: nave única, sem capelas laterais e apenas um corredor lateral, do qual saem as escadas para o coro e para o púlpito, servindo também como ligação com a sacristia. Este partido, habitualmente adotado nas igrejas paroquianas no século XVII, é utilizado também em algumas irmandades. A fachada é rústica e do mesmo gênero das fachadas das capelas mineiras. As envasaduras estão dentro do esquema mineiro, com duas janelas no coro e uma porta, o óculo característico no frontão, que é do tipo triangular, típico das igrejas maneiristas dos séculos XVI e XVII e usado também em Minas Gerais em princípios do século XVIII. As vergas são em arco de círculo, característico do século XVIII, com a sineira lateral constituindo elemento arquitetônico similar. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja de Santa Rita	13/02/1962	Livro Histórico	Mais antiga edificação religiosa da cidade, a igreja de Santa Rita teve sua construção iniciada em 1722 pelos homens pardos libertos, com a ajuda dos devotos brancos, passando a pertencer à Irmandade da Gloriosa Santa Rita. Abrigou também as Irmandades de N.S. <sup>a</sup> do Carmo e N.S. <sup>a</sup> da Conceição, cujas imagens encontram-se nos altares laterais. Construção em pedra e cal, com planta em nave única e varanda lateral ligando a sacristia ao campanário, aberta para um pátio interno onde se localiza o Poço de Santa Rita, ladeado pelo antigo cemitério. A fachada apresenta frontão em curva, três janelas com sacadas de ferro e porta principal maciça com molduras em relevo, típicas do século XVIII. O campanário tem molduras superiores simplificadas, acentuando o aspecto arcaico do seu terminal. O interior apresenta tribunas trabalhadas em renda de madeira, altar-mor com colunatas em volutas, portas em madeira esculpida, o antigo mobiliário, lanternas em cobre e lavabos em cantaria. O Museu de Arte Sacra foi instituído em 1973, sendo aberto a visitação pública em 1977. Abriga coleções de arte sacra dos séculos XVII, XVIII e XIX pertencentes, em sua maioria, às Irmandades Religiosas de Paraty. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Continua

## Conclusão (Quadro II.5.3-111)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Paraty			
Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios	13/02/1962	Livro Histórico	A atual edificação foi iniciada em 1787, sendo a terceira erigida no local, ou em suas proximidades; a primeira data de meados do século XVII (1646) e a segunda de princípios do século XVIII (1712). Em 1843 a Matriz permanecia ainda inacabada, apresentando sérios problemas de estabilidade já em 1864. A planta deve resultar da alteração do partido mais freqüente no século XVIII: nave única e dois corredores laterais, compartimentados e ligados à nave central, transformando-a quase num partido maneirista de nave única com capelas laterais. Quanto à fachada, provavelmente ocorreu com esta Igreja o mesmo que se nota com algumas outras do século XIX: procurando a simplificação formal, mais de acordo com as tendências clássicas dominantes, o resultado foi um aspecto mais maneirista do que neoclássico, com as janelas da nave e da capela-mor em arco de círculo pleno, típico do século XIX. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Parati, RJ: conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade	01/03/1974	Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico/Livro de Belas Artes	A trama viária da cidade de Paraty revela um traçado urbano, em xadrez, que deve ser considerado como referências os pontos cardeais resultando "ruas direitas encruzadas retamente", com sete ruas correndo do nascente para o poente e seis do norte para o sul. Não se sabe se o arqueamento, observado principalmente nas ruas que correm do norte para o sul, foi resultado da necessidade de aproveitar a declividade natural do terreno para facilitar o escoamento das águas pluviais, ou se decorreu da tentativa de englobar, num mesmo traçado urbanístico, edificações já existentes e que não obedeciam exatamente ao mesmo alinhamento. A paisagem urbana, que é formada pelo entrecortar de ruas mais ou menos estreitas, em que predominam casas térreas ou assobradadas dos prédios comerciais ou misto (residencial). O conjunto arquitetônico de Paraty, apesar de diminuto, impôs-se assim ao imenso cenário constituído pela paisagem serrana que a envolve, estabelecendo uma escala de relacionamento que a ambas valoriza e que marca definitivamente o caráter do sítio. A geometria simples de sua composição urbana é realçada por uma arquitetura que utiliza grandes planos cegos de alvenaria, simplesmente rebocados e caiados, ou alternâncias de cheios e vazios que imprimem na paisagem natural. O vocabulário arquitetônico dominante em Paraty é característico da Segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do XIX. Entre as principais construções do conjunto podemos destacar: as igrejas de Santa Rita, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Dores e a Matriz de Nossa Senhora dos Remédios; o Forte Defensor Perpétuo; a Santa Casa de Misericórdia; casa na esquina das ruas Dona Geralda com Samuel Costa; sobrados existentes na Rua Dr. Pereira, esquina da Rua Comendador José Luís; sobrado à Rua Tenente Francisco Antônio, com telhões de Louça no beiral. Em 01/03/1974, foi inscrito sob o nº 510, o Município de Parati, inscrição esta que também inclui o Conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade de Paraty.

Fonte: IPHAN 2011

## 8) Estado de São Paulo

### 8.1) Litoral Norte

#### Quadro II.5.3-112 - Relação de bens tombados pelo IPHAN Litoral Norte - SP

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
São Sebastião			
Casa com teto pintado	15/4/1955	Livro de Belas Artes	Sobrado do século XVIII, resultado de uma economia paralela e subsidiária à mineração do interior da Colônia. De projeto e construção bastante apurados, sofreu significativa reforma em 1838, responsável pela substituição dos antigos balcões de madeira pelos gradis de ferro atuais. São desta época também as pinturas de seus tetos, representando cenas mitológicas, alegorias, paisagens e raras vistas do Rio de Janeiro no início do século XIX (Outeiro da Glória, Passeio Público, Entrada da baía e Praça Quinze).
Ilhabela			
Fazenda do Engenho d' Água: casa	22/10/1951	Livro de Belas Artes	De meados do século XVIII, feita de alvenaria de pedra e cal e de pau-a-pique, seu partido - casa e instalações de trabalho na mesma edificação - segue a tradição das ilhas atlânticas, sendo esta solução rara no território brasileiro. De proporções extremamente elegantes, a casa situa-se na parte assobradada e com avarandado percorrendo a fachada semelhante a fazendas fluminenses e capixabas do período.
Caraguatatuba			
-	-	-	-
Ubatuba			
Sobradão do Porto	3/3/1959	Livro de Belas Artes	Concluída em 1846 por Manuel Baltazar da Cunha Fortes, comerciante, armador e proprietário de terras, este prédio servia como residência, em seu pavimento superior, e armazém, no térreo. É um magnífico exemplar dos sobrados com o último andar menor centralizado na fachada que foi difundido no Brasil de Belém até o Rio, na primeira metade do século XIX. Pertencente originalmente a este comerciante português, passou depois para propriedade da família Félix Guisard. Após a morte de Félix Guisard Filho, o imóvel entrou em rápido processo de decadência, por falta de conservação. Último remanescente arquitetônico na cidade dos tempos áureos da cafeicultura no Vale do Paraíba, quando era utilizado como entreposto comercial. O Casarão do Porto é uma construção da primeira metade do século XIX, com três andares, sendo o último em forma de camarinha.

Fonte: IPHAN 2011

## 8.2) Região Metropolitana da Baixada Santista

### Quadro II.5.3-113 - Relação de bens tombados pelo IPHAN Baixada Santista

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
Peruíbe			
-	-	-	-
Itanhaém			
Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição	7/3/1941	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	Sua feição atual data da primeira metade do século XVIII e foi erigida no lugar de uma antiga capela quinhentista dada aos franciscanos. No exterior, a igreja apresenta influência moçárabe no tratamento decorativo da sineira e no muro lateral com caprichoso trabalho de curvas e contra-curvas. No interior, destaca-se a parede do arco cruzeiro revestida de azulejos e os retábulos colaterais barrocos. Foi restaurada em 1943 e 1955 e recebeu reparos em 1963, 1965, 1976 e 1990.
Igreja Matriz de Santana	8/3/1941	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	A inscrição sobre a porta da igreja é 1761, porém diz respeito à reforma iniciada neste mesmo ano. Do que foi possível analisar da documentação disponível, e com base nas interpretações dos vestígios encontrados no próprio edifício, é possível propor à Matriz de Itanhaém três diferentes momentos: o de sua edificação primitiva (1639-1655); outro que compreende reformas e ampliações (final do século XVII, estendendo-se até a segunda década do século XVIII); e, finalmente, a obra iniciada em 1761 e concluída nove anos depois, quando ganha a feição que guarda até hoje (retratada aliás pelo Brigadeiro Sá e Faria). No final do século XIX sofreu reformas de certa monta. Sua fachada possui uma empena curvilínea, de composição cuidada e em seu interior destacam-se os altares laterais e uma imagem quinhentista de Nossa Senhora, transladada da Igreja de São Vicente, bem como uma série de outras também antigas, de barro cozido.
Mongaguá			
-	-	-	-
Praia Grande			
-	-	-	-
São Vicente			
Vila Colonial de São Vicente, SP: remanescentes	17/1/1955	Livro Histórico	Erigidos em Monumento Nacional através de lei, por iniciativa da Câmara Federal, em 1952. Abrange o arcabouço da matriz de São Vicente e as colunas e sacrário do primitivo templo jesuítico quinhentista, bem como diversas imagens notáveis, de madeira e terracota, em particular as de Nossa Senhora da Conceição, a de supostamente Nossa Senhora do Rosário e a de Santo Antônio, esculpidas por Gonçalo Fernandes, cerca de 1560, segundo o Santuário Mariano.
Santos			
Casa com frontaria azulejada	3/5/1973	Livro Histórico	O desenvolvimento da praça comercial de Santos, a partir de meados do século XIX, e os consequentes reflexos nas edificações dele resultantes, comparece também na organização do programa dos prédios da cidade. Mandado construir por um comerciante de café e algodão, este prédio é um dos exemplares dessa nova organização econômico-social que traz como figura central o comissário de café. Coerentemente, o edifício tombado traduz seu papel em seu programa. De grandes dimensões, recebe em seu térreo o comércio, escritório e armazém; no superior, que é residência, recebe e hospeda os mais importantes clientes e comerciantes vindos de fora. A aprovação do projeto deste edifício, cujas dimensões estavam fora dos padrões normais da cidade, data de 1863. A casa foi construída em 1865 e em 1869, após a morte de seu proprietário, colocou-se azulejos em sua fachada. Por abandono de seu proprietário, o edifício chegou a ruir. Somente sua fachada foi restaurada e espera por obra de adaptação.
Casa de Câmara e Cadeia	12/5/1959	Livro de Belas Artes	Construída a partir de 1837, ocupa uma quadra inteira. O seu projeto inicial previa um segundo pavimento nas suas quatro fachadas, porém, só na principal, voltada para a praça, é que este foi executado. Apesar de no aspecto geral recordar os velhos edifícios coloniais, tem em alguns dos seus elementos e na composição das fachadas a influência do gosto neoclássico do século XIX. O tombamento é extensivo à praça arborizada que lhe é fronteira. O prédio foi restaurado em 1962 e 1971.
Casa do Trem	19/2/1940	Livro de Belas Artes/Livro Histórico	Instituída em Santos após a restauração da coroa portuguesa - entre 1640 e 1656 - é um bom testemunho do papel que a vila passa a ter na estratégia de Portugal em garantir a defesa da região. As "casas do trem" tinham por finalidade abrigar o "trem de sítio", isto é, o conjunto de peças que compunham as munições e acessórios da artilharia. É um pequeno edifício retangular de pedra e cal com portada requintada ostentando a data de 1734, decorrente, provavelmente, das obras que deram o seu aspecto atual. O acesso ao pavimento superior dava-se somente através da escada lateral externa. A comunicação interna é recente. Foi restaurada pelo órgão estadual de preservação CONDEPHAAT.

Continua

Conclusão (Quadro II.5.3-113)

Nome do Bem	Data do Tombamento	Livro de Registro	Descrição
<b>Santos</b>			
Engenho dos Erasmos: ruínas	27/1963	Livro Histórico	Datando da primeira metade do século XVI, é o único exemplar conhecido da primeira tentativa oficial de exploração açucareira no Brasil. Montado por Martim Afonso de Souza, foi posteriormente vendido a um comerciante flamengo, Erasmo Schetz, de onde advém a denominação que passou a ser chamado. Sofreu obras de consolidação e limpeza em 1965, durante as quais foram desenterradas várias formas de pão-de-açúcar em meio a uma camada de cinzas e entulho que, presume-se, seja resultado de incêndio que nele terá ocorrido em 1603. Espera ainda por obras complementares e estacionamento de sua área envoltória, bem como estrutura de atendimento ao público. O edifício foi doado à Universidade de São Paulo.
Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo	24/3/1941	Livro de Belas Artes/Livro Histórico	A pedra fundamental é de 1752; sua conclusão de 1760. Separada da Igreja da Ordem Primeira por uma única torre conferindo singularidade ao conjunto. Este partido deve ter se inspirado nas Carmos da Capital, edificadas pouco antes. Foi, como extensão deste mesmo tombamento, colocado sob a proteção o acervo documental da igreja vizinha da Ordem Primeira do Carmo, em 16/09/1964. Sofreu incêndio em sua capela-mor, em 1941 e teve então seu altar-mor restaurado pelo IPHAN. Já o edifício recebeu obras em 1945/1946.
Mosteiro e Igreja de São Bento	18/3/1948	Livro de Belas Artes	Iniciativa de Frei Gregório de Magalhães para atender, em 1649, aos religiosos da Ordem dos Beneditinos em trânsito por Santos, foi instalada numa área doada, onde existia uma capela de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> do Desterro, ao lado da qual foram construídas celas e cozinha. São do século XVIII as obras que deram ao edifício seu aspecto atual, especialmente as de reforma e ampliação da igreja. O tombamento compreende o edifício e as seguintes peças de escultura: imagens de Nossa Senhora do Monteserrate, em barro, da autoria de Fr. Agostinho de Jesus; de Nossa Senhora da Conceição, do mesmo artista; de Santa Luzia; de São Bento, em madeira; de Santa Gertrudes; de Nossa Senhora da Conceição, em barro; de Cristo crucificado, em marfim; idem, em madeira (duas); Sagrada Família, em madeira; Sant'Ana e Nossa Senhora menina, em barro. Painéis: dois, pintados sobre madeira ("A Anunciação" e "A Visitação"); dois castiçais de prata; uma custódia de prata. O conjunto foi tombado em 1948 e suas obras de restauro iniciadas em 1970.
Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência	5/5/2003	Livro de Belas Artes	Capela da Ordem Terceira de Santo Antônio do Valongo. A capela está situada perpendicularmente à nave central da Igreja de Santo Antônio do Valongo.
<b>Cubatão</b>			
-	-	-	-
<b>Guarujá</b>			
Fortaleza da Barra Grande, Fortim da Praia do Góis e Portão Espanhol	23/4/1964	Livro Histórico	Construída após os assaltos às vilas de Santos e São Vicente pelos piratas de Cawendish e Fenton em 1584-1590, foi reconstruída em 1723-1725 e concluída em 1742, inclusive com uma capela. Em 1776, novas obras de reparo e complementação do conjunto são executadas com a edificação do Fortim da Praia do Góis e do Portão Espanhol que o liga àquela fortaleza. Recebeu obras de restauração nestes últimos anos (1992-1999).
Forte de São Felipe	31/3/1965	Livro Histórico	No lugar onde primitivamente existia uma paliçada para defesa contra os ataques indígenas, na Ponta da Baleia, foi erigido em 1765, pelo Capitão-General Dom Luiz Antonio de Souza, o Morgado de Matheus, o Forte de São Felipe que, cruzando os fogos com a Fortaleza de São João, estabeleceu o sistema defensivo da Barra de Bertioga. Da fortaleza de 1765 restam as muralhas.
<b>Bertioga</b>			
Fortaleza de São Tiago	19/2/1940	Livro de Belas Artes/Livro Histórico	Situada na barra, à frente do Forte de São Felipe, as suas primeiras instalações datam de 1532, reconstruídas sucessivamente em 1547, 1552, 1557 até 1710 como parte de um conjunto de medidas destinadas à proteção das áreas de mineração no interior da Colônia. Outras intervenções ocorreram quando da restauração político-administrativa da Capitania de São Paulo, momento em que é estabelecido um amplo esquema de fortificações desde Santa Catarina até a Vila de Parati. Sofreu esta fortaleza suas primeiras obras de restauração por iniciativa de Washington Luís, em 1920. Tombada em 1940, foi novamente restaurada em 1942, às expensas do Ministério do Exército e sob a orientação do IPHAN.